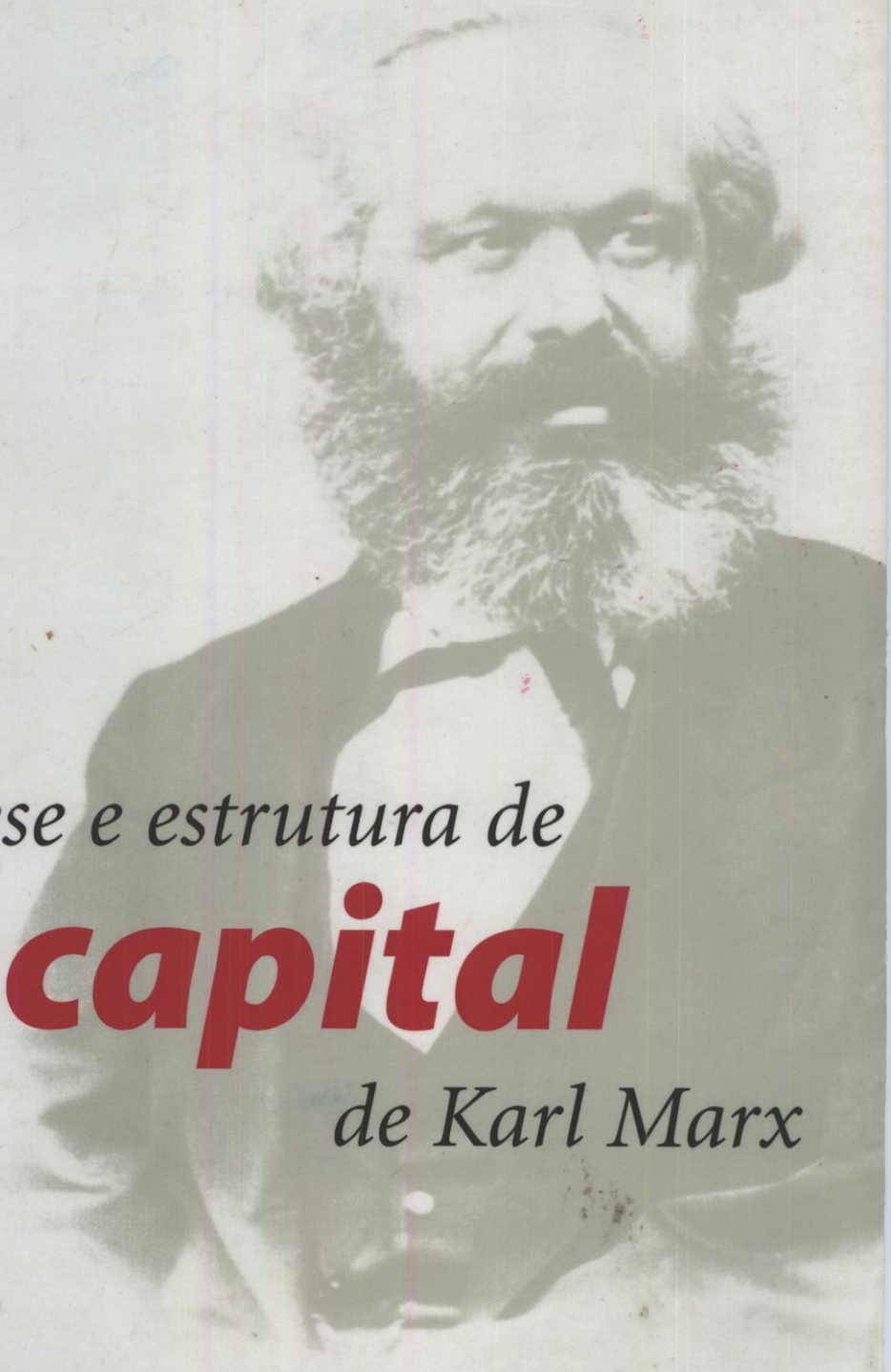
Roman Rosdolsky



Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx

ed uerj

CONTRAPONTO

Roman Rosdolsky

Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx

TRADUÇÃO
César Benjamin

ed uerj

CONTRAPONTO

Título original: *Zur Entstehungsgeschichte des Marxschen Kapitals*

© 1968 Europaïsche Verlangsanstalt, Frankfurt am Main

Direitos adquiridos para o Brasil por Contraponto Editora Ltda.

Vedada, nos termos da lei, a reprodução total
ou parcial deste livro sem autorização das editoras.

CONTRAPONTO EDITORA LTDA.
Caixa Postal 56066 – CEP 22292-970
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Telefax (21) 2544-0206 / 2215-6148
Site: www.contrapontoeditora.com.br
E-mail: contato@contrapontoeditora.com.br

EDITORA DA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Rua São Francisco Xavier, 524 – Maracanã
CEP 20550-013 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel./fax (21) 2587-7788 / 2587-7789
E-mail: eduerj@uerj.br

Revisão tipográfica: Tereza da Rocha
Projeto gráfico: Regina Ferraz

A tradução deste livro contou com o apoio da

FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

CATALOGAÇÃO NA FONTE
DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO

R793g Rosdolsky, Roman
Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx / Roman Rosdolsky ; tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro : EDUERJ : Contraponto, 2001.
624p.
ISBN 978-85-85910-42-6

1. Economia marxista. 2. Capitalismo. 3. Socialismo. I. Benjamin, César. II. Título.

CDD 335.41

A minha querida esposa e companheira

Roman Rosdolsky

Esta edição brasileira da obra clássica de Roman Rosdolsky é dedicada a Leandro Konder, amigo, orientador e incentivador do projeto.

César Benjamin

SUMÁRIO

Prefácio 15

PARTE I
Introdução 19

CAPÍTULO 1
Como nasceram os *Grundrisse* 21

CAPÍTULO 2
A estrutura da obra de Marx 27

I. O plano estrutural inicial e suas modificações 27

II. Quando e em que medida o plano inicial foi abandonado? 28

III. Como a modificação do plano foi interpretada até hoje? 37

IV. O sentido metodológico do plano original 39

A) Os três primeiros "livros" 39

1. A opinião de Marx sobre o método e o objeto da economia política 39
2. A "fórmula trinitária" da economia burguesa 41
3. As três classes sociais fundamentais 43
4. A "transição do capital à propriedade da terra" e "da propriedade da terra ao trabalho assalariado" 45
5. O verdadeiro propósito da divisão tripartite 48

B) O "Livro sobre o capital" 49

1. A divisão original do "Livro sobre o capital" 49
2. O "capital em geral" e a "pluralidade de capitais" 49
3. A relação estrutural entre os *Grundrisse* e *O capital* 56

V. Alcance e motivos presumíveis para a modificação do plano 58

APÊNDICE I
O "Livro sobre o trabalho assalariado" 61
1. Temas que deveriam entrar nesse livro 61
2. Por que o "Livro sobre o trabalho assalariado" foi abandonado? 63

APÊNDICE II
Observação metodológica à crítica de Rosa Luxemburgo aos esquemas da reprodução de Marx 67

CAPÍTULO 3
Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política 75

PARTE II
A primeira formulação da teoria de Marx sobre o dinheiro 93

NOTA PRELIMINAR
A relação entre os *Grundrisse*, a *Contribuição à crítica* e a seção I do primeiro tomo de *O capital* 95

CAPÍTULO 4
A crítica à teoria do dinheiro-trabalho 97

CAPÍTULO 5
"A transição do valor ao dinheiro" 105
1. A necessidade de instituir o dinheiro 105
2. Os aspectos quantitativo e qualitativo do problema do valor (magnitude e forma do valor) 111
3. A criação do dinheiro e o fetichismo da mercadoria 115
4. O desenvolvimento das contradições internas da forma-dinheiro 119

CAPÍTULO 6
As funções do dinheiro 123
A) O dinheiro como medida do valor 123
1. Observação preliminar 123
2. O dinheiro como medida do valor 124

CAPÍTULO 7
As funções do dinheiro 129
B) O dinheiro como meio de circulação 129

CAPÍTULO 8
As funções do dinheiro 135
C) "O dinheiro como dinheiro" 135
1. Generalidades 135
2. O dinheiro como tesouro 136
3. O dinheiro como meio de pagamento 140
4. O dinheiro como moeda mundial 143
5. Observação final 145

PARTE III
A seção sobre o processo de produção 149

CAPÍTULO 9
Observação preliminar
(Sobre a realidade da lei do valor na economia capitalista) 151

CAPÍTULO 10
A lei de apropriação da economia mercantil simples 157

CAPÍTULO 11
A transição para o capital ("A transformação do dinheiro em capital") 165

CAPÍTULO 12
O intercâmbio entre capital e força de trabalho 173

CAPÍTULO 13
Processo de trabalho e processo de valorização 179

CAPÍTULO 14
Criação e conservação do valor no processo de produção
(Capital variável e capital constante) 185

CAPÍTULO 15
O conceito geral e as duas formas fundamentais da mais-valia 191

CAPÍTULO 16
Mais-valia relativa e produtividade (Sobre a crescente dificuldade de o capital valorizar-se na medida em que o modo de produção capitalista se desenvolve) 197

CAPÍTULO 17
Os métodos de produção da mais-valia relativa (Cooperação, manufatura, maquinaria) 201

CAPÍTULO 18
As jornadas de trabalho simultâneas, a lei capitalista de população e o exército industrial de reserva (A crítica a Malthus) 209

CAPÍTULO 19
O processo de reprodução e a inversão da lei de apropriação 217

CAPÍTULO 20
A acumulação primitiva e a acumulação de capitais 227

APÊNDICE
Sobre a crítica à teoria marxiana do salário 237
1. A teoria do salário em Marx 237
2. Marx e os movimentos do salário 240
   A) As condições gerais para o aumento dos salários 240
   B) O ciclo da conjuntura e o movimento dos salários 244
3. A teoria de Marx sobre o salário relativo 245
4. O exército industrial de reserva como regulador do salário 248
5. A assim chamada "teoria do empobrecimento" 251
6. O elemento de verdade da "teoria do empobrecimento" 256
7. Observação final 260

PARTE IV
A seção sobre o processo de circulação 261

NOTA PRELIMINAR 263

CAPÍTULO 21
Do processo de produção ao processo de circulação do capital. Anotações sobre o problema da realização e o primeiro esquema da reprodução 265

CAPÍTULO 22
O tempo de circulação e sua influência na determinação do valor 279

CAPÍTULO 23
A rotação do capital e o tempo de rotação. A continuidade da produção capitalista e a divisão do capital em partes 289

CAPÍTULO 24
As determinações formais do capital fixo e do capital circulante 295

PARTE V
O capital produtivo. Lucro e juros 307

CAPÍTULO 25
A transformação da mais-valia em lucro. A taxa geral de lucro 309

CAPÍTULO 26
A lei da queda da taxa de lucro e a tendência à derrocada do capitalismo 315

CAPÍTULO 27
Fragmentos sobre o juro e o crédito 321
1. Como o plano estrutural inicial previa o tratamento desses temas 321
2. As observações que aparecem nos *Grundrisse* sobre o capital que recebe juros 323
3. A categoria do "capital como dinheiro" 325
4. A crítica às posições de Proudhon 326
5. Como os *Grundrisse* tratam a função do crédito na economia capitalista 327
6. Os limites do sistema de crédito 329

APÊNDICE
A crítica recente à lei de Marx sobre a queda na taxa de lucro 333

PARTE VI
Conclusão 343

CAPÍTULO 28
O limite histórico da lei do valor. Observações de Marx sobre a ordem social socialista 345
1. Observações de Marx sobre o desenvolvimento da individualidade humana no capitalismo 345
2. O papel da maquinaria como precondição material para a sociedade socialista 353
3. A extinção da lei do valor no socialismo 357

CAPÍTULO 29
A reificação das categorias econômicas e a "verdadeira concepção do processo social de produção" 363

PARTE VII
Ensaios críticos 369

CAPÍTULO 30
A polêmica em torno dos esquemas da reprodução de Marx 371
I. Introdução 371
1. Observações sobre o aspecto formal dos esquemas da reprodução do segundo tomo 371
2. Sobre a "aderência à realidade" dos esquemas da reprodução de Marx 375
3. A hipótese fundamental dos esquemas da reprodução de Marx 378
4. Os esquemas da reprodução e o problema da realização 380
II. O debate entre os *narodniki* e os "marxistas legais" na Rússia 383
1. O debate entre Engels e Danielson 383
2. A interpretação de Bulgakov e Tugan-Baranovski da análise marxiana da reprodução ampliada 386
III. A teoria da realização de Lenin 393

IV. A interpretação de Hilferding para os esquemas da reprodução de Marx 401
V. A crítica de Rosa Luxemburgo à teria da acumulação de Marx 407
1. Antecedentes históricos e metodológicos 407
2. Os esquemas da reprodução e o progresso técnico 410
3. As aplicações práticas da visão harmônica dos esquemas da reprodução 412
4. Conclusão 418

CAPÍTULO 31
O problema do trabalho qualificado 421
I. A crítica de Böhm-Bawerk 421
II. A provável solução de Marx 429

CAPÍTULO 32
Uma observação sobre o problema da "falsa racionalização" 435

CAPÍTULO 33
A crítica de Joan Robinson a Marx 443
I. A teoria marxiana do valor 443
1. Marx como "fetichista do valor" 443
2. "Incoerências" de Marx 450
3. Marx em busca de um elixir social. O problema do valor na sociedade socialista 453
II. A teoria de Marx sobre a natureza da exploração capitalista e o conceito de capital 454
III. Observações finais 458

CAPÍTULO 34
A economia neomarxista 461
I. Uma controvérsia aparentemente dogmática 461
II. Sobre o método da economia marxista 467
III. Observação final 474

Notas 477
Bibliografia 615
Índice onomástico 621

PREFÁCIO

Em 1948, quando o autor deste trabalho teve a sorte de manusear um dos então raríssimos exemplares dos *Grundrisse*, de Karl Marx,[1] logo compreendeu que estava diante de uma obra fundamental para a teoria marxiana. Porém, pela forma do texto e, em parte, por sua linguagem, de difícil compreensão, compreendeu também que ele não atingiria círculos amplos de leitores. Decorreu daí a decisão de comentar a obra e, ao mesmo tempo, aproveitar algumas descobertas ali contidas. O primeiro objetivo (ao qual se relacionam sobretudo as partes II a VI deste trabalho) impôs a necessidade de reproduzir as idéias mais importantes dos *Grundrisse*, sempre que possível com as palavras do próprio Marx; o segundo exigiu digressões minuciosas, concentradas principalmente nas partes I e VII.

Para realizar o trabalho, o autor precisou lutar contra enormes dificuldades. As bibliotecas da cidade em que vive abrigam pouquíssimas obras socialistas publicadas em alemão, russo ou francês (para não falar de publicações tão imprescindíveis como *Die Neue Zeit* [O Novo Tempo] de *Kautsky* e outros). Por isso, foi obrigado a limitar-se principalmente aos poucos livros de sua própria biblioteca. Nessas condições, como é natural, freqüentemente desacreditou da viabilidade de seus objetivos. Mas isso não é tudo. Quanto mais penetrava no tema, mais claramente o autor compreendia que só conseguiria resvalar no problema mais importante e teoricamente mais interessante que os *Grundrisse* oferecem — o da relação entre as obras de Marx e de Hegel, especialmente no que diz respeito à *Lógica* deste último —, sem poder enfrentá-lo em profundidade.

Não há tema tratado com mais descuido pelos comentadores da teoria econômica de Marx do que o de seu método e, particularmente, de sua relação com Hegel. O que se pode ler sobre isso ultimamente são, quase sempre, lugares-comuns que, para usar palavras de Marx, revelam apenas um "grosseiro interesse sobre o tema" e mostram uma indiferença completa em relação ao método do próprio Marx. Como se poderia caracterizar, por exemplo, um teórico em psicologia que se interessasse pelos resultados obtidos por Freud, mas rechaçasse como improcedente e até como "metafísica"

a questão de compreender a maneira como Freud chegou a tais resultados? Ele mereceria tão-somente um dar de ombros. Mas esta é a maneira como a maior parte dos atuais críticos e "conhecedores" de Marx emitem opiniões sobre sua construção teórica em economia! Das duas, uma: ou se negam a tratar do método dialético de Marx, já que (como tanto agrada aos partidários da "teoria moderna") se dizem contrários a toda metafísica (o que lhes traz a vantagem de que assim podem deixar de lado o estudo desse método), ou se limitam a duas frases bem-intencionadas, que teria sido melhor omitir. Isso vale até mesmo para um crítico tão destacado como Joseph A. Schumpeter.

Em uma de suas últimas obras, Schumpeter afirma que, apesar de o autor de *O capital* ter sido um neo-hegeliano, "seria um erro e uma injustiça em relação à capacidade científica de Marx" considerar esse elemento filosófico como "a chave de seu sistema". É verdade que Marx "manteve-se fiel ao seu primeiro amor durante toda a vida. Apreciava certas analogias formais que se podem estabelecer entre sua argumentação e a de Hegel. Gostava de mostrar seu hegelianismo e usar uma linguagem hegeliana. Mas não passava daí. Nunca traiu a ciência positiva em benefício da metafísica."[2]

Schumpeter não diz novidade. Já em 1922 Lukács queixava-se do vício "de se considerar a dialética de Marx como um ingrediente estilístico superficial [...]. Até investigadores de modo geral cuidadosos, como Vorländer, acreditavam poder demonstrar que Marx 'na realidade só havia flertado com conceitos hegelianos em dois trechos' (embora logo acrescentassem um terceiro). Deixavam de advertir que *categorias decisivas* de seu método, *reiteradamente utilizadas*, provêm diretamente da *Lógica* de Hegel. Basta lembrar a origem hegeliana e a importância metodológica de uma diferenciação fundamental para Marx, entre imediação e mediação. Se essa origem e essa importância puderam permanecer despercebidas, isso mostra que Hegel segue sendo tratado como 'cachorro morto', apesar de ter voltado a ser 'aceitável para as universidades' e até mesmo ter voltado à moda. Afinal, que diria Vorländer de um historiador da filosofia que, confrontado com um continuador do método kantiano, por mais original e crítico que fosse, não percebesse, por exemplo, que a 'unidade sintética da percepção' tem sua origem na *Crítica da razão pura*?"[3]

Vemos que nenhuma modificação houve, quanto a isso, nas quatro décadas que nos separam da publicação do estudo pioneiro de Lukács. É certo: ao contrário de Vorländer, Schumpeter não era professor de filosofia, e em sua condição de economista não estava obrigado a ler o livro de Lukács ou os *Cadernos filosóficos* de Lenin, onde se diz mais ou menos a mesma coisa. Mas não deveria ignorar o que o próprio Marx escreveu. No epistolário de

Marx podemos ler esta conhecida passagem: "De outro lado, tenho diante de mim belos avanços; por exemplo, joguei por terra toda a teoria do lucro, tal como desenvolvida até hoje. Em meu método de elaboração, foi de grande valia ter voltado a consultar, por pura casualidade, a *Lógica* de Hegel."[4]

Isso remete, por acaso, a "analogias formais" ou ao mero emprego da "linguagem" de Hegel? Ou, ao contrário, devemos deduzir que há alguma superficialidade na crítica marxista, inclusive naquela que ostenta o mais sério ar professoral?[5]

Seja como for, os *Grundrisse* de Marx eliminarão essa superficialidade. Em *O capital*, a influência de Hegel só se manifesta, à primeira vista, em algumas notas de pé de página. Já os *Grundrisse* são uma grande remissão a Hegel, especialmente à sua *Ciência da lógica*, e mostram a radical inversão materialista de Hegel. Depois da publicação dos *Grundrisse*, não será mais possível que os críticos acadêmicos de Marx escrevam sobre sua obra econômica sem que antes tenham estudado seu método e sua relação com Hegel. Os *Grundrisse* serão um osso muito duro de roer tanto para os adversários como para os partidários do marxismo. Ao fim e ao cabo, porém, sua publicação elevará o nível geral da literatura econômica marxista.[6]

Para terminar, algumas palavras *pro domo sua*. O autor não é nem economista nem filósofo *ex professo*.* Por isso, não se atreveria a escrever um comentário aos *Grundrisse* se ainda existisse hoje — como existia na primeira terça parte deste século — uma escola de teóricos marxistas que estivessem mais preparados para cumprir a tarefa. Mas a última geração de teóricos marxistas dignos deste nome já nos deixou, na maioria dos casos como vítimas do terror, hitlerista ou stalinista. Isso interrompeu por décadas o desenvolvimento do patrimônio ideológico marxista. Sob tais circunstâncias, o autor se considera na obrigação de apresentar aos leitores o seu trabalho — por mais limitado e incompleto que possa ser —, na esperança de que depois dele venha gente mais jovem, para quem a teoria de Marx volte a ser uma fonte viva de conhecimentos e da prática que se guia por ela.

Março de 1967

* *Pro domo sua*: "pela própria casa". Título de um discurso em que Cícero, de volta do exílio, reclamava indenização por sua casa incendiada. Usa-se em sentido figurado para indicar que alguém fala em defesa dos próprios interesses. *Ex professo*: como quem conhece bem o assunto. [N.T.]

PARTE I

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

COMO NASCERAM OS *GRUNDRISSE*

O manuscrito de que trata nosso trabalho tem uma longa história prévia. Como afirmou Marx em uma carta a Lassalle,[1] resultou de quinze anos de estudos, durante os quais o autor observou os problemas da economia política a partir de pontos de vista sempre renovados, para então lançar as bases de sua própria construção teórica nessa área. É necessário, portanto, que procuremos desde logo conhecer as etapas através das quais a obra de Marx amadureceu.

A primeira etapa foi o trabalho de Marx em um texto de grande alcance — *Kritik der Politik und Nationalökonomie, 1844-1846*[2] —, do qual lamentavelmente só se conservaram fragmentos, publicados sob o título *Manuscritos econômico-filosóficos* no terceiro tomo das *Obras completas*.[3] Neles, ainda encontramos um Marx principalmente filósofo, que procura aplicar à economia, domínio que já considerava decisivo, sua recém-esboçada concepção "humanista" — ou seja, materialista — da história. Ele usa freqüentemente as categorias econômicas tradicionais para demonstrar o caráter "reificado", alienado em relação ao homem, tanto da ordem social vigente como da ciência econômica que reflete o desenvolvimento desta ordem. Apesar da genialidade da tentativa, ela ainda representa — do ponto de vista econômico propriamente dito — um mero esboço, um marco geral que só se completaria graças a um trabalho infatigável de investigação, desenvolvido nas duas décadas seguintes.[4]

A etapa posterior foi a época em que aparecem a obra de Marx contra Proudhon, *Miséria da filosofia*, o *Manifesto do Partido Comunista*, redigido junto com Engels, e seus ensaios sobre *Trabalho assalariado e capital*. Aqui já se revela toda a estatura de Marx, um investigador independente e original em economia, consciente ao mesmo tempo de sua proximidade e de sua profunda oposição à escola clássica. Em alguns temas ele ainda não superara as concepções de Ricardo, que mais tarde reconheceria como errôneas ou parciais, como por exemplo a teoria do dinheiro ou a da renda da terra.[5] Tampouco tinha elaborado, nessa época, sua teoria específica sobre o lucro. Mesmo assim, "em torno de 1848 estavam traçadas as linhas fundamentais

da teoria da mais-valia",[6] pedra angular de sua doutrina econômica. Restava a tarefa de desenvolver a teoria em detalhes, processo que podemos acompanhar nos *Grundrisse*.

A Revolução de 1848-1849 interrompeu os estudos econômicos de Marx, que só os retomou no verão de 1850, no exílio londrino. Em primeira aproximação, os motivos que o impeliram a isso foram políticos: seguindo a concepção materialista da história, já descoberta, tratava-se de investigar em que medida a deflagração e a derrota da revolução haviam sido determinadas pelo aspecto econômico. Baseando-se especialmente no *Economist*, de Londres, Marx estudou a história econômica dos anos 1848-1850[7] e chegou à conclusão que, assim como "a crise do comércio mundial de 1847 havia sido a verdadeira mãe da Revolução de fevereiro e março", a "prosperidade industrial, que retornou paulatinamente a partir de meados de 1848, e que alcançou pleno florescimento em 1849 e 1850", foi "o que reanimou a reação européia, novamente fortalecida".[8] Em setembro de 1850, cedendo à insistência de seus companheiros,[9] Marx volta a trabalhar em sua "economia". Examina, em primeiro lugar, numerosas obras dessa disciplina, agora lidas em inglês, e não mais em francês.[10] Também é possível que a atividade "pedagógica" de Marx — as aulas de economia que dava para amigos em casa, em 1850[11] — tenha estimulado a que retomasse os estudos teóricos. Seja como for, o trabalho progrediu bem. Já em maio ou junho de 1851 ele acreditava que poderia começar a redigir a obra propriamente dita.[12]

Lamentavelmente, não podemos dizer se chegou a fazê-lo. Segundo Riazanov,[13] não se encontrou nenhum manuscrito desse tipo entre os papéis deixados por Marx. Sabemos que Marx negociou com vários editores, sem êxito, a possível publicação, chegando a enviar ao jornalista H. Ebner, de Frankfurt, amigo de Freiligrath, uma apresentação (que se perdeu) da obra.[14] Isso não permite deduzir que Marx tenha começado a elaboração definitiva do manuscrito; é possível que se tenha limitado a "escrever uma apresentação e preparar material, para iniciar a elaboração da obra depois de assinado o contrato".[15] Porém, na correspondência trocada nesse período entre Marx e Engels há vários indícios que apontam em outra direção. Em 14 de agosto de 1851, por exemplo, Marx solicita que o amigo ajude a manter em dia os trabalhos para o *New York Tribune*, já que "tenho as mãos ocupadas com a Economia".[16] Ainda mais clara é a carta datada de 13 de outubro seguinte: "Por outro lado", escreve Marx a Engels, "tens de me comunicar teus pontos de vista sobre Proudhon. Interessam-me especialmente pois, neste momento, estou ocupado em elaborar a Economia."[17] Depois, em 27 de novembro, Engels o aconselha a comunicar ao editor Löwenthal, de Frankfurt — que, ao que tudo indica, havia manifestado opinião contrária à estrutura

proposta por Marx para a obra —, que "não é possível que modifiques todo o teu plano, já que começaste a elaborar a crítica[18] etc.".[19] Finalmente, depois do fracasso de todos os projetos de publicação, Marx escreveu a Engels em 13 de fevereiro de 1855: "Quase perdi a visão de tanto ler meus próprios cadernos sobre economia, para elaborar o assunto ou, pelo menos, dominar o material e deixá-lo pronto para a redação."[20] Pode-se deduzir, portanto, que Marx pelo menos iniciou o projeto da "Economia" que planejara. Qual foi o destino do manuscrito e por que ele desapareceu são interrogações a que talvez nunca possamos responder.

No que diz respeito ao conteúdo e à estrutura da obra planejada, temos apenas as escassas notícias encontradas na já citada carta de Engels, de 27 de fevereiro, e na carta anterior de Marx, de 24 de novembro de 1851. De ambas podemos apreender que Marx abandonou seu plano anterior, que previa incluir também uma "crítica da política" na obra,[21] pois agora desejava limitar-se a um "ajuste de contas" com as obras econômicas já publicadas e com os sistema socialistas então propostos. A obra foi pensada em três tomos. No primeiro, constaria a crítica às categorias econômicas tradicionais;[22] no segundo, a crítica aos socialistas; no terceiro, a história da ciência econômica.[23] Se aceitasse seguir a proposta do editor Löwenthal, Marx deveria "inverter" o plano, colocando a parte dogmático-histórica no começo da obra.[24] Tal alteração não era conveniente para Marx, mas sua situação material era tão desesperadora que ele não podia interromper as negociações por isso. Daí o conselho de Engels: se necessário, que aceitasse a proposta de Löwenthal, obtendo como contrapartida o compromisso de que o editor publicaria não um, mas dois tomos de história das idéias, pois numerosas "antecipações da parte crítica" se tornariam inevitáveis: "Então viriam, como terceiro tomo, os socialistas, e como quarto — *ce qu'il en resterait* —, o 'positivo', o que na verdade queres. Colocada assim, a questão apresenta dificuldades, com a vantagem, porém, de que o segredo esperado só aparecerá no final. Só depois de a curiosidade do leitor ter sido atiçada ao longo de três tomos ele perceberá que não se trata de fabricar ciência em comprimidos." Além disso, dada a situação política da época, "o melhor é" começar pela parte "menos comprometedora da história".[25]

Algumas cartas em que Marx e Engels debatem problemas econômicos lançam uma fresta de luz sobre os estudos realizados por Marx em 1850 e 1851, bem como sobre os progressos que fizera desde 1847 em suas investigações econômicas. É o caso, especialmente, da interessantíssima troca de opiniões, em janeiro de 1851, sobre a teoria da renda de Ricardo.[26] Marx expôs então suas principais reservas à maneira como Ricardo defendia a idéia da renda diferencial. Tais reservas aparecerão nas *Teorias da mais-valia*

e no terceiro tomo de *O capital*. Engels considerou tão certeiras as ponderações de Marx que respondeu em tom de brincadeira: "Não há dúvida que tua solução é a correta. Ganhaste um novo título: economista da renda da terra. Se o direito e a justiça reinassem, deverias receber toda a renda da terra durante pelo menos um ano." E acrescenta: "Se algum artigo teu sobre a renda da terra fosse traduzido e publicado em uma revista inglesa, causaria enorme rebuliço [...]. Eis aí mais uma razão para que te apresses em concluir e publicar a Economia."[27]

Nesse contexto, parece igualmente importante a carta de Marx, datada de 3 de fevereiro de 1851, na qual submete a Engels sua crítica à "*currency-theorie*",[28] afastando-se de Ricardo também nesse tema, a teoria do dinheiro.

Nessa troca de cartas, é especialmente interessante para nós o detalhado debate em torno de um livro de Proudhon lançado em 1851: *Idée générale de la révolution au XIX^e siècle*. Sobre esse texto, Marx escreveu um artigo de tamanho considerável, que ofereceu — mais uma vez, sem êxito — a vários editores.[29] O manuscrito, como diversos trabalhos seus anteriores, também se perdeu. Sabemos que o texto permaneceu durante certo tempo nas mãos de Wilhelm Pieper, um amigo íntimo de Marx, que se ofereceu para apresentá-lo a editores durante uma viagem que faria à Alemanha em 1851.[30] Mais tarde, Marx quis publicar o ensaio no jornal *Revolution*, editado por Weydemeyer[31] em Nova York, na forma de uma série de artigos sob o título *Neueste Offenbarungen des Sozialismus oder "Idée générale de la révolution au XIX^e siècle" par P. J. Proudhon. Kritik von Karl Marx*. Tal como se pode ver nas notas aos *Grundrisse*,[32] nos papéis póstumos de Marx encontrou-se um manuscrito datado de 1851, até hoje inédito, com o título *Das vollendete Geldsystem* [O sistema monetário perfeito]. Supomos que é um fragmento do texto contra Proudhon. Seja como for, o mencionado debate sobre o livro de Proudhon na *Briefwechsel* [Correspondência][33] até certo ponto substitui o ensaio perdido.

Pela *Marx-Chronik*, sabemos que em agosto de 1852 Marx ofereceu ao editor Brockhaus um tratado sobre a moderna literatura econômica inglesa [*Die moderne nationalökonomische Literatur in England von 1830-1852*], que comentaria (a) as "obras gerais" e (b) os "trabalhos especiais" sobre "população, colônias, questão bancária, proteção aduaneira e liberdade de comércio etc."[34] Como Brockhaus logo recusou o oferecimento, seguramente a obra não prosseguiu além do planejamento.

Entre o verão de 1852 e o outono de 1856, o trabalho de Marx na *Crítica da economia política* foi interrompido por sua atividade em outras publicações, de caráter jornalístico. Isso não significa, é claro, que os estudos que

realizou nessa época não tiveram importância para sua obra em economia. Ao contrário. Muitos de seus artigos como correspondente tratavam justamente dos "acontecimentos econômicos na Inglaterra e no continente". Por isso, Marx teve de familiarizar-se com "detalhes práticos" que lhe foram muito úteis, embora "estivessem situados fora do âmbito da ciência da economia política propriamente dita".[35] Basta lembrar seus numerosos artigos sobre a conjuntura econômica, problemas de política comercial e movimentos trabalhistas (inclusive grevistas) na Inglaterra. Seus relatos sobre as relações agrárias na Irlanda e na Escócia, assim como sobre a política inglesa para a Índia, também se revelaram extremamente frutíferos, pois levaram-no a realizar um profundíssimo estudo sobre as "formas asiáticas de produção" e os vestígios do comunismo agrário na Europa e na Ásia. Parte de sua obra dedicada à história da economia foi enormemente enriquecida e aprofundada a partir daí.[36]

Isso é tudo o que precisamos dizer sobre os antecedentes dos *Grundrisse* de 1857-1858. O nascimento dos *Grundrisse* propriamente ditos e a história da publicação da primeira parte desse texto, depois de uma profunda reelaboração no início de 1859, com o título *Contribuição à crítica da economia política*, foram descritos com tantos pormenores no citado trabalho de Riazanov e na apresentação preparada pelos editores dos *Grundrisse*[37] que nos limitaremos aqui a alguns aspectos mais necessários.

É relevante lembrar que a decisão de redigir os *Grundrisse* e a pressa febril com que a tarefa foi cumprida (o enorme manuscrito foi concluído em nove meses, entre julho de 1857 e março de 1858)[38] decorreram especialmente do advento da crise econômica de 1857. Tal crise encheu de esperanças o "partido dos dois homens na Inglaterra", como Gustav Mayer, biógrafo de Engels,[39] denominara os dois amigos. Era natural que, "antes do dilúvio" — ou seja, antes do começo da esperada revolução européia[40] —, Marx quisesse colocar no papel pelo menos os traços fundamentais de sua teoria. Seu prognóstico revolucionário era uma ilusão. Mas, quantas vezes esse tipo de ilusão revelou-se frutífero! Também foi assim nesse caso. "Trabalho em ritmo massacrante, quase sempre até as quatro horas da madrugada", escreveu Marx a Engels em 18 de dezembro de 1857. "Porque o trabalho é dobrado: (a) Elaboração dos traços fundamentais da economia [...]; (b) A crise atual. Com exceção dos artigos para o *Tribune*, limito-me a acompanhá-la no dia-a-dia, mas isso me toma um tempo considerável. Penso que na primavera devemos escrever juntos um ensaio sobre o assunto, e novamente nesse caso *always the same*. Iniciei três grandes cadernos de notas: Inglaterra, Alemanha e França [...]. Todo o material sobre os Estados Unidos está no *Tribune*. Mais tarde poderemos recuperá-lo."[41] Também

nesse caso, tudo não passou de um plano, se excluirmos a sinopse detalhada do capítulo sobre a França (em carta de Marx a Engels de 25 de dezembro de 1857),[42] bem como os numerosos artigos para o *New York Tribune*[43] sobre a crise financeira e comercial. Mas o fato de Marx ter-se ocupado intensamente com os fenômenos da crise de 1857-1858 tornou sua visão mais aguda, como se pode ver na brilhante exposição, nos *Grundrisse*,[44] sobre o problema da realização e as crises. Nessa medida, talvez tenha sido amplamente compensado o fato de o ensaio planejado não ter sido escrito.

Além da esperança depositada no "turbulento ano de 1858",[45] outro motivo externo impulsionou Marx a redigir os *Grundrisse*: seu desejo de ajustar contas com o "falso irmão" do movimento operário socialista, o proudhonismo. Certamente não é casual que os *Grundrisse* comecem com um ataque fulminante contra Darimon, seguidor de Proudhon, e contra a assim chamada teoria do dinheiro-trabalho. Também em outras passagens do texto a refutação das idéias de Proudhon ocupa considerável espaço. Da leitura das cartas, apreendemos que o próprio Marx considerava que esse era um dos resultados científicos decisivos da primeira parte de sua obra (ou seja, da *Contribuição à crítica*).[46] Hoje, a variante proudhoniana do socialismo não tem praticamente nenhum peso, e por isso o destaque dado por Marx a essa corrente pode parecer desproporcional. É um erro. É claro que o aniquilamento teórico do proudhonismo está muito aquém do segundo resultado que Marx enfatiza: que sua análise da mercadoria e do dinheiro já revela "o caráter especificamente social, e de modo algum absoluto, da produção burguesa". Porém, é preciso não esquecer que também nesse caso a prática fertilizou a teoria. A disputa com Proudhon contribuiu muito para que Marx elaborasse a teoria sobre o dinheiro. Mas este é um assunto de que nos ocuparemos no capítulo específico.

CAPÍTULO 2

A ESTRUTURA DA OBRA DE MARX

I. O PLANO ESTRUTURAL INICIAL E SUAS MODIFICAÇÕES

Como se sabe, Marx elaborou dois planos — em 1857 e 1866 (ou 1865)[1] — que deveriam servir de base para sua principal obra econômica. Entre ambos há um período de nove anos de experimentação e de permanente busca da forma expositiva adequada. Verificam-se uma progressiva contração do plano inicial e, ao mesmo tempo, uma ampliação da parte remanescente.

No plano de 1857, o conjunto da obra estava dividido em seis "livros" (ou "seções"[2] ou "capítulos").[3] O primeiro deveria versar sobre o capital; o segundo, sobre a propriedade da terra; o terceiro, sobre o trabalho assalariado; o quarto, sobre o Estado; o quinto, sobre o comércio exterior; o sexto, sobre o mercado mundial e as crises. Além disso, Marx pretendia redigir uma introdução que explicitaria "as determinações gerais e abstratas que estão presentes, em grau maior ou menor, em todas as sociedades".[4] Mas, já em fins de 1858 ele desistiu de fazer essa introdução, pois considerava ruim "antecipar resultados que deveriam ser demonstrados".[5]

De acordo com o plano inicial, os três últimos dos seis livros da obra — sobre o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial — seriam apenas esboçados, limitando-se, como disse o próprio Marx, a meros "traços fundamentais".[6] Mesmo assim, a carta dirigida a Kugelmann em 28 de dezembro de 1862 trata desses livros, o que demonstra que nessa época eles ainda não tinham sido eliminados do plano geral.[7] Isso veio a ocorrer pouco depois. O terceiro manuscrito de Marx, redigido em 1864-1865 (manuscrito que serviu de base para Engels organizar o terceiro tomo de *O capital*), já não se refere a esses livros, relegando-os — pelo menos a um deles, aquele sobre o mercado mundial — à "continuação que, no devido tempo, daremos à obra".[8] Assim, já estaríamos diante de uma restrição do plano inicial.

A segunda restrição diz respeito ao segundo e ao terceiro livros, que tratariam da propriedade da terra e do trabalho assalariado. Também nesses casos não se pode ter certeza do momento em que Marx renunciou a escrever os livros imaginados. Sequer suas anotações para as seções I e III do "Livro sobre o capital", datadas de janeiro de 1863 e publicadas posteriormente

por Kautsky, respondem de forma concludente a essa questão. Mas os temas fundamentais dos livros sobre a propriedade da terra e o trabalho assalariado foram incorporados aos manuscritos do primeiro e do terceiro tomos da obra definitiva, escritos originalmente entre 1864 e 1866. Assim, os seis livros planejados reduziram-se a um: aquele sobre o capital.

Ocupemo-nos agora da ampliação do primeiro livro, o remanescente. A ele, é claro, incorporou-se muito material dos livros suprimidos, especialmente o segundo e o terceiro, na medida em que continham elementos do "desenvolvimento econômico propriamente dito".[9] Mas isso não é tudo. Conforme o plano original, também o "Livro sobre o capital" estava dividido em quatro seções, que deveriam tratar: (a) do "capital em geral", (b) da concorrência, (c) do crédito e, finalmente, (d) do capital dividido em ações. As duas primeiras versões da obra — ou seja, os *Grundrisse* e o já mencionado segundo manuscrito de 1861-1863 — restringiram-se basicamente à análise do "capital em geral".[10] Na carta a Kugelmann de 28 de dezembro de 1862, Marx escreveu sobre o segundo manuscrito: "De fato, só traz aquilo que deveria compor o terceiro capítulo da primeira seção,[11] ou seja, o 'capital em geral'. Por isso, não analisa a concorrência entre os capitais nem o sistema de crédito." Um mês depois, porém, Marx esboçou as citadas anotações para a "terceira seção". Nelas, aparece uma ruptura radical com o antigo esquema do Livro sobre o capital. Nos dois anos seguintes, ele abandonou a intenção de tratar separadamente a concorrência, o sistema de crédito e o capital dividido em ações, ampliando no entanto, progressivamente, a seção I do primeiro livro, que trataria do "capital em geral". No novo plano estrutural, a parte essencial da seções eliminadas — (b), (c) e (d) — só encontra abrigo no último dos três "livros" previstos, que passariam a tratar de: (1) o processo de produção do capital, (2) o processo de circulação e (3) o processo global da produção capitalista.[12] *O capital* recebeu assim sua forma definitiva.

II. QUANDO E EM QUE MEDIDA O PLANO INICIAL FOI ABANDONADO?

Ilustremos agora o que foi dito sobre a evolução dos diversos planos para *O capital* (os *Grundrisse*, as *Teorias* e *O capital*). Para facilitar uma visão panorâmica, apresentaremos novamente os dois planos estruturais.

O plano de 1857 previa que a obra seria dividida da seguinte maneira:

LIVRO I. SOBRE O CAPITAL
- a) *O capital em geral*
  - 1) Processo de produção do capital
  - 2) Processo de circulação do capital
  - 3) Lucro e juros

b) *Seção sobre a concorrência*
c) *Seção sobre o sistema de crédito*
d) *Seção sobre o capital dividido em ações*

LIVRO II. SOBRE A PROPRIEDADE DA TERRA
LIVRO III. SOBRE O TRABALHO ASSALARIADO
LIVRO IV. SOBRE O ESTADO
LIVRO V. SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR
LIVRO VI. SOBRE O MERCADO MUNDIAL E AS CRISES

O plano de 1866 (1865) dividiu a obra nas seguintes partes:

LIVRO I. O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL
LIVRO II. O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO DO CAPITAL
LIVRO III. O PROCESSO GLOBAL DA PRODUÇÃO CAPITALISTA
LIVRO IV. HISTÓRIA DA TEORIA

Observemos agora os diversos manuscritos de *O capital.*

Comecemos pelos *Grundrisse.* À primeira vista, a estrutura dessa obra parece coincidir com a de *O capital.* Pois também nos *Grundrisse* investiga-se em primeiro lugar[13] o processo de produção do capital, enquanto a segunda seção trata do processo de circulação e a terceira analisa o lucro e as taxas de lucro e de juros. Mas essa primeira impressão é enganosa. Pois, ao contrário da obra posterior, os *Grundrisse* — como dissemos — pretendem limitar-se fundamentalmente à análise do "capital em geral", motivo pelo qual deixam de lado, conscientemente, numerosos problemas que só seriam tratados com mais profundidade em *O capital.* Por exemplo, na seção dos *Grundrisse* dedicada ao processo de produção estão totalmente (ou quase totalmente) ausentes todos os temas que Marx desenvolve nos capítulos VIII, 1-7; XII, 1-5; XIII, 3-10; XV-XX; XXII, 2-5; XXIII, 5a-f; XXIV, 2-6; e XXV do primeiro tomo de *O capital.* Isso inclui não só os temas (apenas insinuados nos *Grundrisse*) da divisão do trabalho e da cooperação, da acumulação primitiva, da teoria da colonização etc. (temas em que, no fundo, *O capital* apenas preencheu o terreno já demarcado nos *Grundrisse*), mas também tudo o que se refere ao salário e a suas formas, à jornada de trabalho, às formas de exploração praticadas pelo capital e à legislação trabalhista, ou seja, justamente os temas que, a nosso ver, teriam sido incluídos, conforme o plano inicial, no "Livro sobre o trabalho assalariado". Ainda maior parece ser a diferença entre a seção seguinte dos *Grundrisse* e o segundo tomo de *O capital,* já que na primeira obra encontramos apenas o material que corresponde aproximadamente aos capítulos V e VII-XV desse segundo tomo.

Assim, falta nos *Grundrisse* não só a análise da circulação do capital-dinheiro, do capital produtivo e do capital-mercadoria, mas também o exame — fundamental — da reprodução e circulação do capital social global (seção III do segundo tomo). Também por isso, a exposição do segundo tomo pode ser considerada como um amplo desenvolvimento das idéias já insinuadas e expostas embrionariamente nos *Grundrisse*;[14] em princípio, essa exposição não ultrapassa o marco originalmente estabelecido para o estudo do processo de circulação. A situação é bem diferente quando comparamos o breve capítulo final dos *Grundrisse* com o terceiro tomo de *O capital*. Embora Marx aborde os mesmos problemas presentes nas seções I-III de sua obra posterior, nos *Grundrisse* esses temas só aparecem marginalmente, sendo considerados a partir do ponto de vista do "capital em geral", que abstrai a concorrência. Em outras palavras: nesse ponto os *Grundrisse* deveriam terminar, se a redação da obra se mantivesse fiel ao plano original. Resulta daí o caráter breve da última seção, bem como a consciente omissão de todos os temas que viriam a formar os capítulos IV e V do terceiro tomo de *O capital* (o capital comercial e o sistema de crédito, de um lado, e a renda da terra, de outro). Estes eram os temas que, conforme o plano de 1857, só seriam tratados nas partes seguintes do "Livro sobre o capital" e no segundo livro da obra, dedicado à propriedade da terra.

Vemos então que os *Grundrisse*, em princípio, não ultrapassam os três pontos enumerados em I(a) do esquema apresentado acima (processo de produção do capital; processo de circulação do capital; lucro e juros). Sua estrutura corresponde exatamente ao plano inicial de Marx. Mas, sob esse ponto de vista, como se pode entender o segundo manuscrito de *O capital*, redigido ente 1861 e 1863?

Partes importantíssimas desse manuscrito ainda não foram publicadas.[15] Devemos, pois, nos guiar pelas notas reproduzidas por Kautsky para as seções I e III do "Livro sobre o capital", de janeiro de 1863.[16] A primeira nota diz:

> Dividir da seguinte maneira a primeira seção, "processo de produção do capital":
> 1. Introdução. Mercadoria. Dinheiro.
> 2. Transformação do dinheiro em capital.
> 3. A mais-valia absoluta. (a) Processo de trabalho e processo de valorização. (b) Capital constante e capital variável. (c) Mais-valia absoluta. (d) Luta pela jornada normal de trabalho. (e) Jornadas de trabalho simultâneas (número de operários ocupados simultaneamente). Massa e taxa de mais-valia (magnitude e nível?).

4. Mais-valia relativa. (a) Cooperação simples. (b) Divisão do trabalho. (c) Maquinaria etc.
5. Combinação de mais-valia absoluta e relativa. Relações (proporção) entre trabalho assalariado e mais-valia. Subordinação formal e real do trabalho ao capital. Trabalho produtivo e improdutivo.
6. Reconversão da mais-valia em capital. A acumulação primitiva. A teoria da colonização de Wakefield.
7. Resultado do processo de produção. (A inversão da lei de apropriação pode ser descrita em 6 ou em 7).
8. Teorias sobre a mais-valia.
9. Teorias sobre o trabalho produtivo e improdutivo.

A segunda anotação diz:

Dividir da seguinte maneira a terceira seção de "Capital e lucro":

1. Transformação da mais-valia em lucro. A taxa de lucro e sua diferença em relação à taxa de mais-valia.
2. Transformação do lucro em lucro médio. Fixação da taxa geral de lucro. Transformação dos valores em preços de produção.
3. Teorias de A. Smith e Ricardo sobre o lucro e os preços de produção.
4. Renda da terra. (Exemplo da diferença entre valor e preço de produção.)
5. História da assim chamada lei da renda de Ricardo.
6. Lei da queda da taxa de lucro. A. Smith, Ricardo, Carey.
7. Teorias do lucro. (Resta saber se Sismondi e Malthus também devem ser incorporados à "teoria sobre a mais-valia".)
8. Divisão do lucro em lucro industrial e juros. O capital mercantil. O capital-dinheiro.
9. *Revenue and its sources* [Rendimento e suas fontes]. Nesse ponto, encarar o problema da relação entre os processos de produção e distribuição.
10. Movimentos de refluxo do dinheiro no processo global da produção capitalista.
11. A economia vulgar.
12. Conclusão. Capital e trabalho assalariado.

Vejamos como Kautsky comenta essas anotações: "Bastam as anotações para o primeiro e o terceiro livros[17] para demonstrar que, na época, Marx já havia fixado claramente o plano de *O capital* [Kautsky refere-se à obra definitiva]. Cinco anos antes do aparecimento do primeiro tomo, *O capital* havia sido pensado do começo ao fim, não só em sua concepção geral, mas também em sua estrutura, a mesma que apareceria depois na obra publica-

da. Isso fica claro quando se comparam a anotação e o sumário do primeiro tomo, que coincidem quase completamente. Evidentemente, por 'inversão da lei de apropriação' devemos entender o raciocínio que Marx desenvolveu no primeiro tomo e que denominou 'tendência histórica da acumulação capitalista', desembocando na expropriação dos expropriadores. Surgem apenas duas diferenças consideráveis entre as anotações provisórias e a versão definitiva do primeiro tomo: nas anotações, Marx mantém a intenção de contar a história da teoria dos diversos temas no fim da exposição de cada um deles, sob a forma de um resumo, como fora feito na *Contribuição à crítica*.[18] Todos reconhecerão como algo oportuno que esses textos sobre a história da teoria tenham sido remetidos, em grande parte, a uma descrição geral em um quarto tomo separado, ou às vezes tenham aparecido em notas isoladas de pé de página. [...] Mas, por que Marx desistiu de tratar o trabalho produtivo no primeiro tomo, como pretendia? Não cabe supor que ele tenha desejado excluí-lo completamente do âmbito das investigações de *O capital*; era muito importante para que tivesse esse destino. Então, onde pensava tratá-lo, se o eliminou do primeiro tomo? Infelizmente nada podemos dizer sobre isso, já que não temos nenhuma pista clara."

Sigamos lendo o mesmo prefácio de Kautsky: "No terceiro tomo, a forma definitiva do livro segue ainda mais de perto que no primeiro a disposição provisória. Se abstrairmos as digressões já mencionadas sobre a história da teoria da renda e do lucro, planejadas e logo abandonadas, no terceiro tomo — tal como foi concluído — só aparece uma diferença, quanto à seqüência temática, em relação ao plano inicial. Nesta última, a exposição das leis da renda da terra precede as discussões sobre o lucro mercantil e os juros. No terceiro tomo, essa ordem foi invertida. Ambas as soluções me parecem igualmente boas e não mostram uma diferença essencial."[19]

Até aqui reproduzimos o que disse Kautsky. Em primeiro lugar, toda a sua observação sobre o trabalho produtivo se baseia em um mal-entendido. Ele não leva em conta que o quinto ponto da anotação para a seção I corresponde quase exatamente ao conteúdo dos capítulos XIV e XV do primeiro tomo de *O capital*. O capítulo XIV, que trata da "mais-valia absoluta e relativa", começa com uma investigação sobre o conceito de trabalho produtivo, que deve prosseguir e completar a análise anterior desse conceito "desde o ponto de vista do processo de trabalho simples".[20] Todavia, no capítulo XIV do primeiro tomo, Marx se limita a um pequeno resumo de suas investigações sobre o tema, remetendo o leitor ao "quarto livro" de sua obra (numa referência à estrutura de 1866), ou seja, às *Teorias* editadas pelo próprio Kautsky, em cujo primeiro tomo encontra-se uma ampla investigação do tema.

Da mesma forma, não é possível concordar com Kautsky quando ele diz que por "inversão da lei de apropriação" deva-se entender "o raciocínio que Marx desenvolveu no primeiro tomo e que denominou 'tendência histórica da acumulação capitalista'". Trata-se de outra coisa: com a passagem à produção burguesa, a lei de apropriação da economia mercantil simples deve transformar-se na lei de apropriação capitalista. Marx dedica a este tema um parágrafo especial — em que destaca suas críticas aos clássicos — no primeiro tomo de *O capital*.[21]

Mas isso são detalhes. Muito mais questionáveis são as opiniões de Kautsky que se referem à pretensa coincidência — "quase total" — entre as anotações de janeiro de 1863 e o conteúdo do primeiro e do terceiro tomos de *O capital*. Chama a atenção, é certo, o fato de que, diferentemente do que ocorre nos *Grundrisse*, a anotação para a primeira seção inclua também temas como "luta pela jornada normal de trabalho", "cooperação simples", "divisão do trabalho", "proporção entre trabalho assalariado e mais-valia", "acumulação primitiva", "teoria da colonização", isto é, temas correspondentes aos capítulos VIII, XI, XII, XV, XXIV e XXV do primeiro tomo. Porém, falta toda a análise da categoria "salário e suas formas", ou seja, todo o material de que Marx trata na seção VI do primeiro tomo. Isso nos autoriza a concluir que Marx continuou remetendo esses temas para um "Livro sobre o trabalho assalariado" que seria escrito em separado. Por isso, a anotação para a seção I parece corresponder muito mais ao plano original de 1857 que ao de 1866.

A questão torna-se mais complexa quando se enfoca a seção III. No que diz respeito, em primeira instância, à renda da terra, dificilmente se pode concordar com a opinião de Kautsky de que estaríamos diante de uma mera "diferença no ordenamento do material". Em suas anotações, Marx afirma que só tratará do problema da renda da terra como uma digressão, voltada para "ilustrar a diferença entre valor e preço de produção".[22] Por isso, a mencionada investigação dá seqüência à análise da "transformação dos valores das mercadorias em preços de produção". Por outro lado, parece muito importante o fato de que a anotação se afaste do antigo esquema que definia as divisões do "Livro sobre o capital", pois renuncia a dar um tratamento à parte para a concorrência. Na anotação, porém, segue ausente a análise do crédito e do capital dividido em ações. (Não basta que Kautsky nos remeta ao ponto 8 da anotação, pois nos *Grundrisse*[23] e nas *Teorias*[24] Marx tece considerações sobre a categoria juros, apesar de desconsiderar nesses textos, expressamente, o sistema de crédito.)[25]

Isso mostra, a nosso ver, que também as anotações de janeiro de 1863 permanecem essencialmente dentro dos marcos do plano original, apesar de

que nelas já se perceba um afastamento em relação a esse plano. Essa hipótese se fortalece com a leitura das *Teorias* (ou melhor, da parte publicada do manuscrito de 1861-1863). Nelas, encontram-se numerosas passagens que remetem o leitor, em parte, ao "Livro sobre o trabalho assalariado" e ao "Livro sobre a propriedade da terra", mas, em parte, aos capítulos posteriores do "Livro sobre o capital" (no sentido do plano original).

Comecemos por estes últimos. Marx esboçou as anotações reproduzidas por Kautsky quando o manuscrito das *Teorias* estava quase terminado. Assim se explica que nas *Teorias* se encontrem remissões não só à seção especial dedicada ao crédito,[26] mas também à seção dedicada à concorrência.[27] Chama a atenção, no entanto, que ainda nos *Grundrisse* ressalte-se repetidamente que um tratamento mais detalhado do problema da taxa média de lucro e dos preços de produção só será possível no contexto da análise da "pluralidade de capitais",[28] ou seja, da concorrência.[29] Nas *Teorias*, no entanto, Marx se viu obrigado a tratar da teoria do valor e da mais-valia de Smith e de Ricardo; isso não teria sido possível se ele não tivesse abordado em detalhes o problema da formação da taxa geral de lucro e da transformação dos valores em preços de produção. Assim, no curso da própria tarefa surgiu a necessidade de rebaixar muito, nesse ponto, o marco da seção inicialmente planejada sobre o "capital em geral". É certo que, nas *Teorias*, vários problemas (que depois serão tratados no terceiro tomo de *O capital*) ainda são objeto de uma remissão à "seção" ou ao "capítulo" sobre a concorrência.[30] Mas o fato de que o manuscrito de 1861-1863 tenha incluído parcela tão grande do material originalmente destinado à seção especial consagrada à concorrência deveria levar — como vimos na anotação de Marx — à eliminação total dessa seção, com a subseqüente substituição do antigo plano estrutural pelo novo.

Outro é o resultado que se obtém quando se levam em conta as remissões, feitas nas *Teorias*, ao "Livro sobre a propriedade da terra" e ao "Livro sobre o trabalho assalariado". Na parte do segundo tomo que trata da teoria da renda de Ricardo, Marx volta a enfatizar que sua única preocupação é "desenvolver a lei geral da renda como ilustração de uma teoria sobre valores e preços de produção". "Só darei uma descrição detalhada da renda da terra", ele diz, "quando tratar a propriedade da terra *ex professo*."[31] Igualmente claras são as remissões ao "Livro sobre o trabalho assalariado" (ou ao "capítulo sobre o salário"), no qual Marx desejava investigar, entre outras coisas, o importante problema do trabalho qualificado[32] e da remuneração do que viria a chamar-se "prestação de serviços improdutivos".[33] Nesse aspecto, ele segue preso ao plano original.

Queremos considerar finalmente o manuscrito do terceiro tomo de *O capital*, editado (e parcialmente reformulado em sua redação) por Engels. Ele só foi redigido em 1864-1865, época em que, em nossa opinião, ocorreu a transição do antigo para o novo plano estrutural.

Em primeiro lugar, no que diz respeito ao específico "capítulo sobre a concorrência", originalmente previsto, também no manuscrito de 1865-1866 muitos temas (que envolvem maiores detalhes) remetem a uma "investigação especial sobre a concorrência".[34] Mas, para o que nos importa, parece ser decisivo o ponto de vista que Marx desenvolve já na primeira página do manuscrito: "É sob formas concretas que os capitais se enfrentam em seu movimento real. As formas de que se reveste o capital no processo imediato de produção, assim como no processo de circulação, são apenas momentos particulares. As formas do capital, tal como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se paulatinamente da forma sob a qual ele aparece na superfície da sociedade, na ação recíproca dos diversos capitais entre si, na concorrência, e na consciência comum dos próprios agentes da produção."[35]

Conseqüentemente, abandona-se aqui a separação fundamental, feita antes, entre a análise do "capital em geral" e a da concorrência; isso não exclui que certos problemas especiais continuem sendo remetidos a uma investigação especial sobre a concorrência.[36]

Não é tão inequívoca a solução do problema da seção que trata do crédito (e do capital dividido em ações). Sabemos pelo próprio Marx que o terceiro tomo deveria conter uma profunda análise do sistema de crédito.[37] Portanto, também nesse ponto Marx abandonou o antigo plano estrutural da obra. Todavia, na primeira seção do manuscrito há uma observação que diz que a descrição do sistema de crédito estava destinada a permanecer "fora do plano de nossa obra".[38] Diz Marx no começo do capítulo XXV: "A análise exaustiva do sistema de crédito e dos instrumentos que ele cria para si (dinheiro de crédito etc.) está fora do nosso plano."[39] Manifestações como esta parecem indicar algumas vacilações, que seguramente teriam sido eliminadas se o próprio Marx tivesse tido a possibilidade de elaborar o manuscrito, especialmente a seção V (deixada em sua maior parte em forma de notas), deixando-o pronto para a impressão.[40]

É o bastante sobre a concorrência e o crédito. Mas, em que situação ficou o material que, segundo o plano original, deveria compor do segundo ao sexto livro da obra?

No que diz respeito, em primeiro lugar, ao "Livro sobre a propriedade da terra", o trabalho feito nas *Teorias* induziu Marx a ultrapassar o que foi definido no item 4 da anotação para a seção III, datada de janeiro de 1863. Nas

Teorias, o tema não ficou limitado a uma "ilustração da diferença entre valores e preços de produção", ou seja, à exposição da teoria da renda absoluta; em continuação, aparece ali uma crítica detalhada da teoria de Ricardo sobre a renda diferencial. Ambos os problemas — o da renda absoluta e o da renda diferencial — são então tratados no manuscrito de 1864-1865, embora nele a investigação sobre a renda diferencial ocupe o lugar preponderante.[41] Além disso, no manuscrito do terceiro tomo, editado por Engels, existe não só um capítulo especial sobre a renda dos terrenos destinados à construção, a renda das minas e o preço da terra, mas também uma investigação profunda sobre a "gênese da renda capitalista da terra". Cumpria-se assim um desejo já expresso no segundo tomo das *Teorias*.[42] A seção VI do terceiro tomo, nascida dessa forma, poderia abranger os temas mais importantes do "Livro sobre a propriedade da terra", originalmente previsto, embora Marx destaque então que "um tratamento sistemático da propriedade da terra, que está fora de nosso plano", exigiria considerar não apenas as diversas formas históricas dessa propriedade, mas também alguns problemas especiais referentes à moderna propriedade da terra.[43] Por outro lado, no prefácio de Engels ao terceiro tomo de *O capital* podemos ler que "na década de 1870, Marx levou adiante estudos especiais inteiramente novos", relacionados à seção dedicada à renda da terra: "Ele havia estudado e resumido durante anos, a partir da língua original, os registros estatísticos e outros textos sobre a propriedade da terra publicados desde a 'reforma' realizada na Rússia em 1861. [...] Dada a variedade das formas de propriedade da terra e de exploração dos produtos agrícolas na Rússia, na seção sobre a renda da terra a Rússia estava destinada a desempenhar o mesmo papel que a Inglaterra havia desempenhado no primeiro tomo, que abordou o tema do trabalho assalariado industrial."[44] Não é possível sequer imaginar as modificações que, nessa ocasião, teriam sido feitas no manuscrito sobre a renda da terra.

O manuscrito de 1864-1865 não contém nenhuma remissão a algum "Livro sobre o trabalho assalariado". Isso se explica pelo simples fato de que o manuscrito foi redigido depois de Marx elaborar o novo plano estrutural. Por causa dele, todos os assuntos do livro sobre o trabalho assalariado, planejado antes, foram remetidos ao primeiro tomo da obra, dedicado ao processo de produção.

Por último, no que diz respeito aos livros IV, V e VI iniciais (sobre o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial), remetemos o leitor à passagem já citada do terceiro tomo de *O capital*,[45] na qual Marx excluía do âmbito de investigações de *O capital* o problema das "conexões no mercado mundial". O mesmo vale para o problema, estritamente vinculado a elas, dos ciclos industriais, "a alternância de prosperidade e crise", "cuja análise

mais aprofundada" — como Marx destaca repetidamente — "se situa fora do âmbito de nosso tema",[46] podendo vir a ser tratado em um "desdobramento eventual da obra". Isso demonstra que, de fato, a teoria de Marx sobre as crises apresenta "lacunas", no sentido de que ele mesmo não previra tratar o problema em seu nível mais concreto. Nessa medida, a crítica de Rosa Luxemburgo[47] contém um núcleo de verdade.

Eis o que podemos dizer sobre as modificações comprováveis de planejamento que aparecem nos manuscritos de *O capital* de que tratamos. Que conclusões podemos então extrair? Em primeiro lugar, a transição do antigo para o novo plano não se produziu antes de 1864-1865; além disso, no que diz respeito à modificação dos planos, devemos estabelecer uma distinção entre os livros primeiro, segundo e terceiro originais, e os livros quarto, quinto e sexto. Embora os temas previstos para constar destes últimos não tenham sido incorporados à estrutura posterior, parece que eles não chegaram a ser propriamente "abandonados", permanecendo à espera de um "desdobramento eventual" da obra. Mas, como esses temas só são abordados ocasionalmente em *O capital*, parece justificar-se o que se convencionou chamar a "teoria das lacunas", para usarmos a expressão de Grossmann (que, não obstante, nega a existência de qualquer tipo de "lacuna" em *O capital*).[48]

A situação dos livros segundo e terceiro é bastante diferente, pois eles foram incorporados à nova estrutura; aliás, *O capital* seria inimaginável se as questões previstas para eles não fossem abordadas (o mesmo se aplica às questões *b-d* do "Livro sobre o capital", tal como concebido originalmente). O problema da modificação do plano, que trataremos a seguir, só existe em relação a esses componentes da antiga estrutura, ou seja, aos livros segundo e terceiro e às seções *b-c* do livro primeiro.[49]

III. COMO A MODIFICAÇÃO DO PLANO FOI INTERPRETADA ATÉ HOJE?
(As tentativas de explicação de Grossmann e Behrens)

Sobre a história aparente da modificação do plano, dissemos tudo. Mas, que motivos houve para essa modificação, e que relação ela mantém com a metodologia da obra de Marx?

É significativo (e vergonhoso) que essa pergunta tão fundamental para compreender a construção doutrinária de Marx só tenha sido feita em 1929, por Henryk Grossmann,[50] autor de *Das Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems* [A lei da acumulação e a derrocada do sistema capitalista]. Todavia, Grossmann não resolveu o problema. Tampouco o fizeram alguns autores que abordaram a questão no após-guerra.

Grossmann tem razão quando afirma que "é impossível que uma modificação do plano estrutural de *O capital* tenha sido casual ou decorrido de um problema técnico de exposição, como a busca de clareza, por exemplo". É preciso buscar, antes de tudo, motivos "internos", ou seja, metodológicos. Porém, os motivos apontados por Grossmann são tão desastrados que, lamentavelmente, sua tentativa de explicação foi um enorme fracasso.[51]

Segundo Grossmann, o problema pode ser resolvido com extrema simplicidade: na obra definitiva, Marx articula as diversas funções do capital industrial a partir do ponto de vista do conhecimento, enquanto no plano original o material fora organizado a partir de um ponto de vista empírico.[52] Só mais tarde, em 1863, paralelamente à sua investigação sobre o problema da reprodução, Marx teria "deixado de tomar, como objeto de análise, o mundo dos fenômenos imediatamente dados"; só nesse momento ele teria avançado "dos fenômenos do lucro e das diversas formas do capital, visíveis desde a superfície, passando a formar uma visão poderosa da totalidade, da mais-valia total e do capital total". "Ao dar esse passo, tornou-se impossível manter o plano inicial."[53] O abandono deste plano representaria a ruptura com uma concepção vulgar da economia, ruptura que Marx só pôde realizar em 1863.

O estudo de Grossmann recebeu pesadas críticas de Behrens,[54] que pretende explicar a modificação do plano a partir da "essência da dialética materialista". Porém, tudo o que ele nos oferece é o seguinte: "Se com a subdivisão em seis livros [Marx] partia originalmente de pontos de vista exteriores e se ajustava mais à subdivisão tradicional da economia anterior, agora [ou seja, quando da modificação do plano] ele estruturou a obra segundo pontos de vista metodológicos rigorosamente científicos."[55]

Podemos ver que, apesar da crítica ao método "exterior e mecanicista" de Grossmann, a tentativa de explicação de Behrens é praticamente igual à dele. Ambos pretendem compreender (de forma igualmente "exterior") a modificação do plano inicial a partir do fato de que Marx estava preocupado com um determinado assunto;[56] baseados em uma passagem da *Correspondência*, interpretada de forma arbitrária, ambos "localizam" em 1863 o momento da modificação do plano;[57] para ambos, enfim, o plano original de Marx baseava-se em uma metodologia típica da economia vulgar. Os acessórios "dialéticos" com que Behrens ornamenta sua argumentação em nada modificam a abordagem.

Seria pura perda de tempo considerar em detalhes essas tentativas tão inconsistentes de explicação. Teremos de deduzir por nossa própria conta o sentido do plano original, partindo dos *Grundrisse* e de outros manuscritos preparatórios de *O capital*, de modo a criar condições para solucionar o problema da modificação do plano.

IV. O SENTIDO METODOLÓGICO DO PLANO ORIGINAL

A) OS TRÊS PRIMEIROS "LIVROS"

1. A opinião de Marx sobre o método e o objeto da economia política

A divisão visível da obra coincide ou não com a subdivisão convencional proposta pela economia burguesa? Sim, mas só aparentemente. A tarefa da investigação marxista consiste em não se deixar enganar por semelhanças superficiais, procurando chegar à essência da questão, às premissas metodológicas fundamentais que diferenciam a subdivisão de Marx em relação à convencional.

Estamos tratando de um plano esboçado por Marx, pela primeira vez, em setembro de 1857, no fim da introdução que precedia os *Grundrisse* e cujo objeto é o "método da economia política".[58] Parece evidente, portanto, que devemos buscar nesse capítulo a primeira explicação para o sentido do plano estrutural original de Marx.

Marx demonstra aqui, antes de tudo, que "ir do abstrato ao concreto" é o único método científico adequado para "apropriar-se do concreto, reproduzindo-o como um concreto pensado". Na Introdução, em uma passagem famosa, ele diz: "O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, portanto, a unidade do diverso."[59] Por isso, o pensamento só pode compreender plenamente o concreto "em um processo de síntese", ou seja, pela reconstrução progressiva do concreto a partir de suas determinações abstratas mais simples. Se a análise científica (econômica, no caso) começa diretamente "pelo real e concreto", pelas próprias "condições reais" — por exemplo, a população ou o mercado mundial —, só poderá enxergar uma imagem difusa e totalmente indefinida da realidade. "A população é uma abstração se deixo de lado, por exemplo, as classes de que se compõe. Essas classes, por sua vez, são uma palavra oca se desconheço os elementos sobre os quais repousam, como por exemplo o trabalho assalariado, o capital etc. Estes últimos pressupõem a troca, a divisão de trabalho, o capital etc. [...] Portanto, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do conjunto. Buscando sempre maior precisão, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples: do concreto representado, chegaríamos a abstrações cada vez mais sutis, até alcançarmos as determinações mais simples. Atingido esse ponto, seria necessário realizar uma viagem de volta, até reencontrar novamente a população. Agora, porém, não teríamos a representação caótica de um conjunto, mas sim uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações." Por isso, o método cientificamente correto na economia política deve elevar-se "a partir do simples — trabalho, divisão

do trabalho, necessidade, valor de troca — até o Estado, o comércio entre as nações e o mercado mundial",[60] para poder examinar o desenvolvimento do modo de produção capitalista como uma totalidade orgânica.

Reproduzimos esse trecho, tão freqüentemente citado na literatura marxista, porque também nos esclarece sobre o plano estrutural de Marx em 1857; porque revela que já esse plano (como ocorreria depois com *O capital*) "segue o caminho que parte das determinações abstratas na direção do concreto". Não se pode interpretá-lo como se a subdivisão ali apresentada correspondesse ao "ponto de vista da matéria bruta".[61] Mas isso não é tudo. O plano original foi concebido como um processo de síntese, efetuando repetidamente a "passagem do abstrato ao concreto". Isso fica bem claro na variante do plano que aparece nas p. 138-139 dos *Grundrisse*. Nela, a investigação parte das categorias gerais (valor de troca, dinheiro, preço) para chegar, através da análise da "estrutura interna da produção" — das categorias do capital, da propriedade da terra e do trabalho assalariado — à síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Nela se "contempla" a sociedade burguesa "em relação consigo mesma", o que oferece novos pontos de vista. No entanto, este não é o último passo da concretização. Pois a economia nacional deve ser concebida também em suas relações com o exterior, com outras nações capitalistas (e não capitalistas), e, ao fim e ao cabo, como parte de um todo mais amplo, que compreenda o conjunto dos países. Só então chegamos à categoria do mercado mundial e da economia mundial como uma "rica totalidade com múltiplas determinações e relações". Finalmente, o mesmo processo de "elevar-se do abstrato ao concreto" se repete também no "Livro sobre o capital". Nele, Marx começa com o "capital em geral" para chegar, através do exame da concorrência e do sistema de crédito, à forma mais acabada que o capital assume, o capital dividido em ações.[62]

O que distingue o plano inicial, antes de mais nada, é a consideração da economia burguesa como um "todo orgânico", é o ponto de vista da totalidade ou, como disse Lukács, o "predomínio multifacético e determinante do todo sobre as partes".[63] (Como isso está distante do método da economia burguesa, que estabelece uma vinculação exterior entre os fenômenos econômicos!) No mesmo capítulo da Introdução, Marx diz que seria "impraticável e errôneo" considerar "as categorias econômicas na ordem em que elas foram historicamente determinantes". "A ordem em que se sucedem está determinada pelas relações que existem entre elas na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente a inversa da que parece ser sua ordem natural ou da que corresponde à sua ordem de sucessão no curso do desenvolvimento histórico. Isso deve ser levado em conta porque oferece elemen-

tos decisivos para o plano [do nosso estudo]. Parece ser mais natural, por exemplo, começar pela renda da terra, a propriedade fundiária, pois ela está ligada à terra, fonte de toda produção e de toda existência, a primeira forma de produção de todas as sociedades mais ou menos estáveis: a agricultura. Entretanto, nada seria mais equivocado." Pois, "em todas as formas de sociedade, uma determinada produção e as relações que ela engendra conferem a todas as outras produções e relações seu lugar e sua importância". No modo de produção capitalista, a agricultura se converte cada vez mais em um ramo da indústria, e como tal submete-se ao capital. Precisamente por isso, no exame teórico da ordem social burguesa, o capital, na condição de "potência econômica que predomina sobre toda a sociedade burguesa", constitui "o ponto de partida e o ponto de chegada, devendo ser analisado antes da propriedade da terra". (Só "quando ambos tenham sido analisados separadamente devemos analisar sua relação recíproca".)[64]

2. A "fórmula trinitária" da economia burguesa

Se já no primeiro plano estrutural o conceito de capital constitui "o ponto de partida e o ponto de chegada", por que então Marx registrou o propósito de complementar o "Livro sobre o capital" com livros especiais consagrados à propriedade da terra e ao trabalho assalariado? Podemos concluir daí que o plano original ainda apresentava certa dose de inconseqüência ou imaturidade?

De modo algum. Em primeiro lugar, devemos recordar que a divisão do material em três partes, habitual na economia burguesa, nem sempre servia a fins apologéticos. Nesse aspecto, devemos distinguir entre a economia clássica e a economia vulgar. Sabemos que Marx reduziu a pó, sem piedade, a "fórmula trinitária" da economia vulgar, sua doutrina dos três "fatores de produção" — o capital, a terra e o trabalho. Essa teoria concebe tais fatores não somente como três fontes de rendimentos diferentes, mas também como fontes autônomas e cooperantes no processo de criação de valor (assim como, "na agricultura, por exemplo, o agricultor, os bois, o arado e a terra colaboram harmoniosamente no processo de trabalho real, não obstante sua diversidade").[65] Ele demonstrou que nessa fórmula — que mistura sem o menor escrúpulo as formas sociais da produção, historicamente determinadas, com os elementos materiais do processo de trabalho real — aparece desenvolvida "a mistificação do modo capitalista de produção, a reificação das relações sociais": "O mundo encantado, invertido e virado de ponta-cabeça onde Monsieur Le Capital e Madame La Terre, ao mesmo tempo caracteres sociais e simples coisas, rondam como espectros."[66] Todavia, essa caracterização só pode aplicar-se à economia vulgar propriamente dita, ou

então ao elemento de economia vulgar[67] presente nos trabalhos dos clássicos.[68] Nestes, porém, há um pequeno elemento de verdade na "fórmula trinitária", pois, por causa da separação entre os verdadeiros produtores e os meios de produção, o valor criado pelo trabalho anual agregado se divide em três partes, que assumem três formas diferentes de rendimentos e constituem a renda anual de três classes sociais: os capitalistas, os proprietários fundiários e os trabalhadores. "Portanto, estas são relações ou formas de distribuição, pois expressam as proporções em que o novo valor global gerado se distribui entre os possuidores das diferentes forças materiais operantes na produção."[69]

"Se o trabalho não fosse trabalho assalariado, sua participação no produto gerado não apareceria sob a forma de salário."[70] Por outro lado, se as classes dominantes não detivessem o monopólio dos meios de produção, não poderiam obrigar o trabalhador a realizar mais-trabalho e tampouco estariam em condições de apropriar-se das diversas partes da mais-valia criada, na forma de lucro, juro ou renda da terra. Portanto, a distribuição do produto depende da "distribuição dos elementos de produção", da "separação entre a força de trabalho, mercadoria do trabalhador, e os meios de produção, propriedade de não-trabalhadores".[71] "A distribuição do produto é apenas um resultado dessa distribuição que está embutida no próprio processo de produção e determina a organização da produção."[72] Desse ponto de vista, "as assim chamadas relações de distribuição são as relações de produção, elas mesmas", consideradas *sub alia specie* [sob outro ponto de vista].[73] Decorre daí que é insensato "considerar as formas burguesas de produção como absolutas e, ao mesmo tempo, considerar as formas burguesas de distribuição como relativamente históricas, ou seja, transitórias".[74] Mas não decorre daí que, na economia, as formas de distribuição tenham apenas um papel subordinado. Ao contrário. Reiteradamente, estas formas influem retroativamente nas relações de produção: "a *differentia specifica* — e, portanto, também a limitação específica — penetra na própria produção como uma determinação que a invade e a domina".[75] "Por isso, Ricardo, que se esforçou por conceber a produção moderna no contexto de uma organização social específica e que é o economista da produção *par excellence*, declara que *não* é a produção, e sim a distribuição, o verdadeiro tema da economia moderna."[76] Em última instância, Marx também se interessa por conceber as formas em que a distribuição se manifesta, formas que "servem de ponto de partida para a economia vulgar". Ele as considera o reverso necessário das relações de produção; quer demonstrar que "as três grandes classes da sociedade capitalista desenvolvida (proprietários fundiários, capitalistas e assalariados) correspondem às três grandes formas de rendimentos

(renda da terra, lucro e salário) e que, da existência dessas classes, decorre necessariamente uma luta de classes, resultado real e evidente do período capitalista".[77] Coerentemente, o terceiro tomo de *O capital* termina com a investigação dos rendimentos e das classes sociais. Porém, já no plano de 1857 a análise do capital, da propriedade da terra e do trabalho assalariado deveria desembocar na consideração das "três grandes classes sociais" e do "intercâmbio entre elas", ou seja, deveria caminhar desde a investigação das relações de produção até as relações de distribuição.[78] Também aqui se pode comprovar uma ampla concordância entre o plano inicial e o definitivo.

3. As três classes sociais fundamentais

Do que dissemos, fica claro em que sentido devemos entender a divisão da investigação em três partes, tal como prevista no plano inicial, com livros específicos dedicados ao capital, à propriedade da terra e ao trabalho assalariado; tratava-se justamente de investigar "as condições econômicas de existência das três grandes classes em que a sociedade burguesa moderna se divide".[79] Mas, o que determina essa diferenciação das classes da sociedade burguesa? Ou, como podemos ler no fragmento do capítulo LII do terceiro tomo de *O capital*, "o que faz com que trabalhadores assalariados, capitalistas e proprietários fundiários sejam as três grandes classes sociais?"[80]

No que diz respeito aos trabalhadores assalariados e aos capitalistas, só pode haver uma resposta: suas funções no processo de produção.[81] No tocante ao trabalho assalariado, isso é óbvio: sem a presença dele, a ordem social capitalista seria inimaginável. Para valorizar-se, o capital deve encontrar constantemente uma classe de pessoas que não possuem meios de produção e que, por isso, só ao preço de realizar um mais-trabalho conseguem obter uma participação no valor que criam. Também a existência e o papel da classe dos capitalistas (estamos tratando aqui, naturalmente, dos capitalistas industriais)[82] estão determinados por sua função no processo de produção. Marx escreveu em suas *Glosas marginais ao Tratado de economia política de Adolf Wagner*: "Considero [...] o capitalista como um funcionário necessário da produção capitalista e mostro minuciosamente que ele não só 'retira' ou 'expropria' mas também cria as condições para a produção da mais-valia. Primeiro ajuda a criá-la, para em seguida retê-la; além disso, demonstro[83] detalhadamente que na troca de mercadorias só se trocam equivalentes", ou seja, que "o capitalista, quando paga ao trabalhador o valor real de sua força de trabalho, ganha pleno direito à mais-valia, segundo o direito que corresponde a esse modo de produção".[84] Ou então, como lemos nas *Teorias*: "O capitalista é o explorador direto dos operários. Não só se apropria diretamente da mais-valia, como — também diretamente — cria as condições

para que ela exista. Como, para o capitalista industrial, isso só pode ocorrer através do (e no) processo de produção, ele próprio é funcionário dessa produção, seu dirigente."[85] Desde esse ponto de vista, considerando-se que "o trabalho objetivado e o trabalho vivo [...]" constituem "os dois fatores sobre os quais repousa a produção capitalista e o trabalhado assalariado", eles são "os únicos funcionários e fatores da produção cuja relação e cujo enfrentamento nascem da essência do modo de produção capitalista".[86]

Por isso, deve-se traçar uma clara linha de separação entre o capitalista industrial e o grande proprietário de terras. O primeiro, "no modo de produção capitalista, [...] não só é um funcionário, mas também o funcionário dominante da produção", enquanto neste modo de produção o segundo "é completamente supérfluo". Este último, é certo, foi "um funcionário essencial da produção no mundo antigo e medieval", mas "no mundo industrial é uma excrescência inútil".[87] Por isso é coerente que os economistas, especialmente Ricardo, "partam da divisão dual entre capitalista e trabalhador assalariado, admitindo o proprietário fundiário como um fenômeno especial posterior [...]. Essa redução às classes que participam diretamente na produção — redução baseada na essência do modo de produção capitalista e em sua diferença em relação aos modos feudal e antigo, [...] que limita a participação nos valores produzidos a capitalistas e trabalhadores assalariados, e que exclui o proprietário da terra, o qual só se incorpora *post festum*, por não ter origem no modo de produção capitalista, sendo representante de uma relação de propriedade sobre recursos naturais recebidos como herança —, essa redução não é um erro de Ricardo e de outros,[88] mas sim uma expressão teórica adequada do modo de produção capitalista, que exprime sua *differentia specifica*."[89] Porém, o fato de o latifundiário não ser "um agente necessário da produção capitalista"[90] não permite concluir que ele seja desnecessário para a existência desse modo de produção, ou que o modo de produção capitalista pudesse ter surgido e se desenvolvido sem que existisse a propriedade da terra. Ao contrário. Se a terra estivesse livre, "à disposição de qualquer um, faltaria um elemento fundamental para a formação do capital. Esse meio essencial de produção — com exceção do homem e de seu próprio trabalho, único meio original de produção — não poderia ter sido apropriado, e desse modo o trabalhador não seria forçado a se converter em trabalhador assalariado. A produtividade do trabalho [...] no sentido capitalista, ou seja, a 'produção' de trabalho alheio não pago, tornar-se-ia impossível."[91] Desse ponto de vista, "a propriedade privada da terra [...] — a propriedade privada da terra por parte de uns, o que implica a não-propriedade por parte de outros — é o fundamento do modo capitalista de produção".[92] O capital não pode existir sem a propriedade da terra

("a qual inclui como antítese"); por isso, a transformação das condições de trabalho em capital pressupõe "que os produtores diretos sejam expropriados da terra", ou seja, pressupõe "uma determinada forma de propriedade da terra".[93]

Entretanto, "o incipiente modo capitalista de produção encontra, na origem, uma forma de propriedade da terra que não corresponde às suas necessidades. Só ele mesmo cria a forma que lhe corresponde, mediante a subordinação da agricultura ao capital [...]. A propriedade da terra ganha sua forma puramente econômica ao despojar-se de todos os seus adereços políticos e sociais anteriores",[94] reduzindo-se à categoria de renda capitalista da terra. Não se deve esquecer que "a produção capitalista inicia sua existência encontrando, como premissa, uma propriedade fundiária que não surge dela, mas preexiste a ela". Por isso, a influência do capital sobre a propriedade da terra encontra barreiras. "Tudo o que o capital pode fazer é submeter a agricultura às condições da produção capitalista."[95] Mas não pode impedir que, junto aos capitalistas propriamente ditos, continue a existir uma classe particular de proprietários monopolistas dos meios de produção, "força exterior e entrave" que "o capital investido na terra [...] encontra".[96] Essa classe pode ter êxito em arrancar do capitalista uma parte da mais-valia criada pelos trabalhadores. É certo que "a propriedade privada de objetos naturais" não é "uma fonte da qual brote valor, já que o valor é igual a tempo de trabalho objetivado, nem tampouco é uma fonte da qual brote mais-valia [...]. Mas essa propriedade é uma fonte de renda [...], uma imposição de receber trabalho não pago, trabalho gratuito [...]."[97] O latifundiário possui "na propriedade do solo (condição para a renda absoluta) e na diversidade natural dos tipos de solo (condição para a renda diferencial) um título que lhe permite embolsar uma parte desse mais-trabalho ou dessa mais-valia que ele não contribui nem para dirigir nem para criar". "Por isso, em casos de conflito", acrescenta Marx, "o capitalista considera o latifundiário como uma mera excrescência, um parasita da produção capitalista."[98]

4. A "transição do capital à propriedade da terra" e "da propriedade da terra ao trabalho assalariado"

Observamos mais ou menos detidamente o problema da propriedade da terra e do papel que lhe corresponde no modo capitalista de produção. A necessidade dessa digressão ficará clara quando considerarmos um aspecto decisivo para a compreensão do plano inicial, que se encontra tanto nos *Grundrisse* como na *Correspondência*.[99] Trata-se das passagens em que Marx estuda a transição do capital à propriedade da terra, de um lado, e da propriedade da terra ao trabalho assalariado, de outro.

No tocante à primeira transição, encontramos nos *Grundrisse* a seguinte passagem: "No mercado de dinheiro [cuja análise deveria concluir o 'Livro sobre o capital'] o capital aparece em sua totalidade [...]. Não só como produtor de si mesmo [...] mas ao mesmo tempo como criador de valores, o capital deve supor uma forma de riqueza (ou um valor) especificamente distinta do capital. Esta forma é a *renda da terra*. Este é o único caso em que o capital cria um valor diferente de si mesmo, de sua própria produção. Tanto por sua natureza como por sua história, o capital é o *criador* da moderna propriedade da terra, da renda da terra; sua ação resulta na dissolução da velha forma de propriedade da terra. A nova forma surge como conseqüência da ação do capital sobre a velha [...]."[100]

Portanto, como diz o próprio Marx, "a transição do capital à propriedade da terra" deve ser compreendida de duas maneiras, uma dialética, outra histórica. Feita a digressão anterior, esta segunda maneira não necessita de maiores explicações. No que diz respeito à transição dialética, ela deve ser entendida da seguinte maneira: o capital cria uma forma peculiar de riqueza, o valor baseado no trabalho. Mas também existe o "valor dos agentes naturais" (terras agricultáveis, quedas d'água, minas etc.), que não são produtos do trabalho, mas que "são objeto de apropriação, tendo por isso valor de troca, entrando assim no cálculo dos custos de produção".[101] Só se pode explicar esse valor com a teoria da renda. A moderna renda da terra é uma criação específica do capital, a única criação em que ele faz surgir um "valor diferente de si mesmo, de sua própria produção". Aparece aqui a resposta à pergunta: "Como podem ter valor mercadorias que não contêm trabalho ou, em outras palavras, de onde surge o valor de troca dos produtos da natureza?"[102] Nesse caso, só pode tratar-se, é claro, de um "valor" em sentido metafórico. Ou seja, esse valor não encontra explicação direta e imediata na teoria do valor em si mesma, mas pressupõe "desenvolvimentos mais aprofundados".[103] Além das considerações históricas que apontam nesse sentido, este é mais um motivo pelo qual a moderna propriedade da terra — e a teoria da renda da terra — só deve ser estudada depois de investigarmos a categoria do capital.

Isso diz tudo sobre a relação conceitual e histórica entre a propriedade da terra e o capital. "Cabe perguntar agora", prossegue Marx, "como se produz a passagem da propriedade da terra ao trabalho assalariado. [...] Historicamente, a transição é indiscutível. A transição está implícita no fato de que a propriedade da terra é produto do capital.[104] Eis por que encontramos esse fenômeno em todos os lugares: onde, pela ação do capital sobre as velhas formas de propriedade da terra, estas passam a gerar uma renda em dinhei-

ro (o mesmo se passou, de outra forma, onde foi criado o camponês moderno) e onde, em paralelo, a agricultura, explorada pelo capital, se converte em uma atividade subordinada à indústria, [...] os servos da gleba, camponeses sujeitos ao pagamento de prestações, *enfiteuses*, aluguéis etc., necessariamente se transformam em trabalhadores pagos por jornada ou em assalariados. [...] Só a ação do capital sobre a propriedade da terra cria e desenvolve plenamente o trabalho assalariado. [O proprietário fundiário], como disse Steuart, 'limpa'[105] então a terra de suas bocas supérfluas, arranca os filhos da terra do peito que os criou e transforma assim o trabalho agrícola, que segundo sua natureza se apresenta como fonte direta de subsistência, em fonte mediada de subsistência, completamente dependente das relações sociais. [...] O *trabalho assalariado* em sua forma *clássica* — aquele que perpassa toda a sociedade e se converte em sua base, tomando o lugar da terra — é criado pela moderna propriedade da terra [...].[106] A propriedade da terra nos faz retornar, portanto, ao trabalho assalariado. Trata-se [...] simplesmente da transferência do trabalho assalariado das cidades ao campo, ou seja, do trabalho assalariado estendido a toda a superfície da sociedade."[107] A esse respeito, a Inglaterra é "[...] o país modelo para os outros do continente". Por outro lado, a mesma necessidade de instituir a (moderna) propriedade capitalista da terra se revela "quando, no interior de uma sociedade, as modernas relações de produção, isto é, o capital, se desenvolveu plenamente e essa sociedade se apoderou de um novo território, como ocorre nas colônias"; então, "o capitalista se vê defrontado com o fato de que, na ausência de trabalho assalariado, seu capital deixa de ser capital, e de que um dos pressupostos do capital não é apenas a propriedade da terra, mas a propriedade moderna; propriedade da terra que, como renda capitalizada, é mais cara e como tal exclui a utilização direta da terra pelos indivíduos. Daí a teoria de Wakefield sobre as colônias,[108] aplicada pelo governo inglês na Austrália. A propriedade da terra se torna artificialmente mais cara para transformar os trabalhadores [nativos] em assalariados e fazer com que o capital opere como tal [...]." Precisamente por isso, diz Marx, a teoria de Wakefield é "tremendamente importante para se compreender a moderna propriedade da terra".[109]

Também a passagem da propriedade da terra ao trabalho assalariado não é só um processo histórico, mas também dialético: "O capital, como criador da renda da terra", prosseguem os *Grundrisse*, "recria a produção de trabalho assalariado, seu fundamento universal.[110] O capital surge na circulação e reduz o trabalho a trabalho assalariado; constitui-se dessa forma e se desenvolve como uma totalidade, tendo a propriedade da terra como sua condição e ao mesmo tempo como sua antítese.[111] Com isso, ele estabelece o

trabalho assalariado como seu fundamento universal. Logo, é necessário considerar este último [o trabalho assalariado] em separado."[112]

5. O verdadeiro propósito da divisão tripartite

No fundo, o que Marx discute aqui é a estrutura de sua obra, o problema da ordem em que devem ser descritas as categorias do capital, da propriedade da terra e do trabalho assalariado que expressam a estrutura de classes da sociedade burguesa. A investigação das relações recíprocas entre essas categorias leva à seguinte resposta: como relação decisiva da sociedade burguesa, que em tudo penetra e a tudo domina, deve-se elaborar primeiramente a categoria do capital em sua forma pura, deixando de lado as formas que podem ser deduzidas das relações do próprio capital. Só então se pode tratar da moderna propriedade da terra, como criação do capital, como produto de sua influência sobre formas econômicas pré-capitalistas. Mas o pleno desenvolvimento do trabalho assalariado, que tanto conceitual como historicamente representa a condição fundamental do capital e do modo de produção capitalista, pressupõe que esse modo de produção tenha abarcado a totalidade das relações sociais, com a transformação também dos produtores rurais em trabalhadores assalariados. Por isso, essa categoria só pode ser estudada em profundidade depois da categoria do capital (e da propriedade da terra).

Vê-se que Marx divide a investigação em três partes e estabelece a ordem que ela deveria seguir, partindo de motivos que não têm nada a ver com "pontos de vista exteriores" de nenhum tipo ou com a doutrina tradicional dos "fatores de produção" da economia política burguesa. Pelo contrário, seus motivos surgem da natureza íntima do modo capitalista de produção, da sucessão histórica e lógica das categorias que o compõem, o que obrigou a um desmembramento — pelo menos temporário — do objeto da investigação. Isso ocorreu especialmente no começo da análise, quando Marx diz: "Nosso objetivo essencial, neste ponto, é fixar as determinações formais puras, sem agregar a elas nenhum elemento indevido."[113] Nos *Grundrisse* de 1857-1858, para poder elaborar em forma pura o conceito de capital, Marx se viu obrigado a prescindir não só da categoria da propriedade da terra, mas de um exame mais detalhado das formas de salário.[114] (Também na obra definitiva de Marx a investigação da renda da terra só pôde ter lugar no fim do terceiro tomo, ou seja, depois de feita a análise do capital.) É nesse sentido, ou seja, no sentido de um "modelo de trabalho" provisório mas inevitável, que precisamos interpretar a divisão tripartite original da obra em livros separados sobre o capital, a propriedade da terra e o trabalho assalariado. Resta o problema dos motivos específicos que provocaram o abandono pos-

terior dessa estrutura. Mas, antes de considerarmos a questão, queremos tornar mais claras as modificações experimentadas pelo plano original da primeira parte da obra, mais exatamente o "Livro sobre o capital".

B) O "LIVRO SOBRE O CAPITAL"

1. A divisão original do "Livro sobre o capital"

Segundo o plano de 1857-1858, esse livro seria dividido nas seguintes seções:[115]

a) Seção sobre o "capital em geral"
   1. O processo de produção do capital
   2. O processo de circulação do capital
   3. Lucro e juros
b) Seção sobre a concorrência
c) Seção sobre o sistema de crédito
d) Seção sobre o capital dividido em ações

Só a primeira seção foi redigida (1857-1858). Isso ocorreu precisamente nos *Grundrisse*, que, como vimos, diferentemente da obra posterior, se limita à análise do "capital em geral". Mas, no que diz respeito às seções restantes (*b*, *c* e *d*) ocorreu depois um processo semelhante, como pudemos comprovar em relação ao primeiro e segundo tomos; Marx as abandonou como seções independentes, mas incorporou seu conteúdo à nova estrutura da obra. Portanto, também aqui o esquema original foi reduzido, mas tal redução correspondeu ao mesmo tempo a uma ampliação da primeira parte, a seção sobre "o capital em geral". Pois, enquanto os primeiros tomos de *O capital*, no fundo, não ultrapassam a análise do "capital em geral", no terceiro tomo aparecem também — na ordem originalmente prevista — os temas da concorrência, do crédito e do capital dividido em ações. Eles se incorporam à análise, embora não com a mesma ênfase inicialmente prevista por Marx. Também esse caso confirma que a estrita separação originária das categorias foi só um mecanismo metodológico de abstração, que pôde ser abandonado tão logo a tarefa principal — a análise do "capital em geral" — foi realizada. Portanto, esta é a categoria que precisa ser compreendida em primeiro lugar. A ela, devemos consagrar agora nossa atenção.

2. O "capital em geral" e a "pluralidade de capitais"

Como sabemos, os *Grundrisse* de Marx excluem em princípio não só todos os temas que haviam sido incluídos nos livros segundo ao sexto originalmente previstos, mas também aqueles que estavam destinados ao exame nas

seções *b-d* do livro I.[116] Desde o início, pretendem tratar apenas do "capital em geral". Mas, o que significa o conceito de "capital em geral"? Em que nível de abstração estamos trabalhando?

Em um primeiro momento, aceitemos a resposta que encontramos na carta de Marx a Kugelmann de 28 de dezembro de 1862. Ali, ele diz que a limitação ao "capital em geral" exclui considerações sobre a concorrência entre os capitais e o sistema de crédito.[117] Na concorrência, temos a "ação do capital sobre o capital", o que pressupõe a pluralidade de capitais; no crédito, "o capital aparece, diante dos diferentes capitais, como um elemento geral".[118] Em ambos os casos trata-se do movimento real de capitais concretos, do capital em sua realidade, e não em sua "média ideal".[119] "O capital", lemos nos *Grundrisse*, "existe e só pode existir como muitos capitais; sua autodeterminação aparece como ação e reação recíproca deles entre si" (mais um eco da terminologia de Hegel); sua natureza íntima o impele a "repelir-se a si mesmo".[120] "A produção baseada no capital só encontra sua forma adequada na medida em que a concorrência se desenvolve."[121] Evidentemente, "enquanto o capital é débil, se apóia nas muletas de modos de produção anteriores ou que caducam com seu aparecimento". Por outro lado, "tão logo começa a perceber a si mesmo como barreira ao desenvolvimento, recorre a formas que, embora pareçam dar os últimos retoques ao domínio do capital, restringindo a concorrência, anunciam ao mesmo tempo sua dissolução e a do modo de produção baseado nele".[122] Mas, em sua época de esplendor, o domínio do capital só pode concretizar-se na concorrência e através dela.

Esse núcleo positivo da concorrência é o que a economia burguesa "jamais compreendeu", nas palavras de Marx. Pois essa economia "só a compreendeu pelo lado negativo, isto é, como negação de monopólios, corporações, regulamentações legais etc. Como negação da produção feudal." Mas a concorrência "está longe de ter apenas esse significado histórico, ou ser meramente *esse elemento negativo*". Ela é, ao mesmo tempo, "a relação do capital consigo mesmo como outro capital, ou seja, o comportamento real do capital na condição de capital". Só "através dela aparece como necessidade externa, para cada capital, aquilo que corresponde [...] ao conceito de capital". Por isso, conceitualmente, a concorrência expressa "a *natureza interna do capital* [...] que se apresenta e se realiza como ação recíproca dos diversos capitais entre si", os quais "impõem a si próprios as determinações imanentes do capital".[123] A concorrência é o "motor essencial da economia burguesa", embora não crie suas leis, apenas lhes dê uma forma concreta; não as explica, apenas as torna visíveis.[124] Seria incorreto confundir a investigação

dessas leis com a análise da concorrência, das relações de crédito que as pressupõem etc. Para compreender as formas de manifestação, primeiro é necessário investigar o que se manifesta nelas. Isso se torna mais importante porque na concorrência tudo se apresenta, e deve apresentar-se, invertido[125] (o preço não parece ser determinado pelo trabalho, mas o trabalho pelo preço etc.). Nela, o capital aparece como o agente que "*determina os preços, gera trabalho, regula e é fonte da produção*".[126] Portanto, para poder investigar em estado puro as leis imanentes do capital, deve-se abstrair a concorrência e seus fenômenos correlatos, adotando-se como ponto de partida o "capital como tal" ou o "capital em geral". "A intervenção de *diversos* capitais não deve perturbar nossa análise neste ponto. A relação entre os *diversos* capitais ficará clara tão logo tenhamos considerado o que todos têm em comum: ser capital."[127]

Que determinações podem ser consideradas comuns a todos os capitais? Evidentemente, aquelas que são válidas para o capital, mas não para outras formas de riqueza; aquelas que expressam o caráter historicamente determinado do modo de produção capitalista.

Os economistas (aqui, Marx pensa em Adam Smith) freqüentemente concebem o capital como "trabalho acumulado (objetivado)", que "serve como um meio para o trabalho vivo". Porém, "é tão impossível passar diretamente do trabalho ao capital como passar diretamente das diversas raças humanas ao banqueiro, ou da natureza à máquina a vapor [...]. Para alcançar o conceito[128] de capital é necessário partir do valor e não do trabalho, mais precisamente do valor de troca já desenvolvido no movimento da circulação."[129] Trata-se do dinheiro, na medida em que não opera como mero meio de troca nem se paralisa entesourado, mas está em um circuito no qual se mantém e se multiplica, mediante o trabalho alheio. Portanto, o que distingue o capital do mero valor ou do dinheiro é, em primeiríssimo lugar, o seguinte: ele é um valor que "gera mais-valia", que se baseia em uma relação específica, historicamente determinada: a relação do trabalho assalariado. Todavia, "sob o capital se subsumem muitos [elementos] que, de acordo com seu conceito, não parecem caber nele. Por exemplo, o capital é emprestado, é acumulado etc. Em todas essas relações,[130] ele parece ser uma mera coisa e coincidir completamente com a matéria que o molda."[131] "Mas não nos ocupamos aqui nem de uma forma *particular* do capital, nem de *tal ou qual capital*, naquilo em que ele se diferencia de outros capitais etc. Acompanhamos o processo de sua formação.[132] Esse processo dialético é apenas a expressão ideal do movimento real de devir do capital.[133] As relações posteriores devem ser consideradas como desenvolvimento desse germe."[134]

O que se revela como sendo comum a todos os capitais é sua propriedade de expandir seu valor, o fato de que eles se apropriam, direta ou indiretamente, da mais-valia gerada no processo capitalista de produção. Por isso, a análise do "capital em geral" deve começar pela investigação do processo de produção. Deve demonstrar como o dinheiro "ultrapassa sua simples determinação como dinheiro" e se converte em capital; como o consumo do trabalho humano engendra mais-valia; finalmente, como a produção dessa mais-valia permite a reprodução do capital e a própria relação capitalista. Tudo isso pode ser estudado sem que seja necessário levar em conta a existência de diversos capitais ou as diferenças entre eles. Pois, qualquer que seja a forma como os diversos capitais individuais distribuem entre si a mais-valia criada no processo de produção, esses capitais "nunca podem repartir mais do que a mais-valia total, ou o mais-produto total".[135] Tal repartição não pode explicar a origem da mais-valia; pelo contrário, só pode obscurecê-la. No lucro, por exemplo, a mais-valia aparece como se fosse criada igualmente por todas as partes do capital, e o próprio capital aparece como "fonte de riqueza, independente do trabalho".[136] Portanto, se compreendemos a premissa fundamental da relação do capital — a relação entre capital e trabalho e o papel da mais-valia como motor da produção capitalista —, devemos partir não da "pluralidade de capitais", mas sim do capital, ou do "capital de toda a sociedade",[137] ou seja, do "capital em geral". Só então é possível desenvolver verdadeiramente o conceito de capital.

Mas o ciclo de vida do capital não se limita ao processo direto de produção. Ao contrário. Para que o capital possa renovar-se, o produto do capital, incluindo o mais-produto, deve "transformar-se em dinheiro, e não como em etapas anteriores da produção, quando o intercâmbio só dizia respeito à produção excedente e aos produtos excedentes, mas de nenhum modo a todos os produtos".[138] Por isso, o processo de produção deve ser complementado pelo processo de circulação. O movimento do capital converte-se, pois, em um circuito no qual aparecem formas novas (capital fixo e circulante) que deixam de ser determinações provisórias do capital e se tornam modos de existência deste. Também essas formas devem ser entendidas como diferenciações internas à abstração do "capital em geral" ("particularização do capital"),[139] já que "caracterizam todos os tipos de capital".[140] Por isso devem ser entendidas sem que se considere a interação recíproca da "pluralidade de capitais". Por outro lado, o percurso do capital pelas diversas fases da circulação aparece agora "como uma barreira à produção, uma barreira erigida pela natureza específica do próprio capital". A circulação exige tempo, e durante esse tempo o capital não pode criar mais-valia. Assim, sua va-

lorização não depende apenas da duração do tempo durante o qual o capital cria valores (tempo de trabalho), mas também do tempo de circulação, durante o qual esses valores se realizam.[141] Da mesma forma, também a mais-valia do capital já não aparece agora como sendo "simplesmente determinada pelo mais-trabalho apropriado no processo de produção". Já não pode ser avaliada "por sua medida real, a proporção entre o mais-trabalho e o trabalho necessário", mas pela magnitude do próprio capital. "Um capital de um valor determinado, em um período determinado, produz uma mais-valia determinada."[142]

Em conseqüência, a mais-valia assume agora (e com isso chegamos à terceira e última seção dos *Grundrisse*) a forma transformada e derivada de lucro, e a taxa de mais-valia assume a forma de taxa de lucro. Só o lucro total da classe capitalista deve coincidir com a mais-valia total apropriada.[143] Os diversos capitais podem embolsar mais ou menos do que corresponderia à mais-valia criada por cada um no processo de produção. Não obstante, nos *Grundrisse* Marx adia esse problema "até que consideremos a existência da *pluralidade de capitais*", pois a fixação de uma taxa geral de lucro e a correspondente transformação dos valores em preços de produção pressupõem a concorrência, ocorrendo em um nível que, de acordo com o plano inicial de Marx, havia sido excluído das considerações sobre o "capital em geral".[144]

O leitor certamente terá percebido que, nas frases citadas, Marx já se refere ao capital de toda a classe capitalista, ao "capital social global", diferenciando-o dos diversos capitais individuais. Que importância tem esse conceito na metodologia de Marx? Isso fica claro em uma importantíssima nota aos *Grundrisse*, em que podemos ler o seguinte:

"Na verdade, *o capital em geral*, diferentemente dos capitais particulares, se apresenta (1) *só como uma abstração*; não uma abstração arbitrária, mas uma abstração que capta a *differentia specifica* do capital, em oposição a todas as demais formas de riqueza [...]. Trata-se de determinações que são comuns a cada capital como tal, ou que fazem de cada soma determinada de valores um capital. Nessa abstração, as diferenças são particularidades abstratas que caracterizam toda espécie de capital, como sua afirmação ou negação (por exemplo, capital fixo ou capital circulante);[145] (2) mas o capital em geral, *diferenciado* dos capitais reais particulares, tem uma existência *real*. A economia vulgar reconhece esse fato, embora não o *compreenda*, apesar de ele constituir um fator muito importante em sua teoria das compensações etc. Por exemplo, o capital nessa *forma universal*, embora pertença a diversos capitalistas, [...] constitui o capital que se acumula nos bancos[146] ou se distribui através destes, sendo repartido, como diz Ricardo,[147]

de forma tão admiravelmente proporcional às necessidades da produção. Constitui assim, mediante empréstimos etc., um equilíbrio[148] entre os diferentes países[149] [...]. O universal é, de um lado, uma *differentia specifica ideal*, mas, ao mesmo tempo, é uma forma real particular, ao lado da forma do particular e do singular. [Marx agrega em francês: 'Retornaremos mais tarde a esse ponto, que, embora apresente um caráter mais lógico que econômico, terá grande importância para o progresso de nossa investigação.'] O mesmo ocorre em álgebra. Por exemplo: *a, b, c* são números em geral; mas são números inteiros, quando comparados com *a/b, b/c, c/a, b/a* etc. Estes pressupõem aqueles, como seus elementos universais."[150]

Em outra passagem dos *Grundrisse* aparece: "O capital em geral não é mera abstração. Se, por exemplo, considero o capital global de uma nação, em contraposição ao trabalho assalariado total (ou à propriedade da terra), ou se tomo o capital como a base econômica geral de uma classe em oposição a outra, estou considerando-o em geral. Assim como, por exemplo, considero a fisiologia do homem em oposição à do animal."[151]

Salta à vista a extraordinária importância dessas notas. Tomemos, por exemplo, o tratamento que Marx dispensa à "reprodução e circulação do capital social global" no segundo tomo de *O capital*: "Precisamente porque o ciclo M' ... M' [a referência é ao 'ciclo do capital-mercadoria'] pressupõe, em seu desenvolvimento, outro capital industrial na forma de M (= FT + MP), [...] ele mesmo exige que o consideremos não só como forma geral do ciclo, isto é, como uma forma social sob a qual se pode considerar cada capital industrial individual [...]. É não só uma forma de movimento comum a todos os capitais industriais individuais, mas sim, simultaneamente, a forma em que se move a soma dos capitais individuais, isto é, a forma em que se move o capital global da classe capitalista; um movimento tal, que o movimento de cada capital industrial individual aparece como movimento parcial, entrelaçado com o outro e condicionado por ele. Se examinamos, por exemplo, o produto global anual de um país (em mercadorias) e analisamos o movimento pelo qual uma parte desse produto repõe o capital produtivo em todos os negócios individuais e outra parte entra no consumo individual das diferentes classes, então veremos que M' ... M', forma de movimento do capital social, é ao mesmo tempo a forma de movimento da mais-valia — ou do mais-produto — gerada por ele. O fato de que o capital social é igual à soma dos capitais individuais [...] e de que o movimento global do capital social é igual à soma dos movimentos dos capitais individuais, esse fato não exclui que o movimento do capital individual isolado apresente fenômenos diferentes dos que apresenta o mesmo movimento

quando o consideramos do ponto de vista de uma parte do movimento global que o capital social efetua, ou seja, quando o consideramos em conexão com os movimentos das outras partes. O movimento total do capital social resolve problemas cujas soluções já devem ser conhecidas quando estudamos o ciclo de um capital individual isolado; tais soluções não podem resultar deste estudo."[152]

Desse ponto de vista, é preciso considerar os diversos capitais como "frações" do capital social, "cujo movimento é ao mesmo tempo movimento individual e um elo integrante do movimento do capital global". Este último movimento, apesar de corresponder à soma dos capitais individuais, tem um caráter diferente, quando o comparamos com o capital de qualquer capitalista individual.[153] Desse modo, o "capital global da sociedade" deve ser concebido como uma totalidade, com uma "existência real distinta dos capitais particulares reais". O mesmo vale para a forma como Marx trata o crédito: "O caráter que o capital industrial assume no movimento e na concorrência entre as diferentes esferas — a saber, o caráter de *capital comum a uma classe* — manifesta-se aqui, com toda a força, na oferta e demanda de capital."[154] Por isso, Marx considera o crédito como uma forma "sob a qual o capital procura apresentar-se como diferente dos capitais individuais, ou o capital individual [procura apresentar-se] como capital que se separa de sua barreira quantitativa".[155] Mas o caráter real do capital social global se manifesta com maior clareza no capital dividido em ações, "modalidade sob a qual o capital assume sua forma mais acabada, na qual está posto, não somente em si, segundo sua substância, mas também segundo sua *forma*, como força e produto social".[156]

Isso é tudo o que diremos sobre o "conceito geral de capital", considerado como o oposto do estudo das "relações concretas",[157] ou seja, do "capital real".[158] Como vimos, aos olhos de Marx esse conceito é só uma imagem abstrata e dialética "do movimento real, do devir do capital". Daí se conclui que, no conceito geral de capital, "*está contido*", em embrião, "*o desenvolvimento posterior*", ou seja, não só as tendências "civilizatórias", que impulsionam o capital adiante, mas também as contradições que o conduzem além de seus próprios limites.[159] (Sobre isso, há numerosos exemplos nos *Grundrisse*; registraremos aqui apenas o desenvolvimento da maquinaria[160] e do sistema de crédito,[161] bem como o problema da realização.)[162] Por outro lado, "todos os momentos do capital que aparecem implícitos nele quando o consideramos segundo seu conceito universal só adquirem uma realidade autônoma e, de fato, se manifestam quando ele se apresenta como pluralidade de capitais. Só então a organização interna, que se estabelece no

seio da concorrência e graças a ela, se desenvolve amplamente."[163] Em especial, "*a simultaneidade das diversas trajetórias do capital*, assim como a de suas determinações, só ficará clara quando estejam presentes muitos capitais. O mesmo se passa com o processo vital do homem, que consiste em uma trajetória através de diversas idades. Ao mesmo tempo, todas as idades do homem coexistem, distribuídas em diversos indivíduos."[164]

3. A relação estrutural entre os Grundrisse *e* O capital

Os leitores que estejam familiarizados com o conteúdo de *O capital* de Marx saberão avaliar a importância desses fragmentos dos *Grundrisse*. O que Marx esboçou em 1857-1858 é, de fato, o programa de sua obra posterior. Assim como os *Grundrisse*, o primeiro e segundo tomos de *O capital* limitam-se apenas, em última análise, a "enfocar *abstratamente*, em forma pura, o fenômeno da formação do capital"[165] e analisar o processo de circulação e reprodução "em sua forma fundamental, reduzido à sua expressão mais abstrata";[166] ou seja, a considerar o "capital em geral". (Daí também a hipótese geral de que as mercadorias são vendidas por seus valores.)[167] A diferença metodológica propriamente dita só começa no terceiro tomo. Embora os *Grundrisse* também tratem, em sua última seção, do lucro, da taxa geral de lucro e da queda tendencial desta taxa, o enfoque permanece centrado no "lucro em geral", no "lucro da classe capitalista", e não no lucro de "um capital individual em detrimento de outro".[168] Esta última consideração (ou seja, sobretudo a transformação dos valores em preços de produção e a divisão da mais-valia em lucro empresarial, juros etc.) nos conduz para mais além do que podemos encontrar no conceito de "capital em geral". Já o terceiro tomo de *O capital* se aproxima paulatinamente "da forma sob a qual [o capital] se manifesta na superfície da sociedade, [...] na ação recíproca dos diversos capitais entre si, na concorrência e na consciência habitual dos próprios agentes da produção".[169] Agora são amplamente ultrapassadas as barreiras do "capital em geral", tal como o conceito foi estabelecido por Marx nos *Grundrisse*. Só agora se podem enfocar problemas que nas etapas anteriores da investigação apareciam insinuados,[170] e cuja solução só se tornou possível graças ao avanço desde "a forma acabada de que se revestem as relações econômicas, tal como ela se mostra na superfície", até sua "estrutura interna essencial, porém encoberta", e o "conceito que lhe corresponde".[171]

Cremos haver encontrado, pois, nas categorias de "capital em geral" e de "pluralidade de capitais" (ou seja, da concorrência) a chave para compreender não só os *Grundrisse* mas também *O capital*. Mas não devemos exagerar o parentesco das duas obras. Não podemos ignorar a circunstância de que a

reestruturação posterior do primeiro "Livro sobre o capital" também produziu — e devia produzir — uma certa modificação dos conceitos fundamentais desse livro. Nem sempre o significado dos conceitos em *O capital* coincide — ou não o faz de forma completa — com os que conhecemos a partir dos *Grundrisse*.

É certo que, em *O capital*, Marx também opõe constantemente o "movimento real e interno" da produção capitalista ao seu movimento apenas "aparente", tal como se apresenta na concorrência. Também aqui a distinção hegeliana entre "essência" e "aparência" é sustentada.[172] "É necessário distinguir entre as tendências gerais e necessárias do capital", lemos no primeiro tomo, "e as formas sob as quais se manifestam. Não consideraremos agora a maneira e o modo em que as leis imanentes da produção capitalista se manifestam no movimento externo dos capitais, se impõem como leis coercitivas da concorrência. A análise científica da concorrência pressupõe a análise da natureza íntima do capital, assim como só se compreende o movimento aparente dos corpos celestes quando se conhece seu movimento real, não percebido pelos sentidos."[173] De forma semelhante, Marx diz no capítulo VI do terceiro tomo: "Para que se desenvolvam plenamente, os fenômenos que investigamos neste capítulo pressupõem o sistema de crédito e a concorrência no mercado mundial [...]. Mas essas formas mais concretas da produção capitalista só podem ser explicadas em toda sua amplitude depois de havermos compreendido a natureza geral do capital [...]."[174] Todo esse aborrecimento seria desnecessário "se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem diretamente"; neste caso, porém, "toda ciência seria supérflua".[175] Já que isso não ocorre, a investigação científica deve avançar desde as "manifestações superficiais" até a "essência", a "estrutura fundamental" dos processos econômicos, para encontrar desse modo a "lei que rege o fenômeno"[176] e compreender o próprio fenômeno como necessário.[177] Nesse aspecto, a posição metodológica fundamental de *O capital* não se diferencia da que aparece nos *Grundrisse*. A diferença está em outro lugar: em *O capital*, Marx considera como elemento integrante da "análise geral do capital" aquela parte de sua pesquisa que "se aproxima paulatinamente das formas superficiais, da concorrência" (daí o terceiro tomo da obra); amplia assim o âmbito da análise geral e, em troca, estreita o da concorrência.[178] Mas isso nos revela que a diferenciação entre "capital em geral" e "pluralidade de capitais", na qual também se baseiam os *Grundrisse*, constitui um modelo de trabalho sem o qual o edifício da doutrina econômica de Marx jamais teria sido construído; porém, assim como qualquer outra hipótese de trabalho, só dentro de determinados limites ela pode aspirar obter validade plena.

V. ALCANCE E MOTIVOS PRESUMÍVEIS PARA A MODIFICAÇÃO DO PLANO

Quais são, pois, os resultados de nossa investigação? Em outras palavras: em que consistiu a modificação do plano da obra de Marx e como se pode explicá-la?

Não é difícil responder à primeira pergunta (observe-se o esquema na p. 60). Depois de estudar os manuscritos de *O capital*, podemos concluir que Marx nunca abandonou definitivamente os últimos três dos seis livros planejados. Eles estavam destinados a um "desdobramento da obra". Por isso, a verdadeira modificação do plano só diz respeito aos livros I, II e III. Tal modificação consistiu em que o livro II (sobre a propriedade da terra) foi incorporado ao terceiro tomo da obra definitiva, enquanto o tema do livro III (sobre o trabalho assalariado) encontrou lugar na penúltima seção do primeiro tomo. Mas, também o "Livro sobre o capital", ou seja, a primeira parte do plano inicial, sofreu uma reestruturação: as seções *b-d* desse livro foram incorporadas — na mesma ordem — ao terceiro tomo de *O capital*, enquanto os dois primeiros tomos da obra correspondem, em grandes traços, à seção *a* do primitivo "Livro sobre o capital", pois se limitam à análise do "capital em geral".

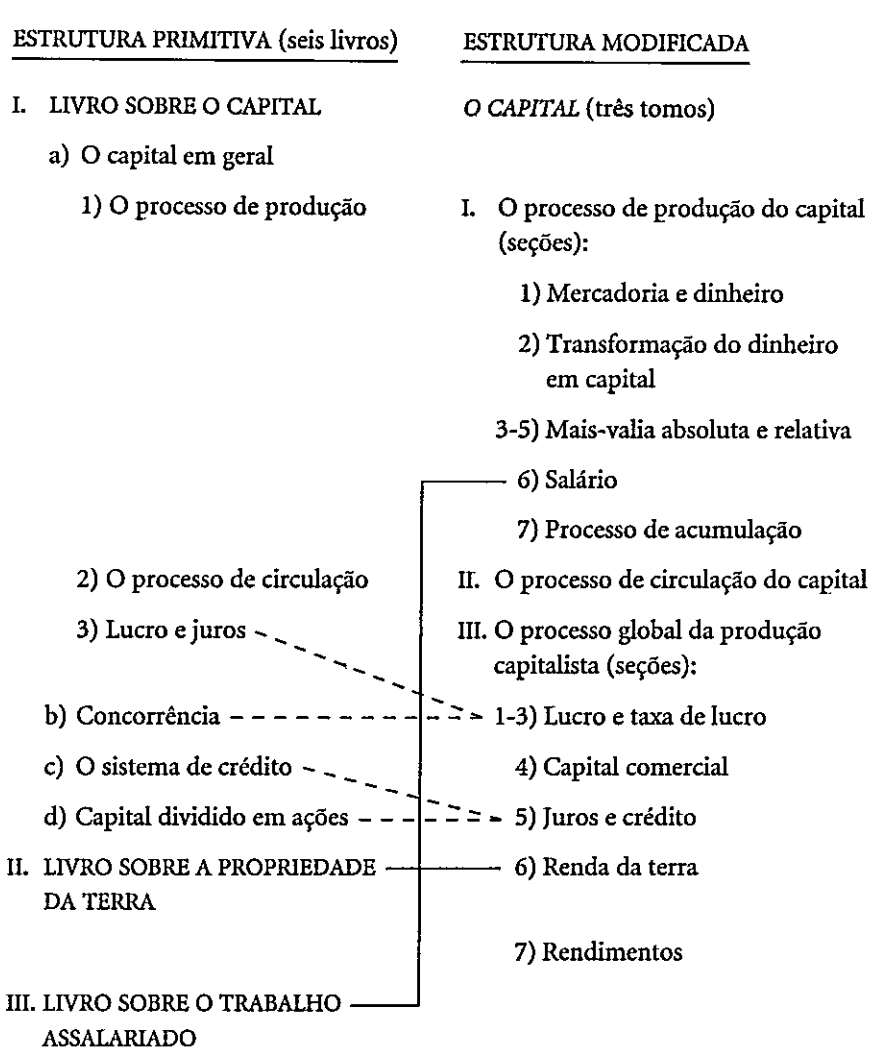
Isso só se refere, evidentemente, ao reagrupamento externo do material tratado no sistema de Marx. Mas, que motivos levaram a esse reagrupamento?

Seguramente, não foram os motivos citados por Grossmann e Behrens. Ao contrário. A modificação do plano pode ser explicada por muitos outros motivos, apontados de passagem durante nossa investigação: pelo fato de que, quando Marx concluiu a parte mais importante de sua tarefa — a análise do capital industrial —, a antiga estrutura da obra tornou-se supérflua. Um importante indício disso pode ser visto nos próprios *Grundrisse*. Embora esse texto esteja redigido conforme o plano original, não falta nele — com exceção dos capítulos sobre o salário e suas formas — nenhum dos raciocínios essenciais que serão desenvolvidos depois, por Marx, no primeiro e segundo tomos de *O capital* (estamos nos referindo às seções que tratam dos processos de produção e de circulação). Isso demonstra que toda a análise dos processos de produção e de circulação do capital pôde ser feita sem a necessidade de tecer considerações sobre os temas que deveriam compor o livro previsto sobre o trabalho assalariado e a propriedade da terra. Essa análise pressupunha apenas a existência do trabalho assalariado moderno, mas, do ponto de vista conceptual, isso coincide com a existência do próprio capital. Para elaborar de forma pura a categoria de capital, se podia e se devia prescindir nesse momento de todo o resto.[179] Assim, se impôs uma se-

vera separação entre as áreas de investigação em que o plano original se baseava. Mas o que, no início, havia sido útil e necessário revelar-se-ia depois como uma limitação supérflua e criadora de obstáculos (além disso, manter essa separação levaria a constantes repetições de temas já expostos). O modelo de trabalho havia prestado seus serviços, podendo ser abandonado na etapa seguinte da investigação, sem que isso produzisse nenhuma modificação fundamental nos resultados já alcançados. Podiam ser abandonados os livros previstos para tratar especificamente da propriedade da terra e do trabalho assalariado, assuntos cujas partes essenciais se incorporariam à nova obra, que só tratava do "capital". Ambos seriam incorporados ali onde, do ponto de vista conceptual, podiam aparecer: o livro sobre a propriedade da terra no terceiro tomo, porque o problema teórico pertinente à renda da terra[180] só podia ser resolvido nessa etapa da investigação, depois de realizada a análise do capital industrial e de suas formas "secundárias" e "derivadas";[181] o livro sobre o trabalho assalariado, em troca, apareceria diretamente na análise do processo de produção do capital, ou seja, no primeiro tomo, a fim de formar, através da investigação da categoria do salário e de suas formas, um dos "elos intermediários" necessários entre a teoria do valor do primeiro tomo e a teoria dos preços de produção que seria desenvolvida no terceiro tomo. (Daremos mais detalhes sobre isso no Apêndice I deste capítulo, dedicado ao "Livro sobre o trabalho assalariado".)

Sumário de esboços e anotações de planos que levei em conta e que se referem à estrutura da obra de Marx:

1)	Setembro	1857	*Grundrisse*, p. 28-29
2)	Outubro	1857	*Grundrisse*, p. 138-139
3)	Novembro	1857	*Grundrisse*, p. 175
4)	Novembro	1857	*Grundrisse*, p. 186
5)	Fevereiro	1858	Carta a Lassalle de 22 de fevereiro
6)	Abril	1858	Carta a Engels de 2 de abril
7)	Junho	1858	*Grundrisse*, p. 855-859
8)	Janeiro	1859	*Zur Kritik* [*Contribuição à crítica...*], p. 7.
9)	Fevereiro-março	1859	*Grundrisse*, p. 969-978
10)	Dezembro	1862	Carta a Kugelmann de 28 de dezembro
11)	Janeiro	1863	*Theorien* [*Teorias da mais-valia*], I, p. 389-390
12)	Julho	1865	Carta a Engels de 31 de julho
13)	Outubro	1866	Carta a Kugelmann de 13 de outubro
14)	Abril	1868	Carta a Engels de 30 de abril



IV. LIVRO SOBRE O ESTADO

V. LIVRO SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR

VI. LIVRO SOBRE O MERCADO MUNDIAL

Obs: As linhas cheias correspondem a modificações dentro dos três primeiros livros; as linhas pontilhadas representam modificações dentro do "Livro sobre o capital".

APÊNDICE I

O "LIVRO SOBRE O TRABALHO ASSALARIADO"

1. Temas que deveriam entrar nesse livro

Antes de mais nada, devemos observar o seguinte: não é possível dizer com certeza que temas deveriam constar do livro planejado sobre o trabalho assalariado, pois não temos informações exatas sobre isso. Também nessa questão dependemos, principalmente, da comparação entre os *Grundrisse* e a obra posterior. Como vimos, falta nos *Grundrisse* não só a análise do salário e de suas formas, mas também todo o material relativo à duração da jornada de trabalho, às práticas de exploração do capital e à legislação fabril, que Marx tratou com algum detalhe no primeiro tomo de *O capital*. Segundo o plano original, esses temas deveriam ser analisados no "Livro sobre o trabalho assalariado". Numerosas observações dispersas, que se encontram tanto nos *Grundrisse* como nos manuscritos posteriores de Marx, confirmam que essa hipótese não é arbitrária.

Na *Contribuição à crítica...* a "teoria do trabalho assalariado" é assim esboçada: "Dado o tempo de trabalho como padrão imanente do valor de troca, desenvolver o salário sobre essa base."[1] Em outras palavras: em geral, a quantidade de valor que o trabalhador recebe no intercâmbio com o capital se mede através do trabalho objetivado necessário para reproduzir a capacidade de trabalho do trabalhador, ou seja, para conservá-lo fisicamente, bem como à sua descendência. Entretanto, dizem os *Grundrisse*, "ainda não vem ao caso a análise, que faremos depois, de como se mede o salário, e todas as demais mercadorias, pelo tempo de trabalho necessário para produzir o trabalhador como tal".[2] O modo como se determina a quantia que o trabalhador recebe como salário "depende tão pouco da relação geral que não podemos compreendê-lo a partir dela". O "movimento real do salário" depende de leis que regem o mercado de trabalho (diferentemente do mercado de mercadorias),[3] e cuja investigação exige uma teoria especial do trabalho assalariado.[4]

Prossigamos. "O desenvolvimento da produção capitalista", diz Marx nas *Teorias*, "depende [...] em geral de que a força de trabalho, mercadoria que pertence aos trabalhadores, se oponha às condições de trabalho, fixadas

no capital e que existem independentemente dela [força de trabalho. N.T.]." Mas, "a determinação do valor da força de trabalho, como mercadoria, é essencial [...]. Só sobre esta base se produz a diferença entre o valor da força de trabalho e o valor que ela cria, uma diferença que não existe no caso de nenhuma outra mercadoria, pois o valor de uso (e, portanto, o uso) de qualquer uma delas não pode fazer aumentar seu valor de troca ou os valores de troca que dela resultam. Temos aqui um fundamento para que a economia moderna, cuja preocupação é a análise da produção capitalista, possa conceber o valor da força de trabalho como algo fixo, como uma magnitude dada [...]."[5] A partir dessa premissa, Marx aborda também a análise do capital e da formação do capital. Supõe em primeira instância que se paga ao trabalhador "o salário economicamente justo, ou seja, aquele determinado pelas leis gerais da economia".[6] Só dessa maneira era possível desenvolver as leis de formação da mais-valia em sua forma pura, sem "circunstâncias acessórias que criam interferências e são alheias ao curso da análise". Todavia, devem-se abandonar as "suposições firmes" quando a análise passa das relações gerais a outras mais concretas. O mesmo ocorre com a hipótese do "salário economicamente justo", ou seja, da venda da força de trabalho por seu valor. No mundo real, o capital se esforça por incrementar sua própria valorização, de um lado, mediante a redução do salário para um nível abaixo do valor da força de trabalho, e, de outro, mediante o prolongamento acima do normal da jornada de trabalho (o que equivale a uma desvalorização da força de trabalho). Ambos os métodos[7] só seriam estudados no "Livro sobre o trabalho assalariado". "Não nos ocuparemos aqui", dizem os *Grundrisse*, "de como na prática, seja como tendência geral, seja diretamente, o capital procura diminuir o preço do trabalho necessário, situando-o abaixo de seu nível natural, como ocorre, por exemplo, no sistema de trocas [...]. Precisamos compreender essas contradições a partir das relações gerais, e não das trapaças feitas por este ou aquele capitalista. A análise de como isso se desenvolve na realidade corresponde à teoria do salário."[8] Nos *Grundrisse*, pela mesma razão, o "prolongamento brutal da jornada de trabalho para mais além de seus limites naturais" — que inclui, entre outras coisas, a prática do trabalho noturno e a incorporação de mulheres e crianças à população trabalhadora — é remetido ao capítulo sobre o trabalho assalariado ou o salário.[9]

Em contraste com o que ocorre na relação escravista ou de servidão, "a capacidade de trabalho apresenta-se ao trabalhador livre como propriedade inteiramente sua, que ele domina e que conserva mesmo quando aliena".[10] Por isso, a participação do trabalhador em seu próprio produto assu-

me aqui a forma de salário. ("Se o trabalho", dizem os *Grundrisse*, "não fosse trabalho assalariado, o modo como ele participa da repartição dos produtos não apareceria sob a forma de salário. [...] Quem participa da produção como trabalhador assalariado participa dos resultados da produção através do salário.")[11] Embora seja importante considerar, já na análise geral do capital, a forma modificada que o valor da força de trabalho deve adotar, parece supérfluo considerar aqui, desde logo, as diversas formas que o próprio salário pode apresentar. De qualquer modo, nos *Grundrisse* não se encontra nenhuma investigação a esse respeito, o que nos permite concluir que ela estava reservada para ser feita no "Livro sobre o trabalho assalariado". Só ali Marx se ocuparia das diversas formas do salário, e não apenas das duas formas fundamentais (salário por tempo e salário por peça),[12] incluindo formas de remuneração como a participação nos lucros,[13] o pagamento em espécie etc. Também a determinação do valor das assim chamadas prestações de serviços pessoais, na medida em que sua retribuição segue as leis do salário propriamente dito, deveria a ser considerada, de acordo com o plano inicial, no "Livro sobre o trabalho assalariado".[14]

Ainda cabe mencionar que, como já observamos,[15] só nesse projetado livro Marx pretendia examinar as leis da redução do assim chamado trabalho qualificado ao trabalho simples médio. À primeira vista isso parece surpreendente, especialmente se aceitamos a idéia (presente na maior parte dos autores que escreveram sobre esse tema) de que nesse ponto existe uma "lacuna" na teoria marxiana do valor. Porém, Marx já havia resolvido antes o problema principal: a redução dos trabalhos humanos individuais, concretamente diferentes entre si, a trabalho simples médio indiferenciado; desse ponto de vista, o problema da relação entre trabalho qualificado e não qualificado constituía apenas um caso particular, que em última instância se reduzia ao problema da "diferença de valor das forças de trabalho". Logo, como diz o próprio Marx,[16] sua análise só poderia ser feita dentro da teoria do trabalho assalariado. (No capítulo 31 deste livro veremos como Marx pensava resolver este problema.)

2. Por que o "Livro sobre o trabalho assalariado" foi abandonado?

Isso diz tudo sobre os temas que Marx pretendia remeter ao âmbito de um livro específico sobre o trabalho assalariado. Depois, a maior parte desses temas encontrou abrigo no primeiro tomo de *O capital*.[17] Como se vê, trata-se de problemas que não estão presentes no desenvolvimento geral da relação capitalista em sua forma "pura", e por isso Marx podia prescindir deles em uma primeira abordagem. Porém, nosso interesse não se limita a co-

nhecer os contornos do plano original de Marx; queremos desvendar os motivos que o induziram a abandoná-lo mais tarde. A história posterior do planejado "Livro sobre o trabalho assalariado" parece oferecer valiosos indícios sobre isso.

Vimos que, já nas notas para a primeira seção, escritas em janeiro de 1863 e publicadas muito depois por Kautsky, aparecia uma modificação do plano estrutural de 1857-1858. Nelas, percebe-se a existência de um item particular sobre a "jornada de trabalho", que originalmente deveria ser tratado no "Livro sobre o trabalho assalariado". Tudo parece indicar que, em 1863, Marx ainda trabalhava com o antigo plano, que incluía esse livro específico sobre o trabalho assalariado.

Só no primeiro tomo de *O capital* se pode comprovar a renúncia definitiva a esse livro projetado. Isso se revela não só nas amplas digressões empírico-históricas que nele ilustram as seções sobre a mais-valia absoluta e relativa, bem como sobre o processo de acumulação, e que em grande parte contêm temas que, segundo o plano antigo, só deveriam ser incorporados no "Livro sobre o trabalho assalariado". Não é necessário destacar o quanto a exposição apresentada no primeiro tomo ganhou em vivacidade e em poder de convicção, graças a essas digressões. Mas os resultados essenciais da investigação, que aparecem nas seções mencionadas (tal como o demonstra o exemplo dos *Grundrisse*), também poderiam ter sido expostos sem que fosse necessário recorrer a esse material ilustrativo, conforme aliás foi a intenção de Marx durante muitos anos.[18] Parece mais importante a circunstância de que, no primeiro tomo, Marx incorporou também a parte principal do planejado "Livro sobre o trabalho assalariado": a investigação sobre o salário e suas formas, ainda ausente da citada nota de 1863. Lamentavelmente, não podemos dizer quando ele tomou essa decisão, mas sabemos que não foi antes de 1864.

O motivo da decisão aparece claramente em uma carta a Engels, datada de 27 de junho de 1867: "Como se transforma o valor da mercadoria em preço de produção, processo no qual (1) todo o trabalho aparece como trabalho pago sob a forma de salário; (2) o mais-trabalho, ou a mais-valia, assume a forma de um aumento de preço, sob o nome de juro, lucro etc., para acima do preço de custo (= preço do capital constante + salário)? A resposta a essa pergunta pressupõe que se descreva a transformação, por exemplo, do valor diário da força de trabalho em salário, ou preço do trabalho diário. Isso ocorre no capítulo V[19] desse tomo [o primeiro]."[20]

Nessa passagem, o próprio Marx diz por que, contrariando sua intenção mais antiga, decidiu incorporar também a investigação sobre o salário e

suas formas no primeiro tomo (ou no "Livro sobre o capital", para usar os nomes do esquema inicial). Tomou essa decisão para construir um elo intermediário necessário para a teoria dos preços de produção que deveria expor mais tarde, no terceiro tomo. Nem assim podemos dar uma resposta direta ao problema das causas da modificação do plano. Porém, as peripécias do "Livro sobre o trabalho assalariado" parecem demonstrar uma coisa: a separação estrita entre as categorias capital e trabalho assalariado, tal como previa o plano antigo, só era viável até certo ponto, a partir do qual teve de ser abandonada. Esta é mais uma prova de como está correta a hipótese que formulamos sobre a modificação do plano.

APÊNDICE II

OBSERVAÇÃO METODOLÓGICA À CRÍTICA DE ROSA LUXEMBURGO AOS ESQUEMAS DA REPRODUÇÃO DE MARX

A literatura marxista assinalou com freqüência os erros cometidos por Rosa Luxemburgo em sua crítica aos esquemas da reprodução do segundo tomo de *O capital*. Curiosamente, porém, quase nunca foram levadas em conta as premissas metodológicas de Rosa, embora este seja o aspecto que merece maior interesse. Todos os críticos deveriam começar por aí.

A própria Rosa Luxemburgo considera que duas questões metodológicas são o *punctum saliens* de sua crítica. A primeira: os processos econômicos e políticos devem ser analisados a partir do ponto de vista do capital individual ou, ao contrário, a partir do ponto de vista do capital social global? A segunda: este último enfoque é compatível com uma formulação abstrata que considere apenas a existência de capitalistas e operários?

No que diz respeito à primeira pergunta, a autora de *A acumulação do capital* afirma que nenhuma dúvida pode existir: "A autonomia dos capitais isolados", lemos em sua *Anticrítica*,[1] "é tão-somente a forma externa, a aparência superficial da vida econômica, aparência que o economista vulgar confunde com a realidade das coisas, apresentando-a como a fonte única do conhecimento. Sob essa superfície, e por cima dos choques da concorrência, há o fato de que os capitais isolados formam um todo. Sua existência e sua dinâmica se regem por leis sociais que eles compartilham. Dadas a ausência de planejamento e a anarquia do sistema atual, estas leis se impõem pelas costas do capitalista individual e contra sua consciência, através de caminhos tortuosos e desvios."

Por isso, Rosa Luxemburgo considera que qualquer teoria séria em economia política deve enfocar os processos econômicos "não a partir do ponto de vista da superfície do mercado, ou seja, do capital individual, plataforma predileta dos economistas vulgares", mas sim "a partir do ponto de vista — em última instância, o único correto e decisivo — do capital social global": "Com efeito, este é o critério que Marx aplica e desenvolve sistematicamente, pela primeira vez, no segundo tomo de *O capital*, mas que serve de base a toda sua teoria." Pois só Marx conseguiu extrair com clareza, das "contradições e tentativas de Quesnay e Adam Smith, e dos que depois

vulgarizaram os trabalhos destes [...], a diferença fundamental entre as duas categorias — capital individual e capital social global — em seus movimentos". "A teoria econômica de Marx é inseparável da idéia de um capital global da sociedade, concebido como uma grandeza real e efetiva, que ganha expressão tangível no lucro global da classe capitalista e em sua distribuição, e de cuja dinâmica invisível procedem todos os movimentos visíveis dos capitais individuais."[2]

Não obstante, prossegue Rosa, não somente no primeiro tomo de *O capital*, mas também no segundo e no terceiro, Marx analisa uma sociedade puramente capitalista, que é uma abstração teórica; encara o problema da "reprodução e circulação do capital social global" a partir de uma premissa que impossibilita de antemão qualquer solução real ao problema. "Ao chegar aqui, acreditei que a crítica era necessária", escreveu Rosa. "Admitir teoricamente uma sociedade formada apenas por capitalistas e operários é perfeitamente lícito e natural quando se perseguem determinados fins investigativos — como ocorre no primeiro tomo de *O capital*, com a análise dos capitais individuais e de suas práticas de exploração na fábrica —, mas parece-me inoportuno e perturbador quando se enfoca o problema da acumulação do capital social como um todo. Como este fenômeno é um processo histórico real, dentro do qual a evolução capitalista acontece, entendo ser impossível estudá-lo sem levar em conta todas as condições dessa realidade histórica. Desde o primeiro até o último dia, a acumulação do capital, concebida como processo histórico, abre caminho imersa em formações pré-capitalistas dos mais variados tipos, debatendo-se politicamente com elas, em luta incessante, e estabelecendo com elas, ao mesmo tempo, um permanente intercâmbio econômico.[3] Se as coisas se passam assim, como se pode enfocar esse processo e descrever as leis de sua dinâmica interna, apegando-se a uma ficção teórica abstrata, que não reconhece a existência daquele meio ambiente, daquela luta, daquele intercâmbio? Colocada assim a questão, a fidelidade à teoria de Marx exige que nos afastemos da premissa adotada no primeiro tomo de *O capital*, adequada e frutífera ali, para colocar o problema da acumulação, concebida como processo global, a partir da base concreta do intercâmbio entre o capital e o meio histórico que o envolve. Assim agindo, a explicação do processo retorna, a meu ver, aos ensinamentos fundamentais de Marx e fica em perfeita harmonia com o resto de sua maior obra econômica."[4]

Eis o que diz Rosa Luxemburgo. Em primeiro lugar, no que diz respeito às categorias de "capital individual" e "capital social global", devemos admitir que de fato se trata de uma diferença metodológica fundamental, que separa nitidamente a teoria econômica de Marx e a teoria burguesa, espe-

cialmente a teoria vulgar.[5] Mas, será que de fato aparece aí o que é mais essencial no método de Marx? Pode-se afirmar que essa diferença oferece a chave para compreender a obra de Marx e sua estrutura? Não. Ao contrário do que pensa Rosa Luxemburgo, o que caracteriza metodologicamente os diversos tomos de *O capital* não é o fato de que no primeiro deles Marx se limita à análise do capital individual, passando a considerar no segundo e no terceiro tomos o capital em suas vinculações sociais. Já no primeiro tomo, para fundamentar noções extremamente importantes, aparece muitas vezes a oposição entre as categorias de capital em geral e de capital individual. Isso ocorre, por exemplo, na investigação das circunstâncias que influem sobre a taxa e a magnitude da mais-valia;[6] o mesmo volta a ocorrer na seção VII, na análise do processo de acumulação de capital,[7] etc. A principal diferença é a seguinte: os dois primeiros tomos não ultrapassam a análise do "capital em geral", enquanto o terceiro supera esse limite, fazendo a passagem para a análise da "pluralidade de capitais" e de suas inter-relações, ou seja, do capital que existe "na realidade".

Em outras palavras: os conceitos de "capital individual" e de "capital em geral" não coincidem. O segundo é muito mais amplo que o primeiro. Daí resulta que, para Marx, podemos — ou melhor, devemos — considerar o "capital total da sociedade" dentro dos marcos definidos pela categoria de "capital em geral". O melhor exemplo disso aparece precisamente na seção III do segundo tomo, à qual Rosa Luxemburgo se refere. Chegamos assim ao segundo dos problemas metodológicos que ela apontou: se a consideração dos processos econômicos a partir do ponto de vista do capital global pode ser compatível ou não com a visão, evidentemente abstrata, de uma sociedade formada apenas por capitalistas e operários.

As críticas que Rosa Luxemburgo formula aos esquemas da reprodução do segundo tomo só seriam oportunas se, através desses esquemas, Marx tivesse tentado descrever o processo de reprodução do capital não só em sua "expressão abstrata", em sua "forma fundamental",[8] mas também em seu curso histórico real. Sabemos que não foi este o caso. Rosa deve ter percebido a mesma coisa, pois defende que — ao contrário do que ocorre com o capital individual — na análise do capital social global temos de lidar não só com os processos econômicos vistos como uma totalidade, mas também com a realidade concreta e imediata do capitalismo. Só assim podemos compreender por que ela considera as análises da seção III como uma "ficção abstrata", e por que acusa Marx, nesse ponto, de abstrair "todas as condições da realidade histórica"...

Todas as condições? Um exame mais cuidadoso revela que, embora Rosa Luxemburgo fale de "todas as condições", na verdade ela se refere a apenas

uma condição: a existência de um entorno não capitalista, que explica a presença de outros atores, além da burguesia e do proletariado. Isso não é casual. Pois, se quisermos seguir o que diz Rosa e vincularmos a exatidão das leis econômicas descobertas por Marx à observação estrita de "todas as condições da realidade histórica", logo fica claro que não só os esquemas da reprodução, mas todos os resultados da investigação de *O capital*, são "ficções". Para o empirismo, como se sabe, qualquer abstração teórica deve ser vista com desconfiança.

É verdade que, "como processo histórico", a acumulação de capital pressupõe, "do primeiro ao último dia", um ambiente pleno de formações pré-capitalistas e uma incessante interação com elas.[9] Mas também pressupõe, "do primeiro ao último dia", muitas outras coisas, como por exemplo a concorrência interna e interestatal de capitais, a não-coincidência de preços e valores, a existência de uma taxa média de lucro, o comércio exterior, a exploração dos países de baixa produtividade por parte de seus competidores mais afortunados etc. Em seu esquema abstrato da reprodução, Marx abriu mão de analisá-las, com razão, mas isso não quer dizer que, para compreender a "realidade" empiricamente considerada, se possa ignorá-las, assim como não se pode ignorar o "entorno histórico" do capitalismo.

Em outras palavras: a confrontação dos esquemas com a realidade histórica pode mostrar muito ou quase nada. Aqui se manifesta a inconsistência do pensamento de Rosa Luxemburgo. Mas não só aqui. Tanto em *A acumulação* como na *Anticrítica*, Rosa assinala com satisfação as "contradições aparentemente flagrantes" que existiriam entre os esquemas da reprodução do segundo tomo e "a concepção do processo capitalista global e seu curso, tal como exposto por Marx no terceiro tomo de *O capital*".[10] Porém, ela mesma afirmou repetidamente (com razão) que, não só no primeiro e no segundo tomos de *O capital*, mas também no terceiro, Marx partiu da premissa de uma sociedade formada apenas por capitalistas e operários,[11] premissa que, presumivelmente, excluía desde logo a possibilidade de uma explicação correta do processo de acumulação. Como compreender isso? Como, no terceiro tomo, partindo da mesma premissa que o levou a caminhos tortuosos no segundo tomo, Marx poderia ter chegado a conclusões opostas (e consideradas corretas por Rosa Luxemburgo)? Aqui, mais uma vez, Rosa tenta chegar mais longe do que permite o ponto de partida que ela mesma adotou.

Depois da leitura dos *Grundrisse* torna-se fácil descobrir a fonte desses erros: a completa omissão da categoria marxiana de "capital em geral" e o desconhecimento do papel desempenhado pela abstração que conduz a uma "sociedade puramente capitalista" na metodologia marxiana. A esse

respeito, é o próprio Marx quem diz: "Ao considerar as relações essenciais da produção capitalista, pode-se supor que todo o mundo das mercadorias, todos os domínios da produção material [...] estão submetidos (formal ou realmente) ao modo de produção capitalista (isso ocorre quase sempre e, mais ainda, é o objetivo principal, e só nesse caso as forças produtivas do trabalho se desenvolvem plenamente). Essa premissa, que expressa a situação-limite, [...] permite que consideremos todos os trabalhadores ocupados na produção de mercadorias como trabalhadores assalariados e que, em todos os domínios, os meios de produção se opõem a eles como capital."[12]

Isso não significa que Marx confunda, nem por um instante, essa hipótese metodológica com a realidade do capitalismo. Seu objetivo era, antes de mais nada, compreender a realidade concreta do modo de produção capitalista. Mas, para isso, visualizava apenas um método científico adequado, que esboçara na *Introdução* e passa a usar mais tarde nos *Grundrisse* e em *O capital*: o método de "caminhar do abstrato ao concreto". Segundo Marx, para investigar as leis em que se baseia o modo de produção capitalista, deve-se buscar em primeiro lugar o devir do capital — ou seja, seus processos tanto de produção como de circulação e reprodução — em condições ideais, como "tipo geral". Para isso, era preciso prescindir de todas as "formações mais concretas" do capital, entre as quais a existência de agentes não capitalistas etc. Essa investigação não se restringe, de modo algum, à análise do capital individual (tal como corresponderia à concepção de Rosa Luxemburgo), pois, para determinados fins investigativos, também o "capital total de uma sociedade" pode e deve ser concebido como "capital enquanto tal" ou como "capital em geral".[13] Recordemos uma passagem dos *Grundrisse* citada no capítulo anterior: "Se, por exemplo, considero o capital global de uma nação em contraposição ao trabalho assalariado total [...], ou se considero o capital como a base econômica geral de uma classe em oposição à de outra classe, estou considerando o capital em geral." Não vemos por que, em contraste com a consideração do capital individual, esta última deva ser considerada uma "ficção vazia".

Todavia, caberia aqui uma série de indagações: o processo de reprodução do capital social global não pressupõe uma pluralidade de capitais? Logo, esse processo não deveria ser excluído da análise do "capital em geral", aparecendo apenas no contexto da análise da "pluralidade de capitais", ou seja, da concorrência? (É possível que o próprio Marx tenha considerado esse tipo de ressalva em algum momento, como se pode concluir de uma passagem dos *Grundrisse*.)[14] Mas, do ponto de vista conceptual, o processo de reprodução do capital não pressupõe a concorrência em sentido estrito, mas apenas a existência de intercâmbio entre os dois departamentos da pro-

dução social, a indústria dos meios de produção e a dos meios de consumo (que podemos representar por meio de dois capitais particulares). É claro que "com a dualidade já aparece a pluralidade em sua forma geral", que resulta na "transição do *capital em geral* para os *capitais particulares*, os capitais reais".[15] Mas isso não exclui a necessidade de uma análise abstrata nos marcos do "capital em geral". Eis o motivo que levou Marx a realizar uma investigação como a que aparece no segundo tomo de *O capital*, antes de enfocar a "ação recíproca dos diferentes capitais", a taxa média de lucro etc.

Para nos convencer de como este procedimento é correto, não precisamos ir aos *Grundrisse*. Marx defendeu o mesmo ponto de vista, com clareza, nas *Teorias sobre a mais-valia*, que Rosa Luxemburgo conhecia e apreciava. No segundo tomo das *Teorias*, no começo do capítulo denominado "Causas das crises", podemos ler: "Só devemos considerar aqui as formas que o capital assume em suas diversas etapas de desenvolvimento. Portanto, não analisaremos as circunstâncias reais nas quais avança o processo de produção real. Supomos que a mercadoria é vendida por seu valor. Não levamos em conta a concorrência entre os capitais, nem tampouco o sistema de crédito, nem a composição real da sociedade, que nunca é formada apenas pelas classes capitalista industrial e trabalhadora, e na qual, conseqüentemente, consumidores e produtores não são idênticos entre si; a primeira categoria, a dos consumidores (cuja renda, em parte, é secundária, decorrente do lucro e do salário), é muito maior que a segunda [...]. Descobrimos antes, ao analisar o dinheiro, [...] que ele contém em si a possibilidade de crises; isso se depreende com maior intensidade ao considerarmos a natureza geral do capital, mesmo antes de ter desenvolvido as condições reais posteriores que constituem todas as premissas do processo de produção real."[16]

Em outra passagem do mesmo volume, encontramos: "Trata-se apenas [...] de seguir a evolução posterior da crise potencial — a crise real só pode ser exposta a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito —, na medida em que ela surge das determinações formais do capital, que o caracterizam como capital e não estão presentes em sua mera existência como mercadoria ou dinheiro."[17]

Pressentindo talvez que alguém haveria de criticar o fato de que essa etapa de sua análise não reproduzia as "condições reais", Marx escreveu logo adiante: "Cabe observar que devemos descrever o processo de circulação ou o de produção antes de ter descrito o capital acabado[18] — capital e lucro[19] —, pois devemos explicar não só como o capital produz, mas como é produzido. O movimento real parte do capital existente (= 'acabado'); ou seja, o movimento real que ocorre sobre a base da produção capitalista desenvolvida começa por si mesmo, pressupõe a si mesmo. O processo de

reprodução e as tendências à crise que nele se desenvolvem só podem ser descritos aqui de forma incompleta e devem ser completados no capítulo[20] 'Capital e lucro'."[21] Pois: "As crises do mercado mundial devem ser compreendidas como a síntese real e a solução violenta de todas as contradições da economia burguesa. Para isso, os momentos isolados que se somam nessas crises devem manifestar-se e desenvolver-se em todas as esferas da economia burguesa. Quando avançamos em sua análise, devemos, de um lado, desenvolver novas determinações desse conflito, e, de outro, demonstrar que suas formas mais abstratas são recorrentes e estão contidas nas mais concretas."[22]

Fica claro, pois, que existem "muitos fatores, condições e possibilidades das crises que só podem ser levados em conta quando se consideram as condições mais concretas, principalmente no que diz respeito à concorrência entre capitais e ao crédito",[23] a cuja descrição Marx renuncia provisoriamente. Em geral, de acordo com seu plano, a análise em profundidade — e concreta — do processo social da reprodução e das crises (assim como das teorias compreendidas nesse terreno)[24] deveria aparecer na parte final da obra. Nessa etapa da investigação, o que interessa a Marx é demonstrar: (a) por que só no capitalismo "a possibilidade geral da crise torna-se realidade";[25] e como, apesar disso, é possível um "equilíbrio móvel [muito relativo e interrompido por comoções periódicas violentas] do sistema capitalista em crescimento".[26] Naturalmente, isso não exclui — ao contrário, impõe — a necessidade de conduzir a análise a um âmbito mais concreto em um momento posterior.[27] (Tal concretização teve lugar também, em parte, no capítulo XV do terceiro tomo de *O capital*. Leia-se, no entanto, a observação metodológica na p. 885 do mesmo volume, onde Marx refere-se expressamente à necessidade de maior concretização.)

Vemos então que a "ficção teórica" de Marx, que Rosa Luxemburgo critica, é tão-somente a análise do processo de reprodução social nos marcos do "capital em geral". Isso mostra como a autora de *A acumulação do capital* interpretou erroneamente o método de *O capital*, e quão pouco crédito merece sua crítica aos esquemas marxianos da reprodução. (Quanta razão tinha Lenin quando apontava a incompreensão da metodologia de *O capital* como o aspecto mais débil da teoria econômica marxista na época da Segunda Internacional!)[28] É certo que Rosa Luxemburgo destaca energicamente a diferença fundamental entre a consideração dos processos econômicos a partir do ponto de vista do capital individual e do ponto de vista do capital social global. Esses trechos são os melhores de seu livro. Mas, ao mesmo tempo, confunde essa diferença com a distinção, não menos fundamental, entre o "capital em geral" e o capital "real", ou os "capitais múlti-

plos". Em sua opinião, só o capital individual permite uma abordagem abstrata, enquanto a categoria do capital social global deve representar uma realidade imediata. Daí seu freqüente apelo à "realidade histórica" contra a "ficção teórica"; daí sua crítica equivocada aos esquemas da reprodução de Marx; daí, finalmente, sua incapacidade de seguir desenvolvendo concretamente, no sentido da teoria marxista, o núcleo válido de seu livro: o conflito, cada vez mais acentuado, entre o desenfreado instinto de valorização do capital e a limitada capacidade de consumo da sociedade capitalista se torna uma das principais fontes da expansão econômica e política no capitalismo. Mesmo assim, cabe a Rosa Luxemburgo o mérito de haver recolocado o foco do debate nesse ponto (que se deduz rigorosamente da própria doutrina de Marx, mas com o qual os seguidores reformistas não conseguiram lidar), apesar de ter chegado a uma solução muito insatisfatória para o problema.

CAPÍTULO 3

KARL MARX E O PROBLEMA DO VALOR DE USO NA ECONOMIA POLÍTICA*

Antes de passar à exposição do conteúdo dos *Grundrisse*, queremos considerar um problema metodológico que até hoje a literatura marxista tratou de forma negligente,** e para cuja solução o conhecimento dos *Grundrisse* contribui de forma decisiva. Refiro-me ao papel do valor de uso na economia de Marx.

I.

Entre as numerosas manifestações críticas de Marx sobre o sistema de Ricardo, chama a atenção uma observação que aparece apenas nos *Grundrisse*: a de que, em sua economia, Ricardo abstrai o valor de uso,[1] que "só se refere de modo obscuro" a uma categoria tão importante,[2] e que por isso, em sua obra, ela permanece reduzida a "um simples pressuposto".[3]

Consideremos mais de perto essa crítica, que, curiosamente, vale não só para Ricardo mas também para numerosos seguidores do próprio Marx. Com efeito, entre os economistas da escola marxista tornou-se praxe prescindir do valor de uso nas construções econômicas. Tomemos, por exemplo, a resposta de Hilferding a Böhm-Bawerk: "A afirmação de que a mercadoria é unidade de valor de uso e de valor comporta dois aspectos: como objeto natural, é objeto das ciências naturais; como objeto social, está na esfera de uma ciência social, a economia política. Portanto, o aspecto social da mercadoria, do bem, é objeto da economia na medida em que representa uma relação social; mas seu aspecto natural, seu valor de uso, está situado mais além da esfera de observações da economia política."[4]

---

* Publicado na revista suíça *Kylos*, 1959.

** Como exceções, cito aqui dois trabalhos: em primeiro lugar, o ensaio (que lamentavelmente não pude conhecer) do renomado economista russo Isaak Ilich Rubin, *A teoria de Marx sobre a produção e o consumo* [em russo], 1930; em segundo lugar, pelo menos em parte, o último trabalho de Henryk Grossmann, *Marx, die klassische Nationalökonomie und das Problem der Dynamik* (mimeo), Nova York.

À primeira vista, parece que estamos diante de uma livre adaptação da conhecida passagem da *Contribuição à crítica*... Mas, como é esta passagem nas palavras do próprio Marx? "Ser valor de uso", ele diz, "parece ser uma premissa necessária para a existência da mercadoria, mas ser mercadoria parece ser uma determinação indiferente para o valor de uso. O valor de uso como tal, indiferente diante de qualquer determinação econômica formal, está além da esfera de observação da economia política. Só penetra nessa esfera quando ele mesmo determina a forma."[5]

O original difere consideravelmente da cópia.[6] A arbitrária reprodução, por Hilferding, das frases acima citadas altera o verdadeiro ponto de vista de Marx.

Tomemos um autor marxista mais recente, Paul M. Sweezy. Em seu livro *A teoria do desenvolvimento capitalista*, de 1942, ele diz: "Marx exclui o valor de uso (ou, como agora seria chamada, a 'utilidade') da esfera de investigação da economia política, pois o valor de uso não expressa diretamente uma relação social. Marx observa estritamente a exigência de que as categorias econômicas devem ser categorias sociais, ou seja, categorias que representem relações entre os homens. Isso se afasta consideravelmente do ponto de vista da teoria econômica moderna [...]."[7]

Nas obras de divulgação da economia marxista encontramos com freqüência a posição de Sweezy.[8] Mas, no caso deste, o erro é menos desculpável, pois ele dispunha não só das *Teorias*, publicadas em 1905-1910, mas também das *Glosas marginais*,[9] nas quais o próprio Marx descreve em detalhes o papel do valor de uso em sua teoria econômica. Ele diz ali, referindo-se a Wagner: "Só um *vir obscurus*, que não tenha compreendido uma só palavra de *O capital*, pode concluir que, como Marx, em uma nota à primeira edição de *O capital*, rejeita as confusões dos professores alemães sobre o 'valor de uso', que remetem os leitores que queiram saber algo sobre os verdadeiros valores de uso a 'anotações da rotina comercial',[10] o valor de uso não desempenha para ele nenhum papel. [...] Quando se analisa a 'mercadoria' — a manifestação econômica mais simples — é preciso deixar de lado todas as relações que nada têm a ver com o objeto analisado. O que se deve dizer da mercadoria como valor de uso, eu disse em poucas linhas, tendo destacado, por outro lado, a forma característica sob a qual o valor de uso — o produto do trabalho[11] — aparece nela, a saber: 'Uma coisa pode ser útil, e além disso produto do trabalho humano, e não ser *mercadoria*. Cria um *valor de uso*, mas não uma *mercadoria*, aquele que satisfaz sua própria necessidade com o produto de seu trabalho. Para produzir uma mercadoria, ele deve produzir não só valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social.'[12] [...] Assim, o próprio valor de uso — como valor de

uso de uma 'mercadoria' — tem um caráter historicamente específico. [...] Seria puro disparate, ao analisar a mercadoria — considerando-se que ela se apresenta, por um lado, como valor de uso ou bem, e, por outro, como 'valor' —, 'acrescentar' nessa ocasião todo tipo de reflexões triviais sobre os valores de uso e os bens, reflexões que não pertencem à esfera do mundo mercantil [como o faz a economia acadêmica oficial]. Por outro lado, o *vir obscurus* não levou em conta que, ao analisar a mercadoria, não me detive no duplo modo sob o qual esta se apresenta. Prossegui rapidamente para estabelecer que nesse duplo modo aparece o duplo caráter do trabalho que a produz: trabalho útil, ou seja, modos concretos de trabalhos que criam valores de uso, e trabalho abstrato, trabalho como gasto de força de trabalho, sem que seja necessário destacar de que maneira 'útil' ele é gasto (sobre ele se desenvolverá em seguida o estudo do processo de produção); que no desenvolvimento da forma-valor da mercadoria — em última instância de sua forma-dinheiro, ou seja, do dinheiro — o valor de uma mercadoria se manifesta no valor de uso de outra, ou seja, na forma natural da outra mercadoria; que a própria mais-valia decorre de um valor de uso da força de trabalho, 'específico' e que lhe pertence com exclusividade etc. etc. Ou seja, para mim, o valor de uso desempenha um papel importante, muito diferente do que desempenhou na economia até aqui,[13] embora só se possa levá-lo em conta quando essa consideração surge da análise de uma formação econômica dada, e não de raciocínios tortuosos e conduzidos tendo como eixo os conceitos ou palavras 'valor de uso' e 'valor'."[14]

Eis o que diz Marx. De suas frase se deduz claramente que a interpretação marxista tradicional — de Hilferding, Sweezy e outros — não pode ser correta. Inadvertidamente, esses autores não seguem seu mestre Marx, mas sim Ricardo, a quem ele criticou.

II.

Qual o fundamento da crítica de Marx e como devem ser entendidas suas objeções a Ricardo, a que nos referimos?

Para responder, devemos retornar às premissas metodológicas fundamentais da construção de Marx. Ao contrário dos clássicos, todo o esforço teórico de Marx estava voltado para descobrir as "leis que regem o surgimento, a existência, o desenvolvimento e a superação de um determinado organismo social e sua substituição por outro, superior ao primeiro".[15] Para ele, a produção capitalista era "somente um modo histórico de produção, [...] correspondente a uma época de limitado desenvolvimento das condições materiais de produção".[16] As categorias da economia burguesa eram "formas de pensar socialmente válidas, e portanto objetivas, para as relações

de produção que caracterizam *esse* modo de produção social *historicamente determinado*".[17]

De que maneira a teoria pode chegar a conhecer essas leis, que só pretendem ter validade histórica? Como essas leis podem tornar-se compatíveis com as determinações econômicas gerais, aplicáveis a todas as épocas da sociedade? Pois "todas as épocas da produção têm traços comuns", o que decorre "do fato de que [em todas as épocas] o sujeito (a humanidade) e o objeto (a natureza) são os mesmos".[18] Quando se enfatizam essas determinações comuns, é muito fácil "confundir ou eliminar as diferenças históricas, formulando leis aplicáveis aos *homens em geral*".[19] No entanto, se, por exemplo, "as línguas mais evoluídas têm leis e determinações que também estão presentes nas menos desenvolvidas, seu desenvolvimento aparece precisamente no que as diferencia desses elementos gerais e comuns". Do mesmo modo, a economia política deve investigar especialmente as leis da evolução da época capitalista, "para que a diferença essencial não fique obscurecida" e não se compreenda apenas o que une essa época e as determinações comuns anteriores.[20]

Na esfera da economia, o desenvolvimento está precisamente naquilo que expressa seu caráter especificamente social. "Na medida em que o processo de trabalho envolve homem e natureza, seus elementos simples são comuns a todas as formas sociais de desenvolvimento. Mas, cada forma histórica desse processo, no que tem de específico, desenvolve suas próprias bases materiais e formas sociais."[21] Essas formas sociais são — em oposição ao seu "conteúdo", dado pela natureza — o mais importante. Elas constituem o elemento ativo que impele o processo para a frente:[22] "As leis da natureza não podem ser revogadas. Nas diferentes circunstâncias históricas, o que se pode modificar é a forma sob a qual essas leis se impõem."[23]

Não podemos examinar aqui em detalhes a importante distinção, feita por Marx, entre "forma" e "conteúdo" em economia. (Também aqui aparece claramente a influência da *Lógica* de Hegel.)[24] Mas algo fica firmemente estabelecido: para Marx, as formas econômicas expressam relações sociais dos indivíduos, e graças a elas os diversos modos de produção são distinguíveis entre si. Considerar que as formas de intercâmbio — diz, por exemplo, contra Rossi — devem ser "indiferentes" ao economista "é exatamente como se o fisiologista dissesse que as formas específicas de vida não têm importância, pois todas são arranjos de matéria orgânica. Ora, se a questão é compreender o caráter específico de um modo de produção social, então são essas formas o que importa. Um casaco é um casaco. Mas, fazei o intercâmbio de uma certa forma e tereis a produção capitalista e a sociedade burguesa moderna; fazei de outra e tereis uma produção artesanal compa-

tível com condições asiáticas ou medievais etc."[25] "No primeiro caso, o alfaiate produz não só um casaco; produz capital e, conseqüentemente, lucro; produz seu patrão como capitalista e a si próprio como trabalhador assalariado. Se [ao contrário] encomendo a confecção de um casaco a um alfaiate que trabalha em minha casa, tendo em vista confeccionar um bem para meu uso, isso não me transforma em meu próprio empresário (no sentido de uma categoria econômica), nem tampouco em proprietário de empresa têxtil [...]."[26]

Em outra passagem: "Na Inglaterra e na Holanda, os trabalhadores rurais que recebem salários 'adiantados' pelo capital 'produzem eles mesmos seu salário', tanto quanto o camponês francês ou o servo russo que vivem do próprio trabalho. Se considerarmos o processo de produção como uma seqüência estendida no tempo, o capitalista só adianta hoje ao trabalhador, como 'salário', uma parte do produto produzido por ele no dia anterior. Portanto, a diferença não está em que, em um caso, o operário tenha produzido seu próprio salário e, no outro, não [...]. A diferença está na mudança de forma que o fundo de trabalho produzido pelo operário experimenta, antes que volte a fluir em sua direção como salário."[27]

Para Marx, as formas sociais da produção e da distribuição constituem, em sua especificidade, o verdadeiro objeto da análise econômica: "A falta de uma orientação teórica voltada para apreender as *diferenças formais* entre as relações econômicas" — falta que caminha em paralelo a um "enorme interesse pelo aspecto material" — caracteriza, para ele, a economia anterior, inclusive em seus melhores representantes.[28] (Apenas R. Jones e Sismondi estariam resguardados dessa crítica.)[29]

Até aqui fizemos uma digressão metodológica. Porém, o leitor terá percebido que também respondemos — de maneira muito geral — à pergunta sobre o papel do valor de uso na economia de Marx. O que dizia, afinal, o parágrafo da *Contribuição à crítica*, de Marx, acima citado? "O valor de uso como tal, indiferente diante de qualquer *determinação econômica formal*, está além da esfera de observação da economia política. Só penetra nessa esfera *quando ele mesmo determina a forma*." Em outras palavras: para julgar se o valor de uso tem significação econômica ou não, a referência é a relação que ele estabelece com as relações sociais de produção. Na medida em que influi nessas relações ou recebe sua influência, é uma categoria econômica. Mas, fora disso, em seu caráter meramente "natural", está fora da esfera de considerações da economia política. Ou, como dizem os *Grundrisse*: "A economia política se ocupa das formas sociais específicas da riqueza ou, mais especificamente, da produção da riqueza. A substância da riqueza — seja subjetiva, como o trabalho, seja objetiva, como os objetos

voltados para satisfazer necessidades naturais ou históricas — perpassa todas as épocas. Em primeira aproximação, essa substância aparece como mero pressuposto, à margem de qualquer consideração da economia política. Só ingressa na esfera dessa consideração quando as relações formais a modificam, ou então quando ela mesma modifica estas relações."[30]

III.

Desse ponto de vista, tampouco oferece dificuldades o problema da diferença real entre Marx e Ricardo no que diz respeito ao papel do valor de uso na economia.

É impossível que essa diferença decorra do princípio fundamental da teoria do valor. Ambos são teóricos do valor-trabalho. Porém, do ponto de vista desta teoria, o valor de uso dos produtos do trabalho, ou sua "utilidade", não influencia a criação do valor. O valor de uso deve aparecer apenas como uma premissa para a possibilidade de realizar-se o intercâmbio. Daí não se pode deduzir que o valor de uso não tem significação econômica e deve ser expulso da esfera da economia.

Para Marx, isso só é correto na medida em que lidamos com a circulação mercantil simples (a forma de intercâmbio M-D-M). No fundo,[31] a circulação simples "consiste só no processo formal que coloca o valor de troca ora sob a determinação de mercadoria ora sob a determinação de dinheiro".[32] Para a análise econômica da circulação simples, é secundário descrever como foram produzidas as mercadorias que serão trocadas (ou seja, saber se elas provêm de uma economia capitalista ou pré-capitalista), bem como a que tipo de consumo elas se destinam depois de efetuada a troca. Aqui só se confrontam compradores e vendedores; as mercadorias os substituem e estabelecem a ligação social entre eles. O verdadeiro objetivo do intercâmbio — a satisfação mútua das necessidades dos produtores de mercadorias — só pode cumprir-se se as mercadorias se confirmam ao mesmo tempo como valores, ou seja, se conseguem converter-se na "mercadoria universal", o dinheiro. O metabolismo social aparece em uma alteração da forma das mercadorias. Essa alteração formal é, nesse caso, a única relação social estabelecida pelos proprietários das mercadorias, "o indicador de sua função social ou de sua relação mútua".[33] Porém, no que diz respeito ao conteúdo que existe independentemente do ato de intercâmbio, "tal conteúdo [...] só pode ser: (1) a particularidade natural da mercadoria trocada; (2) a necessidade natural específica dos indivíduos que participam da troca; ou ambas, condensadas no diferente valor de uso das mercadorias intercambiadas".[34] Em si mesmo, esse conteúdo não determina o caráter das relações de troca. Nesse caso, o valor de uso constitui, de fato, só "a base material

que suporta determinada relação econômica". "É esta relação que põe no valor de uso o carimbo de mercadoria [...]. O valor de troca não se apresenta como sendo determinado pelo valor de uso; ao contrário, a mercadoria só se torna mercadoria, só se realiza como valor de troca, na medida em que seu possuidor deixa de comportar-se diante dela como estando diante de um valor de uso."[35] Precisamente aqui, quando "a troca se produz com vistas ao uso recíproco das mercadorias, o valor de uso, [...] a particularidade natural da mercadoria como tal, não existe como determinação econômica formal", ou seja, não é "o conteúdo da relação, considerada como relação social".[36] Neste caso, só tem significação econômica a troca formal da mercadoria e do dinheiro, e a representação do intercâmbio mercantil simples deve limitar-se a esta troca.[37]

Marx prossegue: embora isso seja correto quando se trata da troca simples de mercadorias, seria falso concluir "que a diferenciação entre valor de uso e valor de troca, que na circulação simples [...] fica de fora da determinação econômica formal, também fica de fora dessa determinação em todas as ocasiões [...]. Para Ricardo, por exemplo, a economia burguesa se ocupa apenas do valor de troca e só de forma obscura se refere ao valor de uso; mas ele extrai precisamente do valor de uso (e da relação que este mantém com o valor de troca) as determinações mais essenciais do valor de troca: por exemplo,[38] a renda da terra, o salário mínimo, a diferença entre capital fixo e circulante,[39] aos quais ele atribui influência decisiva na determinação dos preços [...]; o mesmo ocorre na relação entre oferta e demanda etc."[40] Ricardo tem razão quando afirma que "o valor de troca é a determinação preponderante. Mas o uso, naturalmente, não desaparece pelo fato de estar determinado *só* pela troca, embora desde logo esse fato fixe sua orientação."[41] "Usar é consumir, para a produção ou para o consumo. Trocar é realizar esse ato com a mediação de um processo social. O próprio uso pode estar posto [pela troca] e ser mera conseqüência da troca; por outro lado, a troca pode aparecer como mero momento do uso etc. Do ponto de vista do capital, (na circulação) a troca se apresenta como antecipação do valor de uso, enquanto (na produção) o uso aparece como antecipação da troca, antecipação do valor de troca. O mesmo ocorre com a produção e o consumo. Na economia burguesa (como em qualquer outra) ambos se diferenciam, mas se mantêm ligados. Trata-se precisamente de compreender essa *differentia specifica* [...] e não, como faz Ricardo, de deixá-la de lado, nem como o insípido Say, que considera dizer coisas importantes ao simplesmente usar a palavra 'utilidade'". "O valor de uso desempenha um papel como categoria econômica. Onde o desempenha [...], em que medida o

valor de uso, enquanto substância presumida, fica à margem da economia e de suas determinações formais, e em que medida entra nela, [...] isso depende do próprio desenvolvimento."[42]

IV.

Quais são, para Marx, os casos nos quais as relações formais da economia burguesa modificam o valor de uso ou nos quais ele intervém modificando essas relações formais, ou seja, nos quais ele mesmo se converte em "determinação formal econômica"?

Nas *Glosas marginais*, já citadas, Marx assinala que até mesmo no âmbito da circulação simples, quando do desenvolvimento da forma-dinheiro da mercadoria, o valor de uma mercadoria deve manifestar-se "no valor de uso — ou seja, na forma natural — de outra mercadoria". Isso significa que, para Marx, de um lado, o dinheiro deve ser uma mercadoria, ou seja, ter um valor de uso relacionado à sua substância; de outro, significa que esse valor de uso está ligado a propriedades físicas muito específicas da mercadoria-dinheiro, propriedades que a capacitam a cumprir sua função. Lemos nos *Grundrisse*: "Ao contrário do que Proudhon diz, a investigação sobre os metais preciosos como sujeitos da relação monetária [...] não é exterior ao âmbito da economia política, assim como a natureza física das cores e do mármore não é exterior ao âmbito da pintura e da escultura. As propriedades que a mercadoria possui como valor de troca, e que são determinadas por suas qualidades naturais, expressam as exigências que devem ser satisfeitas pelas mercadorias que constituem por excelência o material do dinheiro. Até este momento, das condições sobre as quais podemos falar [circulação puramente metálica], essas exigências são satisfeitas em grau máximo pelos metais preciosos."[43]

Graças às suas qualidades específicas, que a convertem em material exclusivo para o dinheiro, a mercadoria que cumpre a função de equivalente geral pode aumentar seu valor de uso: "Além de seu valor de uso específico como mercadoria específica", passa a ter também um valor de uso "universal" ou "formal".[44] "Esse seu valor de uso é, ele mesmo, determinação formal. Ou seja, surge do papel especial que ela [a mercadoria-dinheiro] desempenha pela ação de todas as demais mercadorias sobre ela no processo de intercâmbio."[45] Aqui "coincidem a modificação material e a formal, já que, no dinheiro, o próprio conteúdo pertence à determinação econômica formal".[46]

Em suas *Glosas marginais*, Marx oferece um segundo exemplo que é decisivo: o do intercâmbio entre capital e trabalho. Se considerarmos a circulação simples de mercadorias tal como ela se produz "na superfície do

mundo burguês", no comércio varejista, então "um trabalhador e um milionário que compram um pedaço de pão aparecem nesse ato como simples compradores, do mesmo modo como o padeiro se apresenta diante deles como simples vendedor [...]. Do ponto de vista dessa determinação formal, o conteúdo e a quantidade de suas compras são indiferentes."[47] Tudo muda, no entanto, se passarmos desse intercâmbio superficial ao intercâmbio entre capital e trabalho, que determina a essência do modo de produção capitalista. Na circulação simples de mercadorias, "a mercadoria A é trocada pelo dinheiro B, e este pela mercadoria C, destinada ao consumo (este era o objetivo final do intercâmbio de A). O uso da mercadoria C (seu consumo) fica à margem da circulação e não afeta a forma da relação. Está situado mais além da própria circulação. Representa um interesse puramente material que só expressa uma relação do indivíduo,[48] em sua condição natural, com um objeto de que ele necessita. O que será feito com a mercadoria C é uma questão exterior à relação econômica."[49] No intercâmbio entre capital e trabalho, ao contrário, o valor de uso da mercadoria adquirida pelo capitalista (a força de trabalho) é a premissa do processo de produção capitalista e da própria relação capitalista. Nessa transação, o capitalista troca uma mercadoria cujo consumo "coincide de maneira imediata com a objetivação do trabalho, e portanto com a criação de valor de troca".[50] Se, "na circulação simples, o conteúdo do valor de uso é indiferente", aqui, ao contrário, "o valor de uso da mercadoria que foi trocada pelo dinheiro" aparece "como relação econômica particular" e pertence "à determinação formal da economia, [...] pois nesse caso o valor de uso está determinado pelo valor de troca [...]".[51]

Se a criação da mais-valia — ou seja, o aumento do valor de troca do capital — decorre do valor de uso específico da mercadoria força de trabalho, então a economia política deve relacionar a participação do trabalhador no produto-valor a um equivalente em meios de subsistência necessários para que sua vida se conserve. Ou seja, deve admitir que, no fundo, também essa participação é determinada pelo valor de uso.[52] Nesse caso, mais uma vez, a categoria valor de uso intervém e influi nas relações econômicas do modo de produção capitalista.

Também no processo de circulação do capital é possível comprovar a cada passo a influência do valor de uso nas relações econômicas formais. Não descreveremos as múltiplas maneiras pelas quais a natureza material do produto influi sobre a duração do período de trabalho e o período de circulação.[53] Passaremos diretamente à diferenciação — fundamental para o processo de circulação — entre capital fixo e capital circulante, à qual Marx nos remete em sua polêmica com Ricardo.

O capital fixo "só circula como valor na medida em que se desgasta ou é consumido no processo de produção. Mas o tempo para que seja consumido dessa maneira, tornando-se necessário substituí-lo como valor de uso, depende de sua durabilidade relativa. Essa durabilidade [...] — o tempo maior ou menor em que executa sua função ao longo dos sucessivos processos de produção do capital —, essa decorrência de seu valor de uso, converte-se aqui em um fator determinante da forma, ou seja, determinante para o capital em seu aspecto formal, não no material. O tempo necessário de reprodução do capital fixo e a proporção entre este e todo o capital modificam o tempo de rotação — logo, a valorização — do capital total."[54]

Nas categorias de capital fixo e capital circulante, "a diferença entre os elementos considerados como valores de uso [...] se apresenta agora como diferença qualitativa do próprio capital e como fator determinante de seu movimento total (rotação)".[55] Aqui, o valor de uso volta a penetrar, como fator econômico, no circuito do capital.[56]

O papel do valor de uso se manifesta ainda mais claramente no processo de reprodução do capital social global, tal como ele aparece na seção III do segundo tomo de *O capital*. No início dessa seção, Marx diz o seguinte: enquanto estava investigando apenas o processo de reprodução do capital individual (ou seja, no primeiro tomo da obra), "a forma natural do produto mercantil era totalmente indiferente para a análise". No primeiro tomo, ele adotou a suposição "de que o capitalista, de um lado, vendia o produto por seu valor e, de outro, encontrava na esfera da circulação os materiais necessários para reiniciar o processo de produção, ou continuá-lo sem interrupção [...]". Ele diz: "O único ato situado na esfera da circulação" necessário para manter o processo "é a compra e venda da força de trabalho, condição fundamental da produção capitalista."[57] Mas, "esta maneira puramente formal[58] da exposição já não é suficiente quando se considera o *capital social global*", em cuja reprodução está em jogo não só a reposição do valor, mas também a reposição do material; por isso, é essencial levar em conta a forma material, o valor de uso do produto.[59]

O mesmo ponto de vista reaparece nas *Teorias*, com a diferença de que nelas Marx assinala *expressis verbis* a importância do valor de uso como categoria econômica. No terceiro tomo da obra, podemos ler: "Na consideração da mais-valia, é indiferente a forma natural do produto, e, conseqüentemente, [também] a do mais-produto. Mas, quando se considera o processo real de reprodução, ela [a forma natural, N.T.] retoma importância, seja para compreender suas próprias formas, seja pela influência que a produção de artigos supérfluos etc. exerce sobre a reprodução.[60] *Aqui temos outro exemplo de como o valor de uso adquire importância econômica.*"[61]

Passamos agora ao âmbito temático do terceiro tomo de *O capital*. Também nele podemos encontrar numerosos exemplos do valor de uso como categoria econômica. Desde logo, isso fica claro no caso da renda da terra, que Marx, como Ricardo, compreende em última instância a partir "da relação entre valor de troca e valor de uso". A importância do valor de uso também aparece quando se trata da taxa de lucro, pois esta depende das oscilações do valor das matérias-primas. Pois "os produtos agrícolas e as matérias-primas provenientes da natureza orgânica estão especialmente sujeitos a oscilações de valor, decorrentes de alterações nos rendimentos das colheitas etc. [...]. Como conseqüência de condições naturais incontroláveis, de climas favoráveis e desfavoráveis etc., a mesma quantidade de trabalho pode resultar em quantidades de valores de uso muito diferentes. Uma mesma quantidade desses valores de uso terá um preço muito diferente."[62] Essas variações nos preços "afetam a taxa de lucro, mesmo quando deixam intacto o salário e, portanto, a taxa e a massa de mais-valia".[63]

Devemos ressaltar especialmente a influência do valor de uso sobre a acumulação de capital.

"Até o momento", escreve Grossmann, "a literatura marxista destacou apenas o fato de que, na medida em que a produção capitalista e a acumulação de capital avançam, na medida em que aumentam a produtividade do trabalho e a composição orgânica do capital, a massa de valor do capital constante cresce — de forma absoluta e relativa — em relação ao capital variável. Mas esse fato constitui somente um aspecto do processo de acumulação, aquele que se vê sob o ponto de vista do valor. O processo de reprodução não é apenas um processo de valorização, mas também um processo de trabalho, que produz não só valores mas também valores de uso." "Considerado a partir do ponto de vista do valor de uso, o aumento da produtividade age não só no sentido de desvalorizar o capital existente, mas também no de incrementar maciçamente os objetos de uso."[64] No terceiro tomo de *O capital*, podemos ver novamente como isso influi no processo de acumulação do capital:[65]

"O incremento da força produtiva [...] só pode incrementar diretamente a magnitude de valor do capital se, através da elevação da taxa de lucro, incrementar o elemento de valor do produto anual que é reconvertido em capital [...]. Mas o desenvolvimento da produtividade do trabalho contribui indiretamente para incrementar o valor do capital existente, ao aumentar a quantidade e a variedade dos valores de uso[66] nos quais se representa o mesmo valor de troca. Eles constituem o suporte material do capital, seus elementos materiais concretos, os objetos materiais que compõem diretamente o capital constante e, pelo menos indiretamente, o capital variável. Com a

mesma quantidade de capital e de trabalho se criam mais coisas que podem ser transformadas em capital, seja qual for seu valor de troca. Coisas que podem servir para absorver trabalho adicional, e portanto mais-trabalho adicional, constituindo assim capital adicional." Pois essa "massa de trabalho que o capital pode comandar não depende de seu valor, mas sim da massa de matérias-primas e insumos, bem como dos elementos do capital fixo, dos meios de subsistência, que compõem esse capital, qualquer que seja o valor de todos esses componentes. Ao aumentar dessa maneira a massa de trabalho empregado, e portanto a quantidade de mais-trabalho, aumentam também o valor do capital reproduzido e a mais-valia adicionada."[67]

V.

O terceiro tomo trata minuciosamente do problema da oferta e da demanda, que se relaciona de forma muitíssimo estreita com o controverso tema do tempo de trabalho socialmente necessário, que já abordamos de passagem no capítulo 2.[68]

No começo do primeiro tomo de *O capital* podemos ler: "O tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir algum valor de uso nas condições normais de produção vigentes em uma sociedade e com o nível social médio de destreza e intensidade do trabalho." Ele é "*o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir um valor de uso* e determina a magnitude de seu valor".[69]

Em *O capital* e em outras obras de Marx voltaremos a encontrar várias vezes essa interpretação "tecnológica" do conceito de tempo de trabalho socialmente necessário. Mas, além dela, encontramos também outra interpretação, segundo a qual só poderia ser considerado como "socialmente necessário" o trabalho que correspondesse a uma necessidade social coletiva, produzindo um determinado valor de uso. Assim se expressa Marx no primeiro tomo de *O capital*: "Suponhamos [...] que cada peça de linho disponível no mercado contém apenas tempo de trabalho socialmente necessário [no sentido tecnológico]. Pode ocorrer, no entanto, que a soma total dessas peças contenha tempo de trabalho gasto de maneira supérflua. Se o mercado não pode absorver a quantidade total de linho ao preço normal de 2 xelins por metro, isso demonstra que a fabricação de linho consumiu uma parte excessiva do tempo de trabalho social em seu conjunto. O resultado reproduz o que ocorreria se cada um dos tecelões tivesse empregado, na fabricação de seu produto, mais tempo de trabalho que o socialmente necessário. Aqui se aplica o ditado: os justos pagam pelos pecadores. Todo o linho colocado no mercado conta como um artigo único; cada peça conta como uma parte alíquota. O valor de cada metro individual de linho é ape-

nas a materialização da mesma quantidade, socialmente determinada, de trabalho humano homogêneo."[70]

Marx se expressa no mesmo sentido em numerosas outras passagens. Engels, por sua vez, ao criticar Rodbertus, chega a reunir as duas interpretações em uma só definição: "Se [ele] houvesse investigado por quais meios e como o trabalho cria e, portanto, determina e mede o valor, teria chegado ao conceito de trabalho socialmente necessário: necessário para cada produto tanto em relação a outros produtos de mesmo tipo como em relação à demanda de toda a sociedade."[71]

Muitos autores consideram essas duas interpretações do "trabalho socialmente necessário" como uma contradição intolerável.[72] Mas a contradição é aparente. Duas etapas diferentes da investigação exigiam dois conceitos diferentes — e complementares. Sobre isso, podemos ler no terceiro tomo de *O capital*: "Que a mercadoria tenha um valor de uso, isso significa apenas que satisfaz alguma necessidade social. Enquanto nos referíamos a mercadorias isoladas, podíamos supor que havia necessidade de cada mercadoria específica — sua quantidade estando incluída no preço —, sem dedicar maior atenção ao montante da necessidade que seria necessário satisfazer. Mas esse montante se converte em um fator essencial, tão logo comparamos o produto de todo o setor considerado e a necessidade social. Neste ponto torna-se necessário levar em conta a medida, ou seja, o volume dessa necessidade social."[73]

Em outras palavras: na investigação realizada até agora adotou-se um conjunto de hipóteses simplificadoras. Em primeiro lugar, as mercadorias são trocadas por seus valores; em segundo, sempre encontram compradores. Só assim era possível compreender o processo de produção e circulação do capital em sua forma pura, sem a intervenção de "circunstâncias secundárias". Agora, porém, precisamos fazer justiça ao movimento da oferta e da demanda, até aqui desconsiderado, incorporando-o à análise econômica.

No que diz respeito à oferta, isso significa em primeira instância que, em vez de uma única mercadoria (ou de uma dada quantidade de mercadorias produzidas por um único capitalista), devemos supor o produto total de um setor produtivo. No caso da mercadoria isolada, a determinação do tempo de trabalho socialmente necessário apontava para a idéia de que "o *valor individual* (ou seja, seu preço de venda, o que, neste caso, é a mesma coisa) da mercadoria [...] *corresponde ao seu valor social*".[74] Outra é a situação quando estamos tratando do produto global de um setor produtivo. Aqui, o emprego de tempo de trabalho socialmente necessário só pode valer para toda a massa de mercadorias; logo, deve-se distinguir entre o valor individual das mercadorias e seu valor social. O valor social assume agora a

forma de valor de mercado, que representa o valor médio da massa de mercadorias. Os valores individuais das mercadorias devem sempre divergir dele, para cima ou para baixo, pois em todos os setores se podem distinguir três tipos de produtores: os que produzem em condições médias, em condições superiores à média e em condições inferiores. "O valor médio depende sobretudo da proporção numérica ou do tamanho relativo de cada tipo."[75] Como regra geral, ele deve girar em torno do tipo médio; nesse caso, as mercadorias produzidas em piores condições terão de ser vendidas abaixo de seu valor individual, enquanto as mercadorias produzidas em condições acima da média obterão um ganho adicional. No entanto, também pode ocorrer que prevaleça largamente um ou outro tipo de produtor, situado acima ou abaixo das condições médias; no primeiro caso, o valor de mercado será determinado pelas mercadorias produzidas em condições melhores, enquanto no segundo esse papel será cumprido por aquelas produzidas em condições piores.

Assim se determina o valor de mercado, se só levamos em conta a massa de mercadorias lançadas no mercado, abstraindo a possibilidade de um desequilíbrio entre oferta e demanda. Pois se "a demanda é adequada para absorver a massa de mercadorias por seu valor estabelecido dessa forma", então "a mercadoria será vendida por seu valor de mercado, seja qual for, entre os três casos examinados antes, aquele que regula esse valor no mercado. A massa de mercadorias não só satisfaz uma necessidade, mas a satisfaz na quantidade socialmente exigida."[76] Sabemos, no entanto, que no modo de produção capitalista "há uma conexão apenas casual — não necessária — entre a quantidade global do trabalho social aplicado em um bem [...], de um lado, e a quantidade que a sociedade demanda para satisfazer as necessidades correspondentes a esse bem, de outro. Cada artigo individual ou cada quantidade de um tipo de mercadorias pode conter apenas o trabalho social requerido para sua produção. Considerado sob esse aspecto, o valor de mercado de todo esse tipo de mercadorias representa trabalho socialmente necessário. Apesar disso, quando determinada mercadoria foi produzida em quantidade excedente em relação às necessidades sociais, uma parte do tempo de trabalho social terá sido dilapidada. A massa de mercadorias representará então, no mercado, uma quantidade de trabalho social muito menor do que aquela que efetivamente contém. [...] O contrário ocorre se a quantidade de trabalho social empregado para produzir determinado tipo de mercadorias é muito pequena em relação à quantidade de necessidade social específica que o produto deve satisfazer."[77]

Em ambos os casos modifica-se a "fixação do valor de mercado", que antes era representada de forma abstrata. Quando a quantidade ofertada

"é pequena demais, o valor de mercado é fixado pela mercadoria produzida nas piores condições; quando é grande demais, esse papel cabe à mercadoria produzida nas melhores condições; ou seja, um dos extremos determina o valor de mercado, apesar do fato de que, considerando-se apenas a relação das quantidades produzidas sob as diferentes condições, o resultado deveria ser diferente".[78]

Qual dos três tipos de produtores fixa o valor do mercado? Isso não depende apenas do peso proporcional de cada tipo, mas também, em certo sentido, da relação entre oferta e demanda. Será que essa constatação não joga por terra a teoria do valor do próprio Marx? Não. Essa conseqüência só ocorreria se cada predomínio da demanda sobre a oferta (ou vice-versa) produzisse um aumento (ou uma diminuição) proporcionais do próprio valor de mercado. Nesse caso, o valor de mercado seria idêntico ao preço de mercado, ou então, como disse Marx em uma passagem, teria de situar-se "acima de si mesmo".[79] Pois, segundo a concepção de Marx, o valor de mercado só pode mover-se dentro dos limites determinados pelas condições de produção (e, portanto, pelo valor individual) de um dos três tipos de produtores.

Na parte das *Teorias* dedicada à renda da terra, podemos ler: "Em geral, uma diferença entre valor de mercado e valores individuais se produz não porque os produtos sejam vendidos acima de seu valor, mas porque o valor que tem o produto de todo um setor pode ser diferente do valor do produto individual [...]. Logo, a diferença entre o valor de mercado e o valor individual de um produto só pode ter como referência as diferenças de produtividade com que determinada quantidade de trabalho produz diferentes partes do produto total. *Essa diferença só pode ser compreendida levando-se em conta que a determinação do valor depende da quantidade de trabalho gasta no conjunto desse setor.*"[80]

Se a situação do mercado faz com que a massa de mercadorias seja vendida acima do valor individual das mercadorias produzidas nas piores condições ou, ao contrário, abaixo do valor das mercadorias produzidas nas melhores condições, há um desvio do preço de mercado em relação ao valor de mercado, mas não uma modificação do próprio valor de mercado.[81] No sistema da economia burguesa, como se sabe, a principal função do jogo de oferta e demanda é regular as oscilações ocasionais dos preços de mercado.

Nossa interpretação da teoria marxista do valor de mercado diverge bastante da que normalmente se usa na literatura marxista. Observemos como exemplo a seguinte passagem, retirada do citado trabalho de Grigorovici: "Se, segundo Marx, a demanda é de tal magnitude que pode absorver as mercadorias por seu valor de mercado, então 'a mercadoria será vendida por

este valor em qualquer dos três casos examinados antes, seja qual for o segmento que regula o valor [...]. A massa de mercadorias não só satisfaz uma necessidade, mas o faz na quantidade socialmente demandada. Porém, se a quantidade é maior ou menor que a demanda, produzem-se desvios nos preços de mercado em relação ao valor de mercado.' O preço de mercado fica acima ou abaixo do valor de mercado; ambos não coincidem. Em conseqüência, a relação de oferta e demanda [...] não modifica o valor de mercado. Apenas produz um desvio dos preços de mercado em relação aos valores de mercado, embora tanto no primeiro como no segundo caso se crie a aparência de que, por causa da modificação no jogo entre oferta e demanda, o próprio valor de mercado teria sido alterado: no primeiro caso, a mercadoria produzida em piores condições parece regular o mercado; no segundo, o mesmo ocorre com aquela produzida em melhores condições."[82]

Eis o que diz Grigorovici. Mas, vejamos o que diz a passagem de Marx, no terceiro tomo, que ele cita parcialmente: Se "a demanda por essa quantidade é adequada, [...] a mercadoria será vendida por seu valor de mercado, seja qual for, entre os três casos examinados antes, aquele que regula esse valor no mercado. [...] Porém, se a quantidade é maior ou menor que a demanda existente, ocorrem divergências entre o preço de mercado e o valor de mercado. A primeira divergência é que, quando a quantidade é pequena demais, o valor de mercado é fixado pela mercadoria produzida nas piores condições; quando é grande demais, esse papel cabe à mercadoria produzida nas melhores condições; ou seja, um dos extremos determina o valor de mercado, apesar do fato de que, considerando-se apenas a relação das quantidades produzidas sob as diferentes condições, o resultado deveria ser diferente."[83]

Essa formulação não pode dar margem a dúvidas. Na p. 204 do terceiro tomo, Marx se expressa de forma ainda mais precisa: "Diante de determinados preços, um tipo de mercadoria pode ocupar um lugar determinado no mercado; se os preços se alteram, o lugar só permanece o mesmo se o preço superior coincidir com uma menor quantidade de mercadorias e o preço mais baixo com uma quantidade maior. Se a demanda é tão grande que não diminui quando o preço está estabelecido pelo valor das mercadorias produzidas sob as piores condições, estas determinam o valor de mercado. Isso só é possível quando a demanda supera a oferta habitual, ou então a oferta cai abaixo da demanda habitual. Por fim, se a massa de mercadorias produzidas é maior que aquelas que encontram saída nos valores médios do mercado, as mercadorias produzidas nas melhores condições fixam o valor de mercado."

Registre-se que, na obra de Marx, há passagens que parecem demonstrar o contrário do que foi dito acima.[84] O que importa não é "eliminar por interpretação" as obscuridades para manter de pé uma ortodoxia marxista mal entendida, mas apreender e reproduzir o verdadeiro sentido das manifestações de Marx em sua "lógica interna". Acreditamos que nossa interpretação das passagens sobre o valor de mercado — melhor do que a de Grigorovici e de outros — é mais coerente com a totalidade da teoria de Marx e, em especial, com sua teoria da renda da terra.

Este não é o lugar adequado para abordar todos os detalhes do tema. Pretendíamos apenas demonstrar que Marx trata, de forma conseqüente, do problema do "tempo de trabalho socialmente necessário" em duas etapas diferentes, destacando corretamente a necessidade social, ou seja, o valor de uso. Em outra passagem do terceiro tomo, ele diz:

"Pois o valor de uso permanece como uma condição *sine qua non*. Mas, se o valor de uso de uma mercadoria particular depende de que ela satisfaça uma necessidade, o conjunto dessa mercadoria socialmente produzida depende de que ela satisfaça uma necessidade social quantitativamente determinada para cada tipo específico de produto. Por isso o trabalho se distribui, entre as diversas esferas da produção, seguindo a proporção dessas necessidades sociais quantitativamente delimitadas [...]. A necessidade social — ou seja, o valor de uso ampliado em escala social — torna-se determinante para fixar a quota do tempo global de trabalho social correspondente às diversas esferas particulares de produção. Trata-se, no entanto, da mesma lei que já se manifesta na mercadoria individual; seu valor de uso é um pressuposto de seu valor de troca, e portanto de seu valor [...]. Essa limitação quantitativa das proporções do tempo social de trabalho utilizáveis nas diversas esferas da produção é a expressão desenvolvida da lei geral do valor, apesar de o tempo de trabalho necessário receber aqui um sentido diferente. Só uma determinada quantidade dele é necessária para satisfazer as necessidades sociais. Neste caso, a limitação decorre do valor de uso."[85]

Aparece aqui, novamente, como o valor de uso influi nas relações da economia burguesa, baseada no valor de troca, e como ele se converte em uma categoria econômica.

Com este último exemplo, podemos encerrar nossa investigação. A futura pesquisa marxista decidirá se os numerosos fragmentos dos *Grundrisse* e de outras obras que citamos nos dão razão e se, como acreditamos, produzirão uma revisão parcial das interpretações até hoje formuladas sobre a teoria de Marx. Que nos seja permitida uma última observação: evidentemente, o peculiar método de investigação de Marx é que permitiu elaborar de

maneira tão original e conseqüente sua crítica a Ricardo, registrada no começo deste capítulo. Engels estava certo quando considerou o tratamento dado por Marx ao problema do valor de uso — e de seu papel na economia política — como um dos exemplos paradigmáticos da aplicação do "método dialético alemão".[86]

PARTE II

A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA DE MARX SOBRE O DINHEIRO

A relação entre os Grundrisse, *a* Contribuição à crítica *e a seção I do primeiro tomo de* O capital

Como dissemos, o próprio Marx só viu publicada uma parte relativamente pequena de seu manuscrito de 1857-1858, o "Capítulo sobre o dinheiro" (p. 35-148 dos *Grundrisse*), depois de minuciosa elaboração. Foi na *Contribuição à crítica*, que veio à luz em 1859. O restante, que permaneceu engavetado, foi usado esporadicamente em *O capital* e nas *Teorias*.[1]

Do ponto de vista temático, a parte inicial dos *Grundrisse* coincide com a *Contribuição à crítica* e com a seção I do primeiro tomo de *O capital*. Podemos considerá-la como a redação inicial desses trabalhos. Mas não se deve tomar essa afirmação de forma literal. Em primeiro lugar, excetuando-se um pequeno fragmento das p. 763-764, falta nos *Grundrisse* uma exposição sobre a teoria do valor;[2] em segundo lugar, também o capítulo dos *Grundrisse* sobre o dinheiro diverge tão consideravelmente das exposições posteriores sobre o tema, que o próprio Marx considerou necessário reescrever tudo. O trabalho publicado em 1859 baseou-se nesse texto reelaborado.[3] Por isso, temos quatro versões do capítulo de Marx sobre o dinheiro. Como elas diferem em numerosos detalhes, um cotejo pode contribuir para que possamos compreender essa parte fundamental — e árdua — de sua obra.

CAPÍTULO 4

A CRÍTICA À TEORIA DO DINHEIRO-TRABALHO

Ao contrário das versões posteriores do próprio Marx, nos *Grundrisse* não encontramos a teoria sobre o dinheiro em sua forma definitiva. Podemos vê-la ali em gestação. Marx começa a desenvolver suas idéias a partir da crítica a Darimon, adepto da chamada teoria do dinheiro-trabalho, de Proudhon. Nos *Grundrisse*, essa crítica ocupa mais de quarenta páginas, enquanto em seu trabalho posterior[1] Marx se limita a um breve resumo e em *O capital*[2] faz apenas algumas observações sobre o tema. Do ponto de vista formal, a separação entre a teoria sobre o dinheiro e a crítica à utopia do dinheiro-trabalho era completamente justificada. Mas, como essa utopia ainda está presente nos dias de hoje, tornam-se muito interessantes para nós as páginas dos *Grundrisse*, depois eliminadas, que tratam do assunto.

Para os proudhonianos, o grande mal de nossa organização social provém do "privilégio" do dinheiro, da preponderância de que os metais nobres desfrutam nas trocas mercantis e em toda a vida econômica. Aqui residiria a origem do intercâmbio desigual entre capital e trabalho, do juro extorsivo e das crises econômicas em geral. Por isso, era necessário, antes de mais nada, quebrar esse domínio usurpado pelo ouro e a prata, equiparando-os ao conjunto de mercadorias comuns. Só assim a igualdade e a proporcionalidade "naturais" do intercâmbio seriam restabelecidas.

É claro que os proudhonianos nunca propuseram um retorno à troca direta. Sabiam que a moderna produção mercantil exige um meio geral de troca. Mesmo assim, perguntavam, será que o dinheiro não pode ser despojado de seu privilégio ou, melhor ainda, será que todas as mercadorias não podem ser convertidas diretamente em meios de troca, ou seja, em dinheiro?

É possível imaginar muitas maneiras de destronar o dinheiro. Em primeiro lugar, pode-se conservar o ouro e a prata como material monetário, mas de tal forma que representem diretamente o tempo de trabalho encarnado neles. "Suponhamos, por exemplo, que o *sovereign** se chame não '*sovereign*'[3] — que é simplesmente um título honorífico outorgado a uma

* Moeda de ouro inglesa. [N.T.]

parte alíquota x de uma onça de ouro, como o 'metro' é parte de uma determinada distância —, mas que represente, digamos,[4] *x horas de trabalho.* $1/x$ onça de ouro é apenas $1/x$ horas de trabalho materializado, objetivado. Mas o ouro é um tempo de trabalho já realizado, um tempo de trabalho determinado. Seu valor de face converteria uma determinada quantidade de tempo geral de trabalho em critério de medida." Logo, "a libra de ouro deveria ser conversível em x horas de trabalho, podendo comprá-las em qualquer momento; comprando-as a um preço menor ou maior, a libra de ouro teria sido valorizada ou desvalorizada; neste último caso, sua conversibilidade teria terminado". Pois, "o que determina o valor não é o tempo de trabalho que foi incorporado nos produtos, mas o tempo de trabalho necessário para produzi-los hoje. Consideremos que a própria libra de ouro, antes, fosse equivalente ao produto de vinte horas de trabalho. Suponhamos que, por uma circunstância qualquer, se necessitem agora de apenas dez horas para produzir a mesma libra. A libra de ouro, cujo valor de face é igual a vinte horas de trabalho, agora seria igual a apenas dez horas; vinte horas de trabalho seriam iguais a duas libras. Se, de fato, trocam-se dez horas de trabalho por uma libra de ouro, esta libra não pode ser trocada por vinte horas. A moeda de ouro, portadora do título plebeu de *x horas de trabalho,* estaria exposta a mais oscilações que qualquer outro tipo de moeda, especialmente a moeda de ouro atual, pois, se o ouro não pode aumentar ou diminuir em relação ao próprio ouro (pois é idêntico a si mesmo), o tempo de trabalho passado, contido em uma determinada quantidade de ouro, deve aumentar ou diminuir em relação ao tempo de trabalho vivo no presente. Para manter a conversibilidade seria preciso conservar estacionária a produtividade do trabalho. Mais ainda, segundo a lei econômica geral de que os custos de produção diminuem constantemente e o trabalho vivo se torna cada vez mais produtivo [...] uma depreciação constante seria o destino inevitável desse dinheiro-trabalho de ouro."[5]

Marx prossegue: "para evitar esse inconveniente", poderia ser instituída ("segundo a proposta de Weitling, antes dele dos ingleses e depois dele dos franceses") um dinheiro-trabalho de papel, no lugar do ouro. "O tempo de trabalho materializado no papel contaria tão pouco como o valor do papel dos títulos bancários [...]. Se a hora de trabalho se tornasse mais produtiva, o bônus que a representa aumentaria seu poder de compra, e vice-versa, exatamente como hoje; com uma nota de cinco libras esterlinas compra-se mais ou menos, conforme aumente ou diminua o valor do ouro em relação às outras mercadorias. De acordo com a mesma lei, segundo a qual o dinheiro-trabalho de ouro sofreria uma depreciação constante, o dinheiro-trabalho de papel experimentaria uma constante elevação de seu preço."

Não importa, diz o proudhoniano, "'isso é justamente o que queremos [...]; o trabalhador seria beneficiado com a crescente produtividade de seu trabalho, em vez de, como hoje, criar riqueza alheia e desvalorizar a si próprio.' [...] Mas, infelizmente, surgem algumas pequenas dúvidas.[6] Em primeiro lugar:[7] uma vez admitido o dinheiro, mesmo que seja sob a forma de bônus-hora, devemos supor uma acumulação desse dinheiro, além de contratos, obrigações, impostos etc., que se tornariam inviáveis com o uso dessa forma de dinheiro. Os bônus acumulados, bem como os resultantes de novas emissões, tenderiam a valorizar-se constantemente. Portanto, a crescente produtividade do trabalho beneficiaria os que não trabalham; além disso, os encargos contraídos antes seguiriam o mesmo caminho, diante da produtividade tendencialmente crescente do trabalho."[8] Assim, a exploração do trabalho vivo pelos detentores de trabalho acumulado, os juros, as crises — em suma, todos os males que os proudhonianos pretendem eliminar com sua reforma monetária — ressurgiriam sob nova forma.

O dinheiro substituto, imaginado por Proudhon como panacéia social, fracassaria diante da lei da produtividade crescente do trabalho.[9] A valorização dos bônus-hora "não teria importância se fosse possível recomeçar tudo a qualquer momento"; nesse caso, os compromissos estabelecidos não precisariam ser mantidos, diante das mudanças de valor do dinheiro-trabalho. Mas, como as coisas não se passam assim, o dinheiro-trabalho é uma evidente utopia. Seus defensores pretendem eliminar a sobrevalorização do dinheiro, que se manifesta durante as crises,[10] e assegurar a cada pequeno produtor e vendedor de mercadorias um preço "justo". Não só o dinheiro precisa ser conversível em mercadorias a qualquer momento, mas também as mercadorias devem poder converter-se em dinheiro, também a qualquer momento. Isso só é possível quando os preços coincidem exatamente com os valores, ou seja, com as quantidades de trabalho materializadas nas mercadorias. Aqui chegamos ao segundo erro fundamental dos defensores da teoria do dinheiro-trabalho ou, como os chama Marx, os "partidários do bônus-hora": confundem valor e preço, não compreendem a necessária incongruência entre ambas as formas.

De fato, "o *valor* (o real valor de troca) de todas as mercadorias [...] é determinado por seu custo de produção, ou seja, pelo tempo de trabalho exigido em sua produção. O preço é este valor de troca expresso em dinheiro." Em primeira aproximação, a diferença entre valor e preço parece ser puramente nominal. "Mas isso não se sustenta. O valor das mercadorias, determinado mediante o tempo de trabalho, é seu *valor médio*. Uma média que representa uma abstração, pois resulta de um cálculo que deve abranger um período (por exemplo, uma libra de café vale 1 xelim, calculando-se a média

dos preços do café durante um período de 25 anos), mas que é real quando vista como a força motriz e o princípio ativo das oscilações às quais estão sujeitos os preços durante um período determinado.[11] [...] O *valor de mercado*[12] das mercadorias é sempre diferente desse valor médio, sempre inferior ou superior a ele. O valor de mercado se aproxima do valor real através de oscilações permanentes; não se torna igual ao valor real como se este fosse um terceiro, mas é constantemente diferente de si mesmo[13] [...]. Portanto, o *preço* não se distingue do *valor* só por aquele ser nominal e este real, ou seja, não só pela denominação em ouro e prata, mas sim pelo seguinte: o valor guia a lei dos movimentos realizados pelo preço. Mas eles são permanentemente diferentes, nunca coincidem, ou só o fazem acidentalmente, como exceção. O preço das mercadorias é constantemente superior ou inferior ao seu valor, e o próprio valor das mercadorias só se expressa através do aumento e da queda[14] dos preços. No dia-a-dia, oferta e demanda determinam os preços das mercadorias; nunca coincidem, ou só o fazem acidentalmente; mas os custos de produção determinam as oscilações da oferta e da demanda [...]. Na hipótese de que os custos de produção da mercadoria e os do ouro e da prata permaneçam idênticos, o aumento ou a diminuição de seu preço de mercado significam apenas que uma mercadoria que vale *x* tempo de trabalho comanda às vezes mais e às vezes menos que *x* tempo de trabalho no mercado, ou seja, está acima ou abaixo de seu valor médio determinado pelo tempo de trabalho." Precisamente por isso, "o bônus-hora, que representa o *tempo de trabalho médio*, não corresponderia jamais ao *tempo de trabalho real* e não seria conversível nele".[15]

Como se vê, enquanto a crítica anterior à teoria do dinheiro-trabalho tinha como ponto de partida o fato de que a lei da produtividade crescente do trabalho produziria uma constante depreciação das mercadorias diante dos bônus-hora — levando, portanto, à inconversibilidade destes —, a inconversibilidade dos bônus-hora de que Marx trata agora "é apenas a expressão da inconversibilidade entre valor real e valor de mercado, entre valor de troca e preço. Em contraposição a todas as demais mercadorias, o bônus-hora representaria um tempo de trabalho ideal que seria trocado ora pelo mesmo tempo, ora por menos tempo que o real, de modo que o bônus ganharia uma existência própria, separada, correspondente a essa desigualdade real. O equivalente geral, meio de circulação e padrão das mercadorias, se apresentaria diante delas individualizado,[16] com leis próprias, alienado,[17] ou seja, com todas as propriedades do dinheiro atual, mas sem prestar os mesmos serviços que este último. A confusão seria ainda maior, pois as mercadorias — essas quantidades objetivadas de tempo de trabalho — não seriam compradas por meio de uma terceira mercadoria, mas de sua pró-

pria medida de valor; ou seja, o tempo de trabalho." Pois a "diferença entre valor e preço, entre a mercadoria medida pelo tempo de trabalho que a produziu e o produto do tempo de trabalho pelo qual ela é trocada, é que cria a exigência de uma terceira mercadoria que sirva de padrão, na qual se expressa o valor de troca real da mercadoria. *Considerando-se que o preço não é idêntico ao valor, o elemento que determina o valor — o tempo de trabalho — não pode ser o elemento no qual os preços se expressam,* [já que neste caso] *o tempo de trabalho deveria expressar-se ao mesmo tempo como determinante e não-determinante, como igual e não-igual a si mesmo.*" (Marx acrescenta: "Isso também lança luz sobre como e por que a relação do valor recebe no dinheiro uma existência material e particularizada",[18] ou seja, por que a circulação de mercadorias deve engendrar o dinheiro.) Os defensores dos bônus-hora têm a ilusão de que, "ao eliminar a diversidade nominal entre valor real e valor de mercado, entre valor de troca e preço — expressando o valor diretamente no tempo de trabalho, e não mais em uma quantidade determinada de tempo de trabalho objetivo, como ouro e prata —, eliminam também a diferença e a contradição real entre preço e valor. Assim se compreende de que modo a simples introdução do bônus-hora eliminaria [segundo eles imaginam] todas as crises e inconvenientes da produção burguesa. O preço monetário das mercadorias seria igual ao seu valor real; a demanda, igual à oferta; a produção, ao consumo; o dinheiro seria ao mesmo tempo abolido e conservado; bastaria verificar o tempo de trabalho, cujo produto é a mercadoria e que se materializa na mercadoria, para criar sua imagem real [...] no bônus-hora. Cada mercadoria seria transformada diretamente em dinheiro; por sua vez, o ouro e a prata seriam reduzidos à mesma condição das demais mercadorias."[19]

Vemos como a "degradação do dinheiro e a apoteose da mercadoria", defendidas por Proudhon e outros, se baseia em um "mal-entendido elementar sobre a conexão necessária entre mercadoria e dinheiro".[20] Não compreendem que toda circulação de mercadorias deve levar à formação de dinheiro, e que por isso, "enquanto o valor de troca for a forma social dos produtos, é impossível eliminar o dinheiro".[21] Porém, se um agente do planejamento social tomasse o lugar das forças anárquicas do mercado, seria possível eliminar os inconvenientes do dinheiro-trabalho, já mencionados, mediante a criação de um "banco central de trocas"?

Marx responde: "Se se realizam os pressupostos necessários para que o preço das mercadorias seja igual ao seu valor de troca, se há uma adequação entre demanda e oferta, entre produção e consumo, e em última instância uma produção em proporções corretas[22] [...], então se torna totalmente secundário o problema do dinheiro, especialmente o problema da emissão

dos bônus,[23] sejam eles verdes ou azuis, de metal ou de papel, ou de qualquer outra forma que sirva para manter a contabilidade social. Nesse caso, é absurdo continuar insistindo na necessidade de se investigarem as relações monetárias reais."[24]

Imaginemos então que um banco emissor dos bônus-hora troque-os por mercadorias de diversos produtores, pelo custo de produção. O banco se converteria então no "comprador universal, o comprador não só dessa ou daquela mercadoria, mas de todas as mercadorias", pois só dessa maneira o seu dinheiro-trabalho poderia ter alcance universal. "Porém, se ele é o comprador universal, deve ser também o vendedor universal. Deve ser não só o depósito onde são armazenadas todas as mercadorias, não só o armazém geral, mas também o dono das mercadorias, no mesmo sentido em que essa expressão se aplica a qualquer outro comerciante." Ao mesmo tempo, "um segundo atributo do banco seria o de fixar de maneira autêntica o valor de troca de todas as mercadorias, ou seja, o tempo de trabalho materializado nelas"[25] ("o que, diga-se de passagem", acrescenta Marx, "não é tão simples, como o demonstram a pureza e o peso do ouro e da prata"). Suas funções não poderiam terminar aqui. Ele "deveria fixar o tempo de trabalho em que as mercadorias podem ser produzidas com os instrumentos médios da indústria [...]. Aliás, isso tampouco seria suficiente. Além de fixar o tempo em que deve ser produzida uma certa quantidade de produtos, e de assegurar condições para que o trabalho dos produtores seja igualmente produtivo (e, portanto, efetuar uma distribuição equilibrada e ordenada dos instrumentos de trabalho), o banco precisaria também fixar a quantidade de tempo de trabalho que deve ser aplicada aos diferentes setores da produção. Isso seria necessário desde o momento em que, para realizar o valor de troca e garantir a conversibilidade do próprio dinheiro, a produção geral[26] deveria estar garantida e realizar-se em proporções adequadas à satisfação das necessidades dos que trocam. [...] Isso não é tudo. A troca mais importante não é a que envolve mercadorias, mas a do trabalho por mercadorias [...]. Os trabalhadores não venderiam ao banco seu trabalho, mas sim receberiam o valor de troca de todo o produto de seu trabalho etc.", segundo o dogma proudhoniano. "Logo, além de comprador e vendedor universal, o banco também seria o produtor universal. Na verdade, ou seria o governador despótico da produção e o administrador da distribuição, ou seria um conselho[27] responsável pelos livros e a contabilidade da sociedade trabalhadora coletiva"[28] (ou seja, o agente de um planejamento socialista). Mas, dessa maneira, o ideal proudhoniano de um "intercâmbio justo das mercadorias" ter-se-ia convertido em seu contrário.

Marx conclui: "Chegamos assim ao problema fundamental [...]: será possível revolucionar as relações de produção existentes e as relações de distribuição, que lhes correspondem, por meio de uma transformação do instrumento de circulação, ou seja, reorganizando a circulação? Mais ainda: será possível reorganizar a circulação sem alterar as atuais relações de produção e as relações sociais que sobre elas repousam? Se a transformação da circulação exigisse, como condição prévia, transformações das outras relações de produção e desordens sociais, é claro que isso refutaria *a priori* essa doutrina, que se propõe realizar malabarismos em matéria de circulação precisamente para evitar, por um lado, o caráter violento das transformações, e, por outro, fazer dessas mesmas transformações não uma condição, mas, ao contrário, um resultado gradual da transformação da circulação."[29] "Enquanto a base do valor de troca for conservada, esses projetos serão apenas devaneios. A ilusão de que o dinheiro metálico falseia o intercâmbio decorre de um desconhecimento absoluto da natureza do dinheiro. Também é claro, por outro lado, que na medida em que cresce a contradição nas relações de produção dominantes, na medida em que estas lutam mais violentamente para alterar-se, a polêmica converge para o dinheiro metálico ou o dinheiro em geral, pois, de todos os fenômenos em que o sistema se manifesta, o dinheiro é o mais palpável, contraditório e crítico. Aplicando-se todo tipo de artifícios ao dinheiro, imagina-se abolir contradições das quais ele é simples manifestação. Igualmente claro é o fato de que se podem praticar as mais variadas operações revolucionárias com o dinheiro, enquanto esses ataques deixam todo o resto na mesma e só parecem almejar algumas retificações.[30] [...] Enquanto as medidas se dirijam contra o dinheiro como tal, trata-se apenas de um ataque a conseqüências, cujas causas permanecem; surge daí uma perturbação do processo produtivo, que tem a base sólida e também a força para [...] predominar [...] mediante uma reação mais ou menos violenta."[31]

Isso é tudo o que precisamos dizer sobre a crítica de Marx à utopia do dinheiro-trabalho.[32] Vemos que a argumentação utilizada é, em grande parte, um pedaço de sua própria teoria do dinheiro. Um pedaço essencial: sua teoria da formação do dinheiro. Chegou o momento de nos ocuparmos deste tema, desenvolvido em detalhes no manuscrito de Marx.

CAPÍTULO 5

"A TRANSIÇÃO DO VALOR AO DINHEIRO"*

1. A necessidade de instituir o dinheiro

Em um texto, Marx diz: "A dificuldade não está em compreender que o dinheiro é mercadoria, mas sim em compreender como, por que, por meio de qual intermediação uma mercadoria é dinheiro."[1] Tratava-se de descobrir a origem do dinheiro, já oculta na relação de troca mais simples e mais elementar da mercadoria.

Os leitores familiarizados com *O capital* sabem que este é o principal tema da conhecida análise das formas "simples", "total" e "geral" do valor no primeiro tomo da obra. Mas, já nos *Grundrisse* aparecem os aspectos centrais da resposta ao problema.[2]

Recordemos o que, segundo o ponto de vista de Marx, devia condenar ao fracasso qualquer dinheiro-trabalho. Em primeiro lugar, a lei da produtividade crescente do trabalho, que produziria uma constante depreciação de todas as mercadorias diante dos "bônus-hora". Em segundo lugar, a necessária incongruência entre "valor real e valor de mercado, valor e preço", ou seja, o fato de que o tempo de trabalho real incorporado em cada mercadoria não pode coincidir diretamente com o tempo de trabalho geral ou médio, tal como este último aparece no interior do conceito de valor. Devemos retomar neste ponto a argumentação de Marx.

Sabemos que os produtos do trabalho só são valores na medida em que sejam considerados encarnações de uma mesma substância social, o trabalho humano geral. Todavia, o trabalho "não existe como objeto universal de troca, independente e desvinculado [...] das particularidades naturais das mercadorias".[3] O trabalho de indivíduos isolados apresenta diversos graus de intensidade e habilidade; é trabalho determinado, concreto, que "adapta materiais naturais específicos a necessidades específicas do homem".[4] Como tal, resulta objetivado "em uma mercadoria determinada e específica, dotada de qualidades específicas, mantendo relações específicas com as necessi-

* Ver o "Índice dos sete cadernos" de Marx (*Grundrisse*, p. 855).

dades". Na condição de trabalho humano geral — na condição de valor —, deve objetivar-se "em uma mercadoria que expresse apenas sua cota, ou quantidade, que seja indiferente às suas qualidades naturais e por isso possa ser metamorfoseada em — ou trocada por — qualquer outra mercadoria que seja objetivação de um mesmo tempo de trabalho".[5] Em outras palavras: "Tal como é diretamente, a mercadoria só é tempo de trabalho individual objetivado, portador de um conteúdo específico, e não tempo de trabalho geral. Não é diretamente valor de troca; deve tornar-se valor de troca." Mas, como "representar uma mercadoria particular, diretamente, como tempo de trabalho geral objetivado? Ou, o que dá no mesmo, como conferir diretamente ao tempo de trabalho individual, incorporado em uma mercadoria particular, o caráter de universalidade?"[6]

O que vale para o trabalho vivo também vale para o trabalho objetivado, ou seja, para a mercadoria. "As mercadorias — por exemplo, um metro de algodão e uma medida de azeite, considerados como algodão e azeite — são naturalmente diferentes, possuem qualidades diferentes, são medidas de maneiras diferentes, são incomensuráveis." No entanto, "na condição de valores, todas as mercadorias são qualitativamente iguais e só quantitativamente diferentes; por isso, todas servem de medida umas às outras e se substituem [...] em determinadas proporções quantitativas. O valor é sua relação social,[7] sua qualidade econômica." O valor "supõe o trabalho social como substância de todos os produtos, prescindindo completamente de suas propriedades naturais [...]. Um livro que possui determinado valor e um pedaço de pão que possui o mesmo valor são intercambiáveis; são materiais diferentes, mas têm o mesmo valor." Portanto, "na condição de valor, a mercadoria é um equivalente; [...] ela é o padrão universal, o representante universal e também o meio universal de troca de todas as outras mercadorias. Como valor, ela é *dinheiro*."

Justamente "porque as mercadorias, como valores, só diferem umas das outras quantitativamente", "a diversidade natural das mercadorias deve entrar em contradição com sua equivalência econômica". Logo, seu valor também deve adquirir uma "existência qualitativamente distinguível" delas mesmas. Pois, "na condição de valor, toda mercadoria é divisível; em sua existência natural, no entanto, isso não é verdade. Na condição de valor, ela segue sendo sempre a mesma, apesar das metamorfoses e formas de existência pelas quais pode passar sucessivamente; na realidade, só há intercâmbio de mercadorias porque elas são diferentes e correspondem a necessidades diferentes. Na condição de valor, ela é universal; como mercadoria real, é algo particular. Como valor, é sempre intercambiável; na troca real, isso só ocorre quando ela satisfaz certas condições particulares. Como valor, a me-

dida de seu potencial de troca está determinada por ela mesma, pois o valor de troca expressa precisamente a relação em que ela substitui outras mercadorias; na troca real, ela só é intercambiável em quantidades fixadas por suas qualidades naturais e correspondentes às necessidades dos que participam da troca. (Em suma, todas as qualidades apontadas como qualidades particulares do dinheiro são qualidades das mercadorias como valores de troca,[8] do produto como valor, diferente do valor como produto.)"[9] Portanto, o que antes aparecia como uma contradição entre tempo geral e tempo individual de trabalho aparece agora como uma contradição entre o caráter geral da mercadoria como valor e seu caráter particular como valor de uso. Essa contradição visível, prossegue Marx, "só pode ser resolvida *se for objetivada*", "desdobrando-se" a mercadoria no intercâmbio real, ou seja, criando-se para ela "uma forma de existência social separada de sua forma de existência natural: *o dinheiro*".[10]

Entenda-se bem: só no intercâmbio real. Pois, enquanto se trate da mera determinação do valor, importa tão-somente descobrir a substância do valor das mercadorias, na qual se baseiam as relações de troca, ou, para dizer em outras palavras, a "medida imanente do valor".[11] Ao trocar duas mercadorias, estabeleço que "cada uma das mercadorias é igual a uma terceira, ou seja, é diferente de si mesma. Esta terceira mercadoria, diferente de ambas, já que expressa uma relação", é precisamente seu valor: para que se possa compará-la a outras mercadorias, a mercadoria "deve ser antes de tudo convertida em tempo de trabalho, ou seja, em algo qualitativamente diferente dela mesma". "No papel e mentalmente, essa metamorfose se efetua por simples abstração; na troca real, porém, é preciso haver uma *mediação*[12] real [...]; a abstração deve ser novamente objetivada."[13] Isso só pode ocorrer na relação entre mercadoria e mercadoria, pois os proprietários de mercadorias não estão inseridos em nenhuma comunidade de produção e só se relacionam uns com os outros com a mediação de seus produtos. Por isso, só outra mercadoria pode expressar o valor da mercadoria (assim como, por exemplo, só é possível expressar o peso de um pão comparando-o com outro corpo, por exemplo o ferro).[14] Logo, já não basta que a mercadoria "tenha no espírito uma dupla existência". "Este desdobramento ideal implica (e deve seguir implicando) que a mercadoria [também] se apresente na troca real sob dupla forma: por um lado, como produto natural; por outro, como valor de troca. Isso quer dizer que seu valor de troca adquire uma existência material separada dela", que se materializa de forma independente no dinheiro.[15]

Embora esta dedução do dinheiro pareça totalmente lógica, certas vacilações sobre ela ainda estão presentes nos *Grundrisse*. Como a Lassalle, dis-

cípulo de Hegel, também a Marx parecia evidente que o dinheiro — ao contrário das mercadorias que, para usar a linguagem hegeliana, representavam "o real, o particular, o múltiplo" — devia ser considerado como "o ideal, o universal, a unidade", e nesse sentido concebido como a encarnação do valor.[16] Assim como Lassalle, e partindo dessa consideração, no início Marx tendia a ver no dinheiro "só a unidade ideal ou a expressão em valor de todos os produtos reais circulantes".[17] (Aqui também se percebe a influência da teoria do dinheiro proposta por Ricardo, que destaca unilateralmente a função do dinheiro como meio de circulação, e na qual ele aparece de fato como mero signo de valor.) Ainda se encontram nos *Grundrisse*, especialmente na primeira parte, numerosas passagens em que o dinheiro em geral (e não só o papel-moeda) aparece como mero signo de valor ou "símbolo". Lemos ali, por exemplo: "A mercadoria é transformada em valor de troca. Para equipará-la a si mesma, na condição de valor de troca, ela é trocada por um signo que a representa na condição de valor de troca como tal. Como valor de troca assim simbolizado, ela pode ser novamente trocada, em determinadas proporções, por qualquer outra mercadoria."[18] Nesse manuscrito, é certo, Marx já destaca aqui e ali que, "embora sendo apenas um signo", o dinheiro deve ser "uma mercadoria particular"; por isso, o papel-moeda não pode expressar diretamente o valor das mercadorias, devendo operar sempre como representante do dinheiro-ouro.[19] Não obstante, a expressão do primeiro caderno dos *Grundrisse*, segundo a qual o dinheiro não só "representa" o valor das mercadorias, mas também o "simboliza",[20] está em flagrante contradição com o verdadeiro sentido da teoria marxiana do dinheiro, tendo sido abandonada mais adiante. Já se vê esse abandono na *Contribuição à crítica*.[21] A partir desse texto não encontramos, na obra de Marx, rastros dessa "teoria do símbolo".

Eis a dedução dialética do dinheiro a partir do valor, tal como a encontramos desde os *Grundrisse*. Porém, um leitor não familiarizado com a obra de Marx poderia considerar que essa dedução é uma "construção", um exemplo de uma simples "dialética conceptual" que atribui vida própria às categorias econômicas e faz com que elas, de um modo autenticamente hegeliano, surjam umas das outras e se transformem umas nas outras. Tal impressão equivocada pode surgir com facilidade, como o próprio Marx percebeu, redigindo por isso uma interessante nota nos *Grundrisse*: "Em outro momento, antes de esgotar a questão, será necessário corrigir a maneira idealista de tratá-la, que passa a impressão de que lidamos com definições conceptuais puras e com a dialética desses conceitos. Por isso, será preciso criticar, antes de tudo, a afirmação: o produto (ou atividade) torna-se mercadoria; a mercadoria, valor de troca; o valor de troca, dinheiro."[22]

Em outras palavras: as categorias econômicas representam relações reais e não podem ser deduzidas apenas pela lógica, independentemente da história. Pelo contrário, como Engels escreveu em 1859 ao tratar da *Contribuição à crítica*, o modo de tratamento lógico "não é diferente do histórico, só que está despojado da forma histórica e dos acasos perturbadores. Ali onde começa a história também deve começar o raciocínio, cujo desenvolvimento será apenas o reflexo, em forma abstrata e teoricamente conseqüente, do devir histórico; uma imagem corrigida, segundo leis que apresentam o curso histórico real, no qual se pode considerar cada momento no estágio de sua plena maturidade, de sua pureza clássica."[23] Isso foi um princípio metodológico de Marx, como se pode ver em numerosas passagens dos *Grundrisse*, da *Contribuição à crítica* e de *O capital*, que oferecem uma dedução histórica do valor, paralela à sua dedução lógica. O próprio Marx confronta os resultados de sua análise abstrata com o desenvolvimento histórico efetivo.

Marx não podia compartilhar da concepção ingenuamente a-histórica de Adam Smith, para quem as relações de troca decorriam de uma pretensa "propensão ao intercâmbio" inata ao gênero humano.[24] Marx rejeitava a "idéia fantasiosa" de algum fabricante de arcos isolado que, em uma tribo primitiva de caçadores, assumia a tarefa de trocar arcos e flechas por caça e animais, dando início à divisão social do trabalho.[25] O produtor de mercadorias isolado resulta, na verdade, de uma evolução histórica muito prolongada. É certo que o intercâmbio foi "um dos principais meios para construir esse isolamento", mas o próprio intercâmbio pressupõe um determinado nível de produtividade do trabalho, que não estava dado de antemão. Nosso ponto de partida precisa ser o das comunidades naturais, tais como as que "surgem originalmente no reino animal [...], ainda impotentes diante das forças da natureza e ignorantes de suas leis; eram pobres como os animais e sua produtividade quase não superava a deles" (Engels). Nesse caso, o homem produz "apenas o que necessita imediatamente. O limite de suas necessidades é o limite de sua produção [...]. Não há intercâmbio, ou então há apenas intercâmbio entre seu trabalho e o produto de seu trabalho. Este intercâmbio é a forma latente, o germe, do intercâmbio real."[26]

Só se produz um ponto de inflexão quando o homem passa a produzir mais do que necessita para o sustento cotidiano, quando seu trabalho lhe proporciona um "produto excedente". Agora se pode produzir um intercâmbio de produtos, embora em primeira instância ele não ocorra no interior das próprias comunidades naturais, mas sim ali "onde [estas] terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com integrantes delas".[27] Essa troca primitiva, no entanto, está muito distante do intercâmbio real de mercadorias, aquele que emprega a mediação do di-

nheiro. De fato — e também ali onde o intercâmbio abarca todo um conjunto de produtos —, representa "a transformação incipiente dos valores de uso em mercadorias, antes da transformação das mercadorias em dinheiro". Nesse caso, o valor de troca ainda não adquiriu uma forma livre: "Ainda está diretamente ligado ao valor de uso. Isso se revela em um duplo aspecto. Toda a produção permanece orientada para o valor de uso, e não para o valor de troca. Por isso, os valores de uso só se convertem em meios de troca, em mercadorias, quando ultrapassam a quantidade necessária ao consumo, havendo excedente. Por outro lado, só se convertem em mercadorias dentro dos limites do valor de uso imediato [...], de modo que as mercadorias a serem intercambiadas devem ser valores de uso para ambas as partes, pois cada uma delas deve ser valor de uso para o lado que não a possui."[28]

Aqui se manifesta "*a contradição interna entre valor de uso e valor de troca*, implícita na mercadoria. Por exemplo: como valores de uso, as mercadorias não são divisíveis à vontade, mas devem sê-lo como valores de troca. Ou então a mercadoria de A poderá ser valor de uso para B, enquanto a mercadoria de B não é valor de uso para A; ou é possível que os donos das mercadorias necessitem delas em proporções desiguais, não compatíveis com a divisibilidade."[29] (Ou então, acrescentamos, pode ser que não necessitem delas no mesmo momento.) Em todos esses casos não haverá intercâmbio, pois as características naturais da mercadoria contradizem seu caráter geral de valor. Para eliminar essas dificuldades, o produto, como valor de troca, deve ser liberado de seus inconvenientes naturais; deve assumir uma "forma-valor independente de seu próprio valor de uso ou da necessidade individual dos agentes que participam do intercâmbio".

Marx prossegue: "O problema surge junto com os meios que permitem resolvê-lo. Não se efetua uma troca em que os possuidores de mercadorias intercambiam seus artigos por outros, e os comparam com estes, sem que, nessa troca, as diferentes mercadorias dos diferentes donos sejam intercambiadas com uma terceira mercadoria, *sempre a mesma*, e sejam comparadas com ela na condição de valores. Esta terceira mercadoria, na medida em que se converte em equivalente de outras mercadorias, diferentes dela e entre si, assume a forma de equivalente geral, ou social, mesmo que isso ocorra dentro de limites estreitos. Esta forma de equivalente geral nasce e morre com o contato social que lhe permitiu vir à luz. Recai nessa ou naquela mercadoria, de forma alternativa e fugaz. Porém, com o desenvolvimento do intercâmbio mercantil, ela adere firme e exclusivamente a tipos específicos de mercadorias, ou seja, se cristaliza na forma de dinheiro."[30]

"Na origem, serve de moeda a mercadoria [...] mais trocada como objeto necessário, aquela que mais circula [...], aquela que, em uma determinada

organização social, representa a riqueza por excelência [...]: o sal, os couros, o gado,[31] os escravos [...]; a utilidade específica da mercadoria, seja como objeto particular de consumo (couros), seja como instrumento de produção imediato (escravos) [...] a transforma em dinheiro. Mas, na medida em que o desenvolvimento avança, ocorre o fenômeno inverso: a mercadoria que é menos objeto de consumo ou instrumento de produção passa a desempenhar melhor aquele papel, pois responde às necessidades da *troca como tal*. No primeiro caso, a mercadoria se converte em dinheiro por causa de seu valor de uso específico; no segundo, seu valor de uso específico decorre do fato de servir como dinheiro. Durável, inalterável, passível de ser dividida e somada, transportável com relativa facilidade, pode conter um valor de troca máximo em um volume mínimo; tudo isso torna os metais preciosos particularmente adequados nesse último estágio."[32]

Eis um exemplo suficiente do procedimento que Marx usa na primeira parte (como se sabe, a mais abstrata) de sua obra. Reencontramos tudo ali: a dedução do dinheiro a partir da troca direta; a sucessão dos três estágios do intercâmbio (que aparecem em *O capital* como as formas-valor "simples", "total" e "geral"); a antítese de valor de uso e valor de troca; e, finalmente, o desdobramento — que surge desta antítese — da mercadoria em mercadoria e dinheiro. "O controle pelos fatos [...] se produz aqui a cada passo da análise", que avança simultaneamente sob forma "dedutiva" e "indutiva", lógica e histórica. Lenin, cujas palavras acabamos de citar, também tem razão quando afirma que *O capital*, de Marx, em seu sentido mais profundo, é uma obra que expõe claramente a história do capitalismo (no caso que vimos analisando, da sociedade produtora de mercadorias) através da "análise dos conceitos que resumem essa história".[33] Desse ponto de vista, certamente não há nenhuma obra econômica mais realista que *O capital*, apesar do método expositivo aparentemente obscuro em algumas de suas passagens.

2. Os aspectos quantitativo e qualitativo do problema do valor (magnitude e forma do valor)

Vimos a criação do dinheiro surgir da "contradição entre a natureza peculiar da mercadoria como produto e sua natureza geral como valor de troca". Em contraposição aos economistas burgueses, que só vêem o dinheiro como "um expediente astuciosamente imaginado", voltado para superar as dificuldades da troca simples, Marx deduz sua existência a partir da contradição fundamental "*que engloba a existência da mercadoria como unidade imediata de valor de uso e valor de troca*". Mas, qual é o verdadeiro sentido desta contradição, e por que Marx lhe atribui tamanha importância? Será

porque, como diz Bortkiewicz, ele tinha a "perversa" tendência de "projetar" sobre o capitalismo todas as contradições e antíteses imagináveis?[34] Admitir isso seria fechar de antemão o caminho para compreender a teoria do valor elaborada por Marx. Longe de ser uma artificiosa construção "metafísica", a mencionada contradição representa a forma mais geral que condensa as condições reais de existência e as tendências evolutivas da ordem social burguesa: é apenas outra expressão do fato de que, em uma sociedade de produtores privados atomizados, o trabalho do indivíduo não é (nem pode ser) diretamente social, mas deve provar-se como tal por sua própria negação, a negação de seu caráter original. Nesse modo de produção, embora a dependência recíproca (em todos os sentidos) dos produtores se converta em um fato, mesmo assim inexiste planificação social coerente,[35] submetendo-se tudo à cega ação das forças do mercado. "*O movimento geral de sua desordem é sua ordem.*"[36]

Como se estabelece a coesão social em um modo de produção assim? Em primeira aproximação, parece tratar-se de um problema quantitativo. De uma forma ou de outra, toda sociedade deve satisfazer as necessidades vitais de seus integrantes. Ou seja, em qualquer sociedade é fundamental que as forças de trabalho de que ela dispõe não sejam dilapidadas em grande escala e não trilhem caminhos errados; todos os setores produtivos devem receber a quantidade de trabalho necessária, e em nenhum deles o trabalho deve ser realizado em condições abaixo da média. Porém, uma sociedade de produtores independentes de mercadorias, por causa de sua natureza anárquica, não tem nenhum meio prévio de regular essa distribuição. Ela só conhece uma forma de vinculação social, o mercado. Nessa sociedade, o produtor só conhece *post festum*, "uma vez realizado o intercâmbio [...], se sua mercadoria realmente satisfaz uma necessidade social e se aplicou corretamente seu tempo de trabalho".[37] Só assim se verifica a quantidade de trabalho que a sociedade deve realizar, adaptando-se os rendimentos do trabalho às exigências da economia social geral. É a partir desse ponto que Hilferding, em *O capital financeiro*, interpreta o conceito de Marx de trabalho "abstrato", "social em geral", especialmente no sentido de trabalho "socialmente necessário". Ele diz: "Na produção mercantil, o intercâmbio se baseia em um elemento objetivamente social, que domina a relação de troca: o tempo de trabalho socialmente necessário, incorporado aos objetos intercambiados." E "só como expressão" do tempo de trabalho socialmente necessário eles "se tornam comensuráveis".[38]

Na polêmica com Bailey e Ricardo, no terceiro tomo das *Teorias*, é onde melhor se pode compreender o caráter unilateral (e portanto insuficiente) dessa interpretação do conceito marxiano do valor: "Para que as mercado-

rias possam ser medidas conforme a quantidade de trabalho nelas contida [...], os trabalhos de diversos tipos incorporados nas mercadorias devem ser reduzidos a trabalho uniforme simples [...]. No entanto, essa redução a trabalho médio simples não é a única determinação da qualidade desse trabalho, ao qual os valores das mercadorias são reduzidos. O fato de que a quantidade de trabalho contida em uma mercadoria seja a quantidade socialmente necessária para sua produção — o tempo de trabalho como trabalho necessário — é uma determinação que diz respeito apenas à magnitude do valor.[39] Mas o trabalho que constitui a unidade dos valores não é só trabalho médio, igual e simples. O trabalho é trabalho do indivíduo particular, representado em um determinado produto. Porém, como valor, o produto deve ser a encarnação do trabalho social, e como tal deve ser diretamente transformável de um valor de uso em qualquer outro [...]. Logo, o trabalho particular deve apresentar-se imediatamente[40] como seu contrário, como trabalho social [...]."[41]

Essa flagrante contradição só pode ser resolvida se os diferentes trabalhos particulares forem equiparados no intercâmbio, mediante a redução deles ao trabalho abstrato, geral, humano. "O trabalho do indivíduo, para resultar em valor de troca, deve poder expressar-se em um equivalente geral, ou seja, na representação do tempo de trabalho do indivíduo como tempo de trabalho geral [...]." Tornar-se-á social ao "assumir a forma de seu contrário imediato, a forma da generalidade abstrata". Portanto, não se trata aqui da natureza social pura, mas sim do "modo específico como o trabalho que determina o valor de troca, que produz mercadorias, é trabalho social".[42]

O que dissemos fica bastante claro se observarmos a situação pré-capitalista, na qual a produção para a troca desempenhava um papel pequeno ou nulo. Por exemplo: "Na indústria provinciana e patriarcal [...], na qual os fiandeiros e tecelões viviam sob um mesmo teto, a parte feminina da família fiava, enquanto a parte masculina tecia. Para as necessidades da própria família, o fio e o tecido eram produtos sociais; fiar e tecer eram trabalhos sociais dentro dos limites da família. Mas seu caráter social não consistia em trocar o fio (como equivalente geral) por tecido (como equivalente geral), ou trocar ambos, um pelo outro, como expressões indiferentes e igualmente válidas de um mesmo tempo geral de trabalho. O contexto familiar, com sua divisão natural do trabalho, dava ao produto do trabalho sua marca social peculiar."

Marx prossegue: "Tomemos os serviços e pagamentos em espécie da Idade Média. Os trabalhos determinados dos indivíduos em sua forma natural, ou seja, a particularidade e não a generalidade do trabalho, constituem aqui o laço social. Finalmente, tomemos o trabalho social em sua forma natural,

tal como a encontramos no limiar da história de todos os povos civilizados. Nesse caso, o caráter social do trabalho não decorre, evidentemente, do fato de que o trabalho do indivíduo assume a forma abstrata geral, ou de que seu produto assuma a forma de um equivalente geral. A organização comunitária na qual se baseia a produção impede que o trabalho do indivíduo seja trabalho privado e que seu produto seja produto privado; ao contrário, faz do trabalho individual, diretamente, uma parte do organismo social."[43] (O mesmo também vale, naturalmente, *mutatis mutandis*, para a sociedade socialista do futuro.)[44]

Já em uma sociedade de "indivíduos isolados", ou seja, de produtores privados, os trabalhos individuais só se tornam partes do trabalho social, visto como um todo, "através das relações que o intercâmbio estabelece entre os produtos do trabalho e, através desses produtos, entre os produtores".[45] "Só na medida em que um valor de uso se vincule ao outro, como valor de troca, o trabalho das diversas pessoas será relacionado entre si como igual e geral."[46] Revela-se assim ("e isso só vale para essa forma especial de produção, a produção de mercadorias") que "o caráter especificamente social dos trabalhos privados independentes consiste em sua igualdade como trabalho humano", e que por isso deve assumir "a forma-valor dos produtos do trabalho".[47]

Estamos diante de um dos princípios fundamentais da teoria do valor de Marx, um ponto no qual ele se diferencia *toto coelo* dos princípios defendidos pelos autores que o antecederam. Ricardo também sabia, é claro, que para se encontrar a base dos valores era necessário reduzir o trabalho do indivíduo ao trabalho "socialmente necessário" (ele destaca isso na seção II do capítulo I de sua obra). Mas, para ele, isso só diz respeito ao aspecto quantitativo do problema, e não ao qualitativo. Todavia, o que interessa é "não só [...] que as diversas magnitudes de valor das mercadorias estejam medidas pela representação de seu valor no valor de uso de uma mercadoria exclusiva, mas que, ao mesmo tempo, todas elas se apresentem sob uma forma na qual existam como encarnação do trabalho social e por isso sejam intercambiáveis por qualquer outra mercadoria, sejam conversíveis à vontade em qualquer valor de uso que se deseje". O trabalho materializado nas mercadorias "deve representar-se como trabalho social, como trabalho individual alienado".[48] Mas esta segunda necessidade só aparece na sociedade produtora de mercadorias. Só nela o trabalho do indivíduo deve apresentar-se "como seu contrário, como um trabalho desprovido de individualidade, abstratamente geral e, sob essa forma, social".[49] A sociedade socialista também "contabilizará" as forças de trabalho de que disponha em cada ocasião, tendo portanto de reduzir o trabalho dos indivíduos a "trabalho médio sim-

ples". Mas "o fato de que a produção de cem metros quadrados de pano exigiu, digamos, mil horas de trabalho" não será expresso "da maneira oblíqua e insensata [do ponto de vista deles] de dizer que *valem* mil horas de trabalho".[50] Por considerar o valor como "a forma natural eterna da produção social", Ricardo investiga apenas a magnitude do valor, sem atentar para a — historicamente decisiva — forma do valor.[51] Também decorre daí (Marx destaca repetidamente) "sua errônea teoria do dinheiro": ele não compreende "a conexão entre, de um lado, a determinação do valor de troca da mercadoria pelo tempo de trabalho e, de outro, a necessidade das mercadorias de prosseguir até a *criação do dinheiro*".[52]

3. A criação do dinheiro e o fetichismo da mercadoria

O fenômeno do fetichismo da mercadoria relaciona-se estreitamente com a criação do dinheiro.

Vimos que o intercâmbio real induz ao desdobramento da mercadoria, à sua cisão em mercadoria e dinheiro. Força à escolha "de uma mercadoria privilegiada, na qual pode expressar-se o valor de todas as demais de uma vez por todas, uma mercadoria que se torna a encarnação direta do trabalho social e que, por isso, se torna direta e incondicionalmente intercambiável por todas as mercadorias: o dinheiro".[53] Porém, para que "uma mercadoria específica se torne, por assim dizer, a substância universal dos valores de troca", o valor de troca de todas as mercadorias deve ser identificado com esta mercadoria particular; ela deve adquirir uma "existência independente das próprias mercadorias", "encarnando-se em um material específico, uma mercadoria específica".[54] "*O valor de troca de um objeto é apenas a expressão quantitativa de sua capacidade de servir como meio de troca. No dinheiro, o próprio meio de troca se converte em um objeto; o valor de troca de um objeto adquire uma existência autônoma fora do próprio objeto.*"[55] Nesse desenvolvimento, já se revela inequivocamente o fetichismo inerente à produção de mercadorias, com sua peculiar "personificação das coisas e reificação das relações de produção".

Retornemos à comparação de Marx entre o valor da mercadoria e o peso dos corpos. Como o açúcar tem peso, esse peso pode ser expresso por meio da comparação com o peso de outro corpo. "Mas seria absurdo supor que o açúcar pesa dez libras, por exemplo, porque colocamos dez pesos de uma libra no outro prato da balança."[56] Não menos absurdo, e até insensato, seria supor que o peso do açúcar, por ser expresso em pesos de ferro, seria "de ferro", que o ferro como tal representaria, ou encarnaria, o peso. No entanto, essa insensatez representa o modo como os possuidores de mercadorias enxergam suas relações recíprocas de intercâmbio. Sabemos que, no

intercâmbio, o valor de uma mercadoria só pode expressar-se no valor de uso de outra mercadoria; o valor do tecido, por exemplo, se expressa no valor de uso de um casaco. Já na mais elementar relação de intercâmbio, *x* mercadoria *A* = *y* mercadoria *B* (o que Marx denomina a "forma de valor simples, isolada ou casual"), a mercadoria *B* (o casaco) é considerada "como objeto no qual se manifesta o valor, ou que, em sua forma natural e tangível, representa o valor".[57] Todavia, o casaco não pode "representar o valor" em relação ao tecido "sem que o valor, simultaneamente, adote a forma de casaco",[58] sem que se crie a aparência de que "o casaco, como tal, expressa o valor e possui então, por natureza, uma forma-valor", tal como possui, por natureza, "a propriedade de ter peso ou de reter o calor".[59] "Como valor de uso, o tecido é uma coisa sensorialmente distinta do casaco; como valor, é igual ao casaco, tendo portanto o mesmo aspecto deste."[60] Assim, a mais simples relação de troca é suficiente para nos revelar que, em uma sociedade baseada na propriedade privada, na qual os produtores só se relacionam uns com os outros com a mediação de suas mercadorias, "o caráter social de seus trabalhos" deve aparecer para eles como "uma relação entre os produtos do trabalho".[61]

No entanto, a forma-valor *x* mercadoria *A* = *y* mercadoria *B* só vale para uma relação de troca esporádica e fugaz, envolvendo duas mercadorias determinadas. Neste caso, ainda é muito difícil captar a reificação das relações sociais de produção. Só com o dinheiro essa reificação adquire uma forma bem definida, pois todas as mercadorias passam a expressar seu valor no mesmo equivalente, na mesma mercadoria-dinheiro. Consolida-se assim, definitivamente, "a falsa aparência", como se "o objeto que representa a magnitude do valor de outro objeto" possuísse "sua forma equivalente independentemente dessa relação, como uma propriedade social que decorre de sua natureza".[62] "*Pelo costume social, a trocabilidade imediata e universal" se funde "definitivamente à forma específica natural da mercadoria ouro*" (ou prata).[63] Esta mercadoria "não parece transformar-se em dinheiro porque todas as demais mercadorias representem nela seus valores, mas sim ao contrário: as demais mercadorias parecem representar nela seus valores porque ela é *dinheiro*. O movimento mediador se desvanece em seu próprio resultado, sem deixar vestígio atrás de si. As mercadorias, sem que intervenham no processo, encontram seu valor estampado no corpo de uma mercadoria que existe à margem delas e ao seu lado. Essas coisas, o ouro e a prata, tal como surgem das entranhas da terra, parecem ser a encarnação direta de todo trabalho humano."[64] Vem daí a inversão e reificação das relações sociais de produção, num processo que "só chama a atenção dos obtusos economistas burgueses" quando eles o enfrentam, "já consumado,

no dinheiro". (Marx acrescenta: "Eles não percebem sequer que até mesmo a mais simples expressão do valor, como 20 metros de tecido = 1 casaco, já nos coloca diante do enigma da forma equivalente e pede que encontremos sua solução.")[65]

Onde reside a fonte dessa curiosa inversão? Por que, na sociedade produtora de mercadorias, as relações dos homens entre si devem estar "sempre ligadas a coisas" e "aparecer como coisas"?[66] Simplesmente porque, nessa sociedade, os produtores não podem relacionar-se com seu trabalho como um trabalho diretamente social, pois perderam o controle de suas próprias relações de produção. "O caráter social do trabalho aparece na existência monetária da mercadoria, e por conseguinte como algo situado fora da produção real [...]."[67] "Se os objetos destinados ao uso se convertem em mercadorias, isso decorre do fato de que são *produtos de trabalhos privados, realizados independentemente uns dos outros* [...]. Como os produtores não entram em contato social até trocarem os produtos de seus trabalhos, os atributos especificamente sociais desses trabalhos privados só se manifestam nos marcos desse intercâmbio." E se manifestam "como o que são: não como relações diretamente sociais estabelecidas pelas pessoas em seus trabalhos, mas, ao contrário, como *relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas*".[68]

Limitamo-nos aqui a passagens do primeiro tomo de *O capital* porque a análise da forma-valor, feita nessa obra, traz a prova de que, de fato, "*o enigma do fetiche do dinheiro é apenas o enigma, agora visível e deslumbrante, do fetiche da mercadoria*".[69] Isso não significa que a conhecida concepção de Marx sobre o "fetichismo da mercadoria" só se tenha originado em meados da década de 1860. Na realidade, ela já estava presente em seus primeiros trabalhos econômicos. Em um dos cadernos escritos em 1844, podemos ler: "A essência do dinheiro é, em primeiro lugar [...], que a atividade mediadora ou o movimento, o ato humano social mediante o qual se complementam reciprocamente os produtos dos homens, é alienado e se converte em atributo de um objeto material exterior ao homem, o dinheiro. Quando o próprio homem aliena essa atividade mediadora, passa a agir como homem que se perdeu, se desumanizou; a relação dos objetos, a operação humana com eles, converte-se na operação de um ente exterior ao homem e superior a ele. Por causa desses mediadores estranhos — no lugar de ser o próprio homem o mediador dos homens —, o homem considera sua vontade, sua atividade, sua relação com os demais, como uma força independente dele e dos outros. Sua escravidão atinge um ápice. Esse mediador converte-se então no verdadeiro deus, é a potência real que domina tudo.[70] Seu culto converte-se em um fim em si. Separados desse mediador, os objetos perdem

o valor. Ou seja, só possuem valor na medida em que o representam; originalmente, parecia que ele [o mediador] só tinha valor na medida em que os representava."[71]

Em outra passagem: "Por que a propriedade privada deve desdobrar-se na direção do dinheiro? Porque o homem, na condição de ser social, deve avançar na direção do intercâmbio, e porque o intercâmbio — quando existe a propriedade privada — deve avançar na direção do valor. Com efeito, o movimento que intermedeia o intercâmbio entre os homens não é [...] uma relação humana, mas sim uma relação abstrata da propriedade privada com a propriedade privada; esta relação abstrata é o *valor*, cuja existência real como valor é o *dinheiro*. Posto que os homens que intercambiam não se comportam, uns diante dos outros, como homens, o objeto perde a significação de uma propriedade humana, pessoal." Por isso, com o dinheiro "manifesta-se a dominação total do objeto alienado sobre o homem. O que era dominação da pessoa sobre a pessoa, agora é dominação universal da *coisa* sobre a *pessoa*, do produto sobre o produtor.[72] No equivalente, no valor, já se encontrava a determinação da alienação da propriedade privada; o dinheiro é a existência sensorial e objetiva dessa alienação."[73]

Aqui aparecem esboçados os elementos da ulterior teoria do fetichismo da mercadoria, embora ela ainda apareça sob roupagem filosófica. Só em *O capital*, como dissemos, essa teoria recebeu sua fundamentação econômico-política específica. Mas, dez anos antes, os *Grundrisse* já mostram por que, na sociedade produtora de mercadorias, todos os produtos e trabalhos, para adquirir validade social, devem ser trocados primeiro "por um terceiro elemento objetivo", e por que esse "objeto mediador", o dinheiro, deve tornar-se autônomo diante do mundo das mercadorias. Cria-se assim o fundamento para a supremacia do dinheiro e das relações monetárias, e para o reflexo invertido das relações sociais de produção na consciência dos participantes — ou seja, para o fetichismo da mercadoria.

Podemos ler nos *Grundrisse*: "A dependência recíproca e universal de indivíduos indiferentes uns aos outros estabelece sua ligação social. Essa ligação se expressa no *valor de troca*, através do qual a atividade e o produto de cada indivíduo se tornam uma atividade e um produto acabado." Para poder transformar seu produto "em um meio de vida para si mesmo, [...] o indivíduo deve produzir um produto universal: o *valor de troca* ou [...] *dinheiro*".[74] "Por outro lado, o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais, ele o possui na medida em que seja proprietário de *valores de troca*, de *dinheiro*. Leva no bolso seu poder social e sua ligação com a sociedade."[75] E "quanto mais a produção se

organiza de maneira a que cada produtor passe a depender do valor de troca de sua mercadoria [...]", tanto mais "cresce o poder do dinheiro,[76] ou seja, a relação de troca se fixa como um poder externo em relação aos produtores e independente deles. O que, originalmente, aparecia como um meio para promover a produção converte-se em uma relação exterior aos produtores e independente deles [...]." No dinheiro, "no valor de troca, o vínculo social entre as pessoas se transforma em relação social entre as coisas; o poder pessoal, no poder das coisas".[77] Nesse sentido, o dinheiro é "o vínculo reificado da sociedade",[78] a "entidade comunitária real" que ocupou o lugar da antiga comunidade, cuja coesão era mantida por laços naturais e relações de dependência pessoal; ele não pode tolerar "nenhuma outra [entidade] situada acima dele".[79]

O fetichismo da mercadoria e a criação do dinheiro são dois aspectos diferentes de uma mesma realidade (coisa que os manuais de economia marxista habitualmente ignoram): na sociedade produtora de mercadorias, "a trocabilidade da mercadoria" existe "como algo distinto, diferente dela", "não imediatamente idêntico" a ela.[80] Ou seja, o valor deve tornar-se autônomo diante das mercadorias.[81] Os dois fenômenos são inseparáveis da produção de mercadorias. A sociedade produtora de mercadorias não pode libertar-se do dinheiro, assim como não pode libertar-se do "véu de névoa mística" que mantém oculta a verdadeira face do processo material de produção. Isso só será possível quando esse processo, "moldado por homens livremente associados, se encontre sob seu controle consciente e planificado. Para isso, porém, é necessário que exista uma base material da sociedade, ou uma série de condições materiais de existência que resultam de um largo e penoso desenvolvimento."[82]

4. O desenvolvimento das contradições internas da forma-dinheiro

Até aqui, o mais importante era demonstrar que "a relação dos valores de troca — mercadorias iguais entre si e igualáveis como materialização do tempo de trabalho — encerra contradições cuja expressão material aparece em uma moeda separada do tempo de trabalho".[83] Já que a mercadoria deve ser ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca, pois o trabalho privado, incorporado nela, deve ser trabalho diretamente social, o mundo das mercadorias deve segregar uma mercadoria na qual essas contradições apareçam resolvidas. Só essa mercadoria é o equivalente universal, só o trabalho encarnado nela ("embora seja trabalho privado, como todos os trabalhos que produzem mercadorias") representa "trabalho em forma diretamente social".[84] Todas as demais mercadorias são rebaixadas à condição de "plebe mercantil comum", meros valores de uso.

Aparece a pergunta: esta solução é definitiva? Permite, de fato, superar as contradições da produção mercantil?

Marx responde não. Em primeiro lugar, "a própria contradição entre a natureza particular da mercadoria como produto e sua natureza universal como valor de troca, contradição que tornou necessário considerá-la como portadora de dupla face, mercadoria específica e dinheiro [...], implica desde o início a possibilidade de que essas duas formas separadas de existência da mercadoria não sejam conversíveis uma na outra[85] [...]. Logo que o dinheiro se converte em uma coisa exterior à mercadoria, a possibilidade de trocar a mercadoria por dinheiro passa a depender de condições externas que podem ou não estar presentes [...]. Na troca, a mercadoria é desejada por suas propriedades naturais, por causa das necessidades que ela satisfaz. O dinheiro, por sua vez, só é desejado por seu valor de troca, só como valor de troca. Assim, a conversibilidade da mercadoria em dinheiro [...] depende de circunstâncias que nada têm a ver com a mercadoria como valor de troca e que são independentes dela [...]. Pode ocorrer que a mercadoria, sob sua forma específica de produto, não possa ser trocada, ou seja, equiparada com sua forma universal de dinheiro."[86]

Mas isso não é tudo. "Assim como o valor de troca de uma mercadoria tem uma dupla existência (mercadoria específica e dinheiro), o ato de troca também se divide em dois atos independentes: a troca de mercadoria por dinheiro e a troca de dinheiro por mercadoria — compra e venda. Como esses atos passam a existir separados no espaço e no tempo, tornando-se indiferentes um ao outro, desaparece sua identidade imediata. Eles podem manter ou não sua correspondência; podem adequar-se ou não; e podem estabelecer relações de desproporção recíproca. É certo que tratarão permanentemente de igualar-se, mas no lugar da igualdade imediata, típica da situação anterior, aparece agora um movimento permanente de igualação, que pressupõe justamente uma posição de desigualdade permanente. Agora, atingir a convergência pode eventualmente exigir que se transite por enormes divergências."[87] "Mercadoria se troca por mercadoria: mas, ao mesmo tempo, a mercadoria não se troca por outra mercadoria quando se troca por dinheiro [...]. Fixando-se o dinheiro como mediador e separando-se troca em dois atos, aparece o germe das crises [...]."[88]

Em terceiro lugar, prossegue Marx, "assim como a troca se divide em dois atos independentes, o mesmo movimento da troca, visto em seu conjunto, se separa dos sujeitos da troca, ou seja, dos produtores de mercadorias. A troca tendo em vista a [própria] troca se separa da troca tendo em vista as mercadorias. Entre os produtores, intervém uma camada de negociantes que compra para vender e vende para voltar a comprar, em ope-

rações que não visam a possuir as mercadorias como produtos, mas sim a obter valores de troca como tais, ou seja, dinheiro [...]. Com esse desdobramento da troca — troca tendo em vista o consumo e troca tendo em vista a troca — nasce um novo desequilíbrio. O ato de troca do comerciante é movido pela diferença entre os preços de compra e de venda das mercadorias; mas o consumidor deve desembolsar definitivamente o valor de troca das mercadorias que compra. A circulação (ou seja, a troca sob a óptica da camada de negociantes) e o ponto final da circulação (ou seja, a troca entre o negociante e os consumidores) devem, ao fim e ao cabo, condicionar-se mutuamente. Porém, os dois momentos são condicionados por leis e motivações totalmente diversas e podem entrar em grandes contradições." (Eis aqui uma nova possibilidade de crise!)[89] "Mas, considerando-se que a produção trabalha diretamente para o comércio e só indiretamente para o consumo, ela está obrigada a sofrer (e também gerar) essa desarmonia entre troca comercial e troca visando ao consumo."[90]

Marx registra em seguida as contradições que se manifestam quando se separam as operações monetárias e o comércio real. A moeda "também entra em contradição consigo mesma e com sua determinação [de mercadoria universal] pelo fato de que ela mesma é uma mercadoria específica [...]. Sua troca por outras mercadorias está submetida a condições específicas, que contradizem sua trocabilidade universal e absoluta." É "determinável pela oferta e a demanda, subdivisível em diferentes tipos de moeda etc." "Não obstante sua determinação universal, ela é um produto passível de ser trocado, entre outros. Além de valor de troca universal, é ao mesmo tempo um valor de troca particular junto aos outros valores de troca específicos. Surge aqui uma nova fonte de contradições que se manifestam na prática."[91]

Marx conclui: "Vemos como é inerente ao dinheiro o fato de ele alcançar seus fins e ao mesmo tempo negá-los; tornar-se autônomo em relação às mercadorias; passar de meio a fim; realizar o valor de troca das mercadorias desvinculando-se delas; facilitar a troca introduzindo nela um elemento de cisão; superar as dificuldades da troca imediata de mercadorias generalizando essas dificuldades; autonomizar a troca em relação aos produtores na mesma medida em que os produtores se tornam dependentes da troca."[92] A contradição oculta na mercadoria — trabalho privado e trabalho social, valor de uso e valor de troca, mercadoria e dinheiro — é superada de uma forma que a reproduz em outro nível. Ou, como Marx diz em *O capital*: o desenvolvimento da mercadoria em dinheiro "não suprime essas contradições, mas cria a forma em que elas podem mover-se. Este é, em geral, o método por meio do qual se resolvem as contradições reais. É uma contradição, por exemplo, que um corpo caia constantemente sobre outro

e constantemente se distancie dele. A elipse é uma das formas de movimento em que esta contradição se realiza e, ao mesmo tempo, se resolve."[93]

Chegamos a um dos pontos mais importantes, mas, ao mesmo tempo, menos levados em consideração e menos compreendidos da economia de Marx. Com efeito, com que freqüência repetiu-se a formulação de Marx sobre a "contradição entre valor de uso e valor de troca"? (Karl Kautsky o fez de maneira ingênua e superficial, e os economistas soviéticos da escola stalinista o fizeram de maneira dogmática e charlatanesca.) Foram raros os esforços feitos para desenvolver essa formulação, de modo a vê-la como algo mais que um "flerte com o modo hegeliano de expressão". Na verdade, trata-se de uma das descobertas mais importantes da economia de Marx, que conduz a um princípio sem o qual todas as conclusões da teoria do valor e do dinheiro ficam mutiladas. Mais ainda, como diz Lenin: "Em *O capital*, Marx analisa em primeiro lugar a relação mais simples, comum, fundamental, disseminada, cotidiana e observável por milhões, da sociedade mercantil burguesa: a troca de mercadorias. A análise descobre nesse fenômeno extraordinariamente simples (nessa 'célula' da sociedade burguesa) todas as contradições (ou a semente de todas as contradições) da sociedade moderna. A exposição posterior nos revela o desenvolvimento dessas contradições e dessa sociedade (assim como seu crescimento e movimento) na soma de suas diversas partes, do começo ao fim."[94]

A análise da "transformação do valor em dinheiro" acaba de demonstrar como essas frases apreendem acertadamente o verdadeiro sentido da economia marxista. Trata-se agora de provar como elas são corretas também nas fases subseqüentes de nossa exposição.

CAPÍTULO 6

AS FUNÇÕES DO DINHEIRO

A) O DINHEIRO COMO MEDIDA DO VALOR

1. Observação preliminar

Antes de prosseguir, é necessário considerar, mesmo sucintamente, o conceito de "forma funcional de existência", usado por Marx.

Vimos que Marx preocupa-se, antes de tudo, em captar as determinações formais das relações econômicas. Desse ponto de vista, pode-se definir toda a economia política como uma história das formas sociais de produção e de intercâmbio.

Toda forma de produção e de intercâmbio deve cumprir uma determinada função; só depois de uma relação econômica ter cumprido "a função que corresponde à sua forma particular é que recebe a forma com a qual pode ingressar em uma nova fase de transformação".[1] Logo, o que uma forma econômica efetivamente representa depende da função que lhe cabe e na qual se baseia. Nesse sentido, Marx fala, vez por outra, de "formas funcionais" (ou formas "funcional e conceitualmente determinadas") de existência, que o dinheiro e o capital assumem e abandonam continuamente, e nas quais se expressa o percurso dialético de evolução dessas categorias.[2]

No que diz respeito especificamente às funções do dinheiro, basta citar aqui as palavras de H. Block, um lúcido crítico burguês de Marx: "A clara separação dessas funções e da substância do dinheiro [o valor social], assim como das diferentes funções do dinheiro entre si, é uma característica relevante da teoria de Marx sobre o dinheiro. Outros teóricos definem o conceito de dinheiro dizendo que ele é meio de troca, unidade de medida ou meio de pagamento, resumindo assim em uma função determinada o conteúdo do conceito de dinheiro e considerando as demais funções, de alguma forma, como decorrentes da função principal. Convertem a função em núcleo do conceito. Marx, ao contrário, diferencia claramente a essência do dinheiro, de um lado, e os serviços que ele, por suas peculiaridades, é capaz de prestar. Além disso, as diferentes funções coexistem separadas e em igual-

dade de tratamento [...]."[3] (Isso não exclui, naturalmente, a estreita vinculação genética das funções e sua interpenetração.)

2. O dinheiro como medida do valor

Marx escreveu na *Contribuição à crítica*: "A principal dificuldade na análise do dinheiro é superada logo que se compreende que sua origem [do dinheiro, N.T.] é a própria mercadoria. Partindo dessa premissa, podem-se compreender claramente as determinações formais que lhe são peculiares. Isso, de certa forma, é dificultado pelo fato de que todas as relações burguesas aparecem douradas ou prateadas, ou seja, aparecem como relações monetárias. Por isso, a forma-dinheiro parece adquirir um conteúdo infinitamente variado, que é estranho a ela."[4]

A primeira dessas determinações formais do dinheiro — primeira porque surge diretamente do processo de formação do dinheiro — é sua função como medida do valor. "O dinheiro é um cristal que se forma espontaneamente no processo de intercâmbio, no qual se igualam os diversos produtos do trabalho, que assim se transformam de fato em mercadorias. Ao longo da história, a expansão e o aprofundamento do intercâmbio desenvolvem a oposição, latente na natureza da mercadoria, entre valor de uso e valor. A necessidade de expressar essa oposição, para realizar o intercâmbio, exige que o valor mercantil ganhe uma forma autônoma. Ele não repousa nem se fixa até que alcance definitivamente essa forma pelo *desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro.*"[5] Quando isso acontece, deixa de ser necessário que o valor de cada mercadoria se expresse — como ocorria no intercâmbio direto de produtos — por uma série interminável de equações de valor (a "forma desenvolvida do valor", de Marx); uma só equação (x mercadoria $A = y$ mercadoria dinheiro) basta para representar esse valor de maneira socialmente válida. "Uma vez que o dinheiro foi colocado como valor de troca separado e independente em relação às mercadorias", estas "são colocadas como algo particular diante do dinheiro, que se contrapõe a elas como sujeito. [...] Pelo fato de terem sido equiparadas ao dinheiro, elas são colocadas novamente em relação umas com as outras, como exige o próprio conceito de valor de troca: estabelecem correspondências e comparações entre si, em proporções determinadas." O dinheiro "é o material universal em que [as mercadorias] devem ser convertidas; elas devem ser douradas e prateadas para alcançar sua livre existência como valores de troca [...]. O valor de troca específico, a mercadoria, é expressa, subsumida, submetida ao valor de troca que se tornou autônomo, ou seja, o dinheiro."[6]

Marx prossegue nos *Grundrisse*: "*O valor de troca colocado sob a determinação do dinheiro é o preço.* [...] No preço, o dinheiro se apresenta em primeiro lugar como a unidade de todos os valores de troca; em seguida, como unidade na qual esses valores são quantificados; por serem igualados ao dinheiro, eles podem expressar sua relação quantitativa recíproca."[7] Nesse caso, o dinheiro atua como denominador universal, como medida de valores, como "o material em que o valor das mercadorias se expressa socialmente"; é "*a forma necessária de manifestação da medida de valor imanente às mercadorias: o tempo de trabalho*".[8] Esta determinação resulta da lei geral do valor: como todas as mercadorias, inclusive o dinheiro, contêm trabalho humano objetivado, o valor de uma mercadoria cuja fabricação custou, digamos, um dia de trabalho se expressa em uma quantidade de ouro ou de prata que também contém um dia de trabalho. O processo de circulação cria a aparência de que só o dinheiro torna as mercadorias comensuráveis, quando na verdade ocorre o contrário: "Por serem todas as mercadorias, consideradas como valores, trabalho humano objetivado, e portanto comensuráveis entre si, seus valores podem ser medidos coletivamente em uma mesma mercadoria especial. Esta se converte em medida comum do valor, ou seja, dinheiro."[9] A medida do valor pressupõe que as mercadorias sejam valores; [essa medida] "só diz respeito à apresentação e à magnitude do valor [...], à transformação dos valores em preços". Ela "pressupõe o valor".[10]

Nos preços, as mercadorias só estão transformadas em dinheiro de modo ideal. O desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro, a formação do dinheiro, não significa que a mercadoria como tal tenha sido convertida em dinheiro, ou que graças à atribuição de um preço ela passa a participar do intercâmbio geral. "É sob a forma de valores de uso que as mercadorias ingressam no intercâmbio. Só quando são vendidas elas se convertem de fato no equivalente geral. A determinação de seu preço é sua transformação ideal no equivalente geral; é uma equiparação com o ouro, mas que ainda não foi realizada."[11] O preço aparece então "como uma relação externa dos valores de troca, ou mercadorias, com o dinheiro: do ponto de vista de sua substância social, a mercadoria é valor de troca, mas não é preço; esta condição não coincide imediatamente com ela, depende da mediação que se faz por meio de sua equiparação com o dinheiro; a mercadoria *é* valor de troca, mas *tem* um preço".[12]

Retornamos pois ao problema — que começamos a analisar nos capítulos anteriores — da não-identidade entre preço e valor. À primeira vista, parece tratar-se de uma diferença de formas de expressão; na verdade, porém, "não é uma diferença nominal; ao contrário, nela estão concentradas

todas as tormentas que ameaçam a mercadoria no processo real de circulação".[13] A mercadoria, por exemplo o ferro, tem "no preço uma aparência ideal de valor ou uma aparência representada em ouro"; mas, naturalmente, ela não pode "ser ao mesmo tempo ferro real e ouro também real. Para fixar seu preço, basta *representá-la* em ouro." No intercâmbio real, no entanto, deve-se "*trocá-la* por esse metal, para que ela preste ao seu possuidor o serviço de equivalente geral". No intercâmbio real, o preço tanto pode expressar "a magnitude do valor da mercadoria, como [pode expressar] a maior ou menor quantidade de dinheiro pela qual ela pode ser vendida em determinada circunstância. Portanto, *na própria forma do preço está implícita a possibilidade de uma incongruência quantitativa, de uma divergência, entre o preço e a magnitude do valor.* Não se trata, de modo algum, de um defeito da forma. Ao contrário, isso é o que a torna adequada a um modo de produção cujas leis só podem se impor cegamente, através da compensação, na média, de irregularidades constantes."[14]

Como os preços só representam quantidades ideais de ouro, não é necessário dispor realmente de dinheiro para fixá-los. "A transformação ideal das mercadorias em dinheiro é *prima facie* independente e não limitada pela massa de dinheiro real. Não é necessário usar moedas ou notas nesse processo, assim como não é necessário aplicar um instrumento real de medida (por exemplo, uma régua de um metro) para expressar um comprimento qualquer em um múltiplo do metro. Se, por exemplo, toda a riqueza nacional da Inglaterra fosse estimada em dinheiro, ou seja, fosse expressa em termos de preço, todos sabem que não há dinheiro suficiente no mundo para ser oferecido em contrapartida a esse preço. Para este fim, o dinheiro é necessário apenas como categoria, como relação pensada."[15] Todavia, ele não pode ser uma medida de valor imaginária, separada da determinação do valor por tempo de trabalho. Pois, "se eu digo que uma libra de algodão vale 8 d., estou dizendo que essa libra é igual a 1/116 onças de ouro [...]. Isso expressa ao mesmo tempo seu caráter específico de valor de troca perante todas as outras mercadorias que contêm tantas vezes a onça de ouro, pois todas podem ser equiparadas à onça de ouro. Esta relação originária da libra de algodão com o ouro [...] é estabelecida pela quantidade de tempo de trabalho realizado em ambos, substância real comum a todos os valores de troca."[16] "Como medida, como elemento da fixação do preço [...], o dinheiro apresenta o seguinte fenômeno: (1) uma vez fixado o valor de troca de uma onça de ouro em relação a uma mercadoria qualquer, o dinheiro só é necessário como unidade imaginária; sua presença real é supérflua, sendo portanto ainda mais supérflua a quantidade disponível; (2) o dinheiro precisa exis-

tir apenas em forma ideal, sendo colocado como preço, na mercadoria, de maneira também ideal; mas, ao mesmo tempo, ele se apresenta como quantidade de uma substância natural que o representa, seja ouro, prata etc.; assumido como unidade, o dinheiro proporciona o termo de comparação, a unidade, a medida."[17] Vê-se que, para o dinheiro desempenhar a função de medida do valor, "sua substância material é essencial, embora sua presença, e mais precisamente sua quantidade — ou seja, o número de vezes em que está presente a porção de ouro ou de prata que serve de unidade — seja totalmente irrelevante nesta determinação, sendo usada em geral apenas como unidade imaginária, [materialmente] não existente".[18]

Isso confirma o que já sabíamos: só uma mercadoria real, um produto do trabalho, pode operar como medida do valor. "O dinheiro é um *padrão* só porque é tempo de trabalho materializado em uma determinada substância; por isso, ele mesmo é *valor* [...]."[19] Não se deduz daí que ele sempre seja representado, necessariamente, pela mesma substância,[20] nem que deva ter um "valor inalterável"; pode-se deduzir apenas que, "assim como na representação do valor de troca de qualquer mercadoria no valor de uso de outra mercadoria", também na avaliação das mercadorias em ouro ou prata se pressupõe "que, em determinado momento, o ouro representa uma determinada quantidade de trabalho". "Se cai ou sobe o valor de uma onça de ouro como conseqüência de uma alteração no tempo de trabalho exigido para a sua produção, [este valor] cai ou sobe uniformemente em relação a todas as outras mercadorias, representando por conseguinte, como antes, e perante todas elas, um tempo de trabalho de determinada magnitude. Os mesmos valores de troca são agora avaliados em quantidades maiores ou menores de ouro, mas avaliados em relação às suas magnitudes de valor, de modo que conservam a mesma relação recíproca de valor [...]. As diferentes quantidades de ouro em que se avaliam os valores de troca na medida em que o valor do ouro se altera não impedem que o ouro siga cumprindo a função de medida do valor, assim como o fato de que o valor da prata é 1/15 do valor do ouro não a impede de superá-lo nessa função."[21]

Chegamos assim ao problema do duplo padrão monetário. Podemos ler em *O capital*: "Se duas mercadorias distintas — por exemplo, o ouro e a prata — servem simultaneamente como medida de valor, todas as mercadorias terão duas diferentes expressões de preços — preços em ouro e preços em prata —, que coexistirão sem sobressaltos enquanto a relação entre o ouro e a prata se mantiver inalterada [...]. Porém, qualquer alteração nesta relação de valor perturbará a proporção entre os preços das mercadorias expressos em ouro e em prata, demonstrando-se assim que, na realidade, a função de medida do valor é incompatível com tal duplicação."[22]

O que só aparece insinuado nos *Grundrisse* é a função do dinheiro como padrão de medida dos preços.[23] Como preços, os valores das mercadorias estão transformados em diferentes quantidades imaginárias de ouro. "Como tais, essas diferentes quantidades de ouro se comparam e se medem entre si. Aparece assim a necessidade técnica de vinculá-las a uma quantidade fixa de ouro[24] que sirva de unidade de medida. Essa *unidade de medida* continua a se desenvolver, graças à sua divisão posterior em partes alíquotas, até tornar-se um *padrão de medida.* Antes de sua transformação em dinheiro, o ouro, a prata, o cobre já possuem padrões desse tipo em seus pesos [...]."[25] Assim, a mercadoria-dinheiro se transforma de medida do valor em padrão de preços. Duas funções totalmente diferentes, pois o dinheiro é "medida do valor como encarnação social do trabalho humano e padrão de preços como quantidade de metal com peso fixo. Como medida do valor, o dinheiro serve para transformar em preços, em quantidades imaginadas de ouro, os valores das variadíssimas mercadorias; como medida de preços, mede tais quantidades de ouro [...]. Para o padrão de preços é necessário fixar determinado peso em ouro como unidade de medida. Aqui, como em todos os casos em que grandezas são medidas sob a mesma denominação, a estabilidade do padrão de medida é decisiva. Em troca, o ouro só pode "servir como medida do valor porque ele mesmo é produto do trabalho, sendo portanto, potencialmente, um valor variável".[26] (Na *Contribuição à crítica,* Marx observa que confundir essas duas determinações formais "conduz às teorias mais disparatadas".)[27]

Tratamos até aqui do processo de formação dos preços, que inaugura a circulação das mercadorias[28] ("inaugura" no sentido de que toda circulação de mercadorias pressupõe a existência de valores de troca em que os preços são fixados).[29] Nesse processo, o dinheiro adquiriu certas determinações formais que só especificam sua função de medida do valor (ou de padrão dos preços). Vejamos agora como se comporta o dinheiro no intercâmbio real de mercadorias, e se as propriedades que adquire dentro desse intercâmbio não entram em contradição com as que já conhecemos.

CAPÍTULO 7

AS FUNÇÕES DO DINHEIRO

B) O DINHEIRO COMO MEIO DE CIRCULAÇÃO

Como as demais relações econômicas, também a circulação de mercadorias apresenta dois aspectos diferentes, embora estreitamente vinculados. Na medida em que transfere "mercadorias de agentes para os quais elas são não-valores de uso a agentes para os quais elas são valores de uso", ela é apenas a "apropriação de algo natural para satisfazer necessidades humanas", um metabolismo social. Mas, como a substituição de valores de uso é feita por intercâmbio privado, intermediado pelo dinheiro, e as relações das mercadorias entre si estão cristalizadas como diferentes determinações do dinheiro, o intercâmbio passa a ser "ao mesmo tempo a criação de determinadas relações sociais de produção"; é uma mudança de forma.[1] Em sua análise, Marx considera apenas este segundo aspecto do processo.[2]

Em primeira aproximação, a circulação de mercadorias é percebida como uma troca de mãos e de posição, que ocorre milhões de vezes, entre mercadoria e dinheiro. "Ela parte de pontos infinitamente diferentes e chega a pontos infinitamente diferentes", sem que "o verdadeiro ponto de partida seja também o ponto de chegada." "A mercadoria é trocada por dinheiro; o dinheiro é trocado por mercadoria"; "esta constante renovação do mesmo processo [...] se repete até o infinito".[3] Todavia, "observada com maior atenção, a circulação de mercadorias revela também outros fenômenos, especialmente a circularidade, o retorno ao mesmo ponto de partida". É certo que a circulação pode ser entendida como movimento da mercadoria ou movimento do dinheiro, pois ambos os elementos estão presentes nela. "Se eu vendo para comprar, posso também comprar para vender [...]. Se a considero como circulação simples, é indiferente onde fixo o ponto de partida." Os dois casos possíveis, no entanto, resultam em dois ciclos distintos: M-D-M e D-M-D. "No primeiro caso, o dinheiro é apenas o meio para se obter mercadorias, e as mercadorias são o fim; no segundo caso, a mercadoria é apenas o meio para se obter dinheiro, e o dinheiro é o fim."[4] Porém, o segundo ciclo, no qual os extremos D-D só se diferenciam quantitativa-

mente um do outro, pressupõe uma troca de não-equivalentes (pois o segundo D deve ser maior que o primeiro). "Por isso, sob as formas do dinheiro e da mercadoria, o ciclo D-M-D implica relações de produção mais desenvolvidas; o ciclo da circulação simples só mostra o reflexo de um movimento mais complexo."[5] Em um primeiro momento, vamos nos limitar à forma de circulação M-D-M, que resume o ciclo "vender para comprar".

Qual é o papel do dinheiro no ciclo M-D-M?

Antes, o dinheiro servia para prover o mundo mercantil do material que permitia expressar os preços. No intercâmbio real de mercadorias, ele deve, antes de mais nada, realizar os preços das mercadorias, atuar como "realizador dos preços".

Cabe recordar, no entanto, que nem todo intercâmbio de mercadorias é circulação de mercadorias. A circulação pressupõe não só "um espaço de intercâmbios, uma totalidade destes, em um fluxo constante que alcança de forma mais ou menos abrangente toda a superfície da sociedade";[6] pressupõe também, como sabemos, "que as mercadorias entrem no processo de intercâmbio com preços definidos", e que, conseqüentemente, a mercadoria equivalente já possua o caráter de dinheiro.[7]

Todavia, "o ouro, no momento de sua produção, é uma mercadoria como outra qualquer. Seu valor relativo e o das [...] outras mercadorias estão representados nas quantidades em que elas se trocam reciprocamente. O processo de circulação pressupõe esta operação; logo, nos preços das mercadorias já está dado o valor do ouro. É um grande equívoco pensar que, no processo de circulação, o ouro e a mercadoria estabelecem uma relação de troca direta e que sua troca como simples mercadorias estabelece seu valor relativo."[8] Se nos prendemos a esta idéia, "perdemos de vista precisamente o que deveríamos observar, ou seja, o que aconteceu com a *forma* da mercadoria. Deixaremos de perceber o fato de que o ouro, na condição de simples mercadoria, não é dinheiro, e que as demais mercadorias, através de seus preços, relacionam-se com o ouro como o meio que expressa sua representação em dinheiro."[9] Em outras palavras: na circulação, as mercadorias não só se transformam realmente em dinheiro e se trocam por dinheiro real, mas se realizam como preços. Portanto, a formação dos preços é a premissa, não o resultado, da circulação das mercadorias.

Se o dinheiro só pode fazer circular mercadorias com preços definidos, deduz-se que a quantidade de ouro e de prata necessária à circulação é fixada, em primeira instância, pela soma total dos preços das mercadorias a serem realizados. Mas esta soma de preços depende, "primeiro: dos preços das diferentes mercadorias; segundo: da quantidade de mercadorias, com preços definidos, que entra em circulação [...]. Terceiro: a quantidade de di-

nheiro necessária à circulação depende não só da soma total dos preços a realizar, mas também da velocidade de circulação do dinheiro [...]. Se um táler realiza em uma hora dez compras e cada uma corresponde a seu valor, ou seja, se é trocado dez vezes, ele realiza exatamente[10] as mesmas transações que seriam realizadas por dez táleres que efetuassem, cada um, uma compra em uma hora. A velocidade é o momento negativo; substitui a quantidade; graças a ela, uma peça de dinheiro se multiplica."[11] Todavia, "a circulação do dinheiro não se inicia em um único centro nem retorna a um único centro a partir dos inúmeros pontos periféricos (como ocorre no caso dos bancos emissores[12] e, em parte, nas emissões feitas pelo Estado).[13] Na verdade, ela parte de infinitos pontos e retorna a infinitos pontos [...]. A velocidade do meio de circulação só pode substituir parcialmente a quantidade do meio circulante", pois "é necessário efetuar uma determinada massa de pagamentos simultaneamente [...]. Logo, para a circulação se realizar, é necessário que uma certa quantidade de dinheiro esteja sempre em circulação. Tal quantidade é determinada pela soma total das transações que ocorrem simultaneamente nos diferentes pontos de partida da circulação e pela velocidade com a qual a moeda percorre sua trajetória [...]. Tal quantidade de meio circulante está submetida a fluxos e refluxos, mas estabelece-se um nível médio; as transformações permanentes realizam-se de forma gradual, seguem seu curso em períodos longos e [...] são paralisadas continuamente por uma quantidade de circunstâncias acessórias."[14]

Se a massa de meio circulante (sendo dada a velocidade de circulação) está determinada pelos preços, e não o contrário, deduz-se que "os preços não são altos ou baixos porque circula muito ou pouco dinheiro; a maior ou menor quantidade de dinheiro em circulação é que depende do nível de preços".[15] (Isso não se aplica, evidentemente, ao papel-moeda estatal.) Marx prossegue: "Esta é uma das leis econômicas mais importantes, cuja demonstração detalhada, por meio da história dos preços das mercadorias, talvez constitua o único mérito da economia inglesa pós-ricardiana."[16]

Até aqui tratamos do papel do dinheiro como meio de realização dos preços. Todavia, não se deve ignorar que, no ciclo M-D-M, a realização do preço da mercadoria serve sobretudo para facilitar o intercâmbio desta mercadoria por outra. Pois, se consideramos não os processos isolados M-D ou D-M, mas sim o resultado de todo o ciclo, então esse resultado se reduz à troca de materiais M-M: "A mercadoria é trocada por dinheiro, o dinheiro é trocado por mercadoria. Ocorre uma troca de mercadoria por mercadoria, feita com mediação." Em última análise, o dinheiro só "serviu para facilitar a troca da primeira mercadoria pela segunda".[17] Por isso, se levamos em conta o ciclo M-D-M em seu conjunto, o dinheiro aparece como

"um meio de troca das mercadorias; não um meio de troca em geral, mas sim um meio de troca adaptado ao processo da circulação, ou seja, *um meio de circulação*".[18]

Para captar claramente essa nova função do dinheiro é preciso fazer um contraponto com as funções descritas até aqui. "Enquanto o dinheiro realiza o preço das mercadorias, a mercadoria é trocada por seu equivalente real em ouro ou prata [...]; mas, na medida em que esse processo ocorre para transformar novamente o dinheiro em mercadoria, ou seja, para trocar a primeira mercadoria pela segunda, o dinheiro é algo efêmero. Considerado apenas como veículo dessa mediação, sua substância consiste em aparecer e desaparecer. Como meio de circulação, o dinheiro é apenas meio de circulação. Para cumprir essa função, ele é apenas quantidade, número que circula."[19]

Desse ponto de vista, prossegue Marx, ele "é só uma aparência que leva a crer que as mercadorias são trocadas pelas mercadorias ouro ou prata; essa aparência some quando o processo se conclui. O ouro e a prata [que haviam sido trocados por uma mercadoria específica] são novamente trocados por mercadoria, concluindo-se a troca de mercadoria por mercadoria. Como simples meio de circulação, o ouro e a prata [...] são indiferentes às qualidades que possuam como mercadorias naturais específicas." Isso se manifesta no fato de que, no ciclo da circulação, um táler pode representar uma massa de prata cem vezes maior do que aquela que realmente contém, apesar de representar em qualquer intercâmbio específico apenas o peso de prata de um táler. "Considerado na circulação como um todo, um táler representa portanto cem táleres, ou seja, um peso de prata cem vezes maior do que realmente contém. Ele é, na verdade, apenas um signo do peso de prata contido em cem táleres [...]. Se pagamos um táler por uma mercadoria [...],[20] é decisivo que o táler contenha[21] realmente um peso *x* de prata. Se ele for um táler falso, feito de metal comum, [...] o preço da mercadoria não será efetivamente realizado; para realizá-lo, ela deveria ser paga com uma quantidade de metal comum igual a *x* peso de prata. Portanto, do ponto de vista deste momento isolado da circulação, é essencial que a unidade monetária represente realmente uma determinada quantidade de prata.[22] Mas, se considerarmos a circulação como um todo, ou seja, a circulação como processo fechado M-D-D-M, a questão se modifica. No primeiro caso a realização do preço seria só aparente: apenas uma parte do preço [da mercadoria] seria realizada [...]. Mas, se um táler falso circula no lugar de um autêntico, na circulação vista como um todo o falso presta o mesmo serviço, como se fosse autêntico [...]. Nesse processo, portanto, o táler real é um mero signo, desde que se considere não o momento em que ele realiza os preços, mas sim o processo como um todo, em que atua somente como

meio de circulação e no qual a realização dos preços é só uma aparência, uma mediação evanescente."[23]

O texto prossegue: "Como simples meio de circulação, na função que desempenha no fluxo constante da circulação, o dinheiro não é nem medida dos preços,[24] pois ele já está posto como tal nos próprios preços, nem meio da realização dos preços, pois como tal ele existe em apenas um dos momentos da circulação e desaparece na totalidade desses momentos. O dinheiro é um simples representante do preço diante de todas as mercadorias. Serve tão-somente de meio que permite a troca de mercadorias de mesmo preço [...]. *Nesta relação* [...] *é o signo de si mesmo* [...]. Daqui decorre que, se é apenas meio de circulação e de troca, a moeda de ouro ou de prata pode ser substituída por qualquer outro signo que expresse uma quantidade de sua unidade. Assim, o dinheiro simbólico pode substituir o dinheiro real, pois, como meio de troca, o dinheiro material também é simbólico."[25]

O meio de circulação adquire na moeda sua forma mais característica. Na forma de moeda, o dinheiro "perdeu seu valor de uso; seu valor de uso coincide com sua determinação de meio de circulação [...]. Por isso, como moeda, é um signo, indiferente à matéria de que é feito. Mas, como moeda, perde também seu caráter universal e assume um caráter nacional ou local. Fragmenta-se em moedas de diferentes tipos, conforme o material com que foi fabricada — ouro, cobre, prata etc. Recebe um aval político e fala, por assim dizer, línguas diferentes em países diferentes."[26]

Nos *Grundrisse*, Marx faz observações rápidas sobre a moeda divisionária e o papel-moeda estatal de curso forçado.[27] Mesmo assim, destaca que também nesse tema suas conclusões foram "deduzidas de maneira inversa ao que ocorre na doutrina habitual. O dinheiro pode ser substituído porque sua quantidade é determinada pelos preços que ele faz circular. Na medida em que [a moeda divisionária] tem valor — como quando é meio subsidiário de circulação — sua quantidade deve ser calculada de maneira tal que ela não possa ser acumulada na qualidade de equivalente e, de fato, apareça sempre como mecanismo auxiliar do verdadeiro meio de circulação. Mas, na medida em que deve substituir este último, [o papel-moeda estatal] não deve ter nenhum valor, ou seja, seu valor deve existir fora dele."[28] O valor da moeda pode então "passar a ter [...] uma existência separada de sua matéria ou substância [...], sem que o privilégio dessas mercadorias particulares [ouro e prata] seja suprimido, já que a forma separada de existência precisa continuar a receber sua denominação dessas mercadorias específicas."[29]

Vemos que, como meio de circulação, a moeda "é indiferente à sua existência material, à quantidade de ouro ou de prata que lhe serve de substrato; ao contrário, sua quantidade é o aspecto essencial" [já que ela só pode ser

um "signo de si mesma"]; porém, "em sua determinação como medida, na qual ela aparecia só de forma ideal, seu substrato material era essencial, enquanto sua quantidade e sua existência eram em geral indiferentes". Marx prossegue, observando que o caráter contraditório das funções do dinheiro[30] "explica este fenômeno, de outro modo inexplicável: se a moeda metálica (ouro, prata) é falsificada, com o uso de uma liga de metal inferior, ocorre uma depreciação da moeda e um aumento dos preços. Neste caso, a medida dos preços[31] já não é dada pelos custos de produção, suponhamos, da onça de ouro, mas sim da onça mesclada com 2/3 de cobre etc."; "por outro lado, se o substrato da moeda [...] é totalmente suprimido e substituído por papel que traz o signo de uma determinada quantidade de moeda real, na quantidade requerida pela circulação,[32] o papel dá pleno curso ao valor do ouro e da prata. No primeiro caso, o meio de circulação é ao mesmo tempo o material da moeda como padrão e o material no qual o preço se realiza definitivamente; no segundo, a moeda só [atua] em sua determinação de meio de circulação."[33]

Aqui termina nossa abordagem da função do dinheiro como meio de circulação, tal como ela aparece nos *Grundrisse*. Os conhecedores da teoria marxista logo perceberão a diferença entre essa exposição e a que aparece na *Contribuição à crítica* e em *O capital*. Aqui falta não só a investigação da moeda divisionária e do papel-moeda, mas também a análise detalhada do ciclo M-D-M, que podemos encontrar nas duas obras posteriores, nos capítulos sobre os meios de circulação.[34] Sobre esse tema, os *Grundrisse* oferecem pois um esboço fugaz. Mesmo assim, constituem um complemento útil à compreensão das exposições posteriores, na medida em que encaram diretamente as funções que o dinheiro desempenha na realização dos preços das mercadorias e como meio de circulação propriamente dito. Voltaremos a ver isso no próximo capítulo.

CAPÍTULO 8

AS FUNÇÕES DO DINHEIRO

C) "O DINHEIRO COMO DINHEIRO"

1. Generalidades

Vimos até aqui, principalmente, duas funções do dinheiro: medida do valor e meio de circulação. Na primeira função, ele operava apenas como dinheiro ideal; na segunda, apenas como dinheiro simbólico. Agora devemos considerar formas que mostram a existência do dinheiro "em sua corporalidade metálica", nas quais ele aparece "como única representação do valor ou única existência adequada do valor de troca, diante de todas as demais mercadorias, consideradas como simples valores de uso".[1] É aqui que Marx fala do "dinheiro como dinheiro", ou do "dinheiro em sua terceira determinação".

Ele se refere ao fato de que o dinheiro "se torna independente, tanto em relação à sociedade como ao indivíduo [...], passando a representar o valor de todas as coisas, pessoas e relações sociais";[2] embora essa autonomização esteja implícita no próprio conceito de dinheiro, ela depende do processo de intercâmbio e, por isso, deve expressar-se no desenvolvimento das diversas determinações formais do dinheiro. Isso já ocorre transitoriamente em sua função de meio de circulação. Pois, em virtude da venda M-D, o ouro ou a prata, "que, como medida dos valores, só eram dinheiro ideal [...], convertem-se em dinheiro real". Na condição de dinheiro em estado larval, a mercadoria está em "um período autônomo de sua vida, que pode durar mais ou menos tempo".[3] Mas, quando consideramos o ato M-D como um elo do ciclo M-D-M, este estado serve aos fins da metamorfose M-M, e por isso tem um caráter transitório e evanescente. Só quando aparece como suporte sólido do valor, como valor tornado autônomo, é que o dinheiro deixa de servir como simples intermediário do processo de intercâmbio e, ao contrário, passa a enfrentar as mercadorias como meio de não-circulação.

Segundo Marx, o dinheiro aparece em sua terceira determinação sob três formas: como tesouro, como meio de pagamento e como moeda (ou dinheiro) mundial. Na primeira, o dinheiro permanece fora da circulação ou

se retira dela; na segunda, embora ingresse nela, não o faz como meio de circulação; na terceira, finalmente, atravessa a barreira da circulação interna, demarcada pelas fronteiras estatais, para atuar como equivalente universal no comércio internacional, no mercado mundial.[4] É preciso considerar todas essas formas para que se possa obter a verdadeira significação da categoria "dinheiro como dinheiro".

Devemos registrar que, nesse ponto (na derivação da "terceira determinação"), os *Grundrisse* divergem consideravelmente da *Contribuição à crítica* e de *O capital*. Pois os *Grundrisse* concebem a categoria do "dinheiro como dinheiro", no essencial, como o desenvolvimento da forma D-M-D.[5] De fato, a consideração deste ciclo mostra que "o dinheiro não é apenas medida nem apenas meio de troca, nem apenas ambas as coisas; possui também uma terceira determinação", "possui também uma existência autônoma fora da circulação, e nessa nova determinação *pode* ser subtraído da circulação, assim como a mercadoria *deve* ser subtraída dela definitivamente".[6] Mas, o ciclo D-M-D, como vimos,[7] "oculta, sob as formas dinheiro e mercadoria, relações de produção mais desenvolvidas", ou seja, aponta para que a produção capitalista, e não a produção simples de mercadorias, passe a predominar. Por isso, na *Contribuição à crítica*, Marx decidiu desenvolver a terceira determinação do dinheiro não a partir do ciclo D-M-D, mas sim "a partir da forma imediata da circulação das mercadorias, M-D-M".[8] Acompanharemos aqui esta abordagem corrigida. Tanto mais quanto já sabemos pelos *Grundrisse* como se evidencia a terceira determinação do dinheiro na forma de circulação M-D-M, quando ele não opera apenas como meio de circulação.[9]

2. O dinheiro como tesouro

A transformação do dinheiro em um ente autônomo aparece de forma mais clara em sua forma de tesouro.

Vimos que a circulação das mercadorias "derruba as barreiras temporais, locais e individuais ao intercâmbio de produtos. Como o faz? Na troca, ninguém pode desfazer-se de seu produto sem que simultaneamente outra pessoa se desfaça do seu. Mas, ao introduzir um distanciamento entre compra e venda, a circulação quebra a identidade imediata dos dois atos [vender o produto do próprio trabalho e comprar o produto do trabalho alheio]. Ninguém precisa comprar imediatamente — no mesmo local, no mesmo momento, da mesma pessoa — pelo simples fato de haver vendido."[10] "A transformação do ouro em um ente autônomo, na condição de dinheiro, é [...] antes de tudo uma expressão evidente do desdobramento do processo de circulação, ou da metamorfose da mercadoria, em dois atos separados, indiferentes, que se realizam em paralelo."[11] Pela cisão do ciclo M-D-M, tor-

na-se possível que o vendedor da mercadoria isole intencionalmente o ato M-D, não o deixe prosseguir até D-M, para apoderar-se da forma-dinheiro da mercadoria. Neste caso, o dinheiro se imobiliza para converter-se em tesouro, e o vendedor de mercadorias se converte em entesourador.

Porém, devemos nos antecipar e assinalar desde logo que, embora o processo de entesouramento seja "comum a toda produção de mercadorias, ele só é um fim em si nas formas pré-capitalistas, ainda não desenvolvidas, dessa produção".[12] Pois, "quanto menos se desenvolveu o caráter do produto como mercadoria e menos o valor de troca se apoderou da produção em toda sua amplitude e profundidade, tanto mais o dinheiro aparece como a riqueza propriamente dita, a forma geral da riqueza, em oposição à sua limitada expressão como valores de uso".[13] Daí a grande importância da formação de tesouros nas sociedades antigas, nas quais só os valores de uso excedentes se transformam em mercadorias e nas quais "a um modo de produção tradicional e orientado para conservar-se corresponde um conjunto de necessidades firmemente delimitado".[14] Nesse tipo de sociedade, o ouro e a prata são as formas adequadas de existência do excedente e, ao mesmo tempo, "a primeira forma na qual a riqueza se conserva como riqueza social abstrata". Explica-se assim por que "a acumulação de todas as outras mercadorias é mais recente que a do ouro e da prata". Isso se relaciona, em primeira instância, com as propriedades naturais dos metais nobres, com seu caráter durável. "A acumulação é [...] um processo que se desenvolve no tempo." Todo valor de uso, como tal, "serve para ser consumido, ou seja, aniquilado", e esse aniquilamento significa também o aniquilamento de seu valor de troca. "No dinheiro, ao contrário, sua substância, sua materialidade, é a forma na qual ele representa a riqueza." Por isso, "se o dinheiro é mercadoria universal, se é reconhecido como tal em todos os lugares do espaço, também passa a sê-lo no tempo. Conserva-se como riqueza ao longo do tempo [...], é o tesouro que não pode ser roído pelas traças nem destruído pela ferrugem. Todas as mercadorias são dinheiro não durável; o dinheiro é a mercadoria durável."[15] Mas, em segundo lugar, "como valor de uso, a mercadoria satisfaz uma necessidade específica e constitui um elemento específico da riqueza material. O valor da mercadoria mede a magnitude de sua força de atração sobre os demais elementos que compõem essa riqueza material; mede, portanto, a riqueza social do seu possuidor. Aos olhos do possuidor de mercadorias simples, em sociedades atrasadas, o valor é inseparável de sua forma. Para ele, o aumento de sua reserva de ouro e de prata equivale a um aumento do valor. Sem dúvida, o valor dos metais preciosos varia, seja como conseqüência da alteração dele mesmo, seja porque o valor das mercadorias também varia. Mas isso não

impede, de um lado, que 200 onças de ouro sempre contenham mais valor que 100 onças, ou que 300 contenham mais valor que 200 etc., nem que, por outro lado, a forma metálica da moeda permaneça sendo o equivalente geral de todas as mercadorias, a encarnação social de todo trabalho humano."[16]

O entesouramento é típico das situações pré-capitalistas, mas ao mesmo tempo expressa tendências que, em última instância, impelem para a dissolução dessas condições primitivas e para o ocaso das comunidades que lhes correspondem.[17] Pois "todas as formas da riqueza natural, antes que esta tenha sido substituída pelo valor de troca, supõem uma relação essencial do indivíduo com o objeto; o indivíduo, em um de seus aspectos, aparece objetivado na coisa, enquanto a posse da coisa aparece como um desenvolvimento de sua individualidade: a riqueza em ovelhas é o desenvolvimento do indivíduo como pastor; a riqueza em cereais, o desenvolvimento do indivíduo como agricultor etc. O dinheiro, ao contrário, como representante da riqueza universal,[18] [...] como resultado puramente social, não supõe uma relação individual específica de seu possuidor. Sua posse não é o desenvolvimento de nenhum aspecto essencial da individualidade, [...] já que esta [relação] social existe ao mesmo tempo como um objeto sensível, externo, que cada um pode possuir mecanicamente e que pode, da mesma forma, perder. O vínculo [do dinheiro] com o indivíduo parece ser puramente acidental. Porém, este vínculo com uma coisa que não está conectada de nenhum modo com sua individualidade lhe confere, graças ao caráter dessa coisa, um domínio absoluto sobre a sociedade, sobre todo o mundo das fruições, dos trabalhos etc." (Marx acrescenta: "É como se, por exemplo, encontrar uma pedra me proporcionasse, independentemente de minha individualidade, a posse de todas as ciências.")[19]

"O poder social se converte assim em poder privado, pertencente a um indivíduo."[20] Mas aquilo que "se entrega em troca de tudo, e contra o que tudo se entrega, apresenta-se como o meio universal de corrupção e de prostituição".[21] Pois assim "como tudo é vendável por dinheiro, tudo também é comprável com dinheiro; [...] é o acaso que decide [...] que o indivíduo possa apropriar-se ou não de algo [...], já que isso depende do dinheiro que possui [...]. Não existe nada inalienável, já que tudo é alienável por dinheiro. Não há nada sublime, sagrado etc., pois tudo é apropriável por dinheiro. Diante do dinheiro, não existem as '*res sacrae*' e '*religiosae*' que não podem estar '*in nullius bonis*', '*nec aestimationem recipere, nec obligari alienarique posse*', que estão isentas do "*commercio hominum*' [as coisas sagradas e religiosas que não podem estar nas mãos de qualquer um, não podem ser avaliadas, empenhadas ou alienadas, que estão isentas do comércio

humano]; [diante do dinheiro], como diante de Deus, todas são iguais."[22] Precisamente por isso, o dinheiro, em sua terceira determinação — na medida em que "ele mesmo não constitua a comunidade em torno de si", como ocorre na sociedade burguesa — deve levar necessariamente à desintegração das comunidades antigas, fundadas no valor de uso.[23]

Isso se reforça porque o instinto de entesouramento é ilimitado por natureza. "No ouro e na prata possuo a riqueza universal em sua forma pura; quanto mais acumulo esses metais, tanto mais me aproprio da riqueza universal. O ouro e a prata são a riqueza universal, mas, em quantidades limitadas, eles só a representam em proporção também limitada, e portanto de maneira inadequada. O todo deve tender sempre a superar a si próprio."[24] Marx prossegue: "Portanto, o dinheiro não é somente um objeto, mas o objeto do desejo de enriquecimento. Este é essencialmente *auri sacra fames* [amaldiçoada fome de ouro]. O desejo de enriquecimento, como forma particular de apetite, diferente do desejo de obter uma riqueza particular — vestidos, armas, jóias, mulheres, vinho etc. —, só é possível quando a riqueza universal, a riqueza como tal, é individualizada em um objeto particular, ou seja, quando o dinheiro é colocado em sua terceira determinação. Portanto, o dinheiro não é só o objeto; é, ao mesmo tempo, a fonte do desejo de enriquecimento [...]. Isso se sustenta porque multiplicar o valor de troca como tal converte-se em um fim em si."[25] "A metamorfose da mercadoria M-D [...] torna-se o objetivo, tendo em vista transformar a mercadoria, riqueza natural particular, em riqueza social universal. *No lugar da troca de substância, é a troca de formas que se torna um fim em si.* O valor de troca, que era mera forma, transforma-se no conteúdo do movimento."[26] Por isso, o culto ao dinheiro também tem "seu ascetismo, suas renúncias, seus sacrifícios: a frugalidade, a parcimônia, o desprezo pelos prazeres mundanos, temporais e fugazes, a busca do tesouro *eterno*. Daqui decorre a conexão do puritanismo inglês ou do protestantismo holandês com a atividade lucrativa."[27] Mas, se vamos até o fundo da questão, a figura aparentemente cômica do entesourador[28] nos aparece sob outro enfoque, pois também nesse caso "a acumulação de dinheiro por meio do próprio dinheiro é a forma primitiva da produção pela própria produção, ou seja, o impulso das forças produtivas do trabalho social para ultrapassar os limites das necessidades tradicionais".[29] Precisamente por isso, "quanto menos desenvolvida esteja a produção de mercadorias [...] tanto mais importante será o entesouramento, que é a primeira forma na qual o valor de troca assume uma existência independente como dinheiro [...]".[30]

Isso é tudo o que precisamos dizer sobre o entesouramento propriamente dito, que "pretende manter e preservar [o dinheiro] como riqueza abstra-

ta", independentemente do contexto social. No entesouramento, "a existência autônoma do valor de troca ainda é percebida em sua forma material imediata, o ouro [...]".[31] Marx destaca repetidamente que esta forma desaparece "cada vez mais na sociedade burguesa" para ceder lugar a outras formas de entesouramento "que surgem do próprio processo de circulação e que, a rigor, são apenas momentos de repouso, ou pausas, desse processo".[32]

Assim, a divisão do trabalho e a separação entre compra e venda conduzem a uma acumulação temporária de meios de circulação: "Cada um é o vendedor da mercadoria que produz, mas comprador de todas as mercadorias de que necessita para sua existência social. Enquanto sua ação como vendedor depende do tempo de trabalho que sua mercadoria requer para ser produzida, sua ação como comprador está condicionada por uma constante renovação das necessidades vitais. Para poder comprar sem vender, deve ter vendido sem comprar." Disso se deduz que "na circulação M-D-M, o segundo membro D-M se fragmenta em uma série de compras que se realizam não de uma só vez, mas se sucedem no tempo, de modo que uma porção de D circula como moeda, enquanto a outra repousa como dinheiro. De fato, aqui o dinheiro só é *moeda suspensa*, e as diversas partes que compõem a massa monetária circulante aparecem revezando-se constantemente, ora numa forma, ora na outra."[33]

Originam-se assim, em todos os pontos da circulação, fundos de reserva de moeda, "cuja formação, distribuição, dissolução e reconstituição se alteram constantemente". Ao mesmo tempo, eles servem de canais que adicionam ou subtraem a massa de dinheiro circulante, que se expande e se contrai constantemente.[34] A eles se somam os fundos de reserva que surgem das funções do dinheiro como meio de pagamentos[35] e como dinheiro mundial,[36] das quais falaremos adiante. Embora a necessidade de todos esses fundos já esteja presente no mecanismo da circulação mercantil simples, só na produção capitalista eles alcançam uma importância maior. Mas o que é específico dessa produção é o entesouramento condicionado pela rotação do capital, ou seja, a acumulação de "capital momentaneamente ocioso, deixado em repouso, que também inclui o capital-dinheiro recém-acumulado e ainda não investido".[37] Além disso, em países onde a produção capitalista alcançou grande desenvolvimento, quando esses reservatórios ficam cheios demais isso indica "[...] uma paralisia da circulação de mercadorias, com interrupção das suas metamorfoses".[38]

3. O dinheiro como meio de pagamento

A segunda função em que o dinheiro aparece como forma absoluta do valor é sua função de meio de pagamento. Os *Grundrisse* tratam dela em dois lu-

gares: primeiro, e de forma muito rápida, no final do "Capítulo sobre o dinheiro" do livro propriamente dito (p. 146-147), e depois no que se tornou conhecido como *Urtext Zur Kritik* ["Fragmento da primeira versão da *Contribuição à crítica da economia política*", de 1858] (*Grundrisse*, p. 870-873). Ambas as passagens só oferecem investigações fragmentárias, mas mesmo assim podemos reconhecer nelas o essencial do nosso tema.

Até aqui partimos da hipótese de que, ao circular, o dinheiro continua a atuar como meio de compra real; ou seja, os dois pólos do intercâmbio — a mercadoria e o dinheiro — devem estar presentes simultaneamente. Todavia, "as mercadorias que serão trocadas podem estar distanciadas no tempo. Embora relacionados um ao outro, os processos, por sua natureza, podem ocorrer separados: um acontece hoje, enquanto seu complemento acontece um ano depois etc."[39] Nesses casos, modifica-se o caráter original da metamorfose da mercadoria. A relação entre credor e devedor ocupa o lugar da relação entre vendedor e comprador,[40] e o próprio dinheiro adquire uma nova determinação, como meio de pagamento. Mas o dinheiro só pode exercer essa função na medida em que represente a "única existência adequada do valor de troca", ou a "forma absoluta da mercadoria", isto é, na medida em que sua terceira determinação já esteja desenvolvida. O "duro dinheiro" também espreita a função de meio de pagamento.[41]

Um fato, porém, parece negar o que dissemos: "Com o desenvolvimento do sistema de crédito, a produção capitalista busca constantemente abolir essa barreira, ao mesmo tempo material e imaginária, à riqueza e ao seu movimento."[42] Pois, como dizem os *Grundrisse*, "na medida em que os pagamentos se compensam, o dinheiro se apresenta como forma evanescente, medida meramente ideal, imaginária, das magnitudes de valor intercambiadas. Sua intervenção física se reduz a cobrir saldos relativamente insignificantes." "O desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento universal", prossegue o texto, "acompanha o desenvolvimento de uma circulação mais elevada, mediada, fechada em si mesma[43] e já colocada sob controle social; uma circulação na qual se suprime a importância que o dinheiro possui na circulação metálica simples, por exemplo no entesouramento."[44] Porém, "quando perturbações súbitas no sistema de crédito interrompem o fluxo de compensação dos pagamentos, [...] o dinheiro se faz subitamente necessário, como meio de pagamento universal e real. Aparece a demanda de que toda a riqueza exista em forma dual, como mercadoria e como dinheiro, de modo que esses dois modos de existência se ajustem perfeitamente. Nesses momentos de crise, o dinheiro aparece como a única riqueza, e isso se manifesta na desvalorização da riqueza material real, e não apenas

em uma desvalorização imaginária, como ocorre no sistema monetário. Perante o mundo das mercadorias, o valor existe apenas em sua forma adequada e exclusiva de dinheiro."

Aqui se manifesta, portanto, uma "contradição imanente ao desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento universal": "Nessas crises, não se demanda o dinheiro como medida, já que, nessa função, sua presença física é indiferente; tampouco como moeda, pois ele não aparece como moeda nos pagamentos; ele é demandado como valor de troca que se tornou autônomo, equivalente universal que existe fisicamente, substrato material da riqueza abstrata; em suma, na forma em que é objeto do entesouramento propriamente dito, ou seja, como dinheiro. Seu desenvolvimento como meio de pagamento universal encobre uma contradição: o valor de troca adotou formas independentes em relação ao seu modo de existência como dinheiro, enquanto, por outro lado, seu modo de existência como dinheiro tornou-se definitivo e o único adequado."[45]

A mesma contradição se manifesta de outra forma: "Como meio de pagamento — dinheiro em si mesmo —, o dinheiro deve representar o valor como tal; mas, na realidade, não é mais do que uma quantidade idêntica de valor variável."[46] Vimos que "a alteração no valor do ouro e da prata não afeta sua função como medida dos valores ou moeda contábil". Mas essa alteração "se torna decisiva para o dinheiro como tesouro, pois, com a alta ou a baixa do valor do ouro e da prata, cresce ou diminui a magnitude do valor do ouro ou da prata entesourados. A importância dessa alteração é ainda maior para o dinheiro como meio de pagamento."[47] Pois, "o que deve ser pago é a quantidade de ouro ou de prata que, na data da celebração do contrato, representava um certo valor; ou seja, um certo tempo de trabalho. No entanto, as magnitudes de valor do ouro e da prata se alteram, assim como as de todas as demais mercadorias, em função do tempo exigido para sua produção." Seu valor "aumenta ou diminui conforme aumente ou diminua esse tempo. Como a realização da venda por parte do comprador só ocorre bem depois da alienação da mercadoria comprada, a[s] mesma[s] quantidade[s] de ouro e de prata podem conter um valor maior ou menor, em relação à época em que o contrato foi celebrado. O ouro e a prata mantêm sua qualidade específica de dinheiro — a de ser equivalente universal sempre realizado e realizável, ser sempre intercambiável por todas as mercadorias, em proporção ao seu próprio valor —, independentemente das variações na magnitude de seu valor. Mas, potencialmente, esta magnitude está sujeita às mesmas flutuações que afetam qualquer outra mercadoria. O pagamento pode efetuar-se mantendo uma equivalência real (ou seja, na magnitude de valor originalmente combinada) ou não, dependendo de ter sido mantido

inalterado ou não o tempo de trabalho requerido para produzir uma mesma quantidade de ouro ou de prata. A natureza do dinheiro encarnado em uma mercadoria específica entra em conflito com sua função de valor de troca tornado autônomo."[48] "O caráter completamente reificado e alienado do metabolismo social que se baseia nos valores de troca pode ser visto claramente no fato de que todas as relações sociais dependem dos custos de produção de objetos metálicos naturais que não têm nenhuma importância como instrumentos de produção, como agentes na criação da riqueza."[49]

A evolução do dinheiro em sua função de meio de pagamento mostra de forma especialmente clara como as formas de circulação influenciam, de volta, as relações de produção. Podemos ler na *Contribuição à crítica*: "Originalmente, a transformação do produto em dinheiro só aparece na circulação como uma necessidade individual do proprietário de mercadorias, pois seu produto não é valor de uso para ele, convertendo-se em valor de uso apenas depois de sua alienação. Mas, para pagar na data de vencimento do contrato, ele deve ter vendido a mercadoria. Logo, independentemente de suas necessidades individuais, a venda transformou-se, para ele, em uma necessidade social, inserida no processo de circulação. Como ex-comprador de uma mercadoria, ele se converte obrigatoriamente em vendedor de outra mercadoria, para obter o dinheiro não como meio de compra, mas como meio de pagamento. [...] A transformação da mercadoria em dinheiro [...] ou a primeira metamorfose da mercadoria vista como fim em si mesma, que no entesouramento parecia um capricho do proprietário da mercadoria, converteu-se agora em uma função econômica. O motivo e o conteúdo da venda — realizada para pagar — são um conteúdo que surge da forma do processo de circulação."[50]

4. O dinheiro como moeda mundial

Chegamos finalmente ao papel que o dinheiro desempenha como meio internacional de pagamentos e de compra, ou seja, como moeda mundial.

Devemos recordar que, pelo plano inicial de Marx, este tema só deveria ser investigado no quinto "livro" de sua obra, o "Livro sobre o comércio exterior". Todavia, já no *Fragmento da primeira versão da "Crítica"*[51] encontra-se um subcapítulo dedicado ao dinheiro mundial. Evidentemente, não era possível desenvolver plenamente a categoria do "dinheiro como dinheiro" sem que fosse considerado, ao mesmo tempo, o papel do dinheiro no comércio internacional. Por isso, já em 1859 Marx teve de se afastar de seu plano inicial.

Esse procedimento mostrou-se adequado, como podemos ver pela leitura do subcapítulo consagrado ao dinheiro mundial, existente — em três

diferentes redações — tanto no *Fragmento da primeira versão da "Crítica"*, já mencionado, como na *Contribuição à crítica* propriamente dita e em *O capital*.

O papel que cabe ao dinheiro no sistema internacional de comércio, diz Marx, "não é uma determinação nova, que se some às de ser dinheiro em geral, equivalente geral e, conseqüentemente, tesouro e meio de pagamento".[52] É certo que o dinheiro, "quando sai do âmbito da circulação interna [...] perde suas formas locais específicas — padrão de preços, moeda, moeda divisionária e signo de valor — e retoma a forma originária de metais preciosos, de barras ou lingotes";[53] no mercado mundial, o dinheiro não recebe funções especiais diferentes das que já conhecemos. Ao contrário, "como dinheiro mundial [...] recupera sua primeira forma natural", "aparece novamente na forma em que desempenhava um papel já na troca primitiva".[54] Em outras palavras: "Na circulação internacional das mercadorias, o ouro e a prata aparecem não como meios de circulação, mas como meios universais de troca."[55] Mas, como meio universal de troca, o dinheiro só pode funcionar nas formas de meio de compra e meio de pagamento.[56] Assim, no mercado mundial a relação dessas duas formas se inverte. Na esfera da circulação interna, o dinheiro (do mesmo modo que era moeda) atuava exclusivamente como meio de compra. No mercado mundial, por sua vez, "predomina a função de meio de pagamento, para equilibrar balanços internacionais". Mas, o ouro e a prata funcionam principalmente como meios de compra internacionais quando "se interrompe subitamente o equilíbrio habitual do intercâmbio de materiais entre duas nações", quando, por exemplo, "uma má colheita [...] obriga uma delas a comprar quantidades excepcionais".[57] Mas, em ambos os casos, "o dinheiro deve existir em sua forma de tesouro, em seu corpo metálico, em uma forma em que não é apenas forma de valor, mas valor em si".[58] Por fim, o dinheiro funciona no mercado mundial "como a materialização da riqueza, quando não se trata nem de compras nem de pagamentos, mas sim de transferências de riqueza de um país a outro, ali onde essa transferência não pode se efetuar sob a forma de mercadorias, por causa da situação do mercado ou do próprio objetivo que se pretende alcançar (por exemplo, em caso de subsídios, empréstimos de guerra ou reativação de pagamentos bancários etc.)".[59]

Vemos que a forma do dinheiro como meio internacional de troca e pagamento não é, de fato, "uma forma específica". Ao contrário: nela, ele só cumpre funções "nas quais aparece, surpreendentemente, [...] em sua forma mais simples, e ao mesmo tempo concreta, de moeda".[60] O que realmente distingue a função do dinheiro no mercado mundial é a "universalidade de sua aparição, que corresponde à universalidade de seu conceito". Pois ape-

nas no mercado mundial o dinheiro se converte "na mercadoria universal, não só de acordo com seu conceito, mas também como modo de existência"; ali ele está "colocado na condição de mercadoria universal, que em todos os lugares conserva seu caráter de riqueza".[61] E só ali "o dinheiro funciona, de maneira plena, como a mercadoria cuja forma natural é, ao mesmo tempo, a encarnação social do trabalho humano *in abstracto*".[62] Nesse sentido, o dinheiro só se realiza "em sua terceira determinação" no dinheiro mundial, na "mercadoria universal do mercado mundial".[63]

5. Observação final

A investigação do papel do dinheiro no ciclo M-D-M demonstrou que o processo de intercâmbio é, ao mesmo tempo, processo de formação do dinheiro; a autonomização do meio de troca universal nasce "do processo de intercâmbio, do desenvolvimento das contradições contidas na mercadoria". Como a imagem definitiva do dinheiro se afastou daquela que estava presente no estágio inicial da investigação! De modesto intermediário do processo de troca ele se converteu, inesperadamente, em um fator situado fora desse processo e independente dele. Originalmente, só representava as mercadorias; agora, ao contrário, as mercadorias é que se converteram em representantes do dinheiro. "Cada mercadoria particular, na medida em que é um valor de troca, tem um preço, expressa uma quantidade de dinheiro ainda em uma forma incompleta e imperfeita, já que ela deve ser colocada em circulação para ser realizada; por causa de seu caráter particular, ela pode ser realizada ou não, dependendo de circunstâncias acidentais." Mas, enquanto não a consideramos como valor, mas sim em suas determinações naturais, ela "só é um momento da riqueza em virtude de sua relação com uma necessidade específica que satisfaz, e nessa relação ela expressa (a) apenas a riqueza na forma de valor de uso e (b) apenas um aspecto particular dessa riqueza". Já o dinheiro é, de um lado, "a realidade adequada do valor de troca, [...] a própria riqueza universal concentrada em uma matéria particular, [...] individualizada em um objeto particular e tangível";[64] por outro lado, satisfaz "qualquer necessidade, enquanto possa ser trocado pelo objeto de qualquer necessidade". Por isso, o dinheiro é não só a forma universal da riqueza social ("em oposição a todas as substâncias particulares em que ela consiste") mas também, ao mesmo tempo, seu representante material: em sua forma metálica contém, "em estado latente, toda a riqueza material produzida no mundo das mercadorias".[65] "Como mediador da circulação, sofreu todo tipo de rebaixamento, foi cerceado e até degradado ao estado andrajoso, meramente simbólico, de papel. Como dinheiro, recupera sua soberania dourada. O serviçal se torna senhor. De simples coadjuvante,

converte-se no deus das mercadorias."[66]

Diz Marx em outro trecho: "Compreender o dinheiro em sua determinação completa é particularmente difícil, pois nele uma relação social — um vínculo entre os indivíduos — aparece como metal, como coisa, como objeto plenamente corpóreo, que existe à margem desses indivíduos e que se encontra na natureza; não se pode discernir nele nenhuma determinação formal que decorra de seu estado natural. [...] Nada nele mostra que a determinação de ser dinheiro resulta do processo social. O metal *é* dinheiro. Essa aparência se impõe categoricamente, até mesmo porque seu valor de uso, do ponto de vista do indivíduo vivo, não mantém nenhuma relação com sua função; na mercadoria-moeda, encarnação do puro valor de troca, desapareceu até mesmo a recordação de um valor de uso distinto desse valor de troca. Apresenta-se aqui, limpidamente, a contradição fundamental contida no valor de troca e no modo de produção social que lhe corresponde."[67]

"Em sua última e mais completa determinação, o dinheiro se apresenta então, em todos os sentidos, como uma contradição que se resolve em si mesma, que impulsiona sua própria resolução. Como forma universal da riqueza, se contrapõe a todo o mundo das riquezas reais." Mas, justamente ali "onde a riqueza parece existir sob uma forma inteiramente material e tangível, ela existe apenas em uma forma ideal, como uma fantasia [...]. Por outro lado, como representante material da riqueza universal, o dinheiro só se torna efetivo quando é recolocado em circulação e desaparece ao ser trocado por diferentes modos particulares de riqueza." "Se decido retê-lo, ele escorregará entre minhas mãos até converter-se em um simples espectro da riqueza real"; se é dissolvido em prazeres individuais, "para o indivíduo que acumula, ele se perde". Mas "seu acréscimo através da acumulação [...] também é uma idéia falsa. Se as outras riquezas não se acumulam, ele mesmo perde seu valor ao se acumular. O que aparece como acréscimo é, na verdade, uma diminuição. Sua autonomia é apenas aparente; sua independência em relação à circulação existe apenas tendo em vista a própria circulação, é uma expressão de sua dependência em relação a ela. O dinheiro pretende ser mercadoria universal, mas, por suas qualidades naturais, é também uma mercadoria particular, cujo valor, de um lado, depende da oferta e da demanda e, de outro, se altera de acordo com os custos específicos de sua produção [...]. É uma riqueza certa, independe da minha individualidade; por isso mesmo, é uma riqueza completamente exterior a mim, insegura, pois é algo que pode ser separado de mim por qualquer evento fortuito. [...] Por isso se suprime a si mesmo como valor de troca acabado."[68]

Só a teoria do capital revelará como essa flagrante contradição pode ser

resolvida. Por enquanto, limitemo-nos ao que se segue: "Para alcançar o conceito de capital, é necessário partir do valor e não do trabalho, e mais precisamente do valor de troca já desenvolvido no movimento da circulação. [...] Portanto, a primeira determinação do capital consiste em que o valor de troca oriundo da circulação, e que pressupõe a circulação, se conserva nela e através dela; não se perde ao entrar nela; a circulação não é o movimento no qual desaparece o valor de troca, mas sim o movimento em que ele se posiciona como valor de troca, se realiza como valor de troca."[69] Logo, a contradição fundamental do dinheiro como produto último da circulação simples das mercadorias, do ciclo M-D-M, só pode ser superada pelo processo da produção capitalista, ou seja, no ciclo D-M-D.

PARTE III

A SEÇÃO SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO

CAPÍTULO 9

OBSERVAÇÃO PRELIMINAR

(Sobre a realidade da lei do valor na economia capitalista)

Os resultados da investigação já realizada podem ser resumidos, da forma mais concisa possível, na seguinte seqüência: mercadoria-valor-dinheiro-capital. O próprio Marx chamou a atenção para o fato de que não se trata, de forma alguma, apenas de conceitos e da dialética que os envolve;[1] a sucessão lógica das categorias reflete, ao mesmo tempo, a evolução histórica real. Feita a ressalva, nossa seqüência M-V-D-C diz apenas que cada uma das categorias mencionadas se desdobra mais além de si mesma e nenhuma delas pode ser compreendida com clareza sem as precedentes. Também o contrário, no entanto, parece correto: cada uma dessas categorias pressupõe a seguinte, e só nela alcança seu desenvolvimento completo. A categoria capital não pode ser concebida sem as categorias mercadoria, valor e dinheiro; mas essas categorias mais gerais só podem se desenvolver completamente com base no capital e no modo capitalista de produção. Como se pode resolver essa "contradição"? Qual das duas interpretações da seqüência é correta?

Chegamos a uma objeção muito antiga[2] e recorrente contra a concepção marxiana do modo de produção capitalista.

O que se ataca é a estreita vinculação entre a teoria marxiana do valor e sua teoria do capital, ou seja, o fato de que, para chegar às leis do modo de produção capitalista, Marx parte da análise da produção mercantil simples, que pressupõe a igualdade social dos participantes da troca,[3] deixando de lado a desigualdade que caracteriza a produção capitalista. Como diz Rudolf Schlesinger, um dos mais recentes críticos de Marx: "O fato de que até mesmo os grandes homens cometam erros ocasionais não tem importância para nós, mas é relevante registrar que Marx deduziu leis para um determinado modelo [ou seja, para o sistema capitalista] tendo como ponto de partida leis válidas em um modelo de estrutura mais simples e anterior na seqüência histórica", ou seja, o "modelo" da economia mercantil simples.[4]

Como ocorreu em muitos outros casos, também neste o próprio Marx foi o primeiro a formular essa "objeção". Ele escreveu nos *Grundrisse*, referindo-se a Adam Smith e aos economistas que o sucederam: "Todos os economistas modernos — de um modo mais econômico ou mais jurídico —

declaram que o trabalho pessoal está na origem da propriedade e que *a propriedade sobre o resultado do próprio trabalho constitui o pressuposto básico da sociedade burguesa* [...]. Essa hipótese se baseia no pressuposto de que o valor de troca é a relação econômica que domina todas as relações de produção e de intercâmbio; tal relação é, portanto, um *produto* histórico da sociedade burguesa, da sociedade do valor de troca desenvolvido. Por outro lado, como o exame de relações econômicas mais concretas que as da circulação simples parece chegar a leis contraditórias, todos os economistas clássicos, inclusive Ricardo, gostam de promulgar como lei universal essa concepção que emana da própria sociedade burguesa, mas optam por restringir sua realidade a uma idade de ouro, na qual a propriedade ainda não existia, à época anterior ao pecado original econômico, como disse, por exemplo, Boisguillebert. *Assim, chega-se ao estranho resultado de que é necessário relegar a vigência plena da lei de apropriação da sociedade burguesa a uma época em que esta sociedade ainda não existia*, e relegar a vigência da lei básica da propriedade à época em que não havia propriedade."[5]

Neste caso, não se trata da lei do valor, mas sim da lei de apropriação da sociedade burguesa. Porém, em relação à lei do valor, pode-se dizer exatamente o mesmo. Podemos ler nas *Teorias*: "Ricardo tentou demonstrar que, ressalvando-se certas exceções, a separação entre capital e trabalho assalariado em nada modifica a determinação do valor das mercadorias. Baseando-se nas exceções de Ricardo, Torrens nega essa lei e retorna a Adam Smith, contra quem Ricardo orientou sua demonstração. Smith supõe que, 'nos começos da sociedade', quando os homens ainda se enfrentam apenas como proprietários e trocadores de mercadorias, o valor destas é determinado pelo tempo de trabalho que contêm, mas isso deixa de ocorrer quando se formam o capital e a propriedade do solo. Isso significa [...] que a lei que vale para as mercadorias (consideradas como mercadorias) não vale para elas quando consideradas como capital ou produtos do capital, ou seja, quando se avança das mercadorias para o capital. Ora, o produto só assume plenamente a forma de mercadoria quando todo ele é transformado em valor de troca e seus componentes também são mercadorias; ou seja, só se converte totalmente em mercadoria com o desenvolvimento da produção capitalista, tendo essa produção como base. Portanto, pretende-se que a lei da mercadoria exista em uma produção que não produz mercadorias (ou só o faz parcialmente) e que não exista na produção que se baseia na existência do produto como mercadoria. A lei, e a mercadoria como forma universal do produto, foi concebida a partir da produção capitalista, porém não vale precisamente para ela."[6] Em conseqüência, Torrens verifica "que na produção capitalista se produz uma inversão na lei do va-

lor. Isso significa que a lei do valor, abstraída da produção capitalista, contradiz as manifestações do próprio capitalismo. O que põe no lugar? Absolutamente nada, salvo uma expressão verbal bruta, desprovida de idéias, do fenômeno que se deseja explicar."[7]

Marx rechaça decididamente as idéias de Smith e de Torrens. Não situa a vigência da lei do valor em uma "época dourada" pré-capitalista. Tal como pensada pelos economistas burgueses, essa época é "uma completa ficção", construída sobre a aparência da circulação capitalista das mercadorias e que "Adam Smith, da maneira tão própria ao século XVIII, situa no período pré-histórico e faz preceder a história".[8] Na realidade, a "produção primitiva" se baseava "em comunidades nas quais o intercâmbio privado era exceção, cumprindo um papel totalmente superficial e secundário. Com a dissolução histórica dessas comunidades, logo aparecem relações de dominação e de sujeição, relações de violência, que estão em flagrante contradição com a tranqüila circulação de mercadorias e com as relações que lhe são correspondentes."[9] Contrariamente a essas tentativas de relegar a vigência da lei do valor-trabalho aos tempos "anteriores a Adão" — ao "*paradise lost* [paraíso perdido] da burguesia, quando os homens ainda não se enfrentavam como capitalistas, trabalhadores assalariados, latifundiários, arrendatários, banqueiros etc., mas sim como simples produtores e trocadores de mercadorias"[10] —, Marx ressalta repetidamente duas coisas: o modo de produção capitalista "pressupõe circulação de mercadorias, e portanto circulação de dinheiro";[11] e a produção de mercadorias só pode ser "a forma normal e dominante da produção quando ocorre no âmbito da produção capitalista". Por conseguinte, a produção de mercadorias "em sua forma universal e absoluta" é exatamente a produção capitalista de mercadorias.[12] Pois "só então, quando se baseia no trabalho assalariado, a produção de mercadorias se impõe forçosamente à sociedade como um todo",[13] e só então também a lei do valor-trabalho pode sair da forma embrionária que mantinha em condições pré-capitalistas, convertendo-se em uma determinação que abrange toda a produção social e a regula.

Por isso, segundo Marx, a lei do valor-trabalho, longe de pertencer ao passado, é uma característica justamente da sociedade capitalista, e só nela adquire plena vigência. Mas, como se pode compatibilizar essa afirmação com o fato (que Marx destaca repetidamente) de que na sociedade capitalista desenvolvida os preços de produção, e não os valores (ambos são diferentes), constituem o eixo "em torno do qual oscilam os preços de mercado"? Antes, em sua polêmica contra Torrens, Marx perguntava como a lei do valor, abstraída da produção capitalista e apenas dela, poderia não vigorar justamente nela. Agora, ele poderia perguntar como é possível abstrair essa lei

tendo como ponto de partida, justamente, um modo de produção cujos fenômenos mais visíveis a contradizem, *prima facie*.

Não é este o local apropriado para tratar da propalada contradição entre o primeiro e o terceiro tomos de *O capital*, ou seja, o problema da "transformação dos valores em preços de produção". Abordaremos o tema adiante. O que nos ocupa aqui é tão-somente o aspecto metodológico do problema, ou seja, a questão de saber se, a partir do ponto de vista de Marx, é possível falar de dois "modelos" diversos — o da economia mercantil simples e o da economia capitalista — e se Marx deduziu as leis desta última a partir das leis da primeira.

A resposta a essas questões aparece na *Introdução* de Marx, mais exatamente no célebre capítulo que trata do "método da economia política". Nele, Marx demonstra que, "para o pensamento, o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é a maneira de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto pensado. Isso não corresponde, de modo algum, ao processo através do qual se forma o próprio concreto." Assim, "uma categoria econômica simples, como por exemplo o valor de troca, [...] só pode existir" em sua forma plena "sob a forma de relação unilateral e abstrata de um todo concreto já dado" (ou seja, da sociedade capitalista), embora "como categoria [...] o valor de troca tenha uma existência antediluviana". Por isso, "em toda ciência histórica ou social, ao se observar o desenvolvimento das categorias econômicas, é preciso levar sempre em conta que o sujeito — neste caso, a moderna sociedade burguesa — é algo dado, tanto na realidade como na mente. As categorias expressam formas de existência, condições de existência, com freqüência simples aspectos dessa sociedade específica, desse sujeito, e portanto, também do ponto de vista científico, essa sociedade não começa a existir no momento em que se começa a falar dela como tal."[14] (Em nosso caso, começa já na análise da mercadoria e do dinheiro.)

Depois de haver exposto assim o caráter abstrato das "categorias mais simples", Marx pergunta: "Mas essas categorias simples não têm uma existência independente, de caráter histórico ou natural, anterior à das categorias mais concretas? *Ça dépend.*" Por exemplo, "o dinheiro pode existir e existiu historicamente antes que o capital existisse, antes que os bancos existissem, antes que o trabalho assalariado existisse". Todavia, "embora o dinheiro tenha desempenhado desde muito cedo um papel múltiplo [...], como elemento dominante ele aparece na Antiguidade só em nações unilateralmente determinadas, nações comerciais. Até mesmo na Antiguidade mais culta, entre gregos e romanos, só no período de dissolução o dinheiro alcança pleno desenvolvimento, enquanto na moderna sociedade burguesa

ele constitui um pressuposto." Em conseqüência, "embora a categoria mais simples tenha podido existir *historicamente* antes da mais concreta, seu desenvolvimento completo — em termos de abrangência e extensão — manifesta-se precisamente "*nos estágios mais complexos da sociedade*".[15]

Outro exemplo vem do trabalho: "O trabalho parece ser uma categoria muito simples. Também a representação do trabalho em sua universalidade — como trabalho em geral — é muito antiga. Todavia, considerado com essa simplicidade a partir do ponto de vista econômico, o 'trabalho' é uma categoria tão moderna como as relações que dão origem a esta abstração simples." Pois "a indiferença diante de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos reais de trabalhos, sem que nenhum deles predomine sobre os demais. [...] Por outro lado, essa abstração — o trabalho em geral — não é somente a expressão mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação a um trabalho particular corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar facilmente de um trabalho a outro e na qual o tipo específico de trabalho é, para eles, fortuito, e portanto indiferente."

Somente na sociedade capitalista desenvolvida se pode encontrar tal situação.[16] Marx conclui: "O exemplo do trabalho mostra claramente como até mesmo as categorias mais abstratas, apesar de válidas para todas as épocas — precisamente por causa de sua natureza abstrata —, são, não obstante, produto de condições históricas e só possuem plena validade nessas condições, dentro de seus limites."[17]

O que Marx diz aqui sobre a categoria do trabalho também vale, naturalmente, para a categoria do valor determinado pelo trabalho. Também essa categoria tem uma "existência antediluviana", também ela existiu historicamente muito antes da produção capitalista surgir, embora sob forma imatura, embrionária, e "de maneira nenhuma atravessando todas as relações econômicas". Eis por que "é totalmente apropriado considerar os valores das mercadorias, não só teoricamente mas também historicamente, como o *prius* [o que antecede] dos preços de produção".[18] Mas, só na sociedade capitalista a categoria do valor se manifesta em sua forma desenvolvida, pois só nessa sociedade a produção de mercadorias se converte na forma geral da produção.[19]

Todavia, na mesma medida em que, na sociedade capitalista, os produtos se convertem em mercadorias, todas as mercadorias também se convertem em produtos do capital. Por isso, a lei do valor deve modificar-se. Pois, neste caso, a categoria do valor passa a atuar como uma determinação abstrata, que só expressa um aspecto, embora fundamental, da sociedade capitalista: o fato de que nela todos os agentes econômicos devem vincular-se uns com

os outros como trocadores de mercadorias (isso vale inclusive para a relação entre capitalista e trabalhador).[20] Mas as determinações abstratas não podem aplicar-se diretamente a "relações concretas mais desenvolvidas"; primeiro devem ser mediadas. A categoria dos preços de produção estabelece esta mediação. Por isso, a "inversão da lei do valor", a passagem dialética do valor-trabalho (ou da economia mercantil simples) para os preços de produção (ou para o capital), não é uma dedução histórica, mas um método que permite compreender o concreto, ou seja, a própria sociedade capitalista. Para retornar aos críticos de Marx, não se trata de dois "modelos" diferentes, mas sim de um mesmo modelo: o do modo de produção capitalista moderno, cujo conhecimento só se torna possível quando se descobrem as leis internas que o impulsionam, ou seja, quando se trilha o caminho de "elevar-se do abstrato ao concreto". Para compreender os preços de produção, que aparecem na superfície, devemos procurar sua causa oculta, o valor. Quem não quiser fazê-lo ficará limitado ao mero empirismo. Renunciará a obter uma verdadeira explicação dos processos da economia capitalista.

Isso é tudo sobre o modo como Marx resolveu o problema da "realidade da lei do valor". Inserimos este capítulo para facilitar a compreensão do que virá. O leitor deve entender desde logo por que Marx começa com a análise da circulação mercantil simples, e que papel essa análise desempenha em sua teoria. Não deve passar desapercebido o fato de que se trata da esfera mais abstrata da própria produção capitalista, uma esfera que "esconde todo um mundo, o mundo das relações do capital",[21] na qual, portanto, se torna inevitável inverter tanto a lei do valor como a da apropriação.

CAPÍTULO 10

A LEI DE APROPRIAÇÃO DA ECONOMIA MERCANTIL SIMPLES

O "Capítulo sobre o capital",[1] que se segue ao "Capítulo sobre o dinheiro", inicia-se com uma lúcida investigação sobre a "lei da apropriação, tal como ela se apresenta na circulação simples".[2] Essa investigação constitui um complemento feliz ao primeiro tomo de *O capital*, que só trata do tema esporadicamente.[3]

Até agora, a exposição de Marx não ultrapassou a esfera da circulação mercantil simples. Nela, os que participam do intercâmbio se encaram como pessoas que, a partir de um acordo voluntário, podem adquirir a posse das mercadorias uns dos outros. Reconhecem-se reciprocamente como proprietários privados. Em si mesma, a relação de troca não mostra como eles chegaram a ser proprietários de mercadorias, de que maneira se produziu a apropriação original das mercadorias. Mas, levando-se em conta que a mercadoria, considerada como valor, representa apenas trabalho objetivado, e que do ponto de vista da circulação "só é possível apropriar-se de mercadorias alheias, ou seja, de trabalho alheio, mediante a alienação do próprio [trabalho], o processo de apropriação da mercadoria, que precede a troca, parece nascer, sem mediações, do trabalho de seu possuidor. O trabalho parece ser a origem da apropriação, [...] o título jurídico da propriedade." Nesse sentido é que os economistas da escola clássica declaram que "a propriedade individual sobre o resultado do próprio trabalho constitui a condição básica da sociedade burguesa".[4]

Da "lei da apropriação pelo próprio trabalho", que caracteriza a economia mercantil simples, "deduz-se que na circulação vigora o reino da liberdade e da igualdade burguesas, baseadas nessa lei". Vigora também o princípio da reciprocidade, "da harmonia preestabelecida entre os proprietários de mercadorias".[5] Com efeito, "se o indivíduo A tem necessidade de possuir a mercadoria do indivíduo B, não se apodera dela pela violência, e o mesmo ocorre com B. Ambos se reconhecem mutuamente como proprietários, como pessoas cuja vontade impregna suas mercadorias." Com isso, na relação entre os proprietários de mercadorias surge "a noção jurídica da pessoa e, na medida em que está contida nela, a noção da liberdade".

(Marx acrescenta, nesse contexto: "Daí que o direito romano defina corretamente o *servus* [servo] como sendo aquele que não pode adquirir nada para si mediante intercâmbio.") É claro que persiste um elemento de coerção: os agentes são impelidos ao intercâmbio por suas necessidades. Porém, "só minha própria natureza — ou seja, um conjunto de necessidades e impulsos — me coage, e não algo externo a mim.[6] [...] Deste ponto de vista, eu também coajo o outro, empurro-o para o sistema de trocas."[7] Assim, a circulação das mercadorias realiza a liberdade e a independência dos proprietários das mercadorias.

Prossigamos. No intercâmbio, os indivíduos se confrontam apenas como proprietários de mercadorias, e cada um "mantém com o outro a mesma relação social que o outro mantém com ele mesmo. Considerados como agentes do intercâmbio, sua relação é de igualdade. Não se encontra qualquer diferença, e muito menos oposição, entre eles [...]."[8] Os que participam do intercâmbio apresentam diferentes necessidades e valores de uso, mas isso, "longe de ameaçar a igualdade social dos indivíduos, converte a diferença natural em fundamento da igualdade social. Se o indivíduo A tivesse a mesma necessidade do indivíduo B e o trabalho de ambos tivesse produzido o mesmo bem, não se estabeleceria entre eles nenhuma relação; do ponto de vista da produção, não seriam indivíduos diferentes. Ambos têm necessidade de respirar; para ambos o ar está disponível; isto não suscita nenhum contato social entre eles. Como indivíduos que respiram, a vinculação que se cria entre os dois é apenas a de corpos naturais, não a de pessoas. É a diversidade de suas necessidades e de sua produção que dá margem ao intercâmbio e à igualação social. A igualdade social no ato de intercâmbio e a vinculação que os produtores estabelecem entre si pressupõem a diferença natural."[9]

Por outro lado, também "as mercadorias que [...] trocam são equivalentes, na condição de valores de troca", os quais "não só são iguais, mas devem sê-lo expressamente". "Se um indivíduo engana o outro, isso não se deve à natureza da função social em que ambos se enfrentam [...] mas sim à astúcia, à arte da persuasão etc.; em suma, à superioridade individual de um sobre o outro."[10] Por isso, na troca, sujeitos e objetos estão submetidos à lei da igualdade.

Finalmente, à determinação da liberdade e da igualdade também se soma, na troca, a da reciprocidade: "O indivíduo A só satisfaz a necessidade do indivíduo B através da mercadoria *a* na medida em que o indivíduo B satisfaça a necessidade do indivíduo A através da mercadoria *b*, e vice-versa. Cada um serve ao outro para servir a si próprio; cada um se serve do outro

como meio." Por isso, também "na consciência de ambos estão presentes os seguintes pontos: cada um só alcança seus objetivos na medida em que se sirva do outro como meio; cada um se torna um meio para o outro; a reciprocidade é um fato[11] necessário, que faz com que cada um seja simultaneamente meio e fim, e só alcance seu fim ao tornar-se meio, e só se torne meio quando se posiciona como fim para si mesmo [...]. A reciprocidade é o pressuposto e a condição natural do intercâmbio, mas, como tal, ela é indiferente a cada um dos sujeitos do intercâmbio. Ela só interessa a cada um desses agentes na medida em que satisfaz os seus interesses."[12]

Em outra passagem, Marx diz: "Os economistas expressam isso do seguinte modo: cada um busca seu interesse privado e apenas seu interesse privado, e assim, sem o saber, serve ao interesse privado de todos, ao interesse geral." Todavia, "a ironia dessa afirmação não vem do fato de que, quando cada um busca seu interesse privado, se alcance a totalidade dos interesses privados, ou seja, o interesse geral. Dessa frase abstrata se poderia deduzir, com mais acerto, que cada um cria obstáculos à realização do interesse do outro, de modo que, em lugar de uma afirmação geral, essa *bellum omnium contra omnes* [guerra de todos contra todos] pode resultar em uma negação geral. O aspecto central é o seguinte: o interesse privado já é um interesse socialmente determinado, que só pode ser alcançado em um contexto fixado pela sociedade e com os meios que ela oferece [...]. Trata-se de interesses particulares; mas seu conteúdo, assim como sua forma e os meios para sua realização, depende de condições sociais que são independentes de todos."[13]

Marx prossegue investigando como as idéias de igualdade, liberdade e reciprocidade — que surgem do intercâmbio de mercadorias e estabelecem as bases da relação entre os proprietários dessas mercadorias — se consolidam e se aperfeiçoam graças ao sistema monetário. Refere-se sobretudo ao "papel igualador" do dinheiro, que, com seu caráter de "*leveller* [nivelador] radical",[14] dissolve todas as diferenças naturais, fazendo com que "um trabalhador que compre uma mercadoria por 3 xelins [...]" apareça como portador da "mesma função, na mesma igualdade [...] que o rei que faz a mesma coisa".[15] A acumulação de dinheiro para formar um tesouro só aparentemente revoga a igualdade dos proprietários de mercadorias. Pois se "um indivíduo acumula e o outro não, nenhum o faz às expensas do outro [...]. Só se pode receber, sob a forma de dinheiro, o que se oferece sob a forma de mercadoria. Um desfruta do conteúdo da riqueza, o outro toma posse de sua forma geral. Se um empobrece e o outro enriquece, isso diz respeito às decisões, ao espírito de abstinência, à industriosidade,[16] à mo-

ralidade etc., de cada um. Não decorre das relações econômicas [...] nas quais, nos marcos da circulação, os indivíduos se ligam."

Mais ainda: "Até mesmo a herança e relações jurídicas afins, que podem prolongar as desigualdades, não causam nenhum prejuízo à igualdade social. Se a condição original do indivíduo A não está em contradição com essa igualdade, essa contradição não aparece pelo fato de que o indivíduo B substitui e perpetua o indivíduo A. Trata-se, antes, de uma validação da lei social para mais além dos limites naturais da vida; uma confirmação dessa lei diante da ação fortuita da natureza, que de outro modo resultaria em abolir a liberdade do indivíduo. Além disso, nessa relação o indivíduo é apenas a individualização do dinheiro; como tal, ele deve ser tão imortal quanto o próprio dinheiro."[17]

Isso é tudo sobre as "harmonias de liberdade e igualdade" que necessariamente surgem das condições reais do intercâmbio de mercadorias e que o transformam em "um verdadeiro Éden dos direitos naturais do homem".[18] Não surpreende que os apologistas do capitalismo gostem até hoje de se refugiar no terreno do intercâmbio mercantil simples, quando pretendem fazer desaparecer com um toque de mágica as contradições da ordem econômica capitalista. Como as relações capitalistas são também relações de intercâmbio, considera-se que sejam apenas isso. "Essa sabedoria", observa Marx, "consiste em restringir-se às relações econômicas mais simples, as quais, consideradas isoladamente, são abstrações puras; na realidade, elas existem imersas nas contradições mais profundas, que nessa abordagem são suprimidas."[19] Os economistas burgueses argumentam apresentando as relações típicas do intercâmbio mercantil simples em lugar das "relações econômicas mais desenvolvidas, nas quais os indivíduos já não se vinculam entre si apenas como agentes do intercâmbio, isto é, compradores ou vendedores. Isso é o mesmo que afirmar que não existe diferença, e menos ainda oposição ou contradição, entre os corpos naturais, já que todos eles têm, por exemplo, peso, sendo por isso iguais; ou que são iguais porque apresentam três dimensões espaciais." Os economistas esquecem que os pressupostos que adotam "não surgem da vontade ou da natureza imediata do indivíduo, mas são históricos"; em uma circulação mercantil desenvolvida, "o indivíduo só existe como produtor de valor de troca, o que já implica uma completa negação de sua existência natural".[20] Esquecem também que a esfera da circulação das mercadorias é a superfície da sociedade burguesa; "nas profundezas, ocorrem processos inteiramente diferentes", que produzem "outras relações econômicas entre esses indivíduos, mais complexas e que entram em conflito, em grau maior ou menor, com sua liberdade e independência".

Para demonstrar o caráter totalmente a-histórico dessa "abstração pueril" da apologética burguesa, Marx analisa a divisão social do trabalho que constitui a premissa da produção de mercadorias. Os clássicos (desde Petty até Smith) conceberam a divisão do trabalho "como algo correlato ao valor de troca", pois os produtos que adotam a forma de mercadorias e de valores correspondem a trabalho realizado de diversas maneiras e a valores de uso diferentes, ou seja, são uma "existência objetivada da divisão do trabalho". Tal divisão só expressa "de forma ativa, como individualização do trabalho [...], o que o diferente valor de uso das mercadorias expressa [...] de forma material". Porém, no intercâmbio de mercadorias, a divisão de trabalho só se manifesta "no resultado". Ela expressa o fato de que "os agentes do intercâmbio produzem mercadorias diferentes, que respondem a necessidades diferentes, e se cada um depende da produção de todos, todos dependem da produção de cada um, pois se complementam reciprocamente. Assim, o produto de cada indivíduo, através do processo de circulação e da expansão da magnitude de valor, constitui um meio de ele participar da produção social em geral".[21] Permanecem encobertas as complexas relações econômicas contidas na divisão social do trabalho. Todavia, fica claro que a produção de mercadorias "não pressupõe apenas a divisão do trabalho em geral, mas sim uma forma especificamente desenvolvida dessa divisão",[22] que se manifesta no isolamento, "na afirmação da independência individual em cada ponto particular",[23] no caráter privado dos produtores de mercadorias.[24] Ora, esta forma específica de divisão do trabalho é o que importa, antes de qualquer outra coisa! Pois, na medida em que só se considera a relação de intercâmbio, "um fazendeiro inglês e um camponês francês [...] estão na mesma situação econômica. No entanto, o camponês vende o pequeno excedente da produção familiar, cuja maior parte consome. Relaciona-se, pois, com a maior parte de sua produção, não como valor de troca, mas como valor de uso, meio de subsistência imediato. O fazendeiro inglês, ao contrário, depende totalmente da venda de seu produto, que é mercadoria; depende, portanto, do valor de uso social deste produto. Sua produção está inteiramente subordinada ao valor de troca."

Isso nos permite ver "que desenvolvimento altamente diversificado das forças produtivas, que divisão do trabalho, que relações diversificadas entre os indivíduos nos marcos da produção são necessários para que se produza o trigo como mero valor de troca, destinado inteiramente à circulação; que processos econômicos são necessários para transformar o camponês francês em fazendeiro inglês".[25] O agente característico da produção mercantil desenvolvida não é o camponês que vive em uma economia seminatural, mas

sim o produtor capitalista, para quem a produção para o mercado é decisiva. Por isso, quando investigamos a forma de divisão do trabalho que sustenta o intercâmbio de mercadorias, chegamos a um resultado que já conhecemos: "Para que o valor de troca apareça na superfície de forma tão simples, como ponto de partida, todo o sistema da produção burguesa já deve estar subentendido." Só nesse sistema os membros da sociedade "se encontram no processo de circulação como produtores privados, que estabelecem relações simples de compra e venda, e aparecem como agentes independentes".[26] Não é casual que as idéias típicas da produção mercantil desenvolvida — que se resumem na "trindade formada por propriedade, liberdade e igualdade" — tenham encontrado sua formulação teórica nos "economistas italianos, ingleses e franceses dos séculos XVII e XVIII", que só anteciparam a realização da trindade pela sociedade burguesa moderna. Longe de expressar traços eternos da natureza humana, tais idéias refletem o processo de intercâmbio capitalista, que constitui sua base real. "Como idéias puras, são expressões idealizadas dos diversos momentos desse processo; seu desdobramento em relações jurídicas, políticas e sociais é apenas sua reprodução em escala ampliada."[27]

Até aqui, tratamos da interpretação apologética burguesa da circulação mercantil simples e das leis que dela surgem.[28] Marx enxerga um eco dessa interpretação "nas bobagens dos socialistas (particularmente os franceses) que tentam demonstrar que o socialismo é a realização das idéias da sociedade burguesa proclamadas pela Revolução Francesa. Para eles, o intercâmbio, o valor de troca etc., originalmente (no tempo) ou conceitualmente (em sua forma acabada), formam um sistema de liberdade e igualdade para todos, porém adulterado pelo dinheiro, o capital etc." A esses socialistas (Marx pensa aqui especialmente em Proudhon)[29] "cabe dizer o seguinte: na verdade, o valor de troca — mais especialmente, o sistema monetário — é o sistema da liberdade e da igualdade; as perturbações que surgiram no desenvolvimento recente do sistema são inerentes a ele, são exatamente a realização da igualdade e da liberdade, que se desdobram em desigualdade e falta de liberdade".[30]

Disso tudo podemos retirar uma importantíssima conclusão metodológica. Considerando-se que a circulação, "*tal como aparece na superfície da sociedade*", só reconhece a "apropriação do produto do trabalho por meio do trabalho, e do produto do trabalho alheio por meio do próprio trabalho" — tendo como base a igualdade, a liberdade e a reciprocidade dos produtores —, então as contradições que acompanham o desenvolvimento da produção mercantil, assim como a lei da apropriação originária pelo tra-

balho, "decorrem do desenvolvimento do próprio valor de troca".[31] Aparentemente, a circulação mercantil simples só permite adquirir a propriedade do trabalho alheio mediante a entrega do próprio trabalho, com intercâmbio de equivalentes. A teoria deve demonstrar como a evolução posterior transforma isso, de modo que, em última instância, "a propriedade privada do produto do próprio trabalho se identifica com a separação entre trabalho e propriedade. Trabalho será igual a criar propriedade alheia; propriedade será domínio sobre trabalho alheio."[32]

CAPÍTULO 11

A TRANSIÇÃO PARA O CAPITAL

*("A transformação do dinheiro em capital")**

Chegamos ao tema principal da investigação marxiana: a categoria de capital. Naturalmente, a primeira pergunta é: que é capital? Como esse conceito deve ser desenvolvido?

Lemos nos *Grundrisse*: os economistas freqüentemente entendem capital como "'trabalho acumulado (realizado)' — ou trabalho *objetivado*[1] — 'que serve de meio para um novo trabalho (produção)'". Porém, diz Marx, "é tão impossível passar diretamente do trabalho ao capital como passar diretamente das diversas raças humanas ao banqueiro, ou da natureza à máquina a vapor". A definição tradicional diz apenas que capital é um meio de produção: "Em sentido amplo, antes que um objeto possa servir de instrumento, de meio de produção, é necessário que seja apropriado mediante uma atividade qualquer, mesmo que seja um objeto totalmente ofertado pela natureza, como as pedras. De acordo com essa definição [tradicional], o capital teria existido em todas as formas de sociedade, o que é evidentemente a-histórico; cada membro do corpo seria capital, pois deve ser não só desenvolvido, mas também nutrido e reproduzido pela atividade, pelo trabalho, para poder ser eficaz. O braço, sobretudo a mão, seria capital. Capital seria um novo nome para algo tão antigo como o gênero humano, pois qualquer trabalho, até mesmo o menos desenvolvido, como a caça e a pesca, pressupõe utilizar o produto do trabalho anterior como meio para realizar o trabalho vivo e imediato."

Na definição citada, só "se leva em conta a simples matéria do capital e se abre mão da determinação formal, sem a qual não há capital". "Se abstraímos a forma específica do capital, enfatizando o seu conteúdo, que como tal é um elemento necessário a qualquer trabalho, torna-se fácil demonstrar que o capital é uma condição necessária a toda produção humana. Reforça-

* O capítulo "A transição para o capital", assim como o precedente, existe em duas versões nos *Grundrisse*: no próprio manuscrito (p. 162ss) e no *Fragmento da primeira versão da "Contribuição à crítica"* (p. 919ss). Utilizamos aqui, indistintamente, as duas versões.

se a prova abstraindo-se as determinações específicas que fazem do capital um componente de uma etapa histórica, particularmente desenvolvida, da produção humana. O *x* da questão é o seguinte: embora todo capital seja trabalho objetivado que serve como meio para uma nova produção, nem todo trabalho objetivado que serve como meio para uma nova produção é capital. *Aqui, o capital é concebido como coisa, não como relação.*"[2]

À primeira vista, parece ter mais êxito outra explicação, que concebe o capital como "uma soma de valores" ou "um valor de troca que reproduz a si próprio". Nesta definição, pelo menos, mantém-se "a *forma*, que remete ao valor de troca[3] como ponto de partida",[4] e não a uma acumulação de produtos materiais do trabalho. No entanto, "toda soma de valores é um valor de troca, e todo valor de troca é uma soma de valores. Não podemos passar do valor de troca ao capital por adição simples."[5] Por outro lado, "se todo capital é uma soma de mercadorias, ou seja, de valores de troca, nem toda soma de mercadorias, de valores de troca, é capital".[6] A segunda explicação é tão inútil quanto a primeira.

Os economistas escapam de seu embaraço definindo como "capital" o valor "que produz lucro" ou que, "pelo menos, é utilizado para produzir lucro". Neste caso, se pressupõe o que dever-se-ia explicar, "pois o lucro é uma relação do capital consigo mesmo".[7] É claro que isso não responde à pergunta. O capital deve ser concebido como um valor que se amplia, ou seja, como um processo. Para isso, é preciso partir não de uma simples soma de produtos do trabalho ou de valores, mas sim "*do valor de troca já desenvolvido no movimento da circulação*". Começa aqui a análise de Marx.

Das duas formas de circulação que conhecemos (M-D-M e D-M-D), qual se leva em conta aqui? Em qual delas o valor pode converter-se em capital?

Evidentemente, não no ciclo M-D-M (circulação mercantil simples), pois nele o intercâmbio de valor entre mercadoria e dinheiro se faz por meio de uma "mediação evanescente": "Em última análise, uma mercadoria é trocada por outra mercadoria [...]. [Nesse caso], a circulação serve apenas, por um lado, para que os valores de uso troquem de mãos, de acordo com as necessidades, e por outro para que eles troquem de mãos conforme o tempo de trabalho que representam, [...] na medida em que são momentos equivalentes do tempo de trabalho social geral."[8] Por isso, a circulação mercantil simples, a forma M-D-M, "não embute em si o princípio da auto-renovação", "não pode ser impulsionada a partir de si mesma [...]". A repetição desse processo "não decorre das próprias condições da circulação [...]. É necessário que, de forma sempre renovada, as mercadorias sejam colocadas nela de fora para dentro, como lenha no fogo. Caso contrário, ela se extingue na indiferenciação."[9]

Em outras palavras: o consumo, o valor de uso, constitui o objetivo final e o verdadeiro centro da circulação mercantil simples. "Logo", diz Marx, "não é nesse aspecto, que diz respeito ao conteúdo (à matéria), que devemos buscar as determinações mais desenvolvidas." Ao contrário, será preciso prestar atenção ao aspecto formal: "O valor de troca se desenvolve e adquire determinações mais profundas no próprio processo de circulação. Ou seja, é preciso prestar atenção no desenvolvimento do dinheiro", tal como aparece como resultado do processo de circulação.[10] Chegamos assim à categoria do "dinheiro como capital", que "vai mais além de sua determinação simples como dinheiro"[11] e que, por isso, constitui uma transição do valor e do dinheiro para o capital.

Aqui, evidentemente, trata-se do dinheiro em sua "terceira determinação".[12] Pois só nela o dinheiro não é "um mero meio de circulação de mercadorias [...]; é um produto da circulação [...] que se tornou independente dela". Ao mesmo tempo, é uma forma cujo único movimento dotado de sentido é o de incrementar o valor, multiplicá-lo permanentemente.[13]

Porém, enquanto permanecermos na esfera da circulação mercantil simples, essa passagem do dinheiro a uma condição autônoma revelar-se-á, em última instância, como quimérica. Nessa esfera, também em sua terceira determinação o dinheiro é apenas "meio de circulação suspenso", que deve sua origem à interrupção, voluntária ou involuntária, do processo de circulação. Se "reingressa na circulação, extingue-se sua perdurabilidade, o valor nele contido se dissipa nos valores de uso das mercadorias pelas quais é trocado, volta a ser mero meio de circulação". Se, ao invés disso, permanece à margem da circulação, "fica tão desprovido de valor como se estivesse sepultado no poço mais profundo de uma mina"; "sucumbe em sua matéria, que subsiste como cinza inorgânica de todo o processo".[14] No movimento M-D-M não ocorre uma verdadeira criação ou incremento do valor, mesmo se o dinheiro subtraído da circulação é entesourado. "O valor não surge do valor. Lança-se o valor em circulação, como mercadoria, para retirá-lo como tesouro [...]. A mesma magnitude de valor que antes existia sob a forma de mercadoria existe agora sob a de dinheiro; ela se acumula nesta última forma porque se renuncia a ela na outra [...]. Assim, no que diz respeito ao conteúdo, o enriquecimento se apresenta como empobrecimento voluntário."[15] Por isso, na circulação simples, a acumulação do dinheiro "só pode apresentar-se como entesouramento; está mediada por M-D, pela venda sempre renovada da mercadoria, pois não se permite que o dinheiro percorra seu ciclo total", voltando a transformar-se em mercadoria.[16] Na forma M-D-M, o dinheiro perde, ao fim e ao cabo, sua autonomia e sua perenidade, tenha entrado ou não na circulação.[17]

Onde está a solução do problema? Que condições são necessárias para que o dinheiro ultrapasse a etapa do entesouramento primitivo, para que se conserve e se multiplique como valor independente, sem dissipar-se como mero meio de circulação e sem coagular-se como tesouro? (Pois, "como forma universal da riqueza [...] o dinheiro só pode fazer um movimento quantitativo: acrescentar-se [...]; e só se preserva como algo distinto do valor de uso, como valor, ao se multiplicar".)[18] É claro que essas condições só estão presentes no ciclo D-M-D (comprar para vender). Pois, para que o dinheiro "se preserve como dinheiro, ele tem de reingressar na circulação, tal como havia saído dela, mas não como simples meio de circulação [...]". Deve "seguir sendo dinheiro quando existe como mercadoria, e como dinheiro só pode existir como forma transitória da mercadoria [...]. Seu ingresso na circulação deve ser um momento de sua permanência,[19] e sua permanência deve ser um ingresso na circulação." (Em outras palavras: o ilimitado impulso de crescimento do valor de troca só pode converter-se de uma "quimera" em uma realidade viva sob a forma de capital.)[20] Por outro lado, a própria circulação deve revelar-se "como um momento na produção dos valores de troca", como um elo no processo de conservação e multiplicação desses valores. Mas, para isso, o valor de troca "terá de intercambiar-se de fato por valor de uso, e a mercadoria terá de ser consumida como valor de uso, embora conservando-se como valor de troca nesse consumo".[21] O consumo dessa mercadoria deve ser um consumo produtivo, orientado não para a fruição imediata, mas para a reprodução e nova produção de valores.[22] Só nessas condições, ou seja, quando o ciclo M-D-M se transforma no ciclo D-M-D, o dinheiro pode converter-se em capital, um valor que se mantém e se reproduz.

É preciso especificar o valor de uso cujo consumo deve revelar-se ao mesmo tempo como produção de valor e mais-valia. O capital é, por natureza, um valor que "cria mais-valia".[23] Logo, diante dele, só pode sustentar-se "como valor de uso, isto é, como algo útil, [...] aquilo que o multiplica, que o reproduz, e que portanto o conserva; [...] não um artigo de consumo no qual ele [o capital] se perde, mas sim [...] por meio do qual se conserva e cresce". O capital, como "valor tornado autônomo", só pode defrontar-se com (só pode realizar-se em) um valor de uso desse tipo. Nesse aspecto, a mercadoria, como tal, não pode ser o contrário do capital, pois o dinheiro convertido em capital "é indiferente às particularidades de todas as mercadorias e [...] pode adotar a forma de qualquer mercadoria. Ele não é esta ou aquela mercadoria, pois pode metamorfosear-se em qualquer uma delas. [...] As mercadorias, como um todo, não excluem o dinheiro; ao contrário, apresentam-se como encarnações suas", pois, no intercâmbio, a mercado-

ria, assim como o dinheiro, só vale como trabalho objetivado. Nesse aspecto, não há diferença de princípio entre as mercadorias e o dinheiro transformado em capital.[24] "*O que se opõe ao trabalho objetivado é o não objetivado,* [...] *o trabalho como subjetividade. Ou, ao trabalho realizado em tempo passado, mas presente no espaço, pode-se contrapor o trabalho vivo, presente no tempo.* Mas, como tal, "ele só pode existir como *sujeito vivo*, como capacidade e possibilidade, portanto como *trabalhador.*"[25] Em conseqüência, *o trabalho é o único valor de uso "que pode se opor e complementar o dinheiro como capital"*, [o trabalho] na condição de um valor de uso "*a partir do qual se origina, se produz e se multiplica o próprio valor de troca*". "O único intercâmbio que permite ao dinheiro transformar-se em capital é o que estabelece o possuidor do dinheiro com o possuidor da capacidade viva de trabalho,[26] isto é, o trabalhador."[27] Nesse sentido, pode-se definir o trabalho vivo como o valor de uso do capital, como o "verdadeiro não-capital" que se opõe ao capital como tal.[28]

A solução do problema é a mesma que conhecemos do primeiro tomo de *O capital.*[29] A diferença é que ali a solução aparece em forma acabada, omitindo-se os passos intermediários que conduzem a ela, enquanto aqui podemos observá-la, por assim dizer, *in statu nascendi.* Mas, em ambos os casos, a transformação do dinheiro em capital, como o próprio Marx destaca, "se desenvolve a partir da relação que se estabelece entre o valor de troca que se tornou autônomo e o valor de uso".[30] Seria vão opor a solução de *O capital,* aparentemente mais "realista", à variante mais "metafísica" que aparece nos *Grundrisse.* Ambas resultam do método dialético de Marx e devem ser aceitas ou rechaçadas como tais. A diferença está apenas no modo de exposição.

Seria um grande erro considerar a mencionada solução, tão-somente, como um desenvolvimento dialético de conceitos. Ela se baseia igualmente em uma profunda análise das condições históricas concretas que conduziram à formação do modo capitalista de produção. Pois, assim como em *O capital,* também nos *Grundrisse* a primeira premissa da relação do capital é o fato de que o proprietário do dinheiro, o capitalista, pode trocar seu dinheiro "pela capacidade alheia de trabalho, transformada em mercadoria". O trabalhador, por sua vez, "dispõe de sua capacidade de trabalho como proprietário livre e a trata como mercadoria"; além disso, "já não dispõe de seu trabalho na forma de outra mercadoria, de trabalho objetivado. A única mercadoria que tem para colocar à venda é sua capacidade de trabalho, existente em seu próprio corpo vivo [...]." Mas, o fato — em geral, considerado um pressuposto do processo produtivo na sociedade burguesa — de que o capitalista "encontre no mercado de trabalho, no espaço da circulação, a capacidade de trabalho transformada em mercadoria [...] é o re-

sultado de um largo processo histórico, é a síntese de muitas reviravoltas econômicas. Pressupõe o declínio de outros modos de produção [...] e um determinado desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social."[31]

Marx observa: "Nesse ponto se percebe como a forma dialética da exposição só é correta quando conhece seus próprios limites." Esses limites são fixados pela evolução histórica real. "Do exame da circulação simples nós inferimos o conceito geral de capital, já que, nos marcos do modo burguês de produção, a própria circulação simples existe apenas como pressuposto do capital e o pressupõe. A inferência do conceito não faz do capital a encarnação de uma idéia eterna. Apenas mostra o caminho pelo qual, na realidade e apenas como uma forma necessária, ele tem de desembocar primeiro no trabalho que cria valor de troca, na produção fundada no valor de troca."[32] Portanto, o que à primeira vista pode parecer mera "dialética conceptual", na verdade reflete o fato de que a circulação mercantil simples — que só sob o domínio do capital se converte na forma geral que penetra em todo organismo econômico — constitui, nesse modo de produção, "uma esfera abstrata [...] que em virtude de suas próprias determinações se estabelece como momento, mera aparência de um processo mais profundo, situado por trás dela, que decorre dela e ao mesmo tempo a produz: o capital industrial."[33]

Marx destaca: "É essencial lembrar que o intercâmbio entre capital e trabalho [...] é apenas uma relação de dinheiro e mercadoria", ou seja, uma relação situada na esfera da circulação simples. Pois o que ocorre na circulação "não é o intercâmbio entre dinheiro e trabalho, mas sim entre dinheiro e capacidade viva de trabalho".[34] Porém, o que impulsiona esse intercâmbio, sucessivamente, para mais além dos limites da circulação simples é o valor de uso específico do que foi intercambiado, o valor de uso da capacidade viva de trabalho.

Vimos que, na circulação simples, o conteúdo do valor de uso é indiferente, do ponto de vista econômico, pois "não afeta em nada a forma da relação". Mas aqui, no intercâmbio entre capital e trabalho, "pelo contrário, *o valor de uso do que é trocado pelo dinheiro define uma relação econômica especial*", sendo um "momento econômico essencial" desse intercâmbio.[35] Na verdade, aqui têm lugar "dois processos diferentes — e até opostos — não só do ponto de vista formal, mas também qualitativo": (1) o intercâmbio da capacidade de trabalho pelo salário (ato que cabe dentro da circulação simples) e (2) o uso da capacidade de trabalho pelo capitalista. "Como a capacidade de trabalho pertence à condição vital do próprio sujeito e só se manifesta como exteriorização vital deste [...], a apropriação do direito ao seu consumo coloca comprador e vendedor, durante o ato de uso, em uma re-

lação diferente da que se estabelece no caso [de compra] do trabalho objetivado, que existe como objeto à margem do produtor."[36] Por isso, a diferença do segundo ato em relação ao primeiro -- considerando-se como segundo ato o processo específico de apropriação do trabalho por parte do capital — é exatamente[37] a diferença que separa o intercâmbio entre capital e trabalho, de um lado, e o intercâmbio no qual o dinheiro desempenha o papel de intermediário entre mercadorias, de outro. *Entre capital e trabalho, o primeiro ato é um intercâmbio e pertence inteiramente ao processo habitual de circulação; o segundo é um processo qualitativamente diferente*, e só por abuso[38] pode ser considerado como um intercâmbio, seja de que tipo for. Contrapõe-se diretamente ao intercâmbio" de mercadorias; é uma "categoria essencialmente diferente".[39]

Isso é tudo sobre a transformação da forma de circulação M-D-M na forma D-M-D. No curso dessa transformação, o dinheiro converteu-se em capital. "A perdurabilidade que o dinheiro tenta obter ao se comportar negativamente em relação à circulação, retirando-se dela, é alcançada pelo capital, que se conserva exatamente porque se entrega à circulação. O capital, como valor de troca que pressupõe a circulação, que está pressuposto nela e nela se conserva, adota alternadamente [a forma de] os dois momentos [M e D], contidos na circulação simples, mas não como nesta, na qual apenas se transita de uma das formas à outra. É, ao mesmo tempo, em cada uma das determinações, a relação com a oposta."[40] "Do ponto de vista do capital, o dinheiro e a mercadoria, assim como a própria circulação simples, só existem como momentos abstratos particulares de sua existência. O capital aparece neles constantemente, passando de uma forma a outra, na mesma medida em que desaparece." Assim, "no capital, o dinheiro perdeu sua rigidez; de objeto tangível, passou a ser processo".[41] Ao mesmo tempo se opera uma profunda transformação em todo o modo de produção: antes, na etapa da circulação mercantil simples, a produção criadora de valores só tinha importância na medida em que as mercadorias que ingressavam na circulação deviam ser encarnações de tempo de trabalho social e, como tais, valores; "agora, a própria circulação retorna à atividade que cria e produz o valor de troca [...] como seu fundamento" (e, ao mesmo tempo, "como seu resultado").[42] Antes, uma produção "que só criava valores de troca como excedentes" era a premissa da circulação; agora, a produção de valores se converte na forma social decisiva, que domina todo o sistema de produção. Um processo histórico cuja expressão teórica é a categoria do "dinheiro como capital".

CAPÍTULO 12

O INTERCÂMBIO ENTRE CAPITAL E FORÇA DE TRABALHO

No capítulo anterior destacamos a existência de dois processos diferentes no intercâmbio entre capital e trabalho. Para o trabalhador, esse intercâmbio se limita à venda de sua força de trabalho em troca de uma soma em dinheiro, o salário; mas, através do mesmo intercâmbio, o capital adquire o próprio trabalho, "a força produtiva que conserva e multiplica o capital"; essa força não surge do valor da mercadoria comprada, mas sim do valor de uso desta. Para o trabalhador, esse intercâmbio é um ato de circulação mercantil simples, no qual sua mercadoria (a força de trabalho) percorre a forma de circulação M-D-M. Enquanto isso, o capital realiza o ciclo oposto, definido pela forma D-M-D. Por fim, trata-se, para o trabalhador, de um intercâmbio de equivalentes (força de trabalho por preço do trabalho), enquanto por parte do capital só se pode falar de um intercâmbio aparente (ou mesmo de um "não-intercâmbio"), pois através dele o capitalista "deve receber mais valor do que aquele que entregou".

Consideremos o primeiro desses processos, o intercâmbio entre capital e força de trabalho. Como em todo intercâmbio, o trabalhador aparece aqui como proprietário de uma mercadoria, a força de trabalho, que não existe como uma coisa fora dele, mas pertence à sua corporalidade viva. Subentende-se, pois, que só pode ceder ao proprietário do dinheiro, ao capitalista, o controle de sua capacidade de trabalho, e que tal controle se limita "a um trabalho determinado, é um controle limitado no tempo (tanto tempo de trabalho)".[1] Surge daí que "o trabalhador pode reiniciar o intercâmbio assim que tenha ingerido uma quantidade apropriada de substâncias para poder reproduzir suas forças vitais"; para ele, "o trabalho é uma fonte de intercâmbio com o capital [...], enquanto esteja capacitado para trabalhar [...]". A repetição periódica do ato de intercâmbio expressa o fato de que o trabalhador não é um "*perpetuum mobile*"; deve satisfazer suas necessidades de descanso e alimentação "antes de estar em condições de retomar o trabalho e renovar o intercâmbio com o capital".[2] Por outro lado, a repetição é apenas aparente. "O que ele troca com o capital é toda sua capacidade de traba-

lho, que gasta, digamos,[3] em vinte anos. Em lugar de pagá-la de uma só vez, o capital paga aos poucos", o que não altera a essência da relação.[4]

É muito importante o fato de que o trabalhador permanece proprietário de sua força de trabalho, cedendo ao capital um controle temporário sobre ela. Esse fato integra o conjunto de características que, historicamente, coloca a relação de trabalho assalariado acima dos modos anteriores de exploração. Na relação escravista, por exemplo, o produtor direto pertence "ao proprietário individual, particular, como sua máquina de trabalho. Como totalidade de forças vitais, como capacidade de trabalho, esse trabalhador é uma coisa que pertence ao outro, e por isso não se comporta como sujeito perante sua própria força vital ou perante a ação viva de trabalho." Na relação de servidão, por sua vez, ele "aparece como um suplemento da propriedade da terra, é um acessório da terra, equivalente aos animais de tração". O trabalhador assalariado, ao contrário, "é proprietário de si mesmo; na troca, dispõe de suas próprias forças". O que vende "é apenas uma porção, determinada e específica, de suas forças; a totalidade de sua força de trabalho é maior que cada dispêndio específico".[5] (Isso significa que o trabalhador é reconhecido como pessoa, como um ser humano que, "à margem do trabalho, é algo para si mesmo, e cuja expressão vital só é alienada como meio para manter a própria vida".)[6] Mas, em segundo lugar, o trabalhador assalariado vende sua força vital "a um capitalista, a quem se contrapõe como indivíduo independente. É claro que esta não é sua verdadeira relação com o capital como capital, ou seja, com a classe capitalista.[7] Porém, a pessoa real, individual, mantém grande possibilidade de escolha e, portanto, de exercício de uma liberdade formal"[8] — liberdade de que não dispunham os produtores em outras sociedades de classes, e sem a qual sua luta de libertação seria quase inimaginável.

Portanto, "a capacidade de trabalho é propriedade do trabalhador livre, um dos seus atributos, que ele gasta e controla, e que conserva consigo ao alienar". Ele age como proprietário de uma mercadoria. "Assim como ocorre com os demais vendedores de mercadorias, a determinação formal da relação lhe interessa tão pouco quanto o uso que o comprador fará de sua mercadoria. [...] Se o capitalista se conformasse apenas em obter o controle, sem fazer o trabalhador trabalhar — por exemplo, para usá-lo como uma reserva, ou para retirar de um competidor a capacidade de controle[9] — [...] [mesmo assim] o intercâmbio teria sido plenamente realizado." É verdade que "o sistema de pagamento por peças introduz a aparência de que o trabalhador recebe uma determinada parte do produto. Mas trata-se apenas de outra forma de medir o tempo[10] (em vez de dizer 'você trabalha doze horas', se diz 'você recebe tanto por peça, ou seja, seu tempo de trabalho é me-

dido pela quantidade de produtos')." Esta forma em nada modifica o fato de que o trabalhador, conforme a lei do intercâmbio de mercadorias, só receba do capitalista o equivalente à sua força de trabalho.[11]

No que diz respeito ao montante desse equivalente, ao valor da força de trabalho, é claro que ele não pode ser determinado "pela forma como o comprador usa sua mercadoria, mas sim pela quantidade de trabalho materializado nela".[12] ("O valor de uso de uma coisa não diz respeito ao vendedor como tal, mas só ao comprador. A qualidade que tem o salitre de poder ser utilizado para fazer pólvora não determina o preço do salitre; este preço depende dos seus custos de produção [...].")[13] Assim, "*para o trabalhador, o trabalho só tem valor de uso quando é valor de troca, e não quando produz valores de troca*".[14] Esse valor de troca é determinado pelos custos de produção da força de trabalho, isto é, do próprio trabalhador. A mercadoria, que este oferece, "existe apenas como capacidade de seu corpo"; por isso, o valor de sua força de trabalho se mede pela quantidade de trabalho necessária para manter o trabalhador vivo e reproduzi-lo como trabalhador. Essa quantidade "determina em geral [...] a soma de dinheiro que o trabalhador recebe no intercâmbio".[15]

Assim como em qualquer intercâmbio de mercadorias, o intercâmbio que envolve força de trabalho e capital também é intermediado pelo dinheiro. "Quando o trabalhador recebe em forma de dinheiro, ou seja, de riqueza universal, está imerso — pelo menos aparentemente — na troca capitalista de equivalentes, como ocorre com qualquer outro participante do intercâmbio." Tal igualdade é só "uma aparência, e uma aparência enganosa". Na verdade, ela é abolida pelo fato de que o capital "apropriou-se, sem intercâmbio, de uma parte do seu tempo de trabalho, e isso ocorreu graças à *forma* do intercâmbio". O trabalhador se defronta com o capitalista "em uma relação econômica diferente, exterior à do intercâmbio [...]. Esta aparência existe como ilusão por parte do trabalhador, compartilhada em certa medida pela outra parte, e isso também modifica essencialmente essa relação, quando comparada à que se estabelece em outros modos de produção social."[16]

Isso não é tudo. "Como o trabalhador troca sua força de trabalho pela forma universal da riqueza [o dinheiro], ele passa a ter acesso ao usufruto da riqueza universal, até o limite de seu equivalente (um limite quantitativo, que se transforma em qualitativo, como em todo intercâmbio)." Como regra geral, este limite é muito estreito. Mesmo assim, o trabalhador "não está ligado a objetos específicos, nem a um modo específico de satisfação" de suas necessidades.[17] "A esfera de sua fruição não está limitada[18] qualitativamente, mas só quantitativamente." Também isso "o diferencia do escravo, do servo da gleba etc."[19]

O intercâmbio entre a força de trabalho e o capital permanece no âmbito da circulação mercantil simples porque, para o trabalhador, o objetivo desse intercâmbio não é o valor como tal, mas sim a satisfação de suas necessidades imediatas. "Recebe dinheiro, é certo, mas como moeda, como meio que suprime a si próprio e desaparece. O que permuta, pois, não é o valor de troca, não é a riqueza, mas sim meios de subsistência, bens necessários para manter sua vida, para satisfazer suas necessidades físicas, sociais etc."[20] Observando o ciclo M-D-M, vimos que o dinheiro pode ser retirado da circulação e entesourado. Ora, teoricamente, também o trabalhador estaria em condições de economizar uma parte do dinheiro que ganha, para conservá-lo como forma universal da riqueza e então "enriquecer". Mas isso só é possível "se ele sacrifica a satisfação substancial de suas necessidades à *forma* da riqueza; se, mediante a abstinência, apertando o cinto, aceita retirar da circulação, para seu consumo, menos bens do que entrega a ela". Ou então, "se abre mão, ainda mais, do tempo de descanso [e] renova com maior rapidez o ato de intercâmbio" de sua força de trabalho, "ou o torna mais estafante, mediante maior presteza".

Por isso, Marx ironiza, fazem-se aos trabalhadores tantos sermões sobre a "presteza". "Deve praticar a abstinência aquele que realiza o intercâmbio para obter meios de subsistência, e não aquele que visa enriquecer."[21] "Nenhum economista negará que, se os trabalhadores em geral, ou seja, como trabalhadores — o que venha a fazer o trabalhador individual, separando-se de seu *genus* [gênero], só pode existir como exceção, não como regra, já que não está compreendido na determinação da própria relação —, [...] cumprissem essas demandas (além do enorme prejuízo que causariam ao consumo em geral) [...], eles usariam meios que negariam o próprio fim desejado [...]. Se todos, ou a maioria, trabalhassem com presteza máxima (na medida em que a indústria moderna deixe a presteza a critério dos trabalhadores, o que não ocorre nos setores produtivos mais importantes e desenvolvidos), eles não aumentariam o valor de sua própria mercadoria, mas apenas a quantidade ofertada; [...] os salários não tardariam a ser reduzidos até o nível correspondente."[22] Por isso, o que os trabalhadores podem conseguir com suas poupanças é, no melhor dos casos, uma distribuição mais racional de seus gastos, de modo que "na velhice, ou em casos de doença ou crises etc., eles não dependam dos sanatórios, do Estado, da mendicância (em uma palavra, que vegetem às custas de seus próprios bolsos, que sejam um encargo para a própria classe trabalhadora, e não para os capitalistas)". Esta é também "a verdadeira reivindicação dos capitalistas. Durante a fase de bons negócios, os trabalhadores devem economizar o suficiente para conseguir sobreviver na fase ruim, suportar o período de escassez de traba-

lho[23] ou de rebaixamento de salários." Devem facilitar ao capital a superação das crises e velar para que "os capitalistas obtenham grandes juros com suas economias ou que o Estado as absorva". "Em qualquer caso, terão economizado para o capital, e não para si mesmos."[24]

Através de sua poupança, o trabalhador assalariado em geral não consegue enriquecer nem elevar-se acima da condição de sua classe, pois, no intercâmbio com o capital, ele "está imerso em uma relação de circulação simples". Como equivalente de sua força de trabalho, "ele não recebe riqueza, mas apenas meios de subsistência, valores de uso para o consumo direto. [...] Na circulação da mercadoria, se o ponto de partida da troca é o valor de uso, o ponto de chegada é necessariamente a mercadoria", a qual, "tendo completado seu percurso, é consumida como objeto da necessidade". Nesse processo, o dinheiro desempenha apenas o papel de meio de troca, de "mediação evanescente".[25] Para que o dinheiro economizado pelo trabalhador "não permaneça sob a forma de mero produto da circulação", cedo ou tarde "deve converter-se em capital, ou seja, comprar trabalho"; logo, "o antagonismo, que deveria ser abolido em um ponto, restaura-se em outro". Portanto, se o trabalhador entrasse no intercâmbio não para obter "valores de uso, meios de subsistência, satisfação das necessidades diretas, [...] então o trabalho se defrontaria com o capital não como trabalho, não como não-capital, mas sim como capital. Mas, o capital não pode defrontar o capital. Deve ter diante de si o trabalho, pois, por definição, o capital só é capital como não-trabalho, imerso em uma relação antagônica. Caso contrário, o próprio conceito de capital, e a relação que ele estabelece, seriam destruídos."[26]

No intercâmbio mercantil simples, o vendedor não pode reivindicar nada sobre o usufruto da mercadoria que alienou. O mesmo ocorre com o trabalhador assalariado. "Assim como Esaú cedeu seu direito de primogenitura por um prato de lentilhas, ele cede sua *força criadora*" pelo preço de sua capacidade de trabalho. Para ele, como diz Cherbuliez, discípulo de Sismondi, o intercâmbio com o capital equivale a "renunciar a todos os frutos do trabalho".[27] "O que parece ser um resultado paradoxal está contido na própria premissa." No modo de produção capitalista, o trabalhador só dispõe de sua capacidade de trabalho, que coincide com sua personalidade; todos os meios para a objetivação de seu trabalho pertencem ao capital. Por isso, a força produtiva de seu trabalho tampouco pode beneficiá-lo, mas sim ao capital. "O trabalhador permuta o próprio trabalho como valor de troca simples, determinado por um processo anterior, permuta o trabalho como se fosse trabalho objetivado; [...] o capital recebe o trabalho como trabalho vivo, força produtiva, atividade que incrementa a riqueza. É claro que o trabalhador não pode enriquecer através desse intercâmbio. [...] É mais prová-

vel que empobreça, [...] já que sua força criadora, a força de seu trabalho, se torna uma força do capital, potência alheia que se opõe a ele. Aliena o trabalho como força produtiva da riqueza; o capital se apropria dele como tal."[28] "Nesse intercâmbio já está inscrita a separação entre trabalho e propriedade do produto do trabalho, entre trabalho e riqueza."[29]

Em sua descrição do intercâmbio entre força de trabalho e capital, Marx trata de um último aspecto: o caráter abstrato do trabalho que se opõe ao capital. "Como o capital é indiferente a qualquer particularidade de sua substância, [o trabalho que se contrapõe a ele] é igualmente indiferente à sua determinação específica, sendo capaz de assumir qualquer determinação [...]. O trabalho é determinado em cada caso, mas o capital pode se contrapor a qualquer trabalho determinado; a *totalidade* dos trabalhos se contrapõe a ele em potência, e torna-se fortuito precisar exatamente qual deles o defronta." Da mesma forma, "para o trabalhador é indiferente o caráter específico de seu trabalho, que, para ele, não tem interesse, salvo por ser trabalho em geral e, como tal, valor de uso para o capital. Ser portador de trabalho como tal — ou seja, de *trabalho como valor de uso para o capital* — é a característica econômica do trabalhador: é o trabalhador em oposição ao capitalista." Isso o diferencia "do artesão, do membro de uma corporação etc., cujo caráter econômico se baseia no *caráter específico* de seu trabalho e na relação com um mestre específico etc.".[30] A relação de trabalho assalariado "se desenvolve com pureza e adequação tanto maiores quanto mais o trabalho perde todo caráter artesanal; sua destreza particular se converte cada vez mais em algo abstrato, indiferente, e se torna cada vez mais uma atividade puramente abstrata, puramente mecânica, indiferente à sua forma particular. [...] Aqui se mostra novamente como a determinação particular da relação de produção, da categoria — neste caso, capital e trabalho — só se torna verdadeira com o desenvolvimento de determinado *modo material de produção* e em um determinado estágio do desenvolvimento das *forças produtivas* industriais", ou seja, do capitalismo.[31]

Até aqui, tratamos do primeiro aspecto do processo que tem lugar entre o capital e o trabalho: o intercâmbio da força de trabalho, que pertence ao âmbito da circulação mercantil simples. "A *transformação do trabalho* (como atividade viva e orientada a um fim) *em capital* é, em si, o resultado do intercâmbio entre capital e trabalho, na medida em que este intercâmbio outorga ao capitalista o direito de propriedade sobre o produto do trabalho [...]." Mas esta transformação só se concretiza "por meio do consumo de trabalho, que, em princípio, está à margem desse intercâmbio e é independente dele", isto é, só se concretiza no processo de produção capitalista.[32] Devemos, pois, descrever este último.

CAPÍTULO 13

PROCESSO DE TRABALHO E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

Aqui podemos ser mais breves, não só porque a investigação sobre os processos de trabalho e de valorização é muito mais completa e clara em *O capital* do que nos *Grundrisse*, mas também — aspecto decisivo para nosso trabalho — porque os *Grundrisse* contêm menos novidades e idéias que possam completar a obra posterior. Mesmo assim, a diferença, centrada sobretudo no modo de exposição, parece ser suficientemente importante para justificar que consideremos os capítulos correspondentes dos *Grundrisse*.[1]

Em sua existência imediata, separado do capital e integrado à corporalidade do trabalhador, o trabalho vivo só potencialmente é fonte de valor. "Quando conduzido a uma atividade real, pelo contato com o capital, é que o trabalho se torna uma atividade produtiva, criadora de valores" (não pode sê-lo por si mesmo, privado de objeto, diz Marx). A primeira fase do processo — "na medida em que se trata de um processo de intercâmbio" — está terminada. Houve intercâmbio de equivalentes, e o capitalista está de posse da força de trabalho que, colocada em ação, revelar-se-á criadora de capital, força produtora da riqueza. O processo seguinte, por sua vez, deve ter seu conteúdo definido pelo consumo de trabalho, pela "relação do capital com o trabalho como valor de uso".[2]

Como resultado do intercâmbio entre capitalista e trabalhador, o capital pôde incorporar o trabalho vivo, convertendo-o em um elemento seu, ao lado de seus elementos materiais, os meios de produção, que são trabalho objetivado. Para conservar-se e multiplicar-se, o capital, como trabalho objetivado, deve ser posto em movimento pelo trabalho não objetivado: "De um lado, a matéria que compõe o capital deve ser elaborada, ou seja, consumida pelo trabalho; de outro, a mera subjetividade [...] deve ser superada, objetivando-se na matéria do capital." Isso só pode ocorrer no processo de produção, no qual os elementos objetivos do capital, material passivo, são submetidos à atividade criadora do trabalho. Pois "a relação do capital, considerado em sua substância, com o trabalho — ou seja, do trabalho objetivado com o trabalho vivo — [...] só pode ser a relação do trabalho com seu objeto, com sua matéria". Porém, na condição de material de

trabalho, a substância do capital — ou seja, o trabalho objetivado — só pode apresentar-se sob duas determinações: "a de matéria-prima, ou seja, substância inerte, simples material para a atividade do trabalho, o qual lhe imprime uma forma e uma finalidade, e a de instrumento de trabalho, meio objetivo que a atividade subjetiva interpõe entre si e o objeto".[3] Ao consumir a matéria-prima e o instrumento, o trabalho "modifica a própria forma; passa da forma de atividade à do ser, da forma de movimento à da objetividade".[4] O resultado do processo é o produto, resultado neutro,[5] no qual reaparecem os elementos do capital consumidos na produção (matéria-prima, instrumentos, trabalho). Por isso, esse processo deve ser considerado como consumo produtivo, ou seja, consumo que não é "mero consumo da substância". Ele consome "a forma anterior do objeto, para colocá-lo sob nova forma [...]. Consome o que há de objetivo no objeto — a indiferença em relação à forma — e o que há de subjetivo na atividade; dá forma ao objeto e materializa a atividade. Como produto, porém, o resultado do processo de produção é valor de uso."[6]

Até aqui, a análise limitou-se ao aspecto material do processo de produção. Porém, esse aspecto esconde o movimento específico do capital, bem como qualquer determinação de valor: "O algodão que se transformou em fio, ou o fio que se transformou em tecido, ou o tecido depois de estampado, para o trabalho eles só existem como algodão, fio e tecido disponíveis. Como produtos do trabalho [...], não entram em nenhum processo"; apenas atuam "como existências materiais portadoras de determinadas propriedades naturais. Não importa ao trabalho vivo *como* essas propriedades passaram a existir; só existem para ele na medida em que são diferentes dele; existem como matéria a ser trabalhada."[7] Isso significa o seguinte: "Da maneira como consideramos o processo até aqui, o capital que existe para si mesmo — ou seja, o capitalista[8] — não desempenha nenhum papel. O trabalho não consome o capitalista como matéria-prima ou instrumento. Tampouco é o capitalista quem realiza esse consumo, mas sim o trabalho." Assim, o processo de produção ainda "não se apresenta como processo de produção de capital, mas como processo de produção puro e simples" (tal como aparece "em todas as formas de produção"); e "a distinção do capital em relação ao trabalho se apresenta apenas na determinação material da matéria-prima e do instrumento de trabalho", na qual "desaparece [...] qualquer relação com o trabalho como valor de uso do capital". (Marx acrescenta: "É esse aspecto que os economistas ressaltam para apresentar o capital como elemento indispensável a todo processo de produção. Insistem nisso, naturalmente, porque não levam em conta seu comportamento como capital durante o processo.")[9]

O texto prossegue: "No fim do processo não pode surgir nada que não estivesse presente em seu início, como premissa e condição. Por outro lado, deve surgir tudo o que estava pressuposto." Se até aqui não conseguimos ultrapassar o conceito de processo de produção simples — "que não apresenta nenhuma determinação econômica específica" —, isso decorre do caráter unilateral da análise. Com efeito, ficamos presos ao aspecto material do processo, sem concebê-lo ao mesmo tempo como processo de conservação e multiplicação dos valores, ou seja, sem enfocar sua determinação formal. Visto sob esta óptica, trata-se de um processo de autoconservação do capital.[10]

"Do ponto de vista da forma" — ou seja, considerado como relação social — "o capital não consiste nem em objetos do trabalho nem em trabalho, mas sim em *valores* e, mais precisamente, em *preços*." Se os componentes do capital experimentam modificações materiais durante o processo de trabalho, se "a partir da forma do movimento, do processo, eles se combinam novamente, no produto, em uma forma objetiva, imóvel, [...] isso não diz respeito à sua determinação como valores [...]. Esses elementos apresentavam-se antes como condições elementares, indiferentes, do produto. Agora são o produto. De modo que o valor do produto só pode ser igual à soma dos valores materializados nos elementos objetivos do processo, [...] igual ao valor da matéria-prima mais o valor da parte destruída (ou seja, transmitida ao produto e abolida em sua forma original) do instrumento de trabalho mais o valor do trabalho."[11] O preço do produto é igual aos seus custos de produção.[12]

Desse ponto de vista, o valor do capital não teria sido alterado; só teria assumido um aspecto físico diferente. A metamorfose material é uma necessidade inelutável, pois sem ela a autoconservação do capital seria impossível. Mas o fato de que o processo material de produção tenha de chegar até o produto final "está implícito na [...] precondição [de] que o capital tem de se converter em valor de uso", premissa do modo de produção capitalista. "Portanto, é puramente analítica a idéia de que o preço necessário [valor] é igual à soma dos custos de produção." Ela só nos diz que, durante o processo de produção, o valor original do capital se decompõe em elementos quantitativos que o constituem (valor da força de trabalho, valor da matéria-prima, valor dos instrumentos de trabalho), para reaparecer no produto como soma de valores. "A soma é igual à unidade original [...]. Se, na origem, o capital era igual a 100 táleres, manteve-se, agora como antes, igual a 100 táleres, embora os 100 táleres, no processo de produção,[13] existissem como 50 táleres de algodão, 40 táleres de salário e 10 táleres da máquina de fiar, enquanto existem agora como fio de algodão com um preço

de 100 táleres. Esta reprodução dos 100 táleres é uma simples invariância, intermediada porém pelo processo de produção material."[14] Neste caso, o único movimento é que, "no início, o valor existe como unidade", depois "como divisão dessa unidade em determinadas porções; finalmente, como soma". ("Também poderíamos ter considerado, a princípio, os 100 táleres como a soma de 50 + 40 + 10 táleres, ou como a soma de 60 + 30 + 10 táleres etc." O valor do conjunto não teria sido alterado.) "A determinação de ser uma soma só pode decorrer da divisão efetuada no processo de produção, mas não existe no produto como tal. Dizer que o preço do produto é igual ao preço dos custos de produção significa dizer que o valor do capital é igual ao valor do produto; o valor do capital se conservou no ato de produção [...]. Estabelecendo esta identidade do capital consigo mesmo, ou seja, a reprodução de seu valor no processo de produção, ainda não conseguimos deixar para trás nosso ponto de partida."[15]

Marx prossegue: "Quando falam da determinação do preço pelos custos de produção, os economistas não se referem a isso. Por essa via, nunca se poderia criar um valor maior que o original; nenhum valor de troca maior, apenas um valor de uso superior, que não nos importa aqui." Mas isso seria contraditório com o próprio conceito de capital.[16] O capital "não estaria à margem da circulação; adotaria a forma de diversas mercadorias, mas em vão; seria um processo sem sentido, já que no fim apareceria uma soma idêntica de dinheiro, apesar de se ter corrido o risco de diminuí-la ou mesmo perdê-la durante o processo produtivo". A única participação do capitalista no processo de produção seria a de adiantar o salário do trabalhador, "pagar-lhe adiantado o preço do produto, antes de sua realização", em uma operação gratuita de crédito.

"Mas o capitalista também tem de comer e beber; não pode viver de metamorfoses formais do dinheiro." Precisaria utilizar partes do capital original para satisfazer suas necessidades pessoais. Seu capital tenderia a desaparecer.[17] Por outro lado, "é claro que, mesmo admitindo-se a definição convencional, o capital que só pudesse conservar seu valor não o conservaria. Os riscos da produção devem ser compensados, assim como a desvalorização do capital, que ocorre constantemente por causa do desenvolvimento das forças produtivas. O capital deve conservar-se durante as flutuações dos preços. Por tudo isso, os economistas dizem, de modo trivial: se não houvesse lucro, todos consumiriam o próprio dinheiro, em vez de usá-lo na produção. [...] Em suma, se aceitarmos que o valor do capital não se valoriza, não se multiplica, temos de aceitar também que o capital não é um elemento real do processo produtivo, não é uma *relação específica de produção*;

isso implica supor condições em que os custos de produção não têm a forma de capital e o capital não é condição da produção."[18]

Note-se, porém, que os economistas consideram "custos de produção" algo inteiramente diferente. Seu cálculo é o seguinte: "capital original = 100 (por exemplo, matéria-prima = 50, trabalho = 40, instrumentos = 10) + 5% de juros + 5% de lucro. Portanto, custos de produção = 110, não = 100. Conclusão: os custos de produção são maiores que os custos da produção."[19] No lugar da dificuldade anterior, apresenta-se agora uma nova: como se pode explicar esse incremento de 10% sobre os custos da produção? Marx demonstra então, com argumentos que já conhecemos em *O capital*,[20] que a mais-valia — "valor que supera o equivalente" — não pode nascer do valor de uso incrementado do produto,[21] nem de transações comerciais ("*profit upon alienation*").[22] Explicações desse tipo não conduzem a lugar nenhum.

"É fácil compreender", lemos nos *Grundrisse*, "como o trabalho pode acrescentar valores de uso; a dificuldade está em compreender como ele pode criar valores de troca maiores que os que já existiam".[23] Se não conseguirmos isso, a idéia de que "o preço é igual aos custos de produção teria de ser interpretada da seguinte forma: o preço de uma mercadoria é sempre maior que seus custos de produção".[24]

Segue-se a resposta que já conhecemos: a mais-valia tem origem na diferença entre o trabalho objetivado no salário e o trabalho vivo realizado pelo trabalhador. Pois "o capital não existiria se fosse necessária uma jornada de trabalho para manter um trabalhador vivo durante uma jornada de trabalho; nesse caso, a jornada de trabalho seria permutada por seu próprio produto, de modo que o capital não poderia valorizar-se nem, portanto, conservar-se como capital [...]. Se o capital [ou seja, o capitalista], para viver, também tivesse de trabalhar, não se sustentaria como capital, mas sim como trabalho. A propriedade de matérias-primas e de instrumentos de trabalho seria apenas nominal; do ponto de vista econômico, eles pertenceriam tanto ao trabalhador como ao capitalista, pois só se produziria valor para este último na medida em que ele mesmo fosse um trabalhador. O capitalista não se relacionaria com as matérias-primas e os instrumentos de trabalho como capital, mas como materiais e meios de trabalho, tal como o trabalhador o faz no processo de produção. Porém, se, por exemplo, meia jornada de trabalho é suficiente para manter um trabalhador vivo durante uma jornada inteira, aparece a mais-valia do produto, já que o capitalista paga o preço de meia jornada, enquanto o produto conserva, objetivado, o resultado de uma jornada inteira. Pela segunda metade da jornada de trabalho o capitalista não pagou nada [...]. O intercâmbio entre capital e trabalho [...] no que

concerne ao trabalhador é um intercâmbio simples, mas no que concerne ao capitalista tem de ser um não-intercâmbio. [...] [O capitalista] tem de receber mais valor do que entregou. Considerado do ponto de vista do capital, o intercâmbio é aparente, encobre outra determinação econômica formal, diferente do próprio intercâmbio; caso contrário, o capital como capital, bem como o trabalho como trabalho, contrapostos um ao outro, não poderiam existir [...]. Não é o intercâmbio que converte o capitalista em capitalista, mas sim um processo no qual, sem intercâmbio, ele recebe *tempo de trabalho objetivado*, isto é, valor."[25]

Aqui caberia ressaltar um fator que, como Marx destaca repetidamente, "está posto na própria relação econômica", isto é, na relação capitalista: "No primeiro ato, no intercâmbio entre capital e trabalho, o trabalho como tal, existente para si,[26] entra em cena necessariamente como trabalhador. Coisa parecida ocorre no segundo processo. [...] O capital que existe para si é o capitalista. Muitos socialistas [dos quais Marx deseja diferenciar-se, como comunista científico] dizem que necessitamos de capital, mas não de capitalistas. Supõem que o capital é uma coisa, não uma relação de produção que, refletida em si, é justamente o capitalista. É claro que o capital pode ser separado de um capitalista e transferido a outro. Mas, ao perder o capital, ele também perde a qualidade de ser capitalista. Logo, o capital é perfeitamente separável de tal ou qual capitalista, mas não *do* capitalista que, como tal, se contrapõe *ao trabalhador*. Do mesmo modo, o trabalhador individual também pode deixar de ser o ser-para-si do trabalho: pode herdar dinheiro, roubá-lo etc. Mas então deixa de ser trabalhador. Como trabalhador, é somente o trabalho que existe para si."[27]

Retornemos ao tema específico deste capítulo. Vimos que, nele, os *Grundrisse* se diferenciam muito do primeiro tomo de *O capital*. Faltam neles as marcantes diferenciações conceptuais entre objeto de trabalho e matéria-prima, processo de trabalho e processo de produção, processo de formação do valor e processo de valorização etc. O próprio modo de exposição tem neles um caráter mais abstrato, revelando maiores vestígios de um "flerte com o modo hegeliano de expressão". Os resultados da investigação são os mesmos nos dois casos, de modo que se pode considerar a exposição que aparece nos *Grundrisse* como a primeira redação do capítulo V do primeiro tomo de *O capital*.[28] O que confere um peculiar encanto a essa exposição é que ela, como ocorre de forma geral nos *Grundrisse*, nos introduz no laboratório científico de Marx e nos permite testemunhar o nascimento de sua teoria econômica. Vimos que isso não podia ser feito sem experimentos e ensaios terminológicos. Isso ficará mais claro no próximo capítulo.

CAPÍTULO 14

CRIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VALOR NO PROCESSO DE PRODUÇÃO

(Capital variável e capital constante)

No capítulo anterior, focalizamos especialmente a parte dos custos de produção que garante o incremento do valor, a mais-valia. Trata-se do trabalho vivo trocado diretamente pelo capital.[1] Mas, o que acontece com as outras partes do valor do capital, que representam o trabalho incorporado na matéria-prima e nos meios de trabalho? Quando o capitalista desembolsa um capital de 100 táleres — digamos, 50 táleres no algodão, 10 táleres nos instrumentos de trabalho[2] e 40 táleres no pagamento de salários (consideremos que o salário corresponde a quatro horas de trabalho) —, ele espera "reproduzir" todo o seu capital, fazendo o trabalhador cumprir uma jornada de oito horas, com um lucro correspondente de 40 táleres. Portanto, no fim do processo ele deve estar de posse de uma mercadoria que vale 140 táleres. Como o trabalhador pode produzir esse resultado? A metade de sua jornada cria apenas 40 táleres; a outra metade cria um valor igual; ele dispõe apenas de uma jornada completa, e em uma jornada não pode trabalhar duas. Logo, cria um produto real igual a 80 táleres, não a 140. Com esses 80, o capitalista, em lugar de um lucro de 40 táleres, teria uma perda de 20 sobre seu capital original.[3] Diante disso (e este é o sentido da objeção), por que se deve considerar o trabalho como única fonte de valor, como criador do valor?[4]

Aqui se deve distinguir novamente entre valor e valor de uso. Na medida em que consideremos o processo de produção sob a óptica do processo de trabalho simples, o problema acima descrito não oferece dificuldade. O processo de trabalho "supõe a existência do instrumento, que facilita o trabalho, e do material, ao qual o trabalho confere uma nova forma". "Se o algodão já não tivesse a forma de fio, e a madeira e o ferro a de fuso, o trabalhador não poderia produzir nenhum tecido, nenhum valor de uso maior. Para ele mesmo, no processo de produção, os 50 táleres e os 10 táleres são apenas fio e fuso, e não valores de troca."[5] "O trabalho pode criar utilidade no processo de produção porque a forma das coisas é alterável. Ao converter o algodão em fio, o fio em pano, o pano cru em pano estampado e este, por sua vez, em vestido, (a) a substância do algodão se

conservou através de todas as formas [...] e (b) em todos os processos encadeados, a matéria foi recebendo uma forma mais útil, mais apropriada ao consumo, até adquirir finalmente a forma sob a qual pode ser objeto de consumo direto, quando então o consumo do material e a abolição de sua forma satisfazem uma necessidade humana; sua alteração, neste caso, é o próprio uso."[6]

"O processo de produção simples implica que a etapa posterior de produção conserve a anterior." O material e os meios de trabalho devem ser preservados da inutilidade e da caducidade, convertendo-se em objeto de um novo trabalho vivo. "O trabalho conserva e aumenta o valor de uso existente, convertendo-o em objeto de um novo trabalho, orientado para a finalidade última; faz com que o material objetivo deixe para trás uma forma indiferente de existência, passando à condição de objeto trabalhado."[7] Mas, "a conservação do antigo valor de uso não é um processo que ocorra separado do incremento e do remate desse valor de uso pelo novo trabalho", e o fato de que o trabalhador o conserve "utilizando o instrumento como instrumento e conferindo à matéria-prima uma forma superior de uso [...] é inerente à natureza do próprio trabalho".[8]

Isso é tudo sobre a conservação e o incremento do valor de uso dos meios de produção, proporcionados pelo processo de trabalho. Mas, na condição de elementos do capital, esses meios de produção são, ao mesmo tempo, valores, ou seja, quantidades determinadas de tempo de trabalho objetivado. Como tais, reaparecem no valor do produto. Como isso ocorre? Vimos que o trabalhador nada agrega ao produto, em termos de valor, exceto aquilo que decorre de sua jornada de trabalho. (Por exemplo, se, "além do tecido, ele também tivesse de criar o fio e o fuso na mesma jornada de trabalho, o processo se tornaria de fato[9] impossível".) Se os valores dos meios de produção reaparecem no produto, isso ocorre somente porque eles já existiam, como tais, antes do processo de produção. Nesse processo eles não se "reproduzem",[10] não se recriam, mas só se conservam "na medida em que sua qualidade de valores de uso para o trabalho posterior se conserva, mediante o contato com o trabalho vivo. O valor de uso do algodão bruto, e depois seu valor de uso como fio, se conservará ao ser tecido, ao existir como um dos elementos objetivos (junto à máquina de tecelagem) do ato de tecer. *Assim, conserva-se também a quantidade de tempo de trabalho que o algodão bruto e o fio continham. O que, no processo de produção simples, se apresentava como conservação da qualidade do trabalho precedente — e do material no qual ele estava representado —, no processo de valorização se apresenta como conservação da quantidade de trabalho já obje-*

tivado."[11] Esta conservação não exige nenhum esforço laborativo adicional do trabalhador. Suponhamos que os meios de produção existissem na natureza, sem intervenção humana; nesse caso, o valor do produto ficaria reduzido à quantidade de valor acrescentada pelo trabalhador, seria igual a uma jornada de trabalho objetivada. Mas, na medida em que os meios de produção "resultam de um trabalho anterior [...], o produto, além do novo valor acrescentado, contém também o velho".[12] "Portanto, o trabalhador substitui o velho tempo de trabalho através do próprio ato do trabalho, e não através de um tempo de trabalho especial adicionado. A substituição ocorre pela incorporação do novo; nessa incorporação, o velho se conserva no produto e se transforma em elemento de um novo produto."[13]

Vemos que não é a quantidade, mas sim a qualidade do trabalho vivo que preserva o tempo de trabalho já existente na matéria-prima e no instrumento de trabalho. Neste ponto, as exposições dos *Grundrisse* e de *O capital* divergem. Podemos ler nos *Grundrisse*: "A conservação do tempo de trabalho contido na matéria-prima e no instrumento *não* se deve *à quantidade do trabalho*, mas sim à sua *qualidade* de ser trabalho; não há nenhum pagamento especial para essa qualidade geral, para o fato de que o trabalho, como trabalho, é trabalho — podendo-se abstrair dele qualquer qualificação especial, qualquer especificação —, pois o capital comprou essa qualidade no contexto de seu intercâmbio com o trabalhador."[14]

Em *O capital*, por outro lado, o duplo aspecto dos resultados do trabalho (a saber, "a agregação de novo valor ao objeto de trabalho", de um lado, e "a conservação dos antigos valores no produto", de outro) decorre do duplo caráter do próprio trabalho: trabalho útil, concreto, que cria valores de uso, e trabalho humano abstrato, que cria valores. Lemos ali: "Quando analisamos o processo de formação do valor, chegamos ao seguinte resultado: as antigas formas de valor de uso [dos meios de produção] desaparecem para assumir formas novas. Na medida em que se consome um valor de uso para produzir um novo valor de uso, o tempo de trabalho necessário para criar o valor de uso consumido integra o tempo necessário para produzir o novo valor de uso, ou seja, é tempo de trabalho que se transfere do meio de produção consumido para o novo produto. O trabalhador conserva os valores dos meios de produção consumidos, os transfere ao produto como partes constitutivas do seu valor, *não pela adição de trabalho em geral, mas pelo caráter útil, particular, pela forma produtiva específica desse trabalho adicional.*"[15] Mais adiante: "Portanto, em sua condição geral, abstrata, como dispêndio de força de trabalho humana, o trabalho do fiandeiro agrega novo valor aos valores do algodão e do fuso, e em sua condição útil, particular, concreta, considerado como processo de fiar, transfere ao produto o valor

desses meios de produção e *conserva*, no produto, o valor destes meios. Daí decorre *a dualidade do resultado no mesmo período de tempo.*"[16]

A comparação dos dois enunciados mostra por que Marx precisou corrigir sua formulação original. Em seu caráter abstrato, como "trabalho em geral", o trabalho é trabalho criador de valor, sendo capaz de diferenciar-se apenas pelo aspecto quantitativo. Por isso não se pode recorrer a ele para explicar a conservação do valor.[17]

Vimos que a capacidade de conservar o valor, presente no trabalho, nada custa ao trabalhador; tampouco ao capitalista, que a embolsa "gratuitamente como mais-trabalho". "Mas a obtém gratuitamente [...] porque, como pressuposto, o material e o instrumento de trabalho já estão sob controle do capitalista. Por isso, o trabalhador não pode trabalhar se não tiver acesso ao trabalho já existente em forma objetiva, sob controle do capital, como material para seu próprio trabalho; portanto, [não pode trabalhar] se não conservar o trabalho objetivado nesse material."[18] "A força natural vivificante do trabalho não conserva apenas sob esta ou aquela forma a matéria e o instrumento que utiliza; conserva também o trabalho objetivado neles, seu valor de troca. É uma força que pertence ao capital, e não ao trabalho, como qualquer outra força da natureza ou da sociedade que não seja produto de um trabalho anterior ou de um trabalho que tenha de ser repetido (por exemplo, [o trabalho que já está incluído em (N.T.)] o desenvolvimento histórico do trabalhador etc.). Portanto, o capital não paga por ela, assim como não se paga ao trabalhador porque este sabe pensar etc."[19] Que este dom natural da força de trabalho atuante beneficie apenas o capitalista, isso já "está posto na relação entre o capital e o trabalho, que é, em si, mais-valia[20] de um e salário de outro".[21] Dito de outra maneira: "No processo de produção fica suspensa a separação entre o trabalho e seus momentos objetivos de existência (instrumento e material). A existência do capital e do trabalho assalariado se baseia nessa separação. O capital não paga nada para suspender essa separação no processo de produção — caso contrário, o trabalho não poderia ser efetuado [...]. Se o capital devesse pagar por ela, no mesmo instante deixaria de ser capital."[22]

Em contraste com os meios de produção (cujo valor é apenas conservado e transferido ao produto), o fator subjetivo do processo de produção, a força de trabalho, é fonte de novo valor, pois sua atividade é a "objetivação de tempo de trabalho novo em um valor de uso". Aqui é preciso distinguir entre trabalho necessário e mais-trabalho. Enquanto produz apenas um equivalente ao valor de sua própria força de trabalho, o trabalhador "só repõe o dinheiro adiantado pelo capitalista (que comprou a força de trabalho) e gasto em meios de subsistência pelo próprio trabalhador". Em relação ao salá-

rio pago, esta parte do novo valor criado aparece "apenas como reprodução. Mas esta é uma reprodução real, e não só aparente, como ocorria com o valor dos meios de produção. Neste caso, a substituição de um valor por outro é mediada pela criação de um novo valor."[23] O trabalho a mais, realizado pelo trabalhador, "não é reprodução, mas *agregação de valor, criação de um valor a mais*". Esta criação de valor constitui uma categoria fundamentalmente diferente, e só ela confere sentido à produção capitalista.

Disso resulta que, no que concerne ao valor, os diversos fatores do processo de produção se comportam de maneira totalmente diferente. Os fatores objetivos (matéria-prima, instrumentos de trabalho) não podem agregar, ao produto, mais valor do que eles mesmos possuem; seu valor se conserva, permanecendo portanto inalterado.[24] Totalmente diferente é o caso do fator subjetivo, da força de trabalho, que não só reproduz o próprio valor, mas também agrega, ao produto, um novo valor, uma mais-valia. É o único elemento da produção que experimenta uma modificação de valor no processo de valorização. Chegamos assim aos conceitos de capital constante e capital variável, que correspondem às diferentes funções dos meios de produção e da força de trabalho no processo de valorização.[25] Na construção teórica de Marx, a importância dessa diferenciação conceptual é evidente, mas o próprio Marx só chegou a ela durante a redação dos *Grundrisse*.[26] Inicialmente, ele designava o que viria a ser capital constante como "valor inalterado" ou "inalterável", opondo-o ao "valor alterável" ou "reproduzido".[27] Só mais tarde, quando se preparava para finalizar sua investigação do processo de produção, começou a utilizar regularmente as designações de capital constante e variável.

Ao diferenciar trabalho que cria valor e trabalho que conserva valor, Marx sepultou as teorias apologéticas burguesas que pretendem identificar a origem do lucro nos "serviços produtivos [que] os meios de produção prestam [...] em virtude de seus valores de uso no processo de trabalho".[28] Não obstante, "o capitalista individual pode imaginar (e isso não atrapalha seus cálculos) que, se possui um capital de 100 táleres — 50 táleres em algodão, 40 em meios de subsistência para manter o trabalhador e 10 em instrumentos — e espera um lucro de 10% sobre seus custos de produção, o processo de trabalho terá de lhe entregar o equivalente a 50 táleres de algodão, 40 de meios de subsistência, 10 de instrumentos e mais 10% calculados sobre todos eles; em sua imaginação, o processo de trabalho cria 55 táleres de matéria-prima, 44 de meios de subsistência e 11 de instrumentos, num total[29] igual a 110". Marx prossegue: "Para os economistas, no entanto, esta é uma representação singular [...]. Se a jornada de trabalho do trabalhador é de dez horas e em oito horas ele pode produzir 40 táleres, isto é, produzir o pró-

prio salário, ou, o que é o mesmo, conservar e substituir sua capacidade de trabalho, então ele necessita de 4/5 da jornada para repor seu salário ao capital, entregando a este 1/5 de mais-trabalho, ou 10 táleres." Este excedente de 10 táleres constitui todo o lucro do capitalista. "Logo, todo o trabalho objetivado, produzido pelo trabalhador, é de 50 táleres. Sejam quais forem os custos dos instrumentos e da matéria-prima, o trabalhador não pode agregar mais, já que seu dia não pode resultar em mais trabalho objetivado [...]."[30] A ilusão de "que os 10% se produziram uniformemente em todas as partes do capital"[31] — ilusão compartilhada pelo "economista vulgar e o capitalista ainda mais vulgar" — baseia-se, de um lado, no desconhecimento do papel dos meios de produção no processo de valorização, e, de outro, na confusão entre taxa de mais-valia e taxa de lucro (que é calculada sobre o capital total).[32] Ora, a taxa de lucro não expressa, de modo algum, a taxa "em que o trabalho vivo incrementa o trabalho objetivado, pois este incremento é simplesmente igual ao tempo que ele trabalhou mais do que teria de trabalhar para produzir seu salário".[33] Por isso, só se pode averiguar corretamente o grau desse incremento a partir da relação entre o novo valor produzido e a parte variável do capital.

CAPÍTULO 15

O CONCEITO GERAL E AS DUAS FORMAS FUNDAMENTAIS DA MAIS-VALIA

Os capítulos anteriores nos aproximaram da principal categoria do sistema marxiano, a categoria que, nas palavras de Engels, estava destinada a "subverter a economia" tradicional "e que oferece [...] a chave para se compreender toda a produção capitalista":[1] a mais-valia.

Vimos que, no processo de produção capitalista, o incremento do valor não pode resultar de "serviços produtivos" prestados pelos elementos objetivos do capital, os meios de produção. "Os adiantamentos efetuados em matérias-primas e máquinas simplesmente se transferem de uma forma a outra [...]. O valor desses elementos resulta de uma produção anterior, não da que se realiza em tempo real, na qual entram como matéria-prima e instrumento." O único valor que realmente se cria no processo de produção "é o valor acrescentado pela nova quantidade de trabalho. Este valor se divide em trabalho necessário, que reproduz o salário [...], e em mais-trabalho, que excede o trabalho necessário e cria a mais-valia".[2] O segredo do excedente capitalista se desvela: despojado dos meios de produção, o trabalhador assalariado é obrigado a trabalhar mais do que o tempo necessário para produzir seu sustento; para viver, precisa entregar uma parte de seu tempo de vida ao capital. Só assim o capital pode valorizar-se, criar mais-valia. "O que, do ponto de vista do capital, é mais-valia, do ponto de vista do trabalhador é mais-trabalho, trabalho que supera a necessidade de manter sua vida."[3] Neste aspecto, não há diferença fundamental entre a situação do trabalhador assalariado e a das classes exploradas de épocas anteriores; pois também "onde domina o capital [assim como nas épocas em que prevaleceram a escravidão, a servidão ou submissões de qualquer outro tipo], o tempo de trabalho absoluto[4] do trabalhador lhe é imposto como condição para que possa efetuar o trabalho necessário, isto é, para que possa realizar para si o trabalho necessário à conservação de sua força de trabalho, obtendo valores de uso para si".[5]

Assim como os modos anteriores de exploração, também o modo dominado pelo capital se baseia no mais-trabalho do produtor direto. A relação capitalista, assim como a servidão ou a escravidão, não seria possível se o

trabalho humano gerasse apenas o necessário para sustentar a vida dos produtores diretos. "Se todo o trabalho de um país", escrevia um autor inglês em 1821, "garantisse apenas o sustento da população, não haveria mais-trabalho, e conseqüentemente nada que se pudesse acumular como capital."[6] Qualquer exploração, qualquer dominação de classe pressupõem condições naturais relativamente favoráveis e uma produtividade mínima do trabalho humano. Nesse sentido, "pode-se dizer que a mais-valia etc. se baseia em uma lei natural, na produtividade do trabalho humano em seu intercâmbio com a natureza".[7] Do fato de que todo mais-trabalho pressupõe um mais-produto não se deve concluir que a possibilidade do mais-produto crie automaticamente o mais-trabalho. Para isso, devem-se estabelecer relações que façam o produtor trabalhar além do tempo necessário. Marx cita uma carta, reproduzida em novembro de 1857 no *Times*, de Londres, em que um proprietário de terras nas Antilhas se queixava dos chamados *quashees* (negros livres da Jamaica).[8] Ele descreveu "com grande indignação moral" como os *quashees*, em vez de engajarem-se como trabalhadores assalariados nas plantações de cana-de-açúcar, "contentam-se em produzir o estritamente necessário para seu próprio consumo e, excetuando-se esse 'valor de uso', consideram o ócio como a atividade mais importante; não dão a menor importância ao açúcar e ao capital fixo investido nas plantações;[9] sorriem com sarcasmo e ironia, nas barbas do proprietário[10] ameaçado pela falência; aproveitam até o cristianismo que lhes foi ensinado para legitimar sua malícia e indolência". Tais negros "deixaram de ser escravos, não para se transformar em trabalhadores assalariados, mas sim em camponeses auto-suficientes[11] que trabalham para consumir o estritamente necessário.[12] O capital, como tal, não existe para eles, já que a riqueza autônoma, colocada em sua forma geral, supõe o trabalho forçado *direto*, como ocorria na escravidão ou na servidão, ou o trabalho forçado *mediado*, o *trabalho assalariado*." "Ao trabalho forçado direto", Marx acrescenta, "a riqueza não se contrapõe como capital, mas como *relação de dominação* [...]; [nessa relação], a riqueza só tem valor como fruição, não como riqueza em si mesma; essa relação [ao contrário da relação capitalista] não cria a indústria geral", a laboriosidade.[13]

No fim da frase anterior destaca-se o papel específico que o capital desempenha "como produtor de laboriosidade alheia, sugador de mais-trabalho e explorador de força de trabalho".[14] Também as classes dominantes de épocas anteriores conseguiram extrair quantidades consideráveis de mais-trabalho das massas populares que dominaram. Mas, quando o desenvolvimento das forças produtivas ainda é pequeno, também o mais-produto é relativamente pequeno: "Os amos não viviam muito melhor que os ser-

vos."[15] Por outro lado, "é evidente que quando em uma formação econômico-social não predomina o *valor de troca*, mas sim o *valor de uso* do produto, o mais-trabalho fica delimitado por um círculo de necessidades que pode ser mais estreito ou mais amplo, mas, *nesses casos, o caráter da produção não impõe um apetite ilimitado por mais-trabalho*".[16] Só no capitalismo a apropriação do mais-trabalho se converte em um fim em si, e o constante incremento deste se transforma em condição indispensável do processo de produção. E o capital dispõe de meios e de incentivos[17] que superam largamente "em energia e eficácia" o uso do trabalho forçado direto, típico das sociedades anteriores. Esses meios, por isso, transformam o modo de produção do capital em um "modo de exploração que inicia uma época".[18] Aqui, Marx pensa antes de mais nada na produção da assim chamada "mais-valia relativa".

Há dois métodos fundamentais para aumentar o mais-trabalho. O primeiro é o prolongamento da duração do processo laborativo, ou jornada de trabalho. O outro — sendo fixa a duração da jornada — é o aumento da produtividade, ou a intensificação do rendimento do trabalho.[19] No primeiro caso, obtém-se o mais-trabalho estendendo-se o tempo total de trabalho dos produtores; no segundo, abreviando-se o tempo de trabalho necessário. Por isso, Marx chama o primeiro de mais-trabalho absoluto e o segundo, de mais-trabalho relativo. A base da primeira forma "é a fertilidade natural do solo, da natureza";[20] a da segunda "é o desenvolvimento da produtividade social do trabalho".[21] Em conseqüência, a primeira forma do mais-trabalho é não só a base da segunda, mas também é muitíssimo mais antiga. É tão velha quanto a exploração do homem pelo homem, e pode ser considerada uma forma de exploração comum a todas as sociedades de classes.[22]

O capital não pode renunciar ao mais-trabalho absoluto, especialmente nos primórdios do seu modo de produção, quando "se apodera do processo [produtivo] em sua forma histórica tradicional, já existente, e se limita a prolongar sua duração".[23] Nesse momento, o mais-trabalho absoluto desempenha um papel decisivo. Nessa etapa do desenvolvimento, "a diferença entre a produção capitalista e os estágios anteriores da produção é apenas formal" (no sentido de que a extração coercitiva do mais-trabalho ocorre "diretamente pela violência" nos sistemas de produção mais antigos, enquanto no capital "é mediada pela troca"). "Os valores de uso aumentam aqui em uma proporção simples com os valores de troca. Esta forma de mais-trabalho aparece tanto nos modos de produção do escravismo, da servidão etc., nos quais o valor de uso é o ponto central e predominante, como no modo de produção capitalista, orientado diretamente para o valor de troca e só indiretamente para o valor de uso."[24] Porém, por mais impor-

tante — e até imprescindível — que tenha sido e ainda seja, para o capital, a extração de mais-trabalho absoluto (veremos adiante que seus métodos de produção se baseiam na combinação de ambos os tipos de mais-trabalho), ela não é suficiente para caracterizar a essência do modo de produção capitalista. Essa essência consiste, principalmente, na revolução incessante das condições técnicas e sociais do processo de trabalho, para fazer recuar cada vez mais os limites naturais decorrentes do tempo de trabalho necessário e alargar cada vez mais o domínio do mais-trabalho. Logo, não é no mais-trabalho absoluto, mas sim no relativo, que aparece "claramente o caráter industrial, historicamente específico, do modo de produção baseado no capital".[25] O capital, neste sentido, é produtivo, "na medida em que, no tipo de coerção que exerce sobre o trabalho assalariado [...], estimula a força produtiva do trabalho a criar mais-valia relativa".[26]

Neste aspecto, a diferença entre o modo de produção capitalista e as épocas anteriores é muito mais profunda. Vimos que o modo de produção capitalista está de antemão orientado para o valor de troca, e que nele a produção de valores de uso não é uma finalidade, mas um meio. A finalidade é a valorização do capital. Isso significa que o capital deve não só extrair o mais-trabalho, mas também realizá-lo como mais-valia.

Depreendem-se daí duas coisas. A primeira: "*A mais-valia criada em um ponto demanda a criação de mais-valia em outro ponto, para que haja intercâmbio.* [...] *Logo, uma condição necessária à produção baseada no capital é a produção de uma esfera da circulação constantemente ampliada, seja porque essa esfera se amplie diretamente, seja porque se criem, dentro dela, mais pontos de produção.* [...] Assim como o capital tem a tendência permanente de criar mais-trabalho, também tem a tendência complementar de criar mais pontos de intercâmbio; ou seja, do ponto de vista da mais-valia ou do mais-trabalho absolutos, tem a tendência de produzir mais mais-trabalho como complemento de si mesmo; no fundo,[27] trata-se da tendência de a produção baseada no capital dilatar-se."[28] Por isso, "todo e qualquer limite se apresenta [ao capital] como uma barreira a ultrapassar". Ele busca "submeter todos os momentos da produção ao intercâmbio e abolir a produção de valores de uso diretos, que não entram no processo de intercâmbio. Assim, a produção baseada no capital tende a ocupar o lugar dos modos de produção anteriores a ele." O comércio aparece "como pressuposto e momento essencial que engloba a própria produção", e "a tendência de criar o mercado mundial [está] dada diretamente no próprio conceito de capital".[29]

Podemos ler, ademais, nos *Grundrisse*: para impulsionar a produção de mais-valia relativa, baseada na multiplicação e desenvolvimento das forças produtivas, o capital precisa "ampliar, dentro da circulação, a esfera do con-

sumo, assim como ampliou antes a esfera da produção". Por isso, o modo de produção capitalista requer: "Primeiro: ampliação quantitativa do consumo existente; segundo: difusão das 'velhas' necessidades por espaços mais amplos; terceiro: produção de novas necessidades, com descoberta e criação de novos valores de uso." Em outras palavras, "*o mais-trabalho não deve gerar mero excedente quantitativo; as diferenças qualitativas do trabalho devem aumentar, se diversificar e se multiplicar continuamente.* Graças, por exemplo, à duplicação da capacidade produtiva, basta empregar agora um capital de 50 onde antes era necessário um de 100, de modo que ficam livres um capital de 50 e o trabalho necessário correspondente a ele; é preciso criar um novo setor de produção, qualitativamente diferente, para o capital e o trabalho liberados, um setor que produza e satisfaça uma nova necessidade.[30] O valor da velha indústria será conservado, criando-se um fundo para uma nova, na qual a relação entre capital e trabalho[31] seja recriada em uma forma também nova. Daí decorrem a tendência à exploração da natureza inteira, para descobrir novas propriedades úteis das coisas; o intercâmbio universal dos produtos de todos os climas e países; novas elaborações (artificiais) dos objetos naturais para encontrar novos valores de uso [...], o que exige o máximo desenvolvimento das ciências naturais; a identificação, a criação e a satisfação de novas necessidades procedentes da própria sociedade; o cultivo de todas as propriedades do homem social e a produção deste como um indivíduo portador de múltiplas necessidades, ou seja, cheio de qualidades e relações as mais diversas. Logo, a produção baseada no capital precisa produzir o indivíduo social o mais pleno e universal possível (pois, para aproveitá-lo de modo multifacetado, é necessário que seja capaz de fruir, que tenha um alto grau de cultura)."[32]

Marx prossegue: "Assim como a produção baseada no capital cria, de um lado, a laboriosidade universal, [...] de outro, cria um sistema de exploração geral das propriedades naturais e humanas, um sistema de utilidade geral,[33] utilizando tanto a ciência como todas as propriedades físicas e espirituais; nada parece ser mais elevado, nem justificado em si mesmo, fora dessa esfera da produção social e da troca. Assim, o capital cria a sociedade burguesa e um regime de apropriação universal, pelos membros da sociedade, tanto da natureza como das relações sociais. Daí decorre a grande influência civilizatória do capital;[34] sua produção de *uma sociedade perante a qual todas as anteriores aparecem como desenvolvimentos meramente locais da humanidade e como uma idolatria da natureza.* Pela primeira vez, a natureza é convertida em um objeto para o homem, em coisa útil, apenas; deixa de ser reconhecida como um poder para si; até mesmo o conhecimento teórico de suas leis autônomas torna-se pura astúcia,[35] voltada para submeter a natureza às ne-

cessidades humanas, como objeto de consumo ou meio de produção. Seguindo essa tendência que lhe é inerente, o capital também passa por cima das barreiras e preconceitos nacionais, assim como sobre a divinização da natureza; liquida a satisfação tradicional das necessidades existentes, muito limitadas, e a reprodução do velho modo de vida. Opera destrutivamente contra tudo isso, é constantemente revolucionário, derruba as barreiras que dificultam o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e intercâmbio das forças naturais e espirituais."[36]

Isso é tudo sobre as tendências "expansionista" e "civilizatória" do capital, que resultam de uma mesma tendência fundamental: o incremento da mais-valia absoluta e relativa. Intercalamos aqui esses raciocínios, desenvolvidos na seção dos *Grundrisse* consagrada ao processo de circulação, porque eles trazem novidades, fazem considerações que não se encontram em *O capital*, salvo em observações ocasionais. Além disso, é necessário assinalar a estrutura da seção sobre "processo de produção do capital", que resulta da diferenciação entre as duas formas fundamentais de mais-valia. Enquanto se tratava de explicar a valorização do capital, Marx podia e devia prescindir da mais-valia relativa, limitando-se à análise da mais-valia absoluta. Agora o centro de gravidade da investigação se deslocou. Devemos avançar na direção do mais-trabalho e da mais-valia relativos, se quisermos explicar, de um lado, por que o capital encontra nas máquinas a forma mais adequada de existência e, de outro, por que, com o desenvolvimento da produção capitalista, a massa de trabalho vivo empregado decresce continuamente, em comparação com aquela objetivada nos meios de produção, ao mesmo tempo que o trabalho vivo não pago tende a crescer em relação ao trabalho vivo pago. (Este é um tema de que trataremos especialmente nos capítulos 17 e 18 deste trabalho.)

CAPÍTULO 16

MAIS-VALIA RELATIVA E PRODUTIVIDADE

(Sobre a crescente dificuldade de o capital valorizar-se na medida em que o modo de produção capitalista se desenvolve)

Encontra-se nos *Grundrisse* uma análise que não reaparece em *O capital* e que devemos considerar aqui com certo detalhe.

Vimos que o modo de produção capitalista caracteriza-se especialmente pela tendência — que lhe é específica — de criar mais-valia relativa. Só dessa forma o capital consegue impulsionar constantemente o desenvolvimento das forças produtivas materiais e colocar o progresso social a serviço da riqueza.[1]

Neste ponto, no entanto, o capital se choca contra barreiras inerentes à sua própria natureza, barreiras que mostram que esse modo de produção é um período transitório, embora historicamente necessário.[2]

O capital só desenvolve as forças produtivas da sociedade na medida em que, com isso, se valorize, ou seja, crie mais-valia. Mas sua valorização está confinada aos limites da relação entre o trabalho necessário e o mais-trabalho. Por isso, na medida em que as forças produtivas se desenvolvam e o trabalho necessário se aproxime de seu limite "inferior", a valorização do capital torna-se cada vez mais difícil.

Suponhamos que a relação entre o trabalho necessário e o mais-trabalho seja 1 : 1. O trabalhador trabalha, para si e para o capitalista, a mesma quantidade de tempo. "Ao apropriar-se da jornada inteira de trabalho, mediante o intercâmbio pelo trabalho objetivado no trabalhador, equivalente a meio dia de trabalho, [...] o capitalista cria a mais-valia de seu capital; em nosso exemplo, meio dia de trabalho objetivado. Imaginemos que a produtividade do trabalho duplique; o mesmo trabalho passa a fornecer o dobro de *valor de uso*."[3] Agora, o trabalhador teria de trabalhar 1/4 de uma jornada para ganhar o que lhe permite viver o dia inteiro. Se seu tempo de trabalho diminuísse em 1/4, o capitalista conseguiria apropriar-se da mesma quantidade de mais-trabalho. Este, porém, não concordará com a diminuição da jornada, pois, como capitalista, aspira a uma valorização cada vez maior de seu capital, mesmo quando a concorrência com outros capitalistas não o obrigue a isso. Portanto, manterá a jornada anterior, correspondente a um dia: "O aumento da produtividade, que permite ao trabalhador viver

um dia inteiro com 1/4 de seu dia de trabalho, resulta tão-somente em que agora ele deve trabalhar 3/4 de dia para o capitalista, enquanto antes só trabalhava 2/4. A maior produtividade de seu trabalho reduz o tempo de trabalho necessário [...] e prolonga o tempo de trabalho dedicado à valorização do capital [...]."[4]

Mas aqui, prossegue Marx, uma coisa chama a atenção: a produtividade do trabalho duplicou, enquanto o mais-trabalho (ou a mais-valia) só cresceu 50%, de 2/4 a 3/4 do dia. "Vê-se que o mais-trabalho (do ponto de vista do trabalhador) ou a mais-valia (do ponto de vista do capital) não aumentam na mesma proporção da produtividade." Se, na situação anterior, o trabalhador tivesse de trabalhar 2/3 de um dia para viver um dia, a duplicação da produtividade teria feito o trabalho necessário diminuir de 2/3 para 1/3, duplicando-se correspondentemente o [tempo de] mais-trabalho. "Portanto, a proporção em que a produtividade do trabalho aumenta o valor do capital depende da proporção que existia antes entre a parte do trabalho objetivado no trabalhador e seu trabalho vivo" (nessa proporção, a jornada total de trabalho "aparece necessariamente como caso-limite"). O capital não pode apropriar-se de toda a jornada, pois uma parte dela precisa sempre ser permutada pelo trabalho objetivado no trabalhador: "A mais-valia pressupõe a relação entre o trabalho vivo e o trabalho objetivado no trabalhador; ambos os termos da relação precisam existir. Uma certa relação entre o incremento da produtividade e o incremento do valor existe sempre, pois a relação permanece como relação, embora seus elementos variem." A mais-valia relativa não pode "aumentar na mesma proporção numérica que a força produtiva".[5] Pelo contrário, seu crescimento deve tornar-se mais lento, como o exemplo seguinte demonstra:

Suponhamos que a duplicação da produtividade tenha reduzido o trabalho necessário de 1/2 dia a 1/4 de dia, fazendo com que o capitalista ganhe 1/4 de dia como mais-valia relativa. Suponhamos ainda que a produtividade duplique novamente. O tempo de trabalho necessário cairia de 1/4 para 1/8 do dia, enquanto a mais-valia aumentaria apenas 1/8 de dia. Qualquer crescimento posterior da produtividade acarretaria um menor crescimento relativo da mais-valia. "Se o trabalho necessário se reduzisse a 1/1.000 da jornada, a mais-valia total seria igual a 999/1.000. Se, neste caso, a produtividade fosse multiplicada por mil, o trabalho necessário se reduziria a 1/1.000.000 do dia de trabalho e a mais-valia total atingiria 999.999/1.000.000 desse mesmo dia. [...] Portanto, teria aumentado 999/1.000.000. [...] Ou seja, com a multiplicação por mil da produtividade, ela não chegaria a aumentar um milésimo [...]."[6]

Marx resume em três observações o resultado de sua investigação que compara o crescimento da mais-valia relativa e o crescimento da produtividade do trabalho:

"Primeiro: o aumento da produtividade do trabalho vivo aumenta o valor do capital (ou diminui o valor do trabalhador),[7] não porque aumente a quantidade dos produtos (ou valores de uso) criados com o mesmo trabalho — a capacidade produtiva do trabalho é sua capacidade natural —, mas porque reduz o trabalho necessário; na mesma proporção em que este diminui, cria-se mais-trabalho ou, o que é o mesmo, cria-se mais-valia. Pois a mais-valia que o capital obtém no processo de produção nasce do mais-trabalho, o trabalho que excede o trabalho necessário. O aumento da produtividade só pode aumentar o mais-trabalho [...] na medida em que reduz a proporção entre o trabalho necessário e o mais-trabalho."

"Segundo: a mais-valia do capital não aumenta acompanhando o multiplicador da produtividade; ela aumenta conforme a diferença entre [de um lado] a fração da jornada de trabalho vivo que antes representava trabalho necessário e [de outro] essa mesma fração dividida pelo multiplicador da produtividade. [...] Portanto, o aumento da quantidade absoluta de valor do capital como conseqüência de um determinado aumento da produtividade depende da fração da jornada de trabalho que representa o trabalho necessário e, portanto, expressa a relação originária entre o trabalho necessário e a jornada de trabalho vivo. Logo, o aumento da produtividade, em uma mesma proporção, pode aumentar de maneira diferente o valor do capital[8] em países diferentes, por exemplo. Um aumento geral da produtividade, na mesma proporção, também pode aumentar de maneira diferente o valor do capital nos diferentes setores da indústria, e o fará segundo a relação diferente que exista, nesses setores, entre o trabalho necessário e a jornada de trabalho vivo." (Marx acrescenta: "Em um sistema concorrencial, esta proporção só seria a mesma se o trabalho estivesse igualado, em todos os setores, como trabalho simples, se o trabalho necessário fosse o mesmo e representasse a mesma quantidade de trabalho objetivado.")[9]

"Terceiro: quanto maior for a mais-valia do capital antes do aumento da produtividade, tanto maior será a quantidade de mais-trabalho ou mais-valia já incorporados ao capital, ou tanto menor a fração da jornada de trabalho que já constituía o equivalente do trabalhador, sob a forma de trabalho necessário; logo, tanto menor será o crescimento da mais-valia recebida pelo capital graças ao aumento da produtividade. A mais-valia aumenta, mas em uma proporção cada vez menor em relação ao desenvolvimento da produtividade. Quanto mais desenvolvido é o capital, quanto mais-trabalho já criou, tanto mais formidavelmente terá de desenvolver a produtividade

para valorizar-se (ou seja, para agregar mais-valia a si mesmo) em proporção cada vez menor. A barreira é sempre a proporção entre a fração do dia que expressa o trabalho necessário e a jornada inteira de trabalho. Só pode mover-se dentro desses limites. Quanto menor for a fração que corresponde ao trabalho necessário e maior a que corresponde ao mais-trabalho, menor será a redução do trabalho necessário proporcionada pelo incremento da força produtiva, até o ponto de não reduzi-lo sensivelmente,[10] pois o denominador cresceu enormemente.[11] A autovalorização do capital se torna mais difícil na medida em que ele já se valorizou." Atingido certo ponto, "o incremento da produtividade chegaria a ser indiferente para o capital, do ponto de vista de sua valorização, pois suas proporções teriam atingido níveis mínimos. Ele teria deixado de ser capital."[12]

Marx, no entanto, destaca que essas idéias só são verdadeiras "neste nível de abstração, e apenas sob o ponto de vista que adotamos agora" (ou seja, na medida em que se enfoque apenas a relação abstrata entre o desenvolvimento da produtividade e o crescimento da mais-valia). "Agregaremos outras relações, que modificarão consideravelmente a questão. O conjunto, quando se completar, constituirá a teoria do lucro."[13] Eis a razão pela qual esses raciocínios, apesar de sua importância, só entraram de forma fragmentária no primeiro tomo da obra posterior.[14] Todavia, Marx lançará mão deles para resolver o problema fundamental da queda da taxa de lucro. Voltaremos a eles quando tratarmos desse tema.[15]

CAPÍTULO 17

OS MÉTODOS DE PRODUÇÃO DA MAIS-VALIA RELATIVA

*(Cooperação, manufatura, maquinaria)**

Ao contrário da mais-valia absoluta, não se obtém mais-valia relativa pelo prolongamento da jornada de trabalho, mas sim pelo barateamento do valor da força de trabalho. Decorre daí "o impulso imanente e a tendência permanente do capital [...] de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, ou seja, [revolucionar] o modo de produzir [...], para aumentar a produtividade do trabalho; diminui assim o valor da força de trabalho e abrevia-se a parte da jornada que é necessária à reprodução desse valor [...]."[1]

Que métodos de produção o capital desenvolve em seu impulso na direção da mais-valia relativa?

Podemos destacar a utilização capitalista da cooperação, a divisão manufatureira do trabalho e, sobretudo, o desenvolvimento da maquinaria moderna. Toda a seção IV do primeiro tomo de *O capital* foi dedicada à descrição sistemática desses temas, só esboçados nos *Grundrisse*, onde aparecem misturados com outros.

O que distingue os métodos de produção mencionados é, em primeiro lugar, o fato de que põem as forças produtivas sociais do trabalho a serviço do capital. Como vimos,[2] o conceito de trabalho assalariado pressupõe que o trabalhador renuncie ao valor de uso de sua mercadoria e, portanto, aos frutos de seu trabalho. A "separação entre trabalho e propriedade do produto do trabalho" está implícita no intercâmbio entre capital e trabalho.[3] O que o trabalhador vende ao capitalista, e o que este último paga, é "sua força de trabalho individual, isolada". No processo de produção, porém, ele não é usado como indivíduo, mas como integrante de um "organismo ativo" que acrescenta novas potências sociais à capacidade de trabalho de cada um.[4]

---

* Até aqui ordenamos os nossos capítulos seguindo a exposição dos próprios *Grundrisse*. A partir de agora, no entanto, esse procedimento se torna impossível, já que os temas passam a ser freqüentemente tratados de forma dispersa ao longo do manuscrito de Marx.

Com efeito, mesmo a cooperação simples de forças de trabalho não corresponde a uma mera adição delas; o caráter coletivo e coordenado do trabalho aumenta a capacidade produtiva. (Isso fica ainda mais claro quando se observa a divisão de trabalho dentro da fábrica.) Mas, como a associação dos trabalhadores no processo de produção não "é estabelecida por eles, mas sim pelo capital", esta associação "não representa a existência deles, mas a existência do capital. Para o trabalhador individual, tal associação aparece como arbitrária."[5] O aumento da produtividade, decorrente do trabalho associado, não beneficia os trabalhadores, mas sim o capital. (Isso decorre do fato simples de que "o grande salto na produtividade do trabalho só começa quando este se converte em trabalho assalariado, [...] ou seja, em condições nas quais os próprios trabalhadores já não podem apropriar-se do resultado de seu trabalho".)[6] "Os avanços da civilização — em outras palavras, o incremento das forças produtivas sociais — [...] não servem para enriquecer o trabalhador, mas o capital", pois são monopolizados pela classe capitalista. Os avanços alargam os domínios do mais-trabalho relativo, com o aumento da produtividade, e — "já que o capital é a antítese do trabalhador" — aumentam "o poder objetivo sobre o trabalho", ou seja, o poder do capital.[7] (Marx diz em outra passagem: "Por isso, o trabalhador considera, com razão, que o desenvolvimento da capacidade produtiva de seu próprio trabalho lhe é hostil.")[8]

O modo de produção especificamente capitalista se baseia, antes de mais nada, no desenvolvimento das potências sociais do trabalho. Mas o capital só consegue colocar essas potências a seu serviço porque, desde o início, é uma força coletiva; como tal, "não se depara com o trabalho isolado, mas sim o trabalho combinado".[9] Pois a finalidade da produção capitalista não é a produção de valores de uso, mas sim de valores de troca ou, mais exatamente, de mais-valia. O mais-trabalho "deve ser, desde o início, suficientemente grande, para que uma parte dele possa ser novamente usado como capital"; ou seja, o capital deve estar em condições "de pôr em movimento simultâneo uma certa quantidade de capacidade viva de trabalho".[10] Nesse sentido, a acumulação e a concentração de forças de trabalho, o "agrupamento de muitos em torno de um capital", estão contidos no conceito de capital (não como a acumulação e a concentração do capital "acabado",[11] que aparecem como "oposição à pluralidade de capitais", a qual pressupõe a esfera da concorrência).[12]

Nos primórdios da produção capitalista, o capital só coordena os trabalhadores formalmente, pois essa coordenação "se restringe ao produto do trabalho, e não ao próprio trabalho". Consiste simplesmente em que "o capital contrata diversos tecelões e fiandeiros manuais, autônomos e dispersos

em suas próprias moradias [...]. O modo de produção propriamente dito ainda não está sob controle do capital, mas existe previamente a ele. Esses trabalhadores dispersos compartilham apenas a relação de cada um com o capital [...]. Em vez de permutar com muitos, permutam com um único capitalista [...]. O trabalho cooperativo só existe *em si*, já que todos trabalham para o capital — que, por conseguinte, ocupa a posição central — sem que trabalhem juntos [de fato]."[13] Aqui, a concentração ainda se limita a uma concentração dos intercâmbios pelo capital. Logo essa etapa é superada; chega-se a uma situação em que o capital já não emprega os trabalhadores do jeito em que os encontrou, mas os faz cooperar em uma empresa. "O capital se apresenta agora como ação coletiva dos trabalhadores, [...] como vínculo que os mantém juntos e, por isso, cria essa ação", provocando ao mesmo tempo "a total separação dos trabalhadores em relação às condições da produção" e sua dependência absoluta em relação ao capital.[14]

No princípio será uma cooperação simples, na forma da atividade de um "número de trabalhadores relativamente grande, no mesmo momento e no mesmo espaço [...], para produzir o mesmo tipo de mercadorias, sob o comando do mesmo capitalista"; quanto ao modo de produzir, uma empresa desse tipo "só se distingue da indústria artesanal de corporações pelo maior número de trabalhadores que o mesmo capital utiliza".[15] Mas o capital não pode limitar-se à mera cooperação dos trabalhadores. Deve ir mais além. É certo que qualquer produção em maior escala pressupõe uma cooperação desse tipo, e neste sentido a cooperação simples segue sendo a "forma fundamental da produção capitalista". Mas seria historicamente errôneo considerá-la uma época particular e "estável" do modo de produção capitalista.[16] Ao evoluir, a empresa capitalista primitiva logo se vê obrigada a "utilizar de outra maneira a concentração dos trabalhadores no mesmo lugar e a simultaneidade de seus trabalhos", por exemplo dividindo o trabalho total em determinadas operações parciais e entregando cada uma dessas operações a um grupo específico de trabalhadores. Surge assim a típica manufatura capitalista, como modo de produção industrial. Ela modifica a divisão do trabalho fabril: o que importa não é principalmente a qualidade do produto, como ocorria no artesanato, mas sim a produção em série, por "tratar-se de valor de troca e mais-valia".

Por isso, a manufatura — primeira forma histórica da produção capitalista — aparece primeiro ali "onde se produz em massa para a exportação, para o mercado externo", ou seja, em cidades mercantis e costeiras, cuja produção industrial "está orientada naturalmente, por assim dizer, para o valor de troca". Fora desses grandes entrepostos, a manufatura "não se apodera desde logo da chamada indústria urbana, mas sim da indústria campo-

nesa suplementar — fiação, tecelagem —, trabalhos que requerem menor grau de habilidade profissional e menor formação técnica"; ou então "de setores de produção como as fábricas de vidro, metal, serralherias etc., que desde o princípio demandam maior concentração de força de trabalho [...] e de meios de trabalho etc.", e que por isso "não podem organizar-se no sistema de corporações".[17]

Por mais que a manufatura capitalista primitiva aspire a produzir mais-valia relativa por meio da cooperação e da divisão do trabalho, as leis que a regem não são de modo algum idênticas "às da grande indústria".[18] Apesar de todo o desenvolvimento da divisão do trabalho, *seu fundamento permanece sendo a habilidade artesanal, e seu "mecanismo específico* [...] [*é*] *o trabalhador coletivo formado pela combinação de muitos trabalhadores parciais*".[19] Como regra geral, "o trabalho necessário ainda absorve grande parte do tempo de trabalho disponível, e o mais-trabalho de cada trabalhador permanece relativamente pequeno". Isso é compensado pelo fato de que, na manufatura, "a taxa de lucro é maior; nela, o capital se acumula com mais rapidez, em relação à sua quantidade[20] já existente, do que na grande indústria". "Por outro lado, essa maior taxa de lucro na manufatura decorre do emprego simultâneo de muitos trabalhadores." Por isso, o mais-trabalho absoluto predomina na manufatura e nela imprime sua marca.[21]

Só a indústria moderna, baseada na maquinaria, pode superar essa barreira. Ao contrário da manufatura, na grande indústria a contínua revolução do modo de produzir não se baseia na força de trabalho, mas sim nos meios de trabalho.[22] Isso modifica profundamente a relação original entre o trabalhador e esses meios. No lugar do ofício dominado pelo trabalhador aparece agora um "monstro vivo" que "materializa o pensamento científico e passa a exercer, de fato, o papel de coordenação", dominando todo o processo; a partir daí, o trabalhador individual passa a existir "como apêndice vivo e isolado".[23] Ao contrário da ferramenta simples, a máquina — mais ainda, a maquinaria como sistema automático — "sob nenhum ponto de vista aparece como meio de trabalho do trabalhador individual. Sua *differentia specifica* não é, como no caso do meio de trabalho, a de transmitir ao objeto a atividade do trabalhador. A atividade se organiza agora de outra maneira: o que se transmite à matéria-prima é o trabalho, ou ação, da própria máquina, à qual [o trabalhador] vigia e impede que se danifique. É diferente do caso do instrumento que o trabalhador manipula e anima, como a uma parte de seu próprio corpo, com sua destreza e atividade, e cujo manejo depende de sua virtuosidade. Dona da habilidade e da força,[24] a máquina toma o lugar do trabalhador, ela mesma é a virtuose, possui alma própria, encarnada nas leis da mecânica que agem nela [...]. A atividade do

trabalhador, reduzida a uma mera atividade abstrata,[25] passa a ser totalmente determinada e regulada pelo movimento da maquinaria, e não o contrário. [...] O processo de produção deixa de ser processo de trabalho, no sentido de ser controlado pelo trabalho como unidade dominante. O trabalho só se apresenta nele como órgão consciente, disperso sob a forma de diversos trabalhadores vivos, presentes em muitos pontos do sistema mecânico; subsumido no conjunto da maquinaria, é apenas um elo de um sistema cuja unidade não está mais localizada nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa) [...], diante da qual a força de valorização da capacidade laborativa individual desaparece como algo infinitamente pequeno. [...] O pleno desenvolvimento do capital só ocorre [...] quando o meio de trabalho [...] se apresenta diante do trabalho, no processo de produção, sob a forma de máquinas; então, o processo de produção deixa de estar subordinado à habilidade direta do trabalhador e aparece como aplicação técnica da ciência. A tendência do capital, portanto, é dar à produção um caráter científico, reduzindo o trabalho a um simples momento desse processo."[26]

Que efeitos a transformação dos meios de trabalho e a permanente revolução do modo de produzir têm sobre o processo de valorização do capital?

Marx diz em outra passagem: freqüentemente os economistas afirmam que a maquinaria "economiza trabalho" e que, com sua ajuda, "o trabalho humano faz e cria coisas que não poderiam ser produzidas sem ela". Ambas as afirmações são corretas, mas só dizem respeito "ao valor de uso da maquinaria",[27] ao processo de trabalho como tal, silenciando-se assim sobre o papel da maquinaria no processo de valorização do capital. Sob esta outra óptica, a maquinaria é um meio para aumentar a produção de mais-valia.

Como Marx descreve de forma tão expressiva e detalhada no primeiro tomo de *O capital*, a introdução do maquinismo esteve historicamente relacionada com um prolongamento desmedido da jornada de trabalho e com uma exploração ultrajante do trabalho de mulheres e crianças, ambos os métodos estando voltados para aumentar o mais-trabalho e a mais-valia absoluta. Mas não é esta a finalidade inerente à maquinaria; ela é, antes de tudo, um meio para aumentar a mais-valia *relativa*.

O próprio conceito de mais-valia relativa implica uma economia de trabalho necessário, pelo aumento da produtividade, a fim de estender o mais-trabalho.[28] "Essa tendência se realiza pela transformação do meio de trabalho em maquinaria."[29] "Só na imaginação dos economistas [a máquina] vem em socorro do trabalhador individual", para abreviar e facilitar sua tarefa. (Ao contrário, o uso capitalista da maquinaria retira da atividade do trabalhador "toda a independência e o caráter estimulante",[30] ao convertê-lo não só em um trabalhador parcial, mas também em uma máquina par-

cial.) "Na verdade, o capital só usa a máquina na medida em que ela faz o trabalhador [por meio da redução do trabalho necessário] trabalhar para o capital durante uma parte maior de seu tempo, transformando a maior parte do tempo em um tempo que não lhe pertence. [...] Nesse processo, de fato, reduz-se ao mínimo a quantidade de trabalho necessário para produzir um objeto dado, mas só para que um máximo de trabalho se valorize em um máximo de objetos."[31] A aplicação capitalista da maquinaria se revela, na verdade, como o contrário exato do que diz a apologia burguesa: em lugar de tornar o trabalhador mais independente e atenuar sua exploração, serve para confiscar uma parte crescente de seu tempo de trabalho na forma de mais-trabalho, de modo a perpetuar e fortalecer o poderio do capital, que lhe é hostil.

Só no próximo capítulo examinaremos outro efeito da maquinaria: a formação do chamado exército industrial de reserva. Desde logo, porém, assinalemos que "a indústria baseada na maquinaria, por mais que estenda o mais-trabalho e diminua o trabalho necessário — graças ao desenvolvimento das forças produtivas —, *só obtém esse resultado através da redução do número de trabalhadores ocupados por um mesmo capital.* Uma parte antes variável do capital, ou seja, uma parte que era aplicada em força viva de trabalho, é transformada em maquinaria, ou capital constante, que não produz mais-valia.[32] [...] O emprego da maquinaria para aumentar a mais-valia implica, pois, uma contradição: dos dois fatores que determinam qual será a mais-valia produzida por um capital de magnitude dada, ele aumenta um (a taxa de mais-valia) e diminui o outro (o número de trabalhadores)."[33] Veremos depois como esta contradição se resolve e, ao mesmo tempo, se aprofunda.

Isso é tudo sobre o papel da maquinaria no processo de valorização do capital. O desenvolvimento da maquinaria remete a outros aspectos, se enfocarmos o processo de trabalho, ou seja, se abstrairmos sua utilização especificamente capitalista. Sobre isso, podemos ler nos *Grundrisse*: "A natureza não constrói máquinas têxteis, locomotivas, estradas de ferro, telégrafos[34] etc. São produtos da laboriosidade humana; são materiais naturais que se transformam em instrumentos da vontade e da ação humanas sobre a natureza. São como órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; conhecimento objetivado." O desenvolvimento da maquinaria "revela *até que ponto o conhecimento* [...] *social geral converteu-se em força produtiva imediata*; portanto, até que ponto as condições do próprio processo da vida social foram colocadas sob o controle do intelecto coletivo[35] e remodeladas por ele. Até que ponto as forças produtivas sociais são produzidas não só sob a forma de conhecimento, mas como órgãos imediatos da práxis social,

do processo vital real."[36] Isso não significa apenas que "o trabalhador individual, como tal, deixa de ser produtivo e, ao contrário, só é produtivo nos trabalhos coletivos que subordinam a si as forças naturais".[37] Significa, ademais, que o desenvolvimento da maquinaria como sistema automático, quando levado às últimas conseqüências (basta lembrar a automação, que se difunde hoje), revoluciona radicalmente a natureza do processo de trabalho, pois outorga ao trabalhador a função, totalmente modificada, de um mero "vigilante e regulador" desse processo.[38] Resulta daí que o desenvolvimento da maquinaria — embora esta, sob controle do capital, só conduza à sujeição do trabalhador — oferece a mais segura perspectiva de sua futura libertação: ela permite reduzir radicalmente o tempo de trabalho, condição para que a eliminação da sociedade de classes deixe de ser uma expressão vazia.[39] (Voltaremos a esse tema, com mais detalhes, no capítulo 28 deste livro.) Por outro lado, o desenvolvimento da maquinaria moderna "transforma em questão de vida ou morte eliminar a monstruosidade que é manter em reserva uma população trabalhadora miserável, pronta para satisfazer as exigências mutantes da exploração capitalista, e substituí-la por indivíduos capazes de realizar diferentes tipos de trabalho. A grande indústria obriga a sociedade, sob pena de esta vir a perecer, a substituir o indivíduo parcial, capacitado a cumprir uma função social muito específica [como é o trabalhador assalariado atual], pelo indivíduo totalmente desenvolvido, para quem as funções sociais sejam diferentes modos de atividades que ele é capaz de realizar."[40] Ambas as exigências só podem tornar-se realidade na sociedade comunista; mas o próprio capital empurra nessa direção, mesmo contra sua vontade. "Por um lado, [o capital] traz à luz todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio sociais, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado.[41] Por outro, pretende medir com o tempo de trabalho essas gigantescas forças sociais assim criadas, mantendo-as confinadas nos estreitos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor. As forças produtivas e as relações sociais — umas e outras, aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social — aparecem para o capital apenas como meios para produzir, reproduzindo sua mesquinha base. *In fact*, todavia, elas criam as condições materiais para lançar essa base pelos ares."[42] Este é um problema que ultrapassa muito os marcos deste capítulo, e do qual só nos ocuparemos com mais detalhes no capítulo dedicado à ordem social socialista.

CAPÍTULO 18

AS JORNADAS DE TRABALHO SIMULTÂNEAS, A LEI CAPITALISTA DE POPULAÇÃO E O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

(A crítica a Malthus)

Na investigação realizada até aqui, interessava a Marx, antes de mais nada, averiguar a natureza da mais-valia, encarnação do "tempo de trabalho — absoluto ou relativo — comandado pelo capital, acima do tempo de trabalho necessário".[1] Para compreender esse processo, o número de trabalhadores empregados pelo capital era uma informação indiferente. Enfocando-se cem, dez ou apenas uma jornada de trabalho, em todos os casos obtinha-se a mais-valia ou pelo prolongamento da jornada total de trabalho ou pela diminuição do tempo de trabalho necessário. Em qualquer caso, o grau de valorização do capital, ou taxa de mais-valia, dependia apenas da divisão da jornada em trabalho necessário e mais-trabalho. Podia-se ignorar o número de trabalhadores explorados pelo capital ou, como diz Marx de forma genérica nos *Grundrisse*, a soma das "jornadas de trabalho simultâneas".[2]

Porém, como vimos em capítulo anterior, o capital é, desde o primeiro momento, uma "força coletiva" baseada na supressão do isolamento do trabalhador, na concentração de muitos trabalhadores sob o comando de um capitalista: "A cada trabalhador não pode corresponder um capitalista. Uma certa quantidade de trabalhadores tem de corresponder a *um* capitalista, e não da mesma forma como um ou dois aprendizes correspondem a um mestre artesão. [...] Se o capitalista empregasse um só trabalhador, pretendendo viver do trabalho deste, evidentemente ganharia o dobro se trabalhasse por si mesmo, com seus próprios recursos, já que neste caso, além da mais-valia, ganharia o salário pago ao trabalhador."[3] Se se limitasse a um só trabalhador, "perderia nesse processo [...], pois o trabalhador seria na verdade seu ajudante, não se estabelecendo entre ambos a relação típica do capital". Para que "o capital exista como capital, para que [o capitalista] possa viver do lucro e ao mesmo tempo acumular", deve estar em condições de "colocar em ação, simultaneamente, uma certa quantidade de capacidade viva de trabalho [...] [e] seu lucro deve ser igual à soma do mais-trabalho de muitas jornadas simultâneas de trabalho vivo".[4]

Como o número de trabalhadores contratados pelo capital influi na valorização do capital, na produção de mais-valia?

Em primeiro lugar, devemos distinguir taxa e massa de mais-valia. Para determinar a primeira, vimos que é indiferente considerar o número de trabalhadores empregados. O capital pode empregar cinco ou cinqüenta trabalhadores; se, em todos os casos, eles trabalham a mesma quantidade de tempo, e se a relação entre trabalho pago e não pago é a mesma, cada um dos cinqüenta trabalhadores criará tanta mais-valia quanto cada um dos cinco. A massa total de mais-valia produzida — ou seja, a escala em que o capital pode valorizar-se de uma vez — é que será diferente nos dois casos. Para determinar essa massa é necessário conhecer não só a taxa de mais-valia e a extensão da jornada de trabalho — como ocorre na jornada individual — mas também o número de vezes em que essa jornada se repete no espaço, ou seja, o número de trabalhadores ocupados simultaneamente. Esses dois últimos fatores podem ser agrupados sob o conceito de "trabalho incorporado",[5] que apaga a diferença entre uma e várias jornadas no tocante à determinação da massa de mais-valia produzida. O mesmo enfoque pode estender-se ao trabalho colocado em movimento pelo capital total de uma sociedade, que passa a ser visto, nesse caso, como uma jornada integrada de trabalho (por exemplo, o trabalho total de 6 milhões de trabalhadores que cumprem uma média de oito horas diárias representa uma jornada total de 48 milhões de horas). Se esta "jornada de trabalho social" constitui uma magnitude fixa, "a mais-valia só pode ser relativamente aumentada através de um aumento na capacidade produtiva do trabalho"; por outro lado, se esta capacidade for dada, o aumento do mais-trabalho só pode ocorrer "em sua forma absoluta [...], mediante a proletarização de uma parte maior da população, com o aumento das jornadas de trabalho simultâneas".[6] Neste caso, o crescimento da população trabalhadora aparece como "o limite matemático para a produção da mais-valia pelo capital social total".[7]

O modo como o número de trabalhadores empregados influi sobre a valorização do capital, sobre a massa de mais-valia que o capital é capaz de produzir, não é o único aspecto relevante que emerge do tema das "jornadas de trabalho simultâneas".

O modo de produção capitalista só se torna possível se o capital consegue apropriar-se constantemente de mais-trabalho. Mas o mais-trabalho "só existe em relação com o trabalho necessário, ou seja, só na medida em que este existe. Para criar mais-trabalho, o capital deve criar continuamente trabalho necessário; [...] ao mesmo tempo, deve eliminar o trabalho como trabalho necessário, de modo a transformá-lo em mais-trabalho." Ou seja, o capital tende a engendrar a maior quantidade possível de trabalho e, ao mesmo tempo, tende a reduzir ao mínimo o trabalho necessário. "Do ponto de vista de uma só jornada de trabalho, o processo é simples: (a) a jornada,

como um todo, deve ser prolongada até os limites das possibilidades naturais; (b) a parte necessária da jornada deve diminuir cada vez mais (desenvolvendo-se tanto quanto possível as forças produtivas)." A situação muda quando não se trata mais da jornada de trabalho isolada, mas sim da "*justaposição de muitas jornadas de trabalho*". Neste caso, as tendências que acabamos de mencionar aparecem modificadas.

De um lado, por sua natureza, o capital busca uma valorização ilimitada (só cria "uma mais-valia determinada porque não pode criar *at once* [de uma só vez] uma mais-valia ilimitada; mas o capital é o movimento permanente para criar mais do mesmo").[8] Mas a jornada de trabalho viva, que é a fonte de sua valorização, é sempre limitada, seja por fatores naturais, seja por fatores legais, definidos (estes últimos) pela sociedade. Se a duração da jornada não pode ser prolongada, e se o desenvolvimento técnico não permite no momento um aumento do mais-trabalho relativo, o capital só pode "superar o limite natural definido pela jornada de trabalho de um indivíduo se, a essa jornada, acrescenta simultaneamente outra, ou seja, soma, no espaço, mais jornadas de trabalho simultâneas. Por exemplo: não consigo fazer o mais-trabalho de A ser maior do que três horas; porém, se somo os dias de B, C e D, terei doze horas. No lugar de um mais-trabalho de três, criei um de doze horas."[9] Até certo ponto, é possível substituir o prolongamento da jornada de trabalho pela multiplicação do número de trabalhadores, aumentando a massa de mais-valia absoluta, apesar de a taxa de mais-valia permanecer a mesma.[10] Por isso, o capital tende a empregar o maior número possível de trabalhadores, para poder extrair mais mais-trabalho.

De outro lado, o impulso na direção da mais-valia relativa induz o capital "a colocar como não necessários" muitos desses trabalhadores. Tal como ocorria com as horas de trabalho necessárias quando analisamos a jornada singular de trabalho, o capital tende agora a "reduzir as jornadas de trabalho necessárias como proporção do tempo objetivado de trabalho total. (Se para produzir doze horas de mais-trabalho são necessários seis dias de trabalho [de doze horas], o capital se esforçará para obter o mesmo resultado em quatro dias.) Também se podem considerar os seis dias de trabalho como uma 'jornada' de trabalho de 72 horas; se o capital consegue reduzir o tempo de trabalho necessário em 24 horas, elimina dois dias de trabalho necessário, ou seja, dois trabalhadores."[11] "A lei: [...] aumentar o número de horas de mais-trabalho [mediante a redução do trabalho necessário] recebe aqui a forma: reduzir o número de trabalhadores necessários."[12] (Neste caso, a diminuição do número de trabalhadores é a contrapartida do aumento da mais-valia relativa; no caso anterior, o aumento do número de trabalhadores era a contrapartida do crescimento da mais-valia absoluta.)

A tendência do capital é "combinar mais-valia absoluta e relativa". Ele aspira à "máxima extensão da jornada de trabalho com a máxima quantidade de jornadas simultâneas, junto com a redução ao mínimo do tempo de trabalho necessário e da quantidade de trabalhadores necessários".[13] O primeiro processo exige um aumento da população trabalhadora, enquanto o segundo implica sua diminuição relativa, mesmo que, em termos absolutos, ela permaneça a mesma ou possa crescer. "Ambas as tendências são necessárias ao capital. A unidade dessas tendências contraditórias e, por conseguinte, a contradição viva[14] [realizam-se] na maquinaria",[15] que diminui o tempo de trabalho necessário e aumenta o de mais-trabalho, e que por isso se revela como o meio mais poderoso para produzir mais-valia, tanto relativa como absoluta. (Por isso, como vimos, a utilização capitalista da maquinaria deve ser entendida em primeiríssimo lugar a partir da relação do capital com o trabalho vivo, ou seja, a partir do esforço que o capital faz para apropriar-se de mais-valia, e não a partir da concorrência.)[16]

Voltemos a Marx: "Se não considerarmos o tempo de trabalho como sendo a jornada diária do trabalhador individual, mas como a jornada indeterminada de uma quantidade indeterminada de trabalhadores, intervêm [na investigação] todas as *relações de população*"; das formas fundamentais da mais-valia decorrem "todas as contradições que a moderna teoria da população expôs, mas não compreendeu".[17] Revela-se então que à ambígua lei do capital — "combinar a maior massa absoluta de trabalho necessário e a maior massa relativa de mais-trabalho" — corresponde uma lei igualmente ambígua: de um lado, transformar a maior parte possível da população em população proletarizada; de outro, "transformar permanentemente uma parte dessa população em superpopulação, população momentaneamente inútil, até que o capital possa vir a utilizá-la".[18]

Chegamos assim ao que passou a chamar-se "exército industrial de reserva",[19] que nos *Grundrisse*, ao contrário do que ocorre em *O capital*, Marx relaciona diretamente ao conceito de mais-valia relativa, sem antes haver descrito as influências da maquinaria e da acumulação do capital sobre o desenvolvimento da população trabalhadora. Podemos passar ao largo desta parte de sua exposição (p. 502-504 dos *Grundrisse*), que, com exceção do aspecto já mencionado, pouca novidade oferece em relação à obra posterior. Destaquemos apenas o método: Marx concebe o exército industrial de reserva como o resultado de um processo dialético de criação e supressão simultâneas do trabalho necessário por parte do capital;[20] há também a circunstância de que, nos *Grundrisse*, ele equipara o exército industrial de reserva à "esfera da pobreza", enquanto em *O capital* esta esfera, habitada por

pessoas em situação de miséria e integrantes do lumpemproletariado, constitui "o resíduo mais baixo da superpopulação relativa".

É de grande interesse, porém, a seção precedente dos *Grundrisse* (p. 497-501), que se ocupa da lei de população no capitalismo, mostrando a diferença dessa lei em relação àquelas que vigoravam em etapas anteriores da produção. Até onde sabemos, encontra-se aí a única crítica detalhada de Marx à teoria da população de Malthus.[21]

"Em diferentes modos de produção sociais, diferentes leis regem o aumento da população e a superpopulação",[22] as quais — pois trata-se aqui da "história da natureza do homem" — são "leis naturais, mas [...] leis naturais do homem que está em determinado desenvolvimento histórico, com um determinado desenvolvimento das forças produtivas, condicionado por seu próprio processo histórico [...]. Estas diferentes leis remetem às diferentes maneiras como o indivíduo se relaciona com as condições de produção ou — no que diz respeito ao indivíduo vivo — com a reprodução de si mesmo como membro da sociedade, já que só em sociedade o homem trabalha e se apropria dos resultados de sua atividade. A dissolução dessas relações para tal ou qual indivíduo, ou parte da população, coloca-os à margem das condições que reproduzem esta base, remetendo-os à condição de superpopulação. [...] Apenas no modo de produção baseado no capital [a superpopulação] resulta do próprio trabalho, do desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho." É completamente errôneo misturar as diversas leis históricas que regem o crescimento da população, tal como fazem os malthusianos, pois "em certo estágio da produção social [...] pode existir superpopulação, inexistente em outro estágio, e seus efeitos podem ser diferentes". Por exemplo: "A superpopulação nos povos caçadores difere da que existia entre os atenienses, e a destes difere da superpopulação das tribos germânicas [...]. Uma superpopulação de atenienses livres que se transformam em colonos difere consideravelmente de uma superpopulação de operários que são internados em locais de trabalho obrigatório.[23] Da mesma forma, a população mendicante que consome o excedente de um mosteiro difere da que se forma em uma fábrica [...]."

Marx prossegue: nas formações sociais pré-capitalistas, "o desenvolvimento das forças produtivas não constitui a base da apropriação; uma determinada relação com as condições de produção (formas de propriedade) se apresenta como limite anteposto às forças produtivas,[24] [...] de modo que o desenvolvimento da população — que resume o desenvolvimento de todas as forças produtivas[25] — encontra um limite exterior, tornando-se necessário restringi-lo." Para que uma sociedade assim organizada "se reproduza segundo seu modo de existência, [...] é necessário que seus mem-

bros se reproduzam sob as condições objetivas anteriores", mas estas "só são compatíveis com uma determinada quantidade de população". Ora, em todos os estágios da sociedade, "uma dada base produtiva determina ao mesmo tempo qual é a população adequada e qual é a superpopulação. Superpopulação e população, tomadas em conjunto, são *a* população que determinada base produtiva pode criar. Até que ponto esta pode superar tal limite depende do próprio limite ou, melhor ainda, da causa que o cria. Da mesma forma, o trabalho necessário e o mais-trabalho, tomados em conjunto, [constituem] a totalidade do trabalho em uma base dada."[26]

Logo, não se pode criticar Malthus por ter afirmado "o *fact* da superpopulação em todas as formas de sociedade". (Embora "não o tenha demonstrado, em suas acríticas e confusas colagens e compilações de historiadores e de relatos de viagens".) O principal erro de sua "teoria da população" é que ela "considera como algo uniforme a superpopulação nas diferentes fases históricas do desenvolvimento econômico"; "não compreende as diferenças específicas e, por conseguinte, reduz estupidamente essas relações muito complexas e mutantes a uma só relação, a duas equações nas quais se contrapõem, de um lado, a reprodução natural do homem e, de outro, a reprodução natural dos vegetais (ou meios de subsistência),[27] como se se tratasse de duas séries naturais, uma aumentando geometricamente e a outra aritmeticamente. Engloba relações historicamente diferentes em uma relação numérica abstrata, que só existe na fantasia, pois não se baseia nem em leis naturais nem em leis históricas."[28]

Marx prossegue: segundo Malthus, "deve existir uma diferença natural entre a reprodução do homem, por exemplo, e a dos cereais. O idiota supõe com isso que o crescimento da humanidade é um processo puramente natural, que requer limites e freios[29] externos para não efetuar-se seguindo uma proporção geométrica. Esta reprodução geométrica constituiria o processo natural de reprodução humana. A história mostra que a população se desenvolve imersa em relações muito diferentes. Também a superpopulação constitui uma relação historicamente determinada, de nenhum modo fixada por números ou pelo limite absoluto da produtividade de meios de subsistência, mas sim por limites fixados por determinadas condições de produção." Malthus passa por cima dessas leis, historicamente determinadas, do movimento da população. "O homem malthusiano, abstraído do homem historicamente determinado, só existe no cérebro de Malthus, assim como, por conseguinte, [também só existe no cérebro de Malthus] a reprodução geométrica correspondente a esse homem natural malthusiano. A história real apresenta-se a Malthus como se a reprodução de seu homem natural não fosse uma abstração do processo histórico de reprodução real,

mas sim, ao contrário, como se a reprodução real resultasse da aplicação da teoria malthusiana. As condições inerentes à população e à superpopulação, em cada fase da história, aparecem para ele como uma série de *freios*[30] *externos* que *impediram* a população de se desenvolver de modo malthusiano." Em Malthus, por outro lado, "a produção de meios de subsistência — tal como ela é limitada,[31] determinada pela ação humana — se apresenta como freio.[32] As plantas se espalharam por toda a Terra. Sua reprodução só cessava quando lhes faltava espaço. Não se ajustou a nenhuma proporção aritmética. É difícil dizer onde Malthus descobriu que a livre reprodução de produtos naturais se deteve[33] por impulso interno, sem freios externos. *Malthus transforma os limites inerentes, historicamente variáveis, do processo de reprodução humana em obstáculos externos; e os freios externos da reprodução natural em limites inerentes ou leis naturais da reprodução.*"[34]

Em segundo lugar, Malthus "relaciona grosseiramente determinada quantidade de homens com determinada quantidade de meios de subsistência". "Ricardo o criticou, com acerto, dizendo que a quantidade de trigo disponível é indiferente para o trabalhador se este não tem emprego; são os meios de emprego, e não os meios de subsistência,[35] que colocam ou não o trabalhador na categoria de superpopulação."[36] Mas, prossegue Marx, esta objeção de Ricardo "precisa ser compreendida de maneira ainda mais geral; ela remete à mediação social através da qual o indivíduo se relaciona com os meios de sua reprodução e os cria; trata-se das condições de produção e das relações do indivíduo com elas. Não havia barreiras à multiplicação dos escravos de Atenas, salvo a dos artigos imprescindíveis[37] que se conseguiam produzir. Nunca ouvimos falar que na Antiguidade tenham existido escravos excedentes. Ao contrário, a necessidade deles aumentava. Havia, por certo, superpopulação de não-trabalhadores (em sentido direto), que não eram demasiados em relação aos meios de subsistência disponíveis, mas sim tinham perdido as condições que lhes permitiam se apropriar deles. A invenção de trabalhadores excedentes, considerando-se homens sem propriedade e que trabalham, é própria da época do capital." Do mesmo modo, tampouco se pode deduzir a população excedente da época feudal a partir de alguma relação entre o número de pessoas e a quantidade de meios de subsistência. "Os mendigos que se agregavam aos mosteiros e lhes ajudavam a deglutir seu produto excedente pertencem à mesma classe que os criados[38] dos senhores feudais; [isso] mostra que o produto excedente não podia ser totalmente devorado por seus escassos proprietários." Ainda como exemplo, "a superpopulação [...] entre os povos caçadores,[39] que se revela na luta entre as diversas tribos, não demonstra que a terra não pudesse suportar seu escasso número, mas sim que as condições da reprodução desses grupos re-

quer um grande [...] território para pouca gente. Em nenhum lugar ou época vemos uma relação com uma massa absoluta, aliás inexistente, de meios de subsistência,[40] mas sim uma relação com as condições da reprodução, [...] [n]as quais estão incluídas as condições da reprodução humana, da população total e da superpopulação relativa. *Este excedente é puramente relativo; não mantém nenhuma relação com os meios de subsistência, mas sim com o modo de produzi-los. Trata-se, portanto, de um excedente específico a cada etapa do desenvolvimento.*"[41]

Isso se refere à doutrina propriamente dita da população, de Malthus, à qual Marx chamou, em outro lugar, de "libelo contra o gênero humano".[42] Mais adiante, Malthus tentou dar a essa doutrina uma fundamentação diretamente econômica, apelando para a assim chamada lei do "rendimento decrescente da terra". Em sua crítica à teoria malthusiana da população, Marx não entra nesse tema, que só discute ao tratar da teoria da renda de Ricardo.[43] Nos *Grundrisse*, ele se limita a uma observação: deve-se atribuir a citada lei ao fato de que "na época de Ricardo a agricultura estava defasada em relação à manufatura, fato aliás inerente à produção burguesa, embora em proporções variáveis".[44]

A lei simples da mais-valia já implica a tendência do capital não só de impulsionar até o infinito o trabalho humano, mas também de "torná-lo relativamente supérfluo".[45] Decorre daí que a teoria da população excedente, do exército industrial de reserva, também está conceitualmente contida na teoria da mais-valia. Só mais adiante, porém, ficará clara a relação entre a existência da superpopulação e a formação de um capital adicional, a acumulação capitalista.

CAPÍTULO 19

O PROCESSO DE REPRODUÇÃO E A INVERSÃO DA LEI DE APROPRIAÇÃO*

Até agora, consideramos o capital apenas sob o ponto de vista de sua gênese, de seu devir. Não enfocamos o fluxo constante de sua renovação, de sua reprodução. Todavia, como diz Marx, a mera repetição, a continuidade do processo de produção capitalista, imprime a esse processo "características novas"; ou melhor, "faz desaparecer algumas características aparentes que ele apresentava quando isolado".[1] Por isso, "na primeira manifestação do capital, seus pressupostos surgiam, digamos assim, de fora para dentro [...] como pressupostos exteriores; não emergiam a partir de sua natureza interna, não podiam ser explicados a partir do próprio capital". Porém, quando visualizamos o capital que se forma no interior do processo de reprodução, esses pressupostos aparecem "como momentos do movimento do próprio capital [...], seja qual for sua gênese histórica".[2]

Em outras palavras: do ponto de vista da investigação realizada até aqui, podíamos e devíamos supor que, antes de ingressar no mercado como comprador de força de trabalho e de meios de produção, "o capitalista e proprietário se convertera em possuidor do dinheiro graças a alguma forma de *acumulação primitiva* que teve lugar independentemente da exploração de trabalho alheio não pago"; isso quer dizer que a apropriação de trabalho alheio pelo capitalista foi precedida pelo intercâmbio de mercadorias pertencentes a ele e por ele lançadas em circulação, como "valores que não tiveram origem nem em seu intercâmbio com o trabalho vivo nem em seu comportamento como capital diante do trabalho".[3] Os economistas burgueses se agarram nessa "acumulação primitiva" (*previous accumulation*)

* Agrupamos aqui duas seções dos *Grundrisse* (p. 354-362), que devem ser consideradas a primeira redação do capítulo XXI e do primeiro parágrafo do capítulo XXII do primeiro tomo de *O capital*, a cujos temas correspondem. Além do modo de exposição mais brilhante da obra posterior, ambas as versões diferem especialmente pelo fato de que em *O capital* o problema é investigado a partir do ponto de vista da reprodução simples e só depois aparece o contexto da reprodução ampliada. Nos *Grundrisse* só encontramos este último enfoque.

para afirmar que a valorização do capital, que consiste em apropriação de trabalho não pago, está "em harmonia com as leis gerais da propriedade, tal como elas são proclamadas pela própria sociedade capitalista". Eles dizem: independentemente de como as coisas ocorrem hoje, os capitalistas ganharam seu capital "trabalhando"; logo, é natural que reclamem uma recompensa pelos "serviços produtivos" que este capital presta.

Esse argumento apresenta várias falhas. Em primeiro lugar, sabemos como a gênese do capital se baseou em saques (por exemplo, a expropriação de camponeses), trapaças, dominações, em suma, violências[4] e todo tipo de procedimentos que nada têm a ver com o método pacífico de acumular o que se "ganha trabalhando". (Se o capitalismo se tivesse limitado a métodos pacíficos, ainda não teria saído da infância.) Em segundo lugar, os economistas burgueses incorrem em confusão, ao misturar as condições do devir do capital com "as condições de sua realização atual. Confundem os momentos em que o capitalista pratica a apropriação como um não-capitalista — porque ainda não se tornou propriamente capitalista — com as condições[5] nas quais ele pratica a apropriação como capitalista". Esquecem justamente que a acumulação de capital, que precedeu o trabalho e não teve origem nele, integra as condições que são "etapas históricas anteriores de seu devir, assim como os processos pelos quais a Terra passou, desde um amálgama de fogo e vapores até sua forma atual, se situam aquém de sua existência acabada como Terra. [...] É claro que capitalistas individuais sempre podem surgir graças ao entesouramento.[6] [...] Mas o tesouro[7] não se converte em capital, a não ser mediante a exploração do trabalho."[8] Como diz Marx em *O capital*, devem ser relegadas à condição de fábulas as tentativas dos apologistas de defender que "o eterno direito do capital aos frutos do trabalho alheio" tem origem na "propriedade do trabalho" e nas "simples e 'justas' leis de intercâmbio de equivalentes". Logo se verá como a afirmação de Marx é correta, especialmente se levarmos em conta o processo de reprodução do capital, em vez de enfocarmos um processo isolado de produção.

Vimos que, como resultado do processo original de produção, o capitalista se apropria de mais-trabalho, que existe em primeiro lugar sob a forma de mais-produto e deve ser transformado em dinheiro. Marx só analisou as condições de realização do mais-produto, assim como as da realização em geral, na seção seguinte da obra, que trata do processo de circulação do capital. Por isso, devemos supor aqui que o capitalista consegue passar adiante sua mercadoria, e que a vende por seu valor. Assim, a mais-valia se realiza, é convertida em dinheiro. Mas este dinheiro "já é agora *em si* capital" e "como tal, mando sobre novo trabalho".[9] Também este novo capital (que

Marx chama de "capital excedente" ou "capital adicional", para distingui-lo do capital original, do qual é fruto) deve, é claro, valorizar-se, ou seja, retornar ao processo de produção. Porém, as premissas desse segundo processo diferem muito das do primeiro.

Em primeiro lugar, o capital adicional é mais-valia capitalizada. "Desde sua origem, não contém nem um só átomo de valor que não decorra de trabalho alheio não pago."[10] Em conseqüência, as formas específicas que deve assumir para valorizar-se mais uma vez — a saber, as de capital constante e de capital variável — também são formas específicas do mais-trabalho. Antes, quando se considerava o ato original da produção, a ação do capital é que parecia tornar disponíveis as condições objetivas de produção — matérias-primas, instrumentos e meios de vida para os trabalhadores — "em quantidades que possibilitassem a realização do trabalho vivo não só como trabalho necessário, mas como mais-trabalho".[11] Agora, no entanto, "desapareceu a aparência — ainda visível na primeira análise do processo de produção — de que o capital, a partir da circulação, produz algum valor. [...] *Todos os elementos que se contrapunham à força viva de trabalho como poderes alheios, exteriores* [...], *estão colocados agora como seu próprio produto e seu resultado.*"[12]

Isso não é tudo. Também a separação absoluta entre propriedade e trabalho, inscrita na essência das relações capitalistas,[13] mas que do ponto de vista até aqui considerado só se revelava como um pressuposto histórico dessa relação, "apresenta-se agora como produto do próprio trabalho, como objetivação, materialização de seus elementos". Até agora era possível supor que o capital se convertia em um poder que dominava o trabalho graças, precisamente, à "acumulação primitiva" realizada por seu proprietário. Esta ilusão desaparece quando consideramos o ciclo do capital adicional, ou seja, o processo de reprodução. Agora fica claro que a força de trabalho se defronta com condições objetivas de produção que ela mesma criou e que assumem a forma de capital, de modo que o processo de realização do trabalho se converte simultaneamente no processo de sua desrealização.[14] Colocada dentro do processo produtivo, a força de trabalho "não apenas produz as condições do trabalho necessário como condições que pertencem ao capital; também a possibilidade de criação de valor, a valorização que existe nela como possibilidade, agora existe como mais-valia, mais-produto, em uma palavra, como capital. [...] O trabalhador não só produziu a riqueza alheia e a própria pobreza, mas também a relação entre essa riqueza [...] e ele mesmo como pobreza", ou seja, a relação do capital.[15] E "esta relação social, relação de produção, apresenta-se *in fact* como um resultado ainda mais significativo desse processo do que seus resultados materiais".[16]

A investigação realizada até aqui nos conduzia ao seguinte: antes de mais nada, devemos distinguir as condições do capital em devir, aquele que está em processo de transformar-se em capital, e as condições do capital "pronto e acabado".[17] *Estando historicamente desenvolvido, o capital engendra suas condições de existência "não como condições de sua gênese, mas como resultados de sua existência.* Já não precisa de pressupostos para se desenvolver; ele mesmo está pressuposto; partindo de si, cria os pressupostos de sua conservação e crescimento."[18]

Marx prossegue: "Para a formação do capital adicional I, se assim denominarmos o capital adicional oriundo do processo original de produção, [...] é necessário que o capitalista possua valores, uma parte dos quais ele troca formalmente pela força viva de trabalho. Dizemos formalmente porque o trabalho vivo tem de restituir e substituir esses valores intercambiados. [...] Imaginemos agora que o capital adicional, relançado no processo de produção, realiza de novo sua mais-valia no processo de intercâmbio e reaparece como um novo capital adicional no começo de um terceiro processo de produção. Este capital adicional II tem pressupostos diferentes dos do capital adicional I. Os pressupostos do capital adicional I eram os valores pertencentes ao capitalista e lançados por ele em circulação [...]. O pressuposto do capital adicional II é a própria existência do capital adicional I, ou seja, o fato de que o capitalista já se apoderou antes de trabalho alheio, sem intercâmbio. Isso lhe permite recomeçar o processo, indefinidamente [...]. *A apropriação do trabalho alheio no passado se apresenta como precondição para uma nova apropriação de trabalho alheio no presente.* [...] Que o capitalista já se encontre confrontado, como capital, ao trabalho vivo é a única condição para que não só ele se conserve como capital, mas também para que, como capital em crescimento, se aproprie de cada vez mais trabalho alheio, sem equivalente. Em outras palavras: amplia-se o poder do capitalista, sua existência como capital confrontada à força viva de trabalho;[19] por outro lado, a força viva de trabalho se reproduz em sua indigência desprovida de substância e subjetividade, apenas como força viva de trabalho."[20]

Chegamos a uma passagem dos *Grundrisse* que foi incorporada, com ligeiras modificações, ao primeiro tomo de *O capital*,[21] onde se lê: "Criando-se um capital adicional I através do intercâmbio simples entre trabalho objetivado e força viva de trabalho — um intercâmbio inteiramente baseado nas leis da troca de equivalentes, avaliados pela quantidade de trabalho, ou de tempo de trabalho, contida neles —, e considerando-se que esse intercâmbio, tal como se expressa juridicamente, pressupõe o direito de propriedade de cada um sobre seus próprios produtos e a livre decisão sobre seu

uso,[22] — e na medida em que a relação entre o capital adicional II e o I decorre dessa primeira relação —, chegamos ao estranho resultado de que o direito de propriedade se inverte dialeticamente: do lado do capital, transforma-se no direito ao produto alheio ou no direito de propriedade sobre o trabalho alheio, no direito a apropriar-se de trabalho alheio sem equivalente [...]. O direito de propriedade transforma-se, de um lado, no direito de apropriar-se de trabalho alheio e, de outro, no dever de reconhecer que o produto do próprio trabalho e até mesmo o próprio trabalho são valores que pertencem a outro. O intercâmbio de equivalentes — operação originária que fundamentava juridicamente o direito de propriedade — modificou-se até o ponto de tornar-se um intercâmbio aparente, pois a parte do capital intercambiada por força viva de trabalho é trabalho alheio apropriado sem que a ele se tenha dado um equivalente como contrapartida. Além disso, o intercâmbio de equivalentes precisa dar lugar a um mais-trabalho,[23] de modo que *in fact* essa parte do capital não é cedida, mas sim transformada de uma forma em outra. *A relação de intercâmbio deixou cabalmente de existir, é mera aparência.* Há mais: originalmente, o direito de propriedade se apresentava como sendo baseado no trabalho próprio.[24] A propriedade se apresenta agora como direito ao trabalho alheio e como impossibilidade, por parte do trabalho, de apropriar-se de seu próprio produto. A separação radical entre a propriedade (mais ainda, a riqueza) e o trabalho aparece agora como conseqüência da lei cujo ponto de partida era a identidade de ambos."[25]

A importância dessa passagem salta à vista. Trata-se de um ponto no qual aparece com clareza a diferença fundamental entre a concepção marxiana do capital e a de seus predecessores. É claro que, antes de Marx, outros intuíram e disseram que a transição ao modo de produção capitalista implica uma inversão das leis de apropriação;[26] mas Marx foi o primeiro a explicar a natureza dessa inversão e a demonstrar a necessidade dela. Pois toda a dificuldade para compreender o capital e suas formas está em descobrir exatamente como a lei de intercâmbio de mercadorias — que diz que as mercadorias são trocadas segundo o tempo de trabalho nelas contido — faz surgir uma forma de apropriação, típica do capitalismo, que não dá ao trabalho, em troca, um equivalente e, mesmo assim, "em primeira instância, não contradiz essa lei".[27] Esta dificuldade não podia ser resolvida enquanto os economistas imaginavam que o trabalhador entrega ao capitalista seu trabalho, diretamente, e não sua capacidade criadora de valor, sua força de trabalho. Pois, assim como o intercâmbio de todas as mercadorias, também o da força de trabalho é regido pelos custos de produção, ou seja, pela quantidade de tempo de trabalho objetivado nela, já que "o valor, como tal, é

sempre efeito, nunca causa". Quando se enfoca o valor de troca da mercadoria adquirida pelo capitalista, "o intercâmbio que se estabelece entre capitalista e trabalhador segue perfeitamente as leis gerais do intercâmbio". Porém, "o valor de uso do valor que o capitalista adquiriu no intercâmbio é, ele mesmo, o elemento e a medida da valorização, o trabalho vivo e o tempo de trabalho e, precisamente, [gera] mais tempo de trabalho [...] que o correspondente ao custo de reprodução do trabalhador vivo. Ao adquirir a força de trabalho em um intercâmbio de equivalentes, o capital adquire tempo de trabalho sem equivalente, na medida em que este tempo excede o tempo de trabalho contido na força de trabalho. *Graças à forma do intercâmbio, apropria-se, sem intercâmbio, de tempo de trabalho alheio.* O intercâmbio se torna puramente formal [...]. No desenvolvimento posterior, desaparece até mesmo a aparência de que o capital intercambia com a força de trabalho algo que não seja o próprio trabalho objetivado; ou seja, [desaparece a aparência] de que se intercambie qualquer coisa com a força de trabalho [...]. Assim, o intercâmbio se torna o seu contrário, e as leis da propriedade privada — liberdade, igualdade, propriedade, a propriedade sobre o próprio trabalho e a livre disposição dele — se tornam a despossessão do trabalhador e a alienação de seu trabalho; ele passa a relacionar-se com seu trabalho como uma propriedade alheia e vice-versa."[28]

Com razão, Rosa Luxemburgo diz que esta solução do problema é uma "obra-prima da dialética histórica".[29] O caráter peculiar da mercadoria força de trabalho — que, como valor, representa apenas seus custos de produção, mas como valor de uso é fonte de criação de novo valor — possibilita que o intercâmbio entre trabalhador e capitalista respeite as leis do intercâmbio de mercadorias e, simultaneamente, entre em contradição com essas mesmas leis; que este, o mais importante de todos os atos de intercâmbio, desemboque de fato na apropriação de trabalho alheio sem intercâmbio, embora mantenha "a aparência do intercâmbio". Trata-se, diz Marx, de uma "aparência necessária", pois a produção capitalista, como produção de mercadorias, pressupõe as leis do intercâmbio de mercadorias.

Esta inversão do direito de apropriação só se torna visível "quando consideramos a produção capitalista no fluxo ininterrupto de sua renovação e, em vez de enfocarmos o capitalista singular e o trabalhador singular, enfocamos a totalidade, a classe capitalista e, diante dela, a classe trabalhadora".[30] Vista isoladamente, a transação entre o trabalhador e o capitalista parece totalmente "justa", ou seja, em conformidade com as leis gerais do intercâmbio de mercadorias; não se consegue compreender então como poderia virar de ponta-cabeça. Se isso ocorre, deve haver uma falsificação ou violação do direito "original", fundado na estrita igualdade dos proprietá-

rios de mercadorias; esse direito não permitia uma apropriação unilateral dos produtos do trabalho alheio, de modo a um produtor explorar o outro.

Com base nesse tipo de raciocínio é que os socialistas pequeno-burgueses (por exemplo, Proudhon)[31] e os economistas seguidores de Sismondi criticam o modo de apropriação do capital. Cherbuliez destaca que, quando o capitalista se apropria do produto do trabalho do trabalhador, isso é "uma estrita conseqüência da lei de apropriação", cujo "princípio fundamental", ao contrário, consistia em que o produtor tinha "um direito exclusivo sobre o valor criado por seu trabalho".[32] No entanto, diz Marx, semelhante "direito" é "pura ficção", um mero reflexo dos processos, isoladamente considerados, inerentes à circulação mercantil moderna. "As mercadorias só se intercambiam segundo sua relação de valor, ou seja, segundo o trabalho nelas contido. Os indivíduos só se defrontam como proprietários de mercadorias e, por isso, só podem apoderar-se da mercadoria do outro alienando sua própria mercadoria. Por isso, parece que só intercambiam o próprio trabalho, já que o intercâmbio de mercadorias que contêm trabalho alheio — na medida em que elas, por sua vez, não tenham sido obtidas por intercâmbio da própria mercadoria — pressupõe outras relações entre os homens, diferentes das relações que estabelecem entre si proprietários de mercadorias, compradores e vendedores. Esta aparência desaparece na produção capitalista. O que não desaparece é a ilusão de que originalmente os homens só se defrontam uns com os outros como proprietários de mercadorias, e que cada um deles só é proprietário na medida em que é trabalhador. Este 'originalmente' provém da aparência da produção capitalista." Marx conclui: "É uma ilusão que jamais existiu historicamente." Pois, na história real, o homem sempre "atua como proprietário" (ou, pelo menos, possuidor) "antes de atuar como trabalhador".[33]

No mesmo sentido, podemos ler nos *Grundrisse*: "É ilusória[34] a idéia de que a produção e, em conseqüência, a sociedade, em todos os estágios da produção, repousam sobre o intercâmbio de trabalho por trabalho. Nas diversas formas em que o trabalho se relaciona com as condições de produção como propriedade sua, a reprodução do trabalhador não se realiza de modo algum por meio do mero trabalho, pois nesses casos sua relação de propriedade não é um resultado, mas sim um pressuposto, de seu trabalho. Isso é especialmente claro no caso da propriedade da terra; no sistema de corporações também fica claro que o tipo particular de propriedade que permite o trabalho não se baseia no mero trabalho ou no intercâmbio de trabalho, mas sim em uma conexão objetiva do trabalhador com uma comunidade e com condições que ele encontra dadas, que formam o seu ponto de partida. Elas também são produto de um trabalho, do trabalho da comunidade ao

longo de seu desenvolvimento histórico, que não tem como ponto de partida o trabalho do indivíduo nem o intercâmbio de seu trabalho [...]. Uma situação na qual se troca mero trabalho por trabalho [...] supõe que o trabalho já esteja separado dos vínculos originários que o mantinham unido às suas condições objetivas, fazendo com que ele apareça, de um lado, como mero trabalho e, de outro, que seu produto, como trabalho objetivado, tenha diante dele uma existência autônoma, como valor."[35] Esta situação pressupõe a produção capitalista, e com ela também o modo de apropriação capitalista.

Em outras palavras: a concepção tradicional da "propriedade pelo trabalho" não é só um pedaço de mitologia econômica, mas também desconhece radicalmente o caráter especificamente histórico do intercâmbio mercantil e da produção mercantil em geral. Por isso, ignora a circunstância de que o modo de apropriação capitalista, baseado na ausência de propriedade, na expropriação do trabalhador, não é uma negação total nem uma "falsificação" das leis do intercâmbio livre, mas sim "sua última configuração". "Pois, enquanto não se intercambia a própria força de trabalho, a base da produção ainda não repousa no intercâmbio; este continua limitado a um circuito estreito que se baseia no não-intercâmbio, tal como ocorria em todos os estágios anteriores à produção burguesa."[36]

Portanto, a inversão da lei de apropriação decorre do fato de que "a última etapa do intercâmbio livre é o intercâmbio da força de trabalho como mercadoria".[37] "A partir de então, quando se generaliza a produção de mercadorias e ela se transforma na forma típica da produção, [...] quando todos os produtos são produzidos para serem vendidos e quando toda a riqueza produzida flui pelos canais da circulação — só a partir desse momento, quando o trabalho assalariado constitui sua base, a produção mercantil se impõe à sociedade como um todo, e também nesse momento desabrocham todas as suas potências ocultas."[38] Não cabe, pois, nenhuma surpresa diante do fato de que o pleno desenvolvimento da produção de mercadorias, realizado "segundo suas próprias leis imanentes", conduz a resultados que contradizem (e invertem) o modo de apropriação que dela resulta.

Todavia, o processo de circulação, "tal como aparece na superfície da sociedade, não conhece outro modo de apropriação" que não seja o intercâmbio de equivalentes. Por isso, é necessário "deduzir do desenvolvimento do próprio valor de troca"[39] tanto este modo de apropriação como as leis que acabam por contradizê-lo. (O mesmo ocorre com a lei do valor, que de um lado parece já não mais vigorar no modo de produção capitalista, mas, de outro, pressupõe precisamente este modo de produção para tornar-se plenamente válida.)[40] Evidentemente, os economistas burgueses devem rom-

per a conexão entre o modo de apropriação da economia mercantil simples e o da produção capitalista, já que não podem compreender sua inter-relação mútua como uma "unidade dos contrários". Em primeiro lugar, faltam-lhes as ferramentas do método dialético; em segundo, o reconhecimento do caráter apenas relativo, histórico, tanto da economia mercantil simples como do modo de produção capitalista.

Nos fixamos até aqui na análise do capital adicional, tal como ela aparece nos *Grundrisse*. Esta análise demonstrou que "a verdadeira natureza do capital só se estabelece no final do *segundo ciclo*" (ou seja, o ciclo do capital adicional I); portanto, só aqui "se dissipa a ilusão de que o capitalista troca com o trabalhador outra coisa que não seja uma parte do próprio trabalho objetivado deste".[41] E só aqui o trabalho vivo é "simples recurso para valorizar o trabalho objetivado, morto, para impregná-lo de um sopro vivificador e perder nele sua própria alma"; enquanto as condições objetivas desse trabalho aparecem agora "como existências alheias, autônomas [...] como valores que existem para si e se conservam para si, [...] que constituem a riqueza alheia à força de trabalho, a riqueza do capital".[42] O que resulta daí é a "alienação extrema", a separação do próprio trabalho em relação às condições de sua realização. "Uma vez dada esta dissociação, o processo de produção só pode produzi-la novamente, reproduzi-la e voltar a produzi-la em uma escala crescente."[43] Mas, sabemos que "o que, como resultado, parece paradoxal já está contido na própria premissa", no ato de intercâmbio entre capitalista e trabalhador. Pois "neste ato de intercâmbio [já] está colocada a separação entre trabalho e propriedade sobre o produto do trabalho, entre trabalho e riqueza".[44] No processo de produção e reprodução do capital, esta premissa apenas se realiza.

CAPÍTULO 20

A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E A ACUMULAÇÃO DE CAPITAIS

A análise de Marx sobre o capital adicional demonstrou que "assim que ele chega a ser capital começa a gerar seus pressupostos, ou seja, as condições que permitem criar novos valores sem intercâmbio, passando pelo processo de produção. Esses pressupostos, que antes apareciam como componentes de seu devir, [...] apresentam-se agora como resultados de sua própria realização, como realidade criada por ele; *não mais como condições de sua gênese, mas como resultados de sua existência.*"[1] Daí, porém, se deduz que as condições para o devir do capital não estão contidas no modo de produção capitalista; devem encontrar uma explicação fora dele.[2] Isso é importante não só para refutar os subterfúgios dos apologistas, mencionados no capítulo anterior. "Muito mais importante para nós", diz Marx, "é que nosso método mostra os aspectos onde é necessário introduzir a análise histórica; neles, a economia burguesa, mera forma histórica do processo de produção, aponta para mais além de si mesma, para os anteriores modos históricos de produção."[3] Tal como antes, quando foi necessário compreender a evolução das categorias econômicas como sendo o desenvolvimento dialético daquilo que já está contido no conceito de capital, também agora não podemos lidar com uma mera dialética conceptual: "A forma dialética da exposição só é correta quando reconhece seus próprios limites", diz Marx.[4] Assim, o método de Marx nos leva a considerar as "condições prévias do capital", as quais, embora "pertençam à história de sua formação, de modo algum pertencem à sua história contemporânea" e encontram sua mais clara expressão no que se passou a chamar de acumulação primitiva de capital.

Podemos ler nos *Grundrisse* as condições da relação capitalista "estão presentes na forma como esta relação se apresenta desde o início". São elas: "(a) de um lado, *a disponibilidade da capacidade viva de trabalho como existência meramente subjetiva, separada dos elementos de sua realidade objetiva*; logo, separada das condições de realizar trabalho vivo e dos meios de existência, meios de conservar a força viva de trabalho [...]"; (b) o valor (o capital), que se contrapõe, deve ser "uma acumulação de valores de uso suficientemente grande, de modo a proporcionar as condições objetivas não só

para produzir os produtos ou valores necessários para reproduzir ou conservar a capacidade viva de trabalho, mas *também para absorver mais-trabalho*, para lhe suprir material objetivo"; (c) *deve existir uma "livre relação de troca* [...] *entre as partes*; [...] ou seja, uma produção que não proporciona diretamente, ao produtor, os meios de subsistência, sendo mediada pela troca, e na qual ninguém pode apoderar-se diretamente do trabalho alheio, devendo comprá-lo através de uma operação de intercâmbio com o trabalhador"; e, finalmente, (d) a parte que se defronta com o trabalhador "*deve entrar em cena como valor e ter como finalidade última gerar valores, autovalorizar-se, obter dinheiro, e não criar valores de uso e desfrutar diretamente deles*".[5]

Comecemos pelas duas últimas condições. Já destacamos que não é possível falar de relação capitalista enquanto o trabalhador não dispuser de sua própria capacidade como elemento de troca. Por isso, o modo de produção capitalista pressupõe a dissolução de todas as relações "nas quais os próprios trabalhadores, as capacidades vivas de trabalho, ainda estão imediatamente incluídos nas condições objetivas de trabalho e como tais são apropriados, em relações de escravidão ou servidão. Para o capital, o trabalhador não é condição da produção; só o trabalho o é. Se o trabalho pode ser realizado por meio de máquinas, ou simplesmente por meio da água ou do ar, *tant mieux*. O capital não se apropria do trabalhador, mas de seu trabalho; e não o faz diretamente, mas sim com a mediação do intercâmbio."[6] (A esse respeito, Marx observa: "Isso não exclui que dentro do sistema burguês de produção seja possível existir escravidão nesse ou naquele ponto. Mas ela só pode existir alhures porque não existe em outros pontos, e, nesse sistema, é uma anomalia.")[7]

Todavia, o intercâmbio do trabalho vivo por dinheiro, por trabalho objetivado, "não basta nem para constituir o capital, de um lado, nem o trabalho assalariado, de outro". Também pode dar lugar a outras relações, como ocorre, por exemplo, nos assim chamados serviços. "Se A troca um valor ou dinheiro [...] para obter um serviço de B, [...] na verdade ambos trocam apenas valores de uso"; A entrega meios de subsistência (ou dinheiro) e B um trabalho, um serviço que A deseja consumir, seja diretamente — pela prestação de serviços pessoais —, seja dando a B o material no qual este realiza o trabalho e cria um valor de uso destinado ao consumo de A. "Por exemplo, quando o camponês recebe em sua casa um alfaiate itinerante, como ocorria antigamente, e lhe dá gêneros para que produza roupas.[8] Ou quando eu pago a um médico para que cuide de minha saúde. O importante nesses casos é o serviço que ambos prestam. *Do ut facias* [dou para que faças] aparece aqui exatamente no mesmo plano que *facio ut des* [faço

para que dês] ou *do ut des* [dou para que dês]. O homem que me faz uma roupa com um tecido que eu mesmo lhe forneci me entrega um valor de uso. Mas, em vez de entregá-lo sob uma forma objetiva, o faz sob a forma de uma atividade. Entrego-lhe um valor de uso acabado; ele me prepara outro. A diferença entre o trabalho objetivado, passado, e o trabalho vivo, presente, aparece aqui apenas como diferença formal entre os diversos tempos do trabalho, que em uma ocasião está no pretérito perfeito e na outra no presente."[9]

Marx prossegue: "A roupa não só contém um trabalho específico que lhe deu uma forma (uma forma útil determinada, transmitida ao tecido pelo movimento do trabalho); contém também uma certa quantidade de trabalho; portanto, contém não só valor de uso, mas valor em geral, valor como tal. Mas este valor não existe para A, que usa a roupa e não é vendedor de roupas. Mediante permuta, ele obteve o trabalho não como trabalho que cria valor, mas como atividade que cria valor de uso, utilidade. Nas prestações de serviços pessoais este valor de uso é consumido como tal, sem passar da forma do movimento à forma da coisa. Quando quem presta o serviço não recebe dinheiro, mas valores de uso diretos, como costuma ocorrer em relações simples, desaparece até a aparência de que aqui, de uma parte ou de outra, se trata de valores, em oposição a valores de uso. Mas, mesmo supondo que A paga o serviço em dinheiro, seu dinheiro não se transforma em capital; ele foi usado como meio de circulação para obter um objeto de consumo, um valor de uso. Este ato não produz riqueza; ao contrário, consome riqueza." Ao fazer o dinheiro passar "da forma de valor à de valor de uso [o possuidor do dinheiro] não o valoriza, mas o desvaloriza"; "quanto mais repita A o intercâmbio, tanto mais se empobrecerá".[10] O dinheiro que "se troca aqui pelo trabalho vivo — serviço natural ou serviço que se objetiva em uma coisa — não é capital, mas renda, é dinheiro como meio de circulação [...] e não [...] dinheiro que se conserva e se valoriza mediante a compra do trabalho como tal. A troca de dinheiro na condição de renda, de meio de circulação, por trabalho vivo não transforma o dinheiro em capital, e portanto não coloca o trabalho na condição de trabalho assalariado, na acepção econômica do termo. Consumir (gastar) dinheiro não é fazer dinheiro. Isso não requer uma explicação pormenorizada."[11]

Marx conclui: "O que constitui o capital e, em conseqüência, o trabalho assalariado não é o simples intercâmbio de trabalho objetivado por trabalho vivo, [...] mas sim *o intercâmbio de trabalho objetivado como valor, como valor que se conserva, por trabalho vivo como valor de uso do primeiro; ou seja, não como valor de uso para um uso ou consumo particulares, determinados, mas valor de uso para o valor.*"[12]

Por isso, aliás, tampouco podem ser chamados "trabalhadores assalariados", no sentido econômico estrito, os diaristas que se encontram aqui e ali, no período de dissolução das condições pré-burguesas. É certo que seus serviços não eram comprados tendo em vista o consumo, mas sim a produção; "mas, primeiro, embora em uma escala maior, só para a produção de valores de uso diretos, e não de valores; segundo, quando o nobre emprega por exemplo um trabalhador livre junto com seus servos e vende parte do produto, quando portanto o trabalhador livre lhe criou um valor, esse intercâmbio envolve apenas o [produto] supérfluo, o consumo de luxo. No fundo,[13] trata-se tão-somente de uma compra oculta de trabalho alheio para o consumo direto, como valor de uso.[14] Além disso, ali onde esses trabalhadores livres se multipliquem e essa relação se desenvolva, o velho modo de produção [...] começará a dissolver-se, preparando-se as condições do verdadeiro trabalho assalariado." Evidentemente, também pode ocorrer como na velha Polônia, onde esses servidores livres podem "surgir e desaparecer de novo [...] sem que o modo de produção se transforme".[15]

Em conseqüência, a relação capitalista só se estabelece quando o comprador da força de trabalho compra mercadorias que lhe servem como meio para conservar e multiplicar os valores que estão em seu poder. Para isso, o trabalhador deve ser pessoalmente livre e, ademais, deve estar em uma situação na qual já não lhe seja possível intercambiar produtos que ele mesmo produziu; a única mercadoria que ele pode oferecer é sua força de trabalho. ("Enquanto ambas as partes trocam reciprocamente seu trabalho sob a forma de trabalho objetivado, a relação [capitalista] é impossível.")[16]

O proprietário da força de trabalho deve ser um proletário sem posses. Do ponto de vista da ordem social atual, essa condição parece ser extremamente simples. Porém, foi necessária uma evolução secular até que pudesse surgir uma classe de proletários desse tipo. Pois (excetuando-se a escravidão e situações semelhantes, "onde o trabalhador está colocado entre as condições naturais da produção para um terceiro indivíduo ou uma comunidade")[17] os produtores das épocas anteriores eram proprietários ou, pelo menos, estavam de posse dos meios de produção (da terra ou das ferramentas necessárias ao trabalho manual). Para eles, as condições objetivas da produção apareciam "como pressupostos da natureza, *como condições naturais de existência do produtor*, assim como seu corpo vivo, o qual, por mais que ele reproduza e desenvolva, originalmente não é criado por ele mesmo, mas é um pressuposto de sua existência". O modo de produção de épocas anteriores se baseava na unidade original do produtor e das condições de produção.[18] Não é essa unidade que "necessita de explicação ou resulta de um

processo histórico [...], mas sim a separação [...], uma separação que é plena, pela primeira vez, na relação entre trabalho assalariado e capital".[19]

Em outras palavras: o modo de produção capitalista pressupõe uma série de perturbações históricas, pelas quais se destroem as diversas formas que ainda mantinham vinculados o produtor e os meios de produção. Antes de mais nada, pressupõe: primeiro, a "dissolução do vínculo com a terra — o solo — como uma condição natural da produção, com a qual o trabalhador se relaciona como diante de sua própria existência inorgânica, como com o *laboratorium* de suas forças e o domínio de sua vontade". (Por isso, "*na fórmula do capital* [...] *está implícita a não-propriedade da terra*; nega-se aquele estado no qual o indivíduo que trabalha se relaciona com a terra como estando diante de algo próprio, trabalhando e produzindo como proprietário do solo".)[20] Em segundo lugar, o modo de produção capitalista pressupõe a dissolução de relações nas quais o produtor "é *proprietário do instrumento*". ("Assim como a forma precedente de propriedade da terra supõe uma *comunidade real*,[21] do mesmo modo a propriedade do instrumento por parte do trabalhador pressupõe uma forma particular de desenvolvimento do trabalho manufatureiro como *trabalho artesanal*; isso se vincula ao sistema das corporações de ofício etc.") Por último, pressupõe — "implicitamente em ambos os casos" — a dissolução da situação na qual o produtor ainda "possui os meios de consumo [...] necessários para viver como produtor [...] durante a produção, antes de terminá-la". ("Como proprietário da terra, ele pode abastecer-se diretamente do seu fundo de consumo necessário. Como mestre artesão, herdou, ganhou, economizou. Como jovem artesão, é primeiro aprendiz, ainda não é propriamente trabalhador independente, compartilha a refeição com o mestre, numa relação patriarcal [...].")

Prosseguem os *Grundrisse*: "*Estes são pressupostos históricos para que encontremos o trabalhador livre* [...] *defrontado com as condições objetivas da produção como sua não-propriedade, como propriedade alheia, como valor que existe para si mesmo, como capital.* Por outro lado, perguntamos: que condições são necessárias para que o trabalhador encontre diante de si um capital?"[22]

"É inerente ao conceito de capital, em sua gênese, que ele surja do dinheiro e, portanto, da riqueza que existe sob a forma de dinheiro. Também é inerente que ele surja da circulação, que apareça como produto da circulação. O capital não se forma a partir da propriedade da terra (quando muito, pode formar-se a partir do arrendatário, se ele faz comércio com produtos agrícolas), tampouco da corporação (embora neste último ponto [haja] uma possibilidade),[23] mas sim da riqueza formada no comércio e na

usura."[24] A primeira constitui uma condição importante e necessária para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, já que "pressupõe a produção para o comércio, a venda por atacado e não a um cliente individual, ou seja, a presença de um comerciante que também não compra para satisfazer necessidades pessoais, mas que concentra em seu ato de compra os atos de compra de muitos". Por outro lado, o desenvolvimento da riqueza comercial tende a "imprimir à produção um caráter cada vez mais orientado na direção do valor de troca", minando assim as antigas relações de produção. (Marx falava da "ação dissolvente" do comércio e da riqueza comercial.)[25] Todavia, esse efeito "considerado por si só [...] é insuficiente para explicar a transição de um modo de produção a outro"[26] (ou seja, do feudal ao capitalista). (Lemos nos *Grundrisse*: "Caso contrário, a antiga Roma, Bizâncio etc. teriam terminado sua história com trabalho livre e capital, ou melhor, teriam começado uma nova história. Também ali a dissolução das velhas relações de propriedade estava ligada ao desenvolvimento da riqueza monetária, do comércio etc. Mas, em vez de conduzir à indústria, essa dissolução conduziu na verdade[27] ao predomínio do campo sobre a cidade.")[28]

Não foi a riqueza em dinheiro, como tal, que converteu em capitalistas os comerciantes e pessoas endinheiradas dos séculos XV ao XVII. Pelo contrário, essa conversão pressupunha o processo histórico da separação dos meios de produção em relação ao trabalho e aos trabalhadores. Só depois desse processo "ter alcançado certo nível, a riqueza monetária pôde colocar-se como intermediária entre as condições objetivas de vida, assim liberadas, e as forças de trabalho vivas, liberadas mas também despossuídas, e assim pôde comprar umas com as outras".[29] Só então tornou-se possível a "acumulação primitiva" das condições de produção por parte dos capitalistas.

Não foi, de modo algum, uma criação a partir do nada (como, no fundo, propõe a economia burguesa).[30] "O processo de dissolução transforma uma massa de indivíduos de uma nação em trabalhadores assalariados virtualmente livres. Essa carência de propriedade obriga os indivíduos a trabalhar e a vender seu trabalho. Isso não significa que as fontes precedentes de renda desses indivíduos tenham *desaparecido*, mas sim, ao contrário, que *seu uso* tenha sido alterado [...]." Pois "o mesmo processo que — de uma maneira ou de outra[31] — destruiu as relações positivas preexistentes de uma multidão de indivíduos com as *condições objetivas do trabalho*, processo que negou essas relações e transformou esses indivíduos em *trabalhadores livres*, esse mesmo processo virtualmente liberou as *condições objetivas do trabalho* — terras, matérias-primas, meios de subsistência, instrumentos de trabalho, dinheiro ou tudo isso [em conjunto] — dos *vínculos que até então as ligavam aos indivíduos*, agora separados delas". Esse processo "baseou-se na se-

paração de elementos até então ligados: logo, seu resultado não consiste em que um dos elementos desapareça, mas sim em que cada um deles apareça em uma relação negativa com o outro, o trabalhador livre (como possibilidade), de um lado, o capital (como possibilidade), de outro". Por isso, a criação de trabalhadores livres, separados das condições objetivas de trabalho, deve "aparecer, no pólo oposto, como uma autonomização dessas mesmas condições".[32]

Marx prossegue: "Nada mais estúpido que conceber essa formação primitiva do capital como se este houvesse acumulado e criado as condições objetivas da produção — meios de subsistência, matérias-primas, instrumentos — e as houvesse entregue aos trabalhadores despojados delas[33] [...]. Sua formação primitiva ocorre simplesmente quando, através do processo histórico de dissolução do antigo modo de produção, o valor existente como riqueza monetária adquire, por um lado, a capacidade de comprar as condições objetivas do trabalho e, por outro, a de trocar por dinheiro o trabalho vivo dos trabalhadores livres. Todos esses elementos existiam;[34] sua separação é um processo histórico, um processo de dissolução, e *é esse processo que permite ao dinheiro transformar-se em capital.*[35] Nesse processo, o próprio dinheiro só é ativo quando intervém como um meio de separação extremamente enérgico e ajuda a criar trabalhadores despossuídos, objetivamente livres; não cria para eles as condições objetivas de sua existência, mas ajuda a acelerar sua separação dessas condições, sua carência de propriedade."[36]

Nessa etapa, "*o que é específico do capital é o fato de ele juntar as massas de braços e os instrumentos que encontra e aglomerá-los sob sua autoridade. Esta é sua verdadeira acumulação,* a acumulação de trabalhadores em [determinados] pontos, junto com seus instrumentos."[37] Todavia, considerando-se "a situação histórica fundamental que é o ponto de partida desse processo [a manufatura etc.], tal concentração só pode ter lugar se esses trabalhadores virarem assalariados, isto é, trabalhadores que devem vender sua força de trabalho porque se defrontam com os meios de produção como propriedade alheia, como uma potência estranha e autônoma [...] [porque] o controle desses meios se encontra em mãos de poucos proprietários de dinheiro ou de mercadorias, que assim se convertem em capitalistas".[38] Aqui, é preciso distinguir entre a forma capitalista e o conteúdo desse processo. Pois a condição geral do trabalho, como tal, é que "devem existir meios de subsistência para o trabalhador antes de serem produzidos os novos", e que os "produtos do trabalho devem constituir a matéria-prima e os instrumentos de sua reprodução". Só no capitalismo essa reserva de meios de produção e de subsistência adota a forma de mercadorias e de capital. "Mas *os econo-*

mistas sempre expressam como uma propriedade do objeto o que é uma propriedade, uma característica, do modo de produção capitalista, ou seja, do próprio capital, na medida em que ele expressa determinada relação dos produtores entre si e com seu produto."[39]

Uma observação a mais, para terminar: nas obras de divulgação da economia marxista, o capítulo sobre a acumulação primitiva é freqüentemente tratado como uma digressão de Marx, importante é certo, mas de caráter apenas histórico e, nessa medida, situada a rigor fora da análise propriamente econômica. Nada mais falso.[40]

É claro que, antes de o modo de produção capitalista se impor, foi necessário desfazer a unidade original entre os produtores e as condições de produção; os primeiros, perdendo a posse dessas condições de produção, e portanto de seu "fundo de trabalho", também perderam "a função de acumular".[41] Desse ponto de vista, a acumulação primitiva é um elemento constituinte da relação capitalista e está "contida no conceito de capital".[42] Não decorre daí, no entanto, que tenhamos de considerar o processo de separação entre os trabalhadores e os meios de produção, que constitui a essência dessa acumulação, como um fato concluído para sempre, mergulhado na história. Ao contrário: "Uma vez existindo o capital, e a partir da própria produção capitalista, essa separação se conserva e se reproduz em escala cada vez maior, até que se produza a reviravolta histórica."[43] Isso ocorre em virtude da constante capitalização da mais-valia: "Multiplicados, os produtos do trabalho, que ao mesmo tempo são suas condições objetivas — condições de sua reprodução —, se defrontam constantemente com ele como capital, como poderes alienados do trabalho, que o dominam, individualizados no capitalista. Com isso, acumular, transformar de forma sempre renovada uma parte do mais-produto em meios de produção, converte-se em função específica do capitalista." (Os *Grundrisse* se referem, nesse sentido, à "acumulação específica do capital", que deve ser entendida como o "oferecimento do material", por parte do capitalista, "para o [novo] mais-trabalho", ou seja, para a reprodução ampliada.)[44] *Essa acumulação transforma em um "processo contínuo o que na acumulação primitiva aparece como um processo histórico particular,* processo de gênese do capital e transição de um modo de produção a outro".[45]

Isso não é tudo. Se, de um lado, a transformação do dinheiro em capital pressupõe o processo histórico da acumulação primitiva, "de outro, o efeito do capital (uma vez que ele já tenha surgido) e de seu processo consiste em submeter toda a produção e em desenvolver e estender em todas as direções a separação entre trabalho e propriedade, entre trabalho e condições objetivas do trabalho".[46] Por isso, o avanço posterior do modo de produção capi-

talista não provoca apenas a paulatina destruição do trabalho artesanal, da pequena propriedade da terra de trabalho etc., mas também faz com que "os grandes capitalistas abocanhem os pequenos, pela descapitalização destes". Novamente nos vemos diante do mesmo processo de separação que "se inaugura com a acumulação primitiva, [...] aparece depois como processo permanente na acumulação e concentração do capital e, finalmente, se manifesta como centralização dos capitais já existentes em poucas mãos, com descapitalização de muitos capitalistas".[47] Um processo que só chegará ao fim com a eliminação do próprio capitalismo, ou seja, a restauração da unidade original entre os produtores e as condições de produção.

APÊNDICE

SOBRE A CRÍTICA À TEORIA MARXIANA DO SALÁRIO

1. A teoria do salário em Marx

Assim como aqueles que o antecederam, Marx também distingue o valor e o preço da força de trabalho (ou, para dizer como os clássicos, o "preço natural" e o "preço de mercado" do "trabalho"). O preço da força de trabalho é o salário, que depende da relação entre oferta e demanda no mercado de trabalho; já o valor da força de trabalho é a magnitude média à qual o salário efetivamente pago tende a equiparar-se, em períodos prolongados, sendo portanto independente da oferta e da demanda.

O que determina o valor da força de trabalho? Assim como ocorre com todas as demais mercadorias, ele depende dos custos de produção. Porém, considerando-se que a força de trabalho "só existe como capacidade ou dom do indivíduo vivo",[1] pois é inseparável de seu portador — o próprio trabalhador —, os custos de produção, nesse caso, são os custos necessários para "manter o trabalhador como tal" e para "perpetuar a linhagem dos trabalhadores"; se abstraímos os custos de aprendizagem, relativamente escassos para a imensa maioria dos trabalhadores, a maior parte desses custos é formada pelos meios de vida que servem para conservar o trabalhador e sua família: alimentação, vestuário, habitação etc. O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos "meios de vida necessários" e, em última instância, pela quantidade de trabalho neles incorporada.

Nessa medida, a determinação do valor da força de trabalho coincide com a determinação do valor de todas as demais mercadorias. A diferença aparece quando perguntamos quais são as "exigências necessárias" e, baseados nelas, os meios de vida necessários para manter o trabalhador.

É claro que a soma dos "meios de vida necessários" deve ser suficiente, em qualquer caso, para "manter o indivíduo trabalhador como tal, em sua condição normal de vida";[2] conforme a feliz terminologia de Otto Bauer,[3] devemos distinguir entre as energias necessárias ao mero "processo vital" do trabalhador e as energias gastas por ele no "processo de trabalho". (Se só se substituem as primeiras, se não se compensa o gasto adicional de energia

que a própria ação laborativa acarreta — ou se isso é feito insuficientemente — ocorrerá uma reprodução atrofiada da força de trabalho, e o preço da força de trabalho estará abaixo de seu valor.) Além disso, é evidente que as assim chamadas "necessidades naturais", como alimentação, vestuário, habitação, calefação etc., podem ser muito diferentes "conforme as peculiaridades climáticas e as demais condições naturais de um país".[4]

Mas, só interessam de fato as necessidades "naturais", e elas são idênticas às exigências "necessárias" no sentido usado em economia política? A economia política não é uma ciência natural, mas social; não pergunta que exigências são necessárias "em si", a partir do ponto de vista da fisiologia, mas sim quais correspondem à maneira de viver "tradicional", estabelecida socialmente, do trabalhador em um país e uma época determinados. "As chamadas necessidades naturais, assim como a forma de satisfazê-las, são produto da história. Em grande parte, dependem do nível cultural do país e essencialmente, entre outras coisas, também das condições sob as quais formou-se a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e aspirações vitais." O montante dessas necessidades, acrescentamos, também depende de expectativas mais recentes, expectativas que a classe trabalhadora consegue tornar reais em sua luta sindical e política contra a classe capitalista, caso os êxitos obtidos por aquela não sejam apenas transitórios. Marx destaca expressamente o "elemento histórico e moral" que intervém na determinação do valor da força de trabalho.[5]

Ao contrário das demais mercadorias, "o valor da força de trabalho se forma a partir de dois elementos, um dos quais é de natureza física, enquanto o outro é histórico e social". Daí resulta[6] a constatação de que as leis de formação do salário são "elásticas", como disse Engels. O valor da força de trabalho deve mover-se dentro de certos limites. "Seu limite inferior é determinado pelo elemento físico; para subsistir e reproduzir-se, o trabalhador deve ter acesso aos objetos de consumo necessários à vida e à reprodução. O valor desses objetos constitui, portanto, o limite inferior do valor do trabalho."[7] E o limite superior? Ele não pode ser vinculado a necessidades, já que as necessidades humanas são extremamente elásticas.

Vejamos o que Marx escreveu sobre isso: "No que diz respeito aos lucros, nenhuma lei determina seu patamar mínimo. Não podemos dizer qual é o seu limite inferior. Por quê? Porque podemos fixar salários mínimos, mas não máximos. Quando estão dados os limites da jornada de trabalho, o lucro máximo corresponde ao mínimo físico dos salários; e, dados os salários, o lucro máximo corresponde a uma ampliação da jornada de trabalho, de um modo que ela permaneça compatível com as forças físicas do trabalhador. Por isso, o lucro máximo está limitado pelo mínimo do salário e o má-

ximo da jornada de trabalho, considerados a partir da fisiologia do trabalhador. Entre os dois limites dessa taxa de lucro máxima é possível encontrar uma imensa escala de variações. O que determina em que ponto ela será fixada é a incessante luta entre o capital e o trabalho; o capitalista trata de rebaixar os salários ao mínimo físico e estender a jornada ao máximo físico, enquanto o trabalhador exerce pressão em sentido contrário. O problema desemboca na relação de forças entre ambos os lados."[8]

Essa passagem não deve ser interpretada como se não existisse um limite máximo econômico para o valor da força de trabalho e o aumento dos salários. Tal limite existe, estreitamente traçado. Mas não se pode deduzi-lo nem do tipo ou da quantidade das pretensões dos trabalhadores, socialmente dadas, nem da magnitude, abstratamente compreendida, do produto nacional disponível para distribuir, nem somente da natureza do próprio capital. Seria simplório imaginar que a classe trabalhadora e o capital constituem dois poderes autônomos, cujas respectivas "participações" no produto nacional dependem apenas de sua força relativa. No capitalismo, a classe trabalhadora está submetida de antemão ao poder econômico do capital, e sua "parte" é definida conforme a "parte" do capital. Por isso, o limite máximo do salário é dado pelo montante dos lucros e, mais exatamente, pelos movimentos da taxa de lucro. Ou, como escreveu Rosa Luxemburgo: "Toda a economia capitalista, especialmente a compra da força de trabalho, tem como objetivo produzir lucro. Portanto, a taxa de lucro fixada como finalidade da produção precede o assalariamento de trabalhadores, como algo dado, e constitui ao mesmo tempo, na média, o limite superior até onde podem ascender os salários. Mas o lucro também tem a tendência imanente de estender-se de forma ilimitada às custas do salário, reduzindo-o ao seu mínimo existencial. O salário sobe e desce entre esses pontos extremos segundo a relação da oferta e da demanda, ou seja, a relação entre a força de trabalho disponível e a magnitude do capital que pode ser investido."[9]

Mais de um economista burguês compreendeu há muito tempo que esse é o verdadeiro sentido da teoria marxiana do salário. Eis, por exemplo, o que escreveu Werner Sombart, em sua polêmica com Julius Wolf: "Wolf está preso à ilusão de que a teoria marxista afirma que o salário deveria ser necessariamente fixado segundo normas dependentes do valor dos meios de vida mais necessários; ele encontra em Marx a 'lei de bronze dos salários', se não em palavras, pelo menos em conteúdo. Dificilmente se poderia imaginar uma concepção mais equivocada. Basta ler os indignados ataques de Marx aos defensores da 'lei de bronze dos salários'. Da teoria geral de Marx, Wolf deveria ter percebido que para o marxismo há só uma lei salarial es-

sencial: 'O salário nunca pode subir a ponto de fazer o capitalista perder o interesse na produção'."[10]

O ensaio de Sombart data da década de 1890. Desde então, alguns socialistas "aprenderam" tantas coisas adicionais, que não conseguem mais distinguir a teoria salarial de Marx e a "lei de bronze dos salários", que é de Lassalle. Este, sim, como Julius Wolf, interpretou a teoria marxiana no sentido do "mínimo fisiológico de existência". Pode-se ler, por exemplo, em Fritz Sternberg: "O salário do trabalhador oscila como um pêndulo, tal como Marx formulou, em torno de seus custos de produção, ou seja, de um nível que lhe permita apenas manter-se."[11] Se um escritor que se diz marxista está tão pouco informado, que podemos exigir dos adversários de Marx *sans phrase*?

2. Marx e os movimentos do salário

A) As condições gerais para o aumento dos salários

Que há de verdadeiro nessa outra afirmação de Sternberg, segundo a qual, para Marx, "a concentração industrial e a acumulação do capital não levam a um aumento dos salários reais", mas sim, ao contrário, à sua queda?[12] Podemos acreditar nele, pelo menos nesse ponto?

As idéias de Marx sobre esse tema encontram-se condensadas no capítulo XV do primeiro tomo de *O capital*, onde ele analisa "a variação de magnitude do preço da força de trabalho[13] e da mais-valia". Verificamos ali que "as magnitudes relativas da mais-valia e do preço da força de trabalho são condicionadas por três circunstâncias: (a) *a duração da jornada de trabalho*, ou a magnitude do trabalho no que diz respeito à sua extensão; (b) *a intensidade normal do trabalho*, ou sua magnitude no que diz respeito à intensidade, de modo que determinada quantidade de trabalho é gasta em um determinado tempo; (c) finalmente, *a capacidade produtiva do trabalho*, a qual, segundo o grau de desenvolvimento alcançado pelas condições de produção, determina que se obtenha uma quantidade maior ou menor de produto com a mesma quantidade de trabalho no mesmo tempo".[14] Segundo Marx, uma modificação em qualquer desses três fatores pode conduzir a um aumento dos salários reais.

Em primeiro lugar, no que diz respeito às modificações na duração da jornada de trabalho, é óbvio que, se ela for prolongada, podem crescer simultaneamente a mais-valia e os salários, ambos "obtendo incrementos iguais ou desiguais".[15]

Podemos ler nas *Teorias*: "Se tomarmos uma magnitude fixa e a dividirmos em duas partes, é claro que uma parte só pode crescer na medida em

que a outra diminui, e vice-versa. Mas, em caso de magnitudes crescentes (fluxos) isso não precisa ocorrer. A jornada de trabalho permite magnitudes crescentes, enquanto não se tenha conquistado, pela luta, a fixação de uma jornada normal. Nesse tipo de magnitudes, ambas as partes [ou seja, tanto a parte 'paga', correspondente ao salário, como a 'não paga', correspondente à mais-valia] crescem, de forma igual ou desigual. O crescimento de uma não força a diminuição da outra e vice-versa. Este é também [excetuando-se o incremento na intensidade do trabalho] o único caso no qual o salário e a mais-valia podem crescer ambos, sendo possível que cresçam simetricamente quanto ao valor de troca. (Quanto ao valor de uso, se compreende por si mesmo.)"[16]

Depois da derrota do fascismo, e até hoje, este caso não parece ter interesse, já que atualmente o que está na ordem do dia na Europa não é o prolongamento, mas a redução, da jornada de trabalho. Mas, se levamos em conta a enorme quantidade de horas extras que os trabalhadores realizam no atual período de prosperidade na maior parte dos países capitalistas, devemos admitir que essa variante estudada por Marx permanece atual, já que o aumento dos salários reais, onde ocorre, também se deve à realização dessas horas extras.

Mesmo assim, a segunda variante estudada por Marx, que se refere ao aumento da intensidade do trabalho, é incomparavelmente mais importante. A esse respeito, podemos ler em *O capital*: "A intensidade crescente do trabalho supõe um gasto aumentado de trabalho no mesmo período de tempo. No mesmo número de horas, a jornada mais intensa gera maior quantidade de produtos que a menos intensa. Com o incremento da produtividade, a mesma jornada também gera mais produtos. Mas, neste último caso, o valor do produto individual diminui, pois ele custa menos trabalho que antes, enquanto no primeiro caso o valor se mantém inalterado, já que o produto exige o mesmo trabalho, antes e depois. Aqui, o número dos produtos aumenta sem que baixem seus preços [...]. *A mesma jornada de trabalho não se representa, como antes, em um produto de valor constante, mas sim em um de valor variável*; a jornada mais intensa de doze horas se representa, digamos, em 7 xelins, 8 xelins etc., em vez de fazê-lo em 6 xelins como a jornada de doze horas trabalhada com a intensidade usual. É claro que, *se varia o valor do produto da jornada de trabalho*, digamos de 6 para 8 xelins, *podem aumentar simultaneamente as duas partes desse valor* (o preço da força de trabalho e a mais-valia) em grau igual ou diferente [...]. Um aumento semelhante no preço da força de trabalho não implica necessariamente que ela está sendo paga acima de seu valor." (Isso significa que, nesse caso, o valor da força de trabalho também pode crescer.)

Por outro lado, o aumento do preço da força de trabalho pode às vezes ser acompanhado por "uma diminuição do seu valor". Isso ocorre "quando o aumento de preços que a força de trabalho experimenta não compensa o aumento do desgaste de que ela padece".[17] Em ambos os casos — suba só o preço ou também o valor da força de trabalho como conseqüência da maior intensidade do trabalho — os salários reais podem aumentar. Porém, por mais importante que seja esta variante, ela nos permite ver que, nos principais países capitalistas, os elevados salários reais dos trabalhadores também devem ser atribuídos à intensidade do trabalho, que aumenta periodicamente (como destacou Henryk Grossmann em sua excelente crítica ao livro *Imperialismus*, de Sternberg).[18]

Chegamos agora à variante mais importante: as modificações na relação entre salário e mais-valia decorrentes do crescimento da produtividade do trabalho. Podemos ler no capítulo XV: "O valor da força de trabalho é determinado pelo valor de uma determinada quantidade de meios de subsistência. O que varia com a força produtiva do trabalho é o valor desses meios de subsistência, não sua massa. Se aumenta a força produtiva do trabalho, a própria massa pode crescer simultaneamente e na mesma proporção para o trabalhador e o capitalista, sem que se altere a relação entre o preço da força de trabalho e a mais-valia. Se o valor original da força de trabalho é de 3 xelins e o tempo de trabalho necessário é de seis horas, sendo a mais-valia igualmente de 3 xelins, correspondendo a seis horas de mais-trabalho, ao duplicar-se a produtividade do trabalho, mantendo-se igual a divisão da jornada, ficam inalterados o preço da força de trabalho e a mais-valia. A diferença é que cada um se representa em uma quantidade duplicada de valores de uso, tornados proporcionalmente mais baratos. Embora o preço da força de trabalho se mantenha inalterado, ele teria aumentado para além de seu valor." Em troca, se "o preço da força de trabalho diminuísse, mas não até o limite mínimo de 1,5 xelins, definido por seu novo valor, fixando-se em 2 xelins e 10 pence, 2 xelins e 6 pence etc., este preço decrescente representaria uma massa crescente de meios de subsistência. O preço da força de trabalho poderia diminuir continuamente, ao crescer a força produtiva do trabalho, observando-se ao mesmo tempo um incremento contínuo da massa de meios de subsistência consumidos pelo trabalhador."[19] (O grau desse crescimento dependeria, evidentemente, "do peso que exercem, em cada prato da balança, a pressão do capital e a resistência do trabalho".)

Tanto do ponto de vista teórico como do prático, parece ser de especial interesse esta última variante, na qual o salário se adapta apenas parcialmente à queda no valor da força de trabalho provocada pelo crescimento da produtividade, oferecendo aos trabalhadores uma certa compensação, que

pode ser maior ou menor. Segundo a teoria marxiana do salário, o valor dos meios de subsistência fisiologicamente necessários só determina o limite inferior do valor da força de trabalho; o que fixa o limite superior é a "relação de forças entre as partes em confronto", o capital e os trabalhadores. Coerentemente, Marx destaca nas *Teorias* que, "embora os próprios trabalhadores não possam impedir que seu salário diminua, no que diz respeito ao seu valor [como resultado do incremento da produtividade do trabalho], em troca podem não permitir que ele caia até o mínimo; ao contrário, podem forçar uma participação sua no progresso da riqueza geral".[20]

De forma ainda mais evidente, Marx diz em *Salário, preço e lucro*: "Graças ao aumento da produtividade do trabalho, a aquisição da mesma quantidade de bens poderia exigir apenas 3 ou 2 xelins, ou requerer apenas quatro horas de trabalho, em vez de seis, para produzir o equivalente ao valor dos bens necessários ao cotidiano. Nesse caso, o trabalhador estaria em condições de comprar com 2 xelins a mesma quantidade de bens que antes comprava com 3 xelins. O valor do trabalho teria diminuído, mas esse valor diminuído corresponderia à mesma quantidade de mercadorias que antes [...]. O nível de vida do trabalhador permaneceria o mesmo, em termos absolutos, mas *seu salário relativo, sua situação social relativa*, teria diminuído em comparação com o lucro do capitalista. [...] Se o trabalhador opusesse resistência a essa queda dos salários relativos só estaria tentando obter uma participação na maior produtividade de seu próprio trabalho, de modo a conservar a posição social relativa que já ocupava antes."[21]

Ou seja, parte do desenvolvimento da produtividade do trabalho pode ser apropriada pelos trabalhadores. Todavia, Marx se opôs categoricamente à teoria sustentada em 1835 pelo economista Carey, de que, "em geral, o salário aumenta e diminui com a produtividade do trabalho". "Nossa análise sobre como se produz a mais-valia demonstra o absurdo dessa conclusão."[22] "Como vimos, a produtividade crescente do trabalho caminha em paralelo com o barateamento do trabalhador, e portanto com uma taxa crescente de mais-valia, mesmo quando o salário real aumenta." O aumento deste "nunca é proporcional ao da produtividade do trabalho".[23] (Se a regra não fosse esta, a taxa de mais-valia não poderia crescer, "tornando-se impossível a produção de mais-valia relativa e, portanto, o próprio capitalismo".)[24] Não é surpresa que os economistas burgueses afirmem o estrito paralelismo entre os salários reais e a produtividade do trabalho, porém não apresentem provas para sustentar essa idéia.

Isso é tudo sobre a análise contida no capítulo XV. Como vimos, cada uma das variantes citadas abriga a possibilidade de um incremento nos salários reais. Ao contrário do que diz Sternberg, Marx estava muito distante de

negar essa possibilidade. Na verdade, contava em grande medida com ela, como se vê em suas manifestações sobre a acumulação do capital, que discutiremos agora.

B) O ciclo da conjuntura e o movimento dos salários

Vamos citar uma extensa mas importantíssima passagem do capítulo XXIII do primeiro tomo (subcapítulo 1: "Demanda crescente de força de trabalho com a acumulação, mantendo-se igual a composição orgânica do capital").

Ali se diz: "O incremento do capital implica o incremento de sua parte variável, que se converte em força de trabalho [...]. Como o capital produz anualmente uma mais-valia, parte da qual se soma ao capital original; como este incremento aumenta todos os anos, por causa do volume crescente de capital já em funcionamento; finalmente, como sob o incentivo de enriquecer — por exemplo, com a abertura de novos mercados, de novos setores para o investimento por causa de necessidades sociais recém-criadas etc. — *a escala da acumulação pode ser subitamente ampliada alterando-se apenas a distribuição da mais-valia ou do mais-produto em capital e renda*, [por tudo isso] as necessidades da acumulação de capital podem ultrapassar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores disponíveis, com a demanda de trabalhadores superando a oferta. Criam-se assim condições para que os salários aumentem [...]. Mais ainda: isso acaba ocorrendo [...]. Como a cada ano se empregam mais trabalhadores que no ano precedente, cedo ou tarde se alcança o ponto em que as necessidades da acumulação ultrapassam a oferta habitual de trabalho, e os salários aumentam."

Sob semelhantes "condições da acumulação pressupostas até aqui — as mais favoráveis aos trabalhadores —, sua relação de dependência com o capital assume formas toleráveis [...]. Na medida em que o capital aumenta, essa relação de dependência, em vez de se tornar mais intensa, só aumenta em extensão; ou seja, a esfera de exploração e dominação do capital se limita a expandir-se de acordo com as dimensões deste e o aumento de seus súditos. Sob a forma de meios de pagamento, flui para estes uma parte maior do mais-produto crescente, produzido por eles mesmos e crescentemente transformado em capital adicional, de modo que podem ampliar o espaço de seus desfrutes, aumentar seu fundo de consumo de vestimentas, mobiliário etc., e formar um fundo de reserva em dinheiro. Mas, assim como a melhora na vestimenta, na alimentação e no trato, ou um pecúlio maior, não aboliam as relações de dependência e a exploração do escravo, tampouco as suprimem no caso do assalariado. O aumento do preço do trabalho, decorrente da acumulação do capital, mostra apenas que o tamanho e o peso das cadeias de ouro[25] que o trabalhador forjou para si permitem que elas sejam

menos apertadas." Só significa, "no melhor dos casos, uma diminuição relativa do trabalha não pago que o trabalhador deve realizar. Essa diminuição nunca pode alcançar o ponto em que ameaçaria o sistema."

De duas, uma: "Ou o preço do trabalho continua crescendo porque sua alta não atrapalha o progresso da acumulação [...]; neste caso, é evidente que a redução do trabalho não pago não prejudica a expansão do domínio exercido pelo capital. [...] Ou — eis aí o outro termo da alternativa — a acumulação perde força com o aumento do preço do trabalho, pois o lucro diminui. A acumulação cai. Mas, ao cair, desaparece a causa de sua queda, a saber, a desproporção entre o capital e a força de trabalho disponível. [...] O preço do trabalho cai novamente até um nível compatível com as necessidades de valorização do capital, seja este nível inferior, superior ou igual ao que se considerava normal antes da alta dos salários."

Marx conclui: "O aumento no preço do trabalho fica confinado, pois, a limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas que, além disso, asseguram a reprodução do sistema em escala ampliada. [...] Na verdade, a lei da acumulação capitalista [...] diz que a natureza dessa acumulação exclui qualquer diminuição no grau de exploração a que o trabalho está submetido ou qualquer elevação no preço do trabalho que possam ameaçar seriamente a reprodução da relação capitalista em uma escala constantemente ampliada."[26]

Pedimos desculpas ao leitor por tão extensa citação, necessária para mostrar que *Marx não só destacava a possibilidade, mas também a necessidade de aumento dos salários reais nas fases de prosperidade do ciclo industrial.* Todavia, no subcapítulo citado, investiga-se a "demanda crescente de força de trabalho" sob a hipótese de uma "composição inalterada do capital". Ainda não se considera a existência do "exército industrial de reserva". Adiante veremos[27] que ele provoca um efeito contrário que não suprime, mas modifica consideravelmente, a tendência à formação de salários descrita no subcapítulo citado. Mas, antes disso, devemos considerar brevemente a importantíssima doutrina do "salário relativo" formulada por Marx.

3. A teoria de Marx sobre o salário relativo

Em 1849, em *Trabalho assalariado e capital,* Marx escreveu: "Nem o salário nominal, ou seja, a soma de dinheiro em troca da qual o trabalhador se vende ao capitalista, nem o salário real, ou seja, a soma de mercadorias que ele pode comprar em troca desse dinheiro, esgotam as relações contidas no salário. O salário é determinado, antes de tudo, por sua relação com o lucro do capitalista; *é um salário relativo.* O salário real expressa o preço do trabalho em relação ao preço das demais mercadorias, enquanto o salário re-

lativo expressa a participação do trabalho no novo valor criado por ele, em relação à participação que, nesse novo valor, cabe ao trabalho acumulado, ao capital."

Um pouco antes, Marx escrevera: "Uma casa pode ser grande ou pequena. Enquanto as casas vizinhas são igualmente pequenas, ela satisfaz os requisitos sociais que se exigem de uma habitação. Porém, se junto à casinha se constrói um palácio, a casinha se reduz e se converte em uma choupana. A casa pequena demonstra então que seu proprietário tem pretensões ínfimas ou mesmo nulas; no transcurso da civilização sua casa poderá crescer em altura tanto quanto se queira, mas se o palácio vizinho cresce na mesma proporção, ou em proporção ainda maior, o habitante da casa relativamente pequena se sentirá cada vez mais incômodo, insatisfeito e oprimido entre suas quatro paredes."

É o que acontece com a classe trabalhadora no capitalismo: "O salário real poderá seguir sendo o mesmo, poderá aumentar e, mesmo assim, o salário relativo poderá cair. Suponhamos, por exemplo, que os preços de todos os meios de subsistência tenham diminuído 2/3, enquanto o salário por jornada diminui apenas 1/3, por exemplo de 3 para 2 marcos. Apesar de, com esses 2 marcos, o trabalhador dispor de uma soma maior de mercadorias do que antes, quando ganhava 3, o salário diminuiu em relação ao lucro do capitalista. O lucro [...] aumentou 1 marco. Ou seja, por uma soma menor de valores de troca pagos ao trabalhador, este deve produzir maior soma de valores de troca que antes. A parte do capital aumentou em relação à parte do trabalho. A distribuição da riqueza social entre capital e trabalho tornou-se mais desigual. Com o mesmo capital, o capitalista controla uma quantidade maior de trabalho. O poder da classe capitalista sobre a classe trabalhadora aumentou, a posição social do trabalhador piorou, ele desceu mais um degrau em relação ao capitalista."[28]

Nada disso é novo. Raciocínios análogos aparecem em Ricardo,[29] Cherbuliez[30] e outros. O fundamental é a ênfase que Marx dá à categoria "salário relativo", assim como as conclusões teóricas e práticas que extrai dela. Só em Marx se encontra a "lei da queda tendencial do salário relativo" (a expressão é de Rosa Luxemburgo),[31] segundo a qual cada vez aumenta mais a "distância recíproca" entre a classe trabalhadora e a classe capitalista — que é o mais importante[32] — e cujas conseqüências só podem ser superadas através de uma transformação socialista da sociedade.

Rosa Luxemburgo teve o mérito de situar em uma perspectiva correta esse aspecto da teoria de Marx sobre o salário. Lemos em sua *Introdução à economia política*: "A produção capitalista não pode avançar um passo sem reduzir a participação dos trabalhadores no produto social. Com cada

inovação da técnica, com cada melhora das máquinas, com cada aplicação nova do vapor e da eletricidade na produção e no transporte, diminui a participação dos trabalhadores no produto e aumenta a dos capitalistas." Trata-se de "um poder completamente invisível, um efeito simplesmente mecânico da concorrência e da produção mercantil, que arranca do trabalhador uma parcela cada vez maior do produto que ele cria [...]. O papel pessoal do explorador é visível quando se trata do salário absoluto, ou seja, do nível de vida real. Uma redução do salário, que determine uma redução do nível real de vida dos trabalhadores, constitui um atentado visível dos capitalistas contra os trabalhadores e recebe destes, em geral, ali onde entram em ação os sindicatos, a resposta da luta imediata [...]."

A situação é diferente quando se trata da queda invisível do salário relativo, provocada pelo progresso técnico, as invenções, a introdução de máquinas, o aperfeiçoamento dos meios de transporte etc: "Os efeitos desses avanços sobre o salário relativo dos trabalhadores resultam automaticamente da produção mercantil e da condição de mercadoria da força de trabalho [...]. Por isso, a luta contra a diminuição do salário relativo conduz à luta contra a existência da força de trabalho na condição de mercadoria, ou seja, contra a produção capitalista em seu conjunto. A luta contra a queda do salário relativo já não é uma luta que se desenvolve no terreno da economia mercantil, mas sim um assalto revolucionário, subversivo, contra a existência dessa economia. É o movimento socialista do proletariado."[33]

Agora se vê claramente por que Marx combatia tão energicamente a "lei de bronze dos salários", de Lassalle. Não só porque ela se baseava na teoria malthusiana da população e contradizia os fatos, mas também porque ignorava a categoria "salário relativo" e os objetivos revolucionários que resultam dela. A teoria econômica do próprio Marx desembocava na descoberta de que o sistema do trabalho assalariado era, no fundo, "um sistema de escravidão, uma escravidão que se torna mais dura na medida em que se desenvolvem as forças produtivas sociais do trabalho, sem que tenha importância se o trabalhador recebe pagamento melhor ou pior".[34] Os vícios desse sistema só podem ser eliminados suprimindo-se o próprio trabalho assalariado.

Marx escreveu amargurado na *Crítica ao programa de Gotha*: "Justamente quando essa noção se disseminou em nosso meio, retornam os dogmas de Lassalle [...]. É como se, entre os escravos que enfim tivessem descoberto os segredos da escravidão e entre os quais tivesse começado uma rebelião, um escravo com idéias antiquadas escrevesse sobre o programa da rebelião: a escravidão deve ser abolida porque nesse sistema o padrão de vida dos escravos não pode exceder um limiar bastante baixo."[35]

Isso é tudo sobre a teoria do "salário relativo". Graças a ela, é possível situar adequadamente a discussão da teoria marxiana dos salários.[36] Para a teoria econômica (e política) do marxismo não é decisivo, de forma alguma, que os salários aumentem ou diminuam, por mais importante que esse problema possa ser no dia-a-dia; ao concentrar seus ataques nesse ponto, os críticos de Marx demonstram quão pouco penetraram no verdadeiro espírito da teoria marxiana do salário.

4. O exército industrial de reserva como regulador do salário

Até aqui reproduzimos os argumentos de Marx. Agora, parece oportuno formular algumas observações críticas que não alteram o essencial da questão. No capitalismo, de fato, não se pode negar a existência de um exército industrial de reserva e a enorme influência que ele exerce sobre os salários. Entretanto, a nosso ver, os subcapítulos 3 e 4 do capítulo sobre a acumulação (do primeiro tomo) contêm lacunas que podem conduzir a idéias errôneas, como já ocorreu.

O que Marx defende nesses subcapítulos? Em primeiro lugar, que o aumento da composição orgânica do capital, associado ao progresso da produção capitalista, produz uma diminuição relativa da parte variável do capital, investida em força de trabalho. Como a produção capitalista não pode deixar de se expandir, também se expande — considerando-se períodos mais prolongados — a demanda de força de trabalho; *mas ela se expande em uma "proporção constantemente decrescente"*. Nos primórdios do capitalismo a situação era outra: "A composição do capital só se modificava de forma muito gradual, de modo que a acumulação mantinha correspondência com um crescimento proporcional da demanda de trabalho."[37] Mas, nessa época, o capital variável, investido em salários, ultrapassava largamente o capital investido em máquinas, pois "predominava a manufatura, enquanto a grande indústria era uma realidade nascente".[38] Ainda se podia compartilhar com Adam Smith a opinião de que a acumulação de capital gerava uma demanda sempre crescente de trabalho e um aumento constante dos salários, cujo nível era determinado pela relação entre o número absoluto da população trabalhadora e a magnitude do capital produtivo.

O desenvolvimento da grande indústria jogou por terra essa concepção otimista. Os capitalistas, "sob pena de arruinar-se", viram-se obrigados a introduzir máquinas cada vez mais renovadas e a aperfeiçoar as já existentes; mas "o aperfeiçoamento das máquinas implica tornar supérfluo o trabalho humano".[39] Com a difusão da maquinaria, a relação entre a parte constante e a parte variável do capital modifica-se cada vez mais, em benefício da primeira. Como "a demanda de trabalho não depende do capital global, mas

sim de sua parte variável, *essa demanda decresce progressivamente na medida em que cresce o capital global*, em vez de aumentar proporcionalmente [...], tal como ocorria antes. Em relação à magnitude do capital global e ao seu incremento, essa demanda diminui aceleradamente."[40] Essa tendência explica o fato, empiricamente dado, de formar-se uma superpopulação relativa de trabalhadores — ou seja, uma população que excede as necessidades médias de sua utilização pelo capital — que, em tempos de crise, aparece em gigantescos exércitos de desocupados e, em tempos de prosperidade, é quase absorvida, mas permanece presente.[41] Seu sustento pesa em parte sobre a sociedade e em parte sobre a própria classe trabalhadora empregada.

Que função essa população excedente exerce na produção capitalista? Ela é indispensável ao capital, por dois motivos. Em primeiro lugar, coloca à sua disposição, "para suas necessidades de valorização, que se alternam, [...] um material humano sempre disponível para ser explorado", ao qual, conforme a situação conjuntural, pode dar emprego ou deixar na rua. "*À produção capitalista não basta a quantidade de força de trabalho que resulta do incremento natural da população. Para poder desenvolver-se livremente, ela requer um exército industrial de reserva que não dependa desse limite natural.*"[42] Em segundo lugar, o exército de reserva atua como um poderoso regulador dos salários, pois freia as pretensões salariais da classe trabalhadora. No capitalismo desenvolvido, "*a superpopulação relativa* [...], *sendo o eixo em torno do qual se move a lei de oferta e demanda de trabalho, mantém o campo de ação dessa lei dentro dos limites que convêm às necessidades de valorização e de poder do capital*".[43] Nos períodos de recessão econômica e de começo de uma retomada, a superpopulação pressiona o "exército ativo de trabalhadores", impedindo que ele eleve demais suas pretensões salariais; em tempos de crise, freqüentemente impede que ele use o direito de greve para rechaçar a ofensiva do capital contra o nível de vida da classe trabalhadora. Nesse sentido, "os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, as quais correspondem, por sua vez, às vicissitudes do ciclo industrial". *Não são regulados "pelo movimento do número absoluto da população, mas sim pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva*, pelo aumento e a diminuição do volume relativo da superpopulação, pelo grau em que esta é absorvida ou expelida".[44]

Eis, em traços largos, a teoria do exército industrial de reserva. A esse respeito, cabe observar o seguinte. Em primeiro lugar, a diminuição relativa da parte variável do capital não permite, por si só, tirar conclusões sobre a magnitude e o peso específico do exército industrial de reserva. Tudo depende das condições concretas; de um lado, da medida e do ritmo com que

cresce a composição orgânica, assim como da duração dos "intervalos nos quais a acumulação age como simples incremento quantitativo da produção sobre uma base técnica dada";[45] de outro, da força do próprio processo de acumulação. Por isso é bastante possível que, ali onde o capital se expande intensamente e onde a classe capitalista tem à sua disposição um mercado interno (ou externo) suficientemente grande, a demanda de força de trabalho cresça durante períodos prolongados, a ponto de restringir fortemente os efeitos desfavoráveis do exército industrial de reserva. (Isso ocorreu, por exemplo, nos Estados Unidos até a grande crise econômica de 1929.)

Em segundo lugar, o próprio Marx diz, em outra passagem, que em períodos de prosperidade o exército industrial de reserva pode ser mais ou menos absorvido, chegando quase a desaparecer.[46] Assim, sua influência sobre o nível dos salários diminui muito ou desaparece temporariamente.

Terceiro: no capítulo sobre a acumulação, ainda no primeiro tomo, Marx destaca a circunstância de que "o capital pode incrementar mais rapidamente a oferta de trabalho que a demanda de trabalhadores", pois, ao prolongar a jornada, extrai maior quantidade de trabalho do mesmo número de trabalhadores ocupados. "O trabalho extra da parcela ocupada da classe trabalhadora faz aumentar o contingente em reserva, enquanto este último exerce uma pressão concorrencial redobrada sobre aquela parcela ocupada, obrigando-a a trabalhar excessivamente e a submeter-se às exigências do capital [...]. A produção de uma superpopulação relativa e a liberação de trabalhadores avançam ainda mais rapidamente que a renovação tecnológica do processo de produção — renovação acelerada pelo próprio progresso da acumulação — e a conseqüente redução proporcional da parte variável do capital em relação à parte constante."[47] Esse fator, que acelera a formação do exército industrial de reserva, não pode desempenhar hoje o mesmo papel que desempenhava nos tempos de Marx, pois a legislação trabalhista e a definição da semana de 48 horas (e depois 40 horas) colocaram limites ao prolongamento da jornada.

Para concluir: já em *O capital*, Marx assinala o papel dos sindicatos, "que procuram organizar [...] a cooperação entre empregados e desempregados, para anular ou diminuir as terríveis conseqüências associadas a essa lei natural da produção capitalista",[48] a lei da população trabalhadora excedente. Nesse aspecto, a atividade sindical deve ser intensificada.

Tratamos aqui de fatores que podem compensar parcialmente os efeitos desfavoráveis do exército industrial de reserva na determinação dos salários. Eles contribuíram para que o nível de vida da classe trabalhadora nos principais países capitalistas não só não tenha diminuído, mas, ao contrário, tenha podido aumentar sensivelmente. Em sua análise, por razões metodoló-

gicas, Marx não chega a considerar extensamente esses fatores.[49] Por isso, suas brilhantes exposições sobre o exército industrial de reserva freqüentemente foram mal compreendidas. Muitos comentadores consideraram que Marx havia feito um prognóstico para as décadas seguintes, e não a descrição de uma tendência histórica geral. Nesse contexto, a caricatura burguesa das concepções marxianas, como por exemplo a "lei do empobrecimento", não pôde ser devidamente rechaçada.

5. A assim chamada "teoria do empobrecimento"

Não foi o próprio Marx quem formulou a "lei do empobrecimento"? Ela não integra os fundamentos de seu sistema?

De modo algum. O autor de *O capital* criticou energicamente a concepção do "mínimo existencial fisiológico" (e a "lei de bronze dos salários", de Lassalle). Sem ela, é impossível imaginar uma teoria do empobrecimento absoluto e inevitável da classe trabalhadora. Das duas, uma: ou se admite que Marx discordava dessa concepção, e então não é possível atribuir-lhe nenhum vínculo com a assim chamada teoria do empobrecimento, ou então se defende essa última hipótese, atribuindo-se a Marx — erroneamente e, muitas vezes, com má-fé — simpatias pela "lei de bronze dos salários". Os que difundem a lenda de que se encontra em Marx uma "teoria do empobrecimento" trilham o último caminho.

Queremos permanecer no terreno da teoria. Não se trata de discutir como Marx e Engels avaliaram, aqui e ali, o movimento real dos salários na Inglaterra ou no continente,[50] mas sim saber se o sistema econômico do marxismo, as leis da evolução da produção capitalista, formuladas por Marx, conduzem à idéia de que a situação da classe trabalhadora tende a piorar progressivamente, em um "processo de empobrecimento". Ou seja, se é verdade que, para Marx — como diz Sternberg, por exemplo —, a concentração e acumulação de capital tenderia a produzir não um aumento, mas, ao contrário, uma queda nos salários reais. Para rechaçar esta proposição, basta levar em conta a oposição de Marx à idéia do mínimo existencial fisiológico.

Todavia, mesmo os grandes pensadores podem ser inconseqüentes algumas vezes e formular proposições contraditórias. Devemos perguntar se na construção doutrinária da economia de Marx encontram-se raciocínios que apontem para a idéia de que, no capitalismo, a situação da classe trabalhadora deve sofrer uma deterioração inevitável, não só em termos relativos mas também absolutos.[51]

Devemos considerar, é claro, as obras especificamente econômicas de Marx, escritas na maturidade, como os *Grundrisse* (1857-1858), as *Teorias*

(1861-1863) e *O capital*. Pois no *Manifesto do Partido Comunista*, escrito em 1847, ainda se pode ler: "O servo evoluiu a membro da comuna dentro da servidão, assim como o pequeno-burguês chegou a burguês sob o jugo do absolutismo feudal. O trabalhador moderno, em vez de ascender com o progresso da indústria, submerge cada vez mais profundamente nas condições de sua própria classe. O trabalhador se converte em pobre, e a pobreza aumenta mais rapidamente que a população e a riqueza."[52]

No *Manifesto* ainda se encontra a teoria do mínimo do salário,[53] que Marx abandonou depois. Além disso, apesar da enorme importância do *Manifesto* como documento para a história das idéias, ninguém imagina que se deva procurar nele os fundamentos das teorias econômicas de Marx. Para o que nos interessa, a passagem citada nada pode demonstrar. Precisamos retornar às obras especificamente econômicas de Marx.

Vejamos uma conhecida passagem de *O capital*: "No sistema capitalista todos os métodos para aumentar a força produtiva do trabalho coletivo se aplicam às custas do trabalhador individual; todos os métodos para desenvolver a produção se transformam em meios de dominar e explorar o produtor; mutilam o trabalhador, convertendo-o em um homem dividido, degradado à condição de apêndice da máquina; mediante a tortura do trabalho, aniquilam o conteúdo do próprio trabalho, expropriam do trabalhador as potencialidades espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência se incorpora nesse processo como potência autônoma [...]. Mas, todos os métodos para produzir mais-valia são ao mesmo tempo métodos de acumulação, e toda expansão desta converte-se, por sua vez, em meio para desenvolver esses métodos. Logo, na medida em que o capital se acumula, a situação do trabalhador piora, *seja qual for sua remuneração*."

Em continuação, segue-se um parágrafo freqüentemente citado de forma descontextualizada: "A lei que mantém um equilíbrio constante entre a superpopulação relativa (ou exército industrial de reserva) e o progresso da acumulação prende o trabalhador ao capital com grilhões mais firmes que aqueles usados por Hefesto para prender Prometeu à rocha. Essa lei produz uma acumulação de miséria proporcional à acumulação de capital. A acumulação de riqueza em um pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, tormentos,[54] escravidão, ignorância, embrutecimento e degradação moral no pólo oposto, onde se encontra a classe que produz seu próprio produto como capital."[55]

Foi necessário citar toda essa passagem porque é a única manifestação em *O capital* em que se podem basear, com alguma justificativa, os críticos que atribuem a Marx uma "teoria do empobrecimento".[56] Porém, observada com mais cuidado, mesmo essa tênue justificativa desaparece. O que,

afinal, diz a passagem citada? A última frase, que fala de "acumulação de miséria", por acaso nega a frase precedente, que aponta para um agravamento apenas relativo da situação dos trabalhadores? De forma alguma. Esta frase diz que, com o crescimento da acumulação, cresce também o exército industrial de reserva; por isso, são cada vez maiores os setores excedentes da classe trabalhadora, vítimas da miséria, da ignorância, da brutalização e da degradação moral. A "acumulação de miséria" refere-se apenas aos "lazarentos da classe trabalhadora",[57] e não a toda a classe. (Caso contrário, seria preciso supor que Marx esperasse que um proletariado sujeito a "ignorância, embrutecimento e degradação moral" crescentes viesse a construir o socialismo; isso talvez pudesse passar pela cabeça de Bakunin, não de Marx!)

Além disso, quando da publicação do primeiro tomo, onde aparece o trecho citado, Marx dificilmente poderia pensar em um "empobrecimento" absoluto da classe operária em geral. Três anos antes, no *Inauguraladdresse* [Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, de 1864], ele dizia: "Com diferentes cores locais e em escala mais restrita, a situação inglesa se reproduz em todos os países industriais do continente. Desde 1848 há em todos eles um extraordinário desenvolvimento da indústria e uma enorme expansão da importação e da exportação [...]. Em todos, como na Inglaterra, uma minoria da classe operária tem tido um aumento do salário real, ou seja, dos meios de subsistência que o salário em dinheiro pode adquirir, embora na maioria dos casos o aumento do salário em dinheiro não indique um aumento real de bem-estar. [...] De modo geral, em todo lugar as massas da classe trabalhadora submergem mais profundamente, pelo menos na mesma medida em que a classe superior ascende." (Eis outro indício de que já naquela época Marx contava com a possibilidade de uma piora apenas relativa na situação da classe trabalhadora.) "Constitui agora uma verdade em todos os países da Europa [...] que não há desenvolvimento da maquinaria, nem descoberta na química, nem aplicação da ciência à produção, nem aperfeiçoamento dos meios de comunicação, nem colônias novas, nem emigração, nem abertura de mercados, nem livre comércio, nem tudo isso junto que possa eliminar a miséria das massas trabalhadoras.[58] Ao contrário, sobre essa base falsa, qualquer nova evolução das forças produtivas deve tender [no sentido da teoria do 'salário relativo'] a aprofundar os contrastes sociais e agudizar as contradições sociais."[59]

Esta é a verdadeira concepção de Marx, que aliás correspondia inteiramente à situação da época (1849-1864), como as investigações históricas e econômicas confirmam. Se em 1864 Marx avaliava assim a situação do proletariado europeu, não se sustentam as suposições — de Sternberg,

Strachey[60] e outros — de que três anos mais tarde, em *O capital*, ele defenderia que os salários reais diminuem em qualquer caso e a situação da classe trabalhadora piora continuamente, não só de modo relativo mas também absoluto. Aliás, manifestações posteriores dos fundadores do marxismo — as quais, supomos, Sternberg e Strachey não conheceram — demonstram exatamente o contrário do que estes autores afirmam. Em 1881, quatorze anos depois da publicação do primeiro tomo e seguramente em pleno acordo com Marx,[61] que ainda vivia, Engels escreveu: "O grande mérito dos sindicatos em sua luta pela defesa do nível dos salários e a redução da jornada de trabalho consiste em lutarem por conservar e elevar o nível de vida. Na zona leste de Londres, em muitos setores produtivos, o trabalho não é menos qualificado e é tão pesado como o dos pedreiros e seus ajudantes, mas ali os trabalhadores recebem a metade dos salários destes, se tanto. Por quê? Simplesmente porque uma poderosa organização dá a um desses grupos condições de manter um nível de vida relativamente elevado, que serve de referência para seus salários, enquanto o outro grupo, desorganizado e impotente, acaba aceitando os excessos inevitáveis e arbitrários dos empresários [...]. Portanto, a lei salarial não traça uma fronteira rígida e imóvel. Dentro de certos limites, ela não é inflexível. Em todas as épocas, com exceção das grandes depressões, existe em cada setor de atividade certa margem de jogo, dentro da qual os salários podem ser modificados como resultado da luta entre os grupos envolvidos. Em todos os casos a fixação de salários exige negociações; quem oferece resistência mais prolongada e eficaz tem maiores possibilidades de obter mais. Quando o trabalhador tenta chegar a um acordo individual com o capitalista, é facilmente vencido e fica à mercê deste último; mas, quando os trabalhadores de um setor produtivo constituem uma poderosa organização, reúnem um fundo para poder enfrentar fortalecidos os empresários, então e só então os trabalhadores têm perspectivas de obter pelo menos esse mínimo que, dada a estrutura econômica da sociedade atual, pode ser chamado de 'um pagamento justo para uma jornada de trabalho justa'."[62]

É o que dizia Engels em 1881. Dez anos mais tarde, em resposta a uma frase do Projeto de Programa de Efurt ["O número dos proletários, bem como sua miséria, torna-se cada vez maior"], ele voltou a dizer: "A organização dos trabalhadores e sua resistência sempre crescente podem operar como um dique de contenção contra o aumento da miséria. O que, com certeza, aumenta é a insegurança da existência."[63] É uma formulação que podemos e devemos voltar a usar hoje em dia. Pois em uma parte do mundo capitalista efetivamente construiu-se "um dique de contenção" à miséria física dos trabalhadores.[64] Um observador que contemplasse a realidade

através de lentes cor-de-rosa talvez pudesse concluir que, ao contrário do que dizia o *Manifesto do Partido Comunista*, a burguesia dos principais países capitalistas está em condições "de assegurar a existência de seus escravos, dentro de sua escravidão", e por isso a dominação do capital estaria definitivamente consolidada. Mas a atenuação e até mesmo a eliminação da miséria física não é tudo. O que ameaça a classe trabalhadora, inclusive dos países capitalistas mais avançados, é antes de tudo — e mais do que nunca — a incerteza de sua existência, o fato de ter de viver à sombra de crises devastadoras e de guerras ainda mais devastadoras; o capitalismo não descobriu nenhum remédio contra essa enfermidade...

As citadas passagens de Engels são compatíveis com a "teoria do empobrecimento"? Não, nem mesmo se alguém quisesse interpretar essas manifestações como uma espécie de "retirada" ou autocrítica exercida pelos fundadores do marxismo em relação aos seus pontos de vista anteriores. Nesse caso, seria impossível averiguar por que continua sendo necessário opor-se a uma teoria que o próprio Engels já havia desautorizado em 1881.

Isso é tudo no que se refere à assim chamada "teoria do empobrecimento". Até mesmo do ponto de vista "filológico" essa teoria deve ser relegada ao âmbito dos mal-entendidos. Mas o que importa não é, naturalmente, como deve interpretar-se nas obras de Marx a palavra *Elend* (miséria), mas sim se a "teoria do empobrecimento", atribuída a Marx, é compatível com sua definição do valor da força de trabalho, com sua polêmica contra a "lei de bronze dos salários", com suas manifestações sobre o aumento dos salários reais que pode acompanhar o aumento da intensidade ou da produtividade do trabalho etc. etc. Podemos fazer uma afirmação ousada: mesmo se Marx tivesse formulado, alguma vez, uma "teoria do empobrecimento", poderíamos repudiá-la como contrária ao espírito e ao conteúdo de sua teoria do salário.

Isso não quer dizer que a lenda da "teoria do empobrecimento" de Marx tenha sido totalmente inventada, que careça de todo e qualquer resíduo de realidade. Também os mal-entendidos têm sua lógica e geralmente são motivados por fatos reais. É justamente este o caso. Existia uma situação crítica, aparentemente irremediável, entre a classe trabalhadora européia nas décadas de 1840-1860, e isso devia deixar alguma marca nas concepções teóricas da época. Os progressos eram tão escassos e ocorriam de forma tão lenta, a miséria das massas trabalhadoras permanecia tão imensa, que os socialistas da época, especialmente os socialistas revolucionários, julgavam com muito pessimismo as perspectivas de obter melhoras significativas na situação material da classe trabalhadora sob o capitalismo, tornando-se então susceptíveis a aceitar um prognóstico de "empobrecimento". Também Marx esteve

sob a influência dessas circunstâncias, e sua grandeza científica se revela precisamente no fato de que não se deixou guiar por elas ao formular sua teoria econômica. Mas há uma coisa que devemos conceder aos seus críticos: também Marx (e Engels) freqüentemente subestimaram a importância dos fatores que poderiam alterar a situação do proletariado e só de forma hesitante consideraram a possibilidade de uma elevação significativa do nível de vida dos trabalhadores, mesmo nos países capitalistas avançados. Nesse sentido, os críticos severos — que têm a vantagem de escrever quase um século depois de Marx e Engels — podem reprovar a "imprevisão" de ambos os pensadores. Mas também eles deveriam ver que isso nada tem a ver com a teoria marxiana dos salários.

6. O elemento de verdade da "teoria do empobrecimento"

Não queremos dizer que na realidade capitalista inexistam tendências de empobrecimento; elas existem, mas é preciso saber onde buscá-las. Essas tendências manifestam-se claramente em dois casos: em primeiro lugar, temporariamente, em todos os períodos de crise; em segundo, permanentemente, nas chamadas regiões subdesenvolvidas do mundo, entre as quais estão não só as Américas do Sul e Central, a Ásia e a África, mas também os países capitalistas atrasados do Centro e do Oeste da Europa (Grécia, partes da Itália, Espanha e Portugal).

No que diz respeito ao empobrecimento da classe trabalhadora em todas as épocas de crise, não é necessário multiplicar os argumentos. Nem mesmo a aristocracia operária do mundo — a classe operária norte-americana — escapa dessa possibilidade, como demonstraram as experiências de doze anos de crise, entre 1929 e 1940. (Em 1940 ainda havia 10 milhões de desempregados nos Estados Unidos.) É um assunto que os historiadores da economia burguesa preferem esquecer. Mais ainda: para eles, o exército industrial de reserva sequer existe, pois não aparece nas estatísticas oficiais. A esse respeito, Rosa Luxemburgo escreveu: "Ao discorrer sobre as relações salariais no capitalismo, é falso considerar apenas os salários pagos aos trabalhadores industriais empregados [...]. Todo o exército de reserva dos desempregados, desde os operários qualificados temporariamente sem emprego até os mais pobres, deve ser levado em conta quando se pretende conhecer os níveis de remuneração." Pois "as camadas mais baixas de necessitados e marginalizados, desocupados ou subocupados, não são supérfluas [...]. Ao contrário, através dos elos intermediários do exército de reserva, se ligam à camada superior de operários industriais que ocupa as melhores posições. Esta ligação interna aparece nas estatísticas, quando aumenta subita-

mente o exército de reserva sempre que a conjuntura se deteriora e quando ele diminui quando a situação melhora; nestes casos, cai o número dos que recorrem à assistência pública aos pobres." Portanto, "as leis da produção capitalista também regem a situação das camadas mais baixas do proletariado, que se tornam mais amplas ou mais estreitas conforme a ação dessas leis; com todas as camadas, desde a mais alta até as mais baixas, incluindo os trabalhadores rurais e os desocupados, o proletariado constitui um todo orgânico, uma classe social, em cujas diversas gradações de miséria e opressão se pode ver claramente a lei capitalista do salário em seu conjunto".[65]

Se pensamos assim, se consideramos a situação dos trabalhadores não só nos períodos de prosperidade mas também nos de crise, se observamos não só a situação dos trabalhadores empregados mas também a dos desempregados, a imagem projetada pelas estatísticas se torna muito mais sombria. Não é possível negar a existência de poderosas tendências de empobrecimento no capitalismo contemporâneo.

A observação do que se passou a chamar de "países subdesenvolvidos" nos conduz a conclusões idênticas. É bonito que a maioria dos trabalhadores da indústria dos Estados Unidos possua uma pequena casa e um automóvel próprios. Mas, por que os trabalhadores da vizinha América Latina não têm nada semelhante e, em sua maioria, devem contentar-se com salários desumanos? Por que o operário norte-americano freqüentemente ganha dez vezes mais que seu companheiro de classe da Guatemala? Tem sentido alguém escrever tratados eruditos sobre a suposta melhora contínua da situação da classe trabalhadora no capitalismo, se ao fazê-lo só leva em consideração o nível de vida nos países mais desenvolvidos? Sim, alguém poderá dizer: são esses os países representativos do capitalismo, só neles se pode considerar "normal" a situação dos trabalhadores; quando regiões como a Guatemala atingirem o mesmo grau de produtividade do trabalho, também seus trabalhadores receberão as benesses do capitalismo, na forma de elevados salários reais... Todavia, o que nos ocupa aqui não é o que poderia existir, mas o que de fato existe; não a situação da classe trabalhadora no sonhado paraíso capitalista, mas no mundo capitalista real. Em segundo lugar, quem pode afirmar que a situação dos operários norte-americanos, australianos ou ingleses é a "normal", enquanto a dos trabalhadores do resto do mundo é "anormal"? Não será o mundo capitalista uma totalidade, formada tanto pelas nações desenvolvidas (e dominantes) quanto pelas subdesenvolvidas (e dominadas)? O alto nível de vida da classe operária nos países desenvolvidos não se deve, em grande parte, ao fato de que os trabalhadores de outros países não têm semelhante nível de vida?

Aqui devemos recorrer novamente à teoria marxiana da exploração das nações capitalistas subdesenvolvidas (sobretudo as de base agrícola) pelas desenvolvidas. Não estamos nos referindo às colônias ou semicolônias *stricto sensu*, mas a países politicamente "independentes" e, não obstante, economicamente explorados por potências capitalistas, mesmo naqueles casos em que estas não impõem tratados comerciais extorsivos que os transformam em áreas sob controle de empresas estrangeiras (como ocorre na Guatemala). Em outras palavras, nos referimos a uma exploração que não necessita servir-se de nenhuma pressão política e, mais ainda, que sequer é intencional; estabelece-se simplesmente por causa das leis econômicas vigentes no capitalismo.

Que leis são essas? Em primeiro lugar, a lei do valor. Segundo ela, só conta como socialmente necessário o trabalho capaz de produzir "um valor de uso qualquer, nas condições normais de produção vigentes em uma sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho".[66] Dentro de um mesmo país, as diferenças de intensidade e produtividade do trabalho se equilibram para constituir um grau médio. Mas não ocorre o mesmo no mercado mundial. Neste, "o trabalho nacional mais intenso" não só produz, "em comparação com o trabalho nacional menos intenso [...], mais valor no mesmo tempo, valor que se expressa em mais dinheiro", mas também, nesse caso, a lei do valor "aparece ainda mais modificada pelo fato de que, no mercado mundial, o trabalho nacional mais produtivo conta como trabalho mais intenso, sempre e quando a nação mais produtiva não se veja forçada pela concorrência a reduzir o preço de venda de suas mercadorias até o nível do valor destas".[67] Estabelece-se um intercâmbio desigual entre nações diferentes, de modo que, por exemplo, "três dias de trabalho de um país são trocados por um de outro país [...]. Ou então, a mesma relação que existe dentro de um país entre o trabalho qualificado, complexo, e o trabalho não qualificado, simples, pode existir entre as jornadas de trabalho de diversos países. Nesse caso, o país mais rico explora o mais pobre (mesmo se este último ganha com o intercâmbio),[68] "exatamente como o empresário que usa uma nova descoberta, antes de ela se generalizar, [...] valoriza como mais-trabalho a maior produtividade do trabalho que empregou", obtendo lucros extraordinários.[69] Só que, entre países, os lucros extraordinários não são transitórios, como no caso do empresário individual, mas sim duradouros. O país mais rico obtém matérias-primas e produtos que, se tivesse de produzir em seu próprio território, custariam muito mais caro; liberta-se assim de todas as desvantagens de sua situação geográfica etc. Não precisamos explicar a perda que esse intercâmbio desigual representa para

o país mais pobre, que presenteia permanentemente uma parte de seu trabalho nacional.

Henryk Grossmann aponta outro motivo pelo qual as nações atrasadas são exploradas no comércio internacional pelas altamente capitalistas: a diferente composição de seus capitais. Pois, na medida em que exista no comércio internacional uma tendência a nivelar as taxas de lucro, "as mercadorias do país capitalista altamente desenvolvido — ou seja, de um país com uma composição orgânica do capital, na média, mais elevada — são vendidas a preços de produção sempre mais elevados que os valores, enquanto, ao contrário, as mercadorias dos países onde a composição orgânica do capital é baixa são vendidas, havendo concorrência, a preços de produção que, em geral, devem ser mais baixos que seus valores [...]. Assim, têm lugar no mercado mundial, no interior da esfera da circulação, transferências de mais-valia produzida no país menos desenvolvido para o país mais desenvolvido [...]."[70] É a mesma conclusão a que chegou Otto Bauer em seu livro *Introdução à teoria econômica*: "Não é verdade que os povos troquem mercadorias cuja produção contenha igual quantidade de trabalho. Pois os preços abrigam ganhos e perdas produzidos pelo próprio intercâmbio. Os países industrialmente desenvolvidos conseguem ganhos no intercâmbio às custas dos países agrícolas. Isso quer dizer que os países desenvolvidos enriquecem às custas dos países agrícolas."[71]

Os ganhos obtidos pelas nações altamente capitalistas em seu comércio com os países atrasados também podem ser empregados, em parte, para fazer concessões salariais aos trabalhadores das nações desenvolvidas. Amplia-se assim a margem de jogo "dentro da qual se pode modificar o nível dos salários em virtude dos resultados da luta entre os dois lados que combatem entre si",[72] sem levar em conta os baixos preços das mercadorias importadas dos países atrasados, o que também pode beneficiar os trabalhadores do país receptor. Ou, como diz concisamente Otto Bauer na obra citada: "Os trabalhadores dos países avançados se saem melhor. Por quê? Os países adiantados obtêm ganhos no intercâmbio e enriquecem às custas dos países atrasados."[73] Disso não cabe deduzir, é claro, que os trabalhadores dos países altamente capitalistas devam formar uma aliança com sua própria classe capitalista,[74] mas só que (a) a elevação do nível de vida — na medida em que vem dessa fonte — não pode estender-se ao proletariado de todos os países, pois se baseia no baixo nível de vida dos países atrasados; (b) essa elevação no nível de vida dos países mais avançados só pode durar enquanto os países agrícolas e coloniais do mundo permaneçam atrasados. Porém, hoje se vê claramente "que nenhum país deseja permanecer agrícola, pois

não quer deixar-se explorar tanto pelos países industrializados. O capitalismo", conclui Otto Bauer, "não acabará com este problema. Os países agrícolas só renunciarão à industrialização quando já não forem explorados. Só o socialismo pode resolver o problema."[75]

7. Observação final

Depois de haver conhecido o reverso da medalha, podemos concluir nossa investigação com uma observação. Não é difícil demonstrar o caráter superficial e grosseiramente empírico da crítica a Marx, tão comum hoje em dia, tal como a que aparece, por exemplo, nos trabalhos de Sternberg e Strachey. Mas isso só é — para usar uma expressão de Engels — um "mero trabalho escolar". Muito mais importante é estudar a própria teoria marxiana do salário. Cremos ter demonstrado que ela é uma construção finamente estruturada e sumamente engenhosa, que se mantém vigente — apesar do considerável lapso de tempo que nos separa de sua formulação — e nos oferece instrumentos analíticos muito precisos. Como vimos ao considerar a teoria do "exército industrial de reserva", é certo que a essa teoria se vinculam também certos perigos, nascidos especialmente de uma insuficiente consideração da estrutura metodológica da obra de Marx. Mas são defeitos que não atingem os fundamentos da teoria e não impedem sua frutífera aplicação e desenvolvimento. Aqueles que, na economia política, só têm interesse por fenômenos superficiais e buscam respostas definitivas, esses não podem sentir-se cômodos dentro da teoria marxiana do salário, estritamente científica e fundamentalmente dialética. Mas aos "leitores que pensam", aos quais Marx apelava no prefácio ao primeiro tomo de sua obra,[76] seu estudo deve seguir propiciando um elevado desafio teórico.

PARTE IV

A SEÇÃO SOBRE O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO

NOTA PRELIMINAR

Chegamos a uma seção dos *Grundrisse* cuja maior parte corresponde ao segundo tomo da obra posterior, pois trata do processo de circulação do capital.

No penúltimo capítulo, quando falamos no capital "em sua forma acabada", diferenciado-o do capital em processo de devir, antecipamos resultados que a investigação demorou muito a atingir. Pois não ultrapassamos ainda a etapa do capital "em devir". A "forma acabada" do capital supõe que este tenha ultrapassado não só o processo de sua produção propriamente dita, mas também o de sua circulação. Nesse sentido, a circulação é um elemento necessário à conformação do capital, "é ao mesmo tempo o seu devir, seu crescimento, seu processo vital".[1] Mas só se pode falar de capital "em sua forma acabada", ou "acabado", quando o capital ultrapassa, "por assim dizer, sua vida orgânica interna e estabelece relações vitais com o que está fora dele",[2] ou seja, quando a investigação avança da análise do "capital em geral" para a da "pluralidade de capitais", a do "capital em sua realidade".

Nesta seção, portanto, só de forma abstrata podemos abordar o processo de circulação, das novas formas que se acrescentam ao capital durante seu ciclo e, especialmente, durante sua permanência na esfera da circulação. Nunca se deve esquecer que "na realidade [...] esta é a esfera da concorrência", a qual, "considerando cada caso separadamente, está dominada pelas circunstâncias aleatórias e o risco. A lei interna que prevalece nessas circunstâncias e as regula [...] permanece invisível e ininteligível para os agentes singulares da produção."[3] Por isso, em um primeiro momento, a investigação científica do processo de circulação deve prescindir de todas as manifestações externas da concorrência, para poder captar a imagem pura, a "forma fundamental simples" do processo.

Marx desenvolve o conceito de circulação do capital a partir de dois pontos de vista. No primeiro, o capital permanece na esfera da circulação propriamente dita, ou seja, no mercado de mercadorias e de trabalho. No segundo, o circuito do capital percorre todas as suas fases, que, além da cir-

culação propriamente dita, inclui o processo de produção. De ambos os enfoques resultam determinações formais que modificam leis enunciadas na seção anterior. Para compreender o processo da produção capitalista como um todo, uma análise completa é imprescindível.

CAPÍTULO 21

DO PROCESSO DE PRODUÇÃO AO PROCESSO DE CIRCULAÇÃO DO CAPITAL

ANOTAÇÕES SOBRE O PROBLEMA DA REALIZAÇÃO E O PRIMEIRO ESQUEMA DA REPRODUÇÃO

Ao contrário do segundo tomo da obra definitiva, a seção dos *Grundrisse* que trata do processo de circulação do capital começa com uma digressão que, a rigor, vai além da análise abstrata do processo de circulação e das novas determinações formais do capital que se originam nesse processo. Mesmo assim, ela é um complemento útil a essa análise. É a digressão que aparece nas p. 305-306 e trata do problema da realização e das crises de superprodução.

Ela começa assim: "Vimos como, no processo de valorização, o capital (1) conservou seu valor [...]; (2) aumentou esse valor, criando mais-valia. Como resultado dessa unidade dos processos de produção e de valorização, [...] surge agora o próprio capital, como produto do processo cujo pressuposto era ele mesmo [...] e como um valor superior porque contém mais trabalho objetivado que aquele [valor] que serviu de ponto de partida. Este valor é dinheiro. Contudo, o é apenas *em si*; ainda não existe como tal;[1] o que existe, o que está disponível, é uma mercadoria que tem um preço (ideal) determinado. Só idealmente ela corresponde a determinada soma de dinheiro. Para ser transformada de fato em dinheiro, precisa realizar-se primeiro no intercâmbio, ou seja, entrar novamente no processo da circulação simples."[2]

Marx prossegue: "Observado atentamente, o processo de valorização do capital [...] se apresenta ao mesmo tempo como seu processo de desvalorização, sua desmonetização."[3] Pois, ingressando no processo de produção, o capital perdeu a forma de dinheiro e só pode recuperá-la no processo de circulação. Todavia, "o capitalista já não entra no processo de circulação simplesmente como um agente que troca, mas como um produtor que se defronta com os outros participantes do intercâmbio como consumidores. Estes devem trocar dinheiro pela mercadoria do capitalista, para consumi-la, enquanto o capitalista troca seu produto para receber o dinheiro deles. Se o processo não se realiza — e a possibilidade desse fracasso está sempre dada, em cada caso, pela separação entre venda e compra —, o dinheiro do capitalista se terá transformado em um produto sem valor. Não só não terá

adquirido nenhum valor novo, como também terá perdido o valor original. Quer isso ocorra ou não, em qualquer caso a desvalorização é um elo do processo de valorização.[4] Isso está implícito no fato de que o produto do processo, em sua forma imediata, não é valor; tem de entrar novamente na circulação para realizar-se como tal. Portanto, o processo de produção reproduz o capital como valor e novo valor, mas ao mesmo tempo o coloca como não-valor, como algo que não se valoriza enquanto não entrar no intercâmbio. [...] Como mercadoria, o capital compartilha o destino das mercadorias; torna-se fortuito que seja trocado ou não por dinheiro, que seu preço se realize ou não."[5]

Chegamos assim ao problema da realização e, junto com ele, ao problema das crises. O texto dos *Grundrisse* prossegue: "No processo de produção — onde o capital estava sempre pressuposto como valor — sua valorização dependia totalmente de sua relação (como trabalho objetivado) com o trabalho vivo, isto é, da relação entre o capital e o trabalho assalariado; agora, porém, como produto, como mercadoria, a valorização depende da circulação, que está à margem daquele processo [...]. Como mercadoria, ele tem de (1) ser valor de uso, e, como tal, objeto da necessidade, objeto de consumo; (2) ser trocado por seu equivalente em dinheiro. O novo valor só pode realizar-se na venda."[6]

Já conhecemos ambas as condições, pois as encontramos ao analisar a circulação mercantil simples. Vimos ali que, "como meio de troca, a mercadoria deve ser valor de uso, mas só chega a sê-lo através da venda, pois a mercadoria não é valor de uso para quem a possui como mercadoria, mas sim para quem a adquire, como valor de uso, através do intercâmbio. Para o possuidor da mercadoria, o valor desta depende da sua trocabilidade, sua capacidade de ser vendida pela quantidade de valor de troca representado nela."[7] "Por conseguinte, a mesma relação deve expressar, de um lado, a igualdade essencial das mercadorias, equiparadas como materialização do tempo geral de trabalho e só quantitativamente diferentes; de outro, e ao mesmo tempo, deve expressar sua relação como objetos qualitativamente diferentes, como valores de uso particulares para necessidades particulares, diferenciando-as como valores de uso reais."[8] Esta contradição entre valor de uso e valor de troca, que já se manifestava na mercadoria e na circulação mercantil simples, reaparece em forma nova quando se trata da circulação do capital. "Agora, porém, a contradição de que estamos tratando já não é mais uma diferença puramente formal,[9] como ocorre na circulação [simples]; aqui, ao contrário, a condição de algo avaliado pelo valor de uso é firmemente determinada pela condição de algo avaliado pela soma total das necessidades dos que participam da troca [...]", de modo que "a medida de

sua disponibilidade é dada por sua própria constituição natural. Para que ela se transfira à forma universal [ou seja, à forma dinheiro], o valor de uso [produzido pelo capital] só deve estar disponível em uma quantidade determinada; em uma quantidade cuja medida não está implícita no trabalho objetivado em si mesmo, mas que surge de sua natureza como valor de uso, e concretamente como valor de uso para outros".[10] Isso quer dizer: "Como valor de uso determinado, unilateral, qualitativo — por exemplo, trigo —", o produto do capital "só é demandado em determinada quantidade, isto é, em certa medida. Mas esta medida é dada, em parte, por sua qualidade como valor de uso — sua utilidade ou aplicabilidade específicas —, em parte pela quantidade de agentes (engajados no intercâmbio) que necessitam desse produto específico (o número de consumidores multiplicado pela magnitude de sua necessidade desse produto específico)". Pois, "ao contrário do valor como tal, o valor de uso não tem caráter ilimitado. Só até certo ponto certos objetos podem ser consumidos e ser objetos de necessidade [...]. Por conseguinte, como valor de uso o produto contém em si um limite — o limite da necessidade que se tem dele —, que no entanto não se mede pela necessidade do produtor, mas sim pela necessidade total dos que participam da troca."[11] Quando a correspondência com essa necessidade geral fracassa, o produto do capital deixa de ser valor de uso e, em conseqüência, capital.[12]

Isso é tudo sobre a necessidade social como barreira à realização. Mas o produto do capital deve ser mais do que objeto de consumo. Deve também "ser trocado por seu equivalente em dinheiro",[13] o que cria uma nova barreira à realização. Pois, "na origem, a circulação estava pressuposta como magnitude constante, como quantidade determinada; por outro lado, no processo de produção o capital criou um novo valor, para o qual parece que não pode haver nenhum equivalente disponível". "A mais-valia [...] requer um mais-equivalente", mas este deve ser criado primeiro na produção. Assim, o capital, "na condição de valor, [...] [encontra] um obstáculo na produção alheia, do mesmo modo que, na condição de valor de uso, encontra um obstáculo no consumo alheio; no último caso, trata-se da correspondência com a quantidade de que se necessita do produto específico; no primeiro, [trata-se da correspondência] com a quantidade de trabalho objetivado que existe na esfera da circulação. Com isso, a indiferença do valor diante do valor de uso mostra-se falsa, e o mesmo ocorre com a substância do valor diante de sua medida como trabalho objetivado em geral."[14]

Segue-se nossa já conhecida[15] e luminosa descrição das tendências "expansionistas" e "civilizadoras" do capital, na qual Marx demonstra como o insaciável impulso de valorização do capital leva a criar uma "esfera da circulação [...] que se expande através da própria produção" e a "suscitar a

criação de cada vez mais mais-trabalho [...] como complemento de si mesma"; por outro lado, criando novas necessidades e modificando as já existentes, o impulso de valorização deve "ampliar a esfera do consumo dentro da circulação, da mesma forma como antes ampliou a esfera da produção". Cria-se a aparência de que os obstáculos à realização, já citados, podem ser eliminados pelo próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Todavia, do fato de que o capital se esforça por superar todos os obstáculos que encontra no caminho, "e portanto de que idealmente [ou tendencialmente] passe por cima deles, [desse fato] não se pode concluir que consiga superá-los realmente", ou seja, que eles deixem de existir.[16] Ao contrário: se antes víamos no capital uma "unidade dos processos de produção e de valorização", agora se deve destacar enfaticamente que "*esta unidade de produção e de valorização não é imediata, mas sim um processo* [...]" através do qual todas as contradições inerentes a ele "são continuamente eliminadas" ("subjugadas pela força, [...] embora essa eliminação se apresente como uma amena restauração do equilíbrio"), "mas também continuamente recriadas".[17] Como esse processo ocorre concretamente é "outra questão", que extrapola as considerações sobre o "capital em geral". Nesta etapa da investigação, importa "antes de tudo comprovar a existência dessas contradições em primeira instância" e demonstrar que tanto elas como as tendências a superá-las temporariamente estão contidas no "conceito simples do capital"; seu desdobramento posterior deve ser considerado como uma evolução a partir desse germe.[18]

Nos *Grundrisse*, Marx só trata assim, de forma abstrata, o problema das crises de superprodução. Ele diz: "A controvérsia em torno da questão de se a superprodução é possível e necessária na produção capitalista gira em torno de se o processo de valorização do capital na produção pressupõe diretamente sua valorização na circulação, de se a valorização no processo de produção é sua valorização real." Nesse aspecto, os economistas burgueses se dividem em dois grupos. Aqueles que, "como Ricardo, concebem a produção como idêntica à autovalorização do capital, e que portanto não se preocupam nem com as barreiras ao consumo nem com as que se opõem à própria circulação — na medida em que esta tem de apresentar contravalores em todos os pontos — e só centram sua atenção no desenvolvimento das forças produtivas e no crescimento da produção industrial (ou seja, na oferta, ignorando a demanda). Estes compreenderam a essência positiva do capital de forma mais correta e profunda que aqueles, como Sismondi, que ressaltam as barreiras ao consumo e ao conjunto de contravalores disponível, embora este último [Sismondi] tenha captado mais profundamente a natureza limitada da produção baseada no capital, sua unilateralidade ne-

gativa." É claro que também Ricardo "tem uma suspeita[19] de que o valor de troca de uma mercadoria não é um valor à margem do intercâmbio e só se preserva como valor através do intercâmbio; mas considera fortuitas e superáveis as barreiras em que a produção tropeça. Para ele, a superação dessas barreiras está inscrita na essência do capital, embora suas explicações sejam algumas vezes absurdas. Sismondi, ao contrário, destaca não só a colisão com essas barreiras, mas também a criação delas pelo próprio capital; este gera contradições que, ainda segundo a intuição de Sismondi, tendem a levá-lo à ruína.[20] Por isso, ele propunha colocar freios à produção, de fora para dentro, por meio dos costumes, da lei etc. Neste caso, exatamente por tratar-se de barreiras exteriores e artificiais, o capital sempre as ultrapassa. Além disso, Ricardo e sua escola nunca compreenderam as verdadeiras crises modernas, nas quais esta contradição do capital aparece de forma condensada, em grandes tempestades que ameaçam cada vez mais sua condição de elemento fundamental da organização da sociedade e da própria produção."[21]

Este resumo dos pontos de vista de Sismondi e de Ricardo permite ver claramente em que sentido deve mover-se a solução marxiana do problema. Em oposição a Ricardo, Marx destacará a "contradição fundamental" do capitalismo: "A pobreza e a restrição do consumo das massas, que conflitam com a tendência de a produção capitalista desenvolver as forças produtivas como se seu limite fosse dado apenas pela capacidade absoluta de consumo da sociedade."[22] Por isso, segundo Marx, as crises "não são fortuitas, como ocorre na visão de Ricardo, mas sim explosões das contradições imanentes, em grande escala e em períodos determinados".[23] Mas, diferenciando-se de Sismondi, Marx destaca a "tendência universal" e a "essência positiva" do capital, e concebe a superação (periódica) das "barreiras que aparecem na esfera do intercâmbio" como algo contido na própria "essência do capital". Isso no sentido que já conhecemos: as contradições do capitalismo são constantemente "ultrapassadas" e recolocadas, em escala mais ampla, até que finalmente venham a provocar sua queda e a transição a uma "forma superior da produção social".

Marx critica as intenções apologéticas dos economistas (Mill, Ricardo, Say, MacCulloch) que negam a possibilidade de crises gerais de superprodução. Como essa crítica aparece em *O capital* e, especialmente, no segundo tomo das *Teorias*, não precisamos considerar em detalhes as páginas correspondentes dos *Grundrisse* (p. 314-317 e 326). A ênfase crítica de Marx recai sobre os economistas que, para "eliminar" as crises de superprodução, omitem as características específicas do modo de produção capitalista, equiparando a circulação do capital à circulação mercantil simples e, mais ainda,

des para realizar o tempo de trabalho contido neles, pois aumenta a exigência de consumo."[38]

Marx resume: "O capital põe o tempo de trabalho necessário como obstáculo para o valor de troca da capacidade viva de trabalho; o tempo de mais-trabalho como obstáculo para o tempo de trabalho necessário; e a mais-valia como obstáculo para o tempo de mais-trabalho. Ao mesmo tempo, procura superar todos esses obstáculos", tenta ignorá-los. "*Hic* [daí] a superprodução, ou seja, a "recordação"[39] repentina de todos esses elementos necessários à produção baseada no capital; daí a desvalorização geral que decorre do esquecimento desses elementos. Ao mesmo tempo, o capital necessita recomeçar sua tentativa a partir de um nível superior de desenvolvimento das forças produtivas, experimentando em cada caso um colapso[40] cada vez maior como capital. É claro, portanto, que quanto maior for o desenvolvimento do capital, tanto mais ele se apresentará como obstáculo à produção — logo, também ao consumo —, sem falar nas demais contradições que o fazem aparecer como obstáculo insuportável para a produção e a troca."[41]

A contradição entre produção e valorização repousa sobre a própria natureza do capital, sobre a relação contraditória entre trabalho necessário e mais-trabalho. Quanto maior for o mais-trabalho, tanto menor (relativamente) será o trabalho necessário; também tanto menor será a possibilidade de realizar o mais-produto. Nesse sentido, o ilimitado impulso de valorização do capital "coincide com a criação de barreiras no âmbito da troca".[42]

Se isso é verdade, se o próprio capital gera um obstáculo à realização da mais-valia criada no processo de produção, como é possível que o capitalismo se desenvolva? Como o capital evita uma situação de crise permanente? Partindo dessas premissas, não se deveria declarar então, em acordo com Sismondi ou com os *narodniki* russos, que no capitalismo a realização da mais-valia é impossível em larga escala, salvo se o mais-produto é vendido no exterior, no intercâmbio com outras nações?[43]

Limitemo-nos por enquanto à crítica metodológica a esta objeção. Os que usam este argumento não levam em conta que a economia capitalista real pressupõe a concorrência, esfera na qual se concretizam — mas ao mesmo tempo se modificam — as determinações abstratas descritas na análise do "capital em geral".

Também esta conexão se torna clara nos *Grundrisse*. Na digressão já mencionada lê-se que, ao contrário dos estágios pré-capitalistas, no modo de produção capitalista "em todos os pontos o consumo só se realiza com a mediação do intercâmbio, e, para o trabalhador, o trabalho não tem valor de uso direto. Toda a base [desse modo de produção] é o trabalho como

valor de troca e como criador de valor de troca." Por isso, ao contrário do produtor de épocas anteriores, o trabalhador assalariado é, "ele mesmo, um centro autônomo de circulação, é alguém que participa do intercâmbio, que cria valores de troca e os conserva mediante a troca". Logo, "com exceção de seus próprios trabalhadores, os demais trabalhadores se apresentam diante de cada capitalista não como trabalhadores, mas sim como consumidores, como detentores de valores de troca (salário),[44] de dinheiro que eles trocam pela mercadoria daquele[45] [...]. Constituem uma parte proporcionalmente muito grande — embora não tão grande como geralmente se pensa,[46] se considerarmos apenas os trabalhadores industriais propriamente ditos — dos consumidores. Quanto maior seu número — o número da população industrial — e a massa de dinheiro de que dispõem, tanto maior é a esfera do intercâmbio para o capital." (E sabemos que "o capital tem tendência a acrescentar tanto quanto possível a população industrial".) Mas "a relação entre o capitalista individual e os trabalhadores dos demais capitalistas [...] não altera em nada a relação entre o capital em geral e o trabalho. Cada capitalista sabe que não se relaciona com seus próprios trabalhadores como um produtor diante de consumidores, e deseja reduzir ao máximo o consumo deles, ou seja, sua capacidade de troca, seu salário.[47] Deseja, naturalmente, que os trabalhadores dos demais capitalistas consumam a maior quantidade possível de suas próprias mercadorias. *Mas a relação entre cada capitalista e seus trabalhadores é a relação geral entre o capital e o trabalho, a relação essencial.*" Desse ponto de vista, é uma "ilusão — verdadeira para o capitalista individual, em sua condição de agente distinto de todos os outros — pensar que, com exceção dos seus trabalhadores, todo o resto da classe trabalhadora se contraponha a ele como consumidores e gastadores de dinheiro, e não como trabalhadores [...]. Esquece-se de que, como diz Malthus,[48] 'a própria existência de um lucro sobre uma mercadoria qualquer pressupõe uma demanda que não é a do trabalhador que a produziu', e que, portanto, a 'demanda do próprio trabalhador nunca pode ser uma demanda adequada'."[49] Todavia, a mencionada "ilusão" tem enorme significado.

Lemos nos *Grundrisse*: "Como uma certa produção põe em movimento outra e, portanto, usa os trabalhadores submetidos ao capital alheio como consumidores para si mesma, parece a cada capitalista individual que a demanda da classe trabalhadora, criada pela própria produção, é adequada.[50] De um lado, a demanda criada pela produção impulsiona a própria produção, de um modo que ela [a produção] ultrapasse a proporção na qual teria de produzir tendo em vista os trabalhadores. De outro lado, se a demanda externa à demanda do próprio trabalhador[51] desaparece ou se con-

trai, sobrevém o colapso.[52] Portanto, o próprio capital considera que a demanda proveniente dos trabalhadores — isto é, o pagamento dos salários,[53] no qual se baseia essa demanda — não é um lucro, mas uma perda, confirmando-se assim a relação imanente entre o capital e o trabalho. Aqui, novamente, a concorrência entre os capitais, sua indiferença e autonomia recíprocas, convence o capital individual a se comportar diante dos trabalhadores de todo o capital restante não como trabalhadores: *hic* [daí] que se viole a proporção correta."[54]

Em uma nota de pé de página, podemos ler: "O mesmo ocorre com a demanda criada pela própria produção, demanda de matérias-primas, produtos semi-elaborados, maquinaria, meios de comunicação e materiais de todo tipo usados na produção, como corantes, carvão, óleos, detergentes etc. Esta demanda, que implica pagamentos, que torna efetivos os valores de troca, é adequada e suficiente sempre e quando os produtores realizem o intercâmbio entre si. Sua inadequação se revela tão logo o produto final encontra, como limite, o consumo direto e definitivo.[55] Também esta aparência, que impele para que se ultrapasse a proporção correta, está baseada na essência do capital, pois, como analisaremos de forma mais detalhada na concorrência, resulta de algo que se repele, de uma pluralidade de capitais indiferentes uns aos outros.[56] Na medida em que um capitalista compra de outro — compra mercadorias ou as vende —, ambos mantêm uma relação de troca simples; não se comportam entre si como capital. A proporção correta (imaginária), que lhes permitiria intercambiar mutuamente e valorizar-se como capital, permanece à margem de sua relação recíproca."[57]

Isso é tudo o que precisamos dizer sobre os obstáculos "necessários", "imanentes", do modo de produção capitalista, tal como se manifestam nas crises de superprodução. É claro que não se trata de obstáculos absolutos. Só se revelam como tais no movimento permanente, na constante luta de tendências conflitivas. Desse ponto de vista, o problema das condições que possibilitam que o sistema capitalista se reproduza mantendo um equilíbrio relativo (interrompido por crises periódicas) não só é teoricamente admissível, mas também de máximo interesse para a ciência da economia. Esse equilíbrio deve poder expressar-se mediante um esquema, que Marx esboçou nos *Grundrisse*.

Marx divide aqui[58] o capital total da sociedade em cinco tipos, representados pelos capitalistas A, B, C, D e E. Os dois primeiros são fabricantes de matérias-primas, o terceiro produz máquinas, o quarto produtos supérfluos destinados ao consumo dos próprios capitalistas, e o quinto meios de vida para os trabalhadores. A composição orgânica do capital nos cinco setores é a mesma: $75c + 25v$ (c, por sua vez, divide-se em 2/3 de matérias-primas

e 1/3 de máquinas). A taxa de exploração também é igual, de 100%. Obtemos assim o seguinte esquema:

	Maquinaria	Matéria-prima	Trabalho	Mais-produto
A) Fabricante de matérias-primas 1	20	40	20	20
B) Fabricante de matérias-primas 2	20	40	20	20
C) Fabricante de máquinas[59]	20	40	20	20
D) Fabricante de bens supérfluos*	20	40	20	20
E) Fabricante de meios de subsistência	20	40	20	20

Como se dá a reprodução nesse esquema? O capitalista E "troca todo o seu produto de 100 pelos 20 do salário para seus próprios trabalhadores, 20 para os trabalhadores da matéria-prima A, 20 para os trabalhadores da matéria-prima B, 20 para os trabalhadores do produtor de bens supérfluos D. Em troca, recebe 40 para matérias-primas, 20 para maquinaria,[60] 20 para cobrir as necessidades dos trabalhadores[61] e restam 20 para adquirir os bens[62] com os quais ele mesmo vive. Algo semelhante ocorre com os demais." (Ou seja, cada um dos dois fabricantes de matérias-primas fica com 40 de matéria-prima — já que podem empregá-la diretamente, sem intercâmbio, em uma nova produção[63] — e troca 60 por produtos de outros capitalistas; enquanto o fabricante de máquinas e o "produtor de bens supérfluos" podem ficar com apenas 20 cada um — em maquinaria e em bens supérfluos, respectivamente —, devendo cada um deles intercambiar 80.) Nesse caso, cada capitalista está em condições de continuar a produzir no ano seguinte, mantendo a mesma escala.[64]

Não é difícil reconhecer nesse esquema de cinco setores, que está nos *Grundrisse*, um esboço do modelo da reprodução simples que aparece em *O capital*[65] e nas *Teorias*.[66] Pois, se juntarmos em grupos os dois fabricantes de matérias-primas e o fabricante de máquinas, de um lado, e os produtores

* Marx usa aqui a expressão *Surplusproduzent*, traduzida em diversas edições (em diversas línguas) como "produtores de mais-produto", o que não faz sentido (todos os capitais produzem mais-produto). Trata-se, na verdade, de produtores de bens de consumo de luxo, não destinados aos trabalhadores. [N.T.]

de meios de subsistência e bens supérfluos, de outro, obteremos o seguinte esquema:

	Maquinaria	Matéria-prima	Trabalho	Mais-produto
I. Indústrias de meios de produção	60	120	60	60
II. Indústrias de bens de consumo	40	80	40	40

Ou

$$\text{I. } 180c + 60v + 60p$$
$$\text{II. } 120c + 40v + 60p^{*}$$

Os capitalistas do primeiro setor (departamento I) podem empregar $180c$ diretamente para a reprodução, já que eles existem na forma natural de meios de produção; da mesma maneira, tampouco os $40v$ e os $40p$ do segundo setor (departamento II) precisam abandonar os limites desse setor. O que deve ser intercambiado entre os dois setores são $60v$ e $60p$ do primeiro setor, assim como $120c$ do segundo. Obtemos assim as condições da equação que expressa uma reprodução sem acidentes: $v_1 + p_1 = c_2$, tal como no esquema da reprodução do segundo tomo de *O capital.*

Mas, o que se passa no caso de uma reprodução ampliada ou, dizendo de uma forma capitalista, o que se passa com a acumulação? (Pois, se os cinco capitalistas do esquema "consumissem todo o excedente, no final estariam como no início, e a mais-valia de seu capital não cresceria", o que seria contraditório com o objetivo da produção capitalista.) É necessário, pois, construir um esquema específico da reprodução ampliada. Nos *Grundrisse* encontramos um esboço apressado desse esquema.[67] Ele contém erros, mas o que Marx quer dizer está claro, como se verá em seguida. Vejamos como ele procedeu.

Em primeiro lugar, a fim de que a reprodução simples possa transformar-se em reprodução ampliada, pelo menos a produção do "produtor de bens supérfluos" D deve ser restringida. Pois se cada capitalista só consome 10 e acumula os outros 10 de sua mais-valia de 20, o produtor de bens supérfluos D só pode produzir 50 (5×10) unidades. (Assim, a transição para a

* c = capital constante; v = capital variável; p = mais-produto. [N.T.]

reprodução ampliada já está vinculada a uma crise.) Mas, em segundo lugar, das 10 unidades de valor acumuladas (mantendo-se a mesma proporção anterior), cada um dos capitalistas (A, B, C e E) deve empregar 5 para matéria-prima, 2,5 para maquinaria e 2,5 para salários. A "possibilidade real de uma valorização maior", a "produção de valores novos e maiores", depende da preservação dessas proporções. Caso contrário, os dois capitalistas que produzem meios de subsistência e bens supérfluos, E e D, produziriam demais, "isto é, demais em relação à proporção do capital destinada aos trabalhadores, ou demais em relação à parte do capital que os capitalistas podem consumir (ou seja, demais em relação à proporção em que teriam de aumentar seu capital)". Isso quer dizer que "a superprodução geral pode ter lugar não porque os trabalhadores ou os capitalistas consumam mercadorias de menos, em relação às que deveriam ser consumidas, mas sim porque se produz demais delas; *não demais para o consumo* [tendo em vista as necessidades reais], *mas sim para assegurar a relação correta entre o consumo e a valorização; demais para a valorização*".[68]

Marx prossegue: "Em outras palavras, em uma situação dada do desenvolvimento das forças produtivas (posto que este desenvolvimento determinará a proporção entre o trabalho necessário e o mais-trabalho) se estabelece uma proporção fixa, segundo a qual o produto se divide em quatro partes,[69] que correspondem à matéria-prima, à maquinaria, ao trabalho necessário e ao mais-trabalho; finalmente, o próprio mais-produto[70] se divide em duas partes, uma que retorna ao consumo e outra que se converte novamente em capital. Esta divisão interna, inerente ao conceito de capital, se apresenta no intercâmbio de tal modo que o intercâmbio dos capitais entre si tem lugar em proporções determinadas e limitadas, embora sempre cambiantes no transcurso da produção [...]. Em qualquer caso, isso define tanto a soma do intercâmbio que pode realizar-se como também as proporções nas quais cada um desses capitais precisa intercambiar e produzir. Se, por exemplo, a relação entre o trabalho necessário e a parte constante do capital permanece como foi mostrado no exemplo precedente [ou seja, como no esquema], então o capital que trabalha para o consumo conjunto dos capitalistas e dos trabalhadores não deverá ser maior, como vimos, do que 1/5 + 1/10 dos cinco capitais [...]. Também está dada a proporção segundo a qual cada capital tem de intercambiar com o outro, [...] e finalmente a proporção em que cada um tem de intercambiar em geral."[71]

O esquema só aponta a divisão "interna" e "conceptual" do capital, em condições que ensejam o equilíbrio de um sistema capitalista em crescimento. Mas, na realidade, essas condições de equilíbrio só se impõem contra perturbações constantes. Pois "o intercâmbio em e para si determina que a

existência desses elementos conceptualmente opostos seja indiferente, que eles existam independentemente um do outro; *a necessidade de cada um se manifesta durante a crise, que põe fim violentamente à aparência de sua indiferença recíproca*".[72]

Não é este o único perigo que espreita a valorização do capital. Como as "proporções para o intercâmbio dos capitais" estão determinadas pela "relação entre o trabalho necessário e o mais-trabalho", e como esta relação depende do desenvolvimento das forças produtivas, toda "revolução nas forças produtivas" deve modificar as proporções do intercâmbio mencionadas. "Se, à revelia disso, a produção segue adiante indiferentemente [pois o ilimitado impulso expansivo do capital o faz violar seguidamente todas as 'proporções corretas'], no fim das contas terá de manifestar-se um déficit (uma magnitude negativa) no intercâmbio, de um lado ou de outro." Pois "o obstáculo consiste sempre em que o intercâmbio — e, portanto, também a produção — se efetua de tal maneira que a proporção entre o mais-trabalho e o trabalho necessário se mantém a mesma, o que é igual a uma valorização sempre idêntica do capital".[73] Se a produção é impulsionada para mais além desse limite, deve produzir-se em determinado momento "uma desvalorização geral, ou uma destruição do capital". Portanto, a crise "se resolve com uma queda real da produção, do trabalho vivo, a fim de restaurar a relação correta entre o trabalho necessário e o mais-trabalho, sobre a qual, em última instância, tudo se baseia. [...]Ambos [os aspectos] estão presentes na essência do capital: tanto a desvalorização do capital [...] como o fim dessa desvalorização e o restabelecimento das condições para a valorização do capital."[74]

Isso é tudo sobre a digressão dos *Grundrisse* que trata do problema da realização e das crises de superprodução. Aprendemos nela duas coisas: em primeiro lugar, que os muito debatidos esquemas da reprodução de Marx só pretendem assinalar que — dentro de períodos limitados, nos quais a técnica de produção e a taxa de exploração do trabalho permanecem relativamente estacionárias — a reprodução ampliada pode ter lugar enquanto se mantenham determinadas proporções de intercâmbio entre os dois principais departamentos da produção social; qualquer interpretação desses esquemas que enfatize a "harmonia" está descartada. Em segundo lugar, na digressão mencionada, chama a atenção a insistência com que Marx destaca a contradição entre o impulso irrestrito à valorização do capital e a restrita capacidade de consumo da sociedade capitalista. É um ponto ignorado ou, pelo menos, considerado secundário por muitos escritores marxistas, embora seja imprescindível para compreender a teoria marxiana das crises. Só nos ocuparemos desse tema com mais detalhes na Parte VII deste trabalho.

CAPÍTULO 22

O TEMPO DE CIRCULAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA DETERMINAÇÃO DO VALOR

A parte dos *Grundrisse* de que tratamos no capítulo anterior era tão-somente uma abordagem preliminar de problemas complexos, cuja solução definitiva só começaria a aparecer em uma etapa posterior da investigação — na verdade, depois de concluídos os próprios *Grundrisse*.[1] Sua finalidade consistia em destacar os obstáculos e dificuldades do processo de realização, resultantes do exame do "capital em geral". Como tais obstáculos e dificuldades, até então, "estavam presentes apenas como possibilidades", só podiam "ser superados como possibilidades".

O que mais interessa na seção dos *Grundrisse* dedicada ao processo de circulação é "o exame da esfera da circulação em relação às determinações formais que ela engendra", tendo em vista "demonstrar o ulterior desenvolvimento da forma do capital que nela tem lugar".[2] Para isso, como na seção anterior, é necessário supor que "o capital percorre normalmente seu processo de circulação". Isto é: por maiores que sejam as dificuldades da realização, o capitalista consegue "vender suas mercadorias e reconverter em capital a maior parte do dinheiro obtido". Tal hipótese nada tem de arbitrária. Enquanto a reprodução do capital efetivamente ocorre, ela corresponde ao "processo real".[3]

A investigação do processo de produção demonstrou que a valorização do capital consiste exclusivamente em apropriação de trabalho alheio não pago e que a maneira mais exata de medir o grau dessa valorização é utilizar a magnitude do tempo de mais-trabalho extraído dos trabalhadores. Será que se esgota aí a importância do fator tempo na produção? Não seria necessário considerar como criador de valor e de mais-valia todo o tempo de permanência do capital no processo de produção, mesmo quando não seja diretamente tempo de trabalho?

O tema aqui é o da diferença entre a duração do processo de produção — o tempo de produção — e a duração do tempo de trabalho para confeccionar o produto.[4] Por exemplo: "Na agricultura (e, em maior ou menor grau, em muitos outros setores produtivos), as condições do processo produtivo impõem interrupções ou pausas naturais no tempo de trabalho, que

em determinado ponto deve recomeçar, de modo a prosseguir ou completar o processo; nesses casos, a vigência do processo produtivo não coincide com a continuidade do processo de trabalho." Ou então: "Uma vez acabado[5] o produto, pode ser necessário que ele permaneça parado por um longo período, durante o qual demanda relativamente pouco trabalho, para que se desenvolvam processos naturais, como ocorre, por exemplo, com o vinho."[6] Como se vê, diferentes produtos podem exigir o mesmo tempo de trabalho e, não obstante, o tempo de produção de cada um pode apresentar diferenças consideráveis. Como tais diferenças determinam diferentes períodos de rotação[7] para diferentes setores, elas devem "compensar-se", pois capitais de mesma magnitude devem gerar lucros de mesma magnitude. "É evidente", diz Marx, "que o problema corresponde ao nivelamento das taxas de lucro."[8] Mas, desde já, ele crê haver refutado a idéia de que "uma circunstância natural que impeça o capital, em determinado setor produtivo, de intercambiar-se pela mesma quantidade de tempo de trabalho no mesmo tempo que outro capital em outro setor produtivo possa ajudar de alguma forma a aumentar seu valor.[9] O valor — portanto, também a mais-valia — não depende da duração da fase produtiva, mas sim do tempo de trabalho — tanto o objetivado como o vivo — empregado na fase produtiva. Só o tempo de trabalho vivo — e precisamente na proporção em que ele seja empregado, em relação ao trabalho objetivado — pode criar mais-valia, porque [cria] mais-trabalho [...]."[10] Por isso, ao contrário do que ocorre com o tempo de trabalho, não se pode atribuir ao tempo de produção um papel criador de valor.

Até aqui examinamos a importância do fator tempo, tratando da permanência do capital na esfera da produção. Mas, uma vez concluída esta fase, o capital deve entrar na esfera da circulação, que, como se sabe, também demanda tempo. O que sucede então com este gasto de tempo? Como ele influi na criação de valor e na valorização do capital?

Aqui se deve lembrar, antes de tudo, que "a circulação ocorre no espaço e no tempo". Deve-se pois distinguir entre a circulação "espacial", ou "real", e a circulação propriamente "econômica". A primeira — o transporte físico do produto até o mercado — "integra [...] do ponto de vista econômico [...] o processo de produção", pois pode ser considerada como "transformação do produto em mercadoria". Pois "o produto só está realmente terminado quando se encontra no mercado. O movimento que o conduz ao mercado faz parte de seus custos de produção."[11] Todavia, o transporte só modifica "a existência espacial" do produto. "Extrair metais das minas ou transportar mercadorias até o local de seu consumo" são "movimentos no espaço".[12]

"Levar um produto até o mercado lhe confere [...] um novo valor de uso (isto é válido até mesmo para o comerciante varejista, que pesa, mede, empacota, enfim, dá ao produto uma forma adequada ao consumo)[13] e este novo valor de uso consome tempo de trabalho; portanto, é ao mesmo tempo valor de troca."[14] Mas, desse ponto de vista, o transporte não constitui "um caso especial" em contraposição à produção direta, apesar de a indústria do transporte distinguir-se de outras esferas de investimento do capital produtivo pelo fato de que se apresenta "como continuação do processo de produção *dentro* do processo de circulação e *para* o processo de circulação".[15]

Ao contrário do que ocorre na circulação "real", que leva os produtos ao lugar de seu consumo e os converte, de fato, em mercadorias, a circulação "econômica" propriamente dita é apenas um "processo qualitativo do valor", uma "*mudança de forma que o valor experimenta ao passar por diferentes fases*".[16] Também esta circulação exige tempo, especialmente "o tempo exigido pela transformação da mercadoria em dinheiro e do dinheiro novamente em mercadoria".[17] A partir daí, será que se pode dizer que "intervém na determinação do valor um momento que é independente do trabalho, que não decorre diretamente dele, mas sim emana da própria circulação"?[18]

Sim, responde Marx. "Pois a renovação da produção depende da venda dos produtos acabados", da "transformação da mercadoria em dinheiro e reconversão do dinheiro em condições de produção." Como a permanência na esfera da circulação é uma parte necessária na trajetória do capital, "da velocidade da circulação, do tempo em que esta última se realiza [...] [dependem] a quantidade de produtos que podem ser produzidos em um período dado, a freqüência com que um capital pode valorizar-se, com que pode reproduzir-se e multiplicar seu valor em um período dado". Esta "é uma condição que não foi posta diretamente pelo próprio processo produtivo".[19] É claro, à primeira vista, que se, por exemplo, um capital de 100 táleres realiza quatro giros no ano e em cada um deles proporciona um lucro de 5%, isso (abstraindo-se a acumulação possível) é o mesmo "que se um capital quatro vezes maior [...] realiza com a mesma taxa percentual um só giro em um ano; em cada caso, 20 táleres". (No original, 20%.) "Mantendo constantes as outras condições de produção, a velocidade da circulação faz as vezes do volume do capital."[20] Neste sentido, "a circulação mais rápida do capital em um período dado se assemelha à repetição mais assídua da colheita, durante o ano, nos países do Sul, comparados aos do Norte".[21] A velocidade da circulação é, pois, da maior importância para o capital, já que dependem dela a velocidade do processo de produção e,

como decorrência, "se não os próprios valores [...], até certo ponto, a massa dos valores".[22]

Em que sentido o tempo de circulação influi na determinação do valor? Retornemos ao exemplo da colheita. Falamos de países cujo clima favorável possibilita colheitas mais freqüentes. Porém, "se as condições reais da produção de trigo em certo país permitem uma só colheita, nenhuma velocidade de circulação poderá convertê-la em duas colheitas". Se no país de uma só colheita "a circulação paralisasse e o fazendeiro não pudesse vender seu trigo a tempo, [...] a produção seria interrompida", pondo em perigo a própria colheita única.[23] Ou seja, a aceleração da circulação pode, no máximo, reduzir os obstáculos à reprodução do capital, obstáculos inerentes à natureza do próprio capital. Pois o tempo de circulação do capital é tempo de sua desvalorização;[24] abreviando-se o primeiro, abrevia-se também o segundo. Não se pode concluir daí que a valorização do capital tenha aumentado. Sua desvalorização é que diminuiu.

Marx prossegue: "A diferença consiste nisso: se o tempo total de trabalho sob controle do capital se elevasse ao máximo, digamos ao infinito, de modo que o tempo de trabalho necessário constituísse uma parte infinitamente pequena e o tempo de mais-trabalho uma parte infinitamente grande deste infinito, isso corresponderia ao ponto máximo de valorização do capital, e esta é a tendência que o impulsiona. Por outro lado, se o tempo de circulação do capital fosse reduzido a zero, se os diversos estágios de sua transformação se efetuassem na realidade com a rapidez do pensamento, também estaríamos diante das condições mais extremas de repetição do processo produtivo, ou seja, da maior quantidade de processos de valorização do capital em um período determinado de tempo. A repetição do processo produtivo ficaria limitada apenas pelo tempo de sua própria duração, o tempo necessário para transformar a matéria-prima em produto." Em troca, "se o tempo de mais-trabalho ou o tempo de trabalho necessário fossem iguais a zero, isto é, se o tempo de trabalho necessário absorvesse todo o tempo ou se a produção pudesse efetuar-se sem trabalho algum, não existiria nem valor, nem capital, nem criação de valor".[25] "Fica claro, portanto, que o tempo de circulação, considerado a partir de um ponto de vista absoluto, é uma subtração da valorização máxima, é menor que a valorização absoluta. Logo, é impossível que uma velocidade qualquer da circulação, ou qualquer redução do tempo de circulação, possa criar uma valorização maior que aquela criada na fase de produção. Se aumentasse até o infinito, a velocidade da circulação poderia alcançar, no máximo, uma redução a zero no tempo de circulação, abolindo assim a si mesma. Ela não

pode ser, portanto, um elemento positivo na criação de valor, já que sua abolição — circulação sem tempo de circulação — corresponderia à valorização máxima; sua negação equivaleria ao mais alto nível de valorização do capital."[26] Só de maneira negativa o tempo de circulação pode influir na criação de valor e na valorização do capital, pois em virtude de sua aceleração ou retardamento só se abrevia ou se prolonga o tempo durante o qual o capital não pode empregar nenhum trabalho produtivo para valorizar-se.[27] "Considerado sob este ponto de vista, o tempo de circulação não acrescenta nada ao valor [...], não é um tempo que cria valor, como é o tempo de trabalho."[28]

Mas, o que ocorre com os custos da circulação, com os gastos em trabalho vivo ou objetivado que resultam de "percorrer os diversos momentos econômicos como tais"? Neste caso, "a lei geral é que *todos os custos de circulação que têm origem nas mudanças de forma da mercadoria não agregam a ela nenhum valor.* São apenas gastos para realizar o valor ou para convertê-lo de uma forma a outra. O capital desembolsado para cobrir esses custos (incluindo o trabalho à disposição desse capital) integra os *faux frais* [falsos custos] da produção capitalista. A reposição deles deve ocorrer às custas do mais-produto. Considerando a classe capitalista como um todo, eles constituem uma dedução da mais-valia ou do mais-produto, exatamente da mesma maneira como, para um trabalhador, o tempo de que necessita para comprar seus meios de subsistência é tempo perdido."[29]

Os *Grundrisse* ilustram isso com o seguinte exemplo: "Se, [de] dois indivíduos, cada um fosse o produtor de seu produto, mas sua atividade se baseasse na divisão do trabalho, de tal maneira que praticassem entre eles um intercâmbio e a valorização do produto de ambos [...] dependesse desse intercâmbio, evidentemente o tempo que esse intercâmbio exigisse — por exemplo, tempo de negociação, de cálculos etc., antes de fechar o acordo — não agregaria nada nem aos seus produtos nem ao valor de troca deles.[30] Se A alegasse diante de B que o intercâmbio exigia um gasto de seu tempo, B alegaria o mesmo diante de A. Cada um deles perde, no intercâmbio, exatamente o mesmo tempo que o outro. O tempo de intercâmbio é comum aos dois. Se A exigisse 10 táleres pelo produto (como seu equivalente) e mais 10 táleres pelo tempo que lhe custou obter aqueles 10 táleres de B, este consideraria isso um disparate." Pois a perda de tempo que ambos sofreram em virtude das operações de intercâmbio decorre "da divisão do trabalho e da necessidade do intercâmbio",[31] e portanto deve aparecer como subtração de sua atividade produtiva. ("Se A produzisse tudo sozinho, não perderia tempo intercambiando com B ou transformando seu produto em dinheiro e o

dinheiro em novo produto.") Mas, se os produtores "perceberem que economizam tempo interpondo entre eles uma terceira pessoa C na qualidade de mediador que consumisse seu próprio tempo neste processo de circulação" (isso seria natural se não apenas A e B, mas um grande número de produtores fizesse o mesmo), então "cada um [...] terá de ceder uma porção de seu produto a C. O ganho de A e de B seria poder optar por ter uma perda maior ou menor."[32] Portanto, conclui Marx, os custos de circulação propriamente ditos "não acrescentam valor", "não podem confundir-se com o trabalho produtivo". São *faux frais* da produção de mercadorias e, como tais, inseparáveis do modo de produção capitalista.[33] É necessário entender assim "as atividades mercantis e, ainda mais,[34] as operações financeiras propriamente ditas". Na medida em que elas diminuem os custos de intercâmbio, "ajudam a produção não porque criam valor, mas porque diminuem a negação dos valores criados. [...] Se colocarem os produtores em condições de criar mais valores do que seria possível sem essa divisão do trabalho, de modo que reste um excedente capaz de pagar essa função, terão aumentado de fato a produção. Mas os valores aumentaram, nesse caso, não porque as operações de circulação tenham criado valor, mas sim porque absorveram menos valor que em outro caso. Esses custos são condição necessária para a produção do capital."[35]

O que acontece com o tempo que o próprio capitalista perde no intercâmbio? Não deve ser considerado "tempo de trabalho", também "criador de valor"? Não. Pois, "ele só é capitalista — ou seja, representante do capital, ou capital personificado — enquanto se relaciona com o trabalho como trabalho alheio e se apropria de tempo de trabalho alheio. [...] O fato de que o trabalhador deva trabalhar mais tempo é idêntico ao fato de que o capitalista não necessite trabalhar; isso faz com que seu tempo esteja colocado como não-tempo de trabalho; é idêntico ao fato de que o capitalista tampouco trabalhe o tempo necessário. O trabalhador tem de trabalhar mais tempo para poder [...] objetivar o tempo de trabalho necessário para sua reprodução. Por outro lado, e por conseguinte, também o tempo de trabalho necessário do capitalista é tempo livre, tempo não requerido para a subsistência imediata." Por isso, diz Marx, "do ponto de vista econômico", o tempo que o capitalista emprega no intercâmbio das mercadorias que produziu "nos interessa tão pouco quanto o tempo que passa com sua esposa".[36] "*Time is money*, mas, do ponto de vista do capital, isso só vale para o tempo de trabalho alheio, que no sentido mais estrito da frase[37] é *money* do capital." O tempo de circulação interrompe "o tempo durante o qual o capital pode apropriar-se de tempo de trabalho alheio, e é óbvio que esta desvalo-

rização relativa do capital não pode agregar nada à sua valorização, mas apenas reduzi-la; a circulação custa, ao capital, tempo de trabalho alheio objetivado, valores. (Por exemplo, porque tem de pagar a alguém para que desempenhe essa função.) Em ambos os casos só se leva em conta o tempo de circulação na medida em que é a supressão, a negação do tempo de trabalho alheio";[38] em ambos os casos, aquele tempo se revela como uma barreira à produtividade do capital e como uma subtração do tempo de mais-trabalho e de mais-valia.

Surge outra pergunta: a taxa geral de lucro não compensa as diferenças na valorização dos diversos capitais — assim como a diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho, mencionada no início deste capítulo —, resultantes de diferentes tempos de circulação?[39] Certamente. "Enquanto o capital permanece fixado na forma do produto acabado, ele não pode ser ativo como capital, é capital negado [...]. Em conseqüência, isso aparece como perda para o capital, como perda relativa de seu valor, pois o valor reside precisamente no processo de valorização. [...] Imaginemos agora que existam muitos capitais em diferentes setores produtivos, todos eles necessários (o que se revelaria no fato de que se o capital migrasse maciçamente de um setor produtivo, a oferta dos produtos desse setor cairia para abaixo da demanda e, conseqüentemente, o preço de mercado subiria para acima do preço natural [ou seja, para acima do preço de produção]); suponhamos que um setor produtivo exija, por exemplo, que o capital A permaneça mais tempo na forma em que não se valoriza, ou seja, que o tempo em que percorre as diversas fases da circulação seja maior que em todos os demais setores produtivos. Nesse caso, o capital A consideraria o novo valor que poderia criar, que é um valor menor, como perda positiva, como se houvesse feito mais gastos para criar um mesmo valor. Portanto, para compartilhar a mesma taxa de lucro, exigiria[40] para seus produtos, proporcionalmente, um valor de troca maior que o dos demais capitais. Mas, de fato,[41] isso só poderia ocorrer se a perda se repartisse entre os demais capitais."

Marx prossegue: "Nada mais absurdo que concluir que, na medida em que o capital cobra uma compensação por seu tempo de circulação excepcional [...], os capitais em seu conjunto, *o capital*, podem criar algo a partir do nada, fazer de um menos um mais, de menos tempo de mais-trabalho, ou menos mais-valia, mais mais-valia [...]. O modo como os capitalistas calculam, entre outras coisas, sua parte alíquota da mais-valia — não só mediante o tempo de mais-trabalho que colocaram em movimento, mas também conforme o tempo que seu capital não trabalhou como tal, isto é, permaneceu inativo, esteve em fase de desvalorização — não modifica em

nada a soma de mais-valia que têm para repartir entre si. Esta soma não pode crescer, pois é menor do que seria se o capital A, em vez de permanecer inativo, tivesse criado mais-valia [...]. O capital A só será compensado por esta permanência em inatividade na medida em que ela decorra das condições existentes em um dado setor da produção, e portanto na medida em que, tendo como referência o capital em geral, se apresente como obstáculo à valorização, como barreira necessária à valorização do capital em geral."[42]

Em outra passagem dos *Grundrisse* pode-se ler: "Se imaginamos um capital único, ou se consideramos os diversos capitais de um país como *um* capital (capital nacional) em oposição aos de outros países,[43] será claro que o tempo em que o capital não atua como capital produtivo não cria mais-valia e precisa ser deduzido do tempo de valorização de que o capital dispõe. Aquele tempo se apresenta [...] como negação, não do tempo de valorização real, mas sim do tempo de valorização possível, isto é, possível se o tempo de circulação fosse igual a zero. É claro que o capital nacional não pode considerar o tempo durante o qual não se reproduz como tempo de sua reprodução, assim como, por exemplo, um camponês isolado não pode considerar o tempo durante o qual não pode semear nem colher como tempo durante o qual enriquece." Marx acrescenta: "Que o capital, depois de considerar a si próprio — e necessariamente fará isso — como produtivo, independentemente do trabalho, da absorção do trabalho, se imagine produtivo durante todo o tempo e compute seu tempo de circulação como tempo em que cria valor — como custo de produção — é uma coisa inteiramente distinta."[44] Mas a razão pela qual se origina — e deve originar-se — esta aparência só será revelada quando se considerar o "processo secundário de valorização", ou seja, o lucro e a taxa geral de lucro.[45]

Uma observação para terminar. O que foi dito neste capítulo também pode aplicar-se ao dinheiro e à sua circulação. Podemos ler nos *Grundrisse*: "O próprio dinheiro — na medida em que é feito de metais preciosos, ou no que se refere à sua produção em geral, como por exemplo na circulação de papel-moeda — demanda gastos, consome tempo de trabalho, mas não agrega nenhum valor aos objetos intercambiados, aos valores de troca. Seus custos são uma subtração desses valores, uma subtração que precisa ser bancada, em partes alíquotas, pelos participantes do intercâmbio."[46] Em outra passagem: "O dinheiro, considerado a partir dos dois pontos de vista em que se apresenta na circulação do capital — tanto na qualidade de meio de circulação como na de valor realizado do capital — é parte dos custos de circulação, na medida em que ele mesmo é tempo de trabalho empregado,

de um lado, para abreviar o tempo de circulação, e de outro para representar um elemento qualitativo da circulação, a reconversão do capital em si em valor para si. Tanto em um como em outro sentido o dinheiro não aumenta o valor. De um ponto de vista, é uma forma que contém custos — custa tempo de trabalho e, portanto, reduz a mais-valia — para representar o valor. De outro, pode-se considerá-lo como um mecanismo que economiza tempo de circulação e assim libera tempo para a produção. Não obstante, na medida em que tal mecanismo custa trabalho e é produto do trabalho, representa para o capital *faux frais* de produção. Está incluído nos custos de circulação [...]. O capital, portanto, se esforça para abolir o dinheiro em sua realidade tradicional, herdada, palpável, para transformá-lo em algo puramente ideal, criado e ao mesmo tempo suprimido pelo capital."[47] Nas manifestações de Marx citadas no capítulo 9 já conhecemos a razão pela qual esta tendência não pode se impor plenamente. Voltaremos a este assunto no capítulo dedicado aos juros e ao lucro.[48]

CAPÍTULO 23

A ROTAÇÃO DO CAPITAL E O TEMPO DE ROTAÇÃO

A CONTINUIDADE DA PRODUÇÃO CAPITALISTA E A DIVISÃO DO CAPITAL EM PARTES

Destacamos várias vezes que a trajetória do capital não se limita ao processo de produção propriamente dito. Compreende também o processo de circulação. Eles "constituem as duas grandes seções do movimento do capital, que é a totalidade desses dois processos. De um lado está o tempo de trabalho; de outro, o tempo de circulação. O conjunto do movimento aparece como unidade de tempo de trabalho e de tempo de circulação, como unidade de produção e circulação. Esta unidade é movimento, processo. O capital se apresenta como esta unidade em processo — de produção e circulação —, que pode ser considerada como o conjunto do processo de produção do capital e também [...] como o fecho de um movimento que retorna a si mesmo."[1]

Em outras palavras: o circuito do capital — compreendido como o movimento do capital através de suas diversas fases (desde o adiantamento do valor do capital até seu retorno) — pode ser considerado a partir de dois pontos de vista: ou como um processo isolado, completo em si mesmo, ou como um ciclo periódico, em constante repetição. Marx usou ambos os enfoques no segundo tomo de sua obra definitiva. O primeiro, na seção I do segundo tomo de *O capital*, onde lhe interessava examinar "as formas sucessivas que o capital adota e abandona ao longo de seu ciclo", assim como "as diversas formas deste ciclo".[2] (A circunstância de que o ciclo do capital se repete constantemente não podia oferecer nada de essencial à análise nesse momento.) A situação é diferente na seção II do segundo tomo, onde Marx quer demonstrar "como, dentro dessa fluência e sucessão de formas", o capital industrial se apresenta "simultaneamente, embora em quantidade mutante", sob as formas de capital produtivo, capital-dinheiro e capital-mercadoria, e que essas formas "não só se alternam, mas também as diversas partes do valor global do capital estão sempre nesses estados, lado a lado, e atuam neles".[3] Isso só pode ser visualizado se encararmos o ciclo do capital não como um capítulo separado, mas como a totalidade do movimento do valor do capital em processo.

Podemos ler no segundo tomo: "O ciclo do capital, definido não como ato isolado, mas como processo periódico, é sua rotação, cuja duração é dada pela soma do tempo de produção e do tempo de circulação. Tal soma constitui o tempo de rotação do capital, que mede o intervalo entre dois períodos cíclicos de valorização do capital total, a periodicidade do processo vital do capital, ou, se se preferir, o tempo de renovação, de repetição do processo de valorização ou de produção experimentado pelo mesmo capital."[4]

Qual a importância da rotação do capital no processo de circulação da economia capitalista? Essa importância se revelará com clareza no decurso posterior da investigação, quando expusermos as maneiras específicas de rotação dos capitais fixo e circulante[5] e, depois, examinarmos mais detalhadamente a taxa média de lucro.[6] Aqui, basta recapitular brevemente o que já expusemos, em sua maior parte, no capítulo anterior.

Como o tempo de rotação do capital é igual à soma do tempo de produção e do tempo de circulação, é evidente que ambos os fatores — ou seja, o tempo de produção e o tempo de circulação — podem alterar a duração da rotação.

No que diz respeito ao tempo de produção, cabe mencionar duas circunstâncias. Em primeiro lugar, a fabricação de diversos produtos impõe diferenças na duração do trabalho. É possível que um produto possa estar terminado em uma semana, enquanto outro necessite de vários meses, embora o tempo de trabalho possa ser o mesmo em ambos os casos. Esta diferença nos períodos de trabalho exigidos para fabricar ambos os produtos[7] pode gerar, é claro, uma diferença nos períodos de rotação dos respectivos capitais.[8] Em segundo lugar, seria preciso assinalar nossa já conhecida diferença entre os tempos de produção e de trabalho. Trata-se, como sabemos, de interrupções do processo de produção que são "independentes da duração do processo de trabalho, provocadas pela natureza do produto e de sua fabricação, e durante as quais o objeto do trabalho fica submetido a processos naturais de duração maior ou menor, devendo sofrer modificações físicas, químicas, fisiológicas, enquanto o processo de trabalho está total ou parcialmente suspenso".[9] Nesse caso, o tempo de produção é maior do que o tempo de trabalho, e fica claro que "a duração do tempo de produção que não consiste em tempo de trabalho" também influencia o período de rotação do capital.[10] Finalmente, devemos lembrar como são diversas as formas materiais nas quais o capital produtivo existe e a conseqüente divisão do capital em fixo e circulante, em virtude da qual a rotação do capital fica submetida a modificações consideráveis, como veremos no capítulo seguinte.

Porém, é a fase de circulação que determina as diferenças mais importantes nos períodos de rotação. Vimos que "quanto mais rápida é a circulação, tanto mais breve é o tempo de circulação, e assim o mesmo capital pode repetir mais vezes o processo de produção. Portanto, em um ciclo determinado de rotações do capital, *a soma dos valores criados por ele* (e, é claro, também de mais-valia [...]) *varia na razão direta do tempo de trabalho e na razão inversa do tempo de circulação* [...]. O valor total é igual ao tempo de trabalho multiplicado pela quantidade de rotações do capital. Ou melhor: agora, o valor criado pelo capital já não está determinado simplesmente pelo trabalho usado no processo de produção, mas também pelo coeficiente do processo de produção, ou seja, o número que expressa quantas vezes ele se repetiu em um dado período."[11] Até mesmo em capitais de igual magnitude, igual composição orgânica e igual taxa de mais-valia a duração do período de rotação pode ser muito diferente. Neste sentido, como podemos ler nos *Grundrisse*, o tempo de circulação é "ele mesmo um elemento da produção, ou melhor, se apresenta como limite da produção".[12]

Mas o que nos interessa neste capítulo é outra coisa: uma nova contradição do modo de produção capitalista, vinculada à necessidade da circulação e ao tempo de circulação.

Vimos que o capital, "por sua natureza, conserva o caráter de capital pelo fato de atuar sempre como capital em repetidos processos de produção".[13] Por isso, "a ininterrupta continuidade do processo, a transição livre e fluida em que o valor passa de uma forma a outra, ou de uma fase do processo a outra, é condição fundamental para a produção baseada no capital, e isso em um grau inteiramente diferente do de todas as formas anteriores de produção".[14] A melhor maneira de garantir a continuidade da produção seria eliminar o tempo de circulação. Mas isso não é possível, pois "o capital, por sua natureza, percorre as diversas fases da circulação, e isso não se passa no terreno das idéias, onde um conceito pode transformar-se em outro com a rapidez do pensamento, sem demora;[15] [esse percurso] envolve situações que estão separadas no tempo. [O capital] tem de passar um período como larva antes de poder voar como mariposa. Portanto, as condições da produção do capital, decorrentes de sua própria natureza, se contradizem."[16] Na prática, abstraindo-se o crédito, essas condições "só encontram uma mediação porque *o capital se divide em partes; uma delas circula como produto acabado e a outra se reproduz no processo de produção*, e ambas se alternam; se uma retorna ao processo de produção, a outra abandona essa fase. Esse processo ocorre no cotidiano e também em intervalos maiores [...]. O capital total e o valor total se reproduzem quando suas partes terminam de passar

pelo processo de produção e o processo de circulação ou, o que é o mesmo, logo que a segunda parte entra de novo na circulação. O ponto de partida é o ponto de chegada. Por conseguinte, a rotação depende da magnitude do capital ou, mais exatamente,[17] [...] da soma total dessas duas partes. A rotação só está consumada quando essa soma acaba de reproduzir-se; caso contrário, só se completa 1/2, 1/3, 1/*x*, dependendo da proporção da parte que circula continuamente."[18]

Marx prossegue: "O problema é: que parte do capital pode estar continuamente ocupada na produção durante todo o ano? [...] Este problema pode ser reduzido a uma equação muito simples, à qual retornaremos adiante [...].[19] Chama-se *tp* ao tempo de produção e *tc* ao tempo de circulação. Chama-se *C* ao capital. *C* não pode estar ao mesmo tempo na fase de produção e na de circulação. Se continua produzindo enquanto circula, precisa dividir-se em duas partes, uma das quais estará na fase de produção e a outra na de circulação. A continuidade do processo ficará garantida se a parte *a* estiver na primeira fase e a parte *b* na segunda. Seja *x* a parte que sempre se encontra na produção; então, $x = C - b$ (chamamos *b* a parte do capital que está na circulação). $C = b + x$. Se *tc*, o tempo de circulação, fosse zero, *b* também seria igual a zero, e $x = C$. Logo, *b* (a parte do capital que se encontra na circulação)/*C* (o capital total) = *tc* (o tempo de circulação)/*tp* (o tempo de produção); $b/C = tc/tp$. O tempo de circulação está para o tempo de produção assim como a parte do capital que se encontra na circulação está para o capital total."[20]

Com a divisão do capital em partes, consegue-se que ele não interrompa o processo de produção durante o tempo da circulação, mantendo-se a continuidade do ciclo. (Se não fosse assim, o capital teria de atuar, com toda a magnitude de seu valor, primeiro como capital-dinheiro, depois como capital produtivo e finalmente como capital-mercadoria. Neste caso, a produção, "em vez de desenvolver-se continuamente, [...] [seria realizada] de modo intermitente e só se repetiria depois de períodos de duração aleatória, que dependem de as duas fases do processo de circulação[21] serem percorridas com maior ou menor rapidez".[22] Uma situação que conflita com a própria base técnica da produção capitalista.) Todavia, a divisão do capital em partes não pode impedir que em toda empresa capitalista partes do capital estejam constantemente inativas e, portanto, não possam se valorizar.[23] Daí a tendência necessária do capital de abreviar o tempo de circulação ou de buscar uma "circulação sem tempo de circulação" pelo aperfeiçoamento das comunicações, o desenvolvimento do sistema de crédito etc. Este é um aspecto sobre o qual retornaremos no capítulo 27 ("Fragmentos sobre os juros e o crédito").

Já que o tempo de rotação do capital compreende tanto o tempo de trabalho como o tempo de circulação, é fácil atribuir ao segundo o que, de fato, decorre do primeiro, imaginando-se uma "fonte mística de autovalorização do capital, independente do processo de produção e portanto da exploração do trabalho; essa fonte brotaria na esfera da circulação".[24] Na maioria das vezes, baseiam-se nisso as ilusões dos capitalistas e da economia burguesa, que sistematiza o seu modo de pensar.

CAPÍTULO 24

AS DETERMINAÇÕES FORMAIS DO CAPITAL FIXO E DO CAPITAL CIRCULANTE

1.

Em seu prefácio ao terceiro tomo de *O capital*, Engels chama a atenção para um mal-entendido bastante disseminado: o de supor que "Marx pretende definir, onde apenas investiga" e que, em sua obra, se devam "buscar definições acabadas, válidas de uma vez para sempre". "É evidente", diz Engels, "que quando se concebem as coisas e suas relações não como fixas, mas como variáveis, seus reflexos na mente — os conceitos — estão igualmente submetidos a modificação e transformação; elas não estão enclausuradas em definições rígidas, sendo necessário desenvolvê-las em seu processo histórico e lógico de formação."[1]

A preocupação de Engels mostra-se perfeitamente justificada quando se observa, por exemplo, a análise de Marx sobre a diferença conceptual entre capital fixo e capital circulante. Para recapitular: o principal interesse do capital no processo de produção é a valorização, e esta depende da relação que se estabelece entre trabalho objetivado e trabalho vivo. Graças a este último — e só a ele —, o valor do capital não só pode conservar-se, mas também aumentar. Por isso, a análise convergiu para a relação, decisiva no processo de valorização, entre capital constante e capital variável.[2]

Mas a valorização constitui apenas uma etapa do circuito do capital. Considerada como um todo, a produção capitalista exige uma alternância constante entre fases de produção e de circulação, ambas formando uma unidade. "Esta unidade é movimento, processo", e o sujeito desse movimento é o capital, "valor que domina as diversas fases, preservando-se e multiplicando-se".[3] "A passagem de um momento ao outro aparece como um processo particular, mas cada um desses processos é uma transição para o outro. O capital é valor em processo, valor que se transforma mas que é capital em cada momento [...]. É, pois, *capital circulante*;[4] em cada momento é capital e circula de uma forma a outra." Neste sentido, "originalmente todo capital é capital circulante, é produto da circulação e ao mesmo tempo a produz [...]".[5] "Logo, o capital circulante não é inicialmente uma forma *especial* do capital, é o próprio capital [...] na condição de sujeito

do movimento descrito, movimento que é o próprio capital em processo de valorização."[6]

Todavia, o capital não é só unidade de produção e circulação. É também "sua *diferença*, uma diferença que existe no espaço e no tempo". O capital "como totalidade da circulação[7] é capital circulante, em transição de uma fase a outra; porém, [ele] apresenta em cada fase um aspecto específico, típico de uma forma específica, que é sua negação como sujeito de todo o movimento. [...] Capital não circulante. *Capital fixo, fixado* em um dos diversos aspectos específicos, ou fases, que precisa percorrer." Pois, "enquanto permanece em uma dessas fases — a própria fase não se apresenta como transição fluida, e cada uma tem sua própria duração —, [ele] não é circulante, mas fixo. Enquanto permanece no processo de produção, não é capaz de circular e está virtualmente desvalorizado. Enquanto permanece na circulação, não está em condições de produzir, de criar mais-valia, não está engajado como capital. Enquanto não possa ser conduzido ao mercado, está fixado como produto; enquanto permanece no mercado, está fixado como mercadoria [...]. Por último, se as condições da produção se mantêm como condições e não ingressam de fato no processo de produção, mais uma vez o capital está fixado e desvalorizado. Como sujeito que percorre todas as fases, como unidade em movimento, em processo de produção e de circulação, o capital é capital circulante; confinado em qualquer uma dessas fases, aprisionado em suas separações, é capital fixado, capital comprometido. Como capital circulante, se fixa; como capital fixo, circula. A diferença entre *capital circulant* e *capital fixe* expressa o fato de que o capital existe sob ambas as determinações, primeiro como unidade do processo e em seguida como fase específica deste [...]."[8] Ambos os aspectos são reais: o capital é a unidade de produção e circulação, e é também a diferença entre ambas. Tanto a continuidade como a interrupção dessa continuidade são inerentes "à determinação do capital como circulante, em processo".[9]

Isso é tudo a respeito dos conceitos de capital "circulante" e "fixo", tal como surgem quando observamos o movimento geral do capital. Aqui não se trata ainda de "dois tipos especiais" de capital, mas de "*diferentes determinações formais do mesmo capital*".[10] "O mesmo capital aparece em ambas as determinações. Isso se manifesta no fato de que uma parte dele se apresenta em uma determinação e outra parte em outra; uma parte está imobilizada, a outra circula; circula não no sentido de que está na fase da circulação propriamente dita (contraposta à fase da produção), mas sim no sentido de que, esteja na fase em que estiver, essa fase é fluida, é uma fase em processo, em transição para a seguinte; em nenhuma delas o capital está atolado e paralisado. Por exemplo: o industrial só usa na produção uma parte do capital

de que dispõe [...] porque outra parte só pode sair da circulação depois de certo tempo. Neste caso, a parte submetida a processamento na produção é a circulante; a que está na circulação é a imobilizada [...]. Ora uma parte, ora a outra ingressam nessa determinação, [...] mas o capital total está constantemente distribuído em ambas as determinações."

"Como esse limite que surge da natureza do processo de valorização [...] varia conforme as circunstâncias, de modo que o capital pode aproximar-se, ora mais ora menos, de sua determinação adequada à condição de capital circulante; e como o fato de dividir-se nessas duas determinações [...] contradiz a tendência à maior valorização possível, o capital inventa artifícios[11] para abreviar a fase de fixidez; por outro lado, em lugar da coexistência temporal de ambas as determinações, estas se alternam. Em um dado período o processo se apresenta como absolutamente fluido: é o período de máxima valorização do capital; em outro período, reação ao primeiro, o outro elemento prepondera: é o período de desvalorização do capital e de paralisação do processo produtivo. Os momentos em que ambas as determinações aparecem justapostas constituem intervalos que medeiam essas violentas transições e reviravoltas. É importantíssimo compreender essas determinações de capital circulante e capital fixo como *determinações formais* do capital em geral, sob pena de [se tornarem] incompreensíveis muitos fenômenos da economia burguesa: os períodos do ciclo econômico [...]; o efeito de uma nova demanda; até mesmo o impacto de novos países produtores de ouro e de prata sobre a produção em geral."[12] "É inútil discorrer sobre os estímulos propiciados pelo ouro australiano ou por um mercado recém-aberto. Se não estivesse inscrito na natureza do capital que ele nunca está totalmente empregado, isto é, está sempre *parcialmente fixado*, desvalorizado, improdutivo, nenhum estímulo poderia empurrá-lo para uma maior produção."[13]

2.

Ao encararmos o processo de circulação propriamente dito, ou seja, o movimento do capital fora da fase de produção, a distinção entre capital "fixo" e "circulante" torna-se insuficiente. Pois os diversos componentes do capital circulam de modo diferente e apresentam diferentes tempos de rotação. Por exemplo: os meios de trabalho (a máquina etc.) nunca abandonam o lugar da produção; permanecem "fixados" nesse lugar; só seu valor circula, ao transferir-se sucessivamente, e por partes, ao produto. Os demais meios de produção (matérias-primas e auxiliares),[14] assim como o capital variável adiantado na compra de força de trabalho, circulam de modo muito diferente. Em virtude desse diferente modo de circulação, o primeiro fator assu-

me a forma de capital "fixo", enquanto os demais assumem a de capital "circulante" ou "fluido". "Até aqui, o capital fixo e o circulante apresentavam-se apenas como diferentes determinações transitórias do capital [...], como formas cambiantes do mesmo capital nas diversas fases de sua rotação [...]. Agora, cristalizaram-se em modos de existência especiais do capital", em dois tipos particulares de capital. Pois, "quando se considera um capital em determinado setor produtivo, este capital se apresenta segmentado nessas duas porções, dividindo-se, em determinada proporção, nesses dois tipos de capital".[15] "Ser fixo ou circulante se apresenta agora como uma determinação específica, particular, do capital, que se soma ao seu caráter geral."[16] Tal particularização, que precisa ser investigada, diz Marx, se relaciona com o valor de uso específico das partes componentes do capital.

Quando investigamos os destinos do capital na esfera da produção, só consideramos as diferenças materiais dos diversos elementos da produção no processo de trabalho propriamente dito. Devíamos, pois, distinguir entre meios de trabalho, material de trabalho e trabalho vivo. Mas, no processo de formação do valor, as partes componentes do capital que representam esses elementos apareciam como meras quantidades de valor, diferenciando-se umas das outras pela circunstância de que uns eram valores "constantes" enquanto outros (o capital adiantado para a compra da força de trabalho) eram "variáveis". Porém, com as categorias de capital circulante [fluido] e de capital fixo, "a relação entre os fatores, que era só quantitativa, agora se apresenta como diferença qualitativa do próprio capital, diferença que determina seu movimento total (rotação)."[17] Pois um capital só é "fixo" na medida em que, no processo de produção, adota materialmente a forma de meio de trabalho. Isso define precisamente sua maneira de ceder valor ao produto, e portanto de realizar a rotação. "A natureza específica do valor de uso na qual o valor existe, que agora se apresenta como corpo do capital, aparece aqui como determinante da forma e da ação do capital, conferindo a um capital uma qualidade particular em relação a outro, particularizando-o."[18] Aqui o valor de uso volta a revelar-se "como categoria econômica". Já nos ocupamos desse problema, de forma mais detalhada, na Parte I deste trabalho, no capítulo sobre o papel do valor de uso na economia. Resta remeter o leitor ao que foi dito naquela ocasião.

3.

Não é preciso explicar em detalhes como os *Grundrisse* tratam a diferença conceptual entre capital fixo e circulante, pois conhecemos os resultados da investigação de Marx sobre o tema, em uma forma mais completa, no segundo tomo de *O capital*. Por isso, nos limitaremos a passagens nas

quais a exposição dos *Grundrisse* diverge da de *O capital*, ou nas quais o manuscrito anterior destaca aspectos que, na obra posterior, estão relegados a segundo plano.

Comecemos pelo que foi superado em *O capital*. Segundo os *Grundrisse*, o capital circulante consiste, em primeiro lugar, em matérias-primas e auxiliares, e em segundo lugar no assim chamado abastecimento de provisões — ou seja, de meios de subsistência — aos trabalhadores.[19] Os últimos são o objeto da chamada circulação "pequena", que se diferencia da circulação propriamente dita, ou "grande", do capital.[20] "É esta a parte constantemente circulante do capital, aquela que em nenhum momento entra no processo de produção, embora o acompanhe [...]. Os meios de subsistência do trabalhador saem do processo de produção como produtos, como resultado; mas nunca ingressam com essa forma no processo de produção, porque "entram diretamente no consumo do trabalhador e são diretamente intercambiados por este. Assim, ao contrário do que ocorre com a matéria-prima e com o instrumento de trabalho, são o capital circulante por excelência."[21]

Eis o que dizem os *Grundrisse*. Mas, como Marx responde à mesma questão no segundo tomo de *O capital*? Naturalmente, também ali ele destaca que "o dinheiro que o capitalista paga ao trabalhador pelo uso da força de trabalho só é, na verdade, a forma equivalente geral dos meios de subsistência imprescindíveis ao trabalhador. Nesse sentido, do ponto de vista material, o capital variável consiste em meios de subsistência." Mas é "o próprio trabalhador quem converte em meios de subsistência o dinheiro que recebeu em troca de sua força de trabalho, para reconvertê-lo em força de trabalho e manter-se vivo [...]". Por outro lado, o que o capitalista compra e consome no processo de produção "é a força de trabalho e não os meios de subsistência do trabalhador [...]. Portanto, não são os meios de subsistência que assumem a determinação de capital circulante, em contraposição ao capital fixo. Tampouco é a força de trabalho, mas sim a parte de valor do capital produtivo desembolsado nela, parte que, pela forma de sua rotação, recebe este caráter, que compartilha com umas e que a contrapõe a outras, que são componentes da parte constante do capital."[22] (Pois esta parte do valor, assim como o valor das matérias-primas e auxiliares, se transfere completamente, em cada ocasião, ao valor do produto, e por isso deve ser substituída completamente a partir dele.)

Mas *O capital* também lança luz sobre os motivos que levaram a economia burguesa a caracterizar os meios de subsistência do trabalhador como capital "circulante", em contraposição ao capital fixo. Tais motivos devem ser buscados no caráter de classe desse pensamento, em sua reticência ins-

tintiva a penetrar muito profundamente no "segredo de criar lucros". "De modo geral, o capital adiantado se converte em capital produtivo, ou seja, adota a forma de elementos de produção que, por sua vez, resultam de trabalho anterior. (Entre eles, a força de trabalho.) [...] Se, no lugar da força de trabalho em que a parte variável do capital se converteu, colocam-se os meios de subsistência do trabalhador, esses meios, como tais, evidentemente não se diferenciam dos outros elementos do capital produtivo no que diz respeito à criação de valor [...]. Os meios de subsistência não podem, por si mesmos, aumentar seu valor ou agregar a ele uma mais-valia. Seu valor, como o dos outros elementos do capital produtivo, só pode reaparecer no valor do produto. Não podem agregar ao produto mais valor do que eles mesmos possuem." Logo, quando se considera "o valor desembolsado em meios de subsistência dos trabalhadores (no lugar do valor gasto com força de trabalho) como sendo o componente circulante do capital produtivo, torna-se impossível compreender a distinção entre capital variável e capital constante, o que impossibilita compreender a produção capitalista em geral. A determinação de que tal parte do capital é capital variável, em oposição ao capital constante absorvido nos elementos objetivos que formam o produto, fica soterrada sob a determinação de que a parte do capital investida em força de trabalho pertence, no que se refere à rotação, à parte circulante do capital produtivo. O soterramento se completa quando se incluem os meios de subsistência dos trabalhadores (e não sua força de trabalho) como um elemento do capital produtivo."[23]

Nos *Grundrisse*, porém, os meios de subsistência dos trabalhadores, ou o "*approvisionnement*", ainda aparecem como parte do capital circulante! O motivo acima citado para explicar o erro não pode ter desempenhado nenhum papel neste caso, pois, justamente nos *Grundrisse*, Marx desenvolveu pela primeira vez os conceitos de capital variável e capital constante, graças aos quais sua teoria da mais-valia ganhou forma definitiva. A fonte do erro deve estar em outro lugar. A nosso ver, está no descuido, ou na ênfase insuficiente, em relação ao ponto de vista, desenvolvido no segundo tomo de *O capital*, de que as diferenças entre capital fixo e capital circulante são "exclusivamente diferenças dentro do capital produtivo no processo de criação de produtos e de valor, as quais por sua vez engendram diferenças na rotação e na reprodução deste capital".[24] Em outras palavras: os *Grundrisse* cometem, em parte, o mesmo erro que depois Marx apontará em Adam Smith, que "confunde o capital circulante [fluido], em oposição ao fixo, com as formas de capital pertencentes à esfera da circulação, com o capital de circulação[25] [...]. Por isso, [Smith] confunde o capital-mercadoria

com a parte circulante do capital produtivo e conclui que ali onde o produto social está sob a forma de mercadorias, os meios de subsistência dos trabalhadores [...] devem ser fornecidos pelo capital-mercadoria."[26] (Desse ponto de vista, eles aparecem como integrantes do capital "circulante".)[27]

4.

Vejamos um aspecto que aparece muito mais rigorosamente elaborado nos *Grundrisse* que em *O capital*: a crescente importância do capital fixo[28] no modo de produção capitalista desenvolvido.

Trata-se do desenvolvimento dos meios de trabalho, de modo a convertê-los em maquinaria ou sistema de máquinas. Marx escreveu nos *Grundrisse*: "Enquanto os meios de trabalho permanecem como meios de trabalho na verdadeira acepção da expressão — como acontece quando eles são apropriados historicamente pelo capital e trazidos para dentro do processo de valorização —, eles experimentam uma mutação formal, pelo fato de não mais se apresentarem só como meios materiais de trabalho, mas sim, ao mesmo tempo, como um modo particular de existência do capital, submetidos ao processo global deste último — como *capital fixo*."[29] Todavia, a mutação não permanece limitada para sempre a este aspecto formal: "Uma vez inseridos no processo de produção do capital, os meios de trabalho experimentam diversas metamorfoses, a última das quais é a máquina, ou melhor, o sistema automático de maquinaria."[30] Mas, "na máquina, e ainda mais na maquinaria como sistema automático, os meios de trabalho estão transformados — no que diz respeito ao seu valor de uso [...] — e adequados a uma existência como capital fixo[31] e capital em geral. A forma que tinham quando foram absorvidos pelo processo de produção do capital é superada, dando lugar a outra forma, estabelecida pelo capital e a ele correspondente." Pela primeira vez, "na maquinaria [e só nela], o trabalho objetivado se enfrenta materialmente com o trabalho vivo como poder que o domina e como subsunção ativa do segundo pelo primeiro, não apenas pela apropriação do trabalho vivo, mas sim no próprio processo real de produção". "Na maquinaria [e só nela], o trabalho objetivado já não aparece apenas sob a forma de produto ou de produto usado como meio de trabalho, mas sim na própria força produtiva [...]. Assim, a acumulação do saber e da destreza, a acumulação de forças produtivas gerais do cérebro social, é absorvida [...] pelo capital, em oposição ao trabalho, e se apresenta como atributo daquele, mais precisamente do capital fixo, na medida em que este ingressa no processo produtivo como meio de produção peculiar. A maquinaria é a forma mais adequada do capital fixo, e o capital fixo [...] é a forma mais adequada do capital em geral."[32] Por isso, "o nível de desenvolvimento já alcançado

pelo modo de produção baseado no capital [...] se mede pelo capital fixo existente; não só por sua quantidade, mas também por sua qualidade."[33]

Marx prossegue, dizendo que também em outro sentido o desenvolvimento do capital fixo pode servir de medida para o nível alcançado pela produção capitalista: "O objetivo da produção orientada diretamente para o valor de uso, assim como o da orientada diretamente para o valor de troca, é o produto destinado ao consumo." Mas "a parte da produção orientada para fabricar capital fixo não cria diretamente objetos destinados à fruição, nem tampouco valores de troca imediatos; pelo menos, não produz valores de troca imediatamente realizáveis. *Portanto, só quando já se atingiu um certo grau de produtividade, de modo que uma fração do tempo dedicado à produção é suficiente para garantir a produção imediata, só então é possível empregar uma parte crescente do tempo de produção para produzir meios de produção.* Isso implica que a sociedade pode esperar; que grande parte da riqueza já criada pode ser desviada tanto do desfrute imediato como da produção destinada a esse desfrute, podendo ser empregada em um trabalho não diretamente produtivo (no âmbito do próprio processo de produção material) [...]. *Assim como a magnitude do mais-trabalho relativo depende da produtividade do trabalho necessário, a magnitude do tempo de trabalho — tanto do vivo como do objetivado — empregado na produção de capital fixo depende da produtividade do tempo de trabalho empregado na produção direta de produtos.*[34] Isso depende da existência de uma população excedente (deste ponto de vista)[35] e de uma produção excedente. O resultado do tempo empregado na produção imediata deve ser suficientemente grande, em termos relativos, para que não seja necessário usá-lo inteiramente para reproduzir o capital nesses mesmos setores da indústria. Quanto menos resultados imediatos o capital fixo produza, quanto menos intervenha no processo imediato de produção, tanto maiores deverão ser essa população excedente e essa produção excedente relativas; pode-se então destinar mais [recursos] para construir ferrovias, canais, redes de saneamento, comunicações etc., do que para ampliar a maquinaria que participa diretamente no processo imediato de produção."[36]

Em outra passagem: "A produção de capital fixo, até mesmo em seu aspecto material, não está orientada diretamente [...] para a produção de valores de uso imediatos ou a produção de valores requeridos para a reprodução imediata do capital — isto é, aqueles que representam valor de uso no processo de criação de valor —, mas sim para a produção de meios voltados para criar valor [...]. Por isso, *na produção do capital fixo o capital se coloca como fim em si mesmo e se mostra ativo como capital, em uma potência mais elevada que na produção de capital circulante.* Logo, também sob este aspec-

to, a dimensão que o capital fixo já possui e a magnitude relativa de sua produção na produção global indicam o grau de desenvolvimento da riqueza baseada no modo de produção do capital."[37]

Essas passagens fornecem um valioso complemento ao segundo tomo de *O capital*. Os *Grundrisse* vão ainda mais longe. Na continuação, esboçam a imagem de uma sociedade na qual o desenvolvimento da maquinaria e das condições gerais da produção[38] floresceu a tal ponto que "o grande pilar de sustentação da produção e da riqueza" já não será nem "o trabalho direto que o próprio homem executa nem o tempo durante o qual trabalha, mas sim a apropriação de sua força produtiva geral [...]". Nessa sociedade, a lei do valor deve desaparecer. Mais adiante, no capítulo "A barreira histórica da lei do valor", falaremos sobre isso.

5.

Até aqui tratamos das transformações que o desenvolvimento do capital fixo imprime ao processo de produção capitalista. Mas, qual o impacto deste desenvolvimento — ou seja, o constante aumento e a crescente importância dos valores confinados na forma de maquinarias — sobre o processo de circulação do capital?

A resposta geral é a seguinte: "No caso do capital circulante, a reprodução é determinada pelo tempo de circulação; no do capital fixo, a circulação é determinada pelo tempo em que este é consumido no ato de produção como valor de uso, em sua existência material, ou seja, pelo tempo necessário para reproduzir este capital fixo."[39] "Essa diferenciação modifica profundamente o tempo de rotação do capital total, dividido em circulante e fixo."[40] Recorramos a um exemplo dos *Grundrisse*: se um capital corresponde a 10 mil libras, das quais 5 mil são capital fixo e 5 mil capital circulante — e o último completa sua rotação uma vez por ano, enquanto o primeiro o faz uma vez a cada cinco anos —, então "em vinte meses girará o capital total de 10 mil libras, embora o capital fixo só se substitua em cinco anos. Este tempo, no entanto, refere-se à repetição do processo produtivo [...], não à reprodução do próprio capital."[41] Pois o capital, naturalmente, não é restituído pela rotação média.[42] Só no fim do quinto ano o capitalista "estará novamente de posse de seu capital total, com o qual havia começado o processo de produção". "Na produção de mais-valia, o capital operou como se houvesse completado a rotação em vinte meses; mas o capital total só se reproduz em cinco anos. A primeira determinação da rotação é importante para estabelecer a proporção em que ele se valoriza; mas a segunda introduz uma nova relação, que não aparece no capital circulante. O capital circulante entra inteiramente na circulação e retorna inteiramente a ela; logo, se re-

produz como capital tantas vezes quantas se realiza como mais-valia ou como capital adicional. Mas, como o capital fixo nunca entra na circulação como valor de uso, e entra nela como valor só na medida em que é consumido como valor de uso, segue-se que ele não se reproduz tão logo seja criada a mais-valia correspondente ao tempo médio de rotação do capital total. A rotação do capital circulante tem de realizar-se cinco vezes nos cinco anos, antes que o capital fixo se reproduza; isto é, o período de rotação[43] do capital circulante deve repetir-se cinco vezes, enquanto o do capital fixo se repete uma; e a rotação total média do capital — vinte meses — deve repetir-se três vezes antes que o capital fixo se reproduza.[44] Logo, quanto maior for a parte do capital formada por capital fixo — ou seja, quanto mais o capital atue no modo de produção que lhe é adequado, com grande uso de força produtiva produzida, e quanto mais duradouro for o capital fixo, isto é, quanto mais prolongado for o seu tempo de reprodução, ou quanto mais seu valor de uso corresponda ao seu papel econômico específico —, com maior freqüência a parte do capital que está sob a determinação de capital circulante terá de repetir o período de sua rotação e tanto mais prolongado será o tempo total requerido pelo capital para completar sua circulação total. Por isso,[45] na medida em que cresce a parte do capital que está sob a determinação de capital fixo, a continuidade da produção converte-se em necessidade para o capital. Para o capital circulante, a interrupção (se não dura tanto a ponto de inutilizar seu valor de uso) só interrompe a criação de mais-valia. No caso do capital fixo, a interrupção, considerando-se[46] que seu valor de uso necessariamente se aniquila nesse ínterim, e o faz de maneira relativamente[47] improdutiva — ou seja, sem substituir-se como valor —, é destruição de seu próprio valor original. Portanto, só com o desenvolvimento do capital fixo a continuidade do processo produtivo, que corresponde ao conceito de capital, se coloca como *conditio sine qua* [*non*] para sua conservação; o mesmo se aplica à continuidade e ao permanente incremento do consumo."[48]

Isso não é tudo. Marx escreve: "Quanto ao aspecto formal, é ainda mais importante o segundo resultado a que chegamos ao investigar a influência do capital fixo sobre o tempo de rotação. O tempo total com o qual medimos a rotação[49] do capital circulante foi o ano, assim como a unidade de tempo com a qual medimos o trabalho é o dia. Agimos assim, em primeiro lugar, porque o ano é mais ou menos o tempo natural de reprodução, ou de duração da fase produtiva, da maior parte das matérias-primas vegetais utilizadas na indústria. Por isso determina-se a rotação do capital circulante em relação à quantidade de rotações no ano, considerado como tempo total."[50] Mas, na realidade, "o capital circulante começa a reproduzir-se no

fim de cada rotação. Se bem que o número de rotações durante o ano incida sobre o valor total, os azares que esse capital experimenta durante cada rotação determinam as condições sob as quais recomeça a reprodução; cada uma, por si, é um ato vital completo para a circulação do capital. Por exemplo: assim que o capital se reconverte em dinheiro pode [...] lançar-se de um setor produtivo a outro, de modo que a reprodução, do ponto de vista material, não se repita na mesma forma."

Marx prossegue: "Com a introdução do capital fixo, tais circunstâncias se modificam. Nem o tempo de rotação do capital circulante nem a unidade com a qual se mede a quantidade de suas rotações,[51] o ano, se apresentam daqui para a frente como medida de tempo para o movimento do capital. Agora, esta unidade é determinada pelo tempo de reprodução requerido pelo capital fixo e, portanto, pelo tempo total de circulação de que ele necessita para entrar na circulação como valor e retornar dela, totalmente, como valor. Durante todo esse tempo, a reprodução do capital circulante tem de efetuar-se conservando a mesma forma material, e a quantidade de rotações necessárias [...] se distribui em uma série mais ampliada ou mais reduzida de anos. Logo, a unidade de medida das rotações exige um período total mais prolongado, e a repetição dessas rotações aparece agora em uma relação não externa, mas necessária, com essa unidade."[52] (Nos *Grundrisse*, Marx supõe tratar-se de um período de aproximadamente dez anos.)[53] A importância disso surge claramente no fato de que, "desde o desenvolvimento em grande escala do capital fixo, o ciclo que a indústria percorre em um lapso de mais ou menos dez anos está vinculado a esta fase de reprodução total do capital, assim determinada".[54] Logo, o tempo médio de renovação da maquinaria passa a ser um dos motivos determinantes da periodicidade das crises.[55] Voltaremos a encontrar essa idéia, em forma mais desenvolvida, no segundo tomo de *O capital*.[56]

PARTE V

O CAPITAL PRODUTIVO

LUCRO E JUROS

CAPÍTULO 25

A TRANSFORMAÇÃO DA MAIS-VALIA EM LUCRO
A TAXA GERAL DE LUCRO

Como o próprio título mostra, a última seção dos *Grundrisse* (p. 631ss.) corresponde, em certo sentido, ao terceiro tomo de *O capital*, escrito depois. Mas só em certo sentido: além de ser apenas um esboço,[1] a seção só enfoca as categorias de lucro e de juro como um desdobramento da análise do "capital em geral". Nisso consiste a diferença fundamental entre ela e as posteriores seções I a III do terceiro tomo de *O capital*.[2]

A seção dedicada ao lucro e ao juro se inicia com a seguinte passagem, que deixa uma impressão, digamos assim, muito hegeliana: "O capital aparece agora [depois de seu ciclo completo ter sido descrito] como unidade da produção e da circulação, [...] realizando-se não só como valor que reproduz a si mesmo e portanto se perpetua, mas como valor que gera valor. Ao absorver tempo de trabalho vivo e realizar o movimento da circulação que lhe é próprio (no qual o movimento de intercâmbio aparece como o seu próprio movimento, como processo imanente do trabalho objetivado), ele se considera como criador de novo valor, como produtor de valor. Comporta-se como se fosse o fundamento da mais-valia, como se a houvesse criado [...].[3] Em determinado período, [...] ele produz uma mais-valia que não está determinada apenas pela mais-valia que se cria em um processo de produção, mas sim pelo número de repetições do processo de produção, ou de sua reprodução no período. Como a circulação é parte do processo de reprodução do capital — do movimento efetuado pelo capital fora do processo imediato de produção —, a mais-valia já não aparece[4] como tendo sido criada pela relação simples e imediata do capital com o trabalho vivo; esta relação se apresenta, antes, como um elemento de seu movimento total. Por isso, o capital já não mede o valor recém-produzido com a medida real — ou seja, a proporção entre mais-trabalho e trabalho necessário —, passando a medi-lo a partir de si mesmo, como se ele fosse a base do valor. Em um período dado, um capital de determinado valor produz uma mais-valia determinada. Medida assim pelo valor do capital presumido — e sendo o capital considerado como valor que valoriza a si próprio — a mais-valia é o lucro [...], e a taxa de lucro é fixada pela proporção entre seu valor e o valor do capital."[5]

O que Marx diz pode parecer uma construção feita *a priori* e de forma artificial. Porém, ele desenvolve aqui, pela primeira vez, o conjunto de idéias — que voltaremos a encontrar, em forma muito mais desenvolvida, em *O capital* e nas *Teorias* — que constitui o fundamento de sua teoria do lucro, a saber: a categoria de lucro não deve ser confundida com a de mais-valia, como ainda acontecia com os clássicos.[6] O lucro deve ser concebido como uma "forma alterada, derivada e secundária da mais-valia [...] [forma] mais desenvolvida — no sentido do capital — [...], a forma burguesa, na qual se apagaram os vestígios de sua gênese".[7] Também para ela vale o que Marx diz de "todas as formas fenomênicas e seu fundamento oculto": "*As formas fenomênicas se reproduzem de maneira espontânea, como formas comuns e usuais do pensamento; a relação essencial tem de ser descoberta pela ciência.*"[8]

Todavia, "em sua forma imediata, o lucro é tão-somente a mais-valia total, expressa como proporção do valor total do capital".[9] Disso decorre que (a) o lucro total (da classe capitalista)[10] nunca pode ser maior que a massa total de mais-valia, e (b) considerado como taxa de lucro, o lucro deve, "em todas as circunstâncias, [...] representar, em relação ao ganho, uma proporção inferior à proporção real da mais-valia. Pois mede-se o lucro a partir do capital total, que é maior do que o aplicado em salários[11] e trocado por trabalho vivo."[12] Por isso, "a taxa de lucro nunca expressa a verdadeira taxa de exploração do trabalho pelo capital, mas sim uma proporção sempre menor [...]. [A taxa de lucro] só poderia expressar a taxa real de mais-valia se todo o capital fosse aplicado em salários, [...] ou seja, se a matéria-prima e os meios de produção fossem iguais a zero." Mas este caso "não pode ocorrer no modo de produção correspondente ao capital".[13]

Como a taxa de lucro (ao contrário do lucro *tout court*) se diferencia desde logo da taxa de mais-valia, as leis de seu movimento não coincidem com as leis da taxa de mais-valia de forma "tão simples e direta" como poderia parecer à primeira vista.[14] "A taxa de lucro pode diminuir enquanto a mais-valia real aumenta; e pode subir enquanto a mais valia real diminui."[15] Isso decorre do fato de que a taxa de lucro é calculada a partir do valor total do capital. Por isso, "está determinada (a) pela magnitude da própria mais-valia e (b) pela relação entre trabalho vivo e acumulado"[16] (ou seja, pela composição de valor do capital). Também as diferenças no tempo de rotação influem na magnitude da mais-valia produzida, e portanto na taxa de lucro.

Resulta daí que uma mesma taxa de lucro pode basear-se em diferentes taxas de mais-valia. Reciprocamente, "uma mesma taxa de mais-valia pode expressar-se em diversas taxas de lucro".[17] O grau de exploração do trabalho

pode ser o mesmo em diversos setores produtivos, e desse modo a taxa de mais-valia pode ser a mesma; porém, como a composição orgânica do capital varia entre os setores, eles produzirão diferentes massas de mais-valia, que se expressarão em diferentes taxas de lucro.[18] Mas, precisamente "a desigualdade do lucro em setores da indústria que usam capitais de igual magnitude, *id est* a desigualdade nas taxas de lucro, é condição e pressuposto para as compensações que a concorrência realiza".[19]

Chegamos assim ao problema da taxa geral de lucro e dos preços de produção divergentes dos valores. Recordamos a afirmação de Böhm-Bawerk, segundo a qual existiria uma "contradição insolúvel" entre o primeiro e o terceiro tomos de *O capital*, e a teoria do lucro médio desenvolvida no terceiro tomo deve ser entendida, no fundo, como uma operação de retirada, uma "autodefesa antecipada". Hilferding respondeu dizendo que a seção citada do terceiro tomo foi redigida em 1865, dois anos antes do primeiro tomo vir à luz. Agora vemos que, na verdade, a solução do problema da taxa média de lucro já estava nos *Grundrisse*, escritos em 1857-1858, ou seja, antes mesmo de Marx ter publicado sua teoria do valor! Podemos ler nos *Grundrisse*: "Como o lucro do capital só se realiza no preço que [...] se paga pelo valor de uso criado pelo capital, o lucro estará determinado pelo excedente do preço recebido em relação ao preço que cobre os desembolsos efetuados", ou seja, pelo diferencial em relação ao "preço de custo".[20] "Como tal realização só se efetua no intercâmbio, *para cada capital individual o lucro não estará necessariamente limitado por sua mais-valia, pelo mais-trabalho contido nele*; terá relação também com o preço a mais que o capital obtenha no intercâmbio. Pode intercambiar-se por mais do que seu equivalente, fazendo com que, neste caso, o lucro seja maior que sua mais-valia. Isso exige que outro agente do intercâmbio não receba um equivalente." O lucro também pode ser menor que a mais-valia: "Pode existir lucro para o capital, mesmo que ele não realize [...] todo o mais-trabalho mobilizado por ele." "A mais-valia total, assim como o lucro total — que é apenas a própria mais-valia calculada de outra maneira —, nunca pode aumentar ou diminuir por causa dessa operação; o que se modifica é sua distribuição entre os diversos capitais."[21]

Como se efetua essa distribuição? A resposta aparece em uma digressão na seção dos *Grundrisse* dedicada ao processo de circulação, onde podemos ler: "Uma taxa geral de lucro, como tal, só é possível se a taxa de lucro for muito grande em um setor dos negócios e muito reduzida em outro; ou seja, se uma parte da mais-valia — que corresponde ao mais-trabalho — se transfere de um capitalista a outro. Se, por exemplo, em cinco ramos de ne-

gócios (A, B, C, D e E) a taxa de lucro fosse, respectivamente, de 15%, 12%, 10%, 8% e 5%, a taxa média seria de 10%; mas, para que ela existisse na realidade, os capitalistas A e B teriam de transferir 7% a D e E (2% a D e 5% a E), permanecendo tudo igual para C. É impossível que as taxas de lucro [diretas] extraídas por capitais iguais a 100 sejam iguais, já que são diferentes as proporções do mais-trabalho, segundo a produtividade do trabalho e as relações entre matéria-prima, maquinaria, salário e volume de produção [...]. A classe capitalista distribui, até certo ponto, a mais-valia total, de modo que [os capitalistas participam nela] de maneira uniforme, de acordo com a magnitude de seu capital, em vez de fazê-lo de acordo com a mais-valia criada de fato pelos capitais nos diversos ramos de negócios. O lucro maior — procedente do mais-trabalho real dentro do setor produtivo, isto é, originado na mais-valia realmente produzida — é rebaixado para o nível médio pela concorrência, enquanto o déficit de mais-valia no outro setor é elevado a esse nível médio graças à retirada de capitais dele. Isso se produz pela relação entre os preços nos diversos ramos de negócios, os quais podem cair, em um deles, para abaixo de seu valor, enquanto no outro se elevam para acima desse valor.[22] Daí surge a aparência de que a mesma soma de capital cria o mesmo mais-trabalho ou a mesma mais-valia em diferentes setores."[23] Todavia, Marx acrescenta, este problema só deve ser abordado "na seção sobre concorrência", sobre a "pluralidade de capitais, e não aqui",[24] onde só devemos prestar atenção "no lucro do capital", ou seja, no capital e no lucro "em geral".[25]

Marx prossegue: "É absolutamente necessário esclarecer este ponto, já que a distribuição da mais-valia entre os capitais [...] — operação econômica secundária — suscita fenômenos que os economistas vulgares confundem com os primários [...]." ("É claro que outras determinações intervêm no nivelamento das taxas de lucro. Mas não nos ocupamos aqui da repartição da mais-valia, e sim de sua criação.")[26] Ambas as etapas de investigação são necessárias, pois "muita confusão e mistificação têm sido geradas pelo fato de que, até agora, os economistas não consideraram de maneira pura a teoria do lucro extraordinário, misturando-a com a teoria do lucro real, extraída da participação que os diversos capitais têm na taxa geral de lucro".[27] Isso também ocorre com Ricardo, cuja teoria do lucro não pode superar a contradição entre a determinação dos valores dos produtos pelo tempo de trabalho relativo e a "fixação real do preço na prática" justamente porque ele não "concebe o lucro como forma secundária e derivada da mais-valia".[28]

Isso nos conduz ao problema da relação entre a teoria do lucro de Marx e a de Ricardo (na verdade, a da teoria clássica em geral). A diferença entre

ambas salta à vista. A escola de Ricardo fracassou ao esbarrar na contradição entre, de um lado, a determinação do valor a partir do trabalho e, de outro, a existência de uma taxa geral de lucro. Para Marx, esta contradição tornou-se o ponto de partida para uma nova teoria do lucro. Ao contrário dos ricardianos, ele não tentou "salvar [a lei do valor] abstraindo as contradições da experiência imediata".[29] Ao contrário, demonstrou que, pela intervenção da taxa geral de lucro, "cria-se um preço de mercado diferente do valor de troca, ou, de forma mais precisa, como a lei do valor de troca só se realiza através de sua antítese".[30] Por isso se poderá compreender a satisfação de Marx quando se referiu a este êxito de sua teoria em carta a Engels datada de 14 de janeiro de 1858: "Estou obtendo lindos resultados. Por exemplo, joguei por terra toda a doutrina sobre o lucro, tal como existia até hoje. No método dessa elaboração me foi muito útil que tivesse voltado a folhear, por pura casualidade,[31] a *Lógica* de Hegel." E acrescentou: "Se tivesse tempo novamente para esse tipo de trabalho, eu teria muito gosto em tornar acessível ao raciocínio comum das pessoas, em um texto curto, o elemento racional do método descoberto — mas ao mesmo tempo mistificado — por Hegel."[32]

Agora sabemos em que consistiu "jogar por terra" a anterior teoria do lucro: no reconhecimento do lucro como uma "forma fenomênica" necessária da mais-valia. Mas não só nisso. A solução de Marx para o problema da taxa geral de lucro requeria numerosos passos intermediários; não só pressupunha a teoria dos preços de produção e dos preços de custo, mas também uma correta compreensão da rotação do capital e, sobretudo, do problema da mais-valia. A resposta ao problema da mais-valia, por sua vez, não era possível se ele não descobrisse a diferença fundamental entre o capital variável e o capital constante, o que, por sua vez, pressupunha a descoberta do caráter dual do trabalho contido nas mercadorias etc. Todos esses elos intermediários estão ausentes em Ricardo e nos clássicos de modo geral. Não surpreende que Ricardo "trate de demonstrar de forma imediata a congruência das categorias econômicas entre si",[33] de modo a tentar reduzir "pela força" a taxa de lucro à taxa de mais-valia, e vice-versa.[34] Daí seu esforço para "deduzir fenômenos empíricos inegáveis, que não podem ser negados, mediante a simples abstração formal, a partir da lei geral [...]. Por isso, a opinião vulgar concluiu que as verdades teóricas são abstrações que contradizem as condições reais, em lugar de ver, ao contrário, que Ricardo não avança suficientemente dentro da abstração correta, sendo por isso impulsionado na direção de uma abstração falsa."[35] Em outras palavras: Ricardo carece de agudeza dialética para conceber o capital como uma "unidade

em processo" e elaborar suas contradições. Em conseqüência, o principal defeito da teoria do lucro de Ricardo está localizado em seu método insuficiente. Este foi o ponto crucial a partir do qual Marx pôde "jogar por terra" essa teoria. Neste sentido, jamais se poderá exagerar a ajuda que recebeu da *Lógica* de Hegel.[36]

CAPÍTULO 26

A LEI DA QUEDA DA TAXA DE LUCRO E A TENDÊNCIA À DERROCADA DO CAPITALISMO

O manuscrito de 1857-1858 também traz a solução para outro problema fundamental da economia, o da queda tendencial da taxa de lucro. Tal solução também nasceu da análise da teoria de Ricardo. Como todos os clássicos, Ricardo destaca que "a tendência natural do lucro é cair" na medida em que o capital se acumula.[1] De onde vem essa tendência? Em que se baseia?

Ricardo não podia aceitar a explicação de Adam Smith. Lemos nos *Grundrisse*: "Smith explicou a queda na taxa de lucro, na medida em que o capital aumenta, como se ela decorresse da concorrência entre os capitais. Ricardo se opôs, dizendo que nos diversos setores produtivos a concorrência pode reduzir as taxas de lucro até um nível médio, ou seja, pode nivelar as taxas, mas não pode fazer cair essas taxas médias. A tese de Smith é correta na medida em que é na concorrência — na ação de um capital sobre outro — que se realizam pela primeira vez as leis imanentes do capital, suas tendências.[2] Mas é falsa no sentido em que ele a compreende, como se a concorrência impusesse ao capital leis externas, induzidas de fora, que não seriam suas próprias leis. A concorrência só pode fazer baixar permanentemente e em todos os setores as taxas de lucro, ou seja, só pode fazer baixar permanentemente as taxas médias de lucro, com a força de uma lei, se for concebível — e só na medida em que for concebível — uma queda geral e permanente antes mesmo de a concorrência operar, por motivos que não têm nada a ver com ela." "Explicar pela concorrência as leis internas do capital é admitir não tê-las compreendido."[3]

Qual é, segundo Ricardo, a lei interna que produziria a tendência à queda na taxa de lucro? Recordemos que Ricardo não reconhece diferença nem entre capital constante e capital variável[4] nem entre taxa de lucro e taxa de mais-valia. Além disso, segundo sua teoria, lucros e salários só podem aumentar ou diminuir em proporção inversa. Daí surge a idéia de que "a acumulação de capital não pode provocar uma queda permanente no lucro se não houver uma causa permanente para o aumento dos salários".[5] Mas, sob quais condições o valor do salário (que, para Ricardo, como regra geral, é igual ao preço dos meios de subsistência necessários aos trabalhadores)

pode aumentar permanentemente, de maneira que aumente a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador trabalha para si, enquanto diminui a parte que ele cede gratuitamente ao capitalista? Isso "só é possível [...] se aumenta o valor dos meios de subsistência nos quais o salário é gasto. Ora, por causa do desenvolvimento da produtividade do trabalho, sabe-se que o valor das mercadorias industriais diminui constantemente. Logo, para explicar a queda na taxa de lucro, é preciso concluir que o valor do principal componente dos meios de vida — a alimentação — cresce constantemente."[6] Segundo Ricardo, isto "decorre do fato de que a agricultura se torna cada vez menos produtiva [...]. A contínua queda do lucro está relacionada, pois, a um contínuo aumento da renda da terra."[7]

Vê-se que a explicação de Ricardo para a lei de queda da taxa de lucro parte de duas premissas: (a) a hipótese malthusiana da diminuição da fertilidade da agricultura, pela piora progressiva do solo cultivado, e (b) a "falsa premissa de que a taxa de lucro é igual à taxa de mais-valia relativa,[8] de modo que só pode aumentar ou diminuir de forma inversamente proporcional ao aumento ou à diminuição dos salários".[9]

Marx recusa a solução encontrada por Ricardo. Não podemos considerar aqui as múltiplas razões que oferece para isso.[10] Nos interessa apenas registrar que uma errônea teoria do lucro impediu que Ricardo explicasse a queda tendencial da taxa de lucro, "um dos fenômenos mais importantes da produção moderna".[11] "Ricardo confunde mais-valia e lucro. Ora, a mais-valia só pode diminuir constantemente — só pode diminuir tendencialmente — se diminui a proporção entre o mais-trabalho e o trabalho necessário, ou seja, o tempo exigido para reproduzir a capacidade de trabalho, o que só ocorre se a produtividade do trabalho diminuir. Por isso, Ricardo passa a supor que a produtividade do trabalho aumenta na indústria, graças à acumulação do capital, mas diminui na agricultura. Foge da economia e se refugia na química orgânica."[12]

Como Marx resolveu o problema? Já na seção I dos *Grundrisse*, tendo como referência um dos exemplos numéricos que desejava usar para explicar a diferença entre taxa de lucro e taxa de mais-valia, ele perguntava: "Mas, concebidas de outra maneira, estas cifras não podem ser parcialmente corretas? [...] Não pode aumentar a mais-valia, embora em relação ao capital total ela diminua, diminuindo a taxa de lucro?"[13] Mais adiante, em polêmica direta com Ricardo, ele diz: "Tudo isso se resolve de modo simples: a taxa de lucro não resulta da mais-valia absoluta, mas sim da mais-valia em relação ao capital empregado, e o incremento da força produtiva é acompanhado pela diminuição da parte do capital que representa o *approvisionnement*[14] em relação à parte que representa o capital invariável", ou seja,

constante.[15] "Portanto, ao diminuir a proporção entre o trabalho total empregado e o capital que [este trabalho] põe em movimento, diminui também, necessariamente, a parte do trabalho que aparece como mais-trabalho ou mais-valia."[16] Em outras palavras: como a taxa de lucro não é idêntica à taxa de mais-valia, a diminuição do capital variável em relação ao capital constante, produzido pelo permanente revolucionamento da técnica de produção, pelo acréscimo da produtividade, também deve expressar-se em uma taxa de lucro em processo de diminuição.

Esta conclusão, como Marx destaca em sua carta a Engels de 30 de abril de 1868, resulta da "lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à variável" — ou seja, da crescente composição orgânica do capital —, lei explicitada quando foi exposto o processo de produção.[17] "O incremento da força produtiva é equivalente (a) ao incremento da mais-valia relativa ou do tempo relativo de mais-trabalho que o trabalhador entrega ao capital; (b) à diminuição do trabalho necessário para reproduzir a capacidade de trabalho; (c) à diminuição da parte do capital que é trocada por trabalho vivo, em relação às partes do mesmo que participam no processo produtivo na condição de trabalho objetivado. Logo, a taxa de lucro mantém uma relação inversa com o incremento da mais-valia relativa ou do mais-trabalho relativo, com o desenvolvimento das forças produtivas e com a magnitude do capital empregado na produção como capital constante."[18] "Na medida em que, no processo de produção, o capital ocupa um espaço maior, como capital, em relação ao trabalho imediato, quanto mais cresce o mais-trabalho relativo — a força criadora do valor, própria do capital —, tanto mais cairá a taxa de lucro."[19]

Na realidade, porém, a queda da taxa de lucro "é apenas uma tendência, como ocorre com todas as leis econômicas",[20] sendo inibida por numerosas "influências que atuam em sentido contrário". Lemos nos *Grundrisse*: "No ciclo do capital desenvolvido, existem fatores que retardam esse movimento [ou seja, a queda da taxa de lucro], além das crises; por exemplo, a contínua desvalorização de uma parte do capital existente; a transformação de grande parte do capital em capital fixo[21] que não presta serviços como agente da produção direta; o gasto improdutivo de grande parte do capital etc. [...] A queda [da taxa de lucro] é retardada também pela criação de novos setores produtivos, nos quais se exige mais trabalho imediato em proporção ao capital, ou nos quais a força produtiva do trabalho ainda não está desenvolvida. [...] (Há também os monopólios.) [...] Além disso, pode-se retardar a queda na taxa de lucro pela supressão de fatores que são subtraídos ao lucro, como por exemplo a diminuição de impostos e da renda da terra etc. Não devemos considerar esses temas aqui, por maior que seja sua impor-

tância prática, já que se trata de partes do lucro com outro nome, partes apropriadas por pessoas que não são o próprio capitalista."[22]

Tais fatores que retardam a queda na taxa de lucro, enumerados aqui como exemplos, coincidem, em sua maioria e quanto ao seu conteúdo, com aqueles citados no terceiro tomo de *O capital*. Originariamente, porém, Marx entendia que a consideração desses fatores não cabia na análise do "capital em geral". No manuscrito das *Teorias*, de data posterior, ele diz: "O processo da queda da taxa de lucro produziria uma derrocada rápida da produção capitalista se, junto à força centrípeta e de forma constante, não atuassem também contratendências que exercem uma influência descentralizante. Não cabe desenvolvê-las aqui (esse tema pertence ao capítulo da concorrência entre os capitais)."[23] Só no terceiro tomo de *O capital* — e no contexto da modificação do plano da obra — dedica-se um capítulo especial a esses fatores que agem em sentido contrário (capítulo 14: "Causas contrariantes"). Nem mesmo um fator tão importante como a desvalorização do capital por meio das crises é tratado aqui, pois uma "análise mais profunda das crises", como Marx destaca repetidamente em *O capital*[24] e nas *Teorias*,[25] "está fora do âmbito de nosso estudo".

Vimos que, em contraposição a Ricardo — que atribuía a queda tendencial da taxa de lucro à natureza[26] —, Marx afirma que esta queda só podia ser explicada pelo fato de que "embora se explore tanto ou mais o trabalhador, a parte do capital que se troca por trabalho vivo diminui relativamente".[27] Todavia — e dentro de determinados limites —, o capital pode compensar a queda da taxa de lucro mediante o aumento da massa de lucro. Sobre isso, lemos nos *Grundrisse*: "Na média, a massa de lucro[28] — ou seja, a mais-valia considerada à margem de sua relação formal, não como proporção mas sim como simples magnitude de valor, sem relação com nenhuma outra magnitude — crescerá não conforme a taxa de lucro, mas sim conforme o volume do capital. A taxa de lucro evolui em relação inversa ao valor do capital, mas o lucro total evolui em relação direta com ele. Esta tese é verdadeira apenas para um estágio restrito do desenvolvimento da força produtiva do capital ou do trabalho. Um capital de 100 com um lucro de 10% rende um lucro total menor que um capital de 1.000 com um lucro de 2%. No primeiro caso, a soma é 10, no segundo caso é 20; ou seja, a massa de lucro do capital maior é o dobro daquela obtida pelo capital menor, embora a taxa de lucro do menor seja cinco vezes maior que a do outro capital. Mas, se a taxa de lucro do capital maior fosse de 1%, seu lucro total seria de 10, igual ao do capital dez vezes menor, pois a taxa de lucro teria caído de forma proporcional ao aumento da magnitude do capital. Se a taxa de lucro para o capital de 1.000 fosse de 0,5%, seu lucro total seria

a metade do correspondente ao capital menor, seria igual a 5, porque a taxa de lucro seria vinte vezes menor.[29] Dizendo de maneira geral: se a taxa de lucro diminui para o capital maior, mas não em proporção à sua magnitude, crescerá a massa de lucro [...]. Se a taxa de lucro diminui, mas em proporção à magnitude do capital, a massa de lucro se manterá igual à do capital menor, conservando-se estacionária. Se a taxa de lucro diminui em proporção maior ao crescimento da magnitude do capital, diminuirá a massa de lucro do capital maior, comparada com o do menor, tanto quanto diminua a taxa de lucro."[30]

Marx conclui: a lei da queda tendencial da taxa de lucro é "a lei mais importante da moderna economia política [...]. Apesar de sua simplicidade, até agora nunca foi compreendida e expressa de forma consciente. [...] Do ponto de vista histórico, é a lei mais importante."[31] "Desse modo, fica claro que a força produtiva material já disponível, já elaborada, existente sob a forma de capital fixo[32] — junto com a ciência,[33] a população etc., em suma, todas as condições [...] para a reprodução da riqueza [...] —, que o desenvolvimento das forças produtivas motivado pelo próprio capital em seu processo histórico, uma vez atingido certo ponto, anula a autovalorização do capital em vez de propiciá-la.[34] O desenvolvimento da capacidade produtiva torna-se um obstáculo para o capital; a relação capitalista torna-se uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Atingido esse ponto, o capital — ou seja, o trabalho assalariado — estabelece com o desenvolvimento da riqueza social e das forças produtivas a mesma relação que o sistema corporativo, a servidão da gleba e a escravidão; como obstáculo, é eliminado. Desaparece a última figura servil assumida pela atividade humana, a do trabalho assalariado, de um lado, e a do capital, de outro; [...] as condições materiais e espirituais para a negação do trabalho assalariado e do capital — os quais já são a negação de formas precedentes da produção social sem liberdade — resultam do processo de produção característico do capital. Em agudas contradições, crises, convulsões, se evidencia a crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade às relações de produção em vigor. A violenta aniquilação do capital [nas crises], não por circunstâncias alheias a ele mas como condição de sua autoconservação, é a forma mais contundente de aviso[35] para que ele desapareça e dê lugar a um estágio superior de produção social."[36]

Com este prognóstico de "derrocada"[37] termina a seção III dos *Grundrisse*.

CAPÍTULO 27

FRAGMENTOS SOBRE O JURO E O CRÉDITO

1. Como o plano estrutural inicial previa o tratamento desses temas

Falta tratar de algumas páginas dos *Grundrisse* dedicadas à investigação do juro e do capital que rende juros.

É uma investigação concisa, de apenas quatro páginas, se não levarmos em conta as numerosas observações que encontramos espalhadas ao longo do manuscrito. Isso se explica não só pela pressa com que Marx trabalhou para terminar o esboço e pela circunstância de haver ficado doente por causa do excesso de trabalho,[1] mas também — e sobretudo — pela estrutura da obra. Como os *Grundrisse* não deveriam ultrapassar os limites de uma investigação sobre o "capital em geral", ficava desde logo excluída a possibilidade de uma atenção maior ao capital que rende juros e ao seu papel no moderno sistema de crédito. Os *Grundrisse* só podiam resvalar na categoria de juro, mesmo assim como um desdobramento da investigação sobre o lucro e a taxa geral de lucro. De acordo com o plano inicial de Marx, o sistema de crédito só deveria ser analisado depois do estudo da concorrência, ou seja, na seção III do "Livro sobre o capital".[2]

Marx permaneceu fiel a tais propósitos em seu segundo grande manuscrito, escrito em 1862-1863. Podemos ler na seção que trata do lucro e do juro no terceiro tomo das *Teorias*: "A investigação sobre o juro e sua relação com o lucro não deve ser feita aqui, assim como a investigação sobre a divisão do lucro em lucro industrial e juro."[3] Sete páginas adiante, ele diz: "À taxa geral de lucro corresponde, naturalmente, uma taxa geral de juro. Não pretendemos desenvolver este tema aqui, pois a análise do capital que rende juro não corresponde a esta seção,[4] mas sim à dedicada ao crédito."[5] Por isso, com exceção de observações ocasionais, não encontramos nas *Teorias* uma investigação sobre o crédito, seu papel e suas formas. Ali, Marx se limita a demonstrar que (a) na sociedade moderna, a categoria juro pressupõe o pleno desenvolvimento do capital industrial e (b) o "caráter alienado" da relação do capital, sua fetichização, alcança o ponto culminante no capital que rende juros. No mais, destaca-se repetidamente nas *Teorias* que a análise do crédito só pode ser realizada em uma etapa posterior da inves-

tigação. Lemos no segundo tomo dessa obra: "Neste ponto, só devemos considerar as formas que o capital percorre nas diversas etapas de seu desenvolvimento. Portanto, não analisamos as condições reais sob as quais avança o processo produtivo [...]. Não consideramos a concorrência dos capitais nem o sistema de crédito [...]."[6] (Cf. a passagem similar, onde se lê que só se pode explicar a "crise real" a partir do "movimento real da produção capitalista, a concorrência e o crédito".)[7] Lemos no mesmo volume: "Na concorrência, o capital individual aparece como independente dos demais. Porém, através do crédito, o capital do conjunto da classe capitalista é colocado à disposição de todos os setores produtivos, não em proporção ao capital que pertence aos capitalistas de um determinado setor, mas na proporção requerida pela produção. O crédito é, ao mesmo tempo, o resultado e a condição da produção capitalista, e isso nos fornece uma transição da concorrência dos capitais ao capital como crédito."[8] (Esta é uma afirmação extraordinariamente importante para se compreender o plano estrutural da obra de Marx, vista como um todo.)

Vemos que as *Teorias* ainda seguem o plano inicial da obra. Só o terceiro tomo de *O capital* vai mais além desse plano, só ele ultrapassa amplamente os marcos do "capital em geral", no sentido original dado por Marx.[9] Pois, embora os quatro primeiros capítulos da seção V desse tomo desenvolvam, no essencial, os mesmos conceitos já usados por Marx na parte final das *Teorias*,[10] nos capítulos seguintes do terceiro tomo de *O capital* (XXV-XXXV) ele descreve em detalhes o desenvolvimento do sistema de crédito: no breve capítulo XXVII, "em relação ao capital industrial"; nos seguintes, "em relação ao capital que rende juros".[11] Como, nesse tema, Engels precisou redigir uma nova versão do manuscrito de Marx,[12] é difícil decidir se parte dele estava destinada à "eventual continuação da obra". Seja como for, o capítulo XXV, que trata do "crédito e do capital fictício", começa com estas frases: "A análise exaustiva do sistema de crédito e dos instrumentos que ele cria para si (moeda de crédito etc.) está fora do nosso plano. Aqui, só cabe destacar alguns poucos pontos, necessários para caracterizar de modo geral o sistema capitalista de produção."[13] De forma ainda mais radical, a seção I do terceiro tomo de *O capital* diz: "O desenvolvimento pleno dos fenômenos que investigamos neste capítulo pressupõe o sistema de crédito e a concorrência no mercado mundial [...]. Mas estas formas mais concretas da produção capitalista só podem ser explicadas de modo abrangente depois de termos compreendido a natureza geral do capital; além disso, sua exposição encontra-se fora do plano desta obra, devendo ser incluída na continuação que escreveremos na hora devida."[14]

2. As observações que aparecem nos Grundrisse *sobre o capital que recebe juros*

O que vimos explica suficientemente o caráter fragmentário das considerações que Marx dedica nos *Grundrisse* ao capital que rende juros e ao sistema de crédito. Ali, interessa-lhe tão-somente demonstrar que o desenvolvimento do capital deve conduzir, de um lado, à divisão da mais-valia em lucro industrial e juro e, de outro, à "autonomização do juro em relação ao lucro". Além disso, a análise do "capital em geral" oferece, de forma embrionária, as definições essenciais a partir das quais se pode desenvolver a teoria do crédito.

Mas, a categoria juro não é muito mais antiga que a de lucro? Marx não ressaltou diversas vezes a "precedência histórica do capital que recebe juro" em relação ao capital industrial propriamente dito?[15]

Sabemos que o juro — e, portanto, o capital-dinheiro — se desenvolve principalmente a partir da função do dinheiro como meio de pagamento.[16] A circulação simples de mercadorias produz relações "que determinam uma separação cronológica entre a venda e a realização de seu preço". Assim "origina-se uma relação de credor e devedor entre os proprietários de mercadorias. Tal relação constitui a base natural[17] do sistema de crédito, mas pode estar completamente desenvolvida antes de este último existir."[18] Pois "também se emprestava e se tomava empréstimo em fases anteriores. A usura é a mais antiga das formas antediluvianas do capital. Porém, conceder e tomar empréstimos de modo algum são sinônimos de crédito, assim como trabalhar não é sinônimo de trabalho industrial ou de trabalho assalariado livre. Como relação de produção desenvolvida, essencial, o crédito se apresenta historicamente na circulação baseada no capital ou no trabalho assalariado. [...] Embora em sua forma aburguesada, adaptada ao capital, a usura seja uma forma de crédito, em sua forma pré-burguesa ela é uma expressão da falta de crédito."[19]

O que interessa é o papel social diferente que o capital a juros desempenha no capitalismo e nos estágios pré-capitalistas. Referindo-se às observações de Storch sobre o crédito, Marx diz: "Indicar a *differentia specifica* constitui aqui tanto um desenvolvimento lógico como a chave para compreender o desenvolvimento histórico."[20] Pois "o capital que recebe juro — na medida em que constitui um elemento essencial do modo capitalista de produção — e o capital usurário se diferenciam [antes de mais nada, pelas] diversas condições sob as quais funcionam". O usurário emprestava a pequenos produtores que estavam de posse das próprias condições de trabalho (artesãos e, especialmente, camponeses) e a "nobres esbanjadores", princi-

palmente grandes proprietários de terras; o banco moderno empresta a capitalistas. "Mesmo quando se concede crédito a um homem sem fortuna — industrial ou comerciante —, isso ocorre confiando em que ele agirá como capitalista: com o capital emprestado, se apropriará de trabalho não pago. Ele recebe crédito na condição de capitalista em potencial." De outro lado, o crédito moderno pressupõe o pleno desenvolvimento da produção e da circulação de mercadorias. Com a usura ocorre o contrário: "Quanto mais insignificante for o papel da circulação na vida social, tanto mais florescente será a usura."[21]

É um erro confundir o atual capital que rende juro com sua forma "antediluviana". Podemos ler nos *Grundrisse*: "O nível do juro na Índia para os agricultores comuns[22] de nenhuma forma indica o nível que o lucro alcança ali. Pelo contrário, o usurário se apropria, sob a forma de juro, tanto do lucro como de parte do salário.[23] Constitui uma operação digna do senso histórico do senhor Carey que ele compare esse juro com o que existe no mercado monetário[24] inglês, com o que paga o capitalista inglês, e deduza daí que a 'participação do trabalho' (a participação do trabalhador no produto) é muito mais alta na Inglaterra que na Índia. Na comparação, Carey devia usar o juro que pagam na Inglaterra os tecelões que usam o tear manual,[25] por exemplo em Derbyshire, aos quais o capitalista adianta (empresta) material e instrumento. Teria percebido que, nesse caso, o juro é tão elevado que, depois de acertar todos os itens,[26] no final o trabalhador ainda está endividado, depois de devolver ao capitalista não só os adiantamentos mas também de ter agregado gratuitamente o seu próprio trabalho."[27] Além disso, Carey poderia ver que "historicamente [...] a forma do lucro industrial só se generaliza quando o capital não se relaciona mais com o trabalhador independente. Na origem [ou seja, nos estágios pré-capitalistas], o lucro é determinado pelo juro. Já na economia burguesa, o juro é determinado pelo lucro, é só uma parte dele. O lucro, portanto, deve ser suficientemente grande para que uma parte dele possa separar-se e existir como juro. Historicamente, é o contrário. Deve-se comprimir o juro a tal ponto que parte do ganho excedente possa tornar-se autônoma na qualidade de lucro." Mais adiante: "Na economia burguesa, esta relação [a do pequeno produtor independente submetido à usura] se repete onde existem setores industriais pouco evoluídos ou naqueles que ainda tentam salvar-se da extinção ou da absorção no moderno modo de produção. Neles subsiste a exploração mais odiosa do trabalho, sem que aqui a relação entre o capital e o trabalho traga em si, de algum modo, a base do desenvolvimento de novas forças produtivas e o germe de formas históricas novas. No modo de produção, o capital

ainda se apresenta subsumido materialmente nos trabalhadores individuais ou nas famílias de trabalhadores, seja na oficina artesanal ou na agricultura de pequena escala. Tem lugar uma exploração pelo capital sem o modo de produção do capital [...]. Esta forma de usura, na qual o capital não se apodera da produção — ou seja, é capital apenas formalmente —, pressupõe a predominância de formas de produção pré-burguesas; não obstante, ela se reproduz dentro da economia burguesa, em esferas subordinadas."[28]

É preciso destacar que, no modo de produção capitalista, "tanto o juro como o lucro indicam relações do capital"; aqui, a categoria do juro pressupõe "a divisão do lucro em juro e lucro". "A distinção se torna clara quando uma classe de capitalistas proprietários de dinheiro[29] se contrapõe a uma classe de capitalistas industriais."[30] Todavia, "*monied capitalists* e *industrial capitalists* só podem constituir duas classes particulares porque o lucro pode dividir-se em dois tipos de rendimentos". A existência dessas duas classes "pressupõe uma divisão na mais-valia criada pelo capital".[31]

3. A categoria do "capital como dinheiro"

A possibilidade dessa divisão interna da mais-valia é dada pela própria valorização do capital. Depois de haver-se valorizado, o dinheiro adiantado pelo capitalista no processo de produção recebe uma "nova determinação, passando a ser capital realizado", e se converte em "forma fenomênica do capital".[32] É certo que "objetivamente existe apenas como dinheiro"; mas este dinheiro "já é agora, em si, capital; como tal, *mando sobre novo trabalho.* Aqui o capital já não estabelece relação apenas com o trabalho existente, mas sim com o trabalho futuro [...]. Como mando, sua existência material como dinheiro é indiferente e pode ser substituída por qualquer título. Assim como ocorre com o credor do Estado, cada capitalista, no valor recém-adquirido, possui um mando sobre trabalho futuro [alheio] e, mediante a apropriação do trabalho presente, se apropria ao mesmo tempo do trabalho futuro." (Marx acrescenta: "Desenvolver depois este aspecto do capital. Aqui já se revela sua propriedade de existir como valor separado de sua substância. Com isso está lançada a base do crédito.") Logo, para o capitalista, "a acumulação sob a forma de dinheiro não é acumulação material de condições materiais do trabalho, mas sim acumulação de títulos de mando sobre o trabalho, títulos que colocam o trabalho futuro como trabalho assalariado, como valor de uso para o capital".[33] Só dessa maneira se torna possível que "o próprio capital se torne mercadoria ou a mercadoria (dinheiro) seja vendida como capital".[34]

Chegamos assim à categoria do "capital como mercadoria" ou do "capital como dinheiro", diferente do "dinheiro como capital", investigado an-

tes.[35] Na seção I dos *Grundrisse* podemos ler: "No juro, o capital se apresenta novamente na determinação de mercadoria, mas como mercadoria especificamente diferente de todas as outras; *o capital entra na circulação como capital* — e não como mera soma de valores de troca — e se torna mercadoria. Ao contrário do que ocorre na circulação simples, o caráter da mercadoria [alusão ao valor de uso específico do capital] existe aqui como determinação específica, econômica, não indiferente; e, ao contrário do que ocorre com o capital industrial, ele não está em relação direta com o trabalho, como sua antítese, como seu [do capital] valor de uso [...].[36] Portanto, a mercadoria como capital ou o capital como mercadoria não se trocam na circulação por um equivalente; ao entrar na circulação, o capital *recebe seu ser-para-si*;[37] por conseguinte, recebe sua relação original com seu proprietário, mesmo quando cai nas mãos de outro. Só é emprestado. Para o proprietário, seu valor de uso é sua valorização, dinheiro como dinheiro, não como meio de circulação; *valor de uso como capital*."[38] Ou então, como lemos nas *Teorias*: "Na produção capitalista, pode-se vender o próprio dinheiro como capital, como uma mercadoria *sui generis* [...], pois uma dada soma de valor cria o poder de extrair uma dada mais-valia, mais-trabalho, mais-produto [...]. Pode-se vender dinheiro para obter lucro. Se, com o dinheiro, entrego a outro a capacidade de se apropriar de mais-valia, é normal que eu receba parte dessa mais-valia. Assim como a terra tem valor porque me possibilita capturar uma parte da mais-valia — e, portanto, só pago por esta terra a mais-valia que posso capturar por meio dela —, o mesmo ocorre com a mais-valia criada pelo capital. No processo de produção capitalista, o valor do capital se perpetua, se reproduz, ao adicionar mais-valia. Logo, é normal que, vendidos como capital, dinheiro ou mercadoria, retornem ao vendedor, pois este conserva sua propriedade, não os aliena. Dinheiro ou mercadoria já não são vendidos nesse caso como dinheiro ou mercadoria, mas elevados à segunda potência, como capital, como dinheiro ou valor mercantil em expansão."[39]

4. A crítica às posições de Proudhon

Na condição de mercadoria, o capital só pode ser emprestado, devendo retornar depois ao seu possuidor. Eis aí o fundamento da crítica que o socialismo pequeno-burguês (Proudhon e sua escola) faz ao capital a juros. Marx escreve: "Em toda a polêmica do senhor Proudhon com Bastiat, o truque do bom Proudhon consiste em que, para ele, emprestar é muito diferente de vender. Emprestar a juros [opina Proudhon] 'é a capacidade de sempre revender o mesmo objeto e de sempre receber novamente seu preço, sem

nunca ceder a propriedade do que se vende' [...]. A reprodução do capital aparece aqui em uma forma alterada, induzindo-o a pensar, equivocadamente, que essa incessante reprodução do capital — que é sempre recuperado e sempre trocado novamente por trabalho, obtendo-se nessa operação um lucro que se realiza de novo na compra e venda — constitua o conceito de capital. O que o induz a erro é que o 'objeto'[40] não troca de proprietário, como na compra e venda; ou seja, no fundo,[41] só muda a forma de reprodução do capital emprestado a juros." De outro lado, "considerando o capital circulante em seu processo total, fica claro que, embora não se venda sempre novamente o mesmo objeto[42] (esta determinada libra de açúcar, por exemplo), o mesmo valor sempre se reproduz de novo. A venda diz respeito à forma, não à substância." Segundo Proudhon, "tudo deve ser vendido, nada deve ser emprestado". "Proudhon pretende se ater à forma mais simples, mais abstrata, do intercâmbio", sem compreender que "o intercâmbio das mercadorias se baseia no intercâmbio entre capital e trabalho", e que deste intercâmbio surge necessariamente não só a categoria lucro, mas também a categoria juro. Por isso, ele não compreende que, "para abolir o juro, seria necessário abolir o próprio capital, o modo de produção baseado no valor de troca, e por conseguinte também o trabalho assalariado".[43] "A demanda do senhor Proudhon, segundo a qual o capital não deve ser emprestado nem gerar juros, mas sim vendido por seu equivalente, como uma mercadoria igual às demais, corresponde à reivindicação de que o valor de troca nunca deve chegar a ser capital, deve seguir sendo valor de troca simples, e o capital não deve existir como capital. Esta demanda, combinada com a idéia de que o trabalho assalariado deve permanecer como a base geral da produção, revela uma enorme confusão em torno dos conceitos econômicos mais elementares."[44]

5. Como os Grundrisse *tratam a função do crédito na economia capitalista*

Aqui, deve-se distinguir antes de mais nada entre a possibilidade e a necessidade do sistema de crédito.

Como vimos, a possibilidade de relações de crédito decorre da função do dinheiro como meio de pagamento. Também vimos que, no modo de produção capitalista, qualquer soma de dinheiro susceptível de ser investida como capital é um "mando sobre trabalho alheio". Sendo fonte potencial de lucro, pode ser emprestada em troca de um juro. A existência desse tipo de capital de empréstimo, de forma regular e em quantidades suficientes, depende do processo de circulação do capital, no qual se liberam periodicamente quantias em dinheiro de que a empresa tem condições de pres-

cindir, colocadas então à disposição de outros capitalistas com a mediação do crédito.[45]

Como se vê, a possibilidade do crédito surge da "natureza interna" do modo de produção capitalista, está contida em seu "conceito". Além disso, na trajetória do capital existem elementos que criam não só a possibilidade mas também a necessidade do sistema de crédito. Mais ainda, fazem com que ele apareça como uma *conditio sine qua non* da produção capitalista. Tal é, sobretudo, a compulsão à continuidade, ao fluxo ininterrupto do processo de produção.

A necessidade dessa compulsão salta à vista. Só no processo de produção o capital cria mais-valia; por isso, a "continuidade ininterrupta" deste processo aparece "como condição fundamental para a produção baseada no capital". Porém, a cada fase de produção deve seguir-se uma fase de circulação, o que interrompe constantemente a continuidade da produção. "As condições da produção decorrentes da natureza do capital se contradizem umas às outras. Só de duas maneiras a contradição pode ser eliminada e superada": com a divisão do capital em porções (tal como descrita no capítulo 23) e com o crédito. "Um comprador fictício B — que paga, mas não compra realmente — serve de intermediário para que o capitalista A transforme seu produto em dinheiro. Mas o próprio B só recebe quando o capitalista C comprou o produto de A. O assunto em nada muda se B, ofertante de crédito,[46] dá dinheiro a A para comprar trabalho ou matéria-prima e instrumentos de trabalho, antes que A possa substituí-los com a venda de seu produto. [...] Neste caso, o capital *b* substitui o capital *a*, mas ambos não se valorizam simultaneamente. B ocupa agora o lugar de A, isto é, seu capital permanece inativo até que se intercambie com o capital *c*. Fica fixado no produto de A, o qual, por sua vez, tornou seu produto fluido no capital *b*."[47]

Temos aqui, diz Marx, um aspecto do crédito que "decorre da natureza imediata do processo produtivo, e por conseguinte constitui a base da necessidade do crédito".[48] Mas outros elementos, que também criam a necessidade do crédito, são igualmente importantes. Sabemos que o tempo de circulação é uma barreira à criação e realização do valor, "uma barreira específica que não surge da produção em geral, mas sim da produção do capital".[49] Daí a "tendência do capital" a abreviar esse tempo, se possível reduzindo-o a zero, realizando uma "circulação sem tempo de circulação". Esta tendência, diz Marx, "é a razão fundamental do crédito e dos mecanismos creditícios do capital".[50] Aqui se deve ressaltar a função do dinheiro como uma "máquina de circulação" que pode ser usada em grandes gastos improdutivos. Como valor em si, deve ser qualificado como um dos mais impor-

tantes "custos de circulação" da produção capitalista.[51] Daí a compulsão de o capital "economizar" o dinheiro, colocando-o "somente como elemento formal que intermedeia a transmutação formal [das mercadorias] sem ser capital, ou seja, valor";[52] de outro lado, daí também a compulsão a "conferir ao tempo de circulação, como tal, o valor de tempo de produção nos diversos órgãos em que o processo do tempo de circulação e a circulação atuam como mediações [...]; a colocar todo o tempo de circulação como dinheiro e, de forma mais ampla, como capital [...]. Tudo isso surge da mesma fonte. [...] *Embora adotem diversas formas que parecem ser heterogêneas, todos os requisitos da circulação podem ser reduzidos a tempo de circulação.*" Por isso, "a contradição entre tempo de trabalho e tempo de circulação contém toda a teoria do crédito, na medida em que esta entra na história do *currency* [dinheiro em circulação]".[53]

Mas o tempo de circulação não é o único obstáculo com o qual se choca o impulso de valorização do capital. Outro obstáculo está na esfera do intercâmbio: de um lado, o capital deve produzir sem levar em conta as limitadas dimensões do consumo em uma sociedade capitalista; de outro, na condição de valor, ele pressupõe a existência de um contravalor com o qual deve intercambiar-se.[54] Também nesse sentido o crédito tem uma imensa significação, tal como se pode ver no transcurso de todo o ciclo industrial. Marx acrescenta que esta função do crédito é ainda "mais importante na relação entre povos que na relação entre indivíduos. Os ingleses, por exemplo, são forçados a emprestar a nações estrangeiras para convertê-las em seus clientes.[55] No fundo,[56] o capitalista inglês pratica um intercâmbio duplo com o capital produtivo inglês: (a) como ele mesmo; (b) como ianque etc., ou sob qualquer outra forma em que tenha colocado dinheiro."[57]

(Em *O capital*, Marx ainda registra o "necessário desenvolvimento" do crédito "para mediar o nivelamento da taxa de lucro [...] na qual se baseia toda a produção capitalista".[58] Nos *Grundrisse* este elemento não é mencionado.)

6. Os limites do sistema de crédito

Vimos que "todo o sistema de crédito — e com ele o comércio especulativo, a especulação desenfreada etc.,[59] que o acompanham — se baseia na necessidade de alargar e ultrapassar os obstáculos à circulação e à esfera do intercâmbio".[60] Neste sentido, o crédito é "uma forma imanente do modo de produção capitalista", sobre a qual "repousa todo o processo de reprodução".[61] Todavia, tampouco se deve superestimar o papel do crédito. Assim como "o dinheiro, ao separar completamente a compra e a venda, eliminou

e ao mesmo tempo generalizou os obstáculos ao comércio baseado na troca, [da mesma forma] o crédito suprime os obstáculos à valorização do capital e ao mesmo tempo os eleva à sua forma mais geral, criando períodos de superprodução e de subprodução".[62] A evolução do crédito "acelera [...] as fases específicas da circulação ou da metamorfose mercantil; além disso, ao acelerar o processo de reprodução em geral, [...] o crédito propicia a especulação, pois permite manter separados por mais tempo os atos de compra e venda".[63] Marx ironiza os "prestidigitadores da circulação, que imaginam que, acelerando a velocidade da circulação, podem fazer algo mais que reduzir os obstáculos colocados pelo próprio capital à sua reprodução. [...] Ainda mais insensatos são os ilusionistas da circulação. Estes imaginam que criando, na esfera do crédito, inovações capazes de anular o tempo de circulação, não só suprimiriam a interrupção do processo produtivo requerida pela transformação do produto acabado em capital, mas tornariam supérfluo o próprio capital pelo qual se intercambia o capital produtivo; querem produzir sobre a base do valor de troca e ao mesmo tempo suprimir, exorcizar, as condições necessárias da produção que repousa sobre esta base. O máximo que o crédito pode fazer quanto a isso — que se refere à mera circulação — é salvaguardar a continuidade do processo produtivo sempre e quando existam todas as demais condições para essa continuidade, ou seja, sempre que exista realmente o capital pelo qual se deve intercambiar etc."[64]

Essas afirmações dos *Grundrisse* conservam plena validade hoje em dia. O mesmo vale para a crítica de Marx às "ilusões sobre o poder milagroso dos sistemas creditício e bancário, no sentido socialista": "Tão logo os meios de produção deixem de ser capital (o que inclui a abolição da propriedade privada da terra), o crédito deixa de ter sentido [...]. Por outro lado, enquanto o modo capitalista de produção existir, existirá o capital que recebe juros, como uma de suas formas, que constitui, de fato, a base de seu sistema de crédito."[65] A idéia do caráter essencialmente "socialista" do crédito pertence ao arsenal das utopias pequeno-burguesas. Isso não nega o fato de que o crédito é a força propulsora do desenvolvimento da ordem social capitalista "na direção de sua forma última e suprema possível"[66] e de que esse modo evolui se aproximando de sua dissolução. Pois o crédito constitui a forma "na qual o capital procura colocar-se como algo diferente dos capitais individuais" e na qual o caráter social da produção capitalista encontra sua mais clara expressão.[67] "Os maiores resultados a que [o capital] [...] conduz nessa linha[68] são: por um lado, o capital fictício;[69] por outro, o crédito se apresenta como um novo elemento da concentração, da

aniquilação dos capitais em capitais individuais centralizados."[70] Este é um complexo de problemas que ultrapassa muito os limites da análise do "capital em geral", e por isso não é tratado com mais detalhes nos *Grundrisse*. Não nos esqueçamos: aqui, as tendências fundamentais do crédito são investigadas em sua forma embrionária, na medida em que surjam da análise abstrata e geral do processo capitalista de produção e circulação.[71] É assombroso comprovar quantos resultados da investigação posterior sobre o sistema de crédito (que aparece no terceiro tomo de *O capital*) são antecipados nos *Grundrisse*.

APÊNDICE

A CRÍTICA RECENTE À LEI DE MARX SOBRE A QUEDA DA TAXA DE LUCRO

I.

A lei da queda tendencial da taxa de lucro é uma parte da construção teórica de Marx, em economia, rechaçada de forma quase unânime pela crítica, acadêmica ou não. Mas a argumentação dos críticos é completamente insatisfatória. Tomemos como exemplos as obras de dois autores anglo-saxões que se ocuparam da lei de Marx: Joan Robinson[1] e Paul M. Sweezy.[2]

Assim como os críticos mais antigos dessa lei, ambos acusam Marx, sobretudo, de inconsistência metodológica. Marx teria concebido sua lei sob a premissa de uma taxa de mais-valia constante; teria separado arbitrariamente os fatores que fazem cair a taxa de lucro e os que a elevam, para poder formular a lei a partir dos primeiros, transformando os segundos em "obstáculos" à plena realização da lei. Ou então, como diz Ladislaus von Bortkiewicz, autor desta objeção e conhecido crítico de Marx: "O erro da demonstração apresentada por Marx para apoiar sua lei de queda tendencial da taxa de lucro consiste principalmente em que essa demonstração não leva em conta a relação matemática entre a produtividade do trabalho e a taxa de mais-valia. Considera-se esta última como um fator separado. Tal método de isolamento pode levar a conclusões absurdas, como a que se pode ver no seguinte e simplíssimo exemplo. Seja a magnitude positiva a, relacionada a outras duas magnitudes positivas b e c da seguinte forma: $a = b/c$. A pergunta é: em que sentido se modifica a, se cada uma das magnitudes b e c depende de d? Seja, por exemplo, $b = d^5$ e $c = d^3$. A solução correta do problema é evidentemente a que se segue. Eliminam-se b e c da expressão de a, encontra-se $a = d^2$, e se conclui daí que a varia no mesmo sentido que d. Porém, se neste mesmo caso aplicarmos o método do isolamento, de Marx, poderíamos expressar a mediante, por exemplo, b/d^3, concluindo assim que a diminui ao crescer d e aumenta ao diminuir d. Se, além disso, agregarmos que uma alteração de b poderia perturbar esta relação, mas que isso é uma questão separada, ficaria mais clara a igualdade essencial entre esse *modus procedendi* e o método do isolamento de Marx."[3]

Será esta objeção válida? Marx, de fato, é culpado de semelhante violação das regras elementares da lógica? Vejamos.

II.

A primeira página (mas somente a primeira) do capítulo XIII do segundo tomo de *O capital*, que trata da lei da queda tendencial da taxa de lucro, parece dar razão aos autores citados. Ali, Marx começa com um exemplo numérico que visa a demonstrar como as diferenças na composição orgânica do capital afetam as taxas de lucro de cinco diferentes setores produtivos (antes de nivelar essas taxas para obter a taxa de lucro média). Naturalmente, a maneira mais simples de demonstrar isso é abstrair temporariamente outros fatores que podem influir na taxa de lucro, sobretudo as diferenças no grau de exploração do trabalho. Por isso, Marx supõe — como nas seções precedentes no terceiro tomo — que a taxa de mais-valia é de 100% em todos os setores produtivos, ou seja, os trabalhadores trabalham meio dia para si e meio dia para o empresário. Fica claro que as taxas de lucro nos cinco setores devem estar em relação inversa com o nível da composição orgânica.[4] Mas o que vale para a justaposição dos diversos setores produtivos vale também para a sucessão dos diversos estados do capital social global. A composição média do capital social aumenta constantemente. Por isso, "se permanece constante a taxa de mais-valia, ou o grau de exploração do trabalho por parte do capital, este paulatino acréscimo do capital constante em relação ao variável resulta necessariamente em uma queda gradual da taxa geral de lucro".[5]

Mas já na página seguinte podemos ler: "A série hipotética [de cinco setores produtivos], apresentada no início, expressa a tendência real da produção capitalista. Com a progressiva diminuição do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista aumenta a composição orgânica do capital global. A conseqüência direta é que, se o grau de exploração do trabalho se mantém constante e até mesmo se aumenta, a taxa de mais-valia gera uma taxa geral de lucro constantemente decrescente."[6] Duas páginas adiante: "Em poucas palavras, a lei da taxa decrescente de lucro, na qual se expressa a mesma taxa ou até mesmo uma taxa crescente de mais-valia, diz: tomando uma quantidade qualquer do capital social médio, por exemplo um capital de 100, uma parte cada vez maior dele é formada por meios de trabalho, e uma parte cada vez menor é formada por trabalho vivo. A quantidade global de trabalho vivo, agregado aos meios de produção, diminui em relação ao valor desses meios de produção. Logo, também diminui o trabalho não pago e a parcela de valor na qual ele se expressa, em relação ao valor do capital global adiantado. Dito de outra maneira: uma

parte alíquota cada vez menor do capital global desembolsado se transforma em trabalho vivo. Por isso, esse capital global absorve cada vez menos mais-trabalho como proporção de sua magnitude, mesmo que cresça a proporção entre a parte não paga e a parte paga do trabalho empregado."[7]

No mesmo sentido se expressa Marx nas p. 229-231, 236-237, 239, 244 e 251 do terceiro tomo. "Para evitar equívocos", ele considerou necessário repetir no final do capítulo XIV: "A queda tendencial da taxa de lucro está ligada a um aumento tendencial da taxa de mais-valia, ou seja, do grau de exploração do trabalho [...]. A taxa de lucro não diminui porque o trabalho se torna menos produtivo, mas sim porque se torna mais produtivo. Tanto o aumento da taxa de mais-valia como a queda da taxa de lucro são formas particulares que expressam, no modo capitalista de produção, a crescente produtividade do trabalho."[8]

Essas passagens podem ser complementadas com manifestações igualmente categóricas extraídas das *Teorias*.[9] Nunca ocorreu a Marx limitar sua lei ao caso de uma taxa de mais-valia constante. Para ele, mesmo uma taxa de mais-valia crescente deve resultar, em última instância, em uma taxa de lucro decrescente. Nada disso impede que os críticos interpretem sua lei em um sentido completamente diferente. Joan Robinson escreveu: "A teoria de Marx, como vimos, baseia-se no pressuposto de uma taxa de exploração constante." A isso, Robinson vincula a seguinte objeção:[10] "Esta proposição [ou seja, a lei de Marx] está em contradição com o restante da argumentação de Marx, pois se a taxa de exploração tende a ser constante, os salários reais tendem a crescer junto com o incremento da produtividade, já que o trabalho recebe uma proporção constante de um total crescente. Marx só poderia demonstrar uma tendência decrescente dos lucros se abandonasse seu argumento de que os salários reais tendem a ser constantes. Parece que ele não percebeu esta inconsistência [...]."

Em segundo lugar, sustenta Joan Robinson, a lei de Marx consiste "simplesmente em uma tautologia: quando a taxa de exploração é constante, a taxa de lucro cai na medida em que o capital por homem aumenta. Supondo períodos de rotação constantes, de modo que $c + v$ represente o volume de capital: quando p/v é constante e c/v é crescente, $p/(c + v)$ é decrescente."[11] Não surpreende, pois, que Robinson emita um juízo mortal: "Sua [de Marx] explicação para a tendência decrescente dos lucros não explica nada."[12]

III.

Agora podemos separar as duas objeções. Como Marx nunca vinculou sua lei à idéia de uma taxa de mais-valia constante, não pode ser criticado por "inconsistência" ou "tautologia". Todavia, com isso não se esgota a crítica

ao "método do isolamento" dos fatores. Se, de fato, a lei de Marx não se baseia na suposição de uma taxa de mais-valia constante, por que trata "em separado" os fatores que elevam a taxa de lucro? Por que expõe a lei no capítulo XIII, e só no XIV trata de fatores tão importantes como o "aumento do grau de exploração do trabalho", a "superpopulação relativa" etc., outorgando a eles um estatuto de "obstáculos" à lei?

Esta objeção desempenha um importante papel na crítica de Sweezy: "Não parece sensato tratar uma parte integrante do processo de aumento da produtividade [Sweezy refere-se ao crescimento da taxa de mais-valia] em separado e como um fator nivelador. O melhor procedimento seria reconhecer desde o começo que o aumento da produtividade tende a vir associado a uma taxa de mais-valia mais elevada. Aliás, é o que Marx faz habitualmente."[13]

Trata-se de um argumento curioso. O problema que Marx enfrentava era: de que forma a crescente produtividade do trabalho social influi na taxa média de lucro? Como o nível da taxa de lucro depende de dois fatores — a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital — e como o aumento da produtividade do trabalho afeta ambos, estaríamos diante de um "procedimento de isolamento", tal como Bortkiewicz criticou, se Marx só levasse em consideração, por exemplo, o aumento da composição orgânica, sem perceber que a crescente produtividade do trabalho deve aumentar simultaneamente, embora em menor medida, a taxa de mais-valia; ou se, ao contrário, ele só observasse o aumento da taxa de mais-valia resultante do incremento da produtividade, esquecendo-se de considerar a (ainda mais intensa) tendência à elevação da composição orgânica, vinculada a esse incremento. Além disso, existem elementos que só influenciam um dos dois fatores antes mencionados, sem afetar o outro, pelo menos diretamente. Exemplo: todo leitor atento do capítulo XIV do terceiro tomo, que trata das "causas que agem contra a tendência", deve perceber que Marx, na seção I deste capítulo ("Elevação do grau de exploração do trabalho"), só considera os métodos de exploração que provocam o crescimento da taxa de mais-valia mas "não conduzem a um aumento relativo do capital constante em relação ao capital variável" — ou seja, nos casos em que a composição orgânica permanece inalterada em primeira instância.[14] Os métodos que "incluem um crescimento do capital constante em relação ao variável" (fundamentalmente, métodos que produzem mais-valia relativa) já haviam sido considerados na formulação da própria lei, no capítulo XIII. Também por isso, no capítulo XIV só se considera a "superpopulação relativa" na medida em que ela possibilita a permanência de setores produtivos com uma composição

orgânica especialmente baixa, como conseqüência "do baixo preço e da grande quantidade de assalariados disponíveis ou liberados e da maior resistência que opõem alguns setores produtivos, por sua natureza, à transformação do trabalho manual em trabalho feito por máquinas". (Mas a seção IV do capítulo XIV do terceiro tomo não trata — nem se propõe tratar — dos efeitos gerais da superpopulação relativa sobre os salários e sobre o grau de exploração do trabalho.)[15] A mesma restrição vale também para a desvalorização do capital constante, que se produz *a posteriori*,[16] assim como para todos os métodos de produção "que elevam a taxa de lucro mantendo constante a taxa de mais-valia, ou agem independentemente dela".[17] Os críticos não perceberam essa diferença metodológica entre os capítulos XIII e XIV. Isso depende muito menos da estrutura, um tanto complexa, desses capítulos do que das idéias preconcebidas com que eles realizaram suas análises.

IV.

Se o próprio Marx leva em conta a relação recíproca entre a composição orgânica e a taxa de mais-valia — ou seja, se sua lei não se baseia em um arbitrário "método de isolamento" —, então não estamos compelidos a aceitar a afirmação de que a queda da taxa de lucro não pode ser demonstrada? Vejamos o que diz Sweezy, por exemplo: "Se admite-se que tanto a composição orgânica do capital quanto a taxa de mais-valia variam [...], então fica indeterminado em que sentido a taxa de lucro deverá mover-se. Só podemos dizer que a taxa de lucro diminuirá se o aumento percentual da taxa de mais-valia for menor que a diminuição percentual da proporção entre capital variável e capital total." Diz ainda Sweezy: "Não se pode afirmar que as alterações na composição orgânica do capital serão relativamente maiores que as alterações na taxa de mais-valia, de modo que a primeira predomine sobre os movimentos da taxa de lucro. Ao contrário, deveríamos considerar que as duas variáveis têm uma importância mais ou menos equivalente. [...] Por isso, no caso geral, devemos supor que a crescente composição orgânica do capital avança *pari passu* com uma taxa de mais-valia também crescente."[18]

Ou, como disse Natalie Moszkowska: "Com o progresso técnico, a taxa de lucro diminuiria se apenas a composição orgânica aumentasse, sem que a produtividade do trabalho fizesse o mesmo movimento. Mas, se a crescente produtividade do trabalho provoca uma queda no valor dos meios de produção materiais e humanos, diminui a composição do capital $c/(v+p)$ e cresce a taxa de mais-valia (p/v). A composição do capital certamente

cresce logo depois que inovações técnicas são introduzidas e meios de produção onerosos passam a ser manejados pelos trabalhadores; mas volta a cair depois que a crescente produtividade do trabalho barateia esses meios de produção. Como depois do barateamento dos bens de consumo para os trabalhadores o salário também cai, cresce a taxa de mais-valia, e a taxa de lucro não pode cair."[19]

Como se vê, os críticos da lei de Marx insistem em dois fatores que agem contra a queda tendencial da taxa de lucro: de um lado, a desvalorização *a posteriori* dos elementos do capital constante; de outro, o aumento da taxa de mais-valia. Ninguém pode negar que estes fatores atuam. A questão é saber em que medida eles conseguem se impor.

No que diz respeito ao primeiro, basta reproduzir aqui uma passagem — não percebida pelos críticos — do capítulo do terceiro tomo das *Teorias* dedicado a Cherbuliez: "Não há dúvida que a maquinaria fica mais barata, por duas razões: (a) a aplicação da própria maquinaria na produção de matérias-primas usadas para construir as máquinas; (b) a utilização de maquinaria na transformação desse material em maquinaria. Com isso, estamos dizendo duas coisas: (a) também nesses dois setores, em comparação com os instrumentos que a indústria manufatureira usava, o capital investido em maquinaria cresce em valor, em comparação com o investido em salários; (b) o que fica mais barato é a máquina individual e suas partes componentes; mas se desenvolve um sistema de maquinaria; o lugar da ferramenta não é ocupado por uma só máquina, mas por um sistema que agrupa muitos milhares de ferramentas [...]. Cada máquina com que o trabalhador se defronta é uma enorme coleção de instrumentos que antes ele usava individualmente, como, por exemplo, 1.800 fusos no lugar de um. Além disso, a máquina contém elementos que a antiga ferramenta não contém etc. Apesar do barateamento dos elementos individuais, o preço da maquinaria como um todo aumenta enormemente, e o aumento da produtividade consiste na expansão contínua da maquinaria [...]. Logo, ao aumento da produtividade do trabalho por meio da maquinaria corresponde um aumento do valor da maquinaria em relação à quantidade de trabalho empregado e, portanto, ao valor do trabalho, ao capital variável."[20]

O que ocorre com as matérias-primas? "Sua quantidade deve aumentar proporcionalmente à produtividade do trabalho; logo, essa quantidade deve aumentar em relação à quantidade de trabalho. [Mas, esse crescimento da quantidade não pode ser compensado mediante um crescimento da produtividade, que provoque uma queda proporcional no valor?][21] Por exemplo, se a produtividade é multiplicada por dez na fiação, ou seja, se um trabalha-

dor fia a mesma quantidade antes fiada por dez, por que não haveria de produzir também um escravo tanto algodão quanto antes produziam dez, de modo que a relação do valor se mantivesse a mesma? No mesmo tempo, o fiandeiro utiliza dez vezes mais algodão, mas o escravo não produz, no mesmo tempo, dez vezes mais. Logo, essa quantidade dez vezes maior de algodão não é mais cara que a quantidade anterior, dez vezes menor. Assim, apesar do crescimento da quantidade de matéria-prima, sua relação de valor com o capital variável seguiria sendo a mesma. [...] É muito simples responder a essa objeção. Uma parte das matérias-primas, como lã, seda, couro, é produzida mediante processos orgânicos animais, enquanto o algodão, o linho etc. são produzidos mediante processos orgânicos vegetais. A produção capitalista não conseguiu até hoje — e jamais conseguirá — dominar esses processos da mesma maneira como dominou os puramente mecânicos ou os que dependem da química inorgânica. A matéria-prima, como couros etc. e outras de origem animal, em parte fica mais cara porque, com o progresso da civilização, a lei da renda da terra aumenta o valor desses produtos. No que diz respeito ao carvão e aos metais [...], eles foram muito barateados com o progresso da produção, embora também isso se torne mais difícil com o esgotamento das minas etc. [...] O barateamento das matérias-primas, das substâncias auxiliares etc. diminui a velocidade do crescimento do valor desta parte do capital, mas sem abolir esse crescimento. Isso paralisa até certo ponto a influência desse crescimento sobre a queda na taxa de lucro. Com isso a questão termina."[22]

Isso é tudo no que diz respeito ao "barateamento dos elementos do capital constante".

V.

Porém, como fica a situação no que diz respeito à taxa de mais-valia, que, segundo dizem os críticos, cresce *pari passu* com a composição orgânica? Os que usam esse argumento deixam de levar em consideração diversas circunstâncias. Em primeiro lugar, "o valor da força de trabalho não cai na mesma proporção em que cresce a produtividade do trabalho ou do capital". Pois "em todos os setores que não produzem direta ou indiretamente meios de vida, o incremento da produtividade também provoca um aumento na relação entre o capital constante e o variável, sem produzir modificação alguma no valor do trabalho. O desenvolvimento da produtividade não é homogêneo. A produção capitalista desenvolve mais rapidamente a indústria que a agricultura.[23] Isso não decorre da natureza da terra, mas da circunstância de que outras relações sociais são necessárias para que ela seja

explorada de acordo com sua natureza [...]. A isso se acresce que, como conseqüência da propriedade fundiária, os produtos agrícolas são caros, em comparação a outras mercadorias, porque são vendidos conforme seu valor e não são forçados a cair até o nível dos preços de produção. Mas constituem o componente principal dos meios de vida.[24] Além disso se acrescenta que, por causa da concorrência, se o cultivo de uma décima parte da terra fica mais caro, as nove décimas partes restantes também sofrem artificialmente essa aridez relativa."[25] Por outro lado, aqui intervêm também "causas paralisantes"; por exemplo, "embora os trabalhadores não possam impedir que seu salário (real) seja rebaixado, não permitem que ele seja rebaixado até o mínimo absoluto; ao contrário, obtêm alguma participação quantitativa no progresso geral da riqueza".[26]

Não é este o único motivo dos erros cometidos pelos críticos da lei de Marx. Muito mais importante é o seguinte: eles ignoram a circunstância de que a elevação da taxa de lucro por aumento do grau de exploração do trabalho não é um processo abstrato, ou uma operação aritmética; sempre se refere aos trabalhadores vivos e ao seu desempenho. Em outras palavras: o mais-trabalho que um trabalhador pode realizar tem limites, de um lado, na duração da jornada de trabalho, de outro, na porção da jornada necessária para reproduzir a própria força de trabalho. Se, por exemplo, a jornada normal de trabalho é de oito horas, nenhum aumento da produtividade pode garantir que se extraia do trabalhador mais mais-trabalho que oito menos x horas, que correspondem à produção do seu salário. Se, por exemplo, a técnica de produção conseguisse reduzir o tempo de trabalho necessário de quatro horas para meia hora, o mais-trabalho (no caso de uma jornada de oito horas) seguiria sendo não mais que 15/16 da jornada. Aumentaria das quatro horas originais para 7,5 horas, ou seja, nem sequer duplicaria. Ao mesmo tempo, a produtividade do trabalho deveria crescer enormemente, como Marx destacou nos *Grundrisse*: "Quanto maior for a mais-valia do capital antes do aumento da produtividade [...], ou quanto menor desde já a fração da jornada de trabalho que constitui o equivalente do trabalhador e expressa o trabalho necessário, tanto menor é o crescimento da mais-valia recebida pelo capital graças ao aumento da produtividade. Sua mais-valia se eleva, mas em proporção cada vez menor em relação ao desenvolvimento da capacidade produtiva. Logo, quanto mais desenvolvido for o capital [...], tanto mais formidavelmente ele terá de desenvolver a produtividade para valorizar-se, ou seja, para incorporar mais-valia mesmo em pequena proporção, pois sua barreira é sempre a relação entre a fração do dia que expressa o trabalho necessário e a jornada inteira de trabalho. Só pode mover-se dentro desse limite."[27]

Não devemos esquecer que o aumento da produtividade se manifesta não só na diminuição do capital variável (a parte paga da jornada de trabalho) em relação ao constante, mas também na diminuição "do trabalho vivo total agregado aos meios de produção [...] em relação ao valor desses meios de produção". Ou seja, também cai a relação $(v + p)/c$. Não se trata, essencialmente, de uma questão que diga respeito a uma modificação de valor na composição do capital; relaciona-se, antes, com a mudança na sua composição técnica, mudança que caracteriza o progresso técnico. Portanto, se a uma parte do capital constante, de uma magnitude determinada, correspondessem vinte trabalhadores, de agora em diante só correspondem dez; e se antes os vinte trabalhadores trabalhavam 80 horas para si e 80 para o empresário, agora os dez trabalhadores remanescentes não podem realizar tanto mais-trabalho, pois todo o seu tempo de trabalho só atinge 80 horas.[28] Para manter a mesma quantidade de mais-trabalho, a jornada teria de prolongar-se, ou então a intensidade do trabalho teria de aumentar. (É claro que, ao aumentar o capital, o empresário pode ocupar mais trabalhadores, compensando a queda da taxa de lucro com o aumento da massa de lucro. Mas este é outro problema.) Tudo isso foi bem compreendido pelos "adversários proletários de Ricardo" (a expressão é de Marx) 120 ou 130 anos atrás — Thomas Hodgskin e o autor de *The Source and Remedy of the National Difficulties*, de 1821 —, para os quais a queda da taxa de lucro decorria da impossibilidade de estender ilimitadamente o mais-trabalho (ou, como eles diziam, da impossibilidade de uma acumulação de capital em ritmo de "juro composto"). Ao comentar o ponto de vista deles, Marx diz nas *Teorias* que o aumento do mais-trabalho só poderia compensar totalmente a diminuição proporcional do trabalho empregado se a jornada de trabalho "fosse estendida indefinidamente" ou se o trabalho necessário "fosse reduzido a zero",[29] o que parece absurdo.[30]

Voltamos assim à lei desenvolvida no primeiro tomo de *O capital*: "*O limite absoluto da jornada média de trabalho, que evidentemente será sempre inferior a 24 horas, constitui uma barreira absoluta para a possibilidade de compensar a redução do capital variável com o aumento da taxa de mais-valia, ou de compensar a queda no número de trabalhadores explorados com o aumento do grau de exploração da força de trabalho.* Esta lei evidente é importante para explicar muitos fenômenos decorrentes da tendência, que analisaremos adiante, de o capital sempre reduzir tanto quanto possível o número de trabalhadores utilizados por ele — ou seja, sua parte variável investida em força de trabalho — em contradição com sua outra tendência, a de produzir a maior quantidade possível de mais-valia."[31] Eis aí uma alusão

que nos prepara para a solução do "enigma da queda na taxa de lucro", tal como se faz no terceiro tomo de *O capital*. Mais uma vez, os críticos não perceberam o que Marx escreveu.

Ladislaus von Bortkiewicz goza de grande popularidade na escola anglo-saxã da economia marxista (Sweezy, Meek e outros), não tanto pelas críticas que formulou contra a lei marxiana da queda tendencial da taxa de lucro, mas sobretudo pela crítica que fez a Marx no tema da "transformação dos valores em preços de produção" (*Das Kapital*, III, capítulo IX). Este segundo aspecto da crítica de Bortkiewicz nos satisfaz menos ainda que o primeiro; parece ser apenas uma "extravagância acadêmica". Os partidários de Bortkiewicz alegam que "o método marxiano de transformação [de valores em preços de produção] resulta em uma violação do equilíbrio da reprodução simples", sendo por isso "logicamente insatisfatório".[32] Esta crítica só poderia ser válida se Marx tivesse sido de fato defensor de uma visão harmônica do capitalismo, ou seja, se seus esquemas de reprodução tivessem de ser interpretados à maneira de Tugan-Baranovski. (É óbvio que a transformação dos valores das mercadorias em preços de produção é acompanhada por perturbações no "equilíbrio da reprodução simples"; mas, desde quando cabe aos marxistas demonstrar a possibilidade teórica de uma trajetória sem perturbações da economia capitalista?) Os partidários de Bortkiewicz ignoram o fato de que os "preços de produção" de Marx na verdade não são "preços", mas sim valores modificados pela intervenção da taxa média de lucro. Por isso, o "cálculo de preços" proposto por Bortkiewicz não oferece nada de útil para resolver o problema da "transformação dos valores em preços". Já nos *Grundrisse*, assim como na *Contribuição à crítica*, Marx explicou como se realiza uma transformação efetiva dos valores em preços. É redundante buscar outra solução para este problema.

PARTE VI

CONCLUSÃO

CAPÍTULO 28

O LIMITE HISTÓRICO DA LEI DO VALOR

OBSERVAÇÕES DE MARX SOBRE A ORDEM SOCIAL SOCIALISTA

Conforme o plano original de Marx, o último livro de sua obra deveria investigar os fatores que prenunciam "a superação do que existe" e impulsionam "o surgimento de uma nova forma histórica". Deveria ocupar-se da transição ao socialismo, com a "dissolução do modo de produção e da forma de sociedade baseada no valor de troca".[1] O centro da atenção, nesse caso, era a interrogação sobre as vicissitudes da lei do valor. Enfocaremos agora este problema.

1. Observações de Marx sobre o desenvolvimento da individualidade humana no capitalismo

Os fundadores do marxismo rechaçavam qualquer especulação sobre como seria um futuro socialista, pois isso implicaria inventar um sistema acabado, tendo como base "princípios eternos da justiça" e "leis imutáveis da natureza humana". Por mais necessários e justificados que tenham sido tais sistemas nas épocas em que foram formulados, eles se converteram em um obstáculo ao movimento operário em ascensão. A concepção materialista da história lançou bases científicas amplamente superiores às doutrinas dos socialistas utópicos. A partir delas, tornou-se necessário enfocar de forma completamente diferente o advento da futura ordem socialista. O socialismo já não aparecia como um mero ideal, mas sim como uma fase necessária do desenvolvimento da humanidade, em direção à qual a história tende. Por isso, só se poderia falar de uma futura formação social, de tipo socialista, quando já se pudessem visualizar germes dessa nova formação na história vivida, bem como compreender suas tendências evolutivas. Porém, ao contrário do que discípulos oportunistas afirmaram muitas vezes, Marx e Engels formularam idéias sobre a ordem econômica e social socialista. Tais idéias desempenharam importante papel no edifício doutrinário do marxismo, como se pode ver a partir do estudo das obras fundamentais de seus fundadores. *O capital*, de Marx, surge do desejo de investigar a estrutura interna e as leis de movimento do modo de produção capitalista, assim como de oferecer provas da possibilidade e da necessidade da "grande mudança"

destinada a pôr fim à "auto-alienação" humana. Só assim os homens se converteriam em "verdadeiros e conscientes senhores da natureza e de sua própria organização social" (Engels). Por isso, em *O capital* e em trabalhos anteriores, encontramos aqui e ali digressões e observações que se ocupam dos problemas da ordem social socialista e que permitem reconhecer com clareza o que aproxima e o que afasta as doutrinas de Marx e as dos socialistas utópicos.

Tais digressões eram necessárias por causa do método materialista dialético de Marx, que aspira a compreender todo fenômeno social no fluxo de seu devir, existência e fim. Por isso, o método assinala que houve "modos historicamente anteriores de produção"[2] e chama a atenção para "aspectos que, prefigurando[3] o movimento nascente do futuro, insinuam a abolição da forma atual das relações de produção. *Se, de um lado, as fases pré-burguesas se apresentam como pressupostos puramente históricos — ou seja, abolidos —, de outro as condições atuais da produção se apresentam como em via de abolir a si mesmas e, portanto, como em via de criar os pressupostos históricos para um novo ordenamento da sociedade*".[4]

A investigação materialista dialética do modo de produção capitalista conduz à confrontação entre este modo de produção e as formações sociais pré-capitalistas, de um lado, e entre ele e o ordenamento social socialista, de outro. "A troca privada de todos os produtos do trabalho, das riquezas e das atividades, entra em contradição tanto com a distribuição baseada nas relações de dominação e de sujeição dos indivíduos, sejam elas de caráter patriarcal, antigo ou feudal, quanto com a livre troca entre indivíduos associados, tendo como base a apropriação e o controle comum dos meios de produção."[5] A história da humanidade divide-se em três etapas, na forma de uma tríade dialética: "As relações de dependência pessoal [...] são as primeiras formas sociais; nelas, a capacidade produtiva humana só se desenvolve em âmbito restrito e em lugares isolados. A independência pessoal, *construída com base na dependência em relação às coisas*, é a segunda forma importante; nela, constitui-se pela primeira vez um metabolismo social geral, um sistema de relações universais, necessidades universais e capacidades universais. A livre individualidade, baseada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na produtividade coletiva, social, considerada como patrimônio social, constitui o terceiro estágio. O segundo cria as condições do terceiro."[6]

Aqui se resume o essencial da história da humanidade, um processo necessário de formação da personalidade humana e de sua liberdade. Mas, do ponto de vista de Marx, o mais importante não era tanto demonstrar a necessidade desse processo (que já havia sido reconhecida pela filosofia

clássica alemã), mas sim liberar essas noções de toda ilusão ideológica, colocando-as sobre a base firme da história real, ou seja, do desenvolvimento das relações sociais de produção. Esta tarefa exigia a ajuda do método materialista.

Podemos ler nos *Grundrisse*: "Quando se consideram relações sociais que produzem um sistema não desenvolvido de troca, de valores de troca e de dinheiro [ou seja, relações pré-capitalistas], é claro que os indivíduos — mesmo quando suas relações são vividas como relações entre pessoas — só estabelecem vínculos entre si na condição de portadores de um caráter bem definido: senhor feudal e vassalo, proprietário de terras e servo da gleba etc., ou membro de uma casta etc., ou então integrante de um estamento etc. Nas relações monetárias, no sistema de trocas desenvolvido (e esta aparência seduz os democratas), os vínculos de dependência pessoal, as diferenças de sangue, educação etc. são destruídos, esgarçados, [...] e os indivíduos *parecem* independentes[7] [...], *parecem* livres para se defrontar uns com os outros e realizar trocas em liberdade. Mas, só podem ser vistos assim por quem abstrai as condições de existência dentro das quais eles se relacionam. [...] No primeiro caso, o caráter bem definido aparece como uma limitação pessoal do indivíduo diante do outro; no segundo, se apresenta como uma limitação objetiva do indivíduo, resultante de relações que são independentes dele e se baseiam em si mesmas. (Como o indivíduo não pode eliminar seu caráter pessoal, mas pode superá-lo e subordinar a ele as relações externas, sua liberdade parece ser maior no segundo caso. Porém, uma análise mais precisa dessas relações externas, dessas condições, mostra que os indivíduos de uma classe não podem superar *en masse* tais relações, nem têm condições de suprimi-las. Um indivíduo isolado pode fazer isso, mas tal não ocorre com a massa dos que são dominados por elas, já que sua permanência expressa a necessária subordinação dos indivíduos a suas próprias relações.) Estas relações externas não removem as 'relações de dependência'. Constituem apenas a dissolução destas em uma forma geral. São, antes de tudo, a afirmação do princípio geral das relações pessoais de dependência [...]."[8]

Em uma observação marginal dos *Grundrisse*, feita nos marcos da análise do "poder objetivo do dinheiro", podemos ler: "Foi dito e poderia ser repetido que a beleza e a grandeza desse sistema residem precisamente nesse vínculo espontâneo, nesse metabolismo material e espiritual, que independe do conhecimento e da vontade dos indivíduos, e que pressupõe sua indiferença e independência recíprocas. Esse vínculo objetivo é preferível à ausência de vínculos ou a vínculos locais baseados em consangüinidade, ou nas [relações] de senhorio e servidão. Também é certo que os indivíduos

não podem dominar suas próprias relações sociais[9] antes de havê-las criado. Mas *é absurdo conceber este vínculo puramente material como tendo sido criado naturalmente, como inseparável da natureza da individualidade e imanente a ela* [...]. O vínculo é um produto dos indivíduos. É um produto histórico. Pertence a uma determinada fase do desenvolvimento. A forma externa e autônoma com que esse vínculo existe diante dos indivíduos demonstra que estes estão em via de criar as condições de sua vida social; ainda não começaram a vivê-la. É o vínculo [...] entre os indivíduos imersos em relações de produção determinadas e estreitas." De outro lado, "em estágios de desenvolvimento anteriores, o indivíduo se apresenta com maior plenitude precisamente porque ainda não elaborou plenamente suas relações e não as pôs diante dele como potências e relações sociais autônomas. É ridículo sentir nostalgia daquela plenitude primitiva; mas também é ridículo crer que é preciso deter-se no esvaziamento completo"[10] que caracteriza a época atual.[11] "O ponto de vista burguês jamais se elevou acima da oposição a esta visão romântica, e por isso ela o acompanhará como uma oposição legítima até sua morte piedosa."[12]

O conceito burguês de liberdade padece do modo de pensar a-histórico de seus porta-vozes, que absolutizam uma individualidade própria de uma época e de um modo de produção determinados, confundindo-a com a realização da "liberdade plena". ("Uma pessoa que crê em determinada religião vê nela a religião verdadeira, e vê fora dela apenas religiões falsas.")[13] Não compreendem que a liberdade burguesa, longe de representar a encarnação da "liberdade em geral", é um produto específico do modo de produção capitalista, e por isso compartilha as limitações deste. Libertados das barreiras anteriores, os seres humanos foram submetidos no capitalismo a uma nova sujeição, ao domínio reificado das relações de produção (que escaparam de qualquer controle), ao cego poder da concorrência e da casualidade.[14] Tornaram-se mais livres em um aspecto e menos livres em outro.

Esse modo de pensar a-histórico aparece com clareza na maneira como os economistas burgueses (e a ideologia burguesa em geral) julgam a concorrência capitalista. Apesar de a concorrência, diz Marx, "se apresentar historicamente como dissolução das coerções corporativas, regulamentações governamentais, aduanas internas e instituições similares no interior de um país, e no mercado mundial como supressão de obstruções, proibições e protecionismos", ela jamais foi considerada "em seu aspecto puramente negativo, puramente histórico". "Essa consideração levou à necessidade, ainda mais absurda, de ver a concorrência como um enfrentamento de indivíduos desacorrentados, movidos apenas por seus próprios interesses; como re-

pulsão e atração de indivíduos livres; como a forma absoluta de existência da livre individualidade na esfera da produção e da troca."

"Nada mais falso", acrescenta. Pois, em primeiro lugar, "embora a concorrência tenha dissolvido os obstáculos que se opunham a certas relações em modos de produção anteriores, deve-se considerar antes de mais nada[15] que o que para ela era obstáculo, para os modos de produção anteriores eram limites imanentes, dentro dos quais se desenvolviam e se moviam com naturalidade. Esses limites só se tornaram obstáculos quando as forças produtivas e as relações de troca se desenvolveram a ponto de o capital poder apresentar-se como princípio regulador da produção. Os limites que o capital aboliu eram obstáculos para o seu movimento, desenvolvimento e realização. Ele não suprimiu todos os limites, todos os obstáculos, mas só os que não eram adequados a ele, os que constituíam limites e obstáculos para ele.[16] Dentro de seus próprios limites — que, de um ponto de vista mais elevado, se apresentam como obstáculos à produção [...] — sente-se livre, ilimitado, isto é, limitado só por si mesmo, por suas condições de existência. Ora, a indústria corporativa, em seu período de esplendor, encontrava na organização gremial a liberdade de que necessitava, ou seja, as relações de produção que lhe eram correspondentes. Ela [a indústria corporativa] as criou a partir de si mesma e as desenvolveu como suas condições imanentes, de modo algum, portanto, como barreiras externas e opressivas. O aspecto histórico da negação do regime corporativo etc., por parte do capital e através da concorrência, significa apenas que, suficientemente fortalecido, o capital derrubou, graças ao modo de intercâmbio que lhe é adequado, as barreiras históricas que atrapalhavam e freavam o movimento conveniente à sua própria natureza."

Todavia, a concorrência não tem apenas esse significado histórico negativo. Também é, por sua natureza, a realização do modo de produção capitalista.[17] É uma ilusão afirmar que, "nos marcos da concorrência, os indivíduos, obedecendo exclusivamente a seus interesses privados, realizam os interesses comuns ou mesmo[18] gerais".[19] "Na livre concorrência, não são livres os indivíduos, mas sim o capital. Quando a produção baseada no capital é a forma necessária, e portanto a mais adequada, ao desenvolvimento da força produtiva social, o movimento dos indivíduos nos marcos das condições estabelecidas pelo capital se apresenta como a liberdade destes. Esta liberdade é afirmada de forma dogmática, enfatizando-se sistematicamente obstáculos derrubados pela concorrência."[20] Daí "a insipidez de considerar a concorrência como o último desenvolvimento da liberdade humana e a negação da concorrência como igual à negação da liberdade individual e o fim da produção social baseada na liberdade individual. O desenvolvimento

atual é livre sobre uma base limitada, a base da dominação pelo capital. Este tipo de liberdade individual é, ao mesmo tempo, uma abolição da liberdade individual e a subjugação completa da individualidade a condições sociais que adotam a forma de poderes objetivos, de coisas poderosíssimas [...]. Submeter a concorrência à crítica é a única resposta racional ao seu endeusamento pelos profetas da classe média[21] ou à sua apresentação como demoníaca por parte dos socialistas."[22] "Afirmar que a concorrência é a última forma de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, da liberdade humana significa afirmar que a dominação da classe média é o fim da história mundial [...]."[23]

O que estamos lendo é uma continuação de raciocínios que já encontramos em *A ideologia alemã*: ao longo da história da humanidade, o desenvolvimento das forças produtivas substituiu as relações de dependência originárias, pessoais, por outras objetivas, e o vínculo local e nacional dos homens por outro, universal. Já em *A ideologia alemã*, Marx e Engels destacam o caráter contraditório e dicotômico do progresso social até o presente: de um lado, criou um indivíduo social mais capaz de se desenvolver e mais rico em necessidades; de outro, converteu-se na mais ampla "alienação" e "esvaziamento" desse mesmo indivíduo. Também se encontra ali o raciocínio de que a liberação dos homens em relação aos constrangimentos feudais e outros, realizada pelo capitalismo, produz uma liberdade aparente. A liberdade plena, o "desenvolvimento original e livre dos indivíduos", só poderia converter-se em realidade no comunismo. Podemos ler em *A ideologia alemã*: "Sob o domínio da burguesia, os homens são idealmente mais livres que antes, pois suas condições de vida lhes são fortuitas; na realidade, porém, são menos livres, pois estão mais submetidos à coerção das coisas." "Esse direito de poder desfrutar da contingência e do acaso sem ser perturbado, dentro de certas condições, foi chamado até hoje liberdade pessoal."[24] Essa concepção é desenvolvida nos *Grundrisse*, com maior intensidade e nitidez no que diz respeito ao outro aspecto, positivo, da contradição: o progresso real produzido pela "pseudoliberdade burguesa".

Isso se vê com especial clareza na notável passagem que trata do "infantil mundo antigo", em contraste com o mundo moderno do capitalismo. Marx diz: "Nunca encontraremos entre os antigos uma investigação sobre qual forma de propriedade da terra é a mais produtiva, cria mais riqueza. A riqueza não aparece como objetivo da produção, embora possa Catão investigar qual maneira de cultivar o campo deve ser mais lucrativa, ou Brutus emprestar seu dinheiro à maior taxa de juros. *Para eles, a questão é saber qual modo de propriedade cria melhores cidadãos* [...]." Coisa muito diferente ocorre no mundo moderno. Neste, a riqueza aparece "[...] com a forma de

coisa — trate-se de um objeto ou de uma relação mediada por um objeto —, que é externa em relação ao indivíduo e mantém com ele uma relação acidental. Por isso, a concepção antiga — segundo a qual o homem, qualquer que seja a limitada determinação nacional, religiosa ou política em que se apresente, é sempre o objetivo da produção — parece sublime diante do mundo moderno, no qual a produção aparece como o objetivo do homem, e a riqueza como o objetivo da produção. Mas, na realidade,[25] se se retira da produção sua mesquinha forma burguesa, o que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, gozos, forças produtivas etc., dos indivíduos, criada através do intercâmbio universal? Que é, senão o desenvolvimento pleno do domínio humano sobre as forças naturais, tanto sobre as da assim chamada natureza como sobre a própria natureza humana? Que é, senão a expressão de suas potencialidades criadoras, tendo como único pressuposto o desenvolvimento histórico precedente e permitindo o desenvolvimento das capacidades humanas como tais, não medidas por um padrão preestabelecido? Que é, senão uma criação na qual o homem não se reproduz de modo limitado, mas sim produz sua própria totalidade? Nesse caso, ele não busca permanecer como algo que já veio a ser: está no movimento do devir. Na economia política burguesa — e na época produtiva que lhe corresponde —, a plena expressão do homem aparece como seu esvaziamento pleno; a objetivação universal, como alienação total;[26] e a destruição de todos os objetivos unilaterais e limitados, como sacrifício do objetivo próprio diante de um objetivo completamente externo. Por isso o infantil mundo antigo aparece, de um lado, como superior; de outro, o é em tudo aquilo em que se busque uma configuração fechada, com forma e limitação dadas. É satisfação de um ponto de vista limitado, enquanto o [mundo] moderno deixa insatisfeito ou, onde aparece satisfeito consigo mesmo, é vulgar."[27]

Aqui se manifesta com clareza o contraste entre a crítica marxista e a crítica romântica ao capitalismo. O que Marx reprovava nos românticos não eram apenas suas "lágrimas sentimentais"[28] nem a circunstância de que, com intenções demagógicas, "agitam nas mãos o embornal de proletário como uma bandeira", ocultando ao mesmo tempo, atrás das costas, "os antigos brasões feudais".[29] Ele reprovava especialmente o fato de que os românticos eram incapazes de compreender "o devir da história moderna", ou seja, a necessidade e o caráter historicamente progressista da ordem social burguesa que criticavam, limitando-se a uma condenação de tipo moral.

O domínio do capital se baseia em extrair mais-trabalho, explorar e oprimir as massas populares. Neste aspecto, ele certamente supera "em energia,

ímpeto e eficácia todos os sistemas de produção precedentes, baseados no trabalho diretamente compulsório".[30] O capital foi quem "primeiro capturou o progresso histórico, colocando-o a serviço da riqueza".[31] A produção capitalista é a primeira que "se transforma em um modo de exploração que inicia uma época; no transcurso de seu desenvolvimento histórico, mediante a organização do processo de trabalho e o enorme aperfeiçoamento da técnica, revoluciona a estrutura econômica da sociedade, de modo a eclipsar as épocas anteriores".[32]

O que distingue radicalmente a produção capitalista em relação a todos os modos de produção anteriores é o seu caráter universal, seu impulso em direção a uma permanente revolução das forças produtivas materiais. As etapas pré-capitalistas da produção — por seus métodos de trabalho primitivos, não desenvolvidos — nunca conseguiram desenvolver o trabalho para muito além do necessário à manutenção imediata da vida. "O sentido histórico do capital" consiste precisamente em "criar o trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do mero valor de uso, da mera subsistência". O capital cumpre essa missão ao desenvolver de modo sem precedentes as forças produtivas sociais, de um lado, e as necessidades e capacidades de trabalho dos homens, de outro.

A "missão histórica do capital", diz uma passagem particularmente expressiva dos *Grundrisse*, "se completa, de um lado, quando as necessidades estão tão desenvolvidas que o trabalho excedente (que produz acima e além das necessidades) passa a ser, ele mesmo, uma necessidade geral, que surge das próprias necessidades individuais; de outro lado, quando a disciplina estrita do capital, pela qual passaram sucessivas gerações, desenvolveu uma laboriosidade universal que foi apropriada pelas novas gerações";[33] finalmente, "quando o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, impulsionado continuamente pelo capital — em sua ilimitada busca de enriquecimento e nas únicas condições sob as quais esta busca pode realizar-se —, alcançou tal ponto que a posse e a conservação da riqueza geral exigem um tempo de trabalho menor para a sociedade inteira; [então] a sociedade se relacionará cientificamente com o processo de sua reprodução, em meio a uma abundância crescente: deixará de existir o trabalho no qual o homem faz aquilo que as coisas podem fazer em seu lugar [...]. Em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital impele o trabalho a ultrapassar os limites de sua necessidade natural, criando os elementos materiais para o desenvolvimento de uma rica individualidade, multilateral na produção e no consumo. O trabalho, nesse caso, não se apresenta como trabalho, mas como desenvolvimento pleno da própria atividade.[34] Desapareceu a necessidade natural direta, substituída por uma necessidade historicamente

produzida. *Por isso, o capital é produtivo; ou seja, é uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento das forças produtivas encontra um limite no próprio capital.*"[35]

Em outras palavras: enquanto os modos de produção anteriores eram compatíveis com forças produtivas que só avançavam muito lentamente, e até mesmo permaneciam estacionárias durante períodos prolongados,[36] o capital se baseia no "constante revolucionamento de suas premissas". "Embora seja limitado por sua própria natureza, [o capital] tende a produzir um desenvolvimento universal das forças produtivas e se converte na premissa de um novo modo de produção, que não se baseará em um desenvolvimento das forças produtivas que reproduza e amplie uma condição limitada. Será um modo de produção no qual o desenvolvimento livre, desimpedido, progressivo e universal das forças produtivas constitui a premissa da sociedade e, portanto, de sua reprodução; no qual a única premissa é superar o ponto de partida."[37] Só sobre esta nova base será possível a "universalidade do indivíduo, não como universalidade ideal ou imaginada, mas como universalidade de suas relações reais e ideais. Daí, também, a compreensão de sua própria história como um processo e o reconhecimento da natureza (o qual existe também como poder prático sobre ela) como seu corpo real."[38] Assim, graças ao desenvolvimento do capitalismo, prepara-se inclusive a solução do problema da personalidade humana e de sua liberdade, colocado pela história. Deste ponto de vista, nunca se poderá enfatizar suficientemente a conquista histórica do capitalismo, que tantas vezes Marx destaca tão claramente.

2. O papel da maquinaria como precondição material para a sociedade socialista

Podemos ler nos *Grundrisse*: "Se a sociedade, tal como é, não contivesse, ocultas, as condições materiais de produção e de circulação necessárias a uma sociedade sem classes, todas as tentativas de criá-la seriam quixotescas."[39]

Quais condições materiais de produção tornam possível e necessária a transição a uma sociedade sem classes?

Devemos buscar a resposta, antes de tudo, na análise que Marx faz do papel da maquinaria. Ela mostrou, de um lado, como o desenvolvimento do sistema de máquinas automáticas reduz o trabalhador individual ao nível de ferramenta parcial, a mero elemento do processo de trabalho; de outro, mostrou como o mesmo desenvolvimento cria também as condições prévias para que o dispêndio de esforços humanos se reduza a um mínimo no processo de produção e para que o lugar dos trabalhadores segmentados

de hoje seja ocupado por indivíduos desenvolvidos de forma multifacética, para quem "as diferentes funções sociais sejam modos intercambiáveis de atividade". Tudo isso consta tanto dos *Grundrisse* como do primeiro tomo de *O capital*. Porém, há nos *Grundrisse* idéias sobre a maquinaria que estão ausentes de *O capital*; idéias que, embora escritas há mais de um século, tiram o fôlego ao serem lidas hoje, pois apresentam uma das visões mais audaciosas produzidas pelo espírito humano.

Marx diz: "O intercâmbio de trabalho vivo por trabalho objetivado, ou seja, a colocação do trabalho social na forma de antítese entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor. O pressuposto desta produção é, e segue sendo, a magnitude do tempo imediato de trabalho, a quantidade de trabalho usada como fator decisivo na produção da riqueza. Todavia, na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza se torna menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho usados, passando a depender mais da capacidade dos agentes acionados durante o tempo de trabalho, capacidade cuja eficácia[40] não mantém nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que sua produção exige; depende do estado geral da ciência e do progresso técnico, ou da aplicação da ciência à produção [...]. A riqueza efetiva se manifesta mais — e isto a grande indústria revela — na enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, assim como na desproporção qualitativa entre o trabalho, reduzido a pura abstração, e o vigor do processo produtivo que ele vigia. O trabalho já não aparece tanto confinado ao processo de produção, pois o homem se comporta como supervisor e regulador em relação a este processo [...]. O trabalhador já não introduz a coisa natural modificada, como elo intermediário, entre o objeto e ele mesmo, mas insere o processo natural, transformado em processo industrial, como meio entre si mesmo e a natureza inorgânica, à qual domina. Apresenta-se ao lado do processo de produção, em vez de ser seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como pilar fundamental da produção e da riqueza não são nem o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha, mas sim sua força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio sobre ela graças à sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual se baseia a riqueza atual, torna-se uma base miserável, comparado com este fundamento, recém-desenvolvido, criado pela própria grande indústria. Tão logo o trabalho, em sua forma imediata, tenha deixado de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa de ser — tem que deixar de ser — sua medida; e o valor de troca [deixa de ser a medida] do valor de

uso. O mais-trabalho da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não-trabalho de uns poucos deixa de sê-lo para o desenvolvimento da potência geral do intelecto humano.[41] Com isso desmorona a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção material imediato se despoja da forma de carecimento e antagonismo. Trata-se agora de desenvolver livremente as individualidades, e não de reduzir o tempo de trabalho necessário, tendo em vista criar mais-trabalho; a redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo passa a corresponder à formação artística, científica etc., dos indivíduos graças ao tempo que se tornou livre e aos meios criados para todos."[42]

Em outra passagem dos *Grundrisse*, Marx escreveu: "A criação de muito tempo disponível[43] — além do tempo de trabalho necessário — para a sociedade em geral e para cada integrante dela (isto é, espaço para o desenvolvimento de toda a capacidade produtiva do indivíduo e portanto também da sociedade), essa criação de tempo de não-trabalho é, do ponto de vista do capital, assim como em todos os estágios precedentes, tempo de não-trabalho ou tempo livre para alguns. Mediante todos os recursos da arte e da ciência, o capital aumenta o tempo de mais-trabalho da massa, pois sua riqueza consiste na apropriação direta de valor resultante do mais-trabalho; *seu objetivo é diretamente o valor*, não o valor de uso. Assim, *malgré lui*, serve de instrumento para criar as possibilidades do tempo disponível em escala social,[44] para reduzir a um mínimo decrescente o tempo de trabalho de toda a sociedade e tornar livre o tempo de todos, para o desenvolvimento de todos. Porém, *a tendência do capital é sempre, de um lado, criar tempo disponível e, de outro, convertê-lo em mais-trabalho.*[45] Se tem êxito no primeiro objetivo, experimenta uma superprodução; o trabalho necessário será interrompido, pois o capital não pode realizar mais-trabalho[46] algum.[47] Quanto mais se desenvolve esta contradição, tanto mais evidente fica que o desenvolvimento das forças produtivas não pode permanecer confinado à apropriação de mais-trabalho alheio. A própria massa trabalhadora deve apropriar-se de seu mais-trabalho. Fazendo-o — e por isso o tempo disponível deixará de ter uma existência antitética —, o tempo de trabalho necessário encontrará sua medida nas necessidades do indivíduo social, e o desenvolvimento da força produtiva social será tão mais rápido que, embora a produção seja calculada em função da riqueza comum, crescerá o tempo disponível de todos, pois a riqueza real é a capacidade produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. *O tempo de trabalho deixa de ser a medida da riqueza, e o tempo disponível assume este papel.* O tempo de trabalho como medida da riqueza coloca a própria riqueza como algo baseado na pobreza, e coloca o tempo disponível como algo imerso na antítese com

o tempo de mais-trabalho; ou então coloca todo o tempo de um indivíduo como tempo de trabalho, degradando-o em mero trabalhador."[48]

Esta é a análise de Marx sobre as transformações históricas surgidas do papel da maquinaria no processo de produção capitalista. Hoje, diante de uma nova revolução industrial em curso, não é necessário destacar a transcendência profética dessa concepção imensamente dinâmica e radicalmente otimista. O que o revolucionário alemão sonhava solitariamente em 1858, em seu exílio em Londres, ingressou hoje em dia — mas só hoje em dia — no âmbito do que é imediatamente possível. Graças ao desenvolvimento da técnica moderna, estão finalmente dadas — pela primeira vez — as condições para suprimir total e definitivamente o "roubo do tempo de trabalho alheio"; agora — pela primeira vez — podem ser impulsionadas tão poderosamente as forças produtivas da sociedade que, de fato, e em um futuro não muito longínquo, a medida da riqueza social não será mais o tempo de trabalho, mas sim o tempo disponível. Até o presente, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho humano revelaram-se ao mesmo tempo, na prática capitalista, métodos de degradar, subordinar e despersonalizar cada vez mais o trabalhador. Hoje, o desenvolvimento técnico chegou a um ponto no qual os trabalhadores poderão finalmente libertar-se da "serpente de seus tormentos", da tortura sem fim do trabalho cansativo, monótono e fragmentado, para se converterem de meros apêndices em verdadeiros dirigentes do processo de produção. Nunca estiveram tão maduras as condições para uma transformação socialista da sociedade, nunca o socialismo foi tão imprescindível e economicamente viável. Recordemos a objeção burguesa, segundo a qual a ordem social socialista teria de desmoronar perante a necessidade de trabalhos duros e desagradáveis, que todos tentariam evitar, empurrando-os para os demais.[49] Diante do fabuloso desenvolvimento atual das forças produtivas, quão ridícula deve parecer esta observação, que reflete a natureza do burguês médio! Enquanto era necessário levar água em baldes até as habitações, não eram poucas as pessoas que tratavam de passar esta tarefa a outros; todavia, com a instalação de tubulações de água corrente, o ofício dos distribuidores de água tornou-se supérfluo. O desenvolvimento técnico nos impele para uma situação na qual pode desaparecer a divisão do trabalho até hoje dominante, que mutila o homem, e com ela todos os seus tormentos, sendo seu lugar ocupado pelo trabalho como ocupação livre das forças físicas e intelectuais. Assim como seria um disparate — para lembrar novamente a engenhosa comparação de Trotsky[50] — que os comensais de uma boa pensão, onde a mesa é abundantemente servida, disputassem o pão, a manteiga e o açúcar, do mesmo modo seria absurdo e insensato na nova sociedade o "roubo do trabalho

alheio", a exploração do homem pelo homem. Mas só então estará assegurada a construção de uma ordem social realmente sem classes e socialista.

3. A extinção da lei do valor no socialismo

Evidentemente, o trabalho não desaparecerá. Desaparecerá apenas a forma de mais-trabalho das massas em benefício de poucos e sob controle destes. Pois, como "condição natural da vida humana", diz Marx, o trabalho é "independente da forma de vida, é comum a todas as formas de sociedade".[51]

"Trabalharás com o suor de teu rosto!, foi a maldição que Jeová lançou contra Adão. E é como maldição que Adam Smith concebe o trabalho. O 'repouso' aparece como o estado adequado, idêntico à 'liberdade' e à 'felicidade'. Que o indivíduo 'em seu estado normal de saúde, vigor, atividade, habilidade, destreza'[52] também necessite de uma porção normal de trabalho, com supressão do repouso, parece passar ao largo de seu pensamento. A própria medida do trabalho se apresenta como dada de fora, a partir do objetivo a alcançar e dos obstáculos que o trabalho deve superar para ser executado. Adam Smith não suspeita que esta superação de obstáculos é, em si, exercício da liberdade — principalmente se os objetivos exteriores deixam de ser necessidade natural exterior e passam a ser objetivos definidos pelo indivíduo —, ou seja, auto-realização, objetivação do sujeito, portanto liberdade real cuja ação é precisamente o trabalho.[53] Tem razão quando vê que as formas históricas do trabalho — escravo, servil, assalariado — foram sempre repulsivas, trabalho forçado, imposto de fora, diante do qual o não-trabalho aparece como 'liberdade e felicidade'."

Marx prossegue: "Isto é duplamente verdadeiro, tanto em relação a esse trabalho antitético[54] quanto, em conexão com ele, ao trabalho que ainda não preenche as condições subjetivas e objetivas [...] para ser trabalho atrativo,[55] auto-realização do indivíduo, o que não significa que seja diversão ou entretenimento, como imaginava Fourier. Os trabalhos realmente livres, como por exemplo a composição musical, são ao mesmo tempo extremamente sérios e exigem o mais intenso dos esforços."[56] Mais adiante, Marx volta a falar da concepção de Fourier: "Ao contrário do que quer Fourier, o trabalho não pode transformar-se em jogo. [...] O tempo livre — que pode ser tempo para o ócio ou tempo para atividades superiores — transformou seu possuidor, naturalmente, em outro sujeito, que entra também como outro sujeito no processo imediato de produção. Tal processo é, ao mesmo tempo, disciplina — considerado em relação ao homem em devir — e exercício, ciência experimental, ciência que se objetiva e é materialmente criadora — em relação ao homem que já é, cujo intelecto abriga o saber acumulado da sociedade."[57]

Também no socialismo a atividade humana criadora — o trabalho — será decisiva. Experimentará, é certo, imensas modificações qualitativas e quantitativas. No aspecto qualitativo, será diferente da forma capitalista de trabalho — que Smith concebeu tão acertadamente como um "sacrifício de liberdade e de felicidade" — pela circunstância de que, em primeiro lugar, transformará o trabalhador em dirigente consciente do processo de produção, limitando seu trabalho, cada vez mais, à mera supervisão das gigantescas máquinas e forças naturais que intervêm no processo produtivo. Em segundo lugar, por seu caráter de trabalho coletivo, diretamente socializado, cujo produto já não enfrentará o produtor na forma de objeto alienado que o domina.[58] No socialismo, o trabalho, liberado das escórias do passado, perderá as características repelentes do trabalho forçado, convertendo-se em *travail attractif*, no sentido que lhe davam Fourier e Owen.[59] No aspecto quantitativo, tal transformação do trabalho se manifestará em uma redução fundamental do tempo de trabalho e na conseqüente criação e ampliação do tempo livre. Pois, embora tampouco a sociedade socialista possa renunciar ao "mais-trabalho",[60] ela estará em condições de reduzir ao mínimo a quantidade de trabalho que caberá a cada um dos seus membros, graças ao pleno desenvolvimento das forças produtivas. Com isso, caducará a tradicional divisão de trabalho, com a separação dos homens em trabalhadores "manuais" e "intelectuais". Também a diferença entre tempo de trabalho e tempo de lazer perderá o caráter antitético que possui hoje, pois o tempo de trabalho e o tempo livre serão cada vez mais parecidos e complementares.[61]

É claro que o trabalho, assim modificado e reduzido ao mínimo, também terá de ser repartido entre os setores produtivos e os indivíduos; além disso, os resultados da produção terão de ser comparados, o que exige medição, realizada com a ajuda de uma medida unitária. "Uma vez pressuposta a produção coletiva, a determinação do tempo, como é óbvio, permanece essencial. Quanto menos tempo a sociedade necessita para produzir trigo, gado etc., tanto mais tempo ganha para outras produções, materiais ou espirituais. Também para um indivíduo isolado, a plenitude de seu desenvolvimento, de sua atividade e de sua fruição depende da poupança de seu tempo. *Economia de tempo, a isso se reduz finalmente toda economia.* A sociedade deve repartir seu tempo de modo planejado para conseguir uma produção adequada às suas necessidades, vistas como um conjunto,[62] assim como o indivíduo deve dividir o seu, de forma cuidadosa, para adquirir os conhecimentos nas proporções adequadas ou para satisfazer as variadas exigências de sua atividade. Economia de tempo[63] e repartição planejada do tempo de trabalho entre os diferentes setores produtivos formam a primeira lei eco-

nômica quando a sociedade se baseia na produção coletiva. Vale como lei inclusive em muito mais alto grau. Isto é muito diferente de medir os valores de troca (trabalhos ou produtos) mediante o tempo de trabalho."[64]

Chegamos assim ao problema, tantas vezes colocado, da vigência da lei do valor no socialismo. Todos sabem (ou sabiam naquele momento) que, para os fundadores do marxismo, o valor era considerado uma categoria "que é a expressão mais ampla da escravização dos produtores por seu próprio produto" (*Anti-Dühring*). Disso se depreende que eles não podiam estender à sociedade socialista (ou comunista) a vigência da lei do valor. Ao contrário, combatiam qualquer eternização do conceito de valor como uma utopia pequeno-burguesa. Lemos nas *Teorias*: "Quando o trabalho é comunitário, as relações dos homens em sua produção social já não se apresentam como 'valor' e 'objetos'."[65] "A própria necessidade de colocar o produto ou atividade dos indivíduos na forma de valor de troca, de dinheiro, [...] demonstra duas coisas: (a) que os indivíduos seguem produzindo só para a sociedade e na sociedade; (b) que sua produção não é *imediatamente* social, não é fruto de uma associação[66] que divide o trabalho dentro de si."[67] Portanto, *em uma sociedade produtora de mercadorias*, "*o trabalho é transformado em trabalho geral através da troca*, [...] a mediação tem lugar através da troca de mercadorias [Marx se refere à mediação entre os trabalhos privados individuais], através do valor de troca, do dinheiro, que são expressões de uma única e mesma relação". No socialismo, ao contrário, "o trabalho do indivíduo é, desde o início, trabalho social [...]. Não há nenhum produto particular para ser trocado. O produto não é um valor de troca. Não deve ser primeiro convertido em uma forma particular para depois receber um caráter geral para o indivíduo. Em lugar de uma divisão do trabalho, que se gera necessariamente na troca de valores de troca, haverá uma organização do trabalho, a partir da qual se define a porção que corresponde ao indivíduo no consumo coletivo."[68] Por isso, neste caso, por importante que possa parecer na sociedade socialista, a medição do trabalho pelo tempo de trabalho só será um meio de planejamento social[69] e já nada terá em comum com o "famosíssimo valor" (Engels) e com a lei do valor.

Assim, na sociedade socialista, a medição do trabalho pelo tempo de trabalho poderá cumprir duas funções. Em primeiro lugar, no próprio processo da produção, servirá para estabelecer a quantidade de trabalho vivo necessário à produção de diversos bens, de modo a poder administrá-la da forma mais econômica; em segundo lugar, esta medição também pode ser considerada como um meio de distribuição que ajudará a atribuir, aos diversos produtores individuais, participações no produto social destinado ao consumo.

Pode ser considerada, dissemos, pois não é imprescindível que seja assim. Que a futura sociedade socialista adote ou não esse modo de distribuição, isso dependerá do grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais, sobretudo de "quanto há para repartir".[70] Podemos ler em *O capital*: "O modo dessa distribuição variará com o tipo de organismo social de produção e conforme o correspondente nível histórico de desenvolvimento dos produtores. Apenas para manter o paralelo com a produção de mercadorias, suponhamos que a participação de cada produtor nos meios de subsistência seja determinada por seu tempo de trabalho [...]."[71]

Neste último caso, Marx pensava em uma sociedade socialista "não tal como ela se desenvolve sobre suas próprias bases, mas sim, ao contrário, tal como ela surge da sociedade capitalista; ou seja, trazendo em si todas as características — econômicas, morais, intelectuais — da antiga sociedade, em cujo interior nasceu". É certo que esta sociedade expropriou os capitalistas, transformando os meios de produção em propriedade comum, propriedade do povo; mas ainda está longe de poder usar o princípio comunista da distribuição: "De cada um conforme suas capacidades, a cada um conforme suas necessidades." Seu modo de distribuição permanece dominado pelo "direito burguês" que, "como qualquer direito, é, por seu conteúdo, um direito da desigualdade".[72] Portanto, aqui "o produtor individual recebe, depois das deduções,[73] exatamente" o que dá à sociedade. "O que deu a ela é sua quantidade de trabalho individual [...]. A sociedade lhe dá um certificado de que entregou tanto de trabalho, [...] e com esse certificado ele extrai das reservas sociais de meios de consumo uma quantidade correspondente à que custa uma quantidade igual de trabalho."[74] Ou seja, ele recebe simples certificados de trabalho, cuja finalidade consiste em regular a distribuição social conforme o princípio do trabalho. Em uma sociedade assim não pode haver lugar para uma lei do valor, porque nela estamos em presença de uma forma de produção totalmente diferente da produção de mercadorias; a regulação da produção e da distribuição não fica entregue ao jogo cego do mercado. Fica submetida ao controle consciente da sociedade.

Seria tentador tratar do problema da vigência da lei do valor na União Soviética e nas chamadas democracias populares. Mas o assunto ultrapassa os limites do nosso trabalho. Por outro lado, não cremos poder dizer nada sobre o tema que, em matéria de clareza e profundidade, possa comparar-se à conhecida obra do mais importante economista da Revolução Russa, Eugeni Preobrazhenski.[75] Para ele, qualquer revolução anticapitalista em um país industrialmente atrasado deve ser levada adiante imersa em uma luta constante entre a lei do valor, legada pelo passado capitalista, e o princípio

do planejamento socialista, diametralmente oposto; o destino do socialismo depende do resultado dessa luta. Se numerosos economistas atuais do bloco soviético elevam a lei do valor — como no marxismo vulgar — à posição de princípio socialista de distribuição, isso só demonstra o profundo abismo teórico que os separa de Preobrazhenski e seus contemporâneos. E também indica até que ponto as condições econômicas e sociais imperantes na União Soviética se afastaram das metas originalmente fixadas pela Revolução de Outubro de 1917.

Resumindo: o que distingue a concepção do socialismo de Marx e a de seus antecessores é, antes de tudo, seu caráter científico, ou seja, o modo como ele deduziu sua imagem do futuro socialista a partir do conhecimento da ordem social dominante, da análise das relações de produção capitalistas. O objeto da investigação era o mesmo em ambos os casos: a sociedade capitalista moderna. Mas, em um caso, tratava-se de sua forma presente; no outro, da sociedade do futuro, que brotaria dela. Vemos aqui até que ponto as inter-relações econômicas investigadas por Marx devem ser concebidas como leis dialéticas da evolução (e como de fato só podem, na realidade, ser concebidas como tais). Graças a isso, o tantas vezes mencionado "historicismo" da crítica marxiana da economia política se revela em seu verdadeiro sentido, isto é, como um método que pretende investigar tanto as condições de existência do capitalismo como seus limites históricos,[76] e cujas conclusões socialistas, orientadas para superar o capitalismo,[77] parecem não menos fundamentais para o conjunto do sistema de Marx que sua investigação e crítica das próprias categorias econômicas.

CAPÍTULO 29

A REIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS ECONÔMICAS E A "VERDADEIRA CONCEPÇÃO DO PROCESSO SOCIAL DE PRODUÇÃO"

Marx diz: "Assim como o sistema da economia burguesa se desenvolveu gradativamente, o mesmo ocorre com a negação desse sistema, que é seu último resultado."[1] Porém, quão longo, árduo e fatigante revelou-se esse caminho! Foi necessário investigar e expor a história do capital até chegar às suas formas concretas. Mais ainda: foi necessário decifrar passo a passo as formas mistificadas nas quais ele se manifesta, para reencontrar seu verdadeiro conteúdo. Desse ponto de vista, o sistema da economia burguesa constitui ao mesmo tempo uma história da "auto-alienação" humana. Não se tratava apenas de descobrir o caráter alienado das categorias econômicas, mas sim de entender como essa "inversão de sujeito e objeto",[2] própria do modo de produção capitalista, era necessária e condicionada por causas reais. O jovem Marx já se havia proposto essas tarefas nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Mas só em *O capital* elas seriam conduzidas até o fim.

Essas tarefas jamais poderiam ter sido cumpridas sem o minucioso trabalho preparatório dos grandes economistas clássicos. Marx foi o primeiro a reconhecer isso. Podemos ler nas *Teorias*: "Ricardo, como todos os economistas importantes, enfatiza o trabalho como atividade humana. Mais ainda: atividade humana socialmente determinada. [...] Distingue-se dos demais economistas por conceber o valor das mercadorias, coerentemente, como mero 'representante' do trabalho socialmente determinado." Mas todos os clássicos, na medida em que mereçam este nome, "concebem (com maior ou menor clareza, maior em Ricardo que nos demais) o valor de troca dos objetos como mera expressão, como uma forma especificamente social da atividade produtiva dos homens. Isso é muito diferente de enfatizar objetos usados como tais, seja no consumo industrial ou no não industrial. Para eles, o valor é apenas uma expressão objetiva das atividades produtivas dos homens, das relações que se estabelecem entre diferentes tipos de trabalho."[3]

Isso aparece com maior destaque na seção das *Teorias* dedicada a Richard Jones: "Já em Ricardo", se diz ali, a análise teórica vai "tão longe que em

primeiro lugar desaparece a forma material autônoma da riqueza; esta é considerada apenas como atividade do homem. O que não resulta da atividade humana, o que não demanda trabalho, é natureza e, como tal, não é riqueza social. O fantasma do mundo dos bens se desvanece, e a riqueza material aparece como uma objetivação transitória do trabalho social, uma cristalização do processo de produção cuja medida é o tempo, a medida do movimento." Mas, em segundo lugar, em Ricardo também "perdem sua autonomia aparente as formas nas quais as diversas partes componentes da riqueza se distribuem entre as diversas partes da sociedade. O juro é apenas uma parte do lucro, a renda é apenas lucro excedente. Ambos se fundem, convergindo para o lucro, que por sua vez se resolve em mais-valia, ou seja, em trabalho não pago."[4]

Todavia, precisamente na "trindade econômica" — capital/juro, terra/renda da terra e trabalho/salário — culmina a reificação das relações sociais de produção, e o modo de produção capitalista aparece como um "mundo encantado, invertido e colocado de cabeça para baixo, onde Monsieur le Capital e Madame la Terre rondam fantasmagoricamente como caracteres sociais e, ao mesmo tempo, como coisas".[5] Nessa medida, corresponde aos clássicos, e principalmente a Ricardo, "o grande mérito [...] de haver dissipado essa falsa aparência e esse engano, que torna independentes e enrijece os diversos elementos sociais da riqueza, com personificação das coisas e reificação das relações de produção, essa religião da vida cotidiana".[6]

Ao mesmo tempo, Marx destaca que até os melhores economistas clássicos, "em maior ou menor grau, seguem sendo prisioneiros do mundo da aparência, que criticaram e dissolveram. Não poderia deixar de ser assim, por causa de seu ponto de vista burguês. Todos incorrem, ora mais ora menos, em inconseqüências, meias verdades e contradições não resolvidas."[7] Nós acrescentamos que falta a todos esses economistas a consciência clara de que a economia trata, em geral, de categorias reificadas, que o modo invertido como as relações sociais se apresentam na produção capitalista surge necessariamente da natureza dessa mesma produção. Se eles tivessem essa consciência, não teriam feito "economia política", mas sim, como Marx, "crítica da economia política". Teriam levado adiante o que deve ser feito quando se adota o ponto de vista do proletariado socialista.

Em outras palavras: só Marx conseguiu superar sem reservas o pensamento fetichista da economia burguesa; a ele devemos a prova de que, quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam.

A esse processo de alienação corresponde a progressiva reificação das categorias econômicas. No terceiro tomo de *O capital*,[8] podemos ler: "Ao examinar as categorias mais simples do modo de produção capitalista, e até mesmo da produção mercantil, ao examinar a mercadoria e o dinheiro, já destacamos o caráter mistificador que transforma as relações sociais, baseadas nos elementos materiais da riqueza, em atributos das coisas (mercadorias) e que vai ainda mais longe ao converter a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). Todas as formas de sociedade, na medida em que conduzem à produção mercantil e à circulação monetária, participam dessa distorção."[9] (Por isso, não é casual que o célebre capítulo sobre o "fetichismo da mercadoria" esteja colocado na seção I do primeiro tomo, que trata da circulação das mercadorias.)

No modo de produção capitalista, esse processo de reificação "vai muito mais longe": "Se se considera o capital no processo direto de produção, como extrator de mais-trabalho, essa relação ainda é muito simples. A conexão real se impõe ao portador desse processo, o próprio capitalista, e ainda está em sua consciência. Isso é incisivamente provado pela violenta luta que se trava em torno dos limites da jornada de trabalho."[10] Com efeito: "É muito simples; se com 100 libras (o trabalho de 10 homens) compramos o trabalho de 20 homens (isto é, mercadorias que representam o trabalho de 20 homens), o valor do produto é igual a 200 libras, e a mais-valia de 100 libras é igual ao trabalho não pago de 10 homens. Supondo que 20 trabalhadores trabalham meio dia para si e meio dia para o capitalista — 20 meios dias equivalem a 10 dias inteiros —, o resultado seria o mesmo se 10 homens fossem pagos inteiramente e outros 10 trabalhassem de graça para o capitalista. Aqui, neste estado embrionário, a relação ainda é evidente e inconfundível. A dificuldade está em compreender como essa apropriação de trabalho sem equivalente surge da lei de intercâmbio de mercadorias — que diz que as mercadorias se trocam com base no tempo de trabalho nelas contido —, e como, em primeira instância, não contradiz essa lei."[11]

"O processo de circulação já torna opaca a conexão."[12] Pois "qualquer que seja a mais-valia que o capital extrai no processo imediato de produção e que está representada em mercadorias, o valor e a mais-valia contidos nas mercadorias só podem realizar-se na circulação. Tanto a restituição dos valores adiantados na produção como, especialmente, a mais-valia contida nas mercadorias parecem surgir da circulação, e não só realizar-se nela. Tal aparência é fortalecida por duas circunstâncias: primeiro, obtém-se o lucro com a venda, que depende do trabalho, da astúcia, da perícia, da habilidade e de mil circunstâncias de mercado; além disso, ao tempo de trabalho se acrescenta um segundo elemento determinante: o tempo de circulação.

É certo que este só funciona como barreira negativa à formação de valor, mas aparentemente é uma causa tão positiva como o próprio trabalho, aportando uma determinação que resulta da natureza do capital e independe do trabalho."[13]

Um grau mais elevado de reificação, prossegue Marx, aparece no "capital acabado, visto como uma totalidade, como a unidade dos processos de circulação e de produção".[14] Pois o "capital acabado" engendra novas configurações, "nas quais se perde cada vez mais o fio da conexão interna; as relações de produção se autonomizam entre si e os componentes de valor se petrificam uns diante dos outros em formas autônomas". Em primeiro lugar, "a mais-valia, na forma de lucro, já não é atribuída à parte do capital desembolsada com o trabalho, de onde de fato surge, mas sim ao capital global. A taxa de lucro se regula por leis próprias que admitem e até condicionam uma modificação dela mesma, enquanto a taxa de mais-valia permanece inalterada. Tudo isso obscurece cada vez mais a natureza da mais-valia e, portanto, o mecanismo que move o capital. Isso é reforçado pela transformação do lucro em lucro médio e dos valores em preços de produção [...]."

"Aqui intervém um complexo processo social, o processo de equalização dos capitais, que separa os preços médios relativos das mercadorias e seus valores, bem como os lucros médios nos diferentes setores produtivos [...] e a real exploração do trabalho por cada capital. Aqui, de fato, o preço médio das mercadorias não só parece ser, mas de fato é, diferente de seu valor, isto é, do trabalho realizado nelas; e o lucro médio de um capital específico difere da mais-valia que esse capital extraiu dos trabalhadores que empregou. O valor das mercadorias só se manifesta diretamente na influência de uma produtividade variável do trabalho sobre a baixa e a alta dos preços de produção, sobre seu movimento, e não sobre seus limites. O lucro é secundariamente determinado pela exploração direta do trabalho, na medida em que esta permita ao capitalista realizar um lucro divergente do lucro médio, através de preços regulados pelo mercado, os quais existem de modo aparentemente independente dessa exploração." "Assim, a transformação dos valores em preços de produção parece suprimir sua própria base, isto é, a determinação do valor das mercadorias pelo tempo de trabalho nelas contido."[15]

A aparência fetichista se consolida ainda mais "pelo fato de que o mesmo processo de equalização do capital, que dá ao lucro a forma de lucro médio, separa uma parte dele sob a forma de renda, como algo independente e originário de outra fonte, a terra. É certo que, originalmente, a renda se apresenta como uma parte do lucro que o arrendatário paga ao proprietário da

terra. Mas, como nem ele — o arrendatário — embolsa esse excedente [pois o arrendatário deve entregá-lo ao proprietário da terra], nem o capital que usa se diferencia de outro capital como capital, a terra aparece como a fonte desta parte do valor [a renda da terra] da mercadoria [de sua mais-valia] [...]. Nesta expressão, na qual se relaciona uma parte da mais-valia — a renda — com um elemento natural específico, independente do trabalho humano, não só está completamente obliterada a natureza da mais-valia — por estar obliterada a natureza do próprio valor —, mas, além disso, justamente porque a terra aparece como a fonte da renda, o próprio lucro aparece agora como tendo origem no capital, considerado como um instrumento material de produção. A terra foi colocada ali pela natureza e produz uma renda. O capital são coisas, e estas produzem lucros. O fato de que um valor de uso que foi produzido produza lucro e que outro que não foi produzido produza renda são duas maneiras de imaginar que os objetos criam valor."[16]

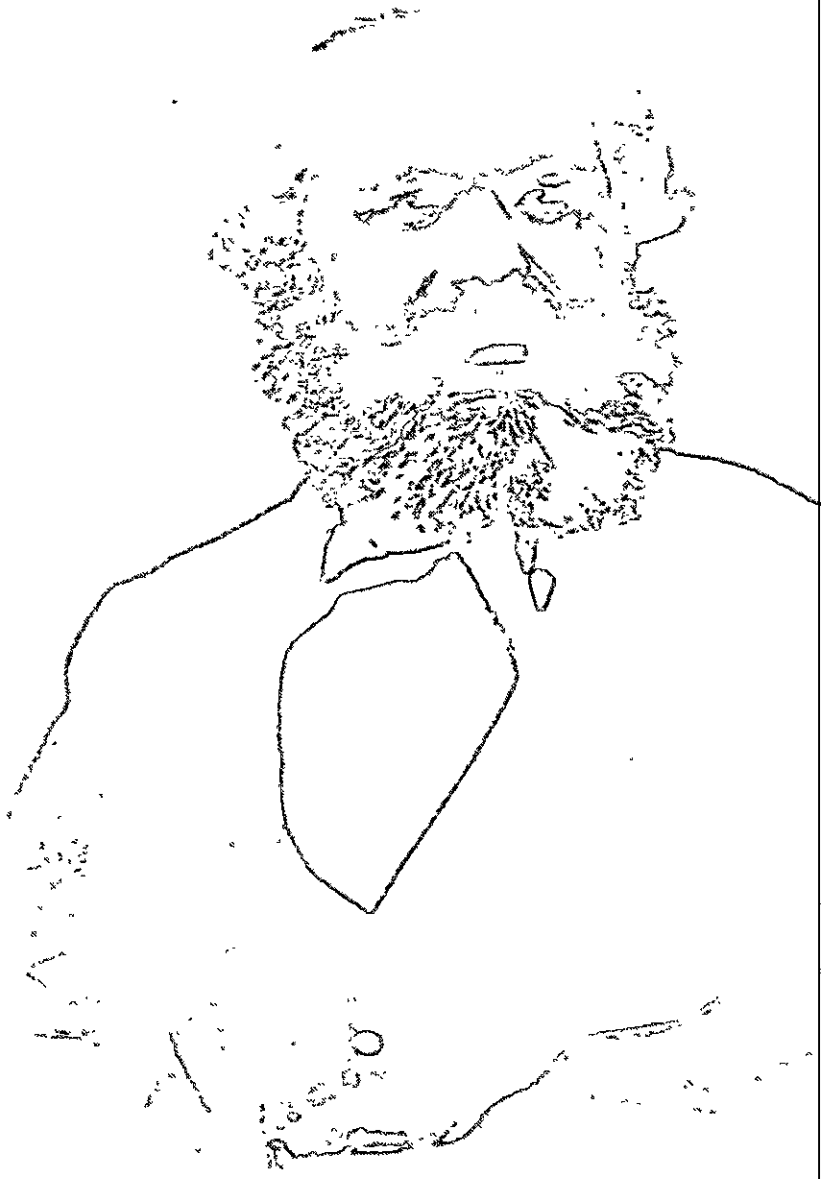
Por outro lado, só "a separação do lucro em lucro empresarial e juro (para não falar da interposição do lucro comercial e do lucro decorrente da intermediação monetária, que se baseiam na circulação e parecem surgir inteiramente dela, e não do processo de produção) completa a autonomização da forma da mais-valia, o enrijecimento de sua forma em relação à sua substância, à sua essência. Uma parte do lucro [o lucro empresarial] se desprende totalmente da relação capitalista como tal e se apresenta como se tivesse origem não na exploração do trabalho assalariado, mas sim no trabalho do próprio capitalista.[17] De outro lado, o juro aparece como se fosse independente tanto do trabalho assalariado do trabalhador como do próprio trabalho do capitalista, e emana do capital como se ele fosse uma fonte independente."[18] Por isso, no capital que rende juros, o fetiche do capital aparece em sua forma mais aperfeiçoada e, ao mesmo tempo, mais "insana".[19]

Esse esboço sobre a "autonomização da mais-valia", que citamos detalhadamente, oferece um excelente resumo do conteúdo dos três tomos de *O capital*. Além disso, demonstra qual foi o resultado fundamental da crítica da economia política, feita por Marx: *a demonstração de que a economia não trata "de objetos, mas sim de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes"; mas que essas relações "sempre estão ligadas a objetos e aparecem como objetos"* (Engels). O significado revolucionário dessa descoberta salta à vista. Pois só desse modo Marx pôde desenvolver, no lugar das categorias reificadas da economia burguesa, uma "concepção verdadeira do processo social de produção",[20] no sentido da elegante frase de Galiani: "A verdadeira riqueza [...] é o próprio homem."[21] Só assim a ciência da economia política pôde transformar-se em uma verdadeira ciência social.

Como disse Marx nos *Grundrisse*: "Se considerarmos a sociedade burguesa no longo prazo e como um todo, o resultado final do processo social de produção é sempre a própria sociedade, ou seja, o próprio homem em suas relações sociais. Tudo o que tem forma definida, como produto etc., se apresenta só como momento, momento evanescente desse movimento. O próprio processo imediato de produção se apresenta aqui só como momento. As condições e objetivações do processo são momentos seus. Como sujeitos do processo aparecem só os indivíduos, mas os indivíduos em relações recíprocas, que reproduzem ou produzem novamente. No processo do seu próprio movimento, eles renovam a si mesmos, assim como ao mundo da riqueza que criam."[22]

PARTE VII

ENSAIOS CRÍTICOS



CAPÍTULO 30

A POLÊMICA EM TORNO DOS ESQUEMAS DA REPRODUÇÃO DE MARX

O objetivo deste trabalho é, antes de tudo, de natureza metodológica. As análises realizadas até hoje concentraram-se na obra econômica de Marx. Interessaram-se pouco por seu método de investigação. Tentei demonstrar o quanto se pode aprender sobre isso nos *Grundrisse*. Os conhecimentos metodológicos obtidos a partir do estudo dessa obra devem lançar nova luz sobre antigas questões em litígio na economia marxista, sobretudo no que diz respeito ao controverso problema dos esquemas da reprodução do segundo tomo de O *capital* e do assim chamado problema da realização.

I. INTRODUÇÃO

1. Observações sobre o aspecto formal dos esquemas da reprodução do segundo tomo

Para facilitar a compreensão do que se segue, consideremos primeiro, de passagem, a forma — ou seja, os números — dos esquemas da reprodução do segundo tomo.

Tendo em vista ilustrar as condições necessárias à reprodução do capital social total, Marx divide a produção social em dois grandes setores, ou departamentos: o departamento I produz meios de produção e o departamento II produz bens de consumo. O valor dos produtos de cada departamento se divide em $c + v + p$, letras que simbolizam o capital constante usado em um processo de produção (c), o capital variável gasto em salários (v) e, finalmente, a mais-valia criada no processo produtivo (p). Em seguida, ele investiga como devem intercambiar-se os componentes do valor do produto de ambos os departamentos para que se possa avançar para a rodada seguinte do processo produtivo. Trata, em primeira aproximação, das condições que possibilitam a reprodução simples (ou seja, a reprodução de quantidades constantes). Marx esboça o seguinte esquema:

$$\begin{aligned} \text{I} \quad & 4.000\,c + 1.000\,v + 1.000\,p = 6.000 \\ \text{II} \quad & 2.000\,c + \quad 500\,v + \quad 500\,p = 3.000 \end{aligned}$$

Nas condições da reprodução simples, o departamento I necessita da mesma quantidade de capital constante que utilizou no período anterior, ou seja, 4.000 *c*. Ele pode gerar esses 4.000 *c* com sua própria produção, sem ter de realizar intercâmbio com o departamento II.

Da mesma forma, o departamento II, que produz bens de consumo, pode utilizar diretamente os 500 *v* e os 500 *p*, que dirige ao consumo pessoal dos trabalhadores e dos capitalistas de seu próprio departamento, sem efetuar intercâmbio com o departamento I. O que deve ser intercambiado entre ambos os departamentos são a parte do produto do departamento II cujo valor corresponde ao seu capital constante e a parte do produto do departamento I que equivale ao seu capital variável e à sua mais-valia. Por isso, a fórmula geral do equilíbrio da reprodução simples do capital social é a seguinte:

$$c\,\mathrm{II} = v\,\mathrm{I} + p\,\mathrm{I},$$

ou seja, o capital constante usado no departamento II deve ser equivalente à soma do capital variável e da mais-valia do departamento I.

A fórmula não pode ser aplicada às condições da reprodução ampliada, quando uma parte da mais-valia, em vez de ser consumida pelo capitalista, é acumulada, ou seja, incorporada ao capital (constante e variável) de ambos os departamentos. Seguindo Bukharin, chamamos α a parte da mais-valia destinada a ser consumida, $\beta\,c$ a parte da mais-valia que deve ser acrescentada ao capital constante no período produtivo seguinte e $\beta\,v$ a parte acrescentada ao capital variável. Então, para ajustar-se às condições da reprodução ampliada, a fórmula anterior deve ser modificada da seguinte maneira:

$$c\,\mathrm{II} + \beta\,c\,\mathrm{II} = v\,\mathrm{I} + \alpha\,\mathrm{I} + \beta\,v\,\mathrm{I}.^{1}$$

Eis a fórmula geral em que se baseiam os esquemas da reprodução do capítulo XXI do segundo tomo de *O capital*. Nesse capítulo, existem duas tabelas que, segundo Marx, devem ilustrar o processo de acumulação em dois diferentes estágios do desenvolvimento capitalista.[2] A primeira (expressa com os símbolos de Bukharin e arredondando as frações de Marx) tem a seguinte feição:

		c		v		p		
						α	$\beta\,c$	$\beta\,v$
Primeiro ano	I	4.000	+	1.000	+	500	+ 400	+ 100
	II	1.500	+	750	+	600	+ 100	+ 50
Segundo ano	I	4.400	+	1.100	+	550	+ 440	+ 110
	II	1.600	+	800	+	560	+ 160	+ 80

Terceiro ano	I	4.840	+	1.210	+	605	+	484	+	121	
	II	1.760	+	880	+	616	+	176	+	88	
Quarto ano	I	5.324	+	1.331	+	666	+	532	+	133	
	II	1.936	+	968	+	677	+	194	+	97	etc.

A segunda tabela, que corresponde a uma etapa mais avançada do desenvolvimento capitalista, parte de uma composição orgânica do capital mais elevada; além disso, diferentemente do que ocorre na primeira, nesse outro caso a composição do capital é a mesma em ambos os departamentos (a saber, 5 c : 1 v). A reprodução ocorre da seguinte forma:

		c		v		p				
						α		βc		βv
Primeiro ano	I	5.000	+	1.000	+	500	+	417	+	83
	II	1.430	+	285	+	101	+	153	+	31
Segundo ano	I	5.417	+	1.083	+	542	+	452	+	90
	II	1.583	+	316	+	158	+	132	+	26
Terceiro ano	I	5.869	+	1.173	+	587	+	489	+	98
	II	1.715	+	342	+	171	+	143	+	28
Quarto ano	I	6.358	+	1.271	+	636	+	530	+	106
	II	1.858	+	370	+	185	+	155	+	30

e assim sucessivamente.

Rosa Luxemburgo atacou violentamente ambas as tabelas. Contra a primeira, alegava que Marx só podia obter "de forma clara as condições de acumulação do departamento I", pagando o preço de uma "construção totalmente arbitrária das proporções do departamento II", que acumulava e consumia "sem nenhuma regra visível", "de forma errática", "por saltos".[3] Rosa admite que, na segunda tabela de Marx, a acumulação avança regularmente em ambos os departamentos, de modo que já não têm lugar "mudanças arbitrárias na distribuição da mais-valia em II". Não obstante, ela afirma que também neste caso "a acumulação no departamento II é totalmente dependente e está totalmente dominada pela acumulação em I, [...] de modo que I inicia e participa ativamente de todo o movimento de acumulação, enquanto II sofre esse movimento passivamente".[4]

Joan Robinson refutou de forma convincente a segunda objeção — cuja validade, curiosamente, os marxistas jamais discutiram — ao demonstrar que "a matemática é totalmente neutra em relação a ambos os departamentos" e que o impulso para acumular pode emanar igualmente de ambos.[5]

Mas, tampouco na primeira tabela de Marx a acumulação é tão "errática" ou avança tão "aos saltos" no departamento II como parecia a Rosa Lu-

xemburgo e como todos acreditaram até aqui. Pois, com exceção do primeiro ano, vê-se que o departamento I dessa tabela acumula regularmente 50% e o departamento II, 30% da mais-valia. Isso, naturalmente, não é casual. Surge da diferente composição orgânica do capital em ambos os departamentos. Pois se pode demonstrar matematicamente[6] que, se a taxa de mais-valia é a mesma em ambos os departamentos e não se modifica no transcurso da reprodução, a fórmula de equilíbrio da reprodução ampliada

$$c\,\mathrm{II} + \beta\, c\,\mathrm{II} = v\,\mathrm{I} + \alpha\,\mathrm{I} + \beta\, v\,\mathrm{I}$$

exige uma estrita correlação entre a taxa de acumulação e a composição do capital em ambos os departamentos. Se supomos, como Marx, que a composição orgânica do capital e a taxa de acumulação permanecem as mesmas em sucessivos períodos da produção, então as taxas de acumulação em ambos os departamentos devem manter uma proporcionalidade inversa às taxas da composição orgânica. Expressando isso em uma fórmula:

$$\frac{\beta\,\mathrm{I}}{p\,\mathrm{I}} : \frac{\beta\,\mathrm{II}}{p\,\mathrm{II}} = \frac{v\,\mathrm{II}}{c\,\mathrm{II} + v\,\mathrm{II}} : \frac{v\,\mathrm{I}}{c\,\mathrm{I} + v\,\mathrm{I}}$$

Na primeira tabela de Marx, a relação entre as taxas de acumulação de ambos os departamentos era 50% (departamento I) : 30% (departamento II). A relação $v/(c + v)$ era de 1/3 no departamento II e de 1/5 no departamento I. Como 5 : 3 = 1/3 : 1/5, estão dadas as condições de equilíbrio exigíveis para a reprodução.

Chega de tratar do erro "matemático" de Rosa Luxemburgo. Ela deve ter sido induzida a esse erro pela forma dos exemplos numéricos de Marx, que de fato parecem confusos. A confusão está em que, em ambas as tabelas, a acumulação do ano inicial não obedece a regra que governa a acumulação dos anos posteriores. Por que Marx escolheu essa forma de exposição? Sobre isso, só podemos especular. Alguns acham que chegou a nós sua primeira tentativa de exposição, sem que depois tenha ele encontrado tempo para aperfeiçoá-la.

Curiosamente, a forma confusa das tabelas de Marx também induziu a erro Bukharin, o mais severo de todos os críticos de Rosa Luxemburgo. Como dissemos, ele foi o primeiro a formular a relação de equilíbrio geral da reprodução ampliada: $c\,\mathrm{II} + \beta\, c\,\mathrm{II} = v\,\mathrm{I} + \alpha\,\mathrm{I} + \beta\, v\,\mathrm{I}$. Desta fórmula, ele deduziu duas outras, evidentemente falsas: $c\,\mathrm{II} = v\,\mathrm{I} + \alpha\,\mathrm{I}$ e $\beta\, v\,\mathrm{I} = \beta\, c\,\mathrm{II}$.[7] É certo que, no primeiro ano da primeira tabela de Marx, $c\,\mathrm{II} = v\,\mathrm{I} + \alpha\,\mathrm{I}$, enquanto $\beta\, v\,\mathrm{I} = \beta\, c\,\mathrm{II}$. Porém, isso decorre do fato de que Marx não podia encontrar logo a proporção correta entre $c\,\mathrm{I}$ e $c\,\mathrm{II}$. Em todos os anos subse-

qüentes na primeira tabela, e em todos na segunda, c II é necessariamente menor que v I + α I; e β c II é maior que β v I. Em outra palavras: Bukharin esqueceu que a reprodução ampliada do capital social global não só deve conduzir ao crescimento de c e de v, mas também de α, ou seja, ao crescimento do consumo individual dos capitalistas. Esse erro elementar passou inadvertido durante quase duas décadas,[8] e Bukharin foi geralmente considerado como o defensor mais autorizado da "ortodoxia" marxista contra os ataques de Rosa Luxemburgo "à parte da análise de Marx, na qual o incomparável mestre nos havia legado o produto mais perfeito de seu gênio [...]".[9] Deixando de lado essa circunstância, a fórmula do equilíbrio geral de Bukharin é muito útil, embora também ele — como a maior parte dos críticos de Rosa Luxemburgo — confunda a mera formulação do problema com sua solução.

2. Sobre a "aderência à realidade" dos esquemas da reprodução de Marx

Isso é tudo sobre a forma dos esquemas da reprodução de Marx. No que se refere ao seu conteúdo, devemos formular, desde logo, outra questão: se, com a ajuda desses esquemas, Marx pretendia descrever (e, em caso positivo, em que medida) o que acontece na realidade capitalista concreta.

Curiosamente, poucos marxistas prestaram atenção nisso. As discussões sobre os esquemas da reprodução, travadas em torno do livro de Rosa Luxemburgo publicado em 1912, mostram um estranho paradoxo: é claro que os adversários austro-marxistas de Rosa (Kautsky, Bauer, Eckstein, Hilferding e outros) sabiam perfeitamente que os esquemas de Marx haviam sido concebidos em um nível máximo de abstração e que, por isso, não incorporavam muitas características decisivas da realidade capitalista: classes e regiões não capitalistas, comércio exterior, taxa média de lucro, preços de produção diferentes de valores etc. Mesmo assim, esses autores pretendiam ver, nos esquemas, a prova de uma viabilidade econômica ilimitada da economia capitalista.

Comecemos pelo fundador da escola austro-marxista, Karl Kautsky. Em sua *opus magnum*, *Materialistische Geschichtsauffassung*, ele atacou duramente a "hipótese" de Rosa Luxemburgo, de que o capitalismo deve ruir por razões econômicas. Kautsky afirma que, ao defender isso, Rosa assume uma posição "oposta à de Marx, que demonstrou o contrário no segundo tomo de *O capital*, ou seja, nos esquemas da reprodução".[10]

Kautsky só chegou a esta interpretação dos esquemas depois da Primeira Guerra Mundial. Mas seus discípulos já defendiam posições semelhantes desde muito antes. Como veremos, a interpretação proposta por Rudolf

Hilferding em *O capital financeiro*, de 1909, destacava que, seguindo esses esquemas, a reprodução capitalista "se estende até o infinito [...] sem levar à superprodução de mercadorias", desde que se estabeleçam proporções corretas entre os diversos setores produtivos.[11] Na Conferência de Viena da Associação de Política Social, realizada em 1926, Hilferding lembrou a seu auditório acadêmico que sempre se opusera à "teoria da derrocada". Ele declarou: "Com essa concepção, concordo totalmente com as doutrinas de Karl Marx, a quem sempre se atribui erroneamente uma teoria da derrocada. O segundo tomo de *O capital* demonstra como, no sistema capitalista, é possível haver produção em uma escala cada vez mais ampliada." Hilferding acrescenta, em tom de brincadeira: "Às vezes penso que não é tão grave que o segundo tomo seja tão pouco lido, pois em determinadas circunstâncias sua leitura poderia permitir uma louvação ao capitalismo."[12]

Como se vê, também Hilferding pretende deduzir dos esquemas da reprodução do segundo tomo uma refutação à "teoria da derrocada"; também ele confunde um exemplo matemático com uma demonstração teórica, confunde a esfera do "abstrato" com a do "concreto". Otto Bauer procede de maneira semelhante em sua crítica. É certo que este atribui à autora de *A acumulação do capital* que "os números que Marx usa no segundo tomo de *O capital* para exemplificar o processo da reprodução [...] foram escolhidos de forma arbitrária e não estão isentos de contradições". "Mas o fato de que Marx tenha exposto seu raciocínio de forma discutível não faz com que o raciocínio seja errado." Bauer esboça seu próprio esquema da reprodução, "liberado de arbitrariedades", afirmando mais de uma vez que as séries numéricas construídas por ele "demonstram" o acerto de sua interpretação da teoria marxiana da reprodução, ao confirmarem a ilimitada capacidade de expansão do modo de produção capitalista.[13]

Gustav Eckstein, o mais brando dos adversários de Rosa Luxemburgo, consegue misturar em um mesmo ensaio, e às vezes em uma mesma frase, dois pontos de vista: o puramente teórico e o empírico. Podemos ler no começo de seu ensaio: "Se quisermos estudar o problema da crise,[14] é preciso propor antes de mais nada a questão de qual é a relação entre a acumulação capitalista e os esquemas de equilíbrio de Marx; estes, definitivamente, só demonstram a *possibilidade* do equilíbrio." Porém, já na página seguinte, ele escreve: "Os esquemas de Marx demonstram como a produção capitalista teria de avançar se quisesse permanecer em equilíbrio; demonstram a magnitude da necessidade social dos diversos tipos de produtos." Em outra página, mais adiante: "O modo de produção capitalista é guiado pela busca do lucro. Então, cabe perguntar se os esquemas de Marx demonstram como o

capitalista realiza esse lucro. É este o caso. [...] Os esquemas demonstram precisamente quem compra os produtos."[15]

Esses exemplos bastam para demonstrar quanta razão tinha Henryk Grossmann quando escreveu: "Os novos defensores da harmonia idealizam o esquema do equilíbrio não porque seja um excelente instrumento metodológico para a análise, mas sim porque — confundindo o método de investigação com os fenômenos a investigar — acreditavam deduzir dos esquemas do equilíbrio uma tendência do capitalismo ao equilíbrio."[16]

Como se pode explicar esse erro dos austro-marxistas? Como puderam incorrer em uma confusão tão elementar?

Não basta dizer que "o desejo foi o pai da idéia" e que os austro-marxistas, imersos na *práxis* reformista, rechaçavam instintivamente a idéia de uma derrocada econômica da ordem social vigente (aliás, também a necessidade histórica da derrocada da monarquia austro-húngara e o ocaso das potências da Europa Central lhes pareciam inimagináveis). Esses motivos inconscientes devem ter desempenhado algum papel. Mas, a nosso ver, o erro também pode ser atribuído à escassa compreensão que esses autores tinham da metodologia econômica de Marx.

Se interpretarmos essa metodologia no sentido da ciência positiva (ou seja, se a despojarmos de seu caráter essencialmente dialético), torna-se difícil distinguir o método econômico de Marx e o procedimento conceitual da "teoria acadêmica", a qual começa por eliminar determinados traços individuais e particulares dos fenômenos econômicos (método da "abstração") para depois reincorporar, por etapas, esses mesmos traços (método da "concretização sucessiva" ou da "aproximação"). Porém, se esses traços individuais e particulares são eliminados e depois reintroduzidos sem nenhuma intermediação dialética, cria-se a ilusão de que não existe uma "ponte" qualitativa entre o "abstrato" e o "concreto".[17] Então se poderá pensar que o modelo teórico contém, simplificados, todos os elementos essenciais do objeto concreto investigado, do mesmo modo que, por exemplo, uma fotografia tomada de grande altura revela todos os elementos fundamentais de uma paisagem, mesmo que na fotografia só sejam visíveis cadeias montanhosas, grandes rios, florestas etc. Se concebemos assim a relação entre o "abstrato" e o "concreto", ignoramos a necessária "contradição entre a lei geral e relações concretas mais desenvolvidas".[18] Caímos na ilusão de que a imagem abstrata reflete as condições concretas, sem "mediações". Esta foi, a nosso ver, a fonte metodológica do erro dos críticos austro-marxistas de Rosa Luxemburgo, os quais esqueceram que as fórmulas abstratas do segundo tomo de *O capital* só constituem uma "etapa da

análise",[19] motivo pelo qual não se pode aplicá-las diretamente à realidade capitalista concreta; essa aplicação exige muitos "elos intermediários". Em outras palavras: os austro-marxistas mesclaram duas fases diferentes da análise de Marx, e por isso seguiram um caminho falso. Seu desdém pela dialética marxista vingou-se deles.

3. A hipótese fundamental dos esquemas da reprodução de Marx

Destacamos no capítulo 3 deste trabalho como a categoria de valor de uso também influi nas relações da reprodução social. Sobre isso, Marx disse no segundo tomo, no começo de sua análise do processo da reprodução: "Enquanto examinávamos individualmente a produção de mercadorias e o valor do produto do capital, a forma material das mercadorias produzidas — máquinas, cereais ou espelhos — era indiferente para a análise. Estávamos sempre diante de exemplos, e qualquer setor produtivo podia servir para ilustrar nossa exposição. [...] Na medida em que se levava em conta a reprodução do capital, bastava supor que a parte do produto em mercadorias que representa o valor do capital encontra, na esfera da circulação, a oportunidade de reconverter-se em seus elementos de produção e, por conseguinte, de recuperar a forma de capital produtivo; da mesma maneira, bastava supor que o trabalhador e o capitalista encontravam, já ofertadas no mercado, as mercadorias em que gastavam o salário e a mais-valia." Todavia, "essa maneira puramente formal da exposição não basta quando se trata de considerar o capital social global e o valor dos seus produtos. A reconversão de uma parte do valor do produto em capital e a entrada de outra parte no consumo individual da classe capitalista, assim como da classe trabalhadora, configuram um movimento dentro do próprio valor do produto, movimento que expressa o resultado do capital global; tal movimento é não só reposição de valor, mas também de matéria; daí que esteja condicionado tanto pelas proporções relativas dos componentes de valor do produto social quanto por seu valor de uso, sua figura material."[20]

Citamos extensamente essa passagem, que na redação definitiva do segundo tomo aparece interrompida,[21] porque encontramos nela uma pista para compreender melhor os esquemas da reprodução de Marx. Aqui, Marx tem em vista a antítese (mencionada com freqüência no curso de nosso trabalho) entre valor de uso e valor de troca, que já encontramos quando analisamos o valor e o dinheiro, mas que invade todo o sistema da economia burguesa. Por outro lado, a análise do processo de produção e circulação do capital individual, realizada por Marx, podia dar a impressão de que à produção capitalista interessava apenas a formação do valor e da mais-valia.

Porém, ao considerar a reprodução do capital social, vemos que essa formação do valor e da mais-valia encontra um obstáculo que não havíamos levado em conta: o obstáculo do "valor de uso em escala social".[22] Para reproduzir seu capital, a "sociedade", ou seja, o "capitalista total" deve dispor não só de um fundo de valores, mas também dispor desses valores em uma forma de uso determinada — na forma de máquinas, matérias-primas e meios de subsistência — e nas proporções exigidas pelas técnicas de produção. Portanto, por motivos técnicos, a formação do valor e da mais-valia vincula-se ao "metabolismo social da matéria", mesmo se abstrairmos a necessidade de vender as mercadorias produzidas, de achar compradores para elas.

Isso não significa que, em última instância, o sistema econômico capitalista tenha como finalidade satisfazer as necessidades sociais de produção e de consumo. O traço mais evidente desse sistema é — e segue sendo — sua busca insaciável de lucros crescentes. Por isso, só se produzem "bens", ou valores de uso, que também sejam, ao mesmo tempo, valores; e as necessidades humanas só são satisfeitas na medida em que isso incremente a mais-valia. Por exemplo, os criadores de toda a riqueza social — os trabalhadores — têm grandes necessidades (afortunadamente, sempre crescentes); mas só podem satisfazê-las se sua força de trabalho for uma mercadoria vendável no mercado; e ela só é vendável se for capaz de criar mais-valia. O caso dos assim chamados "fatores objetivos" é semelhante: máquinas e instrumentos de produção, mesmo os mais aperfeiçoados, só são empregados se podem aumentar a taxa de lucro. Finalmente, também o "capitalista total" está restringido em suas comodidades e fruições pela necessidade da acumulação permanente de capital. Por isso, do ponto de vista do processo da reprodução social, a categoria valor aparece condicionada pela categoria valor de uso, mas, na economia capitalista, esta última se encontra totalmente submetida ao valor e à formação do valor. Quando falamos da reprodução do capital social global, tal como Marx a investiga, não devemos perder de vista essa convivência de finalidades contraditórias, essa constante inter-relação das categorias valor e valor de uso, que, não obstante, devem ser reconciliadas.

A solução dessa antinomia exige que se recorra a um modelo muito abstrato e muito simples. É o que os esquemas da reprodução de Marx apresentam, ao dividir toda a produção social em dois grandes departamentos — o das indústrias de meios de produção e o das indústrias de bens de consumo — e fazer com que ambos trabalhem um para o outro. Para poder repetir o processo produtivo, cada departamento deve conseguir repor o valor de seus elementos de produção; mas só pode fazê-lo se toma uma parte des-

ses elementos do outro departamento, em uma forma material apropriada. Por outro lado, cada departamento só pode lograr a posse dos valores de uso de que necessita se os obtém do outro, mediante o intercâmbio de equivalentes de valor. Esta dependência recíproca de "substituição do valor" e "substituição de material" se expressa claramente nos esquemas da reprodução; mas os esquemas só podem exibir essa dependência se separarem estritamente os departamentos e limitarem suas relações mútuas, exclusivamente, ao intercâmbio de valores equivalentes. A suposta "rigidez" das premissas fundamentais dos esquemas corresponde exatamente à tarefa que eles deviam resolver em primeira instância; quando vários teóricos (Tugan-Baranovski, Otto Bauer e outros) empreenderam tentativas de "melhorar" os esquemas de Marx mediante a introdução de condições menos estritas, de modo a aproximá-los da realidade concreta, demonstraram quão pouco compreenderam o sentido e a estrutura dos esquemas.

Pode-se perguntar: por que usar um modelo teórico para explicar a possibilidade de solucionar o conflito entre valor de uso e valor, tal como se manifesta no processo de reprodução social, se na prática capitalista essa solução se impõe cotidianamente, mediante o ajuste dos preços das mercadorias à demanda social, mediante a falência de empresas individuais etc.? De fato, as coisas se passam assim. Mas a prática capitalista mostra o fenômeno das crises econômicas, que expressam a impossibilidade — periodicamente recorrente — de resolver o conflito; nelas, "irrompem as contradições e antinomias da produção burguesa".[23] Desse ponto de vista, há interesse teórico em saber em que medida pode-se superar, em princípio, a antinomia de valor de uso e valor de troca na ordem econômica capitalista. Os esquemas da reprodução do segundo tomo, construídos para responder a essa questão, podem prestar excelentes serviços.

4. Os esquemas da reprodução e o problema da realização

Isso é tudo sobre a premissa fundamental dos esquemas da reprodução do segundo tomo: para que se mantenham as condições de equilíbrio da reprodução do capital social global, as relações de troca entre os dois grandes departamentos da produção social devem ser coerentes, tanto do ponto de vista do valor como do valor de uso. (É necessário destacar esta *conditio sine qua non* dos esquemas porque, lamentavelmente, ela foi deixada muitas vezes de lado na literatura marxista.)

Naturalmente, não é este o único aspecto que deve ser levado em conta quando se consideram os esquemas da reprodução, nem foi esta a única questão que Marx pretendeu enfrentar ao formulá-los. Seu objetivo prin-

cipal, seguindo o exemplo de Quesnay, era esboçar um novo *Tableau Économique* que reunisse "os incontáveis atos individuais de circulação" que ocorrem na superfície da sociedade burguesa "em seu movimento social característico", descrevendo a "circulação que envolve grandes classes econômicas da sociedade, funcionalmente determinadas".[24] O que Marx diz sobre o *Tableau* de Quesnay vale para os esquemas da reprodução do segundo tomo: eles também pretendem "representar todo o processo de produção do capital como processo de reprodução" (aparecendo a circulação como uma mera forma deste último processo), incluindo ao mesmo tempo, neste ciclo, não só "a origem da renda e o intercâmbio entre capital e renda", mas também "a relação entre o consumo reprodutivo e o consumo final", bem como "a circulação entre consumidores e produtores".[25] Mas o propósito científico de Marx foi incomparavelmente mais complexo e difícil de realizar que o de Quesnay. Em primeiro lugar, para Quesnay o valor ainda coincidia com o valor de uso,[26] de modo que para ele nem se colocava a antinomia fundamental entre valor de uso e valor de troca. Em segundo lugar, Quesnay trata apenas da reprodução simples, enquanto o centro do interesse de Marx era — e tinha de ser — o problema da reprodução ampliada do capital social global. Os esquemas da reprodução de Marx devem demonstrar não só como se repõem as partes componentes do valor anual do produto social ($c + v + p$), mas também como uma parte da mais-valia produzida pode ser dirigida à ampliação da produção capitalista, o que naturalmente pressupõe o intercâmbio regular desses componentes do valor e sua realização no mercado. Nesse sentido, os esquemas da reprodução do segundo tomo podem ser considerados como uma solução (provisória) do assim chamado problema da realização.

A história da economia política registra três soluções para o problema da realização.

A primeira remonta a Mill, Ricardo e Say. Todos acreditavam que podiam resolver o problema da realização da mais-valia equiparando a produção capitalista à produção mercantil simples e reduzindo esta última, ingenuamente, ao mero intercâmbio de produtos. Como cada ato de produção — sustentavam — cria sua própria demanda, e como, em última instância, os produtos são sempre intercambiados por produtos, existe um "equilíbrio metafísico" entre compradores e vendedores. Por isso, todas as mercadorias podem ser vendidas no mercado, sempre que sejam produzidas em quantidades corretas, em proporções corretas. Para esses economistas, o problema da realização, a rigor, não existia. Reduzia-se, na prática, ao problema da proporcionalidade entre os diversos setores da produção social.

Muito diferente foi a posição defendida por Sismondi, um crítico contemporâneo da escola clássica. Tendo sido o primeiro economista burguês a tomar consciência do caráter especificamente histórico do modo de produção capitalista, Sismondi percebia que as mercadorias que apareciam no mercado não eram "produtos" puros e simples, mas sim produtos do capital. Isso significa que, quando de sua produção, o proprietário do capital obtém um incremento de valor (*mieux valeur*) não "porque o produto de sua empresa contém mais que os custos de produção completos, mas sim porque não paga esses custos de produção completos, pois não dá ao trabalhador um salário suficiente em troca de seu trabalho".[27] Esse acréscimo de valor, ou "mais-produto", constitui a fonte da acumulação do capital. Aparece então a questão: como o mais-produto pode ser vendido, se os trabalhadores que o produziram só podem recomprar uma parte do produto, correspondente ao salário recebido, e se, por outro lado, os capitalistas não consomem todo o mais-produto, já que uma parte dele deve ser capitalizada? Sismondi via aí uma dificuldade insuperável. Em última instância, pensava, a realização do mais-produto seria impossível, a menos que ele fosse vendido no exterior.

A solução de Marx pode ser considerada como uma síntese singular das concepções de Ricardo e de Sismondi. Marx não negava que a realização da mais-valia constitui um dos problemas mais espinhosos da economia burguesa. Todavia, rechaçava categoricamente as dúvidas de Sismondi sobre a possibilidade da realização. Segundo ele, de fato a produção capitalista cria seu próprio mercado; nesse sentido, "resolve" a dificuldade da realização da mais-valia. Mas não a resolve completamente, não consegue aboli-la. Apenas "cria a forma" dentro da qual ela pode mover-se, remetendo a dificuldade da realização "a uma esfera mais ampla", ao abrir espaços de manobra mais dilatados.[28] (Podemos ler em *O capital*: "É esta, em geral, a maneira como se resolvem as contradições reais.")[29] A solução dialética do problema da realização exige o progresso do modo de produção capitalista, a constante extensão de seus mercados interno e externo. Segundo esse ponto de vista, a reprodução ampliada do capital nem é "impossível" (como imaginava Sismondi) nem pode prosseguir até o infinito (como acreditavam os clássicos), pois o modo de produção capitalista deve reproduzir suas contradições internas em uma escala cada vez mais elevada, até que a "espiral" do desenvolvimento capitalista (imagem tomada de Sismondi) chegue ao fim.

É preciso não perder de vista essa dialética do problema da realização se quisermos compreender o sentido e a importância das discussões, que se estendem há mais de meio século, sobre os esquemas da reprodução contidos no segundo tomo de *O capital*.

II. O DEBATE ENTRE OS *NARODNIKI* E OS "MARXISTAS LEGAIS" NA RÚSSIA

Curiosamente, os esquemas da reprodução do segundo tomo de *O capital* permaneceram despercebidos na literatura marxista alemã durante quase duas décadas. Kautsky lhes dedicou duas linhas na apresentação do segundo tomo de *O capital* (1885): "A acumulação da mais-valia e a ampliação do processo de produção levam a complicações posteriores."[30] Isso foi tudo quanto se disse durante essas décadas sobre os esquemas da reprodução. Só o livro do professor russo Tugan-Baranovski, cuja tradução alemã veio à luz em 1902, atraiu a atenção dos teóricos marxistas alemães para a análise do processo da reprodução social, tal como descrito por Marx. Mas só em 1909 ele foi abordado em detalhes, em *O capital financeiro*, de Rudolf Hilferding.

Talvez não seja difícil explicar essa curiosa circunstância. Na Europa Ocidental e Central dessa época, nenhum motivo social, ligado aos processos em curso, impelia os teóricos da Segunda Internacional a discutir os temas tratados na seção III do segundo tomo de *O capital*. O volume permaneceu esquecido em estantes e bibliotecas.

A situação da Rússia era muito diferente. Ali, na época em que foi publicado o segundo tomo de *O capital*, a intelectualidade progressista estava agitada pelo debate em torno da possibilidade e da necessidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Os dois lados — tanto os *narodniki*, que questionavam essa possibilidade, quanto os marxistas, que a afirmavam — se apropriaram das análises do segundo tomo para encontrar nelas o arsenal de respostas aos problemas que tanto interesse tinham para eles.[31] Só a partir dos debates na Rússia ficou clara a grande significação teórica dessas análises.

1. O debate entre Engels e Danielson

Nicolai Danielson, tradutor de *O capital* para o russo, foi o mais importante teórico *narodniki*. Depois da morte de Marx, trocou intensa correspondência com Engels.

Em uma carta datada de 3 de fevereiro de 1887, Danielson comunicou a Engels sua intenção de escrever um livro que oferecesse "ao público leitor uma explicação de nossa vida econômica e de suas tendências evolutivas à luz da teoria do autor" (ou seja, Marx).[32] Engels aprovou a intenção de Danielson, destacando que seria importante "demonstrar como se poderia aplicar a teoria de nosso autor à vossa situação".[33] Muitos anos depois, quando Danielson já trabalhava no livro, estabeleceu-se entre ambos um animado debate que mostrou a grande distância teórica que os separava.

Em 24 de novembro de 1891, Danielson escreveu: "Em minha última carta, quis apresentar-lhe uma versão russa da 'criação do mercado interno

para as classes industriais'. Quis apontar como tem lugar 'o aniquilamento da indústria rural, processo no qual a manufatura se separa da agricultura', para demonstrar que 'só o aniquilamento da indústria doméstica rural pode formar um mercado interno suficientemente grande e estável, como o modo capitalista de produção requer'.[34] Quis chamar sua atenção para a peculiaridade de nossa situação: ingressamos no mercado mundial em uma época na qual o modo de produção capitalista e o progresso técnico que o acompanha já haviam obtido a supremacia [...]. Como resultado, temos, de um lado, um campesinato que constantemente se empobrece e, de outro, uma indústria cada vez mais concentrada e tecnicamente mais avançada, mas totalmente dependente das flutuações do mercado interno, isto é, dependente de quão extensa é a separação entre a indústria e a agricultura."[35]

Como se vê, aparecem nessa carta as dúvidas de Danielson sobre se o capitalismo poderia atingir pleno desenvolvimento na Rússia. Mas só em sua carta de 24 de março de 1892 ele manifesta claramente seu ceticismo sobre isso: "'Libertamos' da terra 20% a 25% do nosso campesinato. Os camponeses andam errantes pelos campos, em busca de trabalho [...]. Que podem fazer? Bater às portas das fábricas? Mas o número de trabalhadores ocupados na indústria diminui constantemente [...].[36] Quantos trabalhadores nosso próprio mercado interno pode absorver até saturar-se? 'Os trabalhadores são importantes para o mercado como compradores de mercadorias. Porém, como vendedores de sua mercadoria — a força de trabalho —, a sociedade capitalista tende a reduzi-los ao preço mínimo.'[37] [...] Aqui temos nosso ponto de partida, nosso mercado interno [...]. Uma nação capitalista resolve essa contradição, que nosso autor destaca, através da ampliação dos mercados externos. Mas, como nós poderemos escapar dela? Assim como não é possível imaginar uma fábrica capitalista cuja produção estivesse exclusivamente orientada para o consumo dos trabalhadores que ela mesma emprega, parece ser impossível existir uma nação capitalista sem mercados externos.[38] Por isso, cada uma das nações capitalistas joga suas energias para conquistar os mercados de seus rivais; sem mercados não existe capitalismo." Mas, como a Rússia poderia conquistar mercados externos? "Ingressamos na arena mundial em um momento em que todos os esforços de nossos competidores estão tensionados ao máximo, no qual devem dar-se por satisfeitos até mesmo com a menor taxa de lucro [...]. Por isso, parece que nossa criancinha, o capitalismo, que destrói os fundamentos da indústria camponesa doméstica mas que não dispõe de um mercado interno nem de mercados externos, não tem entre nós uma base firme para desenvolver-se."[39]

Danielson estava errado. Mas, onde estava a origem do erro? Tinha razão quando afirmava que nem os trabalhadores de uma fábrica capitalista isola-

da nem uma nação capitalista estavam em condições de "recomprar" todo o produto de seu trabalho; podiam comprar a parte de seu produto que correspondia ao seu salário (não $v + p$, mas apenas v); também tinha razão quando via na desproporção entre o montante total de salários e a magnitude do novo valor, em produtos, criado pelos trabalhadores uma das contradições do modo de produção capitalista.[40] Mas, ao contrário do que ele faz, não se deve considerar estaticamente o problema. Pois, quando a acumulação avança e uma parte da mais-valia acumulada é usada para empregar força de trabalho adicional, os novos trabalhadores, gastando seus salários, ajudarão a realizar a mais-valia criada no período de produção anterior. Os novos trabalhadores empregados, por sua vez, criam um valor, em produtos, cuja magnitude deve exceder a soma total de seus salários, e assim a contradição se reproduz em um novo nível... Esta consideração dialética do problema é fundamentalmente diferente da idéia abstrata, e por isso simplificada ("linear"), defendida pelo populista russo.

Como Engels reagiu à carta de Danielson? Divergiu, por acaso, da existência do problema? Declarou, como faziam os adversários russos dos *narodniki*, que era um simples "mal-entendido"? Não. Destacou que, segundo a doutrina de Marx, era preciso buscar a solução do conflito entre a tendência ilimitada à valorização do capital e o limitado poder de consumo da sociedade capitalista, antes de mais nada (mas não exclusivamente!), na expansão da ordem social capitalista, na criação do mercado interno. Mas concordou com seu correspondente que se tratava de um processo penoso e cheio de contradições, especialmente em um país como a Rússia, que ingressara relativamente tarde no caminho do desenvolvimento capitalista e não dispunha de mercados externos significativos. Enquanto "a indústria russa esteja restrita ao mercado interno, a produção só poderá atender ao consumo interno. E este crescerá lentamente... Pois um dos fenômenos secundários que necessariamente acompanham a grande indústria é que, em um mesmo processo combinado, ela cria e destrói seu próprio mercado. Ela o cria pela destruição das bases da indústria camponesa doméstica. Mas o campesinato não pode viver sem indústria doméstica. Como camponeses, estão arruinados; seu poder aquisitivo se reduz a um mínimo. Até que se estabeleçam em novas condições de existência, na condição de proletários, só representarão um mercado muito pobre para as fábricas recém-criadas." O modo de produção capitalista estaria "cheio de contradições internas", sendo uma delas "a tendência a destruir seu mercado interno ao mesmo tempo que o gera". Outra contradição seria a "situação sem saída" à qual o capitalismo, em última instância, deve levar. "Em um país sem mercado externo, como a Rússia, ela ocorre mais rapidamente que em países mais ou

menos capazes de competir no mercado mundial." (Engels acrescenta: "Estes últimos podem lançar mão dos meios 'heróicos' da política comercial, com a abertura coercitiva de novos mercados.")[41]

Em uma carta posterior, Engels conclui o debate com Danielson com as seguintes palavras: "Concedo-lhe tranqüilamente que, como a Rússia é o último país que foi conquistado pela grande indústria capitalista, e ao mesmo tempo é também um país com uma população camponesa incomparavelmente maior que a dos outros, a transformação causada pela revolução econômica deve ser mais profunda e mais aguda que em qualquer outro lugar. O processo de substituição de não menos de 500 mil grandes latifundiários e aproximadamente 80 milhões de camponeses por uma nova classe de proprietários burgueses do solo só pode realizar-se com terríveis comoções e padecimentos. Mas a história é a mais cruel de todas as deusas. Seu carro triunfal passa sobre montanhas de cadáveres, não só na guerra, mas também no desenvolvimento econômico 'pacífico'."[42]

2. A interpretação de Bulgakov e Tugan-Baranovski da análise marxiana da reprodução ampliada

Ao contrário de Engels, os adversários russos dos *narodnikis* "pegam o touro pelos chifres". Antes de mais nada, descobrem a insuficiência teórica da doutrina dos populistas, apoiando-se com grande habilidade na análise de Marx da reprodução do capital social global. Mas demonstram "demais", como observa com precisão Rosa Luxemburgo: "Tratava-se de saber se o capitalismo era capaz de se desenvolver de modo geral, e na Rússia em particular. Ao expor essa capacidade, os citados marxistas foram tão fundo que demonstraram, até mesmo teoricamente, a possibilidade de que o capitalismo dure eternamente."[43]

O que chama a atenção nos ensaios e livros dos marxistas legais russos é que também eles (como, mais tarde, os austro-marxistas) confundem a análise abstrata de Marx com a realidade capitalista, extraindo conclusões injustificadas.

Isso se revela claramente até mesmo no mais qualificado e mais "ortodoxo" dos marxistas legais, Serguei Nikolaievich Bulgakov.[44] Ele compreendia que os esquemas de Marx "não levam em conta nem os ciclos industriais nem as crises periódicas, e por isso não podem representar com exatidão o curso da vida econômica. O que importa é que mostram, em princípio, a possibilidade da reprodução ampliada e que essa possibilidade pode converter-se em realidade."[45]

Apesar dessas reservas, Bulgakov mostra-se convencido de que os esquemas oferecem a solução global e definitiva para o problema da realiza-

ção. Ele escreve: "Os problemas mais importantes da teoria dos mercados se resolvem pela análise do intercâmbio entre os dois departamentos [I e II]. Tal investigação demonstra onde se encontra o mercado para a mais-valia, como circulam aquelas partes do produto-mercadoria de diversos capitais, que constituem o valor do capital constante que foi gasto, e finalmente como é possível o consumo do salário e da mais-valia daquelas empresas que produzem bens não passíveis de serem consumidos."[46]

Em outra passagem do livro, podemos ler: "A principal dificuldade na análise do processo da reprodução ampliada consiste em explicar como é possível estender a produção nos departamentos I e II, apesar de o primeiro departamento só produzir capital constante e o segundo só produzir capital variável. Esta dificuldade desaparece porque o departamento I acumula capital constante para si mesmo e para o departamento II, enquanto II acumula capital variável para si mesmo e para I. A dificuldade da acumulação se reduz ao intercâmbio daquelas partes do produto que cada departamento acumula para o outro."[47]

Até aqui não há objeções, embora Bulgakov ignore o fato de que os esquemas oferecem uma solução muito abstrata, e por isso incompleta, para o problema da realização. À parte isso, suas opiniões são basicamente corretas. Bulgakov, porém, vai muito mais longe: posto que, nos esquemas do segundo tomo, os departamentos I e II dependem exclusivamente um do outro e nenhum deles necessita de outros compradores, ele esboça um quadro insustentável de auto-suficiência absoluta da produção capitalista — não só no mundo hipotético dos esquemas, mas na realidade. Ele diz: "Tugan-Baranovski tem razão quando afirma que a produção capitalista em crescimento cria um mercado que se expande ininterruptamente e que o tamanho desse mercado só depende da existência das forças produtivas."[48]

Por que Tugan-Baranovski tem razão? Simplesmente porque, nos esquemas de Marx, o departamento I — que produz meios de produção — inaugura desde o primeiro ano "uma demanda autônoma" de bens de consumo do departamento II, enquanto este cria uma demanda semelhante de meios de produção produzidos pelo departamento I: "Já no começo da produção capitalista, forma-se assim um círculo fechado, no qual ela não depende de nenhum mercado externo, mas basta a si própria, estando em condições de crescer, digamos, automaticamente, mediante a acumulação."[49]

Em um dos últimos capítulos de seu livro, Bulgakov chega a afirmar que "o único mercado para os produtos da produção capitalista é esta própria produção"; logo, "a única barreira à ampliação da produção reside no próprio capital e em suas necessidades de crescimento".[50]

Vemos que, apesar de sua ortodoxia marxista, Bulgakov conseguiu dar aos esquemas de Marx um sentido que, no fundamental, não se diferencia das concepções de Ricardo, MacCulloch e Say, que salientavam a harmonia do sistema. Como Bulgakov pretendeu tornar essa interpretação compatível com as numerosas manifestações de Marx sobre a "limitação da capacidade de consumo das massas" como "causa básica de todas as crises"? Em outras palavras, como a limitada capacidade de consumo da sociedade influi na realização dos produtos em geral e na realização da mais-valia em particular?

Bulgakov acreditava haver respondido a essa questão quando dizia: "O consumo, a satisfação das necessidades humanas, constitui um elemento secundário da circulação do capital. Pois o volume da produção é determinado pelo volume do capital e não pelo tamanho das necessidades sociais. Por isso, a ampliação da produção não precisa ser acompanhada por um crescimento do consumo; na verdade, chega a existir um antagonismo entre ambos. [...] Na produção capitalista, como vimos, tende a diminuir a participação relativa do capital variável e do fundo de consumo dos capitalistas. [...] Evidentemente, a produção capitalista deve sua ampliação especialmente ao departamento I, que produz capital constante. Só uma parte relativamente pequena deve ser creditada ao departamento II, que produz diretamente para o consumo." Bulgakov prossegue: isso "assinala com clareza o papel que cabe ao consumo na produção capitalista e mostra onde deve ser buscado o principal mercado para as mercadorias produzidas pelo capital". Assim, "a produção capitalista pode ampliar-se ilimitadamente, dentro dos estreitos limites da motivação de lucro e das crises, [...] independentemente do consumo, e até mesmo quando este diminui". E reafirma: "A produção capitalista expia na crise o fato de desviar-se do verdadeiro objetivo da produção. Apesar de tudo, independe do consumo."[51]

Como se vê, Bulgakov reconhece a importância do consumo social, que se expressa em crises econômicas periódicas e recorrentes. Mas nega que as crises tenham algo a ver com o problema da realização; elas resultariam apenas do desenvolvimento desequilibrado dos diversos setores produtivos e devem ser consideradas como crises de desproporção. Pois "a condição única e fundamental para a possibilidade da reprodução ampliada consiste na proporcionalidade dos diversos setores produtivos. Se esta condição é respeitada, as dimensões da produção ficam determinadas apenas pela magnitude da acumulação do capital, pela necessidade de seu crescimento."[52] A seu ver, a posição de Marx sobre as crises deveria ser interpretada assim.

Na obra de Bulgakov, o problema dos mercados externos ocupa um lugar especial. Ele chama de "dogma fantástico" — e nega enfaticamente —

a idéia de que o modo de produção capitalista requer necessariamente mercados externos. Nas palavras de Rosa Luxemburgo, o argumento principal de Bulgakov consiste em que, desde Sismondi até os *narodniki*, "todos os céticos consideram o comércio exterior como 'um abismo insondável', um buraco sem fundo, dentro do qual o excedente da produção capitalista que não pode ser vendido no mercado doméstico desapareceria para nunca mais ser visto. Bulgakov destaca que o comércio exterior não é de modo algum um 'abismo', e menos ainda 'insondável'; constitui uma faca de dois gumes, pois à exportação corresponde uma importação, ambas permanecendo em equilíbrio aproximado. O que sai por uma fronteira entra por outra, com forma e uso modificados. 'Dentro dos limites do mercado existente, é necessário encontrar lugar para as mercadorias importadas, que são o equivalente das mercadorias exportadas. Mas, considerando-se que não há esse lugar, a venda para o exterior só acarreta novas dificuldades.'"[53]

À primeira vista, o argumento de Bulgakov parece convincente, até mesmo porque pode apelar para a conhecida passagem do segundo tomo de *O capital*, na qual Marx diz que seria irrelevante incorporar o comércio exterior à análise do processo da reprodução do capital.[54] Mas, como dissemos, não se deve esquecer que, no segundo tomo, Marx só considera a reprodução do capital social em sua "forma fundamental",[55] ou seja, em um nível totalmente abstrato. Nessa etapa da análise, de fato, a incorporação do comércio exterior "só pode confundir o problema e a solução, sem contribuir com nenhum fator novo".[56] Quando nos aproximamos das condições concretas mais desenvolvidas — como destacou Rosa Luxemburgo em sua polêmica com Bulgakov — a coisa muda. Aqui intervêm dificuldades de realização que não aparecem nos esquemas do segundo tomo[57] e que o comércio exterior pode atenuar, em prazos maiores ou menores.

As mercadorias importadas podem ser empregadas diretamente no processo de produção. A "modificação da forma de uso" será então, justamente, o ato de realização do valor das mercadorias exportadas. (Por exemplo, se os fabricantes ingleses exportavam têxteis e importavam algodão, isso era uma solução para seu "problema de realização", pois dessa forma uma parte da mais-valia que acumulavam podia ser transformada nos elementos de produção necessários para ampliar suas fábricas.) Por outro lado, o próprio Bulgakov admite que "uma superprodução parcial de uma ou algumas mercadorias pode ser superada pela exportação do excedente e sua colocação em mercados estrangeiros. Neste caso, o comércio exterior desempenha o papel de válvula de segurança que pode proteger um país de uma crise parcial ou geral de superprodução."[58] (Mas isso só significa que esse país encontra no comércio exterior o caminho para realizar seus excedentes de

mercadorias.) Portanto, se tratamos de determinados setores de produção em países específicos no mundo capitalista concreto, o argumento de Bulgakov perde todo o poder de persuasão.

Depois de haver negado qualquer vinculação teórica entre o problema da realização e o problema do comércio exterior, Bulgakov precisou construir uma teoria especial do comércio exterior que, nas palavras de Rosa Luxemburgo, "não foi inspirada em Marx, mas nos mestres alemães da economia política burguesa". Nessa teoria, "não há lugar, de fato, para o comércio exterior. Se, logo no começo de sua evolução, o capitalismo cria em cada país um 'círculo fechado', dentro do qual gira como um gato que quer apanhar o próprio rabo, se ele 'se basta a si mesmo', se cria para si um mercado sem limitações e que tende a ampliar-se — então, qualquer país capitalista é também, economicamente, uma totalidade fechada que 'se basta a si mesma'".[59]

Desse ponto de vista, "para um país capitalista, a necessidade do mercado externo tem causas que não decorrem da organização da produção capitalista, mas são externas a essa organização".[60] Tais causas só podem ser de índole "histórica" ou "geográfica".[61] A Inglaterra, por exemplo, deve compensar com importações certas deficiências atribuídas ao clima e às características do solo. Mas isso não vale para países grandes, semelhantes a continentes, como os Estados Unidos ou a Rússia, que podem produzir todas, ou quase todas, as matérias-primas e os artigos de subsistência.[62] Portanto, não surpreende que, ao contrário dos *narodniki*, Bulgakov previsse "um futuro grandioso e brilhante"[63] para o incipiente capitalismo russo, anunciando a esperança de que a Rússia logo estaria em condições de derrotar seus competidores no mercado mundial...[64] Curioso ideal, certamente, para um marxista. Mas Bulgakov não era o único a acalentar esse sonho.

Ocupemo-nos agora de outro adversário dos populistas, o professor russo Tugan-Baranovski que, apesar de menos talentoso e original que Bulgakov, conquistou grande prestígio no Ocidente. Seus escritos influenciaram o pensamento dos teóricos socialdemocratas alemães (Hilferding, Otto Bauer).

Rosa Luxemburgo chamou a atenção, com acerto, para a diferença entre o enfoque intelectual dos dois escritores: "Assim como Bulgakov, também Tugan-Baranovski parte da análise marxista da reprodução social. Também ele encontrou ali a chave para orientar-se nesse confuso e caótico complexo de problemas. Mas, enquanto Bulgakov, adepto entusiasta da doutrina marxista, limita-se a desenvolvê-la e atribui suas próprias conclusões ao mestre, Tugan-Baranovski, ao contrário, critica Marx, que não teria sabido aproveitar sua própria e brilhante investigação do processo de reprodução [...]."

Em outra passagem: "Bulgakov fez uma tentativa honesta de projetar o esquema marxista nas condições reais da economia capitalista e do intercâmbio capitalista, tentando abrir caminho através das dificuldades que resultavam daí. [...] Tugan-Baranovski não precisa de prova, nem perde muito tempo quebrando a cabeça: como é possível resolver satisfatoriamente as proporções matemáticas e projetá-las para a frente, ele considera ter demonstrado que a acumulação capitalista — dadas as condições de 'proporcionalidade' [...] — pode prosseguir sem reservas até o infinito."[65]

Tugan-Baranovski gostava de levar seus raciocínios a extremos, afundando-se em paradoxos que em nada aprimoravam o valor científico de suas análises. Mas as conclusões do primeiro livro de Tugan[66] não se diferenciam fundamentalmente do de Bulgakov. Ambos proclamam a auto-suficiência da produção capitalista e sua suposta independência em relação ao consumo social. Ambos negam que o impulso na direção dos mercados externos surja de leis inerentes ao capitalismo. Por fim, ambos localizam a origem das crises econômicas, única e exclusivamente, na desproporcionalidade entre os diversos setores da economia. Em todos esses aspectos, ambos são precursores da corrente posterior de economistas marxistas que aceitam a idéia de uma harmonia intrínseca do capitalismo. Podemos descobrir alguma diferença em seus pontos de vista, mas ela reside muito mais na ênfase; não está no que ambos dizem, mas em como dizem.

Basta lembrar alguns parágrafos do livro de Tugan: "Os esquemas citados [ou seja, os esquemas do segundo tomo, modificados por ele] evidenciam o axioma, aliás muito simples, [...] de que a produção capitalista cria mercado para si mesma. Se é possível ampliar a produção social, se as forças produtivas são suficientes para isso, então, havendo distribuição proporcional da produção social, também a demanda deve experimentar uma ampliação correspondente; sob essas condições, cada mercadoria nova produzida representa um novo poder aquisitivo que aparece para comprar outras mercadorias."[67] Se "a ampliação da produção é praticamente ilimitada, devemos supor que a ampliação do mercado também é ilimitada, pois, se a produção social for realizada nas proporções corretas, a única barreira para a ampliação do mercado são as forças produtivas de que a sociedade dispõe".[68]

Aqui, os esquemas de Marx são interpretados, sem maiores reparos, à maneira de Say. Todavia, isso não é tudo o que Tugan-Baranovski pretende deduzir desses esquemas. Em sua opinião, é possível extrair deles "a importantíssima conclusão de que, na economia capitalista, a demanda de mercadorias independe, em certo sentido, do volume total do consumo social: é possível que diminua o volume total desse consumo e, ao mesmo tempo, cresça a demanda social total de mercadorias, por mais absurdo que isso

possa parecer do ponto de vista do senso comum. A acumulação de capital social leva a uma contração da demanda social de bens de consumo e, ao mesmo tempo, a um aumento da demanda social total de mercadorias."[69]

Essa afirmação de Tugan contraria claramente os esquemas de Marx. Nestes, o avanço da acumulação é acompanhado por um crescimento constante do consumo social. Por isso, Tugan deve refugiar-se em um fator não levado em conta nos esquemas do segundo tomo: a lei da crescente composição orgânica do capital. Ele diz: "Com o progresso técnico, a importância dos meios de trabalho, das máquinas, aumenta cada vez mais em comparação com o trabalho vivo, o próprio trabalhador. [...] O trabalhador passa a segundo plano em relação à máquina. Também passa a segundo plano a demanda proveniente do consumo do trabalhador, em comparação com a demanda que surge do consumo produtivo de meios de produção. O movimento da economia capitalista assume a feição de um mecanismo que, por assim dizer, existe para si mesmo, no qual o consumo do homem aparece como um mero elemento do processo da reprodução e da circulação do capital."[70]

Tugan extrai daí uma conclusão assombrosamente simples: "As máquinas assumiram o lugar dos trabalhadores vivos, e os meios de produção substituíram os bens de consumo no mercado de mercadorias." Assim, "a renda nacional pode diminuir e, ao mesmo tempo, a demanda nacional pode crescer; o aumento da riqueza nacional pode ser acompanhado de uma diminuição da renda nacional, por paradoxal que isso possa parecer".[71]

Como se vê, Tugan conseguiu separar completamente a produção e o consumo social. Não surpreende, pois, que em um livro posterior[72] sua fantasia o leve a esboçar a imagem de uma sociedade capitalista onde desapareceu toda a classe trabalhadora, com exceção de um único trabalhador, o qual aciona uma enorme massa de maquinaria para produzir, com sua ajuda, máquinas sempre renovadas, sem que isso gere uma discrepância entre a produção e o consumo social.[73]

Isso é tudo sobre o "marxismo enlouquecido" de Tugan-Baranovski,[74] que, como dissemos, se distinguia do de Bulgakov mais pelo exagero de suas formulações do que pela essência delas.

No entanto, há um aspecto no qual Tugan e Bulgakov divergiam: o julgamento da validade ou não da lei de Say. Enquanto Bulgakov, em sua ortodoxia marxista, assumia uma posição crítica sobre Say, Tugan-Baranovski aceitava as posições deste quase sem reservas: "Não afirmo que todos os pormenores dessa doutrina [de Say] [...] sejam corretos. Todavia, considero que o núcleo da teoria, ou seja, sua idéia principal — a de que, havendo uma distribuição proporcional da produção social, a oferta e a demanda

de mercadorias devem coincidir — é correta e até mesmo indiscutível. Tudo o que se disse contra essa idéia padece, a meu ver, de falta de compreensão dela."[75]

Deve-se admitir que, neste sentido, Tugan-Baranovski era mais conseqüente que Bulgakov, pois a interpretação da teoria marxiana por parte dos marxistas legais, que defendiam a possibilidade de um desenvolvimento harmônico do sistema capitalista, no fundo representava uma ressurreição do "otimismo" clássico com uma roupagem marxista. Isso revela as inesperadas conseqüências que podem surgir quando os esquemas da reprodução de Marx são retirados do contexto geral de sua doutrina e considerados isoladamente.

III. A TEORIA DA REALIZAÇÃO DE LENIN[76]

Qualificamos Bulgakov e Tugan-Baranovski como precursores da corrente posterior de economistas marxistas, defensores de um desenvolvimento capitalista harmônico. Essa afirmação poderia nos colocar em um dilema teórico? Durante anos, em sua controvérsia com os *narodniki*, esses autores tiveram um aliado no jovem marxista revolucionário Lenin, que compartilhava muitos de seus pontos de vista. Devemos atribuir a Lenin uma tendência a interpretar a teoria econômica de Marx de modo a fortalecer a idéia de um capitalismo harmônico? É verdade que, alguns anos mais tarde, Bulgakov e Tugan-Baranovski abandonaram o movimento socialista e converteram-se em ideólogos da burguesia liberal russa. Porém, não se pode julgar uma teoria científica pela carreira política de seus defensores. A evolução ideológica posterior de Bulgakov e Tugan tem tão pouco a ver com nosso debate quanto a de Lenin.

O dilema a que nos referimos talvez não seja tão grande quanto parece à primeira vista. As teorias econômicas e sociológicas não existem no éter do conhecimento puro. Quase sempre respondem a exigências sociais. Vista assim, já não causa estranheza a circunstância de que o jovem Lenin e os marxistas legais tenham sido camaradas de armas.

Os marxistas russos daquela época consideravam que uma de suas principais tarefas era realizar uma luta sem tréguas contra a ideologia dos populistas, que negavam o papel histórico especial da classe operária russa e pretendiam fazer o movimento socialista retroceder para o caminho utópico de um socialismo camponês especificamente russo. Para combater essa ideologia, era necessário demonstrar a insustentabilidade das premissas teóricas nas quais se baseava. Os *narodniki* defendiam a impossibilidade de realização da mais-valia na economia capitalista, fundamentando essa idéia

na carência de mercados externos disponíveis para a burguesia russa, no tamanho diminuto do consumo popular e nas crises de superprodução inerentes ao capitalismo. Seus adversários marxistas, por sua vez, desejavam demonstrar que a realização da mais-valia era possível sem a necessidade de mercados externos e até mesmo se o consumo popular se mantivesse retraído. Nesse contexto, passaram a relacionar as crises de superprodução, não à dificuldade de realização, mas sim à falta de planejamento do sistema econômico capitalista. Para isso, deveria bastar a análise abstrata, desenvolvida no segundo tomo de *O capital*, das condições hipotéticas de equilíbrio da reprodução ampliada no capitalismo "puro"... Não surpreende que, no debate contra os *narodniki*, esses marxistas tenham superestimado enormemente o escopo teórico dessa análise, propondo algumas vezes uma interpretação incompatível com o sentido da doutrina marxiana.

Desse ponto de vista, também se torna compreensível a aguda observação inserida por Plekhanov na segunda edição de seu trabalho intitulado *Nossas diferenças*, no qual demarca sua discordância com os marxistas legais e com Lenin: "Jamais defendi essa teoria dos mercados em geral, e das crises em particular, que se alastrou como uma epidemia em nossa literatura marxista legal na década de 1890. Segundo essa teoria, cujo principal divulgador foi Tugan-Baranovski, a reprodução não encontra nenhum tipo de barreira, e as crises ocorrem simplesmente por causa da desproporção dos meios de produção. Werner Sombart considera o ilustre estudioso russo Tugan-Baranovski como o pai dessa teoria, supostamente nova. Mas o verdadeiro pai da teoria, que nada tem de nova, foi Jean-Baptiste Say, em cujo *Traité* ela foi exposta em detalhes. [...] Além do senhor Tugan-Baranovski, essa teoria também foi difundida entre nós por V. Ilich [Lenin] em sua *Observação sobre o problema da teoria dos mercados*, de 1899, assim como em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*."[77]

A crítica de Plekhanov a Lenin é evidentemente exagerada. Seu tom polêmico deve ser atribuído sobretudo às lutas de tendências dentro da socialdemocracia da época. Mas parece conter um elemento de verdade, especialmente se levarmos em consideração os primeiros escritos de Lenin sobre o problema da realização. Em um de seus primeiros trabalhos, *A propósito do chamado problema dos mercados*, de 1893, Lenin, ainda um principiante, escreveu: "O mercado é apenas a expressão da divisão do trabalho na economia mercantil, e por isso seu crescimento é tão ilimitado quanto o da divisão do trabalho."[78]

Essa afirmação pode ser interpretada como sendo coerente com a concepção otimista dos clássicos. Igualmente questionáveis são alguns parágrafos relativos ao problema das crises no importante trabalho de Lenin deno-

minado *Para uma caracterização do romantismo econômico*, de 1897, assim como algumas passagens desse trabalho nos quais dá razão a Ricardo e até a MacCulloch nas controvérsias com Sismondi.[79]

Porém, se considerarmos os escritos posteriores de Lenin, devemos rechaçar o ponto de vista de Plekhanov sobre a proximidade entre as concepções de Lenin e de Say. Todavia, também eles contêm algumas passagens unilaterais e formulações exageradas que devemos comentar.

Lenin tinha razão quando dizia aos *narodniki* que suas dúvidas sobre a possibilidade de realização da mais-valia já haviam sido respondidas pela análise de Marx sobre o processo da reprodução social. Os esquemas de Marx demonstram como, conservando-se determinadas proporções no intercâmbio entre as indústrias produtoras de meios de produção e as de bens de consumo, a sociedade capitalista pode não só renovar seu capital constante e variável, mas também ampliá-lo, capitalizando uma parte da mais-valia. Em várias ocasiões, Lenin remete seus adversários populistas a esses esquemas, acrescentando: "Uma vez levadas em conta essas teses fundamentais [nas quais se baseiam os esquemas da reprodução de Marx], o problema da realização do produto social na sociedade capitalista deixa de oferecer dificuldades." Mais adiante: "Depois de estabelecer essas teses teóricas fundamentais, Marx explicou o processo completo de realização do produto em geral, e da mais-valia em particular, na produção capitalista."[80]

Aqui aparece a seguinte interrogação: pode-se considerar que, tendo demonstrado, em princípio, a possibilidade de realização da mais-valia, Marx "esclareceu totalmente" o problema da realização? Pois a análise apresentada no segundo tomo omite fatores decisivos da realidade capitalista, como o incremento da composição orgânica do capital e da mais-valia relativa. Ao perturbar o equilíbrio entre produção e consumo, tais fatores criam obstáculos cada vez maiores à realização do produto social.

Assim como os marxistas legais, Lenin acreditava que podia enfrentar essa objeção enfatizando o crescimento relativamente mais rápido das indústrias produtoras dos meios de produção: "No que diz respeito ao problema do mercado interno, que é o que nos interessa, a principal conclusão da teoria da realização de Marx é a seguinte: o crescimento da produção capitalista e, por conseguinte, do mercado interno não se faz tanto através dos bens de consumo, mas através dos meios de produção. Em outras palavras: o incremento dos meios de produção excede o dos bens de consumo."[81]

Em outra passagem: "Este desacordo [entre produção e consumo] se expressa (como Marx demonstrou claramente em seus esquemas) no fato de que a produção de meios de produção pode e deve ultrapassar a produção dos bens de consumo."[82]

Na realidade, porém, os esquemas de Marx não demonstram nada disso; nos dois exemplos apresentados no segundo tomo, o departamento II se desenvolve na mesma velocidade do departamento I. (Isso tampouco representa uma imagem fiel da realidade; é apenas uma característica dos exemplos numéricos usados por Marx.) Portanto, não é possível demonstrar a tese de Lenin com base nos esquemas do segundo tomo. Assim como Tugan e Bulgakov fizeram antes, ele deve combinar a análise do processo da reprodução do segundo tomo com a lei, desenvolvida no terceiro, da crescente composição orgânica do capital: "Conforme a lei geral da produção capitalista, o capital constante cresce com mais rapidez que o variável [...]. Na produção social, o departamento que fabrica meios de produção deve, portanto, crescer mais rapidamente que aquele que fabrica bens de consumo. Assim, o crescimento do mercado interno para o capitalismo é, até certo ponto, 'independente' do crescimento do consumo pessoal [...]."

Lenin prossegue: "Um desenvolvimento da produção (e, por conseguinte, do mercado interno) liderado pelos meios de produção parece paradoxal e, indiscutivelmente, constitui uma contradição. É uma autêntica 'produção como um fim em si', a ampliação da produção sem a correspondente ampliação do consumo. Mas isso não é uma contradição da doutrina, e sim da vida real. [...] Corresponde à missão histórica do capitalismo e à sua estrutura social específica: a primeira consiste em desenvolver as forças produtivas da sociedade; a segunda nega, à massa do povo, a fruição dessas conquistas técnicas."[83]

Essas passagens de Lenin são representativas do modo como ele interpretava a teoria da realização. Ele formou seus pontos de vista sobre o tema ao estudar a situação do capitalismo russo ainda primitivo, concluindo que a industrialização desse país semifeudal oferecia, de fato, um mercado ilimitado para os meios de produção. A concepção de Lenin é correta para todos os países que estão na etapa da revolução industrial e ainda devem criar os fundamentos da indústria moderna — uma rede de transportes e uma agricultura mecanizada —, o que na maioria das vezes se faz às custas de um nível de vida muito baixo das massas populares. Ao destacar a necessidade e o caráter progressista desse processo, Lenin demonstrava seu profundo sentido de realidade histórica, muito superior a seus adversários *narodniki*. Porém, será que suas teses, baseadas em uma situação histórica específica, podem ser estendidas a todas as fases do capitalismo? É claro que, enquanto constrói sua base industrial, o capitalismo deve produzir enormes quantidades de fábricas, máquinas, estradas de ferro, instalações portuárias etc. Esse processo oferece, durante décadas, um mercado rapidamente crescente para os meios de produção. Porém, mais cedo ou mais tarde, os elementos fun-

damentais da industrialização terão sido construídos, e o aparato industrial criado terá de produzir bens para o consumo individual. O problema do poder aquisitivo das massas passa então a ocupar o primeiro plano e não pode ser eludido, a menos que se acredite no "carrossel do senhor Tugan-Baranovski",[84] ou seja, em sua fantástica idéia sobre a "produção de máquinas como um fim em si".

Acabamos de ver a tentativa de Lenin de incluir nos esquemas da reprodução, de Marx, a lei da crescente composição orgânica do capital, interpretando esses esquemas à luz da necessidade de um crescimento mais veloz dos meios de produção. Antes, vimos que os esquemas da reprodução, que mostram um desenvolvimento paralelo e semelhante dos departamentos I e II, não admitem essa interpretação. Agora vemos que a tese de Lenin só pode reclamar validade, do ponto de vista histórico, para uma época cronologicamente limitada — a época da industrialização incipiente — e, por isso, não pode ser considerada como uma lei geral de desenvolvimento do capitalismo.

Esta não é a única objeção que devemos formular à interpretação de Lenin dos esquemas da reprodução. Mais grave é o fato de que ele enxerga na análise abstrata do segundo tomo a última e definitiva palavra da teoria marxiana da realização, desconhecendo os complementos e as modificações dessa análise, que aparecem no terceiro tomo da obra de Marx. Aqui, Lenin se mete em consideráveis dificuldades teóricas, que devem ser atribuídas, sobretudo, a uma "ortodoxia marxista" mal aplicada.

Isso é visível em sua polêmica contra Tugan-Baranovski. Revisionista e partidário de Say, defensor de uma tendência do sistema capitalista à harmonia, Tugan não podia aceitar numerosas passagens do terceiro tomo de *O capital* que contradiziam sua concepção dos esquemas de Marx. Atacava com especial ênfase a conhecida passagem em que Marx diz: "As condições da valorização direta e as de sua realização não são idênticas [...]. As primeiras só estão limitadas pela capacidade produtiva da sociedade, enquanto as outras só o estão pela proporcionalidade entre os diversos setores produtivos e[85] pela capacidade de consumo da sociedade."[86]

Tugan-Baranovski interpretava essa passagem da seguinte forma: "A proporcionalidade [...] não garante sozinha a venda dos produtos. Também é possível que os produtos não encontrem um mercado para si, mesmo que a distribuição da produção seja proporcional; este é, claramente, o sentido das palavras de Marx." De fato, a formulação de Marx não admite outra interpretação.

Lenin nega isso e responde: "Não é esse o sentido das palavras de Marx [...]. Não há nenhuma razão para ver nessas palavras uma retificação da

teoria da realização exposta no segundo tomo. Aqui, Marx se limita a salientar uma contradição do capitalismo já registrada em outras passagens de *O capital*, a saber: a contradição entre a tendência à ampliação ilimitada da produção e a necessidade de um consumo limitado (como decorrência da situação proletária das massas do povo). Naturalmente, o senhor Tugan-Baranovski não negará que essa contradição é inerente ao capitalismo, e, como Marx assinala na mesma passagem, não temos nenhum direito a atribuir outro sentido, qualquer que seja, a suas palavras."[87]

Nós perguntamos: que outro sentido? Outro, diferente do que Tugan-Baranovski atribuiu aos esquemas da reprodução do segundo tomo, ou seja, que a realização do produto social depende exclusivamente da proporcionalidade entre os diversos setores produtivos? Nesse caso, porém, a polêmica de Lenin erra o alvo. Em vez de atacar a interpretação de Tugan — que afirma uma tendência do capitalismo à harmonia — da teoria da realização de Marx, interpretação que a transforma em uma mera "teoria da proporcionalidade", Lenin parece apoiar essa interpretação, dando a ela uma versão modificada, "posterior". Pois, segundo ele, "a 'capacidade de consumo da sociedade' e a 'proporcionalidade entre os diversos setores produtivos' não são duas condições distintas e independentes. Ao contrário, um determinado nível de consumo constitui um dos elementos da proporcionalidade."[88]

Diante dessa interpretação de Lenin do conceito de proporcionalidade, cabe dizer que é indiscutível que toda perturbação do equilíbrio entre consumo e produção também perturba, cedo ou tarde, a proporcionalidade dos diversos setores produtivos. De outro lado, é claro que o conceito de proporcionalidade — se pensamos nele até o fim — também deve abarcar a correspondência recíproca de produção e consumo. Disso, porém, não se pode depreender que não possamos separar os conceitos de "proporcionalidade" e de "equilíbrio entre consumo e produção", ou que em todas as circunstâncias eles devam ser considerados conceitos equivalentes. Marx, por exemplo, localiza a origem das crises parciais precisamente na desproporcionalidade entre os diversos setores produtivos, sem levar em conta a relação entre produção e consumo.[89] O próprio Lenin escreveu em outro artigo, dirigido contra Struve: "A teoria de Marx não só não restabelece a teoria apologética burguesa (como ocorre com Struve), mas, ao contrário, proporciona uma arma poderosa contra a apologética. Dessa teoria se deduz que, mesmo quando a reprodução e a circulação do conjunto do capital social forem idealmente uniformes e proporcionais, não se poderá evitar a contradição entre o aumento da produção e os limites restritos do consumo."[90]

Se isso é verdade, Tugan tinha razão em sua interpretação desse trecho do terceiro tomo. Será preciso admitir que, segundo Marx, a realização do

produto social não depende somente da "proporcionalidade dos diversos setores produtivos", mas também da "capacidade de consumo da sociedade". Não se vê qual poderia ser a utilidade teórica do conceito de Lenin da "proporcionalidade em um sentido mais amplo".

Menos convincente ainda é o argumento, várias vezes repetido[91] por Lenin, de que, na citada passagem de *O capital* (e em muitas outras), Marx "apenas" comprovou — e "nada mais" — a contradição entre produção e consumo. Essa contradição desempenha um papel importante na teoria de Marx, e só é omitida na análise do segundo tomo por razões metodológicas que ainda vamos descrever.

A idéia de que a relação entre produção e consumo está subsumida no conceito de proporcionalidade serviu para aproximar Lenin, perigosamente, da teoria da "proporcionalidade" das crises, de Bulgakov e Tugan. Podemos ler em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*: "[...] Se nos referimos a 'dificuldades' de realização, das crises que por isso surgem etc., é preciso reconhecer que essas 'dificuldades', além de possíveis, são necessárias [...]. As dificuldades desse tipo, decorrentes de uma distribuição desproporcional dos diferentes setores produtivos, brotam constantemente, não só na realização da mais-valia, mas também na realização do capital variável e do capital constante; não só na realização do produto que consiste em bens de consumo, mas também em meios de produção."[92]

Com clareza ainda maior, em outra passagem: "[...] Na sociedade capitalista, a produção assistemática de um produto não realizável (crise) é inevitável, pois a proporcionalidade entre os setores produtivos é violada." (Lenin acrescenta: "Um certo nível de consumo constitui um dos elementos da proporcionalidade.")[93] Tais formulações, no fundo, desembocam na teoria das crises de desproporção, mesmo quando essa teoria é modificada para se afirmar que a proporcionalidade dos setores produtivos também depende das relações de consumo.

A interpretação de Lenin para a teoria da realização de Marx também explica por que ele recusou as posições defendidas por Rosa Luxemburgo em *A acumulação do capital*, de 1912, sobre as quais falaremos depois. Lenin escreveu aos editores do periódico russo *Sozialdemokrat*, editado em Paris, em março de 1913: "Acabo de ler o novo livro de Rosa. Diz absurdos incríveis e tergiversa ao abordar a teoria de Marx. Muito me alegra que tanto Pannekoek quanto Eckstein e Otto Bauer tenham rechaçado unanimemente o livro, apresentando os mesmos argumentos que usei em 1899 contra os *narodniki*. Pretendo escrever sobre o livro de Rosa no número 4 de *Prosveshchenie*."[94]

Lamentavelmente, Lenin não chegou a escrever o artigo que planejou. Mas, em seu conhecido ensaio sobre Marx, publicado em 1915 na enciclopédia russa *Granat*, encontra-se a seguinte nota bibliográfica: "A teoria de Marx da acumulação do capital é tratada em um novo livro de Rosa Luxemburgo. Análises de sua errônea interpretação da teoria podem ser encontradas no artigo de Otto Bauer em *Die Neue Zeit*, 1913, e nas resenhas de Eckstein em *Vorwärts* e de Pannekoek em *Bremer Bürgerzeitung*."[95]

À parte o tom especialmente severo da carta de Lenin, que pode ser explicado pelas disputas de tendências entre os bolcheviques e a Socialdemocracia do Reino da Polônia e da Lituânia (SDKPL), dirigida por Rosa Luxemburgo, chama a atenção nas manifestações posteriores de Lenin, sobretudo, sua plena aprovação à crítica formulada a Rosa pelos austro-marxistas Otto Bauer e Gustav Eckstein. (O artigo do holandês Pannekoek não tinha densidade teórica.) De onde surge essa curiosa coincidência teórica entre o porta-voz da ala mais radical do marxismo e expoentes de uma socialdemocracia que antevia um desenvolvimento harmônico para o capitalismo, como Bauer e Eckstein? Isso requer uma explicação.

Seria óbvio recordar que, durante os anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, Lenin era mais simpático ao "centro", de Kautsky, do que à "esquerda" alemã, dirigida por Rosa.[96] Mas não nos interessam os fundamentos políticos, e sim teóricos, da posição de Lenin sobre o livro de Rosa Luxemburgo. Ele mesmo escreveu sobre esses fundamentos na carta de 1913, acima citada. Solidarizou-se com os críticos austro-marxistas de Rosa porque as opiniões destes coincidiam com as suas, expressas nos argumentos usados em 1899 contra os *narodniki*; e rechaçou o livro de Rosa não só por sua errônea crítica aos esquemas da reprodução de Marx, mas também porque suas concepções teóricas não eram compatíveis com a versão da teoria da realização que ele mesmo defendia. Ele seguia fiel a essa versão, que adotara na década de 1890 junto com os "marxistas legais".[97]

Talvez o aspecto metodológico do problema seja o mais importante. Quando, na década de 1890, o jovem Lenin escreveu seus ensaios sobre o problema da realização, não conhecia as *Teorias* nem os *Grundrisse*, de Marx. Na época, só podia ter uma visão insuficiente da estrutura da obra econômica de Marx, metodologicamente muito complexa. Hoje sabemos que, de acordo com o plano estrutural de Marx, os dois primeiros tomos dessa obra estavam dedicados apenas ao estudo do "capital em geral". Os resultados a que Marx chegou nesses volumes — embora extraordinariamente importantes — deveriam ser concretizados e complementados com a investigação posterior do "capital em sua realidade". Os primeiros marxistas — Lenin entre eles — não perceberam isso, o que é compreensível. Por isso

não surpreende que, em suas primeiras obras, Lenin tenha exagerado a validade teórica da análise da seção III do segundo tomo de *O capital*, querendo ver nela a "palavra definitiva" da teoria da realização de Marx. Daí também suas tentativas de compatibilizar, de maneira formal e escolástica, os resultados dessa análise com as numerosas passagens do terceiro tomo, que aparentemente a contradiziam[98] e à qual remetiam-se com facilidade Tugan-Baranovski e os *narodniki* (Tugan, para interpretar os esquemas da reprodução do segundo tomo de modo a fortalecer a visão harmônica do desenvolvimento do capitalismo, através de um enfrentamento entre o "verdadeiro" Marx do segundo tomo com o Marx "equivocado" do terceiro tomo; e os *narodniki*, para imputar a Marx, apesar dos esquemas, a teoria das crises por subconsumo, de Sismondi). A exposição do terceiro tomo não estava em "contradição" com a do segundo tomo (Lenin tinha razão a esse respeito). Aquela constituía o degrau seguinte da análise, um degrau no qual já não se tratava de enfocar as condições de equilíbrio da economia capitalista em seu curso "normal", mas sim de assinalar as causas das necessárias perturbações desse equilíbrio, ou seja, de analisar as crises e a tendência à derrocada do capitalismo. Daí se depreende que os esquemas da reprodução e a análise do segundo tomo não podem oferecer, por si sós, uma "explicação completa" para o problema da realização. Só podem fazê-lo em conexão com a teoria marxiana das crises e da derrocada. O maior defeito da teoria da realização defendida por Lenin está em não levar em conta esse fato fundamental.[99]

IV. A INTERPRETAÇÃO DE HILFERDING PARA OS ESQUEMAS DA REPRODUÇÃO DE MARX

Para os marxistas russos da década de 1890, como vimos, a análise de Marx do processo da reprodução social serviu sobretudo para demonstrar a possibilidade e inevitabilidade do desenvolvimento capitalista na Rússia contra o "ceticismo" dos *narodniki*. A situação foi diferente na Alemanha e na Áustria. Ali, os teóricos oficiais da socialdemocracia interpretaram a análise de Marx no sentido de que o capitalismo podia estender-se ilimitadamente, sem ser ameaçado por nenhum processo de derrocada condicionado por suas leis internas.

O que Rudolf Hilferding, o mais importante economista do austro-marxismo, deduziu dos esquemas do segundo tomo? Não só — coisa óbvia do ponto de vista desses esquemas — que, para ocorrer normalmente, a reprodução do capital social total tinha de manter certas proporções entre os departamentos I e II, entre as indústrias de meios de produção e de bens de

consumo, mas também "que a produção e reprodução capitalista, seja em escala simples ou ampliada, só podem prosseguir sem perturbações se mantiverem essas proporções".[100] (Como se a proporcionalidade fosse a única condição para uma reprodução sem perturbações!) Mas há mais. Hilferding prossegue: "De nenhuma maneira se depreende que a crise deva ter origem em um subconsumo das massas, inerente à produção capitalista. Do mesmo modo, não se depreende dos esquemas a possibilidade de uma superprodução geral de mercadorias. Ao contrário, pode-se mostrar que é factível qualquer aumento da produção que possa ser feito, em geral, com as forças produtivas disponíveis."[101]

Neste último ponto, Hilferding tem razão: dos "esquemas em si" não se depreende a possibilidade da superprodução, já que eles só investigam as condições de um transcurso normal da reprodução, sem perturbações. Mas, também por isso, é impossível deduzir desses esquemas a impossibilidade da superprodução. Essa remissão aos esquemas não tem sentido. Que conclusões eles permitem sobre o mundo capitalista concreto?

Hilferding não nega os fatos empíricos da superprodução e do subconsumo das massas, nem o papel que esses fatos desempenham como elementos das crises reais. Sua interpretação dos esquemas aponta para outra coisa. Pretende demonstrar que, no processo da reprodução social, só o que importa, em última instância, é a relação de proporcionalidade entre os diversos setores produtivos. Surge daí sua teoria das desproporções, assim como sua recusa de qualquer teoria da derrocada.

Vejamos como Hilferding demonstra isso em seu livro. No começo da seção dedicada às crises, ele diz: "Usada genericamente, a expressão 'superprodução de mercadorias' nada diz, e o mesmo ocorre com a expressão subconsumo. A rigor, só se pode falar de subconsumo no sentido fisiológico; a expressão carece de sentido em economia, onde só poderia significar que a sociedade consome menos do que produziu.[102] Mas não se vê como isso é possível, desde que se tenha produzido na proporção correta. Como o produto total é igual ao capital constante mais o capital variável mais a mais-valia ($c + v + p$), v e p devem ser consumidos, e os elementos do capital constante que tenham sido gastos devem ser substituídos. Logo, a produção pode estender-se até o infinito sem levar à superprodução de mercadorias, ou seja, à situação em que sejam produzidas mais mercadorias — que, nesse contexto e desse ponto de vista, significam mais valores de uso, mais bens — do que as que podem ser consumidas."[103]

Curiosa argumentação. Quase tudo o que Marx escreveu sobre as crises pretendia demonstrar que a superprodução periódica e recorrente constitui "o fenômeno fundamental da crise"[104] e que essa superprodução

tem sua "razão última" na "pobreza e no consumo restrito das massas".[105] Agora descobrimos que tudo isso talvez seja válido no grosseiro mundo dos fatos, mas não no mundo "em si" dos esquemas. Logo, as expressões "superprodução" e "subconsumo" não têm sentido em economia política... Mas, por quê?

Simplesmente porque a sociedade imaginária, que Hilferding "neste aspecto e para este critério" coloca no lugar da verdadeira sociedade, não pode produzir valores de uso em excesso, bens em excesso, e também porque tem o poder de corrigir qualquer escassez de bens de consumo mediante uma distribuição mais proporcional da produção. Nessa sociedade, o conceito de "subconsumo" só poderia ter um "sentido fisiológico". Porém, aqui não tratamos de fisiologia, e sim de economia; mais precisamente, de economia capitalista, e não de economia em geral. Logo, tampouco falamos da sociedade "como tal", mas sim de uma sociedade de classes "na qual a maioria dos produtores permanece mais ou menos restringida ao necessário, [...] ou seja, fica mais ou menos excluída do consumo da riqueza, quando esta exceda o âmbito dos meios de vida necessários"[106] (o que significa exatamente encontrar-se em situação de "subconsumo"); e na qual, de outro lado, a classe dominante (diferentemente das classes dominantes de épocas passadas) subordina seu próprio consumo à ânsia de valorização, desempenhando, no fundo, o papel de "produtora de superprodução".[107] Por isso, nessa sociedade devem produzir-se crises de superprodução periódicas, mesmo que prevaleça a mais perfeita proporcionalidade entre os setores produtivos. Não vemos o que se ganha teoricamente rebatizando essas crises como "crises de desproporção" ou equiparando a produção de mercadorias com a superprodução de "bens".

Mas, deixemos de lado a teoria das crises de Hilferding, que em nossa opinião só constitui uma variante da crítica formulada pela escola de Ricardo à teoria da superprodução.[108] O que nos interessa aqui é a tese de Hilferding de que, "como os esquemas demonstram, a produção capitalista pode estender-se até o infinito". Como ele demonstra essa tese? Apresentando o esquema marxiano da reprodução simples, no qual não só "os elementos do capital constante gasto se substituem reciprocamente", mas também "se consomem tanto *v* como *p*", ou seja onde é impossível tratar do problema da realização da mais-valia!

Talvez tenha sido apenas um *lapsus calami* de Hilferding, talvez ele tenha desejado referir-se, na verdade, ao esquema da reprodução ampliada, tendo deixado de dizer apenas que *p* é consumido tanto de forma individual como industrial. Não há dúvida de que *p* é consumido assim nos esquemas de Marx. Mas isso não significa que a produção capitalista concreta possa

"estender-se até o infinito" só porque o esquema de referência pode prosseguir indefinidamente. Não ocorre a Hilferding que, tal como tem sido destacado, os esquemas da reprodução do segundo tomo omitem deliberadamente o incremento da composição orgânica do capital, o aumento da taxa de mais-valia etc., e que a introdução de qualquer um desses fatores lançaria os resultados por terra. Aqui vemos os disparates que surgem quando esquemas abstratos são confundidos com a realidade capitalista concreta, especialmente se, como no caso de Hilferding, pretende-se demonstrar, baseando-se nos esquemas, que a idéia de uma derrocada econômica do capitalismo "não é racional".[109] Não se podem utilizar desse modo os esquemas da reprodução de Marx, que constituíam apenas um instrumento metodológico de análise. Como contrapartida da teoria das crises de desproporção de Hilferding, citemos algumas considerações de Marx que se ocupam da contradição entre produção e consumo.

Assim escreveu Marx, contra Ricardo, no capítulo sobre as crises do segundo tomo das *Teorias*: "Ele não vê que a mercadoria deve converter-se em dinheiro. A demanda dos trabalhadores não basta, pois o lucro nasce basicamente do fato de que a demanda dos trabalhadores é menor que o valor de seu produto, e [o lucro] é tanto maior quanto menor for o tamanho relativo dessa demanda. A demanda dos capitalistas tampouco basta", se pensarmos em um tempo mais alargado. "[...] A superprodução tem origem no fato de que a maioria do povo nunca pode consumir mais do que a quantidade média dos meios de vida, ou seja, seu consumo não cresce de forma proporcional à produtividade do trabalho."[110] Pois "a relação entre trabalhador assalariado e capitalista implica: (1) que a maior parte dos produtores (os trabalhadores) corresponde a não-consumidores (não-compradores) de uma imensa parte de seu produto, especialmente dos meios de trabalho e das matérias-primas; (b) que a maior parte dos produtores, os trabalhadores, só pode consumir um equivalente de seu produto se produz mais que esse equivalente (a mais-valia, ou mais-produto). Devem ser *sobreprodutores*, devem produzir mais do que suas necessidades, enquanto são consumidores ou compradores nos limites de suas necessidades."[111]

Mas, em outra passagem das *Teorias*, podemos ler: "[...] Todo o processo da acumulação se resolve, em primeira instância, na *produção em escala ampliada*, a qual, de um lado, corresponde ao crescimento natural da população e, de outro, constitui uma base inerente dos fenômenos que se revelam nas crises. A medida dessa expansão da produção é constituída pelo próprio capital, pelo nível existente de condições da produção e pela busca ilimitada de enriquecimento e acumulação dos capitalistas, e de modo algum pelo consumo, de antemão limitado, já que a maior parte da popu-

lação, a população trabalhadora, só pode ampliar seu consumo dentro de limites muito estreitos, enquanto, por outro lado, na medida em que o capitalismo se desenvolve, diminui relativamente a demanda de trabalho, apesar de ela crescer em termos absolutos."[112]

Finalmente, no mesmo volume das *Teorias*, encontramos o seguinte trecho: "A superprodução está condicionada especificamente pela lei geral de produção do capital: produzir no limite da possibilidade das forças produtivas, ou seja, explorar com uma dada quantidade de capital a maior quantidade possível de trabalho, sem levar em conta os limites de mercado existentes ou a demanda coberta por capacidade efetiva de pagamento, e isso mediante constante alargamento da reprodução e da acumulação, mediante constante e renovada transformação de renda em capital, enquanto, por outro lado, a maioria dos produtores permanece restringida à média de necessidades, e deve permanecer assim pela natureza da produção capitalista."[113]

Nesse mesmo sentido, Marx observa em seus manuscritos de *O capital*: "Contradição no modo capitalista de produção: os trabalhadores, como compradores de mercadorias, são importantes para o mercado. Porém, como vendedores de sua própria mercadoria — força de trabalho —, a sociedade capitalista tende a reduzi-los ao preço mínimo. Contradição adicional: os períodos em que a produção capitalista libera todo o seu potencial acabam sendo, regularmente, períodos de superprodução, porque as potências produtivas não podem ser empregadas de modo a produzir um valor adicional, ou mais-valia, que possa realizar-se; mas a venda das mercadorias, a realização do capital mercantil e portanto também a da mais-valia, não é limitada pelas necessidades de consumo da sociedade, consideradas de modo genérico, mas sim pelas necessidades de consumo de uma sociedade em que a grande maioria é pobre e está condenada a sê-lo."[114]

O contraste de que tratamos aqui aparece com destaque ainda maior na mencionada passagem do terceiro tomo de *O capital*: "As condições da valorização direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só no que diz respeito a tempo e lugar, mas também logicamente. As primeiras só estão limitadas pela capacidade produtiva da sociedade, enquanto as segundas só estão limitadas pela proporcionalidade entre os diversos setores produtivos e pela capacidade de consumo da sociedade. Essa capacidade não é determinada nem pela capacidade absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas sim pela capacidade de consumo tendo como base relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo, modificável apenas dentro de limites mais ou menos estreitos. Além disso, é limitada pelo impulso de acumular, de acrescentar o capital e de produzir mais-valia em escala am-

pliada." Por isso, "quanto mais se desenvolve a força produtiva, tanto mais ela entra em conflito com a estreita base sobre a qual se apóiam as relações de consumo".[115]

Em outra passagem: "Como a finalidade do capital não é satisfazer necessidades, mas sim produzir lucros, e como ele só atinge essa finalidade lançando mão de métodos que regulam a massa de produtos conforme a escala da produção, e não ao contrário, produz-se constantemente um conflito entre as restringidas dimensões do consumo sobre bases capitalistas e uma produção que tende constantemente a superar essa barreira que lhe é inerente."[116] Pois, "[...] tal como estão dadas as coisas, a reposição dos capitais investidos na produção depende em grande parte da capacidade de consumo das classes não produtivas; enquanto isso, a capacidade de consumo dos trabalhadores está limitada, em parte, pelas leis do salário e, em parte, pelo fato de que eles só são empregados enquanto geram lucro para a classe capitalista. A razão última de todas as crises reais segue sendo a pobreza e a restrição ao consumo das massas, em contraste com a tendência da produção capitalista de desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite."[117]

As passagens citadas (poderíamos somar muitas outras)[118] mostram o grande papel que Marx atribuía à contradição entre produção e consumo como fundamento das crises de superprodução, apesar de ele ser adversário da tradicional "teoria do subconsumo". Ele também rechaçava a assim chamada teoria das crises de desproporção, como fica claro na seguinte passagem de *O capital*: "Quando se diz que não ocorre uma superprodução geral, mas sim uma desproporção entre os setores produtivos, isso significa apenas que, na produção capitalista, a proporcionalidade entre os diversos setores produtivos resulta da desproporcionalidade, em um processo permanente [...]. Pretende-se que países nos quais o modo capitalista de produção não se desenvolveu tenham de consumir e produzir em um grau adequado aos países capitalistas desenvolvidos. Quando se diz que a superprodução é apenas relativa, isso é correto. Mas todo o modo capitalista de produção é relativo, no sentido de que seus limites não são absolutos; são limites para ele, para seus fundamentos. Como, de outro modo, poderia haver uma demanda insuficiente para as mercadorias de que a massa do povo necessita, e como seria possível ter de buscar essa demanda no estrangeiro, em mercados externos, para poder pagar aos trabalhadores do próprio país o equivalente à quantidade média dos meios de subsistência imprescindíveis? Isso só é possível porque, na relação capitalista, o produto excedente assume uma forma na qual seu possuidor só o disponibiliza para o consumo se ele retornar como capital [...]. Em suma, todas as objeções contra as manifestações

palpáveis da superprodução [...] apontam para o fato de que *os limites da produção capitalista não são limites da produção em geral* [...]. A contradição do modo capitalista de produção consiste precisamente em sua tendência para o desenvolvimento absoluto das forças produtivas, o que entra permanentemente em conflito com as condições específicas de produção dentro das quais se move o capital, e que são as únicas nas quais pode mover-se."[119]

Isso é tudo sobre a assim chamada teoria das desproporções.

V. A CRÍTICA DE ROSA LUXEMBURGO À TEORIA DA ACUMULAÇÃO DE MARX

1. Antecedentes históricos e metodológicos

Nossa digressão sobre Hilferding mostrou como a teoria marxista oficial alemã usou os esquemas da reprodução do segundo tomo. Embora se apresentando como radical e "ortodoxa", essa teoria interpretava os esquemas de modo a recusar a idéia de derrocada, reforçando a explicação econômica vulgar das crises como meras crises de desproporção, no espírito de Tugan-Baranovski e dos "marxistas legais" russos.

Só levando em conta esses antecedentes — ou seja, como reação à interpretação que usava as doutrinas econômicas de Marx para defender a tendência do capitalismo à harmonia — é possível compreender o livro de Rosa Luxemburgo, *A acumulação do capital*. Seu tema central (deixando de lado tudo o que ele tem de secundário e acessório) consistia em destacar energicamente a idéia da derrocada e, com isso, o núcleo revolucionário do marxismo.

Por que não foi Lenin, mas Rosa, quem se ocupou dessa tarefa? Aqui se deve assinalar a diferença na situação do marxismo na Rússia e na Alemanha. Ao contrário dos marxistas russos da década de 1890, cujo interesse teórico dirigia-se preferencialmente para a luta contra a ideología dos *narodniki* e que, por isso, se esforçavam para demonstrar a viabilidade do incipiente capitalismo russo, Rosa Luxemburgo vivia e atuava em um país cujo capitalismo não só estava no auge, mas também já mostrava sinais de decadência; seus adversários não eram os partidários de um utópico socialismo camponês, mas sim uma poderosa burocracia operária, fortemente enraizada nas massas. Apesar de professar um credo "marxista", essa burocracia apoiava ambos os pés no terreno da ordem social dominante e só confiava em alcançar progressos sociais e políticos no interior dessa ordem. Em fins do século XIX, ainda era necessário destacar na Rússia a inevitabilidade e o caráter historicamente progressista do desenvolvimento capitalista, enquanto na Alemanha, ao contrário, a tarefa da esquerda marxista consis-

tia em ressaltar a idéia da derrocada econômica e política da ordem social capitalista. O livro de Rosa Luxemburgo foi escrito para cumprir esse papel.

Disso não se depreende que aceitemos a teoria específica proposta por Rosa para descrever a acumulação. Segundo ela, a acumulação do capital só pode ser explicada com a ajuda das assim chamadas "terceiras pessoas", ou seja, o intercâmbio com o meio não capitalista.[120] Tampouco consideramos correta sua crítica aos esquemas da reprodução de Marx. Ao contrário, é lamentável que Rosa só soubesse defender a idéia da derrocada fazendo uma crítica — fundamentalmente errada — à teoria da reprodução de Marx. Não precisamos avaliar de novo essa crítica, hoje reconhecidamente falha. Seu erro principal consistia em que Rosa, sem perceber, voltava a usar as premissas da reprodução simples na análise da reprodução ampliada. Muito mais importante e instrutivo será rastrear os motivos que impulsionaram essa crítica. Henryk Grossmann parece haver acertado quando escreveu: "Foi um grande mérito histórico de Rosa Luxemburgo que, em deliberado contraste e como protesto contra as tentativas de deformação dos que defendiam a tendência do capitalismo à harmonia, ela tenha retornado à idéia fundamental de *O capital*, demonstrando que existe um limite econômico absoluto para o desenvolvimento do modo de produção capitalista." Mas, em lugar de "examinar o esquema da reprodução de Marx nos marcos do sistema global do próprio Marx, e especialmente sua teoria da acumulação, [...] [ela] submeteu-se involuntariamente à influência daqueles que desejava combater, acreditando que o esquema de Marx admite de fato uma acumulação ilimitada, [...] conforme a teoria de Tugan-Baranovski [...]". Como ela mesma opinava que "do esquema da reprodução de Marx resulta a possibilidade de acumulação *ad infinitum*, que Tugan, Hilferding e depois Otto Bauer deduziram corretamente essa idéia a partir do esquema, abandonou o esquema de Marx para salvar a idéia da derrocada, resultante do primeiro tomo de *O capital*".[121]

Essas frases de Grossmann explicam grande parte dos erros de Rosa. Mas, além disso, sua interpretação errônea dos esquemas da reprodução parece enraizar-se em uma compreensão insuficiente da metodologia da obra de Marx.

Como Lukács observou, Rosa Luxemburgo era uma "verdadeira dialética",[122] resultando daí o prazer teórico que o estudo de sua obra propicia. Porém, ela subestimou a importância da assim chamada "herança hegeliana" no pensamento de Marx,[123] e por isso não compreendeu claramente a estrutura de sua obra. Em outra passagem,[124] ressaltamos que ela não percebeu a diferença entre o capital individual e o capital social global, bem

como a diferença — muito mais relevante — entre o "capital em geral" e o "capital em sua realidade". Não é necessário retornar a esse tema. Também sabemos que ela misturava erroneamente o capital social global com o capital em sua existência histórica concreta. Segundo ela, o conceito de uma "sociedade puramente capitalista", de Marx, só podia ser útil ao se considerar o processo de produção e circulação do capital individual; mas o conceito perderia todo o sentido quando se enfocasse a sociedade capitalista em seu conjunto e, especialmente, o problema da acumulação do capital social global.

Em outras palavras: também Rosa Luxemburgo entendeu mal o papel desempenhado, na obra de Marx, pelo modelo de uma sociedade puramente capitalista. Não compreendeu que se tratava apenas de um princípio heurístico, útil para ajudar a mostrar as tendências evolutivas do modo de produção capitalista, libertadas "de qualquer circunstância acessória perturbadora".[125] (Desse ponto de vista, as intermináveis discussões sobre a possibilidade histórica de existir ou não uma sociedade puramente capitalista são completamente irrelevantes.) O objetivo desse procedimento metodológico é claro. Se até mesmo sob as premissas mais severas — ou seja, no interior do modelo abstrato de uma sociedade puramente capitalista — é possível realizar a mais-valia e acumular capital (dentro de certos limites), então não há necessidade teórica de buscar fatores externos, como o comércio exterior, a existência de "terceiras pessoas", a intervenção do Estado etc. Nesse sentido, o modelo abstrato de Marx suportou o teste. Ao ignorar isso, Rosa Luxemburgo ignorou que os resultados da análise da reprodução no segundo tomo eram provisórios e precisavam ser completados, nas etapas posteriores da investigação, por análises mais concretas.

O erro metodológico de Rosa Luxemburgo chama a atenção, pois ela se aproximou de uma correta compreensão das premissas metodológicas dos esquemas de Marx quando escreveu: "O que Marx supôs como premissa de seu esquema da acumulação só corresponde à tendência histórica do movimento da acumulação e ao seu resultado teórico final. O processo da acumulação procura substituir a economia natural pela economia mercantil simples e a economia mercantil simples pela economia capitalista, estabelecendo o domínio absoluto da produção capitalista como único e exclusivo modo de produção em todos os países e atividades."[126]

Na *Anticrítica* de Rosa Luxemburgo podemos ler: "Nunca ocorreu a Marx, nem em sonhos, pensar que seus esquemas matemáticos tivessem o valor de uma prova para demonstrar que a acumulação podia ocorrer em uma sociedade formada apenas por capitalistas e trabalhadores. Marx in-

vestigou o mecanismo interno da acumulação capitalista, estabelecendo as leis econômicas concretas que governam esse processo. Sua argumentação é mais ou menos a seguinte: para que possa existir acumulação do capital global da sociedade, ou seja, da classe capitalista vista como um todo, é preciso que estejam presentes relações quantitativas muito precisas entre os dois grandes departamentos da produção social, o dos meios de produção e o dos bens de subsistência. Só quando essas relações estão presentes e são respeitadas [...] a produção pode incrementar-se progressivamente e, com ela — como finalidade que subordina tudo —, também pode incrementar-se a acumulação progressiva de capital em ambos os departamentos. Para expor seu pensamento com clareza e precisão, Marx usa um exemplo matemático, um esquema que parte de números arbitrários, e diz: esta é a proporção que devem manter entre si os diferentes elementos do esquema (capital constante, capital variável, mais-valia) para que a acumulação possa desenvolver-se."[127]

Se isso é correto, se o modelo de Marx foi só um instrumento para mostrar, em forma pura, as condições do equilíbrio em uma economia capitalista em expansão, então não se sustenta a afirmação de Rosa Luxemburgo, de que Marx teria proposto uma "abstração sem vigor". Assim, também do ponto de vista metodológico, sua crítica aos esquemas da reprodução de Marx se revela infundada.

2. Os esquemas da reprodução e o progresso técnico

Não devemos assinalar apenas os erros de Rosa Luxemburgo, pois sua crítica também tinha pontos fortes, sobre os quais os adversários quase sempre silenciaram.

Referimo-nos aqui à indicação de Rosa, já assinalada, de que os esquemas da reprodução ampliada de Marx não levam em conta as modificações do modo de produção decorrentes do progresso técnico, ou seja, da crescente composição orgânica do capital, do aumento da taxa de mais-valia e do incremento da taxa de acumulação. Quando essas modificações são incorporadas aos esquemas, ficam perturbadas as condições de equilíbrio da reprodução e já não se pode mais aplicar a fórmula

$$c\,\mathrm{II} + \beta\, c\,\mathrm{II} = v\,\mathrm{I} + \alpha\,\mathrm{I} + \beta\, v\,\mathrm{I}.$$

Tomemos o seguinte exemplo numérico, baseado nos esquemas da reprodução de Tugan-Baranovski e voltado para ilustrar a reprodução ampliada do capital:

$$\begin{aligned} \mathrm{I}\quad & 840\,c + 420\,v + 210\,\alpha + 140\,\beta\, c + 70\,\beta\, v \\ \mathrm{II}\quad & 600\,c + 300\,v + 150\,\alpha + 100\,\beta\, c + 50\,\beta\, v. \end{aligned}$$

Este esquema corresponde à fórmula geral do equilíbrio, pois

$$600\ c\,\text{II} + 100\ \beta\ c\,\text{II} = 420\ v\,\text{I} + 210\ \alpha\,\text{I} + 70\ \beta\ v\,\text{I}.$$

Porém, quando modificamos a composição orgânica do capital a ser acumulado em ambos os departamentos, de 2 : 1 para 3 : 1, obtemos o seguinte esquema:

$$\begin{aligned} \text{I}\quad & 840\ c + 420\ v + 210\ \alpha + 157{,}5\ \beta\ c + 52{,}5\ \beta\ v \\ \text{II}\quad & 600\ c + 300\ v + 150\ \alpha + 112{,}5\ \beta\ c + 37{,}5\ \beta\ v. \end{aligned}$$

Neste caso, aparece um excedente de mercadorias no departamento II, que já não pode trocar seus $600\ c + 112{,}5\ \beta\ c = 712{,}5$ unidades de valor pelas $420\ v + 210\ \alpha + 52{,}5\ \beta\ v = 682{,}5$ unidades de valor do departamento I. Aparece um resíduo de 30 unidades de mercadorias invendáveis. Isso corresponde ao fato de que, ao crescer a composição orgânica do capital, empregam-se menos trabalhadores novos, e por isso o consumo social não pode ampliar-se suficientemente para incorporar todo o produto-mercadoria do departamento II.

Perturbações semelhantes ocorrem necessariamente quando cresce a taxa de mais-valia ou quando se acumula uma parte maior da mais-valia recém-criada nos períodos de produção anteriores. Também nesses casos torna-se impossível que a reprodução ampliada avance sem fricções, tal como prevêem os esquemas, pois as desproporções das relações de intercâmbio entre os dois departamentos, desproporções resultantes do progresso técnico, devem minar a proporcionalidade existente até esse momento.

"Se levarmos em conta as mudanças técnicas do modo de produção no curso da acumulação, esta não pode realizar-se sem romper as relações fundamentais do esquema de Marx."[128] Nesse aspecto, Rosa Luxemburgo tinha razão. Mas, ao contrário do que ela supunha, desse "fracasso" dos esquemas da reprodução não resulta que a acumulação seja "impossível". Resulta apenas que qualquer revolução nas forças produtivas, em escala social, deve pôr fim ao estado de equilíbrio entre os setores produtivos, levando, através de todo tipo de perturbações e de crises, ao estabelecimento de um novo equilíbrio temporário. A crítica de Rosa Luxemburgo apenas mostra os limites que demarcam o espaço de validade dos esquemas de Marx, que conscientemente pretendia investigar, nesse ponto, as relações de equilíbrio da reprodução ampliada enquanto as condições da produção permanecem constantes. Por isso ele prescindiu de todos os fatores que alteram essas condições. Se, não obstante, desejarmos introduzir nesses esquemas as modificações que a crescente produtividade do trabalho provoca no modo de produção, com isso só demonstraremos como as condições hipotéticas que definem o

curso normal da reprodução se transformam "em outras tantas condições de desenvolvimento anormal, em possibilidades de crises".[129] O segundo tomo de *O capital* não pretendia realizar essa tarefa.

Nossa conclusão subestima a importância dessa análise? De forma nenhuma. O modelo de Marx, que mostra uma reprodução ampliada em equilíbrio no "capitalismo puro", não podia nem devia ser um reflexo fiel do mundo capitalista concreto. Ele não leva em consideração nem a anarquia da produção nem o conflito entre produção e consumo, inseparáveis da essência do capitalismo. Nesse modo de produção, o desenvolvimento proporcional dos setores produtivos e o equilíbrio entre produção e consumo só podem ocorrer submetidos a dificuldades e perturbações permanentes. O estado de equilíbrio deve ser alcançado em períodos breves, pois do contrário o sistema capitalista não poderia funcionar. Nesse sentido, os esquemas da reprodução de Marx não são mera abstração. Mostram um aspecto da realidade econômica, mesmo que a proporcionalidade dos setores produtivos, pressuposta nesses esquemas, só possa ser temporária e resulte "da desproporcionalidade, em um processo permanente".[130]

3. As aplicações práticas da visão harmônica dos esquemas da reprodução

A fórmula do equilíbrio da reprodução ampliada, na qual se baseiam os esquemas de Marx, só pode ser aplicada à acumulação em condições de produção constantes. Isso induziu vários autores a realizar exercícios matemáticos para demonstrar que o "fracasso" da fórmula não resultava de questões de conteúdo da própria fórmula, mas sim das severas premissas às quais Marx vinculou seus esquemas. Modificando-se essas premissas, seria possível construir um esquema da reprodução ampliada que, mesmo levando em conta o progresso técnico, também mostraria um equilíbrio permanente entre os dois departamentos da produção social. Por trás dessas tentativas havia a tendência — nem sempre consciente — de apresentar a reprodução e a acumulação do capital como um processo automático e permanente, que não encontra nenhum obstáculo decorrente da natureza do modo de produção capitalista. Por isso, não se deveria visualizar uma derrocada desse modo de produção por motivos econômicos.

O exemplo mais conhecido dessas tentativas é o esquema da reprodução esboçado por Otto Bauer em sua crítica a Rosa Luxemburgo.[131] Ele pretende demonstrar a possibilidade de uma trajetória sem perturbações no processo de acumulação, mesmo no caso de uma composição orgânica do capital em permanente crescimento. Para isso, Otto Bauer teve de abandonar — como Tugan-Baranovski já fizera antes dele — uma das premissas fundamentais

dos esquemas de Marx: a de que a única relação entre os departamentos I e II consistiria no intercâmbio recíproco de seus respectivos produtos. Ao contrário, ele faz com que o departamento II — que, por causa das modificações técnicas decorrentes da crescente composição orgânica do capital, permanece sempre com um resíduo de mercadorias invendáveis — "invista" todos os anos no departamento I uma soma de dinheiro equivalente ao valor do resíduo, para que este último departamento amplie sua produção, diminuindo no ano seguinte o resíduo real de mercadorias do departamento II. Assim, os dois departamentos podem crescer e acumular, sem gerar uma discrepância no valor dos produtos que trocam e sem ameaçar com interrupções o *perpetuum mobile* da acumulação de capital.

Esta é a base do procedimento de Otto Bauer. O exemplo numérico que ele construiu só aparentemente é uma continuação do esquema da reprodução de Marx. Pois ele poderia ter demonstrado exatamente a mesma coisa servindo-se do exemplo de uma empresa que instala uma subsidiária para abastecer dos meios de vida necessários, de forma planejada, trabalhadores e capitalistas do complexo assim formado. Na contabilidade da empresa combinada, a subsidiária poderia aparecer como "departamento II", o qual "investe" regularmente uma parte de sua mais-valia na empresa principal e "troca" os meios de vida que fabrica por máquinas da empresa matriz. Todavia, esses "investimentos" e "intercâmbios" seriam completamente fictícios. Não se compreende como esses cálculos podem contribuir para a compreensão do processo de reprodução no mundo capitalista real.[132]

Mas, não será o esquema da reprodução de Otto Bauer muito mais "realista" que o de Marx? Pois, na sociedade capitalista real, partes da mais-valia produzida em um setor são constantemente transferidas para outros setores produtivos, onde são investidas. Não devemos considerar o procedimento de Otto Bauer como um aperfeiçoamento do procedimento de Marx?

Assim pensam os economistas poloneses Oskar Lange e T. Kowalik. Em um trabalho deste último, podemos ler: "No que diz respeito à transferência da acumulação de um setor a outro [...] a história, evidentemente, deu razão a Otto Bauer. Na prática, o capital se transfere tanto em sua forma objetiva como na forma de dinheiro." Desse modo, "uma considerável parte da produção social pode ser empregada de forma alternativa, tanto como meios de produção quanto para o consumo pessoal". Isso foi "confirmado pela prática dos países socialistas, nos quais [aqui Kowalik cita Lange] 'a acumulação ocorre sobretudo no departamento II, enquanto a principal parte dessa acumulação é investida no departamento I'".[133]

Podemos abstrair a postura ingenuamente empírica de Kowalik, que parece acreditar que os problemas da teoria pura — como o problema do

equilíbrio hipotético na sociedade capitalista dos esquemas marxistas — podem ser resolvidos com uma remissão à prática dos "países socialistas" (ou a qualquer outra prática). Sobre seus argumentos, deve-se dizer o seguinte: no que se refere à transferência do capital em sua forma objetiva, Kowalik evidentemente ignorou a circunstância de que os produtos que podem ser empregados de forma alternativa — como meios de produção e como bens de consumo — foram excluídos de antemão dos esquemas de Marx. Sobre isso, podemos ler no segundo tomo de *O capital*: "Nada de essencial muda se uma parte dos produtos do departamento II pode ingressar no departamento I como meios de produção. São contrabalançados por uma parte dos meios de produção ofertados pelo departamento I, e essas partes precisam ser deduzidas dos dois lados, se queremos investigar de forma pura e sem distorções o intercâmbio entre os dois grandes departamentos da produção social, o que produz meios de produção e o que produz bens de consumo."[134]

Portanto, a "transferência do capital em forma objetiva" não ajuda a superar a dificuldade apontada por Rosa Luxemburgo. Mas, para isso, tampouco serve transferir capital em forma de dinheiro, que é a base do procedimento de Bauer, mesmo que isso corresponda à prática cotidiana dos capitalistas. Estes praticam desde sempre essa transferência, e continuam a fazê-lo, sem considerar as modificações causadas pelo progresso técnico. Não há motivo metodológico para levá-la em conta quando parece fracassar a fórmula do equilíbrio da reprodução ampliada, ou seja, quando se enfrentam as dificuldades de realização que têm origem no aumento da composição orgânica do capital. Por que o próprio Marx não lançou mão da transferência de capital, defendida por Otto Bauer, em vez de estabelecer esquemas com relações quantitativas tão complexas entre os dois departamentos? A resposta é simples: com os esquemas, ele queria mostrar como se pode resolver — e, de fato, se resolve — no plano social a antinomia entre valor de uso e valor de troca. Mas isso só pode ser mostrado se as indústrias de meios de produção e de bens de consumo são imaginadas como departamentos autônomos da produção social, que só chegam à posse de seus respectivos produtos através do intercâmbio, e que só assim podem levar a cabo o intercâmbio social de forma e de material.

Deixemos de lado as deficiências metodológicas da solução proposta por Otto Bauer. O que nos interessa aqui, antes de mais nada, é a seguinte questão: com a ajuda de seu procedimento, Bauer terá conseguido demonstrar o que pretendia, a saber, a possibilidade de uma acumulação ilimitada do capital?[135] Uma reflexão simples mostra que sua tentativa estava fadada ao

fracasso. Pois, se montarmos o esquema da reprodução ampliada supondo uma composição orgânica constantemente crescente do capital, cedo ou tarde chegaremos a uma hipertrofia irreal — carente de qualquer sentido econômico — do departamento I, ou seja, da produção de meios de produção. É o que faz Otto Bauer: para exprimir o crescimento da composição orgânica, ele faz o capital variável da sociedade crescer 5% ao ano, enquanto o capital constante cresce 10%. Essas diferentes taxas de crescimento expressam o fato de que a composição orgânica do novo capital acumulado é, em seu esquema, muito superior à do capital investido antes. (Ademais, Bauer supõe constante a taxa de mais-valia, devendo pois somar uma parte cada vez maior da mais-valia ao fundo de acumulação.)

Bauer começa com o seguinte esquema. Para facilitar a compreensão, usaremos de novo os símbolos de Bukharin, que já conhecemos:

	c	v	p			
			α	βc	βv	
I	120.000 +	50.000 +	37.500 +	10.000 +	2.500 =	220.000
II	80.000 +	50.000 +	37.500 +	10.000 +	2.500 =	180.000
	200.000 +	100.000 +	75.000 +	20.000 +	5.000 =	400.000

A fórmula do equilíbrio geral é coerente com este esquema, já que 80.000 c + 10.000 βc = 90.000 unidades de valor do departamento II podem ser intercambiadas por 50.000 v + 37.500 α + 2.500 βv = 90.000 unidades de valor do departamento I.

Todavia, os capitalistas estariam em dificuldades se quisessem investir a mais-valia produzida durante o primeiro ano, nas proporções em que ela aparece acima, nos mesmos departamentos em que foi produzida. No segundo ano, obteríamos os seguintes valores dos produtos:

	c	v	p			
			α	βc	βv	
I	130.000 +	52.500 +	39.375 +	10.500 +	2.625 =	235.000
II	90.000 +	52.500 +	39.375 +	10.500 +	2.625 =	195.000
	220.000 +	105.000 +	78.750 +	21.000 +	5.250 =	430.000

Neste caso, haveria 90.000 c II + 10.500 βc = 100.500 unidades de valor, enquanto o departamento I só teria para ceder 52.500 v + 39.375 α + 2.625 βv = 94.500 unidades de valor.

Restaria no departamento II um resíduo de mercadorias invendáveis, que aumentaria ano após ano, acabando por produzir uma crise.

No esquema de Bauer isso não ocorre. Nele, os capitalistas do departamento II, em vez de prosseguir o processo da produção conforme mostra o esquema anterior, investem parte de sua mais-valia no departamento I. Podem fazê-lo, segundo Bauer, fundando novas fábricas produtoras de meios de produção ou comprando ações de empresas desse tipo, já existentes. Pelos cálculos de Bauer, depois das transferências de capital do departamento II para o departamento I, o processo produtivo deve prosseguir no segundo ano com a seguinte composição de valor:

	c	v	p			
			α	βc	βv	
I	134.666 +	53.667 +	39.740 +	11.244 +	2.683	= 242.000
II	85.334 +	51.333 +	38.010 +	10.756 +	2.567	= 188.000
	220.000 +	105.000 +	77.750 +	22.000 +	5.250	= 430.000

Uma vez estabelecidas as magnitudes relativas anteriores mediante deslocamentos de capital, pode-se aplicar novamente a fórmula geral do equilíbrio, pois 85.334 c II + 10.756 β c II = 96.090 e 53.667 v I + 39.740 α I + 2.683 β v I = 96.090.

Como, a partir desse momento, Bauer faz com que a cada ano os capitalistas do departamento II invistam sua mais-valia excedente no departamento I, parece que seu exemplo numérico pode prosseguir *ad infinitum.*

Na verdade, porém, essa construção é apenas uma ilustração matemática do "carrossel" de Tugan, ou seja, de uma produção de máquinas como um fim em si. Como não poderia deixar de ser, no esquema de Bauer a produção de meios de produção aumenta com enorme rapidez, enquanto a produção de bens de consumo aumenta lentamente. O esquema apresentado por Otto Bauer não vai além do quarto ano. Henryk Grossmann se deu ao trabalho de estendê-lo para 35 anos, verificando que já no vigésimo ano aparece a seguinte composição de valor para o produto total dos departamentos I e II: 1.222.252 c + 252.691 v + 117.832 α + 122.225 β c + 12.634 β v = 1.727.634.

Esses números mostram que o produto social total cresceu até 1.727.634 unidades de valor, das quais só 383.157 podem destinar-se ao consumo humano, enquanto as demais 1.344.477 devem retornar à produção de capital constante. Tudo isso apenas para assegurar que os capitalistas vendam suas mercadorias sem perturbações e o esquema de Bauer defina uma trajetória sem fricções!

Semelhante hipertrofia da produção dos meios de produção, sem um correspondente aumento do consumo social — tal como resulta forçosa-

mente do esquema de Bauer —, é incompatível com o espírito da teoria de Marx, que escreveu: "A produção de capital constante não existe para si mesma, mas sim porque é necessário mais capital constante naquelas esferas da produção cujos produtos se dirigem ao consumo individual."[136]

Basta confrontar essa passagem com o esquema de Bauer para compreender até que ponto este esquema equivale, na verdade, ao "carrossel" de Tugan-Baranovski.[137]

Alguém poderia contra-argumentar, dizendo que o ritmo excessivamente veloz com o qual, no esquema de Bauer, as indústrias dos meios de produção superam as indústrias dos bens de consumo deve ser atribuído às taxas irreais de crescimento admitidas por Bauer (10% para o departamento I e 5% para o departamento II). Porém, se insistirmos em construir um esquema destinado a, de um lado, refletir a crescente composição orgânica do capital e, de outro, mostrar uma trajetória sem fricções para a acumulação capitalista, é necessário fazer com que o departamento I cresça mais rapidamente que o departamento II. Mesmo admitindo uma discrepância menor entre as taxas de crescimento de ambos os departamentos, chegaríamos ao mesmo resultado absurdo, embora em um prazo maior.

Isso não é tudo. Nos poucos anos para os quais Bauer calcula a evolução de seu esquema, fica claro que a crescente composição orgânica do capital conduz a uma queda progressiva da taxa de lucro. No exemplo de Bauer, já no quarto ano a taxa de lucro $[p/(c+v)]$ cai de 33,3% para 30,3%. Fica fácil para Grossmann demonstrar matematicamente que, baseando-se nas premissas de Bauer, o sistema capitalista conheceria uma derrocada no trigésimo quinto ano, pois nele a relação entre a mais-valia e o capital empregado teria caído a tal ponto que a classe capitalista já não poderia acumular.

Aqui devemos recordar que, no exemplo de Bauer, o crescimento da mais-valia relativa, que deveria acompanhar a maior composição orgânica do capital, não foi levado em conta. A queda da taxa de lucro não poderia ser anulada com um aumento da mais-valia relativa? Os *Grundrisse* nos ensinaram a responder negativamente a esta pergunta. Marx assinala ali que o incremento da mais-valia relativa não pode estender-se até o infinito, pois com o progresso técnico diminui — e deve diminuir — não só a parte paga da jornada de trabalho, mas também a relação entre o trabalho vivo total e o trabalho objetivado nos meios de produção.[138] Portanto, e em última instância, o esquema de Bauer teria de registrar uma queda progressiva da taxa de lucro — e, com isso, deveria levar à derrocada do sistema capitalista —, mesmo que ele levasse em conta o crescimento da taxa de mais-valia.

Isso demonstra o seguinte: se substituirmos o modelo de Marx da reprodução ampliada por um modelo que leve em conta, tanto quanto possível, o

maior número de fatores da realidade capitalista, logo esbarraremos em obstáculos à produção capitalista, obstáculos nascidos da própria natureza do capital. Não surpreende que Henryk Grossmann tenha podido usar o próprio esquema de Bauer para demonstrar que a tendência à derrocada é inerente ao capitalismo.[139] (Neste sentido, poder-se-ia dizer que o esquema de Otto Bauer é sua contribuição involuntária à "teoria da derrocada".)

4. Conclusão

Qual é o resultado de nossa investigação? Vejamos, resumidamente.

A primeira conclusão que sobressai da disputa (que dura décadas) em torno dos esquemas da reprodução de Marx é que não se deve considerar esses esquemas como um esboço teórico que Marx não pôde "completar" por falta de tempo. Ao contrário, tudo indica que, no que diz respeito aos esquemas da reprodução, o próprio Marx nunca teve a intenção de ir mais longe do que o que foi publicado no segundo tomo de *O capital*. Não tem sentido esperar que eles nos dêem mais do que podem dar.

Destacamos repetidamente que os esquemas de Marx só tratam das condições hipotéticas de equilíbrio da reprodução ampliada mantendo-se constantes as condições de produção, e que, apesar de seu caráter abstrato, constituem "um fragmento da realidade econômica". Certamente: no mundo capitalista real, a reprodução ampliada ocorre, junto com a acumulação do capital, "experimentando uma contínua mudança qualitativa em sua composição, em meio a um aumento ininterrupto de sua parte constante às custas de sua parte variável".[140] Esse processo é acompanhado pela ampliação dos domínios do mais-trabalho relativo, ou seja, pelo aumento da taxa de mais-valia. Não esqueçamos, no entanto, que *esse constante revolucionamento no modo de produção é "interrompido, também constantemente, por períodos de repouso e por uma expansão meramente quantitativa sobre uma base técnica dada*", por "intervalos nos quais a acumulação é mera ampliação da produção [...]".[141]

Justamente para esses "intervalos" valem os esquemas da reprodução do segundo tomo, que demonstram a possibilidade da reprodução ampliada mediante ajustamentos recíprocos das indústrias de meios de produção e de bens de consumo, e com isso também a possibilidade de realização da mais-valia. Tudo isso pode ser demonstrado sem ser necessário incluir no segundo tomo o progresso técnico, que se expressa no aumento da composição orgânica do capital.

Mas, poderia Marx seguir adiante, de modo a esboçar as condições de equilíbrio da reprodução ampliada também sob o pressuposto de um modo de produção que se modifica constantemente? Cremos haver demonstrado

que isso não era possível. As fracassadas tentativas de solução de Tugan-Baranovski e de Otto Bauer consolidam o nosso ponto de vista. Pois, tão logo se ensaia incorporar o progresso técnico aos esquemas da reprodução, as condições de equilíbrio da reprodução se transformam em condições de perturbação do equilíbrio. Os esquemas que tentam evitar essa armadilha revelam-se como "exercícios matemáticos" economicamente irrelevantes. Essa descoberta, que devemos a Rosa Luxemburgo, é irrefutável.

O segundo resultado importante da nossa investigação consiste na descoberta de que os esquemas da reprodução do segundo tomo só constituem uma fase — embora importantíssima — da análise marxiana do processo da reprodução social. Precisam ser complementados pela teoria marxiana das crises e da derrocada. Depreende-se daí que esses esquemas só podem ser compreendidos no contexto geral da doutrina de Marx. (Também neste caso, a idéia da totalidade se revela como metodologicamente decisiva.) À primeira vista, as perturbações no equilíbrio da reprodução, provocadas pelo progresso técnico, só parecem demonstrar que o curso da produção capitalista deve levar, sempre renovadamente, a crises e, através delas, à substituição do equilíbrio temporário existente por um novo equilíbrio também temporário.

Na verdade, demonstram mais: as contradições do modo de produção capitalista — que se manifestam nessas perturbações e na baixa tendencial da taxa de lucro que elas aceleram — se reproduzem em um grau cada vez mais elevado, até que finalmente a "espiral" do desenvolvimento capitalista chega ao fim. A controvérsia aparentemente escolástica sobre a interpretação dos esquemas da reprodução de Marx é positiva, isto é, teoricamente frutífera, apesar de todos os erros e conclusões errôneas que produziu.

CAPÍTULO 31

O PROBLEMA DO TRABALHO QUALIFICADO

I. A CRÍTICA DE BÖHM-BAWERK

1.

Talvez nenhum outro problema da economia marxista tenha sido tão debatido quanto o do trabalho qualificado (ou "complexo"). Neste tema os críticos crêem ter descoberto o erro decisivo da teoria do valor de Marx, que desqualificaria sua pretensão a ser uma teoria científica. Em que consiste esse erro fatal? Os críticos sustentam que Marx não pôde demonstrar sua tese da redução do trabalho qualificado em trabalho médio simples e, sentindo-se em apuros, teve de apelar para uma ingênua explicação de natureza circular. Ele diz em *O capital*: "O trabalho mais complexo vale como trabalho simples intensificado, ou melhor, multiplicado, de modo que uma quantidade menor de trabalho complexo equivale a uma quantidade maior de trabalho simples." E, logo depois: "A experiência mostra que essa redução ocorre constantemente. Uma mercadoria pode ser produzida pelo trabalho mais complexo, mas seu valor a equipara ao produto do trabalho simples e, por conseguinte, representa certa quantidade de trabalho simples. As diversas proporções em que os diferentes tipos de trabalhos se reduzem a trabalho simples, *seu padrão de medida*, se estabelecem através de um processo social que se desenvolve à revelia dos produtores, e por isso parece resultar da tradição. Para simplificar, consideraremos todo tipo de força de trabalho como força de trabalho simples, economizando assim a árdua operação de redução."[1]

Böhm-Bawerk dedica nada menos do que sete páginas a comentar esta passagem. Começa dizendo: "O dado a examinar é que o produto de uma jornada (ou de uma hora) de trabalho qualificado tem um valor maior que o produto de uma jornada (ou de uma hora) de trabalho simples; por exemplo, o produto de uma jornada de um escultor é igual ao valor de cinco jornadas de um cortador de pedras. Ora, Marx ensinou que as coisas equiparadas entre si na troca devem conter 'algo comum de mesma magnitude', e que este elemento comum deve ser o trabalho e o tempo de traba-

lho. Trata-se de trabalho em geral? As primeiras considerações de Marx, mais genéricas, feitas até a p. 7,[2] permitiriam supor isso, que evidentemente não faz sentido: cinco jornadas de trabalho não constituem 'a mesma magnitude' de uma jornada. Por isso Marx deixa de falar em trabalho como tal e passa a referir-se a trabalho não qualificado, ou simples. O elemento comum deve ser o conteúdo de uma mesma quantidade de trabalho de mesmo tipo, ou seja, de trabalho simples. Porém, considerando as coisas de forma mais cuidadosa, isso faz ainda menos sentido, pois uma escultura não incorpora 'trabalho simples' e menos ainda a mesma quantidade de trabalho simples contida em cinco dias de trabalho de um cortador de pedras. A verdade pura e simples é que os dois produtos incorporam tipos diferentes de trabalho em quantidades diferentes [...]."

"É certo que Marx diz: o trabalho complexo 'vale' como trabalho simples multiplicado, mas 'valer' não é 'ser', e a teoria se dirige para o ser, a essência das coisas. Naturalmente, os homens, por um motivo qualquer, podem equiparar uma jornada de trabalho do escultor a cinco jornadas de trabalho do cortador. Também podem, por exemplo, equiparar um cervo a cinco lebres. Porém, assim como essa equiparação não autoriza um estatístico a afirmar seriamente que uma área que contém 100 cervos e 500 lebres contém 1.000 lebres, tampouco um economista ou um teórico do valor está autorizado a afirmar que o produto cotidiano do escultor incorpora cinco jornadas de trabalho simples e que por isso, no ato de troca, o primeiro é equiparado ao produto de cinco dias do cortador."

Segue-se um extenso exemplo, voltado para mostrar que nem tudo pode ser "demonstrado" com ajuda de uma substituição de "ser" por "valer", "quando nos permitimos recorrer aos termos 'valer' e 'fazer valer' em situações em que 'ser' nos colocaria em dificuldades". Podemos renunciar a comentar esse exemplo, já que, como veremos, a "substituição" em que Marx supostamente incorreu se baseia em mero artifício verbal. Agora vem o argumento principal de Böhm. Marx, ele diz, remete à "experiência" e ao "processo social que se desenvolve à revelia dos produtores", o qual pretensamente "demonstraria" a possibilidade de se reduzir o trabalho qualificado a trabalho médio simples. Aqui, diz Böhm, "esbarramos em uma circunstância muito natural, mas comprometedora para a teoria marxiana, segundo a qual a medida da redução determina-se exclusivamente pelas próprias relações de troca. Nenhuma qualidade inerente ao trabalho qualificado permite determinar *a priori* a proporção em que ele deve ser convertido em trabalho simples, quando da avaliação de seus produtos; isso resulta das relações efetivas de troca. O próprio Marx diz: 'O valor [da mercadoria] a

equipara ao produto do trabalho simples' e nos remete 'a um processo social que se desenvolve à revelia dos produtores', mediante o qual se estabelecem 'as diversas proporções em que diferentes tipos de trabalho se reduzem a trabalho simples, seu padrão de medida'. Diz que, por isso, essas proporções aparecem como resultado 'da tradição'. [...] Nessas circunstâncias, que significado tem remeter-se ao 'valor' e ao 'processo social' como fatores determinantes da redução? Prescindindo de tudo o mais, conduz a uma explicação circular. Com efeito, as relações de troca das mercadorias é que devem ser explicadas; por exemplo: o motivo por que uma estatueta, que custou ao escultor uma jornada de trabalho, é trocada por uma certa quantidade de pedras que custaram cinco jornadas ao cortador, e não por uma quantidade maior ou menor, que tenha custado três ou dez jornadas de trabalho deste. Como Marx explica isso? A relação de troca, ele diz, é esta e não outra porque o trabalho de uma jornada do escultor pode ser reduzido a cinco jornadas de trabalho simples. Mas, por que pode ser reduzido a cinco jornadas? Porque a experiência demonstra que, através de um processo social, essa redução se produz assim. Qual é este processo social? O mesmo processo que deveria ser explicado: o mesmo pelo qual o produto de uma jornada de trabalho do escultor é equiparada, em valor, ao produto de cinco jornadas de trabalho simples. Se o trabalho do escultor fosse normalmente trocado pelo produto de apenas três jornadas de trabalho simples, Marx nos convidaria a reconhecer a medida da redução 1 : 3 como aquela que corresponde à experiência, ficando assim explicado o motivo pelo qual uma estatueta deve ser trocada pelo produto de três jornadas de trabalho de um cortador! É claro que desse modo nunca aprenderemos os verdadeiros motivos pelos quais produtos resultantes de diferentes tipos de trabalho são trocados nessa ou naquela proporção: são trocados assim, diz Marx com outras palavras, porque, segundo a experiência, são trocados assim!" Böhm-Bawerk termina dizendo: "Creio que o leitor atento terá reconhecido [...] os dois ingredientes da receita de Marx: a substituição de 'ser' por 'valer' e a explicação circular, que consiste em deduzir a medida da redução a partir das relações de troca que ocorrem de fato na sociedade, as quais, por sua vez, necessitam de uma explicação! Marx arrumou assim, grosseiramente, os fatos contrários à sua teoria [...]."[3]

Esta argumentação de Böhm-Bawerk tem sido reiterada com freqüência. Ocupa o centro de qualquer crítica atual — acadêmica ou não — a Marx.[4] Antes de tudo, devemos criticar um detalhe: o fato de que Böhm tenha escolhido justamente um escultor como representante do trabalho qualificado introduz perturbações na discussão da teoria marxiana do valor, pois desde

o início Marx exclui os "trabalhos artísticos" do âmbito de investigação de sua obra, e portanto também de sua teoria do valor.[5] Deixemos de lado o escultor, seja um Benvenuto Cellini ou não, a quem Böhm-Bawerk se refere nesse contexto. Retornemos à antiga comparação de Ricardo entre um joalheiro e um trabalhador comum (*common labourer*).

É evidente que seus respectivos produtos — abstraindo-se o trabalho objetivado nas matérias-primas e nos meios de trabalho - — "incorporam diferentes tipos de trabalho em diferentes quantidades". Mas, será que não ocorre o mesmo quando comparamos, por exemplo, o trabalho de um cortador com o de um peão da construção civil, um operário da indústria automobilística, um estivador etc.? Afinal, qualquer trabalho simples e não especializado — quando enfocamos sua determinação concreta — também tem características específicas, diferentes de qualquer outro trabalho também simples. Esta não é uma característica do trabalho qualificado como tal. Por outro lado, tampouco se sabe de antemão, de nenhum modo, a quantidade de trabalho criador de valor incorporada nos produtos do cortador, do peão, do operário da indústria do automóvel, mesmo quando sabemos que trabalharam a mesma quantidade de tempo. Pois ainda não sabemos se cada um deles elaborou seu produto sob "condições de produção socialmente normais" e com o "grau social médio de habilidade e intensidade de trabalho". (Se, por exemplo, o trabalho de um operário têxtil de certa empresa é especialmente produtivo ou especialmente intenso, talvez o produto de meia jornada de seu trabalho seja trocado pelo produto de uma jornada inteira do cortador.) Logo, para que os produtos possam ser medidos como valores, os diversos trabalhos contidos nesses produtos devem ser reduzidos a "trabalho humano indiferenciado e uniforme"; "só então se pode medir pelo tempo — uma medida uniforme — a quantidade de trabalho contida neles".[6]

Não é possível saber por que essas diferenças qualitativas e quantitativas, que existem entre os trabalhos de diferentes trabalhadores, só chamam a atenção de Böhm quando ele considera o trabalho qualificado. Será que se trata do preconceito típico das "classes instruídas", para quem o trabalho de "profissões superiores" (por exemplo, o de um escultor) — as quais, de um lado, não querem considerar-se "improdutivas", enquanto, de outro, desejam separar-se dos trabalhadores restantes — se diferencia de forma especial do trabalho dos "trabalhadores comuns"? Serão esses "profissionais superiores" a tal ponto diferentes que é possível reduzir os trabalhadores restantes, sem inconvenientes, a "trabalho humano indiferenciado", enquanto isso não é possível no caso dos primeiros? Seja como for, Böhm não

se dá conta de que deveria enfocar o tema, antes de tudo, a partir do conceito marxiano de "trabalho humano indiferenciado", e não limitar-se ao caso especial do trabalho qualificado, ao qual Marx aplica o conceito depois. Pois é impossível demonstrar uma exceção à regra com argumentos que destroem a própria regra. Se os motivos apontados por Böhm forem válidos, nenhum trabalho pode ser reduzido a trabalho humano geral, tornando-se supérfluo demonstrar isso em relação ao trabalho qualificado; se esses motivos não forem válidos, será necessário encontrar outras razões para justificar que o trabalho qualificado ocupe uma posição especial.

O mesmo se pode dizer em relação às outras objeções de Böhm-Bawerk. Pois a redução de todos os trabalhos a "trabalho humano indiferenciado", na qual se baseia o conceito marxiano do valor, não é algo dado de antemão; só ocorre porque existe um "processo social que se desenvolve à revelia dos produtores". Sobre essa redução, Marx diz: "O conjunto da força de trabalho da sociedade, representado nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma força humana de trabalho homogênea, embora seja formada por inumeráveis forças de trabalho individuais."[7] Por que então não se formulam já aqui, na fonte do conceito marxiano do valor, as objeções de que se "substitui 'ser' por 'valer' e de que se trata de uma 'argumentação circular'? Por que essas objeções são aplicadas apenas à questão secundária do trabalho qualificado?

2.

Como se vê, a argumentação de Böhm-Bawerk nos remete de volta ao conceito de trabalho "indiferenciado" ou "abstratamente humano". Que papel tem este conceito na teoria marxiana do valor?

À primeira vista, é claro que os trabalhos humanos são tão diferentes entre si quanto são diferentes os bens que eles produzem. "Sejam uma onça de ouro, uma tonelada de ferro, um quintal de trigo e vinte varas de seda, sejam todos eles valores de troca de igual magnitude [...]. Garimpar ouro, extrair ferro, cultivar trigo e fiar seda são trabalhos qualitativamente diferentes entre si. De fato, o que aparece objetivamente como uma diversidade de valores de uso, se mostra, quando observado dinamicamente, como uma diversidade das atividades que produzem os valores de uso." Mais ainda: "Além disso, os diferentes valores de uso são produtos da atividade de diversos indivíduos, ou seja, resultam de tipos de trabalhos individualmente diferentes."[8] Então, como pode o trabalho servir de medida comum dos valores, diante dessa multiplicidade e diversidade de trabalhos humanos específicos?

Este é um problema que foi negligenciado por Ricardo e pelos demais clássicos, tendo sido resolvido por Marx. Sua análise da relação de intercâmbio levou ao seguinte resultado: como valores de troca, as mercadorias não contêm "nem um só átomo de valor de uso"; seu valor representa "algo puramente social".[9] Ao deduzir essa substância social, devemos abstrair os valores de uso das mercadorias. Logo, também devemos abstrair as atividades produtivas que as convertem em valores de uso. Na condição de valor de troca, o bem econômico "já não é mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil"; "tampouco é produto do trabalho do marceneiro, do carpinteiro, do tecelão ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao se desvanecer o caráter útil dos produtos do trabalho, se desvanece também o caráter útil dos trabalhos neles representados. Portanto, se desvanecem também as diversas formas concretas desses trabalhos. Estes deixam de se distinguir e se reduzem a trabalho humano indiferenciado, trabalho abstratamente humano."[10]

Vemos que "a igualdade de trabalhos totalmente diferentes só pode ser uma abstração de sua desigualdade real, com uma redução à característica comum que possuem como gasto de força humana de trabalho, trabalho abstratamente humano".[11] À primeira vista, este parece ser um resultado especulativo. Mas, na realidade, esta abstração — podemos ler nos *Grundrisse* — "ocorre diariamente no processo social da produção [...]. O trabalho, que se mede pelo tempo, não parece ser o trabalho de diferentes sujeitos; antes, os diferentes indivíduos que trabalham aparecem como meros órgãos desse trabalho [...]. Esta abstração, o trabalho humano geral, existe no trabalho médio que qualquer indivíduo médio de uma dada sociedade pode realizar através de um determinado gasto produtivo de músculos, nervos, cérebro etc. humanos. É trabalho simples, para o qual pode ser adestrado qualquer indivíduo médio, que deve levá-lo a cabo de uma ou outra forma."[12]

E as provas, insistentemente reclamadas por Böhm-Bawerk? Quem as oferece é o próprio modo de produção capitalista, no qual "os indivíduos podem passar facilmente de um trabalho a outro, sendo para eles fortuito o tipo específico de trabalho [...]. O trabalho converteu-se então — não só como categoria, mas também na realidade — no meio de criação da riqueza geral e deixou de aderir organicamente ao indivíduo em qualquer forma específica." (Como ocorria, por exemplo, com o artesão no passado.) "Esta realidade [as frases citadas datam de 1857] alcança seu máximo desenvolvimento na forma mais moderna de sociedade burguesa, os Estados Unidos. Ali, a categoria 'trabalho abstrato', ou 'trabalho em geral', o trabalho *sans*

phrase [...] tornou-se verdade prática."[13] Só no modo de produção capitalista plenamente desenvolvido a força de trabalho total da sociedade "se considera [ou, digamos, "vale", para lembrar a expressão criticada por Böhm] como uma e a mesma força humana de trabalho": "É como se os diversos indivíduos houvessem reunido seu tempo de trabalho e incorporado, em diversos valores de uso, diferentes quantidades do tempo que está à disposição de todos. Assim, o tempo de trabalho do indivíduo é, na verdade, o tempo de trabalho de que necessita a sociedade para produzir um valor de uso específico, ou seja, satisfazer uma necessidade específica."[14] Quem acusa Marx de fazer abstrações arbitrárias deveria, antes, observar o processo de produção capitalista, onde efetivamente o trabalho não existe para o homem, mas sim o homem para o trabalho, e onde na imensa maioria dos casos o que importa é o rendimento médio e o ritmo médio.[15]

Isso explica o conceito fundamental da teoria marxiana do valor, o conceito de "trabalho humano geral". Agora compreendemos por que, segundo Marx, os valores das mercadorias "são funções sociais dos objetos e nada têm a ver com suas qualidades naturais",[16] e por que, para poder medir esses valores pelo tempo de trabalho contido nas mercadorias, é preciso remeter os diferentes trabalhos ao trabalho indiferenciado, equivalente, simples, no qual desaparecem a individualidade dos trabalhadores e o caráter concreto de suas atividades. Naturalmente, isso não significa que o trabalho que cria valor seja um mero fantasma; pelo contrário, ele se baseia na existência real e palpável da sociedade produtora (de mercadorias), existência que, por sua vez, se baseia na "verdade fisiológica" não menos real de que todo trabalho humano é "gasto de cérebro, nervo, músculo, órgãos dos sentidos etc. humanos".[17] Mas o trabalho fisiológico ainda não é trabalho econômico. Este, ao contrário, pressupõe o processo social da equiparação de diversos trabalhos originalmente diferentes,[18] processo que ocorre "à revelia dos produtores" (na própria produção, e portanto também no intercâmbio), e que a categoria do trabalho "abstratamente humano" apenas reflete.[19]

3.

Retornemos ao nosso problema: as objeções formuladas por Böhm-Bawerk à redução que Marx faz do trabalho qualificado em trabalho médio simples. Enfoquemos antes a curiosa objeção à "substituição". Conforme lemos em Böhm, Marx, a fim de economizar a "demonstração" dessa redução, havia "substituído" aquilo que o trabalho qualificado, na realidade, é pelo que se "considera" que ele seja, enquanto todos sabem que uma teoria científica deve ocupar-se do "ser", ou da essência, das coisas. Esta objeção merece

uma pequena "correção", que pode ser mais bem visualizada justapondo-se duas frases de Marx que se referem ao "trabalho qualificado". No trecho das p. 54-55 do primeiro tomo de *O capital*, citado por Böhm, ele diz: "O trabalho mais complexo é igual a trabalho simples intensificado, ou melhor, multiplicado, de modo que uma quantidade menor de trabalho complexo equivale a uma quantidade maior de trabalho simples." Mas, o que diz a passagem análoga na conhecida obra de Marx, publicada oito anos antes, *Contribuição à crítica da economia política*? Vejamos: "O que ocorre com o trabalho qualificado [...]? Este trabalho se dissolve em trabalho simples composto, trabalho simples elevado a uma potência superior, de modo que, por exemplo, uma jornada de trabalho qualificado é igual a três jornadas de trabalho simples."[20]

É evidente que ambas as frases dizem exatamente o mesmo. Apesar disso, Marx, na *Contribuição à crítica*, pôde apresentá-la sem a "substituição" que Böhm ataca: não diz "considera-se que esteja dissolvido", mas simplesmente "se dissolve"!

O líder teórico da "escola austríaca" escreve páginas inteiras de sua crítica, tendo como base uma única palavra. Usa um mero artifício de linguagem. Mas, será que podemos aprender algo com ele? Com efeito: por que Marx serve-se nessa passagem — e em algumas outras — da expressão "valer"? Simplesmente, para indicar que a qualidade criadora de valor do trabalho humano não está dada de antemão, não é um fato natural, mas sim o resultado de uma equiparação de diversos trabalhos, que tem lugar no processo social. Por trás da curiosa objeção de Böhm está uma concepção ingenuamente naturalista da teoria do valor-trabalho, que nada tem a ver com Marx, mas muito tem a ver com a incompreensão que seus críticos exibem.[21]

Vamos agora ao último e mais importante argumento de Böhm-Bawerk: o do famoso raciocínio circular que ele teria descoberto no texto de Marx. Será verdade que Marx precisou recorrer ao mercado — no qual os produtos do trabalho qualificado, ou complexo, se valorizam em maior grau que os do trabalho simples — para fundamentar sua tese de que o trabalho qualificado detém maior capacidade de criação de valor?

Aqui temos outro exemplo de como Böhm entendeu mal a teoria do valor de Marx. Ele ignora o fato de que, antes de colocar o problema do trabalho qualificado (a seu ver, secundário), Marx já havia resolvido o problema fundamental da redutibilidade de todos os trabalhos, qualificados ou não, ao "trabalho indiferenciado, uniforme, simples". Para ele, não havia necessidade de "demonstrar" novamente, em relação ao trabalho qualificado, um

resultado já estabelecido. (Isso só pode ser exigido por quem considera que o trabalho de um trabalhador qualificado — por exemplo, um mecânico ou um engenheiro — é diferente, por princípio, dos demais trabalhos.)

Naturalmente, isso não significa que a questão do trabalho qualificado não contenha um problema específico. Mas o que importa aqui não é se este trabalho é redutível, em princípio, a trabalho simples, se de fato constitui um mero múltiplo do trabalho simples, mas sim as leis que operam essa redução e como esse múltiplo deve ser medido. São dois problemas totalmente diferentes. Böhm teria percebido isso se, além de considerar *O capital*, tivesse levado em conta também a *Contribuição à crítica*, obra à qual o próprio Marx remete, como complemento necessário aos capítulos dedicados à teoria do valor e ao dinheiro em *O capital*.[22] Naquele texto, em relação ao problema do trabalho qualificado, podemos ler: "As leis que regulam a redução [do trabalho qualificado em trabalho simples] não devem ser tratadas aqui. Mas está claro que a redução ocorre, pois, como valor de troca, o produto do trabalho qualificado é equivalente, em determinada proporção, ao produto do trabalho médio simples, ou seja, é equiparado a uma determinada quantidade desse trabalho simples."[23]

Cremos que esta passagem liquida tudo o que se possa dizer sobre uma suposta "explicação circular" de Marx. Pois se, para ele, a capacidade superior de criação de valor do trabalho qualificado pudesse ser deduzida simplesmente da superior avaliação, no mercado, dos produtos que esse trabalho elabora, por que ele teria feito referência a leis particulares que regulam a redução do trabalho qualificado em trabalho médio simples?[24] Como se pode compatibilizar isso com a afirmação de Böhm, no sentido de que, segundo Marx, "a medida da redução determina-se exclusivamente pelas próprias relações de troca"? Isso está errado. Não surpreende que Böhm não registre essa passagem tão desfavorável a sua interpretação. Assim agindo, prestou serviços à polêmica contra Marx, mas nada acrescentou ao conhecimento científico.

II. A PROVÁVEL SOLUÇÃO DE MARX

Marx aceitava a afirmação de Ricardo de que a redução do trabalho qualificado a não qualificado é confirmada pelo que ocorre no próprio mercado de mercadorias. (Não compreendemos por que Böhm, em sua crítica a Marx, não se refere à autoridade de Ricardo no que diz respeito a este argumento.) Não obstante, Marx adverte em um de seus fragmentos de 1851: "Ricardo não desenvolve este ponto."[25] Ele mesmo pretendia elaborar um

"desenvolvimento" semelhante[26] (provavelmente no "Livro sobre o trabalho assalariado" que planejava escrever), como se depreende de uma passagem das *Teorias*, dirigida contra Bailey. Essa passagem permite visualizar como ele pretendia tratar o problema: "A última objeção [de Bailey contra a teoria do valor de Ricardo] é esta: os valores das mercadorias não podem ser medidos pelo tempo de trabalho, pois o tempo de trabalho em um setor da indústria não é igual ao tempo de trabalho em outro. Assim, a[27] mercadoria que, por exemplo, incorpora 12 horas de um engenheiro tem um valor duas vezes maior que a mercadoria que incorpora 12 horas de um trabalhador rural. Isso vai dar no seguinte: uma jornada de trabalho simples, por exemplo, não é uma medida de valor se existem outras jornadas de trabalho que, comparadas com as jornadas de trabalho simples, têm o efeito de jornadas compostas.[28] Ricardo demonstrou que esse fato não impede que as mercadorias sejam medidas pelo tempo de trabalho se a relação entre trabalho qualificado e trabalho simples é dada. Mas ele não descreveu como essa relação se desenvolve e é fixada. Isso pertence à exposição sobre o salário e [aqui aparece a surpresa] se reduz, em última instância, ao diferente valor das próprias capacidades de trabalho, ou seja, de seus diversos custos de produção (que são determinados pelo tempo de trabalho)."[29]

Como se deve entender essa interessante passagem? Não, certamente, no sentido de que ainda faltaria "demonstrar" a tese segundo a qual o trabalho complexo só representa trabalho simples intensificado, tarefa que já havia sido resolvida na teoria do valor mediante a redução de todos os trabalhos a trabalho médio simples. O que interessa não é se o trabalho qualificado pode reduzir-se, em princípio, a trabalho simples, mas sim que medida produz isso, ou seja, como podem comparar-se entre si os respectivos trabalhos. Neste caso, Marx, o rigoroso teórico do valor-trabalho, é suficientemente "heterodoxo" para propor, como medida de comparação, o "diferente valor das próprias capacidades de trabalho", ou seja, no fundamental, os diferentes custos de aprendizagem de trabalhadores qualificados e não qualificados. Uma solução na qual pensaram muitos marxistas, alguns mais outros menos "ortodoxos" (podemos citar Kautsky, Conrad Schmidt, Bernstein, Hilferding, H. Deutsch, Otto Bauer, Louis Boudin, Bogdanov, Posniakov e Rubin); diante dela, no entanto, quase sempre retrocediam, com instinto certeiro, pois esta solução — do ponto de vista do problema aparente, colocado por Böhm — levaria a fundar o valor das mercadorias no valor da força de trabalho, o que seria contraditório com a essência da teoria marxiana do valor. Daí a existência de várias tentativas — algumas bastante engenhosas — de preencher a aparente lacuna da teoria do valor de Marx, rechaçando assim o ataque de Böhm-Bawerk.

Não pretendo aumentar o número dessas tentativas. Em primeiro lugar, porque não pretendo medir forças com os teóricos mencionados; em segundo, porque considero que esse problema, tal como eles o visualizavam,[30] simplesmente não existe.

Repitamos: não se trata de saber se o trabalho qualificado constitui um mero múltiplo do trabalho simples, mas sim, tão-somente, de como se deve medir esse múltiplo. Não vemos por que isso não pode ocorrer através do caminho que Marx propõe nas *Teorias*. Imaginemos por um instante uma sociedade socialista. Nela também existirão, a princípio, trabalhos de diversas qualificações. Por isso, também nela terá importância teórica — e, sobretudo, prática — o problema da redução do trabalho qualificado a trabalho simples, sob dois pontos de vista: primeiro, no que diz respeito à remuneração dos trabalhadores de diferente qualificação; segundo, porque a sociedade socialista terá de realizar cálculos cuidadosos para distribuir, entre os diversos setores produtivos, as forças de trabalho disponíveis.

No que diz respeito à remuneração dos trabalhadores qualificados, a sociedade socialista, como dizia Engels, tenderá a equiparar os "salários" dos trabalhadores qualificados com os "salários" dos não qualificados, por uma razão facilmente compreensível: "Na sociedade de produtores privados, as pessoas ou suas famílias assumem os custos de aprendizagem do trabalhador especializado; por isso, corresponde também à pessoas, em primeira instância, o preço mais elevado da força de trabalho instruída: o escravo hábil é vendido por preço melhor, e o trabalhador assalariado hábil é mais bem remunerado. Na sociedade organizada de forma socialista, a própria sociedade assume esses custos; por isso, correspondem também a ela os frutos, os maiores 'valores'[31] produzidos pelo trabalho composto, ou qualificado."[32] (Entenda-se bem: isso no caso de que essa sociedade já esteja em condições de suportar todos os custos de aprendizagem dos trabalhadores qualificados, o que, no início, não será tão simples.)

A segunda pergunta parece ser mais importante: em seu planejamento econômico, como a sociedade socialista lidará com a existência das diversas qualificações do trabalho? Como a maior capacidade do trabalho qualificado certamente não nasce de propriedades ocultas desse mesmo trabalho ou daqueles que o realizam, a sociedade terá de se ater, evidentemente, à diferença empiricamente dada e empiricamente mensurável entre os custos de aprendizagem dos trabalhadores instruídos e os dos não instruídos. Suponhamos que, para completar um certo projeto, sejam necessários cem trabalhadores que trabalhem durante dez dias, sendo que dez deles têm uma qualificação especial, superior à média, e precisaram preparar-se espe-

CAPÍTULO 32

UMA OBSERVAÇÃO SOBRE O PROBLEMA DA "FALSA RACIONALIZAÇÃO"

Segundo Otto Bauer, autor deste conceito, a "falsa racionalização" é uma racionalização que, embora diminua os custos de produção de uma empresa isolada, aumenta os custos sociais de produção, de modo que "enriquece o indivíduo e empobrece a sociedade".[1] Como tal, é um fenômeno típico da ordem social capitalista, na qual a força de trabalho é uma mercadoria cujo valor — assim como o valor de todas as demais mercadorias — é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua reprodução. O possuidor da força de trabalho — o trabalhador — gasta energias tanto no processo de trabalho como no processo vital; estas últimas também são gastas, naturalmente, quando ele está desempregado e engrossa as fileiras do exército industrial de reserva. Também nesse caso sua força de trabalho deve ser conservada, até porque poderá voltar a ser explorada pelo capital mais adiante. Por isso, a sociedade deve assegurar ao trabalhador desempregado, "seja mediante um seguro-desemprego, seja mediante a assistência pública para os pobres ou a beneficência privada, uma proteção que [...] deve bastar para devolver ao corpo as energias gastas no processo vital [...]. Se, para reproduzir essas energias, são necessários *a* marcos, enquanto para reproduzir as energias gastas no processo de trabalho são necessários *b* marcos, o auxílio para os desempregados deve ser de, pelo menos, *a* marcos, enquanto o salário deve ser de, pelo menos, $a + b$ marcos, de modo que o trabalhador conserve sua capacidade de trabalho." Mas, só enquanto o trabalhador está empregado o empresário sustenta os custos de reprodução de suas energias gastas no processo vital; quando ele é despedido, esses custos recaem sobre toda a sociedade. Por isso, os custos de manutenção do trabalhador desempregado não constituem "uma parte dos custos de produção de uma empresa individual, mas sim uma parte dos custos sociais de produção".

Essa diferença se torna perceptível em todas as medidas voltadas para racionalizar a produção capitalista. Como o empresário individual não precisa importar-se com os trabalhadores que despede, por cuja manutenção não tem de velar, é de seu interesse "despedir" trabalhadores renovadamente,

mediante a introdução de novas técnicas, a incorporação de novas máquinas etc. — em suma, mediante medidas de racionalização —, contanto que "o maior gasto em custos fixos, que a racionalização requer, seja menor que a economia em salários que ela produz". Nesse processo, diz Otto Bauer, para o capitalista é vantajoso "prosseguir [a racionalização] até o ponto em que o gasto marginal em custos fixos for igual à economia que obtém em salários". Para ilustrar essa tese, Bauer cita um interessante exemplo de um informe da comissão de investigação da economia alemã de 1930: "Modernizamos uma pequena fundição que possuía três altos-fornos. Com a reforma, reduzimos o número de trabalhadores de 120 para 10, economizando 110 trabalhadores. Um trabalhador custa cerca de 4 mil marcos por ano, de modo que economizamos 440 mil marcos.[2] A modernização custou 2,8 milhões de marcos, e 15% desse montante são 420 mil marcos, que passam a pesar sobre as finanças da empresa sob a forma de juros e de amortizações." A economia efetiva da empresa, graças à demissão de 110 trabalhadores, foi de apenas 20 mil marcos por ano!

Otto Bauer comenta: "Do ponto de vista do cálculo capitalista de custos, esta racionalização se justifica." Mas a situação é muito diferente se a considerarmos do ponto de vista do "cálculo social de custos": "Se os 110 trabalhadores despedidos por causa dessa modificação ficaram desempregados por um período mais prolongado, ou se tiveram que se deslocar para outras áreas para encontrar novo trabalho, o gasto social para a sustentação e a mudança dos desempregados foi, certamente, muito maior que a economia de 20 mil marcos [...]." Portanto, para a "sociedade", diz Otto Bauer, a mencionada transformação produziu, ao fim e ao cabo, uma "falsa racionalização": "Do ponto de vista do cálculo social da produção, a mudança técnica só é vantajosa se diminui os custos sociais totais, ou seja, se a economia de custos capitalistas é maior que o gasto social necessário para manter, requalificar e recolocar os trabalhadores que ficaram desempregados por causa da mudança."[3]

Otto Bauer nos oferece aqui uma acertada crítica da racionalização capitalista, cujas medidas freqüentemente geram um aumento no lucro do empresário individual às custas de uma perda para a economia como um todo (aliás, "sociedade"). Por isso, do ponto de vista do "cálculo social da produção", ela pode ser qualificada como uma racionalização "precipitada", "falsa", negativa. Este conceito pode ser muito útil (prescindindo-se da duvidosa abstração "sociedade").[4] Porém, permanece em aberto dentro de que limites ele pode ser empregado, e do ponto de vista de que sociedade se pode falar de uma "falsa racionalização" no sentido antes mencionado. Chegamos a um ponto em que devemos discordar de Otto Bauer.

Imaginemos uma sociedade na qual todos os setores da produção estejam reunidos em um único truste capitalista. Neste caso, já não existiriam empresários individuais, e "a burguesia administraria toda a economia nacional por intermédio de seu Estado". Em tal sociedade, o cálculo de custos de produção do capitalista privado (*business accounting*) teria de ceder lugar a um cálculo "social" de custos, ou seja, um cálculo capitalista global (*social accounting*). Uma sociedade desse tipo só poderia adotar medidas de racionalização nas quais as economias de custos em "trabalho vivo", em salários, não fossem compensadas por (isto é, não equivalessem a) um incremento de gastos com a manutenção do exército de desempregados. Para essa sociedade, os limites à racionalização estariam traçados de forma mais estreita que para o capitalismo privado: ela só poderia adotar medidas racionalizadoras com muito maior cuidado e previsão, mesmo que o fizesse de forma mais continuada. (Acrescentemos: em relação a esta sociedade ainda faria sentido o conceito de "falsa racionalização", considerado neste caso como uma medida mal calculada, de conseqüências negativas, que onera a economia capitalista global com custos supérfluos para manter a força de trabalho, e que por isso seria preciso evitar, em nome do "interesse geral".)

Assim se apresentam as coisas do ponto de vista do capitalismo de Estado. Como elas se apresentariam na sociedade socialista, isto é, em uma sociedade que relacionasse cada racionalização a uma diminuição no tempo geral de trabalho, na qual portanto já não haveria o problema do desemprego, nem dos custos de requalificação e mudança dos desempregados? Como, neste caso, o trabalho assalariado desaparece, tal sociedade, ao fazer seu "cálculo de custos de produção", não teria de levar em conta os custos da força de trabalho (como ocorre no capitalismo), mas sim o próprio gasto de trabalho. Logo, nela devem resultar viáveis também transformações que pareçam falsas tanto do ponto de vista da economia estatal como do ponto de vista da economia capitalista privada. Só se produziria uma "falsa racionalização" se as novas máquinas etc. custassem à sociedade tanto ou mais trabalho — e não pagamentos de força de trabalho — quanto aquele que economizariam. Os limites da racionalização seriam muito mais amplos que na economia capitalista. A sociedade socialista poderia "racionalizar" com muito maior rapidez, generosidade e ímpeto as forças produtivas do trabalho social.

Curiosamente, Otto Bauer chegou à opinião oposta: "A fonte dessas falsas racionalizações só seria eliminada em uma sociedade na qual as empresas pertencessem ao Estado e na qual este também tivesse de suportar, ao mesmo tempo, os custos de manutenção dos desempregados, bem como os de requalificação e recolocação dos trabalhadores. Nesse caso, o lugar do

cálculo capitalista dos custos de produção seria ocupado pelo cálculo social. O Estado só teria interesse em medidas de racionalização se a economia de custos de produção na empresa individual fosse maior que os custos de manutenção de desempregados e se essa economia fosse destinada aos trabalhadores que se tornam temporariamente dispensáveis em virtude das medidas de racionalização. Também este Estado faria racionalizações, é claro, mas só na medida em que pudesse transferir para outras empresas, ou para outros setores produtivos, os trabalhadores que tivessem ficado em disponibilidade por causa delas. A racionalização não se produziria por saltos, mas sim de forma constante, embora mais lenta. Ocorreria no ritmo em que os trabalhadores tornados dispensáveis pudessem ser transferidos a outros setores da produção social. Assim, em uma sociedade socialista, a racionalização já não se realizaria ao preço de um desemprego prolongado de grandes massas."[5]

O que Otto Bauer destaca como características (e vantagens) peculiares da sociedade socialista refere-se, na verdade, a um sistema de capitalismo de Estado.[6] Com efeito, não só permanece existindo o problema do desemprego, mas também, em seu "cálculo de custos de produção", a sociedade "socialista" de Bauer adota como ponto de partida (do mesmo modo que a capitalista) os custos da força de trabalho (os "custos capitalistas"), e não o próprio trabalho que os produtos demandam. Eis o ponto crucial que distingue, neste aspecto, a ordem social socialista e a capitalista.

Podemos ler no primeiro tomo de *O capital*: "O uso da maquinaria com o propósito exclusivo de baratear o produto encontra um limite na exigência de que menos trabalho seja gasto na produção da máquina do que aquele que será substituído por ela. Para o capital, não obstante, esse limite é mais estreito. Como ele não paga o trabalho utilizado, mas sim o valor da força de trabalho utilizada, para ele o uso da máquina fica limitado pela diferença entre o valor dela e o valor da força de trabalho que ela substitui. Como a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho difere conforme os países — e difere também conforme as diferentes épocas em um mesmo país, ou conforme os setores produtivos no mesmo período —, e como, além disso, o salário real do trabalhador ora cai abaixo do valor de sua força de trabalho, ora supera este valor, a diferença entre o preço da maquinaria e o preço da força de trabalho que ela substitui pode variar consideravelmente, por mais que se mantenha invariável a diferença entre a quantidade de trabalho necessária para a produção da máquina e a quantidade total de trabalho que ela substitui. Apenas a primeira dessas diferenças determina os custos de produção da mercadoria para o próprio capitalista e influi sobre ele, através da pressão da concor-

rência." Em uma nota de pé de página na segunda edição, Marx acrescentou: "[...] Em uma sociedade comunista, a maquinaria teria um campo de ação muito diferente do que tem na sociedade burguesa."[7]

Esta observação permite descobrir a diferença entre o "cálculo de custos" da sociedade capitalista e o da sociedade socialista. Se no primeiro tomo de *O capital* essa diferença aparece apenas insinuada, no terceiro tomo há uma exposição detalhada sobre o assunto.[8] Ali, em uma passagem redigida por Engels, podemos ler: "O valor da mercadoria é determinado pelo tempo global de trabalho, pretérito e vivo, nela incorporado. O aumento da produtividade do trabalho consiste justamente em uma queda na participação do trabalho vivo e em um aumento na participação do trabalho pretérito, mas isso feito de tal modo que diminua a quantidade global de trabalho incorporado na mercadoria; ou seja, o trabalho vivo diminui mais do que o trabalho pretérito aumenta. O trabalho pretérito incorporado no valor de uma mercadoria (a porção constante do capital) consiste em parte no desgaste de capital constante fixo e em parte no capital constante circulante que se agrega completamente à mercadoria (matérias-primas e auxiliares). Com [o aumento de] a produtividade do trabalho, a parte de valor que provém das matérias-primas e auxiliares deve reduzir-se, pois, nesse aspecto, a produtividade se revela precisamente no fato de que o valor desses materiais diminui. Em troca, o que é característico no aumento da produtividade do trabalho é precisamente que a parte fixa do capital constante experimenta um incremento muito grande, e portanto também a parte de valor deste capital que se transfere às mercadorias em virtude do desgaste. Para que um novo método de produção possa aumentar de fato a produtividade, ele deve transferir à mercadoria individual uma parte adicional de valor, por desgaste de capital fixo, menor do que é a parte de valor que se economiza como conseqüência da diminuição de trabalho vivo; em uma palavra, o valor da mercadoria deve diminuir. [...] Esta diminuição da quantidade global de trabalho que se incorpora à mercadoria parece ser a característica essencial do incremento da produtividade do trabalho, quaisquer que sejam as condições sociais sob as quais se produz. Em uma sociedade na qual os produtores regulam sua produção conforme um plano previamente traçado, e até mesmo na produção mercantil simples, a produtividade do trabalho também seria forçosamente medida conforme esse padrão de medida. Mas, qual é a situação no caso da produção capitalista?"

Aqui, Engels dá o seguinte exemplo: "Suponhamos que determinado setor da produção capitalista produza uma mercadoria sob as seguintes condições: o desgaste do capital fixo é de 0,5 xelim; em matérias-primas e auxiliares entram 17,5 xelins; em salários, 2 xelins; com uma taxa de mais-valia

de 100%, a mais-valia é de 2 xelins; o valor global é igual a 22 xelins [...]. Então, o preço de custo da mercadoria é igual a 0,5 + 17,5 + 2 = 20 xelins, e a taxa média de lucro é igual a 2/20, ou 10%;[9] e o preço de produção da mercadoria é igual ao seu valor, 22 xelins. Suponhamos que se invente uma máquina que reduza à metade o trabalho vivo requerido para fabricar cada peça, mas que triplique a parte do valor que decorre do desgaste do capital fixo. A questão se apresentará agora da seguinte maneira: o desgaste passa a ser igual a 1,5 xelim; matérias-primas e auxiliares, como antes, são iguais a 17,5 xelins; salários, 1 xelim; mais-valia, 1 xelim. Total, 21 xelins. O valor da mercadoria diminuiu em 1 xelim. A nova máquina aumentou consideravelmente a força produtiva do trabalho. Porém, para o capitalista, as coisas se apresentam assim: seu preço de custo é agora de 1,5 xelim por desgaste, 17,5 xelins de matérias-primas e auxiliares e 1 xelim de salário, em um total de 20 xelins, como antes. Como a taxa de lucro não se modifica automaticamente por causa da nova máquina, ele deve receber 10% acima do preço de custo, o que significa 2 xelins. O preço de produção permaneceu inalterado em 22 xelins, mas agora com 1 xelim acima do valor. Para uma sociedade que produz em condições capitalistas, a mercadoria não foi barateada, e a nova máquina não constituiu nenhuma melhora. Logo, o capitalista não tem interesse em introduzir a nova máquina. Como sua introdução eliminaria o valor da maquinaria em uso, ainda não desgastada, convertendo-a em sucata — sofrendo o capitalista, pois, uma perda positiva —, ele tomará muito cuidado antes de cometer esse erro, para ele uma decisão utópica. Por conseguinte, para o capital, a lei do incremento da produtividade do trabalho não é incondicionalmente válida. Para o capital, a produtividade aumenta não quando se economiza trabalho vivo em geral, mas só quando se economiza na parte paga do trabalho vivo mais do que se adiciona em trabalho pretérito [...]. Aqui, o modo capitalista de produção cai em uma nova contradição. Sua missão histórica é desenvolver sem vacilações a produtividade do trabalho humano, impulsionando-a em progressão geométrica. Mas ele se torna infiel a essa missão quando se opõe ao desenvolvimento da produtividade, freando-o, como neste caso. Com isso demonstra novamente que se torna decrépito e, cada vez mais, está sobrevivendo a si mesmo."[10]

Esta extensa citação nos pareceu necessária, pois complementa de maneira particularmente incisiva e esclarecedora as manifestações de Marx no primeiro tomo de *O capital*. De qualquer forma, uma coisa é clara: esta solução decorre necessariamente da teoria econômica marxista. Também Otto Bauer soube disso no devido momento, como o demonstram seus escritos anteriores. Podemos ler em sua primeira obra: "O modo de produção capi-

talista não só reduz [...] o pleno aproveitamento das forças humanas de trabalho disponíveis, mas também impede o uso dos métodos de produção mais avançados possíveis. [...] A sociedade socialista poderá usar uma máquina quando esta economiza maior quantidade de trabalho que a necessária para sua produção; mas o modo de produção capitalista só pode utilizar uma máquina se ela economiza maior quantidade de salário, em relação ao seu custo. Quanto mais baixos forem os salários, tanto mais difícil será incorporar novas máquinas, ou seja, aproveitar o progresso técnico. Como o salário só pode ser uma forma de manifestação do valor da força de trabalho, mas nunca uma forma de manifestação do valor do produto do trabalho, a sociedade capitalista jamais poderá utilizar todas as máquinas que uma sociedade socialista poderia colocar em serviço. Mas ainda há mais." A isso se acrescentam os efeitos do nivelamento das taxas particulares de lucro para formar uma taxa geral: "O preço de produção da máquina está permanentemente acima de seu valor [...], porque nela está contida uma parte da mais-valia de outros setores produtivos, da qual se apropriaram os produtores do aço e das máquinas em virtude da magnitude de seu capital físico. [...] O preço de produção da máquina, que é sempre mais elevado que seu valor [...], constitui um novo obstáculo para a substituição do trabalho manual pelo trabalho feito pelas máquinas, mais produtivo. A isso se soma, finalmente, mais um motivo. Os cartéis e trustes da indústria do carvão e do aço aumentam seus preços, bem como os das máquinas, para além do preço de produção que se forma na concorrência, tornando mais cara a produção feita por máquinas. São mais um obstáculo ao progresso técnico. O modo de produção socialista eliminará todas essas barreiras de um só golpe: nele, será utilizável qualquer máquina que economize mais trabalho que o que ela mesma requeira."[11]

Otto Bauer escrevia coisas excelentes na juventude. Nenhuma palavra sobre o "cálculo de custos" quase "sociais" que se realizam a partir do gasto em salários; nenhuma exortação para se conservar um ritmo cauteloso, suave, prudente, de racionalização sob o socialismo. Como se explica então que, mais tarde, Otto Bauer, apesar de pertencer à escola marxista, tenha chegado a conclusões opostas?

Explica-se de forma simples. Nesse intervalo transcorreram 25 anos, e Bauer deixou-se converter. Uma vez convertido ao reformismo, passou a ver o problema da transformação socialista da sociedade com olhos de um "político realista" ou de um "estadista" reformista. Assim se originou sua fantástica idéia de uma formação econômica socialista na qual ainda seria válido o cálculo capitalista de custos, e cujas instituições normais incluíam também, entre outros, o sistema de apoio aos desempregados... Na verdade,

a "sociedade socialista" que descreve em seu livro de 1932 é uma sociedade capitalista de Estado, que só repudiou o capitalismo para transferir ao Estado o direito de dispor dos meios de produção, sem instaurar o modo de produção socialista, ou seja, sem converter os produtores em verdadeiros condutores do processo econômico. Otto Bauer esquece o principal aspecto dessa sociedade então hipotética, mas à qual aspira hoje, na prática, o reformismo: limita-se aos problemas da transformação "estatista" do "capitalismo organizado", deixando escapar a diferença decisiva entre socialismo e capitalismo no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas... Um erro meramente teórico? Não. Por trás da questão acadêmica sobre o ritmo ótimo de racionalização no socialismo se oculta aqui uma concepção muito peculiar do socialismo e de sua essência; uma concepção que, no fundo, equipara socialismo e capitalismo de Estado. Quando Otto Bauer escreveu seu livro, ainda era possível não enxergar isso; hoje, porém, depois das experiências das últimas décadas, a clara distinção entre as tendências socialistas e capitalistas de Estado deve ser reconhecida como um dos principais problemas do movimento operário. Essa distinção desempenhará um papel importantíssimo nas futuras lutas da classe operária e nas futuras controvérsias intelectuais no seio do campo socialista. Visto desse ponto de vista, o erro de Otto Bauer assume um caráter totalmente diferente.

CAPÍTULO 33

A CRÍTICA DE JOAN ROBINSON A MARX

Tem sido repetidamente comprovado que as diferenças entre as duas correntes opostas da economia política — a teoria "acadêmica" e a teoria marxista — tornaram-se tão grandes que os partidários de uma já não conseguem entender a linguagem da outra. Joan Robinson nos oferece um exemplo disso. Esta eminente economista esforçou-se por fazer justiça a Marx e à "áspera e sombria grandeza"[1] de seu sistema teórico. Porém, não conseguiu fazer mais do que uma caricatura do marxismo. Não por causa de alguma deficiência pessoal, já que Robinson é uma economista reconhecidamente competente. Trata-se de algo mais profundo, com raízes em sua forma de encarar o problema. Pois um crítico de Marx que confessa não apreciar a metodologia marxiana, desprezando-a desde logo como "bobagens e disparates hegelianos",[2] deve, forçosamente, entender mal e interpretar mal até mesmo certos princípios elementares. Talvez possa compreender o que Marx disse textualmente, mas jamais "o que, na verdade, ele quis dizer".

I. A TEORIA MARXIANA DO VALOR

O principal alvo da crítica de Joan Robinson é, naturalmente, a teoria marxiana do valor. Pois, se conseguisse derrubar esse alicerce do sistema de Marx, a teoria acadêmica não precisaria abandonar seus próprios pressupostos fundamentais. Mais do que isso, ela mesma poderia servir como ponto de partida para algumas conclusões quase socialistas. Viria à tona, então, um Marx primorosamente enfeitado, "fabianizado" e "keynesificado".

1. Marx como "fetichista do valor"

Para começar, digamos algumas palavras sobre o método crítico de Joan Robinson. Como muitos de seus predecessores, ela divide Marx em duas pessoas diferentes e até contrapostas: o "metafísico hegeliano" do primeiro tomo e o que acompanha o senso comum no terceiro tomo de *O capital.*

O que este último escreveu pode ser conciliado com a realidade, especialmente se for corrigido a partir do ponto de vista da "economia moderna". Pois, no fundo, a teoria do valor, tal como exposta no terceiro tomo, seria uma "teoria aceita por todos", enquanto a teoria do "valor absoluto" que encontramos no primeiro tomo[3] seria "dogmatismo puro" e, por isso, "não digerível".[4] Comecemos então por esta parte "não digerível".

Joan Robinson escreve: "Ricardo pretendeu encontrar nos custos do trabalho uma medida de valor tão inalterável como a medida de comprimento e de peso. Apesar de não ter lido o ensaio de Ricardo sobre *Absolute Value and Exchangeable Value* ['Valor absoluto e valor de troca', só recentemente editado por Piero Sraffa], Marx repete a mesma idéia quando busca o que há em 'comum' entre as mercadorias que têm o mesmo valor de troca, algo que 'não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou alguma outra propriedade natural das mercadorias'."[5]

Joan Robinson prossegue: o conceito do valor "como uma propriedade inerente a cada mercadoria, como o peso e a cor,[6] é essencialmente pré-marxista" e está em evidente contradição com o núcleo da teoria de Marx. Pois "uma das realizações científicas mais importantes de Marx consiste precisamente na diferenciação entre 'forças produtivas' e 'relações de produção' (ou seja, entre as relações técnicas que se estabelecem entre o homem e seu entorno físico, de um lado, e as relações econômicas do homem com seus semelhantes na sociedade, de outro), assim como no conceito de fetichismo inerente às mercadorias intercambiáveis.[7] Com esse conceito, pretende-se dizer que as relações entre os homens aparecem como relações entre objetos."

Mas "o autor de uma idéia original necessita de muito tempo para descobrir todas as suas conseqüências", e até na *Teoria geral*, de Keynes, "encontram-se numerosos exemplos do patrimônio ideológico pré-keynesiano". Não surpreende então que Marx tenha deixado de lado este fato simples: "O peso e o comprimento têm natureza técnica, enquanto o valor é social. Robinson Crusoé oferece a maneira de aferir essa diferença: para ele, em sua ilha, o peso e o comprimento tinham o mesmo significado que em sua pátria; o poder aquisitivo, ao contrário, não tinha nenhum significado."[8] Diz Joan Robinson: será que já não é tempo de libertar a teoria de Marx dessa dramática inconseqüência?

Até aqui, repetimos o que Joan Robinson disse. Sua argumentação pode reduzir-se a duas afirmações simples: (a) dizer que o valor é algo inerente à mercadoria significa considerá-lo como uma categoria técnica; (b) dizer que o trabalho é a essência do valor significa situar nos custos do trabalho a "medida inalterável do valor".

Ambas as afirmações baseiam-se em mal-entendidos evidentes. Como vimos, Marx negou que o "elemento comum" que determina o valor das mercadorias possa ser "uma propriedade natural — geométrica, física, química ou de outro tipo — das mercadorias".[9] Mas, que outra coisa pode ser? Sua propriedade social comum, como lemos repetidamente em Marx? Não, diz Joan Robinson, aqui há um erro! Pois o que é "comum" nas mercadorias deve residir nelas; e o que está "nelas" só pode ser de índole material, e não social... Logo, só há duas soluções possíveis: ou o valor é um fenômeno social, e então não pode ser uma propriedade "inerente" às mercadorias; ou é, de fato, "inerente" a elas e então precisa ser qualificado como algo "análogo ao peso e à cor", ou seja, como uma propriedade natural. Fica claro, então, que Marx confundiu o valor (que, evidentemente, é uma relação social) com uma categoria natural ou técnica, convertendo-se assim, ele mesmo, em vítima do "fetichismo da mercadoria" que descreveu de modo tão admirável em seu livro.

É muito agradável ver uma economista acadêmica defender com tanta energia o caráter exclusivamente social do conceito de valor. (Como se pode compatibilizar isso com o papel da "utilidade" que domina a economia moderna, é outra questão.) Mas, não será insensato destacar isso em referência a Marx, que foi o primeiro a desvelar claramente o caráter social do valor, convertendo essa idéia no principal alicerce de seu sistema?

Marx escreveu em sua obra mais importante: "Recordemos que as mercadorias só têm um caráter objetivo como valores na medida em que são expressões da mesma substância social, o trabalho humano; que sua objetividade como valores, portanto, é de natureza puramente social [...]."[10] "Como cristais dessa substância social que é comum a todas elas, são valores — valores mercantis."[11] Pois "a forma de mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho em que essa forma se apresenta não têm nada a ver com a natureza física deles, nem com relações materiais que decorram dessa natureza. O que, para os homens, adota a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas é só a relação social existente entre eles."[12]

Como se houvesse pressentido a crítica que poderia vir a ser feita contra sua teoria no futuro, Marx acrescentou: "Assim como o corpo de ferro, como medida de peso, representa apenas peso em relação ao pão doce, da mesma forma, em nossa expressão de valor, o corpo do casaco representa apenas valor em relação ao linho. Não obstante, a analogia termina aqui. Na expressão do peso do pão doce, o ferro representa uma propriedade natural comum a ambos os corpos — seu peso —, enquanto o casaco, na expressão de valor do linho, simboliza uma propriedade supranatural de ambas as coisas — seu valor —, que é puramente social."[13]

Aqui, de forma inequívoca, o próprio Marx mostra a diferença entre a relação de dois corpos, segundo o seu peso, e a relação de duas mercadorias segundo o seu valor: a primeira é uma relação material, a segunda é uma relação puramente social. Isso não demove Joan Robinson de lhe imputar o ponto de vista oposto, o conceito do valor como "uma propriedade análoga à cor e ao peso". A partir daí, ela passa a oferecer lições sobre as diferenças entre o "técnico" e o "social", conceitos que devem ter sido claros até para Robinson Crusoé, embora este pobre homem nunca tenha sido professor de economia política... Como pôde Joan Robinson chegar a conclusões tão grotescas? A explicação deve ser buscada no terreno metodológico.

Marx perguntava: como podemos considerar que o trabalho é a substância do valor se, na realidade, cada trabalho concreto serve a uma finalidade distinta, sendo realizado por indivíduos com diferentes capacidades, habilidades etc.? Como se pode reduzir a um denominador comum a infinita multiplicidade dos tipos de trabalho, diferentes individual e profissionalmente? Isso é possível, dizia Marx: "Em primeiro lugar, por mais diferentes que sejam os trabalhos úteis ou as atividades produtivas, é uma verdade, do ponto de vista fisiológico, que se trata de funções do organismo humano; todas essas funções, sejam quais forem seu conteúdo e sua forma, são essencialmente gasto de cérebro, nervos, músculos, órgãos sensoriais etc. humanos."[14]

A igualdade fisiológica dos trabalhos humanos é uma precondição necessária à relação de valor. Mas é apenas uma precondição! Pois seria errôneo localizar no conceito fisiológico do trabalho a essência da teoria marxiana do valor, como fazem muitos de seus críticos. Se tal interpretação fosse correta, de fato não existiria diferença fundamental entre as versões de Marx e de Ricardo para a teoria do valor-trabalho, e essa teoria estaria exposta a uma crítica séria. Em primeiro lugar, nesse caso teríamos de considerar o valor como uma categoria supra-histórica, válida para todos os sistemas econômicos, já que em todos os sistemas o trabalho, considerado fisiologicamente, é só um "gasto de cérebro, nervos, músculos, órgãos sensoriais etc. humanos". O caráter fundamentalmente histórico das categorias econômicas básicas, que Marx tanto destacava, ficaria obscurecido. Em segundo lugar, neste caso seríamos obrigados, ou pelo menos tentados, a buscar uma medida mecânica para o trabalho fisiológico, o que seria, evidentemente, uma tentativa vã. (Além disso, nesse caso confundiríamos realmente o "social" com o "técnico", como disse Joan Robinson.) Na verdade, por enquanto conhecemos apenas a primeira parte da solução marxiana do problema. Pois, embora em qualquer sociedade seja possível reduzir fisio-

logicamente o trabalho a um gasto simples de força de trabalho, semelhante redução só é exigida, na prática, em determinada etapa do desenvolvimento histórico, e só nela, de fato, tem lugar. Isso ocorre exclusivamente em uma sociedade de proprietários de mercadorias. Nela, como a troca constitui o único vínculo econômico entre os indivíduos, as mercadorias devem ser consideradas como produtos do trabalho médio, indiferenciado, ou seja, "gasto de força de trabalho humana sem consideração à forma como ela foi gasta".[15]

Isso não requer uma medida mecânica do gasto da força de trabalho, pois a própria sociedade, o processo espontâneo que opera "à revelia dos produtores", equipara as diversas formas de trabalho no mercado e as reduz a trabalho médio "socialmente necessário".[16] De outro lado, em tal sociedade, "a igualdade dos trabalhos humanos adota uma forma material na objetividade compartilhada dos produtos do trabalho como valor",[17] e só neste caso "uma relação social entre homens [...] assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas".

Que conclusão se pode extrair desse breve resumo da teoria do valor de Marx? A de que só se pode descobrir o significado exclusivamente social do valor se o considerarmos como um fenômeno histórico; quando negamos o caráter histórico do valor, temos de ver nele uma "propriedade análoga ao peso e à cor", ou seja, uma categoria "técnica".

Aqui reside a explicação de por que os críticos de Marx, com tanta freqüência, interpretaram mal sua teoria. Incapazes de compreender o caráter essencialmente histórico das categorias econômicas, concluem que, se existe algo chamado "valor", então ele deve ser uma propriedade física ou natural das mercadorias. Na verdade, não criticam Marx, mas sim a concepção que eles mesmos têm, estritamente naturalista!

O que se passa com a segunda afirmação de Joan Robinson, com sua imagem de um Marx empenhado em buscar uma "medida invariável do valor"? De novo, revela-se aqui uma má interpretação, grosseiramente naturalista, da teoria de Marx.

Os mercantilistas, primeiros intérpretes do sistema capitalista, perguntavam: como se pode medir a riqueza de uma nação? Apenas mediante o ouro e a prata? Mas o próprio valor do ouro e da prata está sujeito a oscilações, e uma medida variável não pode ser uma medida exata. Para citar um exemplo histórico, os antigos germânicos tomavam como unidade de medida da terra a superfície que um camponês médio podia cultivar durante um dia. Tratava-se, é claro, de uma medida muito imperfeita, superada depois pela moderna agrimensura. Por que a economia política não poderia dar

um passo semelhante? Não surpreende, pois, que já William Petry tenha procurado, em vão, "uma paridade natural entre solo e trabalho, de modo que possamos expressar o valor 'de todos os bens' mediante qualquer um dos dois, tão bem ou melhor que mediante ambos, reduzindo um a outro com tanta facilidade e certeza como reduzimos *pence* a libras".[18] Adam Smith expressou a mesma idéia: "O valor do ouro e da prata [...] variam. Eles estão às vezes mais baratos e às vezes mais caros, são adquiridos de forma mais fácil ou mais difícil. [...] Porém, medidas de quantidade, como o pé natural, o braço ou o palmo, que variam continuamente, não podem ser medidas exatas da quantidade de outras coisas. Por isso, um bem cujo valor sempre varia não pode ser uma medida exata do valor de outros bens."[19]

Seria possível encontrar uma mercadoria tão extraordinária, cujo valor fosse inalterável? Smith estava convencido que sim. Em sua opinião, poder-se-ia usar com êxito a mercadoria habitual "trabalho" como "medida inalterável". É certo que os salários pagos aos trabalhadores são, em geral, muito diferentes; todavia, "pode-se dizer que quantidades iguais de trabalho são de igual valor para o trabalhador em todos os tempos e lugares. Em seu estado habitual de saúde, força e ânimo, [...] [ele] sempre deve abrir mão da mesma porção de seu ócio, sua liberdade e sua felicidade. O preço que paga deve ser sempre o mesmo, qualquer que seja a quantidade de bens que receba em troca. É claro que às vezes poderá comprar uma quantidade maior desses bens, outras vezes uma quantidade menor; mas o que varia é o valor destes, e não o do trabalho que os adquire [...]. Por isso, o trabalho, cujo valor nunca varia, é o padrão mais profundo e real mediante o qual se pode estimar e comparar o valor de todos os bens em todos os tempos e lugares. É seu preço real; o dinheiro é apenas seu preço nominal."[20]

Isso basta para caracterizar a origem histórica do conceito de "medida inalterável do valor". É claro que esse problema insolúvel, comparado por Marx à quadratura do círculo,[21] só podia prender a atenção de teóricos que viam no "valor" uma propriedade natural e eterna das mercadorias.[22] Quando se abandona esse enfoque, todo o problema se dissolve no ar.

Não podemos nos deter aqui na acertada crítica de Ricardo à enganosa conclusão de Smith. Destacaremos apenas um ponto: quando Ricardo falava de como era desejável a assim chamada "medida inalterável do valor", ele não se referia aos "custos do trabalho", ou seja, à mercadoria trabalho, na qual pensava Smith, mas ao trabalho como tal, como atividade criadora de valor, o que é bem diferente.[23]

O que isso tem a ver com Marx e com sua teoria do valor? Será que seus escritos indicam que ele tenha buscado alguma "medida inalterável do va-

lor", como sem dúvida ocorreu com Smith, Malthus e Destutt de Tracy? Ouçamos o próprio Marx: "Para medir os valores das mercadorias — para obter uma medida externa dos valores — não é necessário que seja invariável o valor da mercadoria com a qual se medem as demais mercadorias. Ao contrário, tal como demonstrei na primeira parte,[24] ele deve ser variável, porque a medida dos valores é (e deve ser) mercadoria. Não fosse assim, ela não teria nenhuma medida imanente em comum com as demais mercadorias. Por exemplo, se o valor do dinheiro se modifica, ele se modifica uniformemente em relação a todas as demais mercadorias. Por isso, seus valores relativos se expressam corretamente nele, como se ele tivesse permanecido inalterado. Com isso elimina-se o problema de encontrar uma 'medida inalterável dos valores'." Esta citação provém da ampla discussão sobre o problema da "medida inalterável do valor" nas *Teorias sobre a mais-valia* de Marx.[25]

Será que Joan Robinson não levou em conta as *Teorias*? Neste caso, teria encontrado a mesma idéia em outras obras de Marx, como a *Contribuição à crítica* e *O capital*. Podemos ler na primeira delas: "Para poder servir como medida dos valores, o ouro deve ser, na medida do possível, um valor variável, porque só como objetivação do tempo de trabalho pode converter-se em equivalente de outras mercadorias; porém, como resultado das alterações na produtividade do trabalho real, o mesmo tempo de trabalho se materializa em um volume desigual dos mesmos valores de uso."[26] Em *O capital*, podemos ler: "Se o ouro pode servir como medida dos valores, isso se deve ao fato de ele mesmo ser produto do trabalho, e portanto, potencialmente, um valor variável."[27]

Essas citações bastam para demonstrar a verdadeira opinião de Marx sobre o tema. Nas obras de Ricardo se encontram observações ocasionais que podem ser interpretadas no sentido que Joan Robinson lhes atribui (observações que de nenhuma maneira pertencem à essência de sua teoria do valor), mas no caso de Marx vale o oposto. Marx não compartilhou as ilusões de Adam Smith sobre uma "medida inalterável do valor". Mais ainda: dedicou muitas páginas das *Teorias* a uma enfática refutação desse mal-entendido. Não obstante, Marx, ao contrário de vários de seus críticos, não tratava os economistas que o antecederam como se fossem crianças ou bobos. Destacava que até mesmo seus erros constituíam passos necessários no caminho da descoberta de verdades científicas. Atrás da idéia de uma "medida invariável do valor" estava um anseio sério e fundamentado, que apontava para a necessidade de objetivar o conceito de valor. Joan Robinson poderia ter aprendido muito nessas páginas; teria descoberto que já há 140 anos ti-

nha um antecessor — Samuel Bailey — que também confundia a idéia de uma "medida inalterável do valor" com o conceito do valor como propriedade social objetiva das mercadorias e com o tempo de trabalho, considerado como sua medida "imanente". Nesse caso, Joan Robinson não teria qualificado Marx de "fetichista da mercadoria"...[28] Por essas e outras, Marx queixou-se uma vez a Engels, referindo-se a seus críticos: "Ah, se pelo menos eles se dessem ao trabalho de ler corretamente o que escrevi..."

2. "Incoerências" de Marx

Até aqui nos ocupamos da teoria do valor-trabalho tal como está exposta no primeiro tomo de *O capital*. Mas Joan Robinson, assim como muitos críticos anteriores de Marx, afirma que existe uma "contradição inconciliável" entre a teoria do valor-trabalho do primeiro tomo e a teoria dos "preços de produção" do terceiro. Quando discute essa contradição, Robinson perde a serenidade. "Tanta barulheira para quê?",[29] pergunta com certo desprezo, referindo-se aos debates anteriores sobre o tema. Como podiam Hilferding, Sweezy e outros marxistas ter ignorado o fato de que uma "reconciliação" das duas teorias "é puramente formalista e consiste em uma prestidigitação com cifras médias e somas totais", e que tudo quanto Marx escreveu sobre isso "constitui um conjunto de incoerências vazias de conteúdo"?[30]

São palavras fortes. Mas, o que há por trás delas? Digamo-lo francamente: um conteúdo lamentável. Ouçamos a própria Joan Robinson: "No primeiro tomo, Marx afirma dogmaticamente que as mercadorias tendem a intercambiar-se conforme preços que correspondem aos seus valores."[31] Todavia, "em um sistema no qual os preços correspondem aos valores, o produto líquido de quantidades iguais de trabalho é vendido por quantidades iguais de dinheiro. Assim, dada uma taxa uniforme dinheiro-salário, a mais-valia por unidade de trabalho é igual, em dinheiro, em todas os setores. Dizer que os preços relativos correspondem aos valores relativos é o mesmo que dizer que o grau de exploração é igual em todas as indústrias. Mas, se o capital por homem empregado (a composição orgânica do capital) varia nas diferentes indústrias, enquanto o lucro por homem (o grau de exploração) é o mesmo, o lucro por unidade de capital deve variar no sentido inverso do capital por homem. As taxas de lucro e de exploração só poderiam ser iguais em todas as indústrias se a proporção entre capital e trabalho empregado também fosse igual."

Joan Robinson prossegue: "No primeiro tomo, Marx não resolve essa questão. No terceiro, ele mostra que o capital por homem varia com as condições técnicas, enquanto a concorrência entre os capitalistas tende a esta-

belecer uma taxa de lucro uniforme. Logo, a taxa de exploração não pode ser uniforme, e os preços relativos não podem corresponder aos valores." Ao contrário, "os preços das mercadorias diferem de seus valores, de um modo que faz com que as taxas de exploração pretendidas pelos capitalistas nas diferentes indústrias variem com a composição orgânica de seus capitais". Assim, "Marx se mete em uma dificuldade artificial, ao começar com a suposição de uma taxa uniforme de exploração, que não encontra justificação. Se os salários são iguais em todas as indústrias, a mais-valia por homem empregado (a taxa de exploração) varia com a produtividade líquida por homem empregado e, em geral, a produtividade por homem é maior quando o capital por homem também é maior. Para expressar isso nas palavras de Marx: '[...] o nível de produtividade alcançado se mostra na preponderância relativa da parte constante do capital sobre a parte variável [...]. Se o capital tem uma composição mais elevada [que a média] em determinado setor da produção, isso expressa um desenvolvimento da produtividade acima do nível médio.'[32] Assim, a taxa de exploração tende a variar com o capital por homem empregado [...] de maneira que o mesmo processo que produz uma taxa igual de lucro entre as indústrias produz taxas desiguais de exploração." Finalmente, Joan Robinson diz: "O conflito entre o primeiro e o terceiro tomos é um conflito entre o misticismo e o senso comum. No terceiro tomo triunfa o senso comum, mas ele deve render homenagens verbais ao misticismo."[33]

Toda essa argumentação pode ser liquidada da seguinte forma:

(a) Marx jamais afirmou que "dizer que os preços relativos correspondem aos valores relativos é o mesmo que dizer que a taxa de exploração é igual em todas as indústrias". Tampouco se pode extrair, de sua teoria, semelhante conclusão. Por uma simples razão: Joan Robinson tem razão quando afirma que, segundo a teoria do valor-trabalho, se intercambiam quantidades iguais de trabalho (médio, socialmente necessário) por iguais quantidades de trabalho: oito horas de trabalho por oito horas de trabalho, uma jornada de trabalho por uma jornada de trabalho. Mas disso não se depreende que a divisão da jornada em "trabalho necessário" e "mais-trabalho" deva ser a mesma em todas as partes. Em um caso, talvez o trabalhador trabalhe cinco horas "para si" e três horas para o empresário, enquanto em outro caso pode ocorrer o contrário. Mas, por acaso não introduzimos furtivamente a hipótese de salários uniformes? Nem assim as coisas melhoram. É possível que os salários sejam iguais em ambas as empresas, mas a duração da jornada de trabalho ou — em caso de uma remuneração horária uniforme — a intensidade do trabalho podem ser diferentes. Em ambos os casos serão trocadas

iguais quantidades de trabalho, e se em ambas as empresas a composição orgânica do capital coincide com a composição orgânica média do capital social, esses valores corresponderão aos preços. Mas, ao contrário do que diz Joan Robinson, as taxas de exploração podem ser diferentes. Em outras palavras: o tempo de trabalho como medida do valor não depende de taxas de exploração iguais. É surpreendente ver a teoria do valor de Marx, assim como a de Ricardo, ser interpretada dessa maneira.

(b) De outro lado, Marx jamais disse que, como a concorrência conduz à formação de uma taxa geral de lucro, "as taxas de exploração (em diversas indústrias) não podem ser uniformes". Tampouco confundiu, em nenhuma passagem, a taxa de exploração (ou seja, a taxa de mais-valia) com o "lucro por homem [...] que os capitalistas efetivamente obtêm" (ou seja, obtêm depois que as taxas de lucro originalmente diferentes nas diversas indústrias foram igualadas até constituir uma taxa geral uniforme de lucro). Marx afirmava o contrário: mantidas iguais as demais circunstâncias (igual duração do trabalho, igual intensidade etc.), um mesmo número de trabalhadores, ocupados em indústrias com diferentes composições orgânicas do capital, produz as mesmas quantidades de mais-valia; por isso, deve ter lugar uma transformação dos valores em "preços de produção", se há de predominar uma taxa média de lucro. A diferença é evidente.

(c) Marx jamais afirmou que a taxa de exploração se modifica com a quantidade de capital por trabalhador ocupado ou, em outras palavras, que a massa de mais-valia produzida seja função do capital constante utilizado. Ele consideraria essa afirmação um disparate. É certo que o "predomínio relativo da parte constante do capital sobre a variável" significa um crescimento da produtividade do trabalho. Mais mercadorias, mais valores de uso, podem ser criadas. Mas isso não significa que os trabalhadores criam necessariamente mais-valia maior em indústrias que usam quantidade maior de capital constante. (A taxa de mais-valia só pode aumentar mediante um aumento da produtividade quando as indústrias que produzem meios de subsistência podem ofertar bens de consumo mais baratos para os trabalhadores, permitindo assim que a parte "necessária" do trabalho seja encurtada. Mas isso afeta todos os trabalhadores em todas as indústrias.) É preciso muita fantasia para atribuir a Karl Marx tal teoria da "produtividade" da mais-valia.[34]

Vemos que foi Joan Robinson quem meteu Marx "em uma dificuldade artificial" ao lhe atribuir três axiomas, nenhum deles presente em sua doutrina. Em seguida, ela apresenta uma cômoda solução à "dificuldade", ao colocar sobre a mesa o poder criador de valor do capital, bastante conhe-

cido... Marx tinha consciência dessa excelente solução e, mesmo assim, perdeu anos de tempo e de trabalho para construir o conjunto de "incoerências" que encontramos no terceiro tomo... Que tenaz hegeliano metafísico deve ter sido!

3. Marx em busca de um elixir social. O problema do valor na sociedade socialista

Até aqui tratamos do que se refere à teoria do valor de Marx. Resta, porém, um consolo: apesar de, na opinião de Joan Robinson, Marx ter sido obrigado pelo "senso comum" a admitir que a lei do valor não funciona corretamente "no capitalismo", ele acreditou que "no socialismo a teoria do valor-trabalho conseguiria se impor".[35] Em outras palavras, ele era um socialista utópico, para quem a teoria do valor-trabalho não expressava uma análise científica, mas sim um artifício para se chegar a um "sistema ideal de fixação de preços",[36] de modo a assegurar a chegada da justiça na Terra. Não surpreende que Joan Robinson dedique um capítulo especial de seu pequeno livro aos supostos pontos de vista de Marx sobre o "problema do valor na sociedade socialista",[37] especialmente a seu suposto postulado de que "em um sistema racional de economia, os preços devem corresponder aos valores das mercadorias". Tampouco surpreende que, com tais fantasias, ela tenha mostrado "o significado substancial da teoria de Marx"...[38] (Proudhon redivivo!)

Tudo isso poderia ser levado a sério se tivesse alguma semelhança com a teoria de Marx. Mas, este nunca se cansou de atacar tanto Proudhon como todos os demais utópicos que pretendiam mudar o mundo por meio de um "sistema justo" especialmente planejado. De forma repetida e enfática, comprovou que o valor é uma categoria histórica, uma forma particular de expressão da função social do trabalho em uma sociedade de proprietários de mercadorias, e que por isso deveria desaparecer na sociedade socialista.[39]

Podemos ler na *Crítica ao Programa de Gotha*: "Na sociedade coletivista corporativa, baseada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores não trocam seus produtos; o trabalho aplicado aos produtos tampouco aparece nela como valor desses produtos, como uma propriedade objetiva que possuam, já que então, ao contrário do que ocorre na sociedade capitalista, os trabalhos individuais já não existem como partes componentes do trabalho total de forma indireta, mas sim de forma direta."[40]

Vamos a *O capital*: "Sob todas as condições sociais, o produto do trabalho é um objeto para o uso, mas só uma época de desenvolvimento historicamente determinada — aquela que apresenta o trabalho usado na produ-

ção de um objeto útil como atributo 'objetivo' deste último, ou seja, como seu valor — transforma o produto do trabalho em mercadoria."[41] Todavia: "Um fato que só tem vigência nesta forma particular de produção de mercadorias — a saber, que o caráter especificamente social dos trabalhos privados independentes [...] assume a forma de valor nos produtos do trabalho — [...] se apresenta como definitivo para os que estão imersos nas relações da produção de mercadorias."[42] Explica-se assim por que a economia política burguesa "nunca chegou sequer a colocar as perguntas: por que [...] o trabalho se expressa no valor? Por que a medida do trabalho conforme sua duração se representa na magnitude do valor alcançada pelo produto do trabalho? A consciência burguesa considera essas formulações como sendo tão naturais quanto o próprio trabalho produtivo, embora elas pertençam a uma formação social na qual o processo de produção domina o homem, em vez de o homem dominar esse processo."[43]

Não causa estranheza que diversos acadêmicos burgueses tenham tentado atribuir a Marx, ainda durante sua vida, os mesmos pontos de vista que encontramos na crítica de Joan Robinson. Referindo-se à sua investigação sobre o valor, Marx foi obrigado a explicar: "Restringi-me às condições burguesas, sem aplicar a teoria do valor a um 'estado social' que sequer me dei ao trabalho de construir, já que o senhor Schäffle havia feito isso por mim."[44]

O falecido professor austríaco Schäffle não teria conseguido competir com Joan Robinson. Pois, ao fim e ao cabo, ele só conseguiu construir, para Marx, um hipotético "estado social", enquanto Joan Robinson não só criou para ele um "sistema ideal de preços", mas também considerou a possibilidade de uma "poupança privada na economia socialista" e, mais ainda, até de um imposto socialista sobre rendas e lucros! Que se pode fazer com um crítico keynesiano que, ingenuamente, transforma Marx em um proudhoniano vulgar e sequer percebe que, em Marx, o valor (como quase todos os conceitos econômicos) não constituía uma categoria natural, mas exclusivamente histórica? Afinal, justamente por isso Marx nunca sentiu-se tentado a confeccionar receitas para a "cozinha socialista do futuro".

II. A TEORIA DE MARX SOBRE A NATUREZA DA EXPLORAÇÃO CAPITALISTA E O CONCEITO DE CAPITAL

Até agora, nos ocupamos apenas com os ataques de Joan Robinson contra as bases do sistema teórico de Marx: sua teoria do valor. Mas é preciso ser conseqüente: se abandonarmos o conceito de valor, não poderemos conservar o conceito de mais-valia. Destroem-se assim não só as bases, mas tam-

bém o alicerce central do grande edifício. Todas as categorias da economia marxiana precisariam ser abandonadas ou revistas profundamente. Isso vale inclusive para o conceito aparentemente simples de "taxa de exploração", pois até mesmo a relação p/v foi pensada como uma relação de valores... O que ainda restaria de pé em todo o sistema de Marx?

Restaria a idéia geral de "exploração" e de mais-trabalho, como algo distinto da mais-valia. Para nós isso é insuficiente, mas Joan Robinson se sai brilhantemente: a "teoria primitiva do valor-trabalho" de Marx, ela diz, revelou-se um fracasso. Todavia, ele "a aplicou [...] para expressar certas idéias sobre a natureza do sistema capitalista, e a importância dessas idéias não depende da terminologia específica que usou para expô-las".

Em que consistem tais idéias? Simplesmente, em que "a possibilidade da exploração depende da existência de uma diferença entre a produção total líquida e a subsistência mínima dos trabalhadores. Se, em um dia, um trabalhador não pode produzir mais do que precisa comer, não pode ser objeto de exploração. Eis uma idéia simples, que pode ser expressa em linguagem direta, sem necessidade de uma terminologia especial." Marx esclareceu "precisamente essas características simples e fundamentais do capitalismo", "que passam despercebidas nas análises econômicas acadêmicas".[45]

Vemos que, para Joan Robinson, as "características simples e fundamentais do capitalismo" consistem na existência do mais-trabalho. Mas o mais-trabalho é tão antigo quanto a história da civilização! Marx escreveu: "O capital não inventou o mais-trabalho. Sempre que uma parte da sociedade detém o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, é obrigado a acrescentar, ao tempo de trabalho necessário para sua própria subsistência, tempo de mais-trabalho, que produz os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção, seja ele um aristocrata ateniense, um teocrata etrusco, um cidadão romano, um barão normando, um proprietário de escravos norte-americano, um latifundiário moderno ou um capitalista."[46]

Se só sabemos isso sobre o capitalismo, não sabemos praticamente nada sobre ele. Pois "a forma econômica específica com a qual se extrai o mais-trabalho não pago ao produtor direto" é que "determina a relação de dominação e servidão" na produção, e a que também separa entre si as diversas épocas históricas.[47] Podemos ler em um texto de Engels: "Portanto, o mais-trabalho, o trabalho acima do tempo necessário para o sustento do próprio trabalhador e a apropriação desse mais-trabalho por parte de outros, a exploração do trabalho, é comum a todas as formas de sociedade existentes até hoje, na medida em que elas se moveram através de contradições de classe. Mas só quando o produto desse mais-trabalho assume a forma de

mais-valia, quando o proprietário dos meios de produção encontra diante de si o trabalhador livre — livre de amarras sociais e livre de propriedade própria — como objeto de exploração, e o explora com o objetivo de produzir mercadorias, só então o meio de produção assume, segundo Marx, o caráter específico de capital."[48]

Por isso, é evidente que a forma especificamente capitalista da exploração só pode ser compreendida através do aparato analítico desenvolvido por Marx, ou seja, com o uso de suas categorias de "valor" e "mais-valia". Não surpreende que Joan Robinson limite-se à idéia geral (e, portanto, totalmente difusa) da exploração como tal,[49] sem sequer tentar analisar as particularidades do modo de exploração capitalista. Nesse aspecto, lembra nosso conhecido Dühring, que "absorveu o mais-trabalho descoberto por Marx, para com ele derrubar a mais-valia, também descoberta por Marx, que não encaixava momentaneamente em seus pontos de vista".[50] As conclusões de Joan Robinson não são melhores que as de Dühring.[51]

O melhor exemplo nesse sentido aparece na forma como Joan Robinson trata a categoria capital. Vimos como ela acusou Marx de não haver usado de forma conseqüente sua própria teoria, chegando a considerar que ele se rendera a um conceito "fetichista" do valor... Mas, o que aprendeu a própria Joan Robinson dessa teoria, que fez época? Lamentavelmente, pouco. Pois, assim como Dühring (e todos os economistas acadêmicos atuais), ela considera o capital como um objeto, um mero meio de produção, e não como uma relação social. Para ela, esta é uma categoria natural, e não sócio-histórica. Não surpreende que censure as "sutilezas teóricas" de Marx do seguinte modo: "Em seguida, Marx usa seu raciocínio analítico para ressaltar a opinião de que somente o trabalho é produtivo. Isso é apenas um artifício verbal. A terra e o capital não produzem valor, pois o valor é o produto de tempo-trabalho. Mas terra fértil e máquinas eficientes[52] aumentam a produtividade do trabalho em termos de produção real. [...] Dizer que o capital é produtivo ou que ele é necessário para tornar produtivo o trabalho não tem muita importância. Importante é dizer que possuir capital não é atividade produtiva. Ao considerar que o capital é produtivo, os economistas acadêmicos insinuavam a idéia de que os capitalistas merecem o respeito da sociedade, justificando-se plenamente que suas propriedades lhes gerem rendas. No passado era, de certo modo, plausível que se aceitasse esse ponto de vista ao considerar a propriedade e a empresa como uma coisa só. Mas tal método de produzir confusão nesse assunto perdeu eficácia. Atualmente, o divórcio entre a propriedade e a empresa é cada vez maior [...]. O empresário típico já não é mais o homem de negócios incansável e atrevido de Marshall, ou o sagaz e rapinante agiota de Marx,[53] mas sim uma massa de

acionistas inertes que não se distinguem dos rentistas e que empregam gerentes assalariados para dirigir as empresas. Hoje, portanto, parece simples dizer que a posse[54] da propriedade não é produtiva sem entrar em sutis disputas de lógica sobre se a terra e o capital são ou não produtivos e sem lançar mão de uma análise especial desse ponto. Na verdade, uma linguagem que nos obriga a expressar que o capital (em oposição à posse de capital) não é produtivo ajuda a tornar o assunto mais obscuro. É mais conveniente dizer que o capital e a aplicação da ciência à indústria são imensamente produtivos e que as instituições de propriedade privada, que formam monopólios, são prejudiciais porque nos impedem de ter suficiente capital e de ter o tipo de capital de que necessitamos."[55]

Vemos de novo como Joan Robinson, logo que se lança a criticar Marx, dá uma martelada no cravo e cem na ferradura. Do ponto de vista da teoria de Marx, é claro que só o trabalho cria valor. Isso não significa que ele negue toda "produtividade" aos "fatores objetivos da produção". Ao contrário: como esses fatores "aumentam o rendimento da produção", certamente contribuem para a produção de valores de uso (embora isso ainda não seja um motivo para confundir as categorias valor de uso e valor, como Joan Robinson faz). De outro lado, Marx destaca mais de uma vez[56] que o "capital" (não o solo) é produtivo também em outro sentido: como relação social dominante do modo de produção burguês. Podemos ler nos *Grundrisse* e nas *Teorias* que "o grande sentido histórico do capital" consiste em "*criar esse trabalho excedente* [...]. *Por isso, o capital é produtivo; ou seja, é uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais.*"[57]

Disso não se depreende, naturalmente, que o capital acrescente algo ao valor das mercadorias e, nesse sentido, não exista diferença entre a atividade do "fator trabalho" e o "fator capital", como Joan Robinson parece supor. Ao contrário, a diferença é enorme, semelhante à diferença entre a atividade de um cavalo e a "atividade" do chicote que o faz galopar. Embora o capital não produza valores, produz uma forma particular de exploração que se mostrou indispensável para desenvolver as forças produtivas em uma determinada época da história. Estava em condições de fazê-lo não porque serve como meio de produção ou porque estimule a "aplicação da ciência à indústria". Sua verdadeira "produtividade" reside em sua insaciável sede de mais-valia. Desse ponto de vista, até o conceito aparentemente óbvio de "trabalho produtivo" alcança especial significação, pois na sociedade capitalista só é "produtivo" o trabalhador que "aumenta diretamente o capital"[58] (ou, como diz Malthus, "faz aumentar diretamente a riqueza de seu senhor"). Rosa Luxemburgo escreveu que, "para um economista vulgar, tudo isso é mera questão de definição". Se deduzimos o significado da palavra

"produtividade" das relações entre homem e homem ou das relações entre homem e natureza, onde está a diferença? O economista vulgar nem suspeita de que se possa considerar historicamente a pergunta "O que é produtivo?", e que semelhante ponto de vista pressupõe o emprego do método dialético, que tanta repugnância lhe causa.[59]

Como fica a situação no que diz respeito à diferença entre "capital" e "posse do capital", que Joan Robinson tem em tão alta estima? Aqui, reencontramos algo muito antigo, pois a mesma diferença era uma das idéias prediletas de Bray, Gray, Proudhon e outros socialistas utópicos de outrora.

Bakunin escreveu: "Se os trabalhadores hão de ser livres, devemos aniquilar o capitalismo. Isso não significa destruir o 'capital', mas preservá-lo."[60] Marx só podia demonstrar desprezo por esta dicotomia: "O capital que existe para si é o capitalista", podemos ler nos *Grundrisse*. "Os socialistas dizem que precisamos de capital, mas não de capitalistas. O capital aparece aqui como uma coisa, não como relação de produção."[61] Nas *Teorias*, Marx escreveu que quando os economistas falam dos "serviços" que o capital presta na produção de valores de uso, "referem-se apenas a produtos de trabalho úteis anteriores que voltam a servir como meios de produção, como objeto de trabalho, meio de trabalho e meio de subsistência do trabalhador. [...] Mas, neste sentido, a palavra 'capital' é supérflua e nada diz. O trigo não alimenta porque é capital, mas porque é trigo. O valor de uso da lã vem de ela ser lã, e não de ser capital. Do mesmo modo, a ação da máquina a vapor nada tem em comum com sua existência como capital. Ela prestaria exatamente os mesmos serviços se não fosse 'capital' e se, em vez de pertencer ao empresário, pertencesse aos trabalhadores."[62]

A compreensão do conceito marxiano do capital é condição necessária a qualquer discussão da teoria econômica de Marx.

III. OBSERVAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, tratamos apenas dos principais pontos da crítica de Joan Robinson. Ela também ataca outras partes do sistema de Marx: a teoria dos salários, a teoria da queda na taxa de lucro e a teoria das crises. Como nenhuma dessas críticas oferece algo de novo ao leitor marxista (o que ela diz sobre os temas já havia sido exposto com maior clareza por outros críticos de Marx), não há motivos para uma discussão mais prolongada.[63] Tampouco existe a necessidade de corrigir cada uma das passagens erroneamente citadas ou cada um dos mal-entendidos de sua exposição.[64]

De outro lado, considerável parte de seu ensaio trata de ressaltar a suposta (e, a meu ver, imaginada ou, pelo menos, muito superestimada) "afinida-

de" entre as teorias de Marx e de Keynes, o que ultrapassa o âmbito deste capítulo. Limito-me a algumas observações finais.

Vimos quão pouco se pode aprender da crítica de Joan Robinson a Marx. Mas, será que isso é tudo o que encontramos em seu livro? Aqui e ali, ela não destaca que na sociedade atual, como regra geral, os trabalhadores são explorados por seus patrões? Não ataca os sacrossantos "direitos de propriedade" dos capitalistas? Sim, ela o faz. Chega a ver nessa posição um dos méritos particulares da "orientação moderna" da economia política. É preciso retocar muito a "orientação moderna" para permitir semelhante interpretação, mas isso não importa. Pelo menos no aspecto pessoal não devemos tratar da mesma maneira Joan Robinson e os economistas políticos de tendências apologéticas, inclusive Keynes. Ao contrário, devemos tratá-la como representante de uma corrente socialista dentro da economia burguesa atual.

Seu socialismo tem uma tintura particular. Apóia-se com dificuldade em muletas tomadas do patrimônio ideológico socialista pré-marxista, especialmente de Proudhon, o padrinho de todos os socialismos pequeno-burgueses. Isso não é casual. Nas conclusões socialistas de Joan Robinson refletem-se os estados anímicos de estratos relativamente amplos da intelectualidade burguesa atual, que estão em rebeldia. Tendo perdido a fé no papel progressista da classe capitalista, estão impressionados com as "práticas anti-sociais dos monopólios" e com a instabilidade econômica "desta época confusa".[65] Por isso, depositam esperanças em uma economia estatizada, em um capitalismo de Estado capaz de frear o caos econômico que nos ameaça, tornando possível uma "redistribuição mais justa da riqueza entre os fatores da produção"[66] e nos oferecendo "a quantidade e o tipo de capital de que necessitamos". Daí a súbita difusão do keynesianismo como uma ideologia que reflete esses estados de ânimo. Não obstante, esse keynesianismo popular tem pouco a ver com as doutrinas específicas de Keynes e de sua escola, e por isso ambos não devem ser confundidos. Porém, toda vez que os keynesianos acadêmicos abandonam seus próprios domínios e se lançam no que se convencionou chamar terreno ideológico, tal corrente secundária da economia keynesiana se torna claramente visível, e então novamente nos persegue a sombra de Proudhon. Desse ponto de vista, as tendências "socialistas" dos escritos de Joan Robinson, que tanto inquietavam o falecido professor Schumpeter,[67] nada oferecem de excepcional ou inexplicável.

CAPÍTULO 34

A ECONOMIA NEOMARXISTA

Até onde sabemos, o manual de Oskar Lange,[1] de grandes dimensões mas lamentavelmente inacabado, é a única obra da recente literatura marxista acadêmica que considera, deliberada e detalhadamente, o problema da metodologia de *O capital*. Por isso, dedicaremos a ele o capítulo final deste trabalho. Limitaremos nossa abordagem a dois problemas: o objeto e o método da economia política.

I. UMA CONTROVÉRSIA APARENTEMENTE DOGMÁTICA

Antes e depois da Primeira Guerra Mundial, a teoria marxista tinha a tradição, entre outras, de limitar o objeto da economia política à investigação das leis de movimento da economia capitalista ou da economia mercantil. A teoria atual, tanto a soviética como a acadêmica, rechaça esse procedimento. Lange escreve sobre isso: "A confusão entre o conceito de espontaneidade[2] na operação das leis econômicas e o de objetividade dessas leis levou alguns economistas à errônea conclusão de que na ordem social socialista já não haveria leis econômicas objetivas [...], as quais deixariam de agir." Por isso, esses economistas também afirmam que, "na sociedade socialista, a economia política, como ciência, perde seu objeto de investigação; no fundamental, deverá ocupar-se com a investigação retrospectiva das etapas pré-socialistas da sociedade. Ponto de vista semelhante é defendido por Rosa Luxemburgo [...] e Nicolai Bukharin [...]." O erro de ambos, conclui Lange, "é duplo: em primeiro lugar, misturam espontaneidade com objetividade das leis econômicas. Do fato de que a espontaneidade foi superada deduzem que essas leis não existem mais. Limitam erroneamente o objeto da economia política às condições nas quais a lei do valor tem vigência. Além disso, contra a opinião de Luxemburgo e Bukharin, a lei do valor conserva sua vigência também sob o modo de produção socialista, embora a ação dessa lei já não seja automática, mas corresponda aos objetivos colocados pela sociedade organizada."[3]

Essas manifestações críticas exigem uma resposta exaustiva.

É verdade que Rosa Luxemburgo e Bukharin restringiram o objeto da economia política à investigação das leis da produção de mercadorias. (Lange esquece de acrescentar que, antes deles, a mesma posição foi defendida por Rudolf Hilferding,[4] Conrad Schmidt, Louis Boudin e outros.) Por que, porém, Lange atribui a Rosa e a Bukharin a opinião de que no sistema socialista não haveria "leis econômicas objetivas" e de que tais leis não podem ser encontradas sequer nas sociedades pré-capitalistas? Tal interpretação, para legitimar-se, não pode invocar nenhum trecho das obras desses dois autores.[5] Neste caso, a única autoridade é Karl Kautsky, de cuja obra *A concepção materialista da história* Lange cita com aprovação o seguinte (e extenso) trecho: "Talvez seja oportuno assinalar aqui um erro que não é raro, mesmo em círculos socialistas. Supõe-se que ser governada por certas leis seria uma peculiaridade da produção de mercadorias. Isso decorreria do fato de que essa produção é conduzida de forma anárquica por numerosos produtores, independentes entre si, cada um dos quais dispondo de seus próprios meios de produção. As coisas seriam diferentes se a própria sociedade passasse a deter a propriedade dos meios de produção. Então, ela poderia organizar a produção conforme seus desejos, independentemente das leis da economia."

Kautsky prossegue: "Isso é um erro. Quando um empresário organiza uma fábrica, não pode fazê-lo conforme sua vontade, apesar de ele ser dono e senhor dos meios de produção. Se não respeitar certas leis naturais da produção, sua empresa jamais conseguirá produzir. O mesmo vale para a sociedade socialista. [...] A diferença entre produção capitalista e socialista é outra. No modo de produção capitalista, a adequação da produção às leis econômicas só pode produzir-se por meio de crises. Em um modo de produção socialista, ao contrário, é possível adequar conscientemente a produção às leis naturais do modo de produção, mantendo em movimento o processo de produção sem a necessidade de catástrofes ou crises. Isso pressupõe, é claro, que se estudem essas leis naturais. Uma sociedade socialista que acredite poder ignorá-las, pelo simples fato de dispor dos meios de produção, fracassará sempre."[6]

Podemos deixar de lado a repreensão de Kautsky aos bolcheviques.[7] Mas o que não podemos deixar de lado são as curiosas "leis naturais da produção" que ele enfatiza. É verdade que nem Rosa nem Bukharin (aliás, nem Hilferding) demonstraram interesse especial nessas leis, pela simples razão de que compartilhavam a opinião do Kautsky do pré-guerra, para quem a investigação das "leis naturais da produção" é tarefa da mecânica e da química, e não da economia política...[8]

Qual era a verdadeira concepção de Rosa Luxemburgo e de Bukharin? Por que ambos defendiam a idéia de que a economia política devia ocupar-se apenas com a investigação das leis da produção de mercadorias? Não pelo motivo atribuído por Lange. Para compreender isso, basta ler com atenção algumas páginas da *Introdução à economia política*, de Rosa Luxemburgo. Ela pergunta: será que pode existir uma ciência "geral" da economia política, aplicável tanto ao capitalismo quanto às sociedades pré-capitalistas? Não, responde. Ao contrário das relações de produção capitalistas, as daquelas sociedades eram "tão evidentemente simples e transparentes" que não exigiam "ser dissecadas com o bisturi da economia política". Nesse tipo de sociedade, "as necessidades da vida humana guiam e determinam tão diretamente o trabalho, e o resultado corresponde tão precisamente ao propósito e à necessidade", que "todas as conexões, as causas e os efeitos, o trabalho e seu resultado são claros como a luz do dia [...]. Em torno dessa economia pode-se dar tantas voltas quantas se queira, sem encontrar nenhum enigma que exija profundas investigações, realizadas por uma ciência específica." Essa economia pode e deve ser objeto de uma investigação sociológica e de história econômica,[9] mas não pede uma teoria específica de economia política.

Rosa prossegue, dizendo que a situação da economia capitalista é muito diferente: "É certo que, se observamos determinada empresa, uma fábrica moderna ou um poderoso complexo de fábricas e oficinas, como a Krupp, ou uma fazenda de agricultura avançada dos Estados Unidos, encontramos nelas a organização mais estrita, a divisão de trabalho mais desenvolvida, o planejamento mais refinado, tudo com base no conhecimento científico. Tudo se põe em movimento de modo maravilhoso, tudo dirigido por *uma* vontade, *uma* consciência. Porém, se ultrapassamos as portas da fábrica ou da fazenda, encontramos o caos. As numerosas partes individuais [...] estão organizadas do modo mais rigoroso, mas o conjunto da chamada 'economia política', ou seja, a economia mundial capitalista, é absolutamente desorganizado. No conjunto, que se espraia por oceanos e continentes, não se vê nenhum plano, nenhuma consciência, nenhuma regulação; só a ação de forças desconhecidas e indomadas realiza seu caprichoso jogo com o destino econômico dos homens. [...] Isso faz com que a economia chegue a resultados inesperados e enigmáticos para os homens que nela intervêm; tornou-se um fenômeno estranho a nós, cujas leis temos de descobrir da mesma forma como investigamos os fenômenos da natureza, as leis que governam os reinos vegetal e animal, as transformações da crosta terrestre e os movimentos dos corpos celestes."[10]

Eis o que diz Rosa Luxemburgo. Com a melhor boa vontade, não é possível descobrir a "confusão entre espontaneidade e objetividade" a que se referem Kautsky e Lange. No fundamental, as páginas da *Introdução*, que citamos, só constituem um desdobramento de raciocínios que estão em *O capital* de Marx. Este sustenta que o que caracteriza a sociedade burguesa é que "nela não tem lugar *a priori* uma regulação social consciente da produção". Trata-se de uma sociedade na qual as relações de produção enfrentam os homens como poderes objetivados, alienados, dominadores; nela, "o razoável e necessário" só pode se impor "como média cegamente atingida".[11] Essas relações aparecem sob a forma de "leis sociais da produção e do intercâmbio[12] que operam automaticamente", ou seja, independentemente da vontade dos homens. Elas permanecem desconhecidas para os próprios produtores até serem descobertas e decifradas. Assim, o desenvolvimento social se assemelha a um "processo natural", e por isso a sociedade requer uma ciência especial, à maneira das ciências naturais. A partir dos fenômenos que aparecem na superfície da vida econômica, ela deve abrir caminho para compreender a "lei interna" desses fenômenos, sua "essência oculta".[13] Segundo Marx, é a forma reificada e mistificada das relações burguesas de produção, com sua aparente obediência a leis naturais, que requer uma explicação científica e constitui a *raison d'être* de uma ciência particular, a economia política.

Marx, porém, enfatiza que "todo o mistério do mundo das mercadorias, toda a magia e fantasmagoria que envolvem os produtos do trabalho baseados na produção de mercadorias se desfazem imediatamente quando caminhamos para outras formas de produção". Ele pensa aqui, antes de mais nada, nos "modos de produção asiático, antigo etc.", nos quais "a transformação dos produtos em mercadorias e, portanto, a existência dos homens como produtores de mercadorias desempenham um papel subordinado". Por isso, são "muitíssimo mais simples e transparentes" que o modo de produção do capital.[14] A mesma simplicidade caracteriza a sociedade feudal da Idade Média: como nessa forma de sociedade "as relações pessoais de dependência constituem a base social existente, os trabalhos e produtos não têm por que assumir uma forma fantástica, diferente da realidade [...]. A prestação de serviços pessoais se mede pelo tempo, tal como ocorre com o trabalho que produz mercadorias. Mas todo servo sabe que o trabalho que despende a serviço do senhor corresponde a uma certa porção de sua força de trabalho pessoal. [...] Seja qual for o juízo que mereçam as máscaras que neste caso vestem os homens quando desempenham seus respectivos papéis, as relações sociais existentes em seu trabalho são tão claras como suas

relações pessoais. Não aparecem disfarçadas de relações sociais entre coisas, entre produtos do trabalho."[15]

A mesma transparência digna de admiração também aparecerá em uma futura "associação de homens livres", homens que "trabalhem com meios de produção coletivos e empreguem conscientemente suas muitas forças de trabalho individuais como *uma* força de trabalho social [...]. Todo o produto da associação é um produto social. Parte deste presta serviços de novo como meios de produção. Não deixa de ser social. Mas os integrantes da associação consomem outra parte, como meios de subsistência. Logo, é necessário distribuí-la entre eles. O tipo de distribuição variará com o tipo específico de organismo social de produção e conforme o correspondente nível histórico de desenvolvimento dos produtores." Porém, por mais que varie, esta forma de sociedade não oferece nada de misterioso: "As relações sociais dos homens com seus trabalhos e com os produtos destes serão transparentes e simples, tanto no que diz respeito à produção como à distribuição."[16]

Está bem, dirá o crítico de Rosa Luxemburgo. Marx contrapôs a "simplicidade" e "transparência" das relações de produção de todas as sociedades não capitalistas ao "véu místico e nebuloso"[17] que envolve as relações capitalistas de produção; além disso, podem-se encontrar em Marx várias passagens que apontam para a idéia de que a tarefa específica da economia política é investigar a economia capitalista.[18] Porém, podemos deduzir daí a possibilidade de abrir mão de uma teoria econômica das sociedades não capitalistas, como Rosa Luxemburgo supunha? Aparentemente, não era esta a opinião de Engels, que escreveu no *Anti-Dühring*: "A economia política, em seu sentido mais amplo, é a ciência das leis que governam a produção e o intercâmbio dos meios materiais de vida na sociedade humana. Produção e intercâmbio são funções diferentes. Pode ocorrer produção sem intercâmbio, embora o intercâmbio — que envolve produtos — não possa ocorrer sem produção." Mais adiante: "O modo de produzir e intercambiar em uma dada sociedade, bem como as condições históricas nas quais essa sociedade nasceu, determinam o modo de distribuir os produtos." Depois: "De país a país e de geração a geração, variam as condições nas quais os homens produzem e trocam. Logo, a economia política não pode ser a mesma para todos os países e todas as épocas históricas [...]. Quem quiser submeter a economia da Terra do Fogo às mesmas leis que governam a economia da Inglaterra atual só poderá produzir o mais trivial dos lugares-comuns. A economia política é uma ciência fundamentalmente histórica. Trata de um assunto histórico, constantemente cambiante. Investiga em primeira instância as leis particulares de cada uma das etapas individuais do desen-

volvimento da produção e do intercâmbio, e só no fim dessa investigação pode estabelecer as poucas leis realmente gerais, aquelas com validade geral para a produção e a troca."[19]

Este trecho parece contradizer a opinião de Rosa Luxemburgo. Até onde? Para responder, devemos chegar a um acordo prévio sobre o sentido das palavras de Engels. Ele definia a economia política como a ciência das leis "que governam a produção e o intercâmbio", mas destacou ao mesmo tempo que também podiam existir sociedades sem intercâmbio (por exemplo, o "comunismo primitivo" ou a futura sociedade socialista). Portanto, *prima facie*, a definição de Engels só parece dizer que o objeto da economia política não pode ser estendido para mais além do âmbito das sociedades em que ocorre intercâmbio (ou seja, sociedades produtoras de mercadorias). Esta é a razão pela qual Lange considera necessário "corrigir" Engels, ao declarar que o que este tinha em mente não era o "intercâmbio", mas sim a "distribuição" dos produtos entre os membros da sociedade, e que portanto devemos definir a economia política como a ciência "das leis da produção e da distribuição".[20] (Lange não percebe que semelhante interpretação nos coloca diante de novas dificuldades; como, segundo Engels, a distribuição seria determinada pelas relações de produção e de intercâmbio, isso nos levaria a concluir, paradoxalmente, que a distribuição é determinada pela distribuição!)

Deixemos de lado essa sutil casuística. Quem não goste da definição de Engels, quem a considere estreita demais, tem o direito de substituí-la por outra, como a de que a economia política, "em sentido amplo", deve investigar não só as relações econômicas das sociedades que produzem para o intercâmbio mas também as das sociedades sem intercâmbio, ou seja, de todas as sociedades humanas. Mas é duvidoso que os partidários da "economia supra-histórica" ganhem algo com semelhante reinterpretação. Pois o próprio Engels, logo depois, diz o seguinte: como "ciência fundamentalmente histórica", a economia política deve ocupar-se antes de mais nada ("em primeira instância") em investigar "as leis particulares de cada uma das etapas individuais do desenvolvimento da produção e do intercâmbio", e que só no fim poderá estabelecer "as poucas leis realmente gerais, aquelas com validade geral para a produção e o intercâmbio". Assim, o terreno da economia política "geral" (supra-histórica) se restringe a um mínimo, e sua importância fica consideravelmente reduzida. Não surpreende que Lange se queixe de que "Engels não soube apreciar inteiramente o significado dessa parte geral da economia política".[21]

Admitamos que a remissão de Lange a Engels tenha se revelado não muito convincente. Porém, temos de tratar as obras dos clássicos socialistas como se fossem Escrituras Sagradas? Marx e Engels eram apenas seres hu-

manos. Também tinham a capacidade de equivocar-se. Em lugar de buscar respostas exclusivamente nesses ou naqueles "textos", deveríamos aprender com a experiência viva da atual ciência econômica soviética, que realizou várias tentativas de criar um manual de economia política "no sentido mais amplo". Podemos considerar que essas tentativas tiveram êxito? Dificilmente. Pois oferecem ao leitor uma mistura de partes incoerentes sobre a história econômica das formações sociais pré-capitalistas, sobre a teoria econômica do capitalismo, tal como Marx a deixou, e sobre a teoria descritivo-normativa da economia soviética atual. Pode-se qualificar tudo isso de "ciência da economia", no sentido amplo em que os ingleses empregam a expressão *economics*. Nem Rosa Luxemburgo nem Bukharin teriam divergido disso. Eles só afirmavam que não necessitamos de uma teoria econômica especial do socialismo e das formações sociais pré-capitalistas, segundo o modelo da teoria de Ricardo e de Marx. Parece que toda essa controvérsia termina dissolvendo-se em uma disputa terminológica...

Por trás dessa diferença aparentemente terminológica esconde-se algo real: Lange e outros economistas do "bloco oriental" sabem muito bem que a organização econômica e social da qual são intérpretes e porta-vozes não superou as "leis naturais" nem a reificação dos fenômenos econômicos. Ao contrário. No interesse de sua autoconservação, ela deve usar todos os recursos para proporcionar, nos marcos de um planejamento centralizado, a mais ampla margem possível às forças do mercado. Esses economistas aspiram a uma economia estatal sujeita a disciplina estreita e especializada, a uma "contabilidade socialista" que, seguindo o exemplo da teoria econômica do Ocidente, aceite as categorias da mercadoria, do dinheiro e do mercado como fatos eternos da vida econômica,[22] renunciando deliberadamente às idéias "utópicas" sobre a "simplicidade" e a "transparência" das relações de produção socialistas, às quais deveriam tender. Se seus representantes ainda citam Marx e Engels, isso ocorre apenas com a finalidade de adequar a letra do marxismo a uma prática social que se afasta cada vez mais — e deve afastar-se — do espírito dessa doutrina.

II. SOBRE O MÉTODO DA ECONOMIA MARXISTA

1.

Se não quisermos limitar a tarefa da teoria econômica apenas ao estudo da sociedade capitalista, se, ao contrário, aspirarmos a criar uma teoria econômica de todas as formações sociais sucessivas — flertando com uma economia política "atemporal" e "geral" —, então escolheremos uma metodologia que corresponda a esta finalidade e que possa aplicar-se tanto às relações

de produção do capitalismo monopolista como àquelas que têm vigência na Terra do Fogo. Neste caso, porém, a metodologia específica de *O capital*, de Marx, mostrar-se-á insuficiente. Será preciso substituí-la por considerações professorais mais ou menos úteis sobre o método da ciência da economia "como tal"...

Em sua obra, Lange dedica três capítulos aos problemas metodológicos. Na seção anterior de nossa crítica, já tratamos de um deles, sobre a natureza das "leis econômicas", sendo desnecessário retornar a ele. O segundo contém uma descrição, um pouco duvidosa, da concepção materialista da história; como a sociologia não pode substituir a economia política, o valor metodológico desse capítulo é questionável. Resta o terceiro capítulo, que trata diretamente do "método da economia política". Lamentavelmente, tampouco esse capítulo oferece ao leitor mais do que os textos já existentes de divulgação da economia marxista. Mesmo assim, ele nos diz que — ao contrário da maioria dos economistas burgueses — Marx partiu não só do homem social (em vez de fazê-lo do homem "como tal"), mas também do homem social de certa época histórica; isso é o que separa sua economia e a economia "acadêmica" atual. Essas descobertas não são muito novas. Sobretudo, não demonstram quais premissas metodológicas permitiram a Marx realizar essa marcante revolução na economia.[23] Em outras palavras: o que falta no capítulo metodológico de Lange é precisamente a "alma" do método da economia política de Marx: sua dialética!

2.

Mas, não será isso apenas um rodeio destinado a torturar adversários incômodos, um ritual incompreensível até mesmo para os que pretendem compreendê-lo?

Para Marx, a questão da aplicação da dialética ao terreno da teoria econômica era decisiva. Isso se pode ver a partir de numerosas observações críticas que fez sobre a metodologia de Ricardo, especialmente aquelas que enfatizam o papel da abstração na economia política. Marx diz: "Ricardo abstrai deliberadamente a forma da concorrência, a aparência da concorrência, para captar as leis como tais." Todavia, deve ser "criticado, de um lado, porque não vai suficientemente longe, sua abstração não é suficientemente completa; [...] de outro lado, ele concebe os fenômenos [...] como forma imediata e direta, como prova ou representação das leis gerais, sem interpretá-los. De um lado, sua abstração é muito incompleta; de outro, é uma abstração formal, errônea em si [...]. Daí que o vulgo tenha concluído que as verdades teóricas sejam abstrações que estão em desacordo com as situa-

ções reais, em lugar de ver que Ricardo não vai suficientemente longe na abstração verdadeira e por isso é impulsionado em direção a uma falsa."[24]

Como devemos entender essas manifestações críticas em relação a Ricardo? Por que suas abstrações devem ser consideradas "insuficientes", de um lado, e meramente "formais" — ou seja, forçadas —, de outro? No que diz respeito à primeira crítica, podem ser encontrados muitos exemplos. Recordemos os defeitos de que padecia a teoria do valor de Ricardo. Em primeiro lugar, essa teoria se ocupa quase exclusivamente das magnitudes relativas do valor das mercadorias, mas não da substância do valor, ou seja, do próprio valor. Correspondentemente, não se encontra em Ricardo qualquer investigação do caráter específico do trabalho como criador de valor, mas tão-somente as características que "correspondem ao trabalho como produtor de valores de uso";[25] por outro lado, falta a noção de que o trabalho que cria valor (apesar de ser trabalho particular em cada caso concreto) deve apresentar-se como seu oposto, como trabalho social em geral (o qual pressupõe, desde logo, um intercâmbio de produtos do trabalho, ou seja, um modo de produção historicamente determinado).[26] Por isso, Ricardo não compreende que o "valor de troca", que lhe interessa acima de todas as coisas, é só um modo em que o valor se apresenta. O desenvolvimento da própria relação de valor deve impulsionar em direção a esta forma e, finalmente, em direção à formação do dinheiro.[27]

Os defeitos da teoria do valor de Ricardo atestam uma "falta de poder de abstração", a incapacidade de os economistas clássicos enxergarem a substância do valor por trás da forma em que este se apresenta, de enxergarem o aspecto qualitativo do problema do valor por trás de seu aspecto quantitativo. É possível reduzir todos esses problemas a um denominador comum: como todos os clássicos, Ricardo ignorou o fundamental — a forma especificamente social do trabalho que cria valor — e equiparou ingenuamente esse trabalho ao trabalho humano em geral.[28]

Segundo Marx, a barreira de classe da economia de Smith e de Ricardo explica, em última instância, a "falta de compreensão teórica necessária para distinguir as diferentes formas de relações econômicas" que é própria e esses autores.[29] Como, para os clássicos, as formas burguesas de produção eram naturais e inalteráveis — pois as consideravam como premissas estabelecidas —, eles não podiam "interpretar geneticamente" essas formas, mas apenas "remontar, mediante análise, sua unidade interna", chegando à lei do valor.[30] Deviam considerar as formas econômicas do modo de produção burguês como "algo somente formal, que não afeta o conteúdo"[31] (a produção de valores de uso, de bens); estavam convencidos da necessária coin-

cidência das "formas" e do "conteúdo". Os clássicos não podiam enxergar o problema metodológico do conflito entre "forma" e "conteúdo", ponto onde intervém a dialética. Pois, segundo a concepção dialética, o "conteúdo" e a "forma" que nasce dele encontram-se em constante interação e em permanente luta recíproca. Resulta daí, de um lado, o abandono das formas; de outro, a transformação dos conteúdos.[32] Se a forma é considerada como algo acessório, externo ao conteúdo, então é inevitável descuidar dela (como fizeram os clássicos), sacrificá-la ao conteúdo, ou então torná-la absoluta. Como exemplo desse último caso podem servir os economistas soviéticos. A partir da circunstância de que também a sociedade socialista terá de distribuir as quantidades de trabalho social de que dispõe e medi-las pelo tempo de trabalho, eles deduzem que também no socialismo prevalecerá a categoria econômica do valor. Do substrato supra-histórico da determinação do valor deduzem o caráter supra-histórico da forma valor. Como se vê, a importância metodológica da dialética para a economia marxista nunca poderá ser suficientemente enfatizada![33]

De outro lado, o caráter não dialético das análises teóricas de Ricardo e dos clássicos se revela na "sistemática supressão das categorias mediadoras",[34] no afã de "deduzir diretamente" os fenômenos que ocorrem na superfície da vida econômica "por abstração direta, a partir da lei geral ou pelo uso de argumentos engenhosos para mostrar que eles estão de acordo com essa lei".[35] Sabemos que, segundo Marx, "toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem diretamente".[36] Mas, na realidade, "a forma acabada das relações econômicas, tal como aparece na superfície, em sua existência real, e portanto também nas idéias com as quais os portadores e agentes dessas relações adquirem consciência delas, difere muito — de fato, é inversa, antitética — de sua essência encoberta e do conceito que lhe corresponde."[37] Comentando essa frase, Lukács escreveu: "Para captar corretamente os fatos, primeiro se deve captar com clareza e exatidão [...] a diferença entre sua existência real e sua essência [...]. Precisamos, de um lado, separar os fenômenos e a forma imediata na qual eles aparecem, encontrar as mediações através das quais se pode relacioná-la com seu núcleo, sua essência. Ao fazê-lo, compreenderemos sua forma aparente e a veremos como a forma necessária de manifestação de sua essência."[38]

Daí a importância das "transições" e dos "elos intermediários" (ou seja, das "categorias mediadoras" que acabamos de mencionar) para a metodologia marxiana. Sem essas categorias (que, vistas de fora, se assemelham ao assim chamado procedimento de aproximação da teoria acadêmica, mas que de fato constituem uma "inversão" materialista do método dialético de He-

gel), *O capital* seria inimaginável. Neste ponto, e precisamente nele, Marx criticou Ricardo, reprovando sua maneira "formal" e "arbitrária" de fazer abstração.

Já no primeiro capítulo de sua obra, que trata do "valor", Ricardo introduz inesperadamente a hipótese da taxa geral de lucro, para demonstrar que até mesmo essa idéia não contradiz a determinação do valor das mercadorias pelo tempo de trabalho, representando, segundo ele, uma "exceção". Marx observou: "Em vez de postular essa taxa geral de lucro, Ricardo deveria ter examinado até que ponto sua existência é de fato coerente com a determinação do valor pelo tempo de trabalho. Teria descoberto que, em vez de coerência, *prima facie* há contradição. A existência da taxa geral precisa ser explicada através de numerosos elos intermediários, em um procedimento muito diferente de sua simples subsunção à lei do valor."[39]

Justamente esse desenvolvimento é o que falta em Ricardo. Portanto, não deve surpreender que, para ele, permaneça obscuro o problema de "como, da determinação do valor das mercadorias, surgem a mais-valia, o lucro e até uma taxa geral de lucro".[40]

"Quando descreve corretamente as leis da mais-valia, erra ao dizer que são leis do lucro. Por outro lado, pretende formular as leis do lucro diretamente, sem seus elos intermediários, como leis da mais-valia."[41] Seu método, em geral, "ignora elos intermediários necessários e tenta demonstrar diretamente a congruência recíproca das categorias econômicas".[42] "O pensamento de Ricardo é acusado de ser abstrato demais, mas a reprovação inversa é que seria justificada: falta-lhe poder de abstração; quando trata dos valores das mercadorias, é incapaz de esquecer os lucros, os quais aparecem para ele como resultado da concorrência."[43] O mesmo se poderia dizer das outras partes de sua obra: seu conceito de capital, de trabalho assalariado, de dinheiro etc. Como se lê nos *Grundrisse*, "em nenhum lugar [Ricardo] investiga a forma da mediação".[44]

Apesar disso, diz Marx, não se pode negar "a justificação histórica" do método de investigação usado por Ricardo, "sua necessidade científica na história da economia".[45] Pois o que Ricardo tentou com esse método — e, em grande parte, conseguiu — foi, "pela análise, recompor a unidade interna das diferentes formas da riqueza" — o lucro, o juro e a renda da terra —, compreendendo "a estrutura oculta do sistema econômico burguês [...], ultrapassando a multiplicidade das formas nas quais [ele] se manifesta". É certo que a teoria de Ricardo "contradiz ocasionalmente a si própria; freqüentemente, tenta compreender por redução direta, sem recorrer a elos intermediários, e demonstrar que as diversas formas decorrem de uma fonte única. Isso resulta de seu método analítico, a partir do qual deve começar a

crítica. A economia clássica não tem interesse em compreender as diversas formas em seu devir, mas sim em recompor, pela análise, sua unidade, porque as adota como premissas dadas. Mas a análise é o pressuposto necessário da abordagem genética, da compreensão do processo real em suas diversas fases."[46]

Aqui Marx esboçou, em poucas frases, a diferença fundamental entre seu método de investigação e o de Ricardo. Essa diferença se refere ao papel diferente que corresponde à análise no edifício doutrinário de ambos os pensadores. Ambos são analistas, pois só dessa maneira se pode demonstrar a identidade essencial das categorias econômicas, sua congruência recíproca. Porém, a análise constitui o centro do procedimento de Ricardo, que considera como dadas as formas sociais da economia burguesa; para Marx, ela constitui uma etapa necessária do conhecimento científico, devendo ser complementada pela pesquisa "genética",[47] cuja tarefa consiste em investigar o processo de formação das categorias econômicas e seu desenvolvimento através das diversas fases. Mas, que outra coisa é a análise enriquecida pela investigação genética, senão o método dialético de Marx?

3.

As citações de Marx sobre o método de Ricardo também são importantes porque acreditamos encontrar nelas uma chave para compreender *O capital.*

Marx estava diante de uma dupla tarefa metodológica: de um lado, encontrar, pelo caminho da abstração científica, as categorias e conceitos mediante os quais se podiam captar as relações essenciais (ou seja, a "essência", em contraste com as meras "formas fenomênicas") do modo de produção capitalista que deveria ser investigado; de outro, vincular essas relações essenciais com os fenômenos que ocorrem na "superfície" da vida econômica (ou, antes, deduzir os primeiros a partir dos segundos).

Marx cumpriu a primeira tarefa ao retirar de sua investigação, em primeira instância, todos os fenômenos da concorrência etc., de modo a limitá-la apenas à análise do "capital em geral", ou seja, do processo de produção e circulação do capital em sua forma pura;[48] para isso, considerou as diversas formas econômicas de maneira genuinamente dialética, no fluxo de seu movimento, e não só do ponto de vista do capital individual, mas também (e sobretudo) do ponto de vista do capital social global. Assim agindo, tornou-se capaz de investigar o *curriculum vitae* do capital, ou seja, não só as leis internas que governam suas ações atuais mas também seu devir (em termos de categorias) a partir do valor e do dinheiro. Também descobriu as tendências evolutivas que o ultrapassam. Só depois de haver cumprido essa tarefa ele pôde passar — através de múltiplas mediações e etapas interme-

diárias — ao "capital em sua realidade", ou seja, à descrição da concorrência dos capitais, do sistema de crédito etc. (Este é um grupo de questões que se inicia tematicamente com o terceiro tomo de *O capital*, mas que, de acordo com o plano de Marx, devia chegar à teoria da formação dos preços — que pressupõe a descrição do mercado mundial —, assim como do ciclo industrial e das crises.)[49]

4.

O leitor, cuja paciência acaba de ser posta à prova, poderá dizer: tudo isso pode ser correto, mas o que tem a ver com o livro de Lange?

A observação se justifica: esse livro não contém nenhuma, ou quase nenhuma, referência ao método de *O capital*. De que serve que Lange se ocupe detalhadamente do papel que desempenham a "abstração", a "concretização por etapas" e a "verificação" no método da economia política, se em seu livro não se encontra nenhuma palavra sobre a importância específica desses processos de pensamento na economia marxiana?[50]

Não nos entendam mal: se o livro de Lange não tivesse aparecido em 1959, mas sim em 1909, não poderíamos criticá-lo, apesar da precariedade de seus capítulos metodológicos. Na época, a atenção dos teóricos marxistas estava tão completamente absorvida pelo conteúdo concreto da obra de Marx, que até mesmo os mais significativos (com exceção de Lenin, de Rosa Luxemburgo e do jovem Hilferding)[51] não prestavam atenção ao método da obra econômica de Marx, ou, pelo menos, "deixavam-no na sombra". Isso não era casual. Seguindo majoritariamente uma orientação neokantiana e positivista, os teóricos da Segunda Internacional haviam perdido o contato com os pontos de partida filosóficos de Marx e Engels, ou seja, com o universo ideológico de Hegel.[52] Lenin, por exemplo, escreveu em seus *Cadernos filosóficos* de 1914-1915: "Quem não estudou e compreendeu *toda* a *Lógica* de Hegel não pode compreender em sua totalidade *O capital* de Marx, especialmente o primeiro capítulo. *Logo, depois de meio século, nenhum marxista compreendeu Marx!*[53]

Desde então (isto é, desde a época da Primeira Guerra Mundial) cinco décadas se passaram, e durante esse tempo aprendemos coisas novas. Em 1923 apareceu a importante obra de György Lukács, que nos ensinou a ver com novos olhos o método econômico de Marx. Sete anos depois foram publicados os escritos filosóficos inéditos de Lenin, cuja importância para a economia marxista nunca poderá ser exagerada. De outro lado, também a época de esplendor da economia soviética, na década de 1920,[54] trouxe muitas descobertas metodológicas valiosas (podemos lembrar os trabalhos de Preobrazhenski e da escola de Rubin).[55] Finalmente, foi uma verdadeira

revelação a publicação, em 1939-1940, do primeiro esboço marxiano de *O capital*, o qual nos introduziu, por assim dizer, no laboratório econômico de Marx e mostrou as sutilezas e os intricados caminhos de sua metodologia. Desde então, já não é mais necessário experimentar o gosto amargo de "estudar toda a lógica de Hegel" para compreender *O capital*. Pode-se conseguir o mesmo por via indireta, pelo estudo dos *Grundrisse*. Sem compreender, sem assimilar amplamente as noções metodológicas dos *Grundrisse*, já não se pode obter nenhum progresso real no terreno da economia marxista. Lamentavelmente, o livro de Lange — que traz coisas úteis e interessantes — produz, nesse sentido, uma impressão antiquada.

III. OBSERVAÇÃO FINAL

Cada período histórico e cada sociedade têm "a teoria que merecem". Mas a sociologia marxista já carrega nas costas mais de três décadas de degradação e de esterilidade sem precedentes; só parcialmente libertada da camisa-de-força do stalinismo, ainda precisa reaprender a difícil arte de pensar e falar livremente.[56] Não surpreende, pois, que ainda esteja distante de alcançar o nível relativamente alto da década de 1920.

Isso não é tudo. A degradação da teoria marxista nas últimas décadas não foi casual, não foi um capricho da história, como pretendem nos fazer crer os críticos ferozes do que se passou a chamar culto à personalidade. Foi um fenômeno que acompanhou profundas transformações da estrutura social e que, em linguagem prudente, Lange identifica com o predomínio "de interesses conservadores de determinados estratos ou grupos sociais, cuja posição resulta do lugar que ocupam na superestrutura".[57] Ele golpeia a sela, quando deveria golpear a montaria: fala de "superestrutura" para referir-se à burocracia do Estado e do partido.[58] O nome que se dê a esses estratos não diminui a pressão efetiva dos "interesses conservadores" que exercem. Tal pressão se manifesta não só na economia (especialmente nas relações de distribuição), mas também na onipotência do "maior de todos os fetiches" (o Estado), assim como no âmbito da ciência, da cultura, da arte, da moral social etc. Isso se agrava porque os "interesses conservadores" — pressentindo como é precária e provisória sua situação histórica — querem convencer a si mesmos e a quem gravita em torno deles de que o estado de coisas existente é estável. Desejam usufruir de todo tipo de "valores eternos" na vida, no pensamento e nos sentimentos. Surge daí, também, a tendência a absolutizar e transformar em algo a-histórico a antiga herança marxista na filosofia, na ética, na sociologia (teoria do Estado), na economia etc. O materialismo de Marx não parece constituir um obstáculo insuperável para tal

"interpretação", mesmo que se olhe com desconfiança a herança filosófica do jovem Marx. Diferente é o caso da dialética marxiana, que "inclui em seu conhecimento positivo do que existe um reconhecimento simultâneo de sua negação, sua superação necessária", e "concebe toda forma historicamente desenvolvida como algo em estado fluido".[59] Os "interesses conservadores" repudiam instintivamente essa dialética da contradição; daí seu anseio de reconhecê-la verbalmente com muita ênfase, colocando-a no leito de Procusto das leis naturais eternas (onde podem cometer menos travessuras), ao mesmo tempo que a desterram da teoria (e prática) social, econômica e política do presente. Os "valores eternos", porém, não podem ser facilmente conciliados com a dialética crítica e revolucionária de Marx.

Importa reconhecer claramente essa relação e opor-se à pressão dos "interesses conservadores" em todos os terrenos, inclusive o da teoria social. Só assim será possível superar a sociologia e a economia "neomarxistas", ou melhor, marxistas vulgares.

NOTAS

PREFÁCIO

1. Os *Grundrisse* foram reimpressos em Berlim em 1953 (cf. Karl Marx, *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie. Rohentwurf, 1857-1858*). Até então, só existiam no mundo ocidental uns três ou quatro exemplares da obra, editada pela primeira vez em Moscou em 1939. Com a maior generosidade, o bibliotecário O. Bauer, da Biblioteca Jos. Buttinger, de Nova York, colocou um desses exemplares à minha disposição, tornando-se credor da minha mais sincera gratidão.
2. Joseph Alois Schumpeter, *Kapitalismus, Sozialismus und Demokratie*, 1946, p. 25.
3. G. Lukács, *Geschichte und Klassenbewusstsein*, p. 9. O que Lukács diz vale integralmente para a teoria marxista da época da Segunda Internacional. Por exemplo, observe-se como Otto Bauer respondia em 1911 à pergunta "que vínculo há entre o Marx maduro e Hegel?" Há, segundo ele, "a reflexão gnoseológica sobre a essência da ciência, que não é apenas um reflexo do que acontece mas sim um 'produto da mente que se apropria do mundo da única maneira que lhe é possível'" [citação da Introdução inacabada de Marx aos *Grundrisse*], "ou seja, a parte de Kant que há em Hegel, desenvolvida por Marx, sem o conhecimento de Kant, na linguagem de Hegel, porém livre da reinterpretação ontológica de Kant, feita por Hegel" (*Der Kampf*, VI, p. 189-190).
4. *Briefwechsel*, II, p. 341.
5. Os contemporâneos de Marx, quando filosoficamente instruídos, compreendiam claramente a situação. Lassalle comparou a *Contribuição à crítica da economia política* de Marx com a *Fenomenologia* de Hegel, caracterizando Marx como um "Ricardo convertido ao socialismo, um Hegel convertido à economia". Engels, por sua vez, considerava o "método dialético alemão" em que se baseia o sistema econômico de Marx como "um resultado quase tão importante quanto a concepção materialista fundamental".
6. Lamentavelmente, o autor foi otimista demais nesse aspecto (este prefácio foi escrito em dezembro de 1955). Os *Grundrisse* de Marx estão editados há quatorze anos e até hoje permaneceram praticamente desapercebidos. A única e animadora exceção foi a obra dedicada a esse texto pelo erudito japonês

Kojiro Takagi, que veio à luz há alguns anos no Japão (foi feita uma tradução dos *Grundrisse* para o japonês). Também o trabalho *Der Begriff der Natur in der Lehre von Marx* [O conceito de natureza em Marx], de Alfred Schmidt, publicado em 1962, atribui grande importância à compreensão dos *Grundrisse* para se compreender o "Marx maduro".

PARTE I

CAPÍTULO 1

1. Ferdinand Lassalle, *Nachgelassene Briefe und Schriften*, III, p. 117 ("Carta a Lassalle", 22 de janeiro de 1858).
2. Cf. a respeito: *Karl Marx, Chronik seines Lebens* (a partir de agora citado como *Chronik*), p. 22-23, 25-26, 30, 32, 35 e 37. Cf. também *Briefwechsel*, I, p. 15, 22-23, 78 e 80.
3. *MEGA*, III, p. 31-172.
4. Desde então apareceram numerosos comentaristas entusiasmados com os *Manuscritos econômico-filosóficos*. Compartilho desse entusiasmo, mas não posso evitar a impressão de que muito do que parece tão surpreendente nos *Manuscritos* já se podia encontrar em *O capital*, a partir de uma leitura correta. Isso permaneceu desapercebido para muitos por causa, antes de mais nada, da forma tradicional, "economicista", de enxergar a obra fundamental de Marx.
5. Cf. *Das Elend der Philosophie*, p. 69 e 174ss.
6. *Grundrisse*, VII (Prefácio dos editores).
7. *Chronik*, p. 92.
8. Engels, "Introdução" em *As lutas de classes na França, 1848-1850.*
9. *Carta da Liga Comunista de Colônia*, datada de 14 de setembro de 1850.
10. Entre setembro de 1850 e outubro de 1851, Marx leu e comentou trabalhos de 52 economistas. Cf. também *Grundrisse*, p. 766.
11. *Chronik*, p. 80, 84 e 90. Cf. também Wilhelm Liebknecht, *Erinnerungen an Marx*, em *Ausgewählte Schriften*, 1934, I, p. 109-110. Pode-se supor que, em termos de seu conteúdo, essas aulas deram continuidade às conferências pronunciadas em Bruxelas sobre "trabalho assalariado e capital". A breve indicação que aparece no fascículo I da *Neue Rheinische Zeitung*, 1850 ("*Was ist bürgerliches Eigentum?* I. *Das Kapital*; II. *Das Grundeigentum*" ["Que é a propriedade burguesa? I. O capital; II. A propriedade da terra"]) abona essa hipótese.
12. Cf. carta de Marx a Engels datada de 2 de abril de 1851: "Em mais cinco semanas terei terminado com essa merda de economia. *Et cela fait* escreverei em casa a Economia e me lançarei sobre alguma outra ciência no Museu. *Ça commence à m'ennuyer. Au fond*, essa ciência não fez nenhum progresso desde A. Smith e D. Ricardo, apesar de terem sido obtidos resultados, freqüentemente pequenos, em investigações isoladas" (*Briefwechsel*, I, p. 218).

13. David Riazanov, "Siebzig Jahre 'Zur Kritik der politischen Ökonomie'", em *Grünbergs Archiv*, 1930, XV, p. 5 e 8-9.
14. Ibid., p. 4-5. Pelas atas do Arquivo da Casa Real, da Corte e do Estado de Viena, ficamos sabendo que, na época, Ebner era informante do governo austríaco.
15. Ibid., p. 8.
16. *Briefwechsel*, I, p. 295.
17. Ibid., p. 335.
18. Veja-se o parágrafo seguinte.
19. *Briefwechsel*, I, p. 348.
20. Ibid., II, p. 101.
21. Cf. p. 21 deste trabalho. Também isso constituía uma modificação do plano inicial de Marx, o qual — além da economia política — incluía uma crítica do direito, da moral e sobretudo da filosofia. Cf. o prefácio de Marx aos *Manuscritos econômico-filosóficos* em *MEGA*, III, p. 33.
22. Aqui, a "crítica da economia" deve ser entendida tal como foi resumida por Marx, oito anos depois, em uma carta a Lassalle: "É ao mesmo tempo uma descrição do sistema e, em virtude da descrição, uma crítica dele" (carta de 22 de fevereiro de 1858, em Lassalle, *Nachgelassene Briefe und Schriften*, III, p. 116).
23. Cf. *Chronik*, p. 114.
24. Seria preciso corrigir o relato equivocado desse episódio no citado trabalho de Riazanov, ibid., p. 5-7.
25. *Briefwechsel*, I, p. 348.
26. Ibid., p. 152-155 e 163.
27. Ibid., p. 163.
28. Ibid., p. 165-170 e 190-191 (resposta de Engels).
29. *Chronik*, p. 110-111, assim como *Briefwechsel*, I, p. 293 e 334.
30. *Briefwechsel*, I, p. 345, 347 e 357.
31. *Chronik*, p. 116.
32. *Grundrisse*, p. 987.
33. *Briefwechsel*, I, p. 277-283, 288-289, 289-292, 293-295 e 297-298.
34. *Chronik*, p. 126.
35. *Zur Kritik*, p. 11.
36. Valeria a pena comparar em detalhe os temas histórico-econômicos tais como foram tratados por Marx em seus artigos para o *New York Tribune*, de um lado, e em *O capital*, de outro.
37. *Grundrisse*, VII-XIV.
38. Cf. as notas do editor nas p. VII-VIII, 4, 150 e 842 dos *Grundrisse*. Seria preciso corrigir os dados equivocados da *Marx-Chronik*, p. 162-168.
39. Basta citar aqui algumas passagens características da correspondência entre Marx e Engels: "Apesar de estar em *financial distress* [miséria financeira]", escreveu Marx em 13 de novembro de 1857, "desde 1849 não me sentia tão

cosy [confortável] como neste *outbreak* [tumulto]." Engels respondeu em 15 de novembro: "O aspecto geral da Bolsa local [à qual Engels devia comparecer por motivos profissionais] era dos mais interessantes na semana passada. Os rapazes ficam com raiva de meu estado de ânimo, súbita e curiosamente eufórico. *Indeed* [Na verdade], a Bolsa é o único lugar onde minha atual *dullness* [tristeza] transforma-se em elasticidade e *bouncing* [fanfarronada]. Minhas profecias são, naturalmente, sempre pessimistas" (*Briefwechsel*, II, p. 297 e 300).

40. Ibid., p. 314: "Trabalho como um louco todas as noites, passando a limpo meus estudos econômicos, para ter prontos pelo menos os *Grundrisse* (elementos fundamentais [daí surgiu o título colocado pelos editores no rascunho]) antes do *déluge* [dilúvio]."
41. Ibid., p. 320.
42. Ibid., p. 323-326.
43. Cf. *Chronik*, p. 164-165.
44. Cf. o capítulo 21 deste trabalho.
45. *Briefwechsel*, III, p. 331.
46. Marx escreveu a Weydemeyer em 1º de fevereiro de 1859: "Nesses dois capítulos [da *Contribuição à crítica...*] aniquilam-se os fundamentos do socialismo proudhoniano, atualmente em moda na França, que pretende deixar subsistir a produção privada, organizando a troca dos produtos privados; quer a mercadoria mas não quer o dinheiro. O comunismo deve desfazer-se logo desse falso irmão" (*Ausgewählte Briefe*, primeira edição, p. 99). Algo semelhante aparece na carta de Marx a Engels de 22 de julho de 1859: "Se fores escrever algo [sobre a *Contribuição à crítica...*], não deves esquecer (a) que nela se aniquila o proudhonismo pela raiz e (b) que já em sua forma mais simples, a da mercadoria, se analisa o caráter especificamente social, e de modo algum absoluto, da produção burguesa" (*Briefwechsel*, II, p. 500).

CAPÍTULO 2

1. Adiantamos o ano do segundo plano para 1865 porque na carta de Marx a Engels datada de 31 de julho de 1865 (*Briefwechsel*, III, p. 333) a estrutura da obra corresponde exatamente à indicada na carta a Kugelmann datada de 13 de outubro de 1866.
2. Cf. *Grundrisse*, p. 198-199 ("Seção sobre o salário"), p. 429 ("Seção sobre o comércio internacional"), assim como p. 138-139 (onde se denominam "seções" às seis partes do plano).
3. "Capítulo sobre o capital" (*Zur Kritik*, p. 7); "Capítulo sobre o trabalho assalariado" (*Grundrisse*, p. 302 e 702; *Briefwechsel*, II, p. 404); "Capítulo sobre o salário" (*Grundrisse*, p. 241; *Theorien*, I, p. 379, e III, p. 306).
4. Pode-se ler o fragmento dessa introdução (publicada em 1903 por Kautsky) nos *Grundrisse*, p. 3-31. Seria preciso acrescentar que no texto dos *Grundrisse*

encontram-se algumas remissões à mencionada introdução e aos temas que seriam tratados nela. Isso ocorre nas p. 206, 226 e 267.

5. *Zur Kritik*, p. 7. Nas anotações escritas em 1863, Marx volta a mencionar uma introdução dessa natureza.
6. Carta de Marx a Lassalle, 11 de março de 1858 (Ferdinand Lassalle, *Nachgelassene Briefe und Schriften*, III, p. 120).
7. Referindo-se a um segundo grande manuscrito em que estava trabalhando na época, e que tencionava publicar sob o título modificado de "*O capital, uma contribuição à crítica da economia política*", Marx diz nessa carta: "É a quintessência [...]; e o desenvolvimento do que se segue (talvez com exceção da relação entre as diversas formas estatais e as diferentes estruturas econômicas da sociedade) também seria facilmente realizável por outros, baseando-se no material existente" (*Briefe an Kugelmann*... [1927], p. 15).
8. *Das Kapital*, III, p. 132.
9. Ver a citada carta a Lassalle, datada de 11 de março de 1858.
10. Mais tarde ficará clara a extraordinária importância que esse conceito tem na metodologia marxiana (cf. seção IV-B deste capítulo).
11. Os dois primeiros capítulos ("Mercadoria" e "Dinheiro") já aparecem na *Contribuição à crítica da economia política*, obra publicada em 1859.
12. *Briefe an Kugelmann*, p. 31.
13. Abstraímos aqui o "capítulo sobre o dinheiro", ao qual corresponde, no primeiro tomo de *O capital*, a primeira seção (sobre a mercadoria e o dinheiro).
14. Assim, nos *Grundrisse* já se estabeleceram os primeiros "esquemas da reprodução" (cf. capítulo 21 deste trabalho).
15. Como se sabe, Kautsky limitou-se (e o mesmo vale para a nova edição das *Teorias*) à parte do manuscrito que tratava das "teorias sobre a mais-valia". Dos dados apresentados por Engels e Kautsky (*Das Kapital*, II, p. 4; edição de Kautsky das *Theorien*, I, p. XII-XIII), pode-se deduzir que o restante comporia um volume com mais de mil páginas.
16. Citamos as duas anotações conforme a nova edição das *Theorien* (Berlim, 1956), I, p. 389-390.
17. Kautsky deveria dizer: "para a primeira e terceira seções do 'Livro sobre o capital'".
18. Também os *Grundrisse* contêm partes especiais sobre as "teorias da mais-valia e o lucro".
19. *Theorien*, edição de Kautsky, III, p. VIII-X.
20. *Das Kapital*, II, p. 183.
21. Ver o primeiro parágrafo do capítulo XXII: "Processo de produção capitalista em uma escala ampliada. Inversão das leis de propriedade correspondentes à produção de mercadorias em leis da apropriação capitalista." Cf. também *Grundrisse*, p. 148, 202-203, 361-362, 373-374, 408-409, 565-566, 903-904, e *Theorien*, I, p. 58-59, e III, p. 369-370 e 473.

22. Logo, trata-se só da teoria de Marx sobre a renda absoluta. Cf. *Theorien* (edição de Kautsky), II/1, p. 329: "A renda absoluta é o excedente do valor sobre o preço de produção do produto da terra. A renda diferencial é o excedente do preço no mercado do produto de terras favorecidas sobre o valor de seus próprios produtos." Cf. também, a esse respeito, a carta de Marx a Engels de 2 de agosto de 1862: "Tenho a intenção de incorporar logo a este tomo, como capítulo interpolado, a teoria da renda como 'ilustração' de uma hipótese formulada antes." *Briefwechsel*, III, p. 105.
23. Cf. o capítulo 27 deste trabalho.
24. *Theorien*, III, p. 448-472.
25. Ver, por exemplo, *Grundrisse*, p. 675, 690 e 737; *Theorien*, II, p. 208, 483, 493, 513-514, 533-534; *Theorien*, III, p. 48 e 455.
26. Cf. nota anterior.
27. Cf. *Theorien*, II, p. 208, 228, 454, 469, 484, 493, 505, 513, 521 e 534; *Theorien*, III, p. 48, 305 e 348.
28. Sobre a categoria da "pluralidade de capitais", ver a seção IV-B deste capítulo.
29. *Grundrisse*, p. 339, 461 e 646.
30. O exemplo mais instrutivo é o das "causas que se opõem à queda tendencial da taxa de lucro". No entanto, o terceiro tomo das *Theorien* (p. 304-305) remete à consideração dessas "causas" para o capítulo especial "sobre a concorrência dos capitais". Mas no terceiro tomo de *O capital* encontra-se todo um capítulo que trata dos fatores que se opõem à queda na taxa de lucro (cf. o capítulo 26 deste trabalho).
31. *Theorien*, II, p. 268. Ver também p. 24, 36 e 97.
32. Ibid., III, p. 164-165.
33. Ibid., I, p. 379-380.
34. Ver *Das Kapital*, III, p. 103, 140, 223, 263, 342, 814 e 885.
35. Ibid., p. 47. Ver também p. 882.
36. Aqui seria preciso destacar que, conforme as intenções de Marx, essa "investigação especial sobre a concorrência" deveria realizar, antes de mais nada, uma análise do "movimento real dos preços de mercado"(*Das Kapital*, III, p. 814 e 885), ou seja, justamente do problema que constitui o objeto principal da investigação da assim chamada teoria acadêmica atual.
37. Ver *Briefwechsel*, III, p. 464, e IV, p. 59 e 151.
38. *Das Kapital*, III, p. 132.
39. Ibid., p. 436.
40. Cf. o prólogo de Engels ao terceiro tomo de *Das Kapital*, p. 6-7.
41. A alteração na ordem se deve a Engels, que, não obstante, se limitou a seguir uma anotação de Marx sobre o plano, reproduzida na p. 775 do terceiro tomo.
42. A referência é à seguinte passagem: "Seria preciso desenvolver: (1) a transição da propriedade feudal da terra a outra renda da terra, comercial, regulada pela produção capitalista, e por outro lado a transição dessa propriedade

feudal à livre propriedade camponesa da terra; (2) como nasce a renda da terra em países como os Estados Unidos, nos quais a terra não foi originalmente apropriada, imperando desde o início, pelo menos formalmente, o modo burguês de produção; (3) as formas asiáticas da propriedade da terra, ainda existentes" (*Theorien*, II, p. 36). No manuscrito do segundo tomo, o único ponto ao qual Marx não retornou foi o último. Nesse contexto, talvez seja necessário acrescentar que Marx (tal como podemos deduzir da nota 188 b, p. 750 do primeiro tomo de *O capital*) também pretendia demonstrar "mais detalhadamente" no terceiro tomo "como a legislação inglesa apoiou os ingleses proprietários de terra na Irlanda no uso da fome como instrumento para impor violentamente a revolução agrícola e reduzir a população da Irlanda a um nível adequado aos grandes proprietários". Marx também não retornou a esse ponto no terceiro tomo.

43. *Das Kapital*, III, p. 662, 663 e 668.
44. Ibid., p. 8., prólogo de Engels.
45. Ver nota 8 deste capítulo.
46. *Das Kapital*, III, p. 391, 394 e 885.
47. Rosa Luxemburgo, *Die Akkumulation des Kapitals* (1921), p. 137-141.
48. Henryk Grossmann, *Das Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*, p. 417.
49. Neste capítulo nos limitaremos aos livros I, II e III. Só ocasionalmente trataremos dos livros restantes no curso de nossa investigação.
50. Ver Henryk Grossmann, "Die Änderung des Aufbauplans des Marxschen 'Kapital' und ihre Ursachen", in *Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung*, 1929, p. 305-338.
51. Cf. a aguda crítica ao estudo de Grossmann no livro de Otto Morf *Das Verhältnis von Wirtschaftstheorie und Wirtschaftsgeschichte bei Karl Marx*, 1951, p. 75-78.
52. Nas palavras do próprio Grossmann: "Enquanto no plano de 1859 a subdivisão da obra em seis partes [...] foi feita a partir do ponto de vista do tema a tratar (capital, propriedade da terra, trabalho assalariado, comércio exterior etc.), as divisões estruturais da obra no plano definitivo [...] foram feitas a partir do ponto de vista do conhecimento; por considerações metodológicas, diversas funções que o capital industrial desempenha durante sua circulação (processo de produção, processo de circulação, processo global) foram abstraídas e expostas em separado, sem levar em conta o material. Só dentro da descrição de cada uma dessas funções trata-se do material total, a partir dos pontos de vista funcionais decisivos em cada caso" (op. cit., p. 311).
53. Ibid., p. 319-320 e 322.
54. Fr. Behrens, *Zur Methode der politischen Ökonomie*, 1952, p. 31-48.
55. Ibid., p. 32-33.
56. A diferença é apenas esta: para Grossmann, só durante os estudos sobre o problema da reprodução — provavelmente recém-iniciados em 1863 —

ocorreu a Marx a idéia de que teria de "situar em primeiro plano a função da formação de mais-valia [...] em lugar de analisar as áreas temáticas empiricamente dadas" (ibid., p. 320). Segundo Behrens, Marx deveu essa súbita inspiração ao seu "renovado estudo crítico da economia burguesa clássica", com suas teorias da mais-valia (op. cit., p. 44). Mas aqui basta a simples comprovação de que a primeira preocupação de Marx com o problema da reprodução aparece em 1858, nos *Grundrisse*. Por outro lado, toda a objeção essencial de Marx à metodologia de Smith e de Ricardo também já se encontra nos *Grundrisse*.

57. Eis aqui a passagem em questão: "Meu trabalho [a preparação do manuscrito para a impressão]", escreveu Marx a Engels em 15 de agosto de 1863, "progride bem em um aspecto. A meu ver, na última elaboração as coisas assumiram uma forma tolerável pelo público, se descontarmos alguns D-M e M-D inevitáveis [...]. De qualquer maneira, será 100% mais compreensível do que o número 1 [ou seja, a *Contribuição à crítica*]. Por outro lado, agora que contemplo essa construção e vejo como tive de arrasar tudo e confeccionar também a parte histórica a partir de um material desconhecido, parece-me cômico o trabalho de Lassalle em 'sua' economia" (*Briefwechsel*, III, p. 182). Grossmann e Behrens pretendem deduzir dessa passagem que as palavras "como tive de arrasar tudo" referem-se à modificação do plano. Mas é muito mais provável que a expressão "arrasar" não se refira ao plano original, mas à economia política vigente até esse momento; nesse caso, carece de fundamento fixar 1863 como o momento de modificação do plano, como o fizeram Grossmann e Behrens.
58. *Grundrisse*, p. 28-29.
59. Cf. Georg Wilhelm Friedrich Hegel, *Encyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse* (1870), p. 60: "Mas o conceito como concreto [...] é essencialmente em si mesmo uma unidade de diferentes determinações."
60. *Grundrisse*, p. 21-22.
61. O. Morf, op. cit., p. 35.
62. Cf. carta de Marx a Engels datada de 2 de abril de 1858 (*Briefwechsel*, II, p. 383).
63. György Lukács, *Geschichte und Klassenbewusstsein*, p. 39.
64. *Grundrisse*, p. 26-28.
65. *Theorien*, III, p. 493.
66. *Das Kapital*, III, p. 884. De forma coerente, também se destaca na Introdução que "é de todo ilusório" fazer a renda da terra e o trabalho assalariado nascerem, respectivamente, da "terra pura e simples" e do "puro e simples trabalho"; pelo contrário, essas formas de distribuição pressupõem a propriedade da terra modificada pelo capitalismo e o trabalho assalariado moderno (*Grundrisse*, p. 16-17).
67. *Theorien*, III, p. 490-491.

68. Mas a própria economia política clássica "pretende explicar a conexão interna, que é diferente da multiplicidade de formas de manifestação. Daí que reduza a renda ao sobrelucro; assim, esta deixa de existir como forma especial e independente, sendo separada de sua fonte aparente, o solo. Em segundo lugar, ela subtrai do juro sua forma independente e o caracteriza como parte do lucro. Reduz assim todas as formas de renda e todas as formas independentes, com as quais o não-trabalhador participa do valor das mercadorias, a uma só forma, a do lucro. Mas este se resume a mais-valia, já que o valor de qualquer mercadoria se resume a trabalho; um *quantum* do trabalho nela contido é pago no salário; o excedente, trabalho não pago, é apropriado gratuitamente sob diversos nomes, mas este mais-trabalho é provocado pelo capital" (ibid., p. 497). Nessa medida, a divisão tripartite do material dos clássicos nada tem a ver com a "fórmula trinitária" da economia vulgar.
69. *Das Kapital*, III, p. 933.
70. *Grundrisse*, p. 16.
71. *Das Kapital*, II, p. 388. Cf. ibid., III, p. 935-936.
72. *Grundrisse*, p. 17.
73. Ibid., p. 717.
74. *Theorien*, III, p. 79.
75. Ibid. É nesse sentido que, na introdução, se qualificam o lucro e o juro como "formas de distribuição determinantes e determinadas" (*Grundrisse*, p. 16).
76. Ibid., p. 18. Cf. ibid., p. 17: "Economistas como Ricardo, que são freqüentemente criticados por só levar em conta a produção, definiram a distribuição como o único objeto da economia, pois concebiam instintivamente as formas de distribuição como a expressão mais definida em que se fixam os agentes de produção em uma sociedade dada."
77. *Das Kapital*, III, p. 9.
78. Cf. *Grundrisse*, p. 26 e 175.
79. *Zur Kritik*, p. II.
80. *Das Kapital*, III, p. 941.
81. Nesse sentido, Marx fala em uma passagem (ibid., II, p. 360) de "classes sociais com funções econômicas".
82. "O capital industrial é o único modo de existência do capital no qual não só a apropriação de mais-valia, ou de mais-trabalho, mas também sua criação, é função do capital. Por isso, condiciona o caráter capitalista da produção; sua existência implica a do antagonismo de classe entre capitalistas e assalariados [...]. Os outros tipos de capital que apareceram antes dele, imersos em condições sociais pretéritas ou em decadência, não só se subordinam a ele e são por ele modificados [...], mas passam a mover-se tendo-o como base. Vivem e morrem, mantêm-se ou não, junto com esta base" (ibid., II, p. 51).
83. No original, "mostro".
84. "Mas tudo isso", diz Marx, "não converte o lucro do capital em elemento 'constitutivo' do valor. Apenas demonstra que no valor não 'constituído'

pelo trabalho do capitalista há uma parte da qual ele pode apropriar-se 'legalmente', isto é, sem lesar o direito correspondente ao intercâmbio mercantil" (ibid., I, p. 834-844).

85. Marx escreveu em 1863: "A própria produção capitalista separou totalmente o trabalho de direção e a propriedade do capital, próprio ou alheio. Deixou de ser útil que os capitalistas realizem esse trabalho de direção. Na realidade, ele existe separado do capital, não na separação entre capitalistas industriais e capitalistas financeiros, mas na separação entre dirigentes industriais etc., e toda a classe capitalista." Isso demonstra "que o capitalista, como funcionário da produção, tornou-se tão supérfluo para os trabalhadores quanto a ele mesmo parece supérflua a função dos proprietários fundiários para a produção burguesa" (*Theorien*, III, p. 487-488). Dois anos depois, Marx destaca que a formação de sociedades anônimas leva "à transformação do capitalista realmente ativo em um simples diretor, administrador do capital alheio, e à transformação dos proprietários de capital em simples proprietários, em capitalistas rentistas. [...] Nas sociedades por ações, a função está separada da propriedade do capital. Em conseqüência, também o trabalhador está totalmente separado da propriedade dos meios de produção e do mais-trabalho. Este resultado do desenvolvimento da produção capitalista é um ponto de transição necessário para reconverter o capital em propriedade dos produtores, agora não mais na condição de propriedade de produtores isolados, mas sim de produtores associados, como propriedade direta da sociedade" (*Das Kapital*, III, p. 477-478). Quando "sociólogos" como James Burnham apresentam essa substituição do capitalista funcionário pelo executivo (*manager*) como uma tremenda novidade, é difícil dizer se estamos diante de um caso de plágio ou de ignorância. A segunda hipótese é mais provável, pois certamente o "*witchdoctor*" Burnham, como o chamava Trotsky, não pode ser acusado de conhecer o marxismo.
86. *Theorien*, II, p. 148. Cf. *Das Kapital*, III, p. 936: "Segundo o desenvolvimento que fizemos até aqui, torna-se supérfluo comprovar novamente de que modo a relação entre capital e trabalho assalariado determina o caráter do modo de produção. Como tais, os principais agentes deste modo de produção, o capitalista e o assalariado, são apenas encarnações, personificações, do capital e do trabalho assalariado, expressando caracteres sociais que o processo social de produção estampa nos indivíduos; são produtos dessas relações de produção."
87. *Theorien*, II, p. 38-39.
88. A passagem citada se aplica polemicamente contra Rodbertus.
89. *Theorien*, II, p. 148-149.
90. Ibid., p. 148.
91. Ibid., p. 38.
92. *Das Kapital*, III, p. 864. Do ponto de vista do capital, a única coisa que importa é que "a terra não é propriedade coletiva; se confronta com a classe tra-

balhadora como um meio de produção que não lhe pertence; atinge-se completamente esse objetivo quando se transforma em propriedade estatal, isto é, quando o Estado arrecada a renda da terra". "Por isso, o burguês radical [...] é capaz de caminhar teoricamente até negar a propriedade privada da terra, à qual pode querer transformar, sob a forma de propriedade estatal, em propriedade comum da classe burguesa, do capital. Na prática, porém, falta-lhe coragem para isso, já que o ataque a uma forma de propriedade — uma forma de propriedade privada das condições de trabalho — poderia ser muito perigoso para a outra forma" (*Theorien*, II, p. 38-39).

93. *Das Kapital*, III, p. 935.
94. Ibid., p. 665-666.
95. *Theorien*, II, p. 242.
96. *Das Kapital*, III, p. 811.
97. *Theorien*, II, p. 36-37.
98. Ibid., p. 325-326.
99. Já que se trata de apenas duas frases, citaremos aqui a segunda passagem. Marx escreveu a Engels, referindo-se aos livros II e III de sua obra: "A transição do capital à propriedade da terra é também um processo histórico, pois a moderna forma de propriedade territorial é um produto da ação do capital sobre a propriedade feudal etc. Analogamente, a transição da propriedade da terra ao trabalho assalariado não é apenas dialética, mas também histórica. O produto final da propriedade da terra é a generalização do trabalho assalariado, que se torna a base de tudo" (carta de 2 de abril de 1858, *Briefwechsel*, II, p. 383). Registre-se a resposta de Engels, datada do dia 9 seguinte: "Esta distribuição do conjunto em seis livros não poderia ser melhor e me agrada extraordinariamente, embora não perceba com clareza o passo dialético da propriedade da terra ao salário" (ibid., p. 388).
100. *Grundrisse*, p. 186-187.
101. Ibid., p. 602.
102. *Zur Kritik*, p. 61.
103. "Também é correto que 'o valor ou preço da terra', que não é produto do trabalho, parece entrar em contradição com o conceito de valor e não pode ser deduzido diretamente dele. Mas essa frase é insignificante contra Ricardo, pois o autor não ataca sua teoria da renda, na qual ele [Ricardo] mostra como se forma o valor nominal da terra na produção capitalista, e como ela não contradiz a determinação do valor. O valor da terra é o preço que se paga pela renda capitalizada dessa terra. Portanto, devem-se supor aqui desenvolvimentos muito mais transcendentes que aqueles que poderiam surgir *prima facie* da mera contemplação da mercadoria e de seu valor; lembra o caso do capital fictício que se joga na Bolsa, e que de fato é tão-somente a compra e venda de títulos [...], e que não pode ser compreendido a partir do conceito simples de capital produtivo" (Marx sobre o trabalho "Observations on Certain Verbal Disputes in Political Economy, in *Theorien*, III,

p. 106-107). Cf. a esse respeito *Das Kapital*, I, p. 562: "Na expressão 'valor do trabalho', o conceito de valor não só se perdeu, mas se transformou em seu contrário. É uma expressão imaginária, como, por exemplo, valor da terra. Essas expressões imaginárias, no entanto, surgem das relações de produção. São categorias que buscam expressar as formas em que se manifestam relações essenciais."

104. Naturalmente, não se faz referência aqui à moderna propriedade da terra.
105. Em inglês no original: "*clears*".
106. Marx disse antes: "Nas relações econômicas da moderna propriedade da terra, [...] a estrutura interna da sociedade moderna, ou seja, o capital, é colocada na totalidade de suas relações." Em outra passagem: "É por isso que se pode estudar no desenvolvimento da propriedade da terra a gradual afirmação e formação do capital. A isso se deve que Ricardo, o economista da época moderna, com grande sentido histórico, tenha considerado as relações entre o capital, o trabalho assalariado e a propriedade da terra no âmbito da propriedade da terra, para tentar captá-las em sua forma específica" (*Grundrisse*, p. 187 e 164).
107. Cf. *Das Kapital*, II, p. 111-112: "Na mesma medida em que o trabalho se converte em trabalho assalariado, o produtor se converte em capitalista industrial; por isso a produção capitalista [...] só aparece em toda sua amplitude quando também o produtor rural é assalariado."
108. Cf. *Das Kapital*, I, cap. 25, "A moderna teoria da colonização".
109. *Grundrisse*, 187-189.
110. A expressão que Marx emprega aqui ("retornar ao fundamento") mostra uma estreita vinculação com a *Lógica* de Hegel, especialmente com a teoria do "fundamento" que se desenvolve no segundo tomo dessa obra. Cf. também ibid., I, p. 55: "Devemos admitir que é uma consideração essencial [...] perceber que o avanço é um retorno ao fundamento, ao originário e verdadeiro [...]. Dessa maneira se regressa à consciência, por seu intermédio, desde o imediato, que é o ponto de partida, até o saber absoluto, sua verdade mais íntima."
111. Cf. a frase de *Das Kapital* (III, p. 935), já citada, segundo a qual o capital inclui a propriedade da terra "como sua antítese".
112. *Grundrisse*, p. 189-190.
113. Ibid., p. 619.
114. Cf. *Briefwechsel*, II, p. 383: "Em toda esta seção [ou seja, a seção sobre 'o capital em geral'] adota-se a hipótese de que o salário é constantemente igual ao mínimo [...]. Além disso, admite-se que a propriedade da terra é igual a zero; isto é, até agora a propriedade da terra não foi incorporada como relação econômica particular. É a única maneira possível de evitar ter de tratar de tudo ao enfocar cada relação particular" (carta a Engels de 2 de abril de 1858).

115. Nas variantes do plano que se reproduzem nas p. 175 e 186 dos *Grundrisse* encontra-se, não obstante, outra divisão, em seis partes, do "Livro sobre o capital". Além das quatro seções citadas, aparece uma quinta seção ("O capital como mercado monetário") e uma sexta seção ("O capital como fonte de riqueza"). Mas também é possível tratar esses últimos temas nas seções *c* e *d*; por isso, as variantes posteriores do plano já não as mencionam. Note-se ainda que as duas variantes mencionadas do plano testemunham a presença "hegeliana" na estrutura dos *Grundrisse*.
116. Dizemos "em princípio" porque os *Grundrisse* contêm numerosas digressões que, na realidade, saem dos marcos do "capital em geral" e cujos conteúdos correspondem a outras partes da obra de Marx. Cf. a carta de Marx a Engels de 31 de maio de 1858: "É coisa do diabo que no manuscrito (que impresso formaria um grosso volume) esteja tudo revirado, existindo nele muito material destinado a passagens posteriores" (*Briefwechsel*, II, p. 398).
117. "A segunda parte [ou seja, a *Contribuição à crítica*] está finalmente terminada, mas a obra aparecerá em separado com o título *O capital* [...]. De fato, a obra compreende apenas o que deveria constituir o terceiro capítulo da primeira parte, 'o capital em geral'. Não contém, portanto, nem a concorrência dos capitais nem o crédito" (*Briefe an Kugelmann*, p. 15).
118. Carta de Marx a Engels de 2 de abril de 1858 (*Briefwechsel*, II, p. 383).
119. Também nas *Teorias* com freqüência se opõem a concorrência e o crédito (como "movimento real do capital" ou "situações reais") ao "capital em geral" ou à "natureza geral do capital". Cf. *Theorien*, II, p. 493, 513-514, 533-534; III, p. 48, 305, 348 e 455.
120. *Grundrisse*, p. 317 e 323. Diz uma nota de pé de página: "Como o valor constitui a base do capital, e este só existe graças a um intercâmbio com um outro valor, o capital repele necessariamente a si mesmo. Por isso, é uma quimera a idéia de um capital universal, um capital que não enfrente capitais alheios com os quais estabeleça relações de troca [...]. A repulsão recíproca dos capitais está implícita nele como valor de troca realizado" (ibid., p. 324). Um "capitalismo de Estado" só se tornaria possível na medida em que nele se enfrentassem vários capitais, embora organizados sob forma estatal.
121. Ibid., p. 543.
122. Ibid., p. 544-545. Nessa passagem, escrita em 1857, Marx prevê a forma do capitalismo monopolista. Isso poderia ser chamado de uma "visão", mas nós preferimos a palavra "dialética", menos mística.
123. Ibid., p. 542-544 e 317. "A concorrência é, em geral, a maneira pela qual o capital faz prevalecer o seu modo de produção" (*Grundrisse*, p. 617).
124. Ibid., p. 450. Cf. as excelentes observações de Henryk Grossmann em seu livro *Das Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*, p. 96-99.
125. "Para impor ao capital suas leis imanentes como se fossem necessidade externa, a concorrência as inverte na aparência" (*Grundrisse*, p. 647. Cf. *Das*

Kapital, III, p. 65, 235, 252-253, 742 etc. Também nesse caso estamos diante de um conceito hegeliano.

126. *Grundrisse*, p. 186-187.
127. Ibid., p. 416.
128. "Como toda a produção capitalista se baseia na compra direta do trabalho para apropriar-se de parte dele, sem pagamento, no processo de produção, parte que é vendida no produto, já que é o motivo da existência do capital, o próprio conceito de capital [...]" (*Theorien*, I, p. 265).
129. *Grundrisse*, p. 170. Cf. o capítulo 11 da Parte III deste trabalho, onde se consideram de forma mais detalhada essas idéias.
130. No original, "descrições".
131. *Grundrisse*, p. 412-413.
132. Várias passagens dos *Grundrisse* assinalam que o verdadeiro objeto de análise é a "história geral do nascimento do capital", sua "autodeterminação" ou "autoformação" (ibid., p. 307, 317 e 427).
133. "Como aqui nos ocupamos do capital, do capital em devir, ainda não observamos nada fora dele mesmo — já que ainda não existe para nós a pluralidade de capitais —, com exceção do próprio capital e da circulação simples [...]" (ibid., p. 617). Nesse sentido, nos *Grundrisse* (assim como em *O capital* e nas *Teorias*) opõe-se o capital em devir ao capital já constituído, "que aparece como uma unidade dos processos de circulação e de produção" (*Theorien*, III, p. 473; II, p. 513-514). Sobre a "forma acabada" do capital, cf. *Das Kapital*, III, p. 235.
134. *Grundrisse*, p. 217.
135. Cf. ibid., p. 673: "O lucro dos capitalistas como classe, ou o lucro do capital, deve existir antes que seja possível reparti-lo [...]."
136. Ibid., p. 645.
137. "Aqui nos vemos diante do capital enquanto tal, *say the capital of the whole society* [ou seja, o capital do conjunto da sociedade]. A diversidade etc. dos capitais ainda não nos interessa" (ibid., p. 252).
138. Ibid., p. 309.
139. Ibid., p. 186. "Particularização" é mais um conceito especificamente hegeliano (Marx também se baseia na *Lógica* de Hegel quando usa os termos "generalidade", "particularidade" e "singularidade").
140. Ibid., p. 353.
141. Ibid., p. 521.
142. Ibid., p. 632.
143. Ibid., p 673.
144. Ibid., p. 645-646.
145. Sobre os conceitos de capital "fixo" e "circulante", ver o capítulo 24 deste trabalho.
146. Em inglês no original: "*banks*".

147. Ver, por exemplo, as p. 47-48 das *Obras* de Ricardo (edição McCulloch, 1888).
148. Em inglês no original: "constitui, mediante *loans* etc., um *level*".
149. Nesse ponto, Marx prossegue: "Suponhamos, por exemplo, que seja uma lei do capital em geral que ele precisa desdobrar-se para valorizar-se sob esta forma desdobrada. Por exemplo, o capital de uma nação particular, que em contraposição a outra representa *par excellence* o capital, terá de ser emprestado a uma terceira nação para que sua valorização se torne possível. Esse desdobramento, o fato de relacionar-se consigo próprio como um estranho [Marx prossegue, fazendo alusão a Hegel] nesse caso torna-se terrivelmente real" (*Grundrisse*, p. 548-549).
150. *Grundrisse*, p. 353-354.
151. Ibid., p. 735.
152. *Das Kapital*, II, 92-93.
153. Ibid., p. 395ss.
154. Ibid., III, p. 402.
155. *Grundrisse*, p. 551-552.
156. Ibid., p. 428. Note-se que também a oposição entre *an sich* (em si) e *Gesetztsein* (estar posto) foi tomada da *Lógica* de Hegel.
157. Cf. *Das Kapital*, II, p. 461; III, p. 47, 132, 167 etc.
158. Marx ilustra com o seguinte exemplo a diferença entre esses dois modos de ver a questão: "Os capitais têm diferentes magnitudes. A magnitude de cada capital individual é sempre igual a si mesma, na medida em que só se considera sua qualidade de capital. Mas, se considerarmos dois capitais em sua diferença recíproca, então aparecerá uma relação de determinações qualitativas, devida à diferença de suas magnitudes. Essas magnitudes convertem-se em qualidade que distingue os capitais. Este é um ponto de vista essencial, do qual a magnitude não é mais do que só um exemplo. Da mesma forma, considerar o capital como tal é diferente de considerar o capital diante de outro capital, de considerar o capital em sua realidade" (*Grundrisse*, p. 576).
159. "No conceito simples de capital devem estar contidas suas tendências civilizatórias etc., sem que estas se apresentem, como nas economias precedentes, apenas como conseqüências. Do mesmo modo, aparecem nele, de maneira latente, as contradições que se manifestarão mais tarde" (ibid., p. 317). Cf. também p. 237: "É necessário desenvolver com exatidão o conceito de capital, já que ele é o conceito básico da economia moderna, tal como o próprio capital [...] é a base da sociedade burguesa. Da relação fundamental, concebida com exatidão, decorrem todas as contradições da produção burguesa, bem como os limites diante dos quais ela tende a se superar."
160. "Não há dificuldade em analisar a introdução da maquinaria a partir da concorrência e da lei, que dela decorre, da redução dos custos de produção. No entanto, trata-se aqui de analisá-la a partir da relação do capital com o trabalho vivo, sem levar em consideração outro capital" (ibid., p. 662).

161. "A antítese entre tempo de trabalho e tempo de circulação contém toda a teoria do crédito [...]" (ibid., p. 552).
162. Ibid., p. 351. Cf. também *Theorien*, II, p. 493: "Todavia, como já havíamos descoberto ao analisar o dinheiro [...] que encerra a possibilidade de crises, isso se verifica em maior medida quando consideramos a natureza geral do capital sem que se tenham desenvolvido as outras relações reais que constituem todas as premissas do processo real de produção."
163. *Grundrisse*, p. 419.
164. Ibid., p. 533. Cf. ibid., p. 553-554: "A simultaneidade das diferentes fases do processo do capital só é possível por causa da divisão deste em porções, cada uma das quais rechaça a outra, embora todas sejam capital, em diferentes determinações. Essa troca de formas e de substâncias [ocorre] como no corpo orgânico. Diz-se, por exemplo, que o corpo se reproduz em 24 horas, mas não o faz de uma vez só. O abandono de uma forma e a renovação sob a outra efetuam-se simultaneamente [...] (Aqui, portanto, já se apresenta a transição à pluralidade de capitais)."
165. *Das Kapital*, I, p. 173, nota 37.
166. Ibid., II, p. 461 e 511.
167. "Consideração do capital em geral, na qual se pressupõem preços idênticos aos valores das mercadorias" (*Theorien*, II, p. 515).
168. *Grundrisse*, p. 653.
169. *Das Kapital*, III, p. 47.
170. Como exemplo, podemos usar aqui a definição do "trabalho socialmente necessário", que — assim como a definição da acumulação — foi considerada "em termos abstratos, ou seja, como mera fase do processo imediato da produção" no primeiro tomo (*Das Kapital*, I, p. 583) e que só pôde ser retomada no terceiro tomo tendo como referência as "condições concretas" (para maiores detalhes a esse respeito, ver o capítulo seguinte).
171. *Das Kapital*, III, p. 235. Em conseqüência, o "conceito" é apenas uma cópia da "estrutura interna", ou seja, das relações sociais verdadeiramente existentes.
172. Cf. György Lukács, op. cit., p. 20, n. 1.
173. *Das Kapital*, I, p. 331.
174. Ibid., III, p. 132. Cf. ibid., p. 167: "Nesse tipo de investigação geral [como a realizada em *O capital*] sempre se pressupõe que as condições reais correspondem ao seu conceito, ou, o que é o mesmo, só se apresentam as relações reais na medida em que expressem seu próprio tipo geral" (cf. também ibid., III, p. 885: "Porque o movimento real da concorrência está fora do nosso plano e só pretendemos apresentar a organização interna do modo capitalista de produção em seu termo médio ideal, por assim dizer.").
175. Ibid., p. 870. Cf. cartas de Marx a Engels (de 27 de junho de 1867) e a Kugelmann (de 11 de julho de 1868).
176. *Das Kapital*, I, p. 321.

177. Referindo-se às considerações de Ricardo sobre a concorrência, Marx escreveu em um de seus cadernos de resumos de 1851: Ricardo "abstrai aquilo que considera acidental. Outra coisa é expor o processo real, no qual aparecem como igualmente essenciais, de um lado, o que ele chama movimento acidental, mas que é algo constante e real, e, de outro, sua lei, a relação média" (*Grundrisse*, p. 803. Cf. *MEGA*, III, p. 530-531).
178. Portanto, diferentemente dos *Grundrisse*, em *O capital* a análise da "teoria da concorrência" limita-se à investigação "do movimento real dos preços de mercado" (e não dos preços de produção), assim como à consideração da luta concorrencial no mercado mundial. Ver *Das Kapital*, III, p. 132, 263, 814 e 885.
179. Cf. *Grundrisse*, p. 702: "Todas as suposições fixas se tornarão fluidas no curso da análise. Mas a análise só é possível porque, no início, elas foram fixas, sem que as coisas se confundissem."
180. "[...] O capital industrial, que é a forma fundamental da relação do capital, domina a sociedade burguesa. Todas as demais formas parecem ser derivadas ou secundárias; derivadas, como o capital que recebe juros; secundárias, quando o capital ocupa uma função particular (integrante do processo de circulação), como o capital comercial [...]" (*Theorien*, III, p. 460).
181. No capítulo XLVII do terceiro tomo, lemos: "É preciso compreender claramente onde está a dificuldade de examinar a renda da terra, do ponto de vista da economia moderna [...]. A dificuldade não está em explicar em geral o mais-produto engendrado pelo capital agrícola e a mais-valia correspondente a esse mais-produto. Ao contrário, esse problema está resolvido com a análise da mais-valia que todo capital produtivo gera, qualquer que seja o setor em que esteja investido. A dificuldade consiste em demonstrar de onde procede — em seguida ao nivelamento da mais-valia entre os diversos capitais para formar o lucro médio [...] e de aparentemente ter sido distribuída toda a mais-valia existente —, de onde procede, dizíamos, a parte ainda excedente dessa mais-valia que, sob a forma de renda, o capital investido no solo entrega ao grande proprietário de terras" (*Das Kapital*, III, p. 832).

APÊNDICE I

1. *Zur Kritik*, p. 60.
2. *Grundrisse*, p. 193-194.
3. "IV) O intercâmbio de uma parte do capital por capacidade viva de trabalho pode ser considerado como um momento particular, e deve ser considerado assim, pois o mercado de trabalho é regido por outras leis [...]. O momento IV corresponde à seção sobre o salário etc." (ibid., p. 420).
4. Ver nas *Theorien*: "Um aumento ou diminuição do salário pode decorrer de uma modificação na oferta e demanda de força de trabalho ou de um aumento ou diminuição temporários nos preços dos meios de subsistência ne-

cessários (em comparação com os bens supérfluos). Esta última mudança, por sua vez, pode decorrer da alteração nas condições de oferta e demanda da força de trabalho, o que produz um subseqüente aumento ou diminuição dos salários. Esses movimentos dos salários podem produzir aumento ou diminuição na taxa de lucro, mas isso tem tão pouco a ver com a lei geral de aumento ou diminuição da taxa de lucro quanto o aumento ou diminuição dos preços no mercado geral de mercadorias têm a ver com a determinação do valor destas últimas. Deve-se levar isso em conta no capítulo sobre o movimento real do salário" (citado segundo a edição das *Theorien* preparada por Kautsky, v. III, p. 371, na qual o difícil texto original de Marx foi modificado a bem da compreensão). Em *O capital*, esse problema aparece no capítulo XI do tomo III ("Efeitos das oscilações gerais do salário sobre os preços de produção").

5. *Theorien*, I, p. 13. Cf. *Grundrisse*, p. 702: "Por mais que o nível de trabalho necessário varie em diferentes épocas e em diferentes países [...], em uma dada época é preciso considerar esse nível como fixado pelo capital. Essas mudanças devem ser estudadas no capítulo que trata do trabalho assalariado."
6. Ibid., p. 329. No entanto, devemos observar que nos *Grundrisse* (e, em parte, também nas *Theorien*; cf., por exemplo, tomo I, p. 278, e tomo II, p. 220-221) Marx ainda tende a considerar idênticos o "salário economicamente justo" e o salário mínimo. Só mais tarde esta concepção errônea foi corrigida (cf. nota de Engels a Marx, *Elend der Philosophie*, p. 71). Por outro lado, tal como o demonstra uma comparação com o texto original das *Teorias*, ao qual hoje temos acesso, Kautsky, primeiro editor da obra, seguramente para não deixar expostas as "fraquezas" de Marx, eliminou todas as passagens em que Marx fala de um "salário mínimo", substituindo-as por emendas (as duas passagens citadas da edição preparada por Kautsky, I, p. 73, e II/1, p. 80, permaneceram provavelmente por erro).
7. Esses métodos, como se sabe, ainda são brutalmente empregados nas regiões "subdesenvolvidas" do capitalismo (como América Central e do Sul, Ásia e África).
8. *Grundrisse*, p. 329.
9. Eis algumas passagens dos *Grundrisse*: "A própria jornada de trabalho não reconhece limites no dia natural; pode ser prolongada até altas horas da noite; isso deve aparecer no capítulo sobre o salário" (ibid., p. 241). Ou então: "Aquele [o mais-trabalho] também pode ser produzido — embora citemos isso de maneira incidental aqui, pois deve entrar no capítulo sobre o salário — mediante um brutal prolongamento da jornada de trabalho, para além de seus limites atuais; e mediante a incorporação de mulheres e crianças à população trabalhadora" (ibid., p. 302).
10. Marx acrescenta: "Desenvolver essa parte no salário, mais adiante" (ibid., p. 368-369).

11. Ibid., p. 16.
12. "O sistema de pagamento por peças", lemos nos *Grundrisse*, "[...] é apenas outra forma de medir o tempo [...]; isso nada tem a ver com o tratamento da relação geral que nos interessa aqui" (ibid., p. 193).
13. "Na seção sobre o salário será necessário tratar da recente reivindicação [...] de conceder aos trabalhadores alguma participação nos lucros [...]" (ibid., p. 198-199).
14. "Como se regula o valor desses serviços, e como se determina esse valor pelas leis do salário, é um problema que nada tem a ver com a investigação sobre a presente relação [entre trabalho produtivo e improdutivo]; corresponde ao capítulo sobre o salário" (*Theorien*, I, p. 380).
15. Cf. p. 34 deste trabalho.
16. *Theorien*, III, p. 164-165.
17. Marx não retoma o problema do trabalho qualificado, que acabamos de mencionar, e a investigação sobre o "movimento real do salário"; este último seguramente pelo mesmo motivo que o fez desistir, em *O capital*, de investigar "o movimento real dos preços de mercado" (*Das Kapital*, III, p. 814).
18. Cf. carta de Marx a Engels, de 10 de fevereiro de 1866: "Não pude prosseguir com a parte teórica propriamente dita [do primeiro tomo]." (Logo antes, Marx fizera alusão à sua enfermidade.) "Meu cérebro estava enfraquecido demais para essa tarefa. Por isso, ampliei com observações históricas a seção sobre a jornada de trabalho, que estava fora de meu plano original" (*Briefwechsel*, III, p. 366).
19. Marx deve ter-se equivocado aqui (ou então sua letra foi decifrada erroneamente). Pois o tema mencionado não aparece no capítulo V, mas só no XVII do livro I. Lemos ali: "A forma salário [...] apaga os vestígios da divisão da jornada de trabalho entre trabalho necessário e mais-trabalho, trabalho pago e não pago. Tudo parece ser trabalho pago [...]. No trabalho escravo, até mesmo a parte da jornada na qual o escravo produz os meios de sua própria subsistência, na qual, portanto, trabalha para si mesmo, parece ser trabalho para seu senhor [...]. No caso do trabalho assalariado, ao contrário, até mesmo o mais-trabalho, não pago, aparece como pago. Naquele caso, a relação de propriedade esconde que, em parte, o escravo trabalha para si mesmo; neste, a relação monetária encobre o trabalho gratuito do assalariado" (*Das Kapital*, I, p. 565). Cf. *Das Kapital*, III, p. 51: "O modo de produção capitalista se diferencia daquele baseado na escravidão, entre outras coisas, pelo fato de que o valor, ou se for o caso o preço, da força de trabalho se apresenta como valor, ou se for o caso o preço, do próprio trabalho, ou seja, salário." Nesta passagem, Marx remete o leitor ao capítulo XVII do primeiro tomo.
20. *Briefwechsel*, III, p. 481.

APÊNDICE II

1. Citamos a *Antikritik* (que, como se sabe, foi editada como apêndice das edições posteriores de *A acumulação do capital*) conforme a edição de 1921.
2. *Antikritik*, p. 10, 67 e 33.
3. Seria preciso acrescentar: não só a acumulação de capital, mas também a circulação de capital em geral. Pois, "dentro do processo de circulação do capital industrial, no qual este atua como dinheiro ou como mercadoria, o ciclo do capital industrial cruza, seja como dinheiro, seja como mercadoria, com a circulação mercantil dos mais diversos modos sociais de produção, na medida em que estes produzem mercadorias" (*Das Kapital*, II, p. 105).
4. *Antikritik*, p. 23. Cf. a fundamentação detalhada desse raciocínio em Rosa Luxemburgo, *A acumulação do capital*, capítulos 25 e 26.
5. Cf. o capítulo 2 deste trabalho.
6. "O trabalho que o capital total de uma sociedade põe em movimento dia a dia pode ser considerado como uma jornada única de trabalho. Se, por exemplo, o número de trabalhadores é de um milhão e a jornada média de trabalho é de dez horas, a jornada de trabalho da sociedade atingirá dez milhões de horas. Dada certa duração dessa jornada (e dá no mesmo se seus limites foram traçados por motivos de natureza física ou social), a massa de mais-valia só pode aumentar se o número de trabalhadores (ou seja, a população trabalhadora) também aumenta. Aqui, o crescimento da população aparece como o limite matemático para a produção de mais-valia pelo capital social total. O contrário também é verdadeiro. Sendo dada a magnitude da população, esse limite é dado pelo prolongamento possível da jornada de trabalho" (*Das Kapital*, I, p. 322).
7. Cf. ibid., p. 595: "A ilusão gerada pela forma monetária desaparece logo que consideramos não o capitalista individual e o trabalhador individual, mas sim a classe capitalista e a classe trabalhadora. A classe capitalista entrega constantemente à classe trabalhadora, sob forma monetária, o correspondente a uma parte do produto criado por esta última e apropriado pela primeira. Também constantemente, o trabalhador devolve à classe capitalista esses pagamentos, obtendo desta a parte que lhe corresponde de seu próprio produto. A forma mercantil do produto e a forma monetária da mercadoria disfarçam a transação." Cf. também ibid., p. 601: "Do ponto de vista social, a classe operária é um acessório do capital também quando está fora do processo direto de trabalho, assim como o instrumento inanimado de trabalho."
8. Cf. capítulo anterior.
9. Trotsky explica isso muito bem em *A revolução permanente*: "O desenvolvimento capitalista — não no sentido das formas abstratas do segundo tomo de *O capital*, que conservam plena significação como uma etapa da análise, mas no sentido da realidade histórica — ocorreu mediante a ampliação sistemática de sua base, e não podia ocorrer de outro modo. No processo de sua evolução, e, conseqüentemente, na luta com suas contradições internas, todo

capitalismo nacional se volta, em medida sempre crescente, na direção do 'mercado externo', ou seja, do mercado mundial. A irresistível expansão gerada a partir das crises internas do capitalismo constitui uma força progressista, antes de tornar-se mortal para o capitalismo" (op. cit., 1965, p. 14).

10. Rosa Luxemburgo, *Die Akkumulation des Kapitals*, p. 313; *Antikritik*, p. 25.
11. *Die Akkumulation des Kapitals*, p. 302-303.
12. *Theorien*, I, p. 385. Cf. *Das Kapital*, III, p. 200: "Na teoria, pressupomos que as leis do modo capitalista de produção se desenvolvem em forma pura. Mas, na realidade, existe tão-somente uma aproximação; tal aproximação é tanto maior quanto mais desenvolvido estiver o modo capitalista de produção e quanto menos ele esteja contaminado pelos restos de situações econômicas anteriores."
13. *Grundrisse*, p. 252.
14. Ibid., p. 420.
15. Ibid., p. 353. A passagem citada se refere ao crédito, mas o que foi dito também pode ser aplicado ao processo de reprodução.
16. *Theorien*, II, p. 493. Em seu livro, Rosa Luxemburgo cita essa passagem textualmente (p. 302-303) sem que, ao fazê-lo, preste atenção ao que nela há de mais importante: a distinção que Marx faz entre a "natureza geral do capital" e as "condições reais".
17. *Theorien*, II, p. 513.
18. Cf. nota 132 do capítulo 2.
19. Sabemos que no esboço do plano de 1859 (*Grundrisse*, p. 978) essas palavras designavam a parte da obra cujo conteúdo corresponde ao que viria a ser o terceiro tomo de *O capital*.
20. Deveria dizer "seção" ou "livro".
21. *Theorien*, II, p. 513-514. Nessa passagem, o próprio Marx assinala a relação existente entre o que diz sobre as crises no terceiro tomo de *O capital* e os esquemas da reprodução do segundo tomo. Com isso, fica liquidada a aparente contradição entre o segundo e o terceiro tomos, tal como apontada por Rosa Luxemburgo.
22. Ibid., II, p. 510-511.
23. Ibid., II, p. 529.
24. "Excluo aqui Sismondi de meu panorama histórico, pois a crítica a seus pontos de vista envolve uma temática que só posso tratar depois desta obra: o movimento real do capital (concorrência e crédito)" (ibid., III, p. 48).
25. Ibid., II, p. 515.
26. N. Bukharin, "Der Imperialismus und die Akkumulation des Kapitals", em *Unter dem Banner des Marxismus*, ano I, v. 1, p. 21.
27. É significativo que as observações metodológicas que acabamos de citar, e que se encontram no segundo tomo das *Teorias*, jamais tenham chamado a atenção nem de Rosa Luxemburgo nem de seus críticos.
28. V. I. Lenin, *Aus dem philosophischen Nachlass*, p. 99.

CAPÍTULO 3

1. *Grundrisse*, p. 179.
2. Ibid., p. 540.
3. Ibid., p. 226-227.
4. Rudolf Hilferding, "Böhm-Bawerks Marx-Kritik", in *Marx-Studien*, 1904, p. 9.
5. *Zur Kritik*, p. 20.
6. Isso também chamou a atenção de Eduard Bernstein. Em artigo publicado em *Dokumenten des Sozialismus* (1904, v. 4, p. 154-157), Bernstein fustiga o trabalho de Hilferding, destacando a diferença entre a concepção deste e a de Marx nessa questão. Ele diz: "Marx não é tão audacioso, a ponto de expulsar totalmente o valor de uso da economia política." Ao fazê-lo, Hilferding "tropeça, despencando de sua alta posição de intérprete de Marx e mergulhando consideravelmente abaixo dos professores universitários, que ele mesmo tanto desdenha". Tais ironias não podem esconder o fato de que o próprio Bernstein não sabe o que fazer com a divergência que menciona, buscando resolvê-la aproximando a teoria marxista e os economistas da "escola psicológica". A resposta de Hilferding em *Die Neue Zeit* (1904, n. 4, p. 110-111) foi frágil: "O valor de uso só pode ser considerado uma categoria social quando se converteu em finalidade consciente da sociedade, em objeto consciente de sua ação social, e só por esta razão. Isso ocorre na sociedade socialista, cuja direção coloca conscientemente o problema da produção de valores de uso; isso não ocorre na sociedade capitalista [...]. Mas, se na sociedade socialista se pode considerar o valor de uso como uma categoria social, tampouco nesse caso ele é uma categoria econômica ou objeto de uma análise afeita à teoria econômica, pois a relação de produção conscientemente regulada não necessita desse tipo de análise."
7. Paul M. Sweezy, op. cit., p. 36.
8. No extremo oposto está o filósofo Herbert Marcuse, para quem "quando Marx declara que o valor de uso está fora do alcance da teoria econômica, ele descreve a situação real da economia política clássica. Sua própria análise começa por aceitar e explicar o fato de que, no capitalismo, o valor de uso aparece apenas como 'substrato material do valor de troca' (*Das Kapital*, I, p. 40). Sua crítica refuta desde o princípio o tratamento capitalista sobre o valor de uso e se fixa em uma economia na qual essa relação fica completamente abolida" (Herbert Marcuse, *Reason and Revolution*, 1941, p. 304, nota 95). O caráter arbitrário dessa interpretação salta à vista. Em primeiro lugar, a citada passagem da *Contribuição à crítica* não trata da economia política clássica, mas da economia política *tout court*. Em segundo lugar, Marx nunca disse que no capitalismo os valores de uso são apenas o "substrato material do valor de troca"; disse que são "ao mesmo tempo" esse substrato (*Das Kapital*, I, p. 40), e essas são duas afirmações muito diferentes. Por fim, Marx nunca assumiu para si a missão de refutar o "tratamento capitalista so-

bre o valor de uso", mas sim de explicar cientificamente um fato peculiar da produção mercantil capitalista (e da produção de mercadorias em geral): nelas, para poder satisfazer necessidades humanas, os valores de uso devem se impor, em primeiro lugar, como valores de troca.

9. Último trabalho econômico de Marx, reproduzido na edição soviética de *O capital* de 1932. Sweezy cita esse trabalho na p. 386 de seu livro.
10. Cf. *Das Kapital*, I, p. 40, e *Zur Kritik*, p. 20, nota 2.
11. Seguramente queria dizer: "na medida em que é produto do trabalho".
12. *Das Kapital*, I, p. 45.
13. Naturalmente, Marx está pensando na economia de Smith e Ricardo.
14. *Das Kapital*, I, p. 847-849.
15. Descrição feita por J. J. Kaufmann do método de investigação de Marx, citada pelo próprio Marx no posfácio à segunda edição do primeiro tomo de *O capital*.
16. *Das Kapital*, III, p. 288-289.
17. Ibid., I, p. 81.
18. *Grundrisse*, p. 7. Por exemplo: "Nenhuma sociedade pode produzir sem cessar, isto é, reproduzir-se, sem reconverter continuamente uma parte [constantemente crescente] de seus produtos em meios de produção ou elementos da nova produção" (*Das Kapital*, I, p. 593). Por isso, e com essa finalidade, deve manter determinadas proporções entre o crescimento das indústrias produtivas e o da produção de bens de consumo (setores I e II dos esquemas de reprodução de Marx), acumular reservas etc. Por outro lado, os integrantes de qualquer sociedade devem produzir certa quantidade de mais-trabalho para "dispor de um fundo de desenvolvimento, exigido pelo aumento da população" (*Theorien*, I, p. 79). "Se o salário e a mais-valia, de um lado, o trabalho necessário e o mais-trabalho, de outro, são esvaziados do caráter especificamente capitalista, essas formas econômicas desaparecem, restando apenas seu substrato, que é comum a todos os modos sociais de produção" (*Das Kapital*, III, p. 932-933). Por último: "Nenhuma sociedade pode impedir que, de um modo ou de outro, o tempo de trabalho de que ela dispõe regule a produção" (*Briefwechsel*, IV, p. 9-10). Por isso, também no socialismo esse substrato material da determinação do valor terá grande importância (*Das Kapital*, III, p. 907).
19. *Grundrisse*, p. 9.
20. Ibid., p. 7.
21. *Das Kapital*, III, p. 940.
22. Cf. Georg Wilhelm Friedrich Hegel, *Wissenschaft der Logik*, II, p. 71: "A matéria, o determinado como indiferente, é o elemento passivo, enquanto a forma é o ativo [...]. A matéria [...] deve ser conformada, e a forma deve materializar-se, realizar sua identidade na matéria, fazer dela seu hábitat."
23. Carta de Marx a Kugelmann de 11 de julho de 1868 (*Ausg. Briefe*, p. 241-242).

24. Em outro contexto, em seus *Ensaios sobre a teoria marxista do valor*, o renomado economista russo Isaak Ilich Rubin escreveu: "Não podemos esquecer que, no tocante à relação entre conteúdo e forma, Marx adotou o ponto de vista de Hegel, e não o de Kant. Este último considerava a forma como algo externo em relação ao conteúdo, como algo que adere 'de fora' ao conteúdo. Do ponto de vista da filosofia de Hegel, o conteúdo não é, em si, algo ao qual a forma adere 'de fora'. Ao contrário: através de seu desenvolvimento, o próprio conteúdo dá origem à forma que já estava latente nele. A forma surge do próprio conteúdo." Como se vê, também neste aspecto não é possível tornar compatíveis as metodologias de Marx e de Kant.
25. Marx se refere à seguinte frase de Rossi: "Se compramos de um alfaiate um casaco totalmente pronto, ou se fazemos um operário (que recebe material de trabalho e um salário) confeccioná-lo, ambos os casos, em seus resultados, são iguais."
26. *Theorien*, I, p. 268.
27. Ibid., III, p. 416-417. Cf. *Grundrisse*, p. 9.
28. *Theorien*, I, p. 64, assim como *Das Kapital*, I, p. 568, e III, p. 355.
29. "O que distingue Jones dos demais economistas, talvez com exceção de Sismondi, é que ele ressalta como essencial a determinação formal do capital, reduzindo a diferença entre o modo de produção capitalista e outros modos de produção a essa determinação formal" (*Theorien*, III, p. 416).
30. *Grundrisse*, p. 736. Cf. esta outra passagem, ibid., p. 763: "A primeira categoria sob a qual a riqueza burguesa se apresenta é a da *mercadoria*. A própria mercadoria aparece como unidade de duas determinações. É valor de uso, ou seja, objeto de satisfação para um sistema qualquer de necessidades humanas. Neste seu aspecto material, pode ser comum às épocas de produção mais díspares e sua análise fica além da economia política. O valor de uso penetra na esfera desta disciplina quando as modernas relações de produção o modificam ou então quando ele intervém nelas, modificando-as."
31. Em francês no original: "*au fond*".
32. Ibid., p. 167.
33. Ibid., p. 152-153.
34. Ibid., p. 154.
35. Ibid., p. 763.
36. Ibid., p. 178.
37. "Se, em suma, examinamos a relação social dos indivíduos nos marcos do processo econômico, deveremos nos ater simplesmente às determinações formais desse próprio processo" (ibid., p. 914).
38. Em inglês no original: "*f.i.* = *for instance*".
39. No original, "*capital fixe y circulant*".
40. Ibid., p. 540.
41. Ibid., p. 178-179.
42. Ibid., p. 540 e 179.
43. Ibid., p. 90.

44. "[...] valor de uso formal [do dinheiro], não relacionado a nenhuma necessidade individual real" (*Zur Kritik*, p. 90).
45. Ibid., p. 44.
46. *Grundrisse*, p. 559.
47. Ibid., p. 163.
48. No original, "indivíduo A".
49. Ibid., p. 185.
50. Ibid., p. 944.
51. Ibid., p. 185-186 e 218.
52. Ricardo, "quando trata do trabalhador, considera o produto do trabalho só como valor de uso: só a parte do produto que o trabalhador necessita para poder viver como trabalhador. Mas, para ele, não é claro por que, no intercâmbio, o trabalhador só representa valor de uso ou por que só extrai valor de uso do intercâmbio" (ibid., p. 449).
53. Cf. especialmente os capítulos V, XII e XIII do segundo tomo de *O capital*.
54. *Grundrisse*, p. 577. Cf. *Das Kapital*, II, p. 161.
55. *Grundrisse*, p. 583.
56. Nesse contexto, caberia assinalar a existência de meios de trabalho, como construções fabris, estradas de ferro, pontes, túneis, diques etc., que operam como "capital enraizado na terra" (ibid., p. 578). A circunstância de que meios de trabalho desse tipo "estejam fixados em um lugar, estejam enraizados na terra, confere a essa parte do capital fixo um papel próprio na economia das nações. Eles não podem ser enviados para o exterior, não podem circular como mercadorias no mercado mundial. Os títulos de propriedade sobre esse capital fixo podem trocar de mãos, eles podem ser comprados e vendidos; assim, podem entrar, de forma ideal, no processo de circulação. Tais títulos podem circular até mesmo em mercados estrangeiros, por exemplo na forma de ações. Mas a proporção existente em um país entre a parte imóvel, materialmente fixada, e a parte móvel da riqueza não se altera ao se alterarem as pessoas, os proprietários desse tipo de capital fixo" (*Das Kapital*, II, p. 156-157).
57. Ibid., p. 354.
58. Ou seja, que leva em conta a forma do processo.
59. *Das Kapital*, II, p. 397. Ao não levarem em conta esse postulado metodológico, os conhecidos esquemas da reprodução de Tugan-Baranovski e de Otto Bauer fracassam.
60. Cf. *Das Kapital*, II, p. 415.
61. *Theorien*, III, p. 248. Em outra passagem da mesma obra, Marx investiga "a possibilidade de conversão direta de uma parte da mais-valia em capital constante", sem ser antes alienado. Ele escreve: "Nos distritos industriais há construtores de máquinas que constroem fábricas inteiras para os industriais. Suponhamos que a décima parte de sua produção seja formada de mais-valia, ou trabalho não pago. O problema não se modifica se essa décima parte de mais-valia aparece em uma fábrica construída para terceiros e vendida a

eles ou em uma fábrica que o produtor constrói para si mesmo. Trata-se aqui somente do tipo de valor de uso no qual o mais-trabalho se expressa, e se pode voltar a ingressar, como meio de produção, na esfera da produção do capitalista que controla o mais-produto. Aqui, temos mais um exemplo da importância da determinação do valor de uso para as determinações formais da economia" (*Theorien*, II, p. 489).

62. *Das Kapital*, III, p. 140.
63. Ibid., p. 127. Outro exemplo aparece no desenvolvimento desigual de diferentes esferas da produção na economia capitalista. Podemos ler no terceiro tomo: "O fato de que o desenvolvimento da força produtiva nos diversos ramos da indústria conduza não só a diferentes proporções, mas freqüentemente opere em sentido oposto, tem origem não só na anarquia da concorrência e no caráter peculiar do modo burguês de produção. A produtividade do trabalho também tem relação com condições naturais. Rendimentos menores podem ser obtidos na mesma proporção em que a produtividade — que depende de condições sociais — aumenta. Produzem-se pois movimentos em sentidos opostos nessas diferentes esferas, com progresso em um caso e retrocesso em outro. Imagine-se, por exemplo, a simples influência das estações, de que depende grande parte das matérias-primas, o esgotamento de florestas, jazidas de carvão, minas de ferro etc." (ibid., p. 289).
64. Henryk Grossmann, *Das Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*, p. 326-328.
65. Cf. também *Das Kapital*, I, p. 634-635.
66. "Se estão disponíveis elementos de produção em maior número (mesmo que sejam de igual valor), então a escala técnica da produção pode ser ampliada; nesse caso, com igual magnitude no valor do capital também se pode abrigar maior número de trabalhadores no processo de produção, os quais, por sua vez, no próximo ciclo produtivo, produzirão maior valor" (Henryk Grossmann, op. cit., p. 330).
67. *Das Kapital*, III, p. 276-277.
68. Cf. nota 169 do capítulo 2.
69. *Das Kapital*, I, p. 43-44.
70. Ibid., p. 112.
71. Prefácio a *Elend der Philosophie*, de Marx, p. 35.
72. Cf. os comentários à literatura sobre o tema no instrutivo estudo de T. Grigorovici, *Die Wertlehre bei Marx und Lassalle. Beitrag zur Geschichte eines wissenschaftlichen Missverständnisses*, 1908. Cf. também K. Diehl, *Sozialökonomische Erläuterungen zu David Ricardos Grundgesetzen...*, 1905, I, p. 125-128.
73. *Das Kapital*, III, p. 210. O mesmo raciocínio aparece também nos *Grundrisse*, p. 308-310. Sobre isso, ver o capítulo 21 deste trabalho.
74. *Das Kapital*, III, p. 207.
75. *Theorien*, II, p. 202.
76. *Das Kapital*, III, p. 210-211.

77. Ibid., p. 213.
78. Ibid., p. 211.
79. *Theorien*, II, p. 270.
80. Ibid., p. 269.
81. Cf. ibid., p. 266: "Esse valor de mercado nunca pode ser maior que o valor individual do produto do segmento menos produtivo [das minas de carvão]. Se fosse maior, isso demonstraria que o preço de mercado está acima do valor de mercado. Mas o valor de mercado deve representar o valor real."
82. T. Grigorovici, op. cit., p. 37.
83. *Das Kapital*, III, p. 211.
84. Não se deve esquecer que, como disse Engels, o manuscrito do terceiro tomo constitui apenas um "primeiro esboço, cheio de lacunas".
85. *Das Kapital*, III, p. 685-868. Cf. *Theorien*, I, p. 202-203.
86. Ver seu tratamento à *Contribuição à crítica da economia política de Marx* (1859), em *Ausgewählte Schriften*, I, p. 373.

PARTE II

NOTA PRELIMINAR

1. Nas partes correspondentes deste trabalho assinalaremos exemplos desse tipo.
2. Como é natural, essa teoria já está implícita nos *Grundrisse*, já que todo o desenvolvimento do livro está baseado na teoria marxiana do valor. Também aqui se revela quanta razão tinha Marx quando escrevia a Kugelmann em 11 de julho de 1868: "O infeliz [Marx refere-se ao autor da resenha sobre o primeiro tomo de *O capital*, publicada em *Centralblatt*] não vê que, embora em meu livro não houvesse nenhum capítulo sobre o valor, a análise das relações que ofereço conteria a prova e a verificação da real situação do valor." *Ausgewählte Briefe*, p. 241.
3. Ver o fragmento do texto original da *Contribuição à crítica* publicado nos *Grundrisse*. A nosso ver, além das p. 871-901, também fazem parte dele as p. 666-669, 675-701 e 745-762. Todavia, falta aqui o começo do capítulo sobre o dinheiro.

CAPÍTULO 4

1. Cf. *Zur Kritik*, p. 83-87.
2. Cf. *Das Kapital*, I, notas 24 (p. 74), 40 (p. 93) e 50 (p. 99-100).
3. No original, "só *sovereign*".
4. Em inglês no original: "*say*".
5. *Grundrisse*, p. 53-54.
6. No original, aparece a frase em inglês: "*But, unfortunately, there arise some small scruples.*"

7. Em francês no original: "*d'abord*".
8. *Grundrisse*, p. 54-55.
9. Cf. em *Elend der Philosophie*, p. 96-98, a polêmica de Marx contra o dinheiro-trabalho que havia sido proposto pelo socialista inglês Bray.
10. Evidentemente, os proudhonianos, conforme podemos ler nos *Grundrisse*, "só vêem aquele aspecto que aparece nas crises, ou seja, o aumento de preço do ouro e da prata em relação a quase todas as outras mercadorias; não levam em conta o outro aspecto, a depreciação do ouro e da prata, ou do dinheiro, em relação a outras mercadorias (à exceção, talvez, mas nem sempre, do trabalho) nos chamados períodos de prosperidade, ou seja, em períodos de uma temporária elevação geral dos preços. Já que essa depreciação do dinheiro metálico [...] precede sempre um aumento de preço, eles deveriam ter colocado o problema de maneira inversa: como prevenir o retorno periódico da depreciação do dinheiro (ou, para usar a linguagem deles, como abolir os privilégios das mercadorias diante do dinheiro). Com esta formulação, o problema da eliminação da alta e da baixa de preços teria sido imediatamente resolvido. [Em troca], com esta [nova formulação o que se faz é] abolir o valor de troca. Assim, este problema [leva a abolir] a troca em suas formas correspondentes à organização burguesa da sociedade. [E] este último problema [leva a] revolucionar economicamente a sociedade burguesa. Teria ficado claro, desde o começo, que os males da sociedade burguesa não podem ser remediados através de 'transformações' bancárias ou através da criação de um 'sistema monetário' racional" (*Grundrisse*, p. 53).
11. Marx acrescenta: "Esta realidade não tem apenas importância teórica; constitui também a base da especulação comercial, cujos cálculos decorrem tanto dos preços médios centrais, considerados centros de oscilação, como das altas e baixas médias da oscilação para acima ou para baixo desse centro" (ibid., p. 56).
12. O conceito de "valor de mercado" tem aqui um significado diferente daquele que aparece no terceiro tomo de *O capital* (cf. p. 88-90 deste trabalho): é idêntico ao preço de mercado.
13. Marx observa aqui: "Hegel diria: não através de uma identidade abstrata, mas através de uma permanente negação da negação, ou seja, de si mesmo como negação do valor real."
14. Em inglês no original: "*up and down*".
15. *Grundrisse*, p. 55-58.
16. Cf. ibid., p. 132: "No dinheiro, a riqueza universal não é apenas uma forma, mas ao mesmo tempo o próprio conteúdo. O conceito de riqueza é, por assim dizer, realizado, individualizado em um objeto particular."
17. Pois, em todo dinheiro, "a relação de troca se fixa como um poder externo aos produtores e independente deles" (ibid., p. 65).
18. Ibid., p. 58-59.
19. Ibid., p. 57. Cf. ibid., p. 46: "Suprima-se o privilégio do ouro e da prata, degradando-os ao nível de todas as outras mercadorias: eis o que exige Da-

rimon em última instância. Então não teríamos mais o mal específico do dinheiro-ouro e do dinheiro-prata, ou das cédulas conversíveis em ouro ou prata. Teríamos eliminado o mal definitivamente. Ou também: que se estenda a todas as mercadorias o monopólio que agora só o ouro e a prata possuem. Deixem que o papa continue existindo, mas façam, de cada um, um papa."

20. *Zur Kritik*, p. 87.
21. *Grundrisse*, p. 64-65.
22. Em inglês no original: "*proportionate production*".
23. Em inglês no original: "*tickets*".
24. *Grundrisse*, p. 71. Cf. *Das Kapital*, I, p. 100, nota 50: "Anotemos aqui que o "dinheiro-trabalho" de Owen, por exemplo, está tão longe de ser dinheiro quanto, por exemplo, uma entrada de teatro. Owen pressupõe o trabalho diretamente socializado, uma forma de produção frontalmente contraposta à produção de mercadorias. O certificado de trabalho apenas verifica a participação individual do produtor no trabalho comum e seu direito individual à parte do produto comum destinada ao consumo. Mas não ocorre a Owen admitir como pressuposto a produção de mercadorias e, todavia, querer contornar suas condições necessárias por meio de artifícios monetários" (tais como os que propunham os proudhonianos).
25. Em seu "valor constituído" e em seu dinheiro-trabalho, Rodbertus também pressupõe "um cálculo, equilíbrio e fixação corretos das quantidades de trabalho contidas nos produtos a serem intercambiados" (Rodbertus, *Schriften*, II, p. 65).
26. No sentido de "social".
27. Em inglês no original: "*board*".
28. *Grundrisse*, p. 72-73.
29. Ibid., p. 42.
30. Cf. a opinião semelhante, de Marx, sobre a teoria dos juros de Proudhon. Marx escreveu a Schweitzer em 24 de janeiro de 1865: "O fato de que, sob circunstâncias econômicas e políticas determinadas, o crédito possa servir para acelerar a emancipação da classe trabalhadora — tal como, por exemplo, no começo do século XVIII e depois novamente no século XIX na Inglaterra, contribuiu para transferir a fortuna de uma classe a outra — é coisa óbvia, sobre a qual não cabe dúvida. Porém, considerar o capital que rende juros como a forma principal do capital, pretender converter uma aplicação especial do sistema de crédito — a pretensa abolição do juro — em base da transformação social, é apenas uma fantasia pequeno-burguesa" (*Ausgewählte Briefe*, p. 186). No capítulo 27, parágrafo 4, tratamos da teoria dos juros de Proudhon.
31. *Grundrisse*, p. 152.
32. Não desenvolvemos aqui a crítica de Marx à teoria da crise de Proudhon.

CAPÍTULO 5

1. *Das Kapital*, I, p. 98.
2. Nos seus primeiros manuscritos econômicos de 1844 (*MEGA*, III, p. 532), bem como em *Elend der Philosophie* (p. 101), Marx destaca o fato de que "o dinheiro é a verdadeira existência do valor como tal". Por isso, intercâmbio "teve de individualizar o valor de troca mediante a criação de um meio de troca particular". Porém, só nos *Grundrisse* ele desenvolveu e fundamentou em detalhes esse raciocínio.
3. *Grundrisse*, p. 85.
4. *Das Kapital*, I, p. 47.
5. *Grundrisse*, p. 85.
6. *Zur Kritik*, p. 38 e 41-42.
7. A "objetividade do valor [da mercadoria] é puramente social" (*Das Kapital*, I, p. 52). Desse fato, porém, não se deduz que ele não possua uma existência material, independente da consciência e da vontade dos homens. Nas *Teorias* podemos ler: "As mesmas circunstâncias independentes da consciência, apesar de atuarem sobre ela, e que obrigam os produtores a vender seus produtos como mercadorias [...] conferem aos produtos, também em sua consciência, um valor de troca independente do valor de uso. Sua consciência não necessita saber disso. Pode não reconhecer como na realidade se determina o valor de suas mercadorias ou seus produtos se tornam valores. [Os homens] foram colocados em uma relação que determina sua consciência, sem que necessitem saber disso. Qualquer um pode precisar de dinheiro sem saber o que é o dinheiro. As categorias econômicas aparecem invertidas na consciência" (*Theorien*, III, p. 163).
8. Nos *Grundrisse* (e, como acabamos de ver, também nas *Theorien*), Marx emprega com muita freqüência a expressão "valor de troca" em lugares onde deveria usar simplesmente "valor". Aqui, também vale o que ele diz no primeiro tomo de *O capital*: "No começo deste capítulo, usando a terminologia em voga, dissemos que a mercadoria é valor de uso e valor de troca. Porém, se buscarmos maior precisão, a afirmação é falsa. A mercadoria é valor de uso, ou objeto voltado para o uso, e 'valor'. Apresenta-se como esse ser de dupla face (que é) quando seu valor possui uma forma própria de manifestação — a de valor de troca —, diferente de sua forma natural. Porém, considerada isoladamente, nunca possui aquela forma: isso só ocorre na relação de valor ou de intercâmbio com uma segunda mercadoria, de tipo diferente. Desde que isso seja claro, o modo de expressão que usamos não cria problemas e serve para simplificar" (*Das Kapital*, I, p. 65-66).
9. *Grundrisse*, p. 59-60. Cf. *Briefwechsel*, II, p. 384: "A categoria dinheiro surge da contradição entre as características gerais do valor e sua existência material confinada em uma mercadoria específica etc.; essas características gerais são as mesmas que aparecem no dinheiro."
10. *Grundrisse*, p. 63.

11. Não se deve confundir essa "medida imanente dos valores" com o que se convencionou chamar "medida inalterável dos valores", buscada em vão por alguns clássicos. Marx demonstrou que a mercadoria que serve como padrão externo do valor deve ter, ela mesma, um valor passível de modificar-se, pois "só como materialização do tempo de trabalho pode converter-se no equivalente de outras mercadorias. Mas, com a alteração das forças produtivas do trabalho, esse tempo de trabalho se traduz em um volume desigual dos mesmos valores de uso" (*Zur Kritik*, p. 65; *Theorien*, III, p. 130-131).
12. Sobre a categoria da "mediação", tomada de Hegel, ver G. Lukács, op. cit., p. 178-179.
13. *Grundrisse*, p. 61 e 62.
14. Ver *Das Kapital*, I, p. 62.
15. *Grundrisse*, p. 63.
16. Ver a carta de Marx a Engels datada de 1º de fevereiro de 1858, na qual ele se refere ao livro de Lassalle sobre Heráclito (*Briefwechsel*, II, p. 352). Ver G. W. F. Hegel, *Philosophie des Rechts* [Filosofia do direito]: "Se considerarmos o conceito de valor, chegaremos à conclusão que a própria coisa só é considerada como um signo; não conta como sendo ela mesma, mas sim como o que vale" (citado em *Das Kapital*, I, p. 97).
17. F. Lassalle, *Die Philosophie Herakleitos des Dunklen von Ephesos*, 1858, I, p. 224. Citado segundo Lenin em *Aus dem philosophischen Nachlas*, p. 270. Uma página antes, Lenin escreve: "Lassalle fala aqui sobre o valor [...], tratando-o de maneira hegeliana (como uma 'unidade abstrata que se liberta') e acrescentando: '[...] O fato de que essa unidade, o dinheiro, não é algo real, mas somente algo *ideal* [grifos de Lassalle], se revela em que' etc. [...]." Lenin anota na margem: "Incorreto (o idealismo de Lassalle)."
18. *Grundrisse*, p. 63.
19. Ibid., p. 84, 126 etc.
20. Cf. ibid., p. 84: "Como a mercadoria torna-se valor de troca geral, o valor de troca torna-se uma mercadoria particular: isso se deve ao fato de que uma mercadoria específica recebe o privilégio de representar, de simbolizar o valor de troca das demais, ou seja, o privilégio de converter-se em dinheiro." (Aqui, o erro está em equiparar os conceitos de "representar" e "simbolizar".)
21. Cf. a seguinte passagem, na qual Marx (polemizando consigo mesmo, por assim dizer) observa: "O dinheiro não é um símbolo, tal como não o é a existência de um valor de uso como mercadoria. Que uma relação social de produção se apresente como um objeto existente fora dos indivíduos, e que as relações específicas que eles estabelecem no processo de produção de sua vida social se apresentem como propriedades de um objeto, trata-se de uma reversão e uma mistificação não imaginária, mas sim prosaicamente real, que caracteriza todas as formas sociais do trabalho que fixa o valor de troca. No dinheiro, porém, isso aparece de forma mais nítida que na mercadoria" (*Zur Kritik*, p. 45). Ver também a observação polêmica em *Das Kapital*, I, p. 110,

segundo a qual Lassalle "concebe erroneamente o ouro como mero signo do valor", assim como as p. 96-97.

22. *Grundrisse*, p. 69. A necessidade dessa "correção" levou Marx, entre outras coisas, a iniciar a *Contribuição à crítica* com a análise da mercadoria, e não do valor, como havia pensado originalmente (no plano de 2 de abril de 1858). Cf. a anotação de Marx na p. 76 do livro de Kaufmann, *Teoria das flutuações dos preços* (em russo): "O erro é, em geral, partir do valor como uma categoria suprema, em lugar de partir do concreto, da mercadoria [...]. *Yes, but not the single man, and not as an abstract being* [Sim, mas não o homem isolado, e não como um ser abstrato]. [...] O erro é partir do homem como sujeito pensante, e não atuante [...]" (*Karl Marx Album*, 1953, p. 115).
23. *Ausg. Schriften*, I, p. 348.
24. Adam Smith, *An Inquiry into de Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Nova York, 1937, p. 13.
25. Ibid., p. 15. Cf. *MEGA*, III, p. 458.
26. *MEGA*, III, p. 543. A última frase deve ser entendida no sentido de que também no intercâmbio real de bens (na medida em que é um intercâmbio de equivalentes) cada um dos agentes da troca recebe, como contrapartida por seu próprio bem, apenas o que corresponde ao produto de seu próprio trabalho.
27. Integra o conceito de troca a idéia de que cada um dos que dela participam ceda seu produto e adquira o que está na posse do outro; "todavia, essa relação de independência recíproca não existe para os membros de uma comunidade primitiva". Só muito adiante, "quando os objetos [...] se tornaram mercadorias na relação com outras comunidades convertem-se também, retroativamente, em mercadorias na vida comunitária interna" (*Das Kapital*, I, p. 98).
28. *Zur Kritik*, p. 46.
29. Ibid., p. 47.
30. *Das Kapital*, I, p. 94.
31. "Os povos nômades são os primeiros a desenvolver a forma-dinheiro, porque todos os seus pertences são móveis e adquirem a forma de bens diretamente alienáveis, e porque seu modo de vida os coloca continuamente em contato com comunidades diferentes das suas, impelindo-os ao intercâmbio de produtos" (ibid., p. 94-95). Em seus comentários, muito posteriores, do célebre livro de Lewis H. Morgan (sobre a "sociedade primitiva"), Marx destaca o conceito, emprestado de Morgan, segundo o qual "a posse de animais domésticos — suscetíveis de reprodução ilimitada — deu ao espírito humano a primeira idéia de riqueza" (cf. Karl Marx, *Konspekt knigi L. H. Morgana "Drevneie abschestvo"*, Moscou, 1941, p. 52).
32. *Grundrisse*, p. 83: "Ao mesmo tempo [os metais] constituem a superação natural da primeira forma de moeda. Em um estágio um pouco mais elevado da produção e das trocas, o instrumento de produção supera os produtos; os

metais (primeiro as pedras) são os primeiros instrumentos de produção e os mais indispensáveis. O cobre, que desempenhou um papel tão importante na moeda dos antigos, ainda reúne os dois caracteres, o valor de uso particular como instrumento de produção e as outras propriedades, que não decorrem do valor de uso da mercadoria, mas correspondem à sua determinação como valor de troca" (ibid., p. 83).

33. V. I. Lenin, op. cit., p. 249-250.
34. "A isso se acrescenta em Marx sua perversa tendência a projetar, à moda hegeliana, contradições lógicas para dentro dos próprios objetos. A formação dos preços, tal como ocorre no interior da economia capitalista, estaria em contradição com a lei do valor. Por que não? Se a ordem capitalista está recheada e atravessada por contradições de todo tipo... Marx não se sentia desconfortável ao colocar mais uma contradição na conta do capitalismo" (Ladislaus von Bortkiewicz, "Wertrechnung und Preisrechnung im Marxschen System", em *Archiv für Sozialwissenschaft und Politik*, 1906, julho, p. 4).
35. Cf. *Das Kapital*, III, p. 937-938: "Na base da produção capitalista, o caráter social da produção aparece para a massa dos produtores diretos sob a forma de uma autoridade rigorosamente reguladora e de um mecanismo social que articula o processo de trabalho em uma hierarquia completa [...]. Mas, entre os detentores dessa autoridade — os próprios capitalistas, que só se enfrentam como possuidores de mercadorias — reina a mais completa anarquia, na qual a conexão social da produção só se impõe como irresistível lei natural à arbitrariedade individual." O que ocorre, porém, no caso dos poderosos monopólios modernos? E as tendências "estatizantes" na economia atual? São aspectos que Marx não podia analisar, pois ainda não existiam em 1864-1865. Não são uma prova de que o capital superou, ou está a ponto de superar, a anarquia da produção? Os que dizem isso vão longe demais: um capitalismo que estivesse realmente em condições de eliminar a concorrência e a anarquia da produção eliminaria a si mesmo no mesmo processo. Esquecem que "a repulsão recíproca dos capitais" é parte do conceito de capital e que, portanto, "um capital universal, um capital que não tenha diante de si outros capitais com os quais deve interagir [...] é uma quimera" (*Grundrisse*, p. 324). Podemos ler em outra passagem dos *Grundrisse*: "A autonomização do mercado mundial [...] aumenta com o desenvolvimento das relações monetárias [...] e, vice-versa, a conexão e a dependência de todos na produção e no consumo se desenvolvem em paralelo à independência e à indiferença recíproca dos consumidores e dos produtores. Dado que essa contradição conduz à crise etc., tenta-se suprimir essa alienação na medida em que ela se desenvolve." Mas a verdadeira significação histórica dessas tentativas está em outro lugar: "Embora, sobre a base dada, todos esses procedimentos não suprimam a alienação, eles propiciam relações e ligações que carregam consigo a possibilidade de suprimir a velha situação", ou seja, o capitalismo (ibid., p. 78-79).

36. Karl Marx, *Lohnarbeit und Kapital, Ausg. Schriften*, I, p. 75.
37. Rudolf Hilferding, *Das Finanzkapital*, primeira edição, p. 8.
38. Ibid., p. 3-4 e 6.
39. Isso foi desconsiderado por Ricardo e pela maior parte dos divulgadores da teoria de Marx.
40. "Exatamente por não ser possível essa representação imediata, deve-se produzir uma mediação", ou seja, a formação do dinheiro.
41. *Theorien*, III, p. 132-133.
42. *Zur Kritik*, p. 25 e 27.
43. *Zur Kritik*, p. 26-27.
44. Cf. o capítulo 28 deste trabalho.
45. *Das Kapital*, I, p. 78.
46. *Zur Kritik*, p. 27.
47. *Das Kapital*, I, p. 80.
48. *Theorien*, III, p. 128.
49. *Zur Kritik*, p. 67.
50. F. Engels, *Anti-Dühring*, p. 288.
51. Cf. *Das Kapital*, I, nota 32, p. 86-87.
52. *Theorien*, II, p. 161. Cf. ibid., III, p. 133: "O trabalho individual só se manifesta como seu contrário em virtude de sua alienação. Mas a mercadoria deve possuir essa expressão geral antes de estar alienada. Essa necessidade de representar o trabalho individual como geral é a necessidade de uma mercadoria representar-se como dinheiro."
53. F. Engels, *Anti-Dühring*, p. 287.
54. *Grundrisse*, p. 85 e 103.
55. Ibid., p. 114.
56. K. Kautsky, *Karl Marx' ökonomische Lehren*, 1906, p. 27.
57. *Das Kapital*, I, p. 56.
58. Marx acrescenta: "Do mesmo modo, o indivíduo A não pode portar-se diante do indivíduo B como diante da majestade sem que para A_2 ao mesmo tempo, a majestade adote a figura corporal de B e, conseqüentemente, mude de fisionomia, cor de cabelo e muitos outros traços cada vez que chega ao trono um novo pai da pátria" (ibid., p. 57).
59. Ibid., p. 62-63.
60. Ibid., p. 57.
61. Ibid., p. 77.
62. Ibid., p. 98.
63. Ibid., p. 75.
64. Ibid., p. 98-99.
65. Ibid., p. 63.
66. "O produto que ingressa no intercâmbio é uma mercadoria. Mas só é uma mercadoria pelo fato de que o objeto, o produto, se vincula a uma relação entre duas pessoas ou entidades comunitárias, à relação entre produtor e

consumidor, que nesse caso já não estão juntos em uma mesma pessoa. Aqui, temos um exemplo imediato de um fato peculiar que percorre toda a economia e que causou séria confusão na cabeça dos economistas burgueses: a economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes; mas essas relações estão sempre ligadas a coisas e se manifestam pelas coisas. Marx descobriu a validade dessa conexão [...] para toda a economia, conseguindo assim simplificar e esclarecer os problemas mais difíceis" (F. Engels, *Ausgewählte Schriften*, I, p. 349).

67. *Das Kapital*, III, p. 562.
68. Ibid., I, p. 78.
69. Ibid., p. 99.
70. Cf. *Grundrisse*, p. 237, onde, de maneira totalmente hegeliana, se diz: "Este termo médio se apresenta sempre como a relação econômica acabada, pois sintetiza os opostos, e sempre se apresenta, por fim, como uma potência superior aos [termos] extremos; pois o movimento ou a relação que originalmente aparecem como intermediários entre os extremos levam, dialética e necessariamente, a que a mediação se apresente como mediação consigo mesma. Ela parece ser o Sujeito, e os extremos parecem ser apenas momentos seus. Ela suprime a condição de independência para colocar-se, por essa supressão, como a única coisa independente" (cf. também o eco desta passagem em *O capital*, I, p. 784.)
71. *MEGA*, III, p. 531. Cf. *Grundrisse*, p. 67-68: "O dinheiro é originalmente o representante de todos os valores; na prática, as coisas se invertem: todos os produtos e os trabalhos reais tornam-se representantes do dinheiro."
72. No manuscrito inédito de Marx, podemos ler: "Retirai da coisa este poder social e este poder terá de ser entregue imediatamente à pessoa sobre a pessoa." *Grundrisse*, p. 987 [ver *Elementos...*, t. I, p. 483, nota 40]; cf. *ibid.*, p. 75.
73. *MEGA*, III, p. 532 e 540 (cf. *Die deutsche Ideologie*, p. 417).
74. Marx diz em outra passagem: "Para quem produz uma parte infinitesimal de um metro de algodão não é uma questão formal que o metro seja valor, valor de troca. Se quem produz não criasse um valor de troca, dinheiro, não teria produzido absolutamente nada" (*Grundrisse*, p. 163).
75. Ibid., p. 74-75.
76. Mais adiante, aparece nesse texto a expressão "poder transcendental do dinheiro".
77. Ibid., p. 64 e 75.
78. Ibid., p. 866.
79. Ibid., p. 134 e 396. Aqui caberia destacar que a reificação das relações sociais de produção só alcança seu ponto culminante no capital (especialmente, no capital que rende juros). "Assim como o valor de troca [...] aparece como coisa no dinheiro, no capital se apresentam todas as características da atividade que cria os valores de troca: o trabalho" (ibid., p. 166). Nos ocuparemos mais adiante deste tema.

80. Ibid., p. 64-66.
81. Marx observa nas *Teorias* que se pode considerar essa autonomização do valor como uma "invenção escolástica", como um "paradoxo" (da mesma maneira, os críticos burgueses consideram um paradoxo a concepção de Marx sobre o capital como um valor "autonomizado" e "em processo"). Mas "é compreensível que o paradoxo da realidade se expresse também em paradoxos lingüísticos que contradizem o senso comum. As contradições surgem da circunstância de que, na produção mercantil, o trabalho privado se apresenta como um trabalho social em geral, as relações entre pessoas se apresentam como relações entre coisas; são contradições inerentes à questão, e não à forma de expressá-la em palavras" (*Theorien*, III, p. 134).
82. Uma comparação interessante entre o dinheiro e o Estado encontra-se em Trotsky: "Estes dois problemas [...] têm uma série de traços em comum, pois em última instância ambos conduzem ao problema de todos os problemas: o rendimento do trabalho. Tanto a coerção do Estado como a do dinheiro são herança da sociedade de classes, que só pode estabelecer as relações humanas por meio de fetiches, religiosos ou profanos, e que, para proteger-se, instituiu o mais terrível de todos os fetiches: o Estado com uma grande faca entre os dentes. Na sociedade comunista desaparecerão o Estado e o dinheiro. Portanto, a paulatina extinção de ambos deve começar já sob o socialismo. Só se poderá falar de uma vitória efetiva do socialismo no instante histórico no qual o Estado seja capenga e o dinheiro comece a perder seu poder mágico. Isso significará que, com o socialismo, que se desfaz dos fetiches capitalistas, começam a imperar entre os homens relações mais claras, livres e dignas. Exigências típicas do anarquismo, como 'abolição' do dinheiro, 'supressão' do salário ou 'extinção' do Estado e da família, só têm algum interesse como exemplos de pensamento mecânico. Não se pode 'abolir' arbitrariamente o dinheiro, nem 'extinguir' o Estado ou a velha família, que devem cumprir sua missão histórica e desaparecer. O fetichismo monetário só poderá receber um golpe fatal quando o crescimento da riqueza social tenha afastado dos homens o humilhante temor do tamanho de sua ração. Com a perda de sua capacidade de garantir a felicidade e de sumir no pó, o dinheiro se converterá em simples recurso contábil, para comodidade da estatística e da atividade de planejamento. Mais adiante, talvez até mesmo essa função possa desaparecer. Mas podemos deixar essa preocupação aos nossos descendentes, que serão mais preparados que nós" (L. Trotsky, *Die verratene Revolution*, 1936, p. 41).
83. *Grundrisse*, p. 86.
84. *Das Kapital*, I, p. 64.
85. Esse ponto já foi tratado no capítulo anterior (posições sobre a "conversibilidade dos bônus-hora").
86. *Grundrisse*, p. 65-66.
87. Ibid., p. 66.

88. Ibid., p. 112. Cf. *Das Kapital*, I, p. 118-119, e especialmente *Theorien*, II, p. 508ss.
89. Naturalmente, deve-se distinguir entre essa possibilidade de crise e sua necessidade. Ver, sobre isso, uma fundamentação detalhada no segundo tomo das *Theorien*, p. 508ss.
90. *Grundrisse*, p. 66-67.
91. Ibid., p. 68-69.
92. Ibid., p. 69.
93. *Das Kapital*, I, p. 109.
94. V. I. Lenin, op. cit., p. 287. Cf. *Zur Kritik*, p. 98: "[...] porque a contradição entre mercadoria e dinheiro é a forma abstrata e universal de todas as contradições contidas no trabalho burguês".

CAPÍTULO 6

1. *Das Kapital*, II, p. 48.
2. Cf. p. 43 deste trabalho.
3. H. Block, *Die Marxsche Geldtheorie*, 1926, p. 66-67.
4. *Zur Kritik*, p. 62.
5. *Das Kapital*, I, p. 92-93.
6. *Grundrisse*, p. 103 e 104-105.
7. Ibid., p. 104.
8. *Das Kapital*, I, p. 99.
9. Ibid. Cf. *Zur Kritik*, p. 65-66.
10. *Theorien*, III, p. 34.
11. *Zur Kritik*, p. 66.
12. *Grundrisse*, p. 105.
13. *Zur Kritik*, p. 67.
14. *Das Kapital*, p. 67.
15. *Grundrisse*, p. 106.
16. Ibid., p. 118.
17. Ibid., p. 121-122.
18. Ibid., p. 117-118.
19. Ibid., p. 676.
20. "Se todas elas [as mercadorias] tivessem seus valores medidos em prata, trigo ou cobre, sendo portanto representadas em preços-prata, trigo ou cobre, a prata, o trigo e o cobre se converteriam em medida dos valores e, desse modo, em equivalente geral" (*Zur Kritik*, p. 64).
21. Ibid., p. 65. Cf. *Das Kapital*, I, p. 104. Segundo Block (op. cit., p. 73), "as oscilações do valor [do ouro] que alcançam certa amplitude também impossibilitam que o dinheiro cumpra a função de medida do valor" (recordemos o marco-papel da inflação alemã da década de 1920). Isso não refuta a teoria de Marx sobre o dinheiro como medida de valores.

22. *Das Kapital*, I, p. 101. Os *Grundrisse* não tratam do problema do duplo padrão monetário nesse contexto.
23. "Que o dinheiro seja a medida dos preços", podemos ler nos *Grundrisse*, "e que portanto os valores de troca sejam equiparados uns aos outros em dinheiro, é uma determinação que se impõe por si mesma" (*Grundrisse*, p. 104; cf. ibid., p. 862).
24. Tanto na *Contribuição à crítica* como em *O capital*, Marx pressupõe que o ouro é a mercadoria monetária "para simplificar".
25. *Das Kapital*, I, p. 102.
26. *Das Kapital*, I, p. 103.
27. *Zur Kritik*, p. 69. Pode-se encontrar um tratamento detalhado dessas teorias nesse texto (capítulo "Teorias sobre a unidade de medida do dinheiro"), assim como nos *Grundrisse* (primeira redação do capítulo citado), p. 679-690.
28. "O primeiro processo da circulação é, por assim dizer, o processo teórico de preparação da circulação real" (*Zur Kritik*, p. 62).
29. *Grundrisse*, p. 103.

CAPÍTULO 7

1. *Das Kapital*, I, p. 109-111; *Zur Kritik*, p. 48 e 87.
2. Cf. p. 80-82 deste trabalho.
3. Marx acrescenta (*Grundrisse*, p. 111 e 865) que, desse ponto de vista, a circulação das mercadorias pode ser considerada "como um processo falsamente infinito" no sentido hegeliano. Sobre o conceito hegeliano de "falsa infinitude", cf. F. Engels, *Anti-Dühring*, p. 56 e 62.
4. *Grundrisse*, p. 111-112 e 115.
5. Ibid., p. 116; e *Zur Kritik*, p. 130.
6. Nesse sentido, a circulação, "primeira totalidade entre as categorias econômicas [...] é também a primeira forma na qual não só a relação social se apresenta como algo independente dos indivíduos — como ocorre, por exemplo, na peça de moeda ou no valor de troca —, mas também o conjunto do movimento social" (*Grundrisse*, p. 111).
7. *Zur Kritik*, p. 87.
8. Ibid., p. 91-92.
9. *Das Kapital*, I, p. 109.
10. Em inglês no original: "*quite*".
11. *Grundrisse*, p. 109. Mais adiante, em uma passagem que trata da circulação do capital, Marx diz: "Já na circulação monetária havíamos encontrado a lei da substituição da velocidade pela massa e da massa pela velocidade. Essa lei tem vigência tanto na produção como na mecânica. É um ponto que teremos de tratar novamente ao analisar a compensação das taxas de lucro, dos preços etc." (ibid., p. 418).
12. Em inglês no original: "*banks of issue*".

13. Nesse sentido, Marx faz uma distinção entre a circulação monetária simples e a superior, "que se fecha sobre si mesma". "É claro que a circulação monetária simples, considerada em si, não retorna a si mesma, [mas sim] compõe-se de um sem-número de movimentos indiferentes que coexistem por acaso." Mas, na medida em que "ela se volta sobre si mesma, a circulação monetária se apresenta como mero fenômeno de uma circulação que se desenvolve por trás dela e a determina; por exemplo, quando consideramos a circulação monetária entre o fabricante e o operário, o dono da mercearia e o banqueiro [...]". "O desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento universal caminha em paralelo com o desenvolvimento de uma circulação superior, mediada, que retorna a si e está colocada sob controles sociais; a importância exclusiva que a moeda possui na circulação metálica simples [...] é suprimida" (ibid., p. 675-676 e 875-876; cf. também *Zur Kritik*, p. 104).
14. *Grundrisse*, p. 109-110.
15. Ibid., p. 109. "Quando se diz que os preços regulam a quantidade de moeda em circulação, e não que a quantidade de moeda regula os preços — ou, em outras palavras, que a atividade econômica comanda a moeda (a quantidade de meios de circulação), e não que a moeda em circulação comanda a atividade econômica — supõe-se que o preço é o valor traduzido em outra linguagem. O valor, ou seja, o valor determinado pelo tempo de trabalho, é o pressuposto. É claro que esta lei não é aplicável de maneira uniforme às flutuações de preços em todas as épocas; no mundo antigo, por exemplo em Roma, o meio de circulação não surge da circulação ou da troca, mas da conquista e do saque" (ibid., p. 699). Cf. a esse respeito *Zur Kritik*, p. 174-175 e *Briefwechsel*, II, p. 385.
16. *Zur Kritik*, p. 109.
17. *Grundrisse*, p. 112 e 122.
18. *Zur Kritik*, p. 97-98. Como meio de circulação, o dinheiro é meio de compra, pois na compra e na venda a mercadoria e o dinheiro "sempre se enfrentam na mesma relação: o vendedor do lado da mercadoria, o comprador do lado do dinheiro" (ibid., p. 100).
19. *Grundrisse*, p. 123.
20. A partir desse momento o texto usa libras esterlinas em vez de táleres. Mantivemos táleres em benefício da simplificação.
21. No original, "mantenha".
22. No original, "ouro e prata".
23. *Grundrisse*, p. 123-124.
24. Deve-se dizer "medida dos valores".
25. *Grundrisse*, p. 125-126. Aqui aparece a "teoria simbólica" do dinheiro apresentada em sua forma correta (cf. cap. 5 deste trabalho, p. 115-117).
26. Ibid., p. 137.
27. Aqui, remetemos o leitor especialmente às p. 698-699 dos *Grundrisse*.
28. Ibid., p. 699.

29. Ibid., p. 84.
30. "Mas contradiz o senso comum o fato de que, no dinheiro apenas imaginado, tudo dependa de sua substância material, enquanto na moeda sensorialmente existente tudo dependa de sua relação numérica ideal" (*Zur Kritik*, p. 127).
31. Aqui deveria aparecer novamente "medida dos valores".
32. Portanto, Marx só admite a validade da "teoria quantitativa da moeda" quando se trata de papel-moeda estatal (cf. também *Zur Kritik*, p. 125).
33. *Grundrisse*, p. 126-127.
34. *Zur Kritik*, p. 88-100 e *Das Kapital*, I, p. 109-119.

CAPÍTULO 8

1. *Das Kapital*, I, p. 135.
2. *Die deutsche Ideologie*, p. 147.
3. *Zur Kritik*, p. 90 e 93.
4. Ibid., p. 157ss.
5. Isso também pode ser confirmado pela carta de Marx a Engels datada de 2 de abril de 1858. *Briefwechsel*, II, p. 385.
6. *Grundrisse*, p. 117.
7. Cf. o capítulo anterior, p. 129.
8. *Zur Kritik*, p. 130.
9. *Briefwechsel*, II, p. 385-386.
10. *Das Kapital*, I, p. 118.
11. *Zur Kritik*, p. 132.
12. *Das Kapital*, II, p. 70.
13. Ibid., III, p. 645-646.
14. Ibid., I, p. 136.
15. *Grundrisse*, p. 142.
16. *Das Kapital*, I, p. 138.
17. Marx fala nesse sentido do "efeito desagregador" do dinheiro (e do comércio) sobre as comunidades primitivas. Todavia, nos *Grundrisse* o "efeito desagregador do dinheiro" pode ser entendido como algo mais: o dinheiro é o meio "para dividir em incontáveis fragmentos a propriedade [...] e consumi-la pouco a pouco mediante o intercâmbio [...]. Se o dinheiro não existisse haveria uma série de objetos não intercambiáveis, não alienáveis" (*Grundrisse*, p. 754).
18. Cf. nota 16 do capítulo 4.
19. *Grundrisse*, p. 133. Como se vê, Marx retoma sua crítica do dinheiro presente nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Ali, comentando uma passagem do *Fausto*, de Goethe, ele diz: "O que posso pagar, ou seja, o que o dinheiro pode comprar, isso sou eu, o dono do dinheiro. Meu poder é tão grande quanto o poder do dinheiro. [...] Portanto, o que sou e o que posso

não está determinado por minha individualidade. Sou feio, mas posso comprar a mulher mais formosa. Logo, não sou feio, já que o efeito da fealdade, seu poder de dissuadir, foi aniquilado pelo dinheiro. Eu, segundo minha individualidade, sou paralítico, mas o dinheiro me dá 24 pés; logo, não sou paralítico. Sou um homem mau, desonesto, inescrupuloso, desalmado, mas como se prestam honras ao dinheiro, o mesmo se estende ao seu proprietário. O dinheiro é o bem supremo, e por isso quem o possui é bom. Além disso, o dinheiro me põe acima da condição de desonesto; pressupõe-se que eu seja honesto. Sou um desalmado, mas se o dinheiro é a verdadeira alma de todas as coisas, como pode ser desalmado quem o possui? Com ele se podem comprar os homens de espírito, e o que constitui um poder sobre os homens de espírito não é ainda mais espiritual que os homens de espírito? Eu, que através do dinheiro posso conseguir tudo a que o coração humano aspira, por acaso não possuo todas as faculdades humanas? Acaso meu dinheiro não transforma todas as minhas incapacidades em seu contrário?" (*MEGA*, III, p. 147). Lembremos que Henry Ford, o magnata americano do automóvel, respondeu a uma reprovação à sua ignorância dizendo que em cinco minutos podia conseguir pessoas que conhecessem qualquer coisa de que ele necessitasse (K. Sward, *Legend of H. Ford*, 1948, p. 105).

20. *Das Kapital*, I, p. 138.
21. *Grundrisse*, p. 895. Cf. também as numerosas passagens em que Marx e Engels tratam da "venalidade universal" relacionada à dependência do dinheiro.
22. Ibid., p. 723. Cf. também *Das Kapital*, I, p. 137, onde Marx fala da "alquimia" da circulação monetária, à qual não resistem "nem sequer os ossos dos santos e outras *res sacrosanctae, extra commercium hominum* [coisas santas, excluídas do comércio humano] muito menos toscas".
23. Podemos ler nos *Grundrisse*: "Entre os antigos, o valor de troca não era o *nexus rerum* [nexo das coisas]; ele só se apresenta assim entre os povos que se dedicavam ao comércio, os quais, no entanto, tinham só um *carryng trade* [comércio itinerante, que implica o transporte dos bens (N.T)] e não uma produção própria, que era secundária entre os fenícios, os cartagineses etc. Eles podiam viver tão bem nos interstícios do mundo antigo quanto os judeus na Polônia ou na Idade Média. Mais ainda, esse mundo era precondição da existência desses povos comerciantes. Tais povos, por outro lado, perecem sistematicamente tão logo entram em conflitos mais sérios com comunidades antigas. Entre os romanos, os gregos etc., o dinheiro aparece primeiro em suas duas primeiras determinações, ou seja, como medida e como meio de circulação, em ambas em um grau não muito desenvolvido. Mas, tão logo se desenvolve seu comércio etc., ou como ocorreu entre os romanos, tão logo a conquista lhes garante dinheiro em grande quantidade — ou seja, em um certo nível de desenvolvimento econômico —, o dinheiro aparece necessariamente em sua terceira determinação, que se desenvolve tanto mais quanto mais [se aproxima] o ocaso da comunidade" (*Grundrisse*, p. 134).

24. Ibid., p. 872.
25. Ibid., p. 133-134, e *Zur Kritik*, p. 140.
26. *Zur Kritik*, p. 135.
27. *Grundrisse*, p. 143. Os sociólogos e economistas burgueses ampliaram depois o mesmo raciocínio, como se fosse coisa absolutamente nova.
28. *Zur Kritik*, p. 150.
29. Podemos ler nos *Grundrisse*: "O dinheiro como valor de troca individualizado, e portanto como encarnação da riqueza, foi objeto da busca dos alquimistas. Esta determinação marca o sistema mercantilista. A época que antecede o desenvolvimento da sociedade industrial moderna se inaugura com a sede universal de dinheiro, tanto por parte dos indivíduos como dos Estados. O desenvolvimento real das fontes de riqueza avança, por assim dizer, às suas costas, como meio para apoderar-se do representante da riqueza [...]. A corrida ao ouro, que conduz ao descobrimento de novas terras e à formação de novos Estados, e a expansão da massa de mercadorias que entram em circulação [criam] novas necessidades e integram regiões longínquas do mundo no processo do intercâmbio e do metabolismo material." Neste sentido, o dinheiro era, em sua terceira determinação, "um duplo meio para ampliar a riqueza até sua universalização e para estender as dimensões da troca a toda a Terra; para criar a verdadeira *universalidade* do valor de troca, tanto em relação às coisas como em relação ao espaço" (*Grundrisse*, p. 136).
30. *Zur Kritik*, p. 142.
31. *Grundrisse*, p. 886.
32. Ibid.
33. *Zur Kritik*, p. 133.
34. Ibid., p. 135-136, e *Das Kapital*, I, p. 139-140.
35. "O desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento requer a acumulação de dinheiro para pagar as somas devidas. Como forma autônoma de enriquecimento, o entesouramento desaparece com o avanço da sociedade burguesa. Ao mesmo tempo, porém, ele cresce com esse avanço, sob a forma de fundo de reserva formado por meios de pagamento" (*Das Kapital*, I, p. 148).
36. Ibid., p. 150-151, e *Zur Kritik*, p. 162.
37. *Das Kapital*, III, p. 350.
38. Ibid., I, p. 151-152. Cf. também ibid., II, p. 350: "Na produção capitalista, o entesouramento puro e simples nunca é a meta, mas sim o resultado ora de uma paralisia da circulação — quando massas de dinheiro maiores que as habituais adotam a forma de tesouro — ora de acumulações condicionadas pela rotação; ou então, por último, o tesouro só é formação de capital-dinheiro que, embora no momento esteja em forma latente, está destinado a funcionar como capital produtivo."
39. *Grundrisse*, p. 146. Cf. *Das Kapital*, I, p. 140-141: "Ao desenvolver-se a circulação de mercadorias [...] desenvolvem-se circunstâncias que determinam uma separação cronológica entre a venda da mercadoria e a realização de seu preço. [...] Um tipo de mercadoria requer mais tempo para ser produzida,

outro tipo requer menos. A produção de algumas mercadorias está ligada às estações do ano. Uma mercadoria é produzida no local onde encontra seu mercado. Outra tem de fazer uma enorme viagem até encontrar o seu. Daí que um possuidor de mercadorias possa assumir o papel de vendedor antes que outro assuma o de comprador. [...] Um possuidor de mercadorias vende uma mercadoria que já existe; o outro compra com uma mera representação do dinheiro, ou com uma representação de um dinheiro futuro."

40. Cf. *Zur Kritik*, p. 147-148: "No processo de metamorfose da mercadoria, aquele que detém a mercadoria troca de pele com a mesma freqüência com que a mercadoria se transforma ou o dinheiro assume novas formas. Assim, originalmente, os proprietários de mercadorias se enfrentavam só como proprietários de mercadorias; logo se converteram, um deles em vendedor, outro em comprador; logo cada um deles, alternadamente, passou a ser comprador e vendedor; ambos se tornaram entesouradores; finalmente, homens ricos. Assim, os proprietários de mercadorias não saem do processo de circulação da mesma forma como nele entraram. As diversas determinações formais que o dinheiro adquire no processo de circulação são apenas alterações de formas cristalizadas nas próprias mercadorias, apenas a expressão objetiva das relações sociais nas quais os proprietários de mercadorias levam adiante a metamorfose destas. No processo de circulação se originam novas relações de negócios; como veículos dessas condições modificadas, os proprietários de mercadorias assumem novos caracteres econômicos."
41. "Atrás da medida invisível dos valores espreita o duro dinheiro" (*Zur Kritik*, p. 68).
42. *Das Kapital*, III, p. 622.
43. Cf. nota 13 do capítulo 7.
44. Cf. capítulo 22 deste trabalho.
45. *Grundrisse*, p. 875-876. Cf. *Das Kapital*, III, p. 620-621: "Em que se diferenciam o ouro e a prata das outras figuras da riqueza? Não na magnitude do valor, pois esta está determinada pela quantidade de trabalho incorporada neles. Sim como encarnações autônomas, como expressões do caráter *social* da riqueza [...]. Em conseqüência, sua existência social aparece mais além, como uma coisa, corpo, mercadoria, à margem dos elementos reais da riqueza social. Enquanto a produção se desenvolve com fluidez, esquece-se isso. O crédito, também como forma social da riqueza, desloca o dinheiro e toma seu lugar. É a confiança no caráter social da produção que faz aparecer a forma monetária dos produtos como algo evanescente e ideal, como uma mera representação. Porém, quando o crédito é perturbado — e, no ciclo da indústria moderna, essa fase necessariamente se produz —, então toda a riqueza real deve transformar-se súbita e efetivamente em dinheiro, em ouro e prata, exigência insana que, não obstante, emana necessariamente do próprio sistema". (Cf. também ibid., p. 561-562.)
46. *Grundrisse*, p. 871.

47. *Zur Kritik*, p. 159.
48. *Grundrisse*, p. 877.
49. Ibid., p. 878.
50. *Zur Kritik*, p. 151.
51. *Grundrisse*, p. 878ss.
52. Ibid., p. 881.
53. *Das Kapital*, I, p. 148.
54. *Zur Kritik*, p. 160, e *Grundrisse*, p. 881.
55. Nesse sentido, também se pode qualificar o dinheiro mundial como "moeda mundial". Mas, como tal, ele se diferencia da moeda propriamente dita pelo fato de ser "indiferente em relação à determinação formal" como meio de circulação "e, em essência, mercadoria como tal, mercadoria onipresente". Pois, na medida em que o ouro e a prata, no sistema internacional de trocas, "prestam serviços como mero meio de troca, cumprem a função de moeda, mas da moeda despojada de sua cunhagem", de modo que "só são consideradas por seu peso metálico; não apenas representam um valor; ao mesmo tempo, são valor" (*Grundrisse*, p. 138, 871 e 879).
56. *Zur Kritik*, p. 161.
57. Ibid. e *Das Kapital*, I, p. 149.
58. *Das Kapital*, III, p. 494.
59. Ibid., I, p. 150.
60. *Grundrisse*, p. 883.
61. Ibid., p. 878 e 881.
62. *Das Kapital*, I, p. 148. Cf. *Theorien*, III, p. 250: "Mas só o comércio exterior, a evolução do mercado na direção do mercado mundial, é que transforma o dinheiro em dinheiro mundial e o trabalho abstrato em trabalho social. A riqueza abstrata, o valor, o dinheiro, ou seja, o trabalho abstrato se desenvolve na medida em que o trabalho concreto abarca a totalidade dos modos de trabalho presentes no mercado mundial. A produção capitalista se baseia no valor, ou no desenvolvimento do trabalho contido no produto do trabalho social. Mas isso só é possível tendo como base o comércio exterior e o mercado mundial. Isso é tanto uma premissa como um resultado da produção capitalista."
63. Por isso, Marx ressalta repetidamente que o "dinheiro real", o "dinheiro no sentido elevado do termo", só existe como "dinheiro do mercado mundial", na "mercadoria universal do mercado mundial" (*Das Kapital*, III, p. 503 e 583).
64. Cf. nota 16 do capítulo 4.
65. *Grundrisse*, p. 131-132 e 140.
66. *Zur Kritik*, p. 121-122.
67. *Grundrisse*, p. 151.
68. Ibid., p. 144-145.
69. Ibid., p. 170-171.

PARTE III

CAPÍTULO 9

1. Cf. capítulo 5, p. 108-109.
2. Essa objeção já aparece em Tugan-Baranovski.
3. F. Oppenheimer, *Wert und Kapitalprofit*, p. 176ss.
4. Rudolf Schlesinger, *Marx, His Time and Ours*, 1950, p. 96-97.
5. *Grundrisse*, p. 903-904.
6. *Theorien*, III, p. 69. Schlesinger (op. cit., p. 119) refere-se a essa passagem quando fala das "obstinadas tentativas" de Marx "para conservar o 'valor' em um estágio no qual os produtos são trocados tendo como base os preços de produção, algo que não se pode sustentar a não ser mediante o uso de tautologias". O verdadeiro sentido dessa passagem permaneceu incompreensível para ele.
7. *Theorien*, III, p. 68.
8. *Grundrisse*, p. 74.
9. Ibid., p. 904.
10. *Zur Kritik*, p. 57.
11. *Das Kapital*, III, p. 355.
12. Ibid., II, p. 31 e 134. Cf. *Theorien*, III, p. 307: "[...] só baseada no capital a produção de mercadorias ou a produção dos bens como mercadorias se torna ampla e domina o caráter do próprio bem."
13. *Das Kapital*, I, p. 616. Cf. ibid., II, p. 111: "Na realidade, a produção capitalista é produção geral de mercadorias, mas só é isso — e é isso cada vez mais, ao se desenvolver — porque nela o próprio trabalho é mercadoria, porque o trabalhador vende o trabalho, ou melhor, o uso de sua força de trabalho [...]."
14. *Grundrisse*, p. 22 e 26-27.
15. Ibid., p. 22-24.
16. Cf. *Das Kapital*, I, p. 65: "O segredo da expressão de valor — a igualdade e a *igual validade de todos os trabalhos* por serem *trabalho humano em geral*, e na medida em que o são — só poderia ser decifrado quando a idéia da igualdade humana já tivesse a força de um senso comum. Mas isso só é possível em uma sociedade onde a *forma-mercadoria* é a forma geral do produto do trabalho, e onde, por conseguinte, a relação entre os homens *na condição de possuidores de mercadorias* converteu-se na relação social dominante."
17. *Grundrisse*, p. 24-25.
18. *Das Kapital*, III, p. 202.
19. Cf. o capítulo 4 do citado trabalho do economista russo I. Rubin sobre a teoria do valor de Marx.
20. No que diz respeito a essa relação, tampouco os críticos de Marx podem negar que, apesar da modificação ressaltada pelo próprio Marx (ver *Das Kapital*, III, p. 186), o mais importante de todos os intercâmbios — a compra

e venda da força de trabalho — é regido pela lei do valor, ou seja, pelo "primeiro modelo".

21. *Grundrisse*, p. 532.

CAPÍTULO 10

1. Todo o "Capítulo sobre o capital" havia sido inicialmente denominado "Capítulo sobre o dinheiro como capital" (como podemos ver na nota editorial dos *Grundrisse*, p. 150). Não fica claro por que os editores da obra empregam o título original como indicação de conteúdo na margem superior das p. 151-162, dedicadas a investigar a "lei da apropriação". O economista soviético Leontiev levou ao pé da letra essa indicação errônea de conteúdo e tentou demonstrar que, apesar de "à primeira vista o conteúdo [das p. 151-162] não parecer corresponder ao título colocado por Marx", trata-se na verdade de uma "contradição aparente" (*O perwonatschalnom nabroske "Kapitala" Marksa*, p. 27).
2. Assim se chama essa investigação, da qual existem duas versões (p. 151-162 e 901-918) no "Índice para os sete cadernos" (p. 858 dos *Grundrisse*).
3. Cf. *Das Kapital*, I, p. 90-91 e 184.
4. *Grundrisse*, p. 902 e 903.
5. Ibid., p. 904.
6. O original contém um pequeno erro de concordância nominal.
7. Ibid., p. 155-157.
8. Ibid., p. 153.
9. Ibid., p. 154.
10. Ibid., p. 153.
11. Em inglês no original: "*fact*".
12. Ibid., p. 155 e 911-912. O texto prossegue: "O interesse comum que aparece como o conteúdo do ato de intercâmbio visto como um todo está presente, de fato, na consciência de ambas as partes, mas como tal não é o que as impele. Apenas existe, por assim dizer, por trás dos interesses individuais. Se assim o deseja, o sujeito pode ter a reconfortante consciência de que a satisfação de seu interesse individual corresponde à realização de um interesse geral, à superação do antagonismo [...]. O interesse geral, ou comum, seria a generalização do interesse egoísta".
13. Ibid., p. 74.
14. *Das Kapital*, I, p. 137.
15. *Grundrisse*, p. 158.
16. No original, "indústria".
17. Ibid., p. 158 e 915.
18. *Das Kapital*, I, p. 184.
19. "Esquece-se [...] que já na determinação simples do valor de troca e do dinheiro está latente o antagonismo entre o trabalho assalariado e o capital etc." (*Grundrisse*, p. 159).

20. Ibid., p. 159-160.
21. Ibid., p. 907-908.
22. Ibid., p. 905.
23. Conceito tomado de Hegel.
24. A divisão do trabalho também existiu — freqüentemente sob forma bastante desenvolvida — nas sociedades comunistas primitivas, sem que por isso a produção tenha assumido, nelas, a forma de mercadorias. Portanto, é tão correto dizer "que o intercâmbio privado é a divisão do trabalho" quanto é errôneo dizer que "a divisão do trabalho pressupõe o intercâmbio privado" (*Zur Kritik*, p. 58).
25. *Grundrisse*, p. 906.
26. Ibid., p. 907.
27. Ibid., p. 915-916. Marx acrescenta: "Isso foi confirmado historicamente. A igualdade e a liberdade, nesse sentido, constituem exatamente o contrário da liberdade e da igualdade na Antiguidade, que não tinham como base o valor de troca desenvolvido. Ao contrário: foram arruinadas pelo desenvolvimento deste último" (ibid., p. 156). Cf. F. Engels, *Anti-Dühring*, p. 124-126.
28. Cf. o esboço "Bastiat e Carey", nos *Grundrisse*, p. 843-848.
29. Cf. *Das Kapital*, I, p. 90-91, nota 38.
30. *Grundrisse*, p. 160.
31. Ibid., p. 904.
32. Ibid., p. 148.

CAPÍTULO 11

1. "No [conceito de] trabalho *acumulado* já existe algo furtivo, pois conforme a definição só deveria existir trabalho *objetivado*, no qual, efetivamente, encontra-se acumulada determinada quantidade de trabalho. Mas o trabalho acumulado abrange uma quantidade desses objetos, nos quais o trabalho está realizado" (*Grundrisse*, p. 170).
2. Ibid., p. 168ss. Cf. a conhecida passagem de *Lohnarbeit und Kapital* (1847, *MEW*, I, p. 407), de Marx: "O trabalho acumulado que serve como meio para uma nova produção é capital. Assim dizem os economistas. Que é um escravo negro? Um homem de raça negra. Tanto vale uma resposta como outra. Um negro é um negro. Em certas circunstâncias, é convertido em escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Sob certas condições converte-se em capital. Fora de um certo contexto, não é capital, assim como o ouro não é dinheiro por si mesmo, nem o açúcar é o preço do açúcar." Mais adiante: "Também o capital é uma relação social de produção. É uma relação de produção burguesa, uma relação de produção da sociedade burguesa. Os mantimentos, os instrumentos de trabalho, as matérias-primas que formam o capital, por acaso não foram produzidos e acumulados em condições sociais dadas, em determinadas relações sociais? Não são empregados para uma nova produção em condições sociais dadas, em determinadas

relações sociais? E não é esse caráter social determinado o que converte em capital os produtos que servem para uma nova produção?"

3. Cf. nota 8 do capítulo 5.
4. *Grundrisse*, p. 169.
5. Ibid., p. 162-163.
6. *Ausg. Schriften*, I, p. 78.
7. *Grundrisse*, p. 170. Em outra passagem dos *Grundrisse*, podemos ler: "Para os economistas é muito difícil passar teoricamente da conservação do valor do capital para sua reprodução; ainda mais quando se trata da reprodução [...] não só como acidente mas como resultado. [...] Os economistas, por certo, procuram introduzir isso, como algo especial, na relação do capital; mas, quando isso não ocorre de uma forma brutal — como quando se define o capital como aquilo que consegue lucros, com o que já se coloca o aumento do capital como *forma econômica* particular no lucro —, ocorre de forma furtiva. [...] A afirmação de que ninguém investiria seu capital se não obtivesse lucro conduz à idéia de que os bravos capitalistas seguiriam sendo capitalistas até mesmo se não investissem seu capital; ou [...] que, por definição, o capital é utilizado de forma lucrativa. *Well.* Precisamente isso é o que deveria ser demonstrado" (ibid., p. 182).
8. Ibid., p. 925. "Considerada em si mesma, a circulação *é a mediação entre extremos pressupostos.* Mas ela não cria esses extremos. Logo, vista como um todo, é preciso que ela mesma seja mediada, como processo total. *Sua existência imediata é pura aparência. Ela é o fenômeno de um processo que se desenvolve às suas costas*" (ibid., p. 920).
9. Ibid., p. 166 e 920.
10. Ibid., p. 925.
11. "O *dinheiro como capital* é uma determinação do dinheiro que vai além de sua determinação simples como dinheiro. Pode ser considerada como uma realização superior, do mesmo modo que se pode dizer que o desenvolvimento do macaco é o homem. Dessa maneira, todavia, coloca-se a forma inferior sobre a superior, como um sujeito dominante" — o que seria incorreto. "Seja como for, o *dinheiro como capital* se diferencia do *dinheiro como dinheiro.* É necessário desenvolver a nova determinação" (ibid., p. 162). Cf. *Das Kapital*, I, capítulo IV, p. 151.
12. Cf. o capítulo 8 deste trabalho.
13. *Grundrisse*, p. 929 e 935.
14. Ibid., p. 929 e 174.
15. Ibid., p. 929 e 935.
16. Ibid., p. 930.
17. Cf. *Das Kapital*, I, p. 173: "O capital, portanto, não pode surgir da circulação; mas é igualmente impossível que ele não surja da circulação. Tem de surgir, ao mesmo tempo, nela e fora dela."
18. *Grundrisse*, p. 936.

19. Novamente um eco da terminologia hegeliana.
20. "O capital, como representante da forma universal da riqueza — o dinheiro —, constitui o impulso desenfreado de passar por cima de suas próprias barreiras. Caso contrário, deixaria de ser capital, dinheiro que produz a si mesmo. Tão logo deixasse de sentir determinado limite como uma barreira, tão logo se sentisse à vontade dentro dele, seria rebaixado de valor de troca a valor de uso, de forma universal da riqueza a determinada existência material dela. [...] O limite quantitativo da mais-valia aparece para ele tão-somente como barreira natural, como necessidade, à qual procura sempre derrubar" (ibid., p. 240). A diferença conceitual entre "limite" e "barreira" foi tomada de Hegel (cf. *Wissenschaft der Logik*, I, p. 110ss).
21. Isso não é possível na circulação mercantil simples: "O valor de troca fixado no dinheiro se desvanece (para seu proprietário) assim que o dinheiro se realiza como valor de uso na mercadoria; e o valor de uso existente na mercadoria se desvanece (para seu proprietário) assim que o preço da mercadoria se realiza no dinheiro. Em virtude do ato simples de intercâmbio, cada equivalente perde sua determinação, em relação ao outro, assim que se realiza nele. Nenhum dos dois pode persistir em sua determinação quando realiza sua passagem ao outro" (*Grundrisse*, p. 919-920).
22. Ibid., p. 932-933.
23. "O valor ativo é o valor que cria mais-valia" (ibid., p. 936).
24. Ibid., p. 941.
25. Ibid., p. 183 e 942.
26. Nos *Grundrisse*, Marx ainda emprega provisoriamente a expressão "capacidade ou faculdade de trabalho" em vez da posterior "força de trabalho".
27. Ibid., p. 942, 943 e 944.
28. Ibid., p. 185. "O trabalho, colocado como *não-capital* como tal, é: (1) [...] não-matéria-prima, não-instrumento de trabalho, não-produto material. O trabalho dissociado de todos os meios de trabalho e objetos de trabalho, de toda sua objetividade [...], existência puramente subjetiva do trabalho"; (2) mas se o trabalho é, nessa determinação, "a *fonte viva* do valor" (para os capitalistas), e portanto "a *possibilidade universal* da riqueza [...] como atividade", ambas as formulações "se condicionam reciprocamente e decorrem da natureza do trabalho, já que este, como antítese, como existência contraditória do capital, está pressuposto pelo capital e, ao mesmo tempo, pressupõe o capital" (ibid., p. 203). Ficamos limitados aqui a um resumo — evidentemente, muito precário — dessa importante, embora de difícil compreensão, página dos *Grundrisse*.
29. Cf. *Das Kapital*, I, p. 174ss.
30. *Grundrisse*, p. 952.
31. Ibid., p. 945. Cf. *Das Kapital*, I, p. 177.
32. *Grundrisse*, p. 945-946.
33. Ibid., p. 922-923.

34. Ibid., p. 946.
35. Ibid., p. 185-186.
36. Marx acrescenta: "Isso não afeta a relação simples de intercâmbio [...]. Como valor de uso, a capacidade de trabalho só se realiza na atividade do próprio trabalho, mas exatamente do mesmo modo" que o valor de uso de uma garrafa de vinho "só se realiza no ato de beber vinho. O trabalho está tão pouco incluído no processo da circulação simples quanto o ato de beber" (*Grundrisse*, p. 946).
37. Em inglês no original: "*exactly*".
38. Em inglês no original: "*by misuse*".
39. *Grundrisse*, p. 186.
40. Ibid., p. 938. "No capital se cria a perenidade do valor [...] na medida em que aquele se encarna nas mercadorias perecíveis, adota sua forma, embora as modifique; alterna entre sua forma perene no dinheiro e sua forma perecível nas mercadorias; a perenidade é colocada como a única coisa que ela pode ser: transitoriedade que transcorre, processo, vida. Mas, o capital só adquire essa característica sugando continuamente, como um vampiro, o trabalho vivo, substância que o anima" (ibid., p. 539). Cf. *Das Kapital*, I, p. 241: "O capital é trabalho morto que, como um vampiro, só se reanima ao sugar trabalho vivo, e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga."
41. *Grundrisse*, p. 937.
42. Ibid., p. 166-167. À primeira vista, aqui parece tratar-se de uma construção puramente hegeliana, pois "retornar ao fundamento" está entre as determinações essenciais da dialética de Hegel. Marx, porém, concebia de forma realista esse "retorno", como se pode ver na seguinte passagem dos *Grundrisse*: "Assim, na circulação [ou seja, na circulação mercantil simples] [...] se pressupunha uma produção que só conhecia o valor de troca sob a forma do supérfluo, do excedente por cima do valor de uso; mas retrocedeu a uma produção que só tinha lugar em relação à circulação, a uma produção que colocava o valor de troca na condição de objeto imediato. Este é um exemplo da regressão histórica que da circulação simples leva ao capital, ao valor de troca como forma dominante da produção" (ibid., p. 922).

CAPÍTULO 12

1. *Grundrisse*, p. 193. Podemos ler em *O capital* que, se o trabalhador vender sua força de trabalho "de uma vez por todas, [então] venderá a si próprio, transformando-se de homem livre em escravo, de possuidor de mercadoria em simples mercadoria" (*Das Kapital*, I, p. 175).
2. Marx prossegue: "Os sicofantas da economia burguesa, que vêem tudo pintado de rosa, em vez de se surpreender com o fato de que o trabalhador sobrevive — ou seja, consegue repetir diariamente certos processos vitais — [...] deveriam prestar mais atenção ao fato de que o trabalhador, depois de reali-

zar um trabalho sempre repetido, só tem o seu trabalho vivo e direto para permutar" (*Grundrisse*, p. 201).

3. Em inglês no original: "*say*".
4. Ibid., p. 201.
5. Ibid., p. 368.
6. Ibid., p. 200.
7. Cf. *Das Kapital*, I, p. 601-602: "Do ponto de vista social, a classe operária [...] é um *acessório* do capital, assim como o instrumento inanimado de trabalho [...]. O escravo romano estava preso por correntes ao seu proprietário; o assalariado também está preso, porém por fios invisíveis. A constante troca de patrão individual e a *fictio juris* [ficção jurídica] do contrato mantêm de pé a aparência de que o assalariado é independente."
8. *Grundrisse*, p. 368.
9. Marx cita aqui o exemplo dos diretores de espetáculos teatrais que "contratam cantores por uma *season* [temporada], não para fazê-los cantar, mas para que não cantem em uma sala concorrente".
10. Cf. nota 12, Parte I, Apêndice I deste trabalho.
11. *Grundrisse*, p. 193.
12. Ibid., p. 193 e 368-369. Cf. *Theorien*, III, p. 110.
13. *Grundrisse*, p. 213.
14. Ibid., p. 214.
15. Ibid., p. 193-194. Para maiores detalhes da teoria de Marx sobre o salário, ver o Apêndice à Parte III.
16. Ibid., p. 194-195, 368 e 566.
17. Marx prossegue dizendo que, dessa maneira, se torna possível "a participação do trabalhador em fruições superiores, até mesmo espirituais — a agitação a favor de seus interesses, a assinatura de periódicos, a freqüência a conferências, a educação dos filhos, a formação de seus gostos etc., sua participação na civilização, o que o distingue do escravo [...]" (ibid., p. 197-198).
18. No original, "excluída".
19. Ibid., p. 194. Marx acrescenta: o fato de que a esfera de suas fruições só esteja restringida do ponto de vista quantitativo concede aos trabalhadores modernos, "também como consumidores, [...] uma importância completamente diferente da que tinham, por exemplo, na Antiguidade e na Idade Média, ou têm na Ásia [...]" (ibid., p. 194).
20. Ibid., p. 195. Como o leitor poderá constatar, nunca ocorreu a Marx limitar o valor da força de trabalho ao "mínimo essencial" do ponto de vista físico.
21. Ibid., p. 195-196. Continuando, Marx diz: "Todos os economistas modernos responsáveis abandonaram o erro de que os capitalistas teriam 'praticado a abstinência' — conseguindo por isso tornar-se capitalistas —, uma interpretação que só teve sentido nos tempos longínquos em que o capital se constituiu a partir das relações feudais etc." Nisso, o autor de *O capital* parece ter sido muito otimista.

22. Ibid., p. 196-197.
23. Em inglês no original: "*short time*".
24. Ibid., p. 196-198. Marx acrescenta: além disso, "cada capitalista, certamente, exige que seus trabalhadores economizem, mas só os *seus*, porque se contrapõem a ele como trabalhadores; evita exigir o mesmo ao restante dos trabalhadores, que se contrapõem a ele como consumidores. *In spite* [apesar] de todas as frases 'piedosas', recorre a todos os meios para estimulá-los a consumir, colocando em suas mercadorias novos atrativos, criando neles novas necessidades etc. Este aspecto da relação entre capital e trabalho constitui um elemento fundamental da civilização; nele se baseia a justificativa histórica e o poder atual do capital" (ibid., p. 198). Cf. o artigo "Salário", de Marx (1847): "A finalidade, pelo menos no sentido estritamente econômico, dos fundos de poupança deve ser a de que os trabalhadores, mediante sua própria precaução e sensatez, equilibrem os períodos bons e maus de trabalho, distribuindo seus salários ao longo do ciclo que o movimento da indústria percorre. Nunca devem gastar mais que o mínimo, o necessário para viver. [...] Porém, vimos que as oscilações do salário atingem o trabalhador. Sem a subida momentânea do salário para um patamar acima do mínimo, ele ficaria excluído de todos os progressos da produção, da riqueza, da civilização, ou seja, de toda possibilidade de emancipação. Seria transformado em uma máquina burguesa de calcular, a mesquinharia seria convertida em sistema e a miséria passaria a ter um caráter estacionário e conservador" (*Kleine ökonomische Schriften*, p. 235).
25. *Grundrisse*, p. 198 e 202-203.
26. Ibid., p. 199.
27. Ibid., p. 214-215.
28. Também o admitem os economistas burgueses, observa Marx em outra passagem, ao considerar o salário como improdutivo. "Para eles, ser produtivo significa, *of course* [é claro], produtivo de riqueza. Como o salário é o produto do intercâmbio entre o trabalhador e o capital [...], esses economistas concluem que o trabalhador, nesse intercâmbio, não produz *nenhuma riqueza*: nem para o capitalista (para quem o pagamento de dinheiro por um valor de uso — pagamento que, nesta relação, constitui a única função do capital — significa uma cessão, e não uma criação, de riqueza, motivo pelo qual procura pagar a menor quantia possível) nem para o trabalhador (pois o salário só lhe proporciona, em maior ou menor grau, meios de subsistência, satisfação de necessidades individuais, mas *nunca* a forma universal da riqueza, nunca riqueza). Não pode proporcioná-la, já que o conteúdo da mercadoria que [o trabalhador] vende não pode se furtar às leis gerais da circulação, [isto é:] através do valor que ele coloca em circulação, obter, com a mediação da moeda, um equivalente em outro valor de uso, que ele consome. Uma operação desse tipo, *of course*, nunca pode enriquecer seu executante. Ao fim do processo, ele é conduzido de volta ao ponto em que estava no início" (ibid., p. 201-202).

29. Ibid., p. 214.
30. "No trabalho corporativo, artesanal [...] — no qual o próprio capital ainda apresenta uma forma limitada, fixada em determinada substância, não sendo portanto *capital propriamente dito* —, também o trabalho ainda se apresenta fixado em uma determinação particular; não de forma plena e abstrata, não como *o* trabalho, tal como este se defronta com o capital" (ibid., p. 204).
31. Ibid., p. 204-205.
32. Ibid., p. 213 e 215.

CAPÍTULO 13

1. Ver *Grundrisse*, p. 205-224 e 227-232.
2. Ibid., p. 205.
3. Ibid., p. 206.
4. *Das Kapital*, I, p. 197.
5. No seguinte sentido: aqui desaparece a diferença entre os fatores subjetivos e objetivos do processo de produção.
6. *Grundrisse*, p. 208.
7. Ibid., p. 209. Cf. *Das Kapital*, I, p. 191: "Se, no processo de trabalho, os meios de produção colocam em evidência sua condição de produtos de um trabalho precedente, isso acontece por causa de seus defeitos. Uma faca que não corta e um fio que se rompe com facilidade fazem com que nos lembremos claramente do afiador e do fiandeiro. No produto bem-feito desaparece o papel desempenhado pelo trabalho anterior [...]."
8. Ver p. 183-184 deste trabalho.
9. *Grundrisse*, p. 210.
10. Ibid., p. 211.
11. Nos *Grundrisse* ainda aparece com freqüência a expressão "valor do trabalho" em vez de valor da força (ou capacidade) de trabalho.
12. Ibid., p. 219.
13. "*Produktionspreis*" ("preço de produção"), edição de 1939. "*Kostpreis*" ("preço de custo"), edições posteriores. Como o autor trabalhou com a edição de 1939 — este trabalho foi escrito antes do aparecimento da versão corrigida —, registre-se que aqui se entende por "preço de produção" o mesmo que, mais tarde, no terceiro tomo de *O capital*, Marx chamará "preço de custo".
14. *Grundrisse*, p. 220.
15. Ibid., p. 221. Todavia, "mais além da simples divisão numérica e da soma final, no processo de produção se agrega um elemento formal de valor, [...] ou seja, os elementos do processo de produção não se conservam em seu caráter material determinado, mas sim como *valores* [...]" (ibid., p. 222-223).
16. Ibid., p. 221-222.
17. "O capitalista, no entanto — dizem os economistas apologéticos —, recebe pelo trabalho de *lançar* 100 táleres como capital no processo produtivo, deixando de consumi-los. Porém, de onde vem seu pagamento? Embora os tra-

balhadores possam viver com a simples reprodução dos custos de produção — pois o capital inclui o salário —, os capitalistas não podem. O trabalho dos capitalistas apareceria então entre os *faux frais de production* [falsos custos de produção]. Isso poderia ser um mérito seu; a reprodução seria possível sem eles." De um lado, os trabalhadores não precisariam deles para tocar a produção; de outro, "não existiria como pagar seu esforço, já que o preço é igual aos custos de produção da mercadoria. Se seu trabalho fosse concebido como especial, [...] algo assim como o trabalho de um superintendente etc., o capitalista receberia um salário [...] e não se relacionaria com o trabalho na condição de capitalista; não enriqueceria; receberia um valor de troca que teria de consumir na circulação. A existência do capital, defrontando-se com o trabalho, exige que o capital, o capitalista como não-trabalhador, possa existir, possa viver" (ibid., p. 223-224).

18. Ibid., p. 223-224.
19. Ibid., p. 222. Cf. *Theorien*, III, p. 74ss.
20. Cf. *Das Kapital*, I, p. 166-171.
21. Marx observa nessa ocasião: "Para fazer a apologia do capital, para justificá-lo, os economistas recorrem a esse processo simples: explicam o capital descrevendo um processo que torna sua existência impossível. Para demonstrá-lo, lançam mão de uma demonstração que evita o problema. Pagas meu trabalho, o recebes em troca de seu próprio produto, e me deduzes o valor da matéria-prima e do instrumento que me facilitaste. Portanto, somos *associés* que aportam elementos diferentes ao processo de produção, permutando-os conforme o valor de cada um. Assim o produto se transforma em dinheiro e o dinheiro se reparte de tal modo que tu, capitalista, recebes o preço correspondente à tua matéria-prima e ao teu instrumento, e eu, trabalhador, o preço que o trabalho lhes acrescentou. Tu sais ganhando, já que agora possuis tua matéria-prima e teu instrumento em uma forma passível de ser consumida (passível de circular). Eu também, pois meu trabalho se valorizou. Logo te encontrarás na situação de haver consumido todo teu capital, sob a forma de dinheiro, enquanto eu, como trabalhador, estarei de posse de ambos" (*Grundrisse*, p. 228).
22. Ibid., p. 222.
23. Ibid., p. 224.
24. Ibid., p. 222.
25. Ibid., p. 230 e 228.
26. Terminologia tomada de Hegel.
27. A passagem citada (ibid., p. 210-211) volta-se contra Bray, Gray, Proudhon e outros. Mas vale também para os partidários da teoria do "capitalismo de Estado". Pois também eles esquecem que no conceito de capital está contido o capitalista, e que um "capitalismo" sem a classe capitalista é uma *contradictio in adjecto*.
28. Ver *Das Kapital*, I, p. 185-207.

CAPÍTULO 14

1. "O que aqui se vende diretamente não é a mercadoria na qual o trabalho se realizou, mas o próprio uso da força de trabalho, ou seja, de fato, o próprio trabalho, pois o uso da força de trabalho é sua ação, o trabalho. Portanto, não se trata de um intercâmbio de trabalho que seja intermediado por um intercâmbio de mercadorias" (*Theorien*, I, p. 373).
2. Naturalmente, os 10 táleres representam nesse caso a parte do instrumento de trabalho totalmente consumida durante um período de produção.
3. *Grundrisse*, p. 259-260. O exemplo é, evidentemente, ruim. Não se pode considerar capitalista um empresário que só emprega um trabalhador. Mas, nesse contexto, isso não tem importância.
4. Marx observa: "Essas objeções são feitas comumente contra Ricardo. Diz-se que ele considera o lucro e o salário como os únicos componentes dos custos de produção, sem levar em conta nem a máquina nem o material" (ibid.).
5. Ibid., p. 259 e 260.
6. Ibid., p. 266.
7. Ibid., p. 267: "Um fuso só se mantém como instrumento se é utilizado para fiar. Caso contrário se teriam perdido a forma específica em que foram combinados o ferro e a madeira, o trabalho que o produziu e o material que foi objeto desse trabalho. Só quando ele é colocado como meio de realização do trabalho vivo, como elemento objetivo da existência deste, só então o valor de uso da madeira e do ferro se conserva, assim como sua forma. Sua determinação, como instrumento de trabalho, é a de ser usado, mas de ser usado no processo de preparação do fio. A maior produtividade que o trabalho lhe empresta cria mais valores de uso e substitui o valor de uso gasto no consumo do instrumento."
8. Ibid.
9. Em inglês no original: "*in fact*".
10. Marx observa: "Só se pode dizer, portanto, que o trabalhador reproduz esses valores porque, *sem* o trabalho, eles sofreriam decomposição, seriam inúteis; da mesma forma, *sem eles*, o trabalho seria infrutífero" (ibid., p. 261).
11. Ibid., p. 261 e 268-269.
12. Ibid., p. 261.
13. Ibid., p. 262.
14. Ibid., p. 265.
15. *Das Kapital*, I, p. 208-209.
16. Ibid., p. 209.
17. Em outra passagem dos *Grundrisse*, podemos ler: "O trabalho vivo agrega uma nova quantidade de trabalho, mas a quantidade de trabalho já objetivada não se conserva mediante esse acréscimo quantitativo, mas sim por sua qualidade de trabalho vivo, que se comporta como trabalho diante dos valores de uso nos quais existia o trabalho passado" (*Grundrisse*, p. 269).

O "comportamento do trabalho diante dos valores de uso" é, evidentemente, trabalho concreto, útil.

18. Ibid., p. 262.
19. Ibid., p. 263.
20. No original, "lucro".
21. Ibid., p. 262. O capitalista só toma consciência disso em tempos de crise. "Embora o capitalista só trabalhe para produzir mais-valia — para criar um valor ainda inexistente —, seu capital se desvaloriza tão logo ele deixa de empregar trabalho. Portanto, o trabalho vivo não só incorpora novo valor, mas pelo *very act of adding a new value to the old one, maintains, eternizes it* [pelo simples ato de agregar um novo valor ao velho, conserva, eterniza este último]" (ibid., p. 271).
22. Ibid., p. 269. Marx acrescenta: "Isso está implícito no papel material que o trabalho, conforme sua natureza, desempenha no processo de produção; em seu valor de uso. Como valor de uso, no entanto, o trabalho pertence ao capitalista; como simples valor de troca, ao trabalhador. Este último nada tem a ver com a qualidade viva, inerente ao trabalho, de conservar no processo de produção o trabalho objetivado, convertendo-o em modo de existência objetiva do trabalho vivo. *Esta apropriação, mediante a qual, no processo produtivo, o trabalho vivo converte o instrumento e o material em corpo de sua alma* e com isso os desperta de entre os mortos, contradiz o fato de que o trabalho seja algo não objetivo, ou que só [exista] na condição vital e realidade diretas do trabalhador, enquanto o material e o instrumento de trabalho existem para si mesmos no capital" (ibid., p. 269-270).
23. *Das Kapital*, I, p. 217. Cf. *Grundrisse*, p. 264-265.
24. *Grundrisse*, p. 227.
25. "*Os mesmos componentes do capital*, que *do ponto de vista do processo de trabalho* se distinguiam como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, diferenciam-se, *do ponto de vista do processo de valorização*, como capital *constante* e capital *variável*" (*Das Kapital*, I, p. 218).
26. "Deve-se investigar este ponto, *indeed* [claro], já que é importante distinguir entre o valor inalterado (como parte do capital que se conserva), o valor reproduzido [...] e o valor que é produzido pela primeira vez" (*Grundrisse*, p. 289).
27. Cf. p. 227, 280, 289, 299 etc., dos *Grundrisse*.
28. "Como valor de troca [...] a mercadoria é sempre considerada apenas do ponto de vista do resultado. Não se trata do serviço que presta, mas do serviço que se prestou a ela em sua produção. [...] Compreende-se assim o 'serviço' que a categoria de 'serviço' (*service*) presta a economistas como J. B. Say e Bastiat [...]" (*Zur Kritik*, p. 31).
29. Em inglês no original: "*together*".
30. *Grundrisse*, p. 262-263.

31. Ibid., p. 279. Tal como ocorre com freqüência nos *Grundrisse*, Marx substituiu involuntariamente o exemplo numérico no qual o trabalhador criava 40 táleres de mais-valia por outro no qual só cria 10 táleres.
32. Sobre as categorias de lucro e taxa de lucro, ver o capítulo 25 deste trabalho.
33. Marx prossegue: "Se, no exemplo anterior, o trabalhador não fosse trabalhador do capitalista e se comportasse com os valores de uso contidos nos 100 táleres, não como [se comporta] diante do capital, mas simplesmente como [se comporta] diante das condições objetivas de seu trabalho", não seria obrigado, naturalmente, a realizar mais-trabalho. Só trabalharia, digamos, as 3/4 partes da jornada. Mas, se trabalhasse o dia inteiro "por dispor de material e de instrumento", ele não consideraria o novo lucro, criado dessa forma, como uma percentagem do "capital" total de 100. Para ele, significaria simplesmente um incremento de 25%, "já que poderia comprar uma quarta parte a mais de meios de subsistência [...] e para ele só os meios de subsistência teriam valor, já que só o valor de uso lhe interessa" (ibid., p. 277-278).

CAPÍTULO 15

1. *Das Kapital*, II, p. 16.
2. *Grundrisse*, p. 489.
3. Ibid., p. 230-231.
4. Ou seja, tempo de trabalho que contém mais-valia.
5. Ibid., p. 431-432.
6. Da publicação anônima *The Source and Remedy of the National Difficulties, deduced from Principles of Political Economy*, citada nos *Grundrisse*, p. 301. Cf. também *Theorien*, III, p. 248.
7. *Theorien*, III, p. 326. Nas obras econômicas de Marx encontram-se várias passagens que ilustram o problema da "base natural da mais-valia" a partir de aspectos diversos. As mais importantes são: *Theorien*, I, p. 18-19 e 122-123; *Theorien*, II, p. 8 e 408-409; *Theorien*, III, p. 325 e 442; *Grundrisse*, p. 230-232 e 534-535; *Das Kapital*, I, p. 536-537 e 540-541; *Das Kapital*, III, p. 684-685 e 845-846.
8. A abolição da escravatura na colônia britânica da Jamaica ocorreu em 1833. Sobre isso, ver uma descrição "objetiva" — ou seja, que toma o partido dos fazendeiros — no livro *History of the British West Indies*, de Sir Alan Burns, 1954, p. 525ss.
9. Em inglês no original: "*plantations*".
10. Em inglês no original: "*planter*".
11. Em inglês no original: "*self-sustaining peasants*".
12. O fazendeiro das Índias Ocidentais exagerava enormemente em suas cartas. Na realidade, a enorme maioria dos *quashees* não tinha terras próprias nas quais pudesse satisfazer "seu precário consumo". Por isso, eram obrigados a trabalhar em troca de salários de fome nas plantações de seus antigos patrões.

Sua situação era tão desesperada que os negros da Jamaica se revoltaram em outubro de 1865, sendo sufocados pelo governo inglês com a maior crueldade. Um eco desse episódio se encontra na troca de cartas entre Marx e Engels, em *Briefwechsel*, III, p. 352, 254, 355-356 e 474. Nesse contexto, cabe recordar que, na própria Inglaterra, os ex-proprietários de escravos da Jamaica encontraram seu mais apaixonado porta-voz na pessoa de um célebre "romântico anticapitalista", Thomas Carlyle. Em seu texto *Occasional Discourse on Negro Slavery*, Carlyle escreveu o seguinte: "Quando um negro, trabalhando cerca de meia hora diária (esta é a estimativa) pode conseguir, com ajuda do sol e do solo, tantas abóboras quantas lhe sejam suficientes, é provável que reaja à idéia de trabalhar mais intensamente. A oferta e a demanda que, segundo diz a ciência, devem agir sobre ele desmoronam diante de um homem assim. Nessas regiões despovoadas ou semipovoadas, o sol se oferece gratuitamente, e o solo fértil quase gratuitamente; meia hora por dia dedicada a eles produzirá abóboras, que são sua 'demanda'. O negro afortunado liquida rapidamente suas contas com a oferta e a demanda; o branco menos afortunado o faz mais lentamente, nessas regiões tropicais. Ele mesmo não pode trabalhar; e seu vizinho negro, rico em abóboras, não tem pressa em ajudá-lo. Afundado até as orelhas em abóboras, bebendo sucos açucarados, pode escutar a 'demanda' do branco menos afortunado e ocupar seu próprio tempo para satisfazê-la. Pagamentos maiores, meu senhor; maiores ainda, pois sua safra não pode esperar; maiores ainda, até que não haja safra alguma capaz de cobrir tais pagamentos!" Mais adiante, Carlyle completou: "Se os *quashees* não ajudam honradamente, produzindo açúcar, canela e outros nobres produtos das ilhas das Índias Ocidentais, para o benefício de toda a humanidade, então digo que tampouco os Poderes [ou seja, Deus, do qual Carlyle se coloca aqui como intérprete] permitirão aos *quashees* seguir cultivando abóboras para seu próprio benefício. [...] Os deuses querem que, junto com as abóboras, se cultivem espécies e produtos valiosos nas Índias Ocidentais. Foi isso que declararam, ao fazerem as Índias Ocidentais: desejam que homens laboriosos e viris ocupem suas Índias Ocidentais, e não um gado bípede indolente, mesmo 'feliz' com suas abóboras abundantes." Prossegue o *laudator temporis acti* Carlyle, dirigindo-se aos negros: "Vós não sois 'escravos' agora, nem quero fazê-los retornar a essa condição, se isso puder ser evitado. Mas, decididamente, tereis de servir àqueles que nasceram mais sábios que vós, nasceram como vossos senhores; tereis de servir aos brancos, se é que eles nasceram mais sábios que vós — e quem pode duvidar que isso é verdade? Que haveis de depender deles, meus escuros amigos negros, é e sempre foi a lei do mundo, para vós e para todos os homens; os mais tolos servem aos mais sábios. E só a aflição, a inutilidade e o desencanto acometerão a todos, até que todos se conformem [...]. Digo que não será possível o bem-estar — e, no limite, nenhum 'estar' — para vós nem para nós se a lei do Céu não se cumprir. Se 'escravo' significa essencialmente 'aquele que ser-

ve arrendado por toda a vida' — por toda a vida, mediante um contrato de longa vigência e não facilmente anulável —, me pergunto se, em todas as questões humanas, o 'contrato de longa vigência' não é precisamente o contrato desejável, uma vez encontrados seus justos termos. Serviçais arrendados pela vida inteira, uma vez tudo feito em termos justos — e não pretendo que tenha sido feito assim no passado — parecem-me preferíveis a serviçais arrendados por um mês, ou por um contrato anulável em um dia. Um serviçal mal situado, condenado a ser nômade, entre ele e seu senhor dificilmente pode surgir uma boa relação." Citado segundo o livro do norte-americano J. Bigelow, *Jamaica in 1850: or, the Effects of Sixteen Years of Freedom on a Slave Colony*, Nova York, 1851, p. 118-119. Sobre a evolução posterior de Carlyle, ver *Das Kapital*, I, p. 265, nota 90.

13. *Grundrisse*, p. 231-232.
14. *Das Kapital*, I, p. 325.
15. *Theorien*, II, p. 8.
16. *Das Kapital*, I, p. 243-244.
17. Em uma passagem dos *Grundrisse*, Marx diz que só no capitalismo o dinheiro se converte "no instrumento da laboriosidade universal", e a aspiração de ter dinheiro converte-se em "impulso de todos". "Pois quando o trabalho não mais visa a um produto específico que mantém uma relação específica com as necessidades específicas do indivíduo, mas sim ao dinheiro, ou seja, à riqueza em sua forma universal, a laboriosidade do indivíduo passa a não ter limite. Agora, é indiferente a qualquer particularidade, e assume qualquer forma que sirva para esse fim." Evidentemente, acrescenta Marx, "uma laboriosidade universal só é possível ali onde cada trabalho produz riqueza universal, e não uma forma particular dela; logo, ali onde a retribuição ao indivíduo é em dinheiro." Por isso, pressupõe o trabalho como trabalho assalariado (*Grundrisse*, p. 135).
18. *Das Kapital*, II, p. 35.
19. Ibid., p. 430.
20. Assim, a possibilidade de mais-trabalho depende, antes de tudo, da produtividade natural do trabalho agrícola. Aí está, segundo Marx, o núcleo de verdade da teoria dos fisiocratas (ibid., p. III, p. 835-836).
21. *Theorien*, III, p. 442.
22. Essa forma de mais-trabalho desempenhou um papel da maior importância nos sistemas da escravidão e da servidão da gleba. Em troca, nas condições pré-capitalistas, o mais-trabalho relativo só se manifesta esporadicamente. Assim, por exemplo, os latifundiários do Centro e do Leste da Europa que produziam para exportação nos séculos XVII a XIX tentaram, às vezes, impor a seus servos um "trabalho medido" (para o qual existia a expressão austro-boêmia "*gemessene Robot*"; cf. o despacho real de Maria Teresa e José II que proibia essa "*Massrobot*"). Essas tentativas fracassaram especialmente em virtude do caráter primitivo da técnica agrícola da época. Isso já foi assi-

nalado por Richard Jones em seu *Essay on the Distribution of Wealth and on the Sources of Taxation* (1831, p. 37-38). A esse respeito, podemos ler nas *Theorien*: "Jones expõe o seguinte: nas prestações pessoais, a renda só podia aumentar se o trabalho dos servos fosse feito de forma mais hábil e eficaz (mais-valia relativa) — o que, no entanto, enfrentava o obstáculo da incapacidade do latifundiário de fomentar a ciência da agricultura — ou se a quantidade de trabalho exigido fosse aumentada" (*Theorien*, III, p. 391-392).

23. *Das Kapital*, I, p. 330.
24. *Grundrisse*, p. 655.
25. Ibid.
26. *Theorien*, I, p. 64.
27. Em francês no original: "*au fond*".
28. Também em outras passagens dos *Grundrisse*, Marx fala, nesse sentido, de uma "tendência à propagação do capital" (*Grundrisse*, p. 440-441 e 657). Em *O capital*, essa "tendência à propagação" aparece na p. 536 do primeiro tomo. Cf. Rosa Luxemburgo, *Die Akkumulation des Kapitals* (1921), p. 445: "O capitalismo é a primeira forma econômica com capacidade de desenvolver-se mundialmente, uma forma que tende a propagar-se pela Terra e a deslocar todas as demais formas econômicas, pois não tolera nenhuma outra junto dela." Também Hilferding falava na p. 289 de *Das Finanzkapital* da "força de propagação dos cartéis".
29. *Grundrisse*, p. 311.
30. Recordemos aqui as necessidades recém-criadas, em termos de massa, de automóveis, geladeiras, televisores etc.
31. Em inglês no original: "*and labour*".
32. *Grundrisse*, p. 312-313.
33. Marx refere-se aqui à "teoria da utilidade" desenvolvida pelos filósofos e economistas dos séculos XVII e XVIII. Ver seu esboço de desenvolvimento da teoria da utilidade em *Die deutsche Ideologie*, p. 431-437, assim como a nota 63 nas p. 640-641 do primeiro tomo de *Das Kapital*.
34. Em inglês no original: "*Hence the great civilising influence of capital*".
35. Marx volta a usar aqui um conceito hegeliano. Lukács escreveu: "Sabe-se que a filosofia da história de Hegel, em sua fase tardia, tem a 'astúcia da razão' como seu principal conceito. Traduzida em linguagem coloquial, esta expressão significa o seguinte: embora os homens façam eles mesmos sua história, tendo como verdadeiro motor dos acontecimentos sociais suas paixões e seus impulsos individuais e egoístas, da totalidade dessas paixões surge algo diferente do que desejam e aspiram os homens que agem; esse 'algo diferente' não é casual; nele se manifesta a razão da história, o 'espírito', segundo a expressão de Hegel" (*Der junge Hegel*, p. 452).
36. *Grundrisse*, p. 313. Cf. a conhecida descrição dessa tendência do capitalismo no *Manifesto do Partido Comunista* (*Ausg. Schriften*, I, p. 26-27).

CAPÍTULO 16

1. *Grundrisse*, p. 483-484.
2. Abstraímos aqui as barreiras resultantes da necessidade de realização do capital e de sua mais-valia. Marx só trata desse problema na parte dos *Grundrisse* dedicada ao processo de circulação do capital.
3. Marx acrescenta: "Como valor de uso na relação atual [ou seja, no estágio atual da investigação], só está determinado, até aqui, o que o trabalhador consome para manter-se vivo como trabalhador: a quantidade de meios de subsistência pela qual, com a intermediação do dinheiro, troca o trabalho objetivado em sua capacidade vital de trabalho" (ibid., p. 239). Em outras palavras: neste ponto só se investiga o aumento da produtividade na medida em que este afeta setores da indústria "cujos produtos entram direta ou indiretamente na criação dos meios de consumo do trabalhador". A suposição contrária apenas complicaria a investigação, sem alterar seus resultados. Cf. *Theorien*, I, p. 187; e *Das Kapital*, I, p. 333.
4. *Grundrisse*, p. 239-241.
5. Ibid., p. 241-243. Cf. também a crítica a Ricardo, ibid., p. 258.
6. No original, "nem sequer teria aumentado um onze avos". Trata-se, evidentemente, de um erro de cálculo, como muitos dos que se encontram nos *Grundrisse* e nas *Teorias*.
7. Isto é, da força de trabalho.
8. Aqui e na próxima frase trata-se, evidentemente, da mais-valia.
9. *Grundrisse*, p. 244-246.
10. Em inglês no original: "*sensibly*".
11. "Isso não ocorre [ao contrário do que supunham Carey e Bastiat] porque o salário ou a participação do trabalho no produto tenham crescido, mas sim porque aquele já desceu muito, em proporção ao produto do trabalho ou com o dia de trabalho vivo" (ibid.).
12. Ibid., p. 246.
13. Ibid., p. 246-247.
14. *Das Kapital*, I, p. 546.
15. Ver o Apêndice à Parte V deste trabalho.

CAPÍTULO 17

1. *Das Kapital*, I, p. 330 e 335.
2. Cf. capítulo 12 deste trabalho.
3. *Grundrisse*, p. 214.
4. *Das Kapital*, I, p. 349.
5. *Grundrisse*, p. 479.
6. *Theorien*, I, p. 41.
7. *Grundrisse*, p. 215.
8. *Theorien*, II, p. 576.

9. *Grundrisse*, p. 427.
10. Ibid., p. 483. Naturalmente, a aglomeração de muitos trabalhadores em um processo de produção não é uma característica exclusiva e peculiar do capitalismo. Basta lembrar a agricultura em grande escala feita por escravos ou servos da gleba, ou então "o emprego esporádico da cooperação em grande escala" nos empreendimentos industriais do mundo antigo ou da Idade Média. "Certos setores da indústria — por exemplo, o trabalho nas minas — pressupõem a cooperação. Por isso, enquanto não existe a relação capitalista, a mineração se realiza como trabalho forçado, servil ou escravo, vigiado por capatazes. O mesmo ocorre com a construção de estradas etc. Para levar adiante esses trabalhos, o capital não cria a aglomeração e a concentração de trabalhadores; simplesmente as adota." Mas, ao contrário dos sistemas anteriores, o capital "põe em prática a mesma associação de *outro modo*, à sua maneira, através do intercâmbio com o trabalho livre". A cooperação em grande escala "não é imposta por meio da violência física direta [...], mas porque as condições da produção são propriedade alheia e existem como associação objetiva, que é o mesmo que acumulação e concentração das condições de produção" (ibid., p. 480, 427 e 484).
11. Cf. nota 132 do capítulo 2.
12. "A acumulação de capital pressupõe que ocorra antes uma acumulação que constitui o capital, que integra sua determinação conceitual; de *concentração* praticamente não podemos falar, já que esta se distingue por ocorrer entre uma pluralidade de capitais; quando se fala apenas *do* capital, a concentração coincide com a acumulação ou com o conceito do capital. Ainda não constitui uma determinação especial. Entretanto, desde o início o capital se defronta na condição de uno, ou de unidade, com os trabalhadores, estes como pluralidade. Assim, [...] aparece como a concentração dos trabalhadores, como uma unidade externa a estes. Nesse sentido, a concentração está presente no conceito de capital [...]" (ibid., p. 484).
13. Ibid., p. 480.
14. Ibid., p. 481.
15. *Das Kapital*, I, p. 337.
16. Ibid., p. 351.
17. *Grundrisse*, p. 410-411.
18. *Theorien*, II, p. 586.
19. *Das Kapital*, I, p. 386 e 365.
20. Em inglês no original: "*amount*".
21. *Grundrisse*, p. 482.
22. *Das Kapital*, I, p. 388.
23. *Grundrisse*, p. 374.
24. Referindo-se às formas pré-capitalistas de cooperação, Marx diz: "Quanto mais a produção ainda se baseia no trabalho manual, na aplicação da força muscular etc., em suma, no esforço e no trabalho físicos dos indivíduos, tanto

mais o aumento da capacidade produtiva depende da colaboração de *grandes massas*." ("Daí decorre o recrutamento brutal do povo no Egito, da Etrúria, na Índia, para realizar construções obrigatórias e trabalhos públicos forçados.") No caso do "artesanato semi-artístico", a situação era outra: tratava-se de contar com a "destreza do indivíduo, em trabalho não coordenado". O capital, porém, "combina o trabalho de massas com a destreza, mas de tal modo que o primeiro perde seu caráter essencialmente físico e a destreza não está colocada no trabalhador, mas na máquina, na *factory* [fábrica] que [...] atua como um todo. O espírito social do trabalho adquire uma existência objetiva independente dos trabalhadores individuais" (ibid., p. 427-428).

25. No sentido de que a atividade do trabalhador assalariado "se converte cada vez mais em [...] atividade [...] puramente mecânica, e portanto indiferente, indiferente à sua forma particular" (ibid., p. 204). Cf. o capítulo 12 deste trabalho, p. 178.
26. *Grundrisse*, p. 584-587.
27. Ibid., p. 292.
28. "A economia do trabalho necessário e a criação do mais-trabalho são as características" da maquinaria (ibid.).
29. Ibid., p. 585. Cf. o trecho dos *Grundrisse* citado na nota 159 do capítulo 2 deste livro, no qual Marx destaca que "a introdução da maquinaria" não se desenvolve "a partir da concorrência", mas sim "a partir da relação entre o capital e o trabalho vivo". (Em sua obra *Lohnarbeit und Kapital*, em *Ausgewählte Schriften*, I, p. 86, o próprio Marx ainda deduz a expansão da maquinaria da concorrência intercapitalista.)
30. Em francês no original: "*attrayant*".
31. *Grundrisse*, p. 589. Na continuação, Marx observa: "O primeiro aspecto é importante, pois aqui o capital, de modo não premeditado, reduz a um mínimo o trabalho humano, o gasto de energia. Isso resultará em benefício do trabalho emancipado e é condição de sua emancipação."
32. Daí resulta a lei do "aumento da composição orgânica do capital". Já formulada pelos clássicos, ela teve de esperar Marx para ocupar o lugar que lhe cabe no sistema da economia política. Cf. *Ausgewählte Schriften*, I, p. 419.
33. *Das Kapital*, I, p. 427.
34. Em inglês no original: "*electric telegraphs*".
35. Em inglês no original: "*general intellect*". Cf. a distinção que Marx faz entre trabalho "geral" e "coletivo" no terceiro tomo de *O capital*. "Ambos desempenham seu papel no processo de produção, ambos se fundem, mas também ambos se diferenciam. É trabalho geral todo trabalho científico, toda descoberta, toda invenção. Está condicionado, em parte, pela cooperação com seres vivos e, em parte, pela utilização dos trabalhos de antecessores." Em troca, "o trabalho coletivo pressupõe a cooperação direta dos indivíduos" (ou seja, a organização comunista da sociedade). *Das Kapital*, III, p. 125-126.
36. *Grundrisse*, p. 594.

37. Ibid., p. 588.
38. Ibid., p. 592-593.
39. Cf. nota 31 deste capítulo.
40. *Das Kapital*, I, p. 513.
41. Nesse contexto, Marx diz: "Na mesma medida em que o tempo de trabalho (a mera quantidade de trabalho) é colocado pelo capital como único elemento determinante, o trabalho imediato e sua quantidade desaparecem como princípio determinante da produção, da criação de valores de uso; na mesma medida, o trabalho imediato se vê reduzido (quantitativamente) a uma proporção mais exígua e (qualitativamente) a um fator sem dúvida imprescindível, porém subalterno diante, de um lado, do trabalho científico geral e da aplicação tecnológica das ciências naturais e, de outro, diante da capacidade produtiva geral que resulta da estruturação social da produção global. Esta capacidade produtiva aparece como dom natural do trabalho social (embora [seja, na realidade, um] produto histórico). Assim, o capital trabalha em favor de sua própria dissolução como forma dominante da produção" (*Grundrisse*, p. 587-588).
42. Ibid., p. 593-594.

CAPÍTULO 18

1. *Grundrisse*, p. 289.
2. Encontramos a mesma terminologia nas *Teorias*.
3. Aqui, Marx supõe que o trabalhador trabalha a metade do dia para si mesmo e a outra metade para o capitalista.
4. *Grundrisse*, p. 479 e 482-483. Sobre o número mínimo de trabalhadores que um empresário deve contratar "para metamorfosear-se em capitalista", cf. *Das Kapital*, I, p. 322-324. Sobre como este mínimo deve crescer ao longo da evolução do capitalismo, cf. ibid., p. 251 e 279.
5. "A diminuição absoluta do trabalho total, *id est*, a jornada de trabalho multiplicada pelo número de jornadas de trabalho simultâneas [...]" (*Grundrisse*, p. 714).
6. Ibid., p. 660. Cf. *Das Kapital*, III, p. 271.
7. *Das Kapital*, p. 322.
8. *Grundrisse*, p. 240.
9. Ibid., p. 302-303.
10. Para Marx, a tese de que "dada a taxa de mais-valia, a massa de mais-valia depende do número de trabalhadores simultaneamente empregados pelo mesmo capital [...] [é uma] formulação tautológica. Pois se uma jornada de trabalho me fornece duas horas de mais-trabalho, doze jornadas de trabalho me dão 24 dessas horas, ou duas jornadas de mais-trabalho. Todavia, este princípio se torna extremamente importante na determinação do lucro, que é igual à relação entre a mais-valia e o capital adiantado, ou seja, depende da magnitude absoluta da mais-valia. [...] Se considerarmos apenas a lei simples

da mais-valia, parece tautológico que, com uma taxa de mais-valia e uma jornada de trabalho dadas, a massa absoluta de mais-valia dependa da massa de capital empregado. Pois o crescimento dessa massa de capital e o crescimento do número de trabalhadores simultaneamente ocupados são idênticos, meras expressões de um mesmo fator. Mas, se passamos a considerar o lucro, reconhecendo que a massa de capital empregado e a massa dos trabalhadores contratados são muito diferentes quando se observam capitais de mesma magnitude, compreendemos a importância dessa lei" (*Theorien*, II, p. 412-413).

11. *Grundrisse*, p. 304. Como os quatro trabalhadores restantes oferecem, conjuntamente, doze horas de mais-trabalho, cada um deles não deve realizar agora duas horas de mais-trabalho, mas três. Logo, o mais-trabalho relativo cresceu; antes, sua relação com o trabalho necessário era de 2 : 10; agora, é de 3 : 9. Se o mesmo capital pudesse empregar os seis trabalhadores com a nova taxa, "a mais-valia teria aumentado não só em termos relativos, mas também absolutos" (ibid.).
12. Ibid., p 654.
13. Ibid., p. 656.
14. Cf. Hegel, *Wissenschaft der Logik*, II, p. 58: "Mas é um dos preconceitos fundamentais da lógica, até aqui, e do pensamento habitual, como se a contradição não fosse uma determinação tão essencial e imanente como a identidade; mais ainda, se estivéssemos diante de uma ordem de prioridades e houvesse que conservar separadas ambas as determinações, seria preciso considerar a contradição como o que há de mais profundo e essencial. Diante dela, a identidade é só a determinação do simples e imediato, do ser inanimado; enquanto a contradição é a raiz de todo movimento e condição vital; algo só se move, só tem impulso e atividade, na medida em que contém uma contradição interna [...]. Portanto, esse algo está vivo só na medida em que contém uma contradição interna, e sua força está em apreender e resistir à contradição presente em seu interior."
15. *Grundrisse*, p. 660-661.
16. Cf. nota 28 do capítulo 17 deste trabalho.
17. *Grundrisse*, p. 438 e 304.
18. Ibid., p. 302-303. "Duas tendências se misturam constantemente; a primeira é a de empregar a menor quantidade de trabalho possível para produzir a mesma (ou maior) quantidade de mercadorias, o mesmo (ou maior) produto líquido, renda líquida, ou mais-valia; a segunda é a de empregar o maior número possível de trabalhadores, embora o menor número possível em relação à quantidade de mercadorias produzidas, pois com a massa de trabalho empregado cresce — em um dado estágio da produtividade — a massa de mais-valia e de mais-produto. A primeira tendência lança os trabalhadores na rua e cria uma população excedente. A segunda volta a absorvê-los e amplia de modo absoluto sua sujeição, de maneira que o trabalhador sempre oscila dentro de seu destino e não consegue escapar dele" (*Theorien*, II, p. 575-576).

19. Esta expressão não aparece assim nos *Grundrisse*, embora em duas passagens (p. 304 e 503) Marx qualifique a "população excedente", por oposição à "população necessária" de trabalhadores, como "reserva" ou como "reserva para uso posterior". Mas é necessário recordar que a expressão "exército industrial de reserva" foi cunhada por Engels em *Lage der arbeitenden Klassen in England* [A situação da classe trabalhadora na Inglaterra], *MEGA*, IV, p. 85-86.
20. "O capital, como criação do mais-trabalho, é na mesma medida e ao mesmo tempo criação e não-criação do trabalho necessário; o capital só existe na medida em que o trabalho necessário existe e ao mesmo tempo não existe" (*Grundrisse*, p. 304).
21. Cf. a crítica análoga, embora menos profunda, a essa teoria em Sismondi, *Nouveaux Principes*, 1819, II, p. 266-278.
22. Cf. a passagem freqüentemente citada do primeiro tomo de *O capital*: "A população trabalhadora, com a acumulação de capital produzida por ela mesma, produz um volume crescente de *meios que permitem convertê-la em relativamente excessiva*. Esta é uma *lei de população* peculiar ao *modo de produção capitalista*, já que todo modo de produção histórico particular tem suas leis específicas de população, historicamente válidas. Uma lei abstrata de população só tem vigência no caso das plantas e dos animais, enquanto o homem não interfere historicamente nesses domínios."
23. Em inglês no original: "*workhouse inmates*".
24. A detalhada descrição de Marx sobre "as épocas das formações sociais econômicas" (p. 375-396 dos *Grundrisse*) baseia-se precisamente nessas idéias: em todas as formações sociais "nas quais a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica", o indivíduo que trabalha "tem na propriedade da terra um modo objetivo de existência, implícito em sua atividade, e que não é apenas seu resultado". Há uma tradução inglesa desse capítulo dos *Grundrisse* com uma introdução de Eric Hobsbawm, que pretende encontrar nesse texto, entre outras coisas, a fundamentação para a tese da existência de uma "formação social asiática" específica.
25. Também em outras passagens dos *Grundrisse*, aqui e ali, Marx destaca o significado do fator população como "fonte fundamental da riqueza". Na p. 502, por exemplo, ele diz: "Se, além disso, considerarmos as condições de desenvolvimento tanto da força produtiva como do intercâmbio, teremos de novo divisão do trabalho, cooperação, observação multifacética que só pode nascer de muitos cérebros — a ciência —, tantos centros de intercâmbio quantos possam existir. Isso implica crescimento da população."
26. Ibid., p. 498-500 e 386.
27. Em inglês no original: "*means of subsistence*".
28. *Grundrisse*, p. 499. Cf. *Theorien*, II, p. 108, onde Marx qualifica de "hipótese quimérica" a "estupidez [malthusiana] da progressão geométrica e aritmética, tomada de empréstimo de autores mais antigos".
29. Em inglês no original: "*restraints, checks*".

30. Em inglês no original: "*check*".
31. Em inglês no original: "*gecheckt*".
32. Em inglês no original: "*check*".
33. Em inglês no original: "*stopped*".
34. *Grundrisse*, p. 499-500. Marx escreveu nas *Teorias*: "Darwin, em sua excelente obra [*A origem das espécies*], não percebeu que derrubava a teoria de Malthus ao descobrir a progressão 'geométrica' nos reinos animal e vegetal. A teoria de Malthus se baseia [...] na oposição entre a progressão geométrica do homem e uma quimérica progressão 'aritmética' de animais e vegetais. Na obra de Darwin [...] encontra-se em detalhes a refutação histórico-natural do princípio fundamental da teoria malthusiana" (*Theorien*, II, p. 114).
35. Em inglês no original: "*means of employment* [e] *no of subsistence*".
36. Cf. Friedrich Engels, carta a Friedrich Albert Lange datada de 29 de março de 1865, *Ausgewählte Briefe*, p. 204.
37. Em inglês no original: "*necessaries*".
38. Em inglês no original: "*retainer*".
39. Em inglês no original: "*hunting peoples*".
40. Em inglês no original: "*means of subsistence*".
41. Em inglês no original: "*state of development*" (*Grundrisse*, p. 500-501).
42. Em carta a Johann Baptist Schweitzer, datada de 24 de janeiro de 1865, *Ausgewählte Briefe*, p. 182.
43. "Não cabe tratar aqui de algo que, na verdade, não pertence a Malthus, ou seja, a teoria da renda da terra" (*Grundrisse*, p. 501).
44. Ibid. Nas *Teorias*, Marx assinala que a "menor produtividade relativa da agricultura" é um fenômeno histórico que poderia ser superado no próprio capitalismo. *Theorien*, II, p. 99-100 e 242-243; cf. também *Grundrisse*, p. 561.
45. *Grundrisse*, p. 303.

CAPÍTULO 19

1. *Das Kapital*, I, p. 594.
2. *Grundrisse*, p. 354.
3. *Das Kapital*, I, p. 597, e *Grundrisse*, p. 360.
4. *Grundrisse*, p. 364, e *Das Kapital*, I, p. 752.
5. Em inglês no original: "*very conditions*".
6. Em inglês no original: "*hoarding*".
7. Em inglês no original: "*hoard*".
8. *Grundrisse*, p. 363-364.
9. Ibid., p. 272.
10. *Das Kapital*, I, p. 661.
11. *Grundrisse*, p. 356. Aqui se abstrai, evidentemente, a parte da mais-valia consumida pelo próprio capitalista.
12. Ibid., p. 357 e 355.

13. Cf. p. 177-178 deste trabalho.
14. Como exemplo das peculiaridades do modo expositivo dos *Grundrisse* e de sua terminologia "hegeliana" que freqüentemente parece confusa, reproduziremos aqui toda a passagem da qual foi extraída a primeira frase citada: "Do ponto de vista do trabalho, sua atividade no processo de produção aparece dessa maneira: o trabalho afasta de si mesmo sua realização em condições objetivas, como realidade alheia; ao mesmo tempo e por conseguinte, coloca-se como força de trabalho privada de substância, dotada apenas de necessidades e defrontada com esta sua realidade alienada, que não lhe pertence para si, mas como mero ser para outro, e portanto também como ser-de-outro-modo, ou ser do outro, oposto a si mesmo. Este processo de realização caminha lado a lado com o processo de 'desrealização' do trabalho. O processo aparece objetivamente, mas coloca esta objetividade como seu próprio não-ser ou como o ser de seu não-ser: do capital. O trabalho retorna a si mesmo como mera possibilidade de criar valores ou valorização, pois toda a riqueza real, o mundo do valor real e portanto as condições reais de sua própria realização o enfrentam como existências autônomas" (ibid., p. 357-358).
15. Cf. *Das Kapital*, I, p. 607: "O processo capitalista de produção, considerado em sua interdependência ou como processo de reprodução, não só produz mercadorias, não só produz mais-valia, mas produz e reproduz a própria *relação capitalista*: de um lado *o capitalista*, de outro *o assalariado*."
16. *Grundrisse*, p. 356-357 e 362. Cf. ibid., p. 412: "*A produção de capitalistas e de trabalhadores assalariados é então um produto fundamental do processo de valorização do capital.*" A economia usual, que só visualiza as coisas produzidas, se esquece disso completamente.
17. Cf. nota 132 do capítulo 2.
18. *Grundrisse*, p. 363 e 364. "É preciso recordar que as novas forças produtivas e relações de produção não se desenvolvem a partir do *nada*, nem do ar, nem das entranhas que o Espírito impõe a si mesmo; elas se desenvolvem no interior da produção e das relações de propriedade tradicionais, contrapondo-se a elas. Se, no sistema burguês acabado, cada relação econômica pressupõe a outra sob a forma econômica burguesa, e assim cada elemento posto é ao mesmo tempo pressuposto, o mesmo ocorre em todo sistema orgânico. Este mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem seus pressupostos. E seu desenvolvimento até alcançar a totalidade plena consiste precisamente [em que] subordina todos os elementos da sociedade, ou em que cria os órgãos que ainda lhe fazem falta a partir daquela. Assim, chega a ser historicamente uma totalidade. O devir na direção desta totalidade constitui um momento de seu processo, de seu desenvolvimento" (*Grundrisse*, p. 189).
19. "No capital adicional [...] produzido pelo trabalho está implícita ao mesmo tempo a necessidade real de novo mais-trabalho, e deste modo o próprio capital adicional constitui a possibilidade real de novo mais-trabalho e, ao mesmo tempo, de novo capital adicional. Vê-se aqui como o mundo objetivo da

riqueza se amplia progressivamente pela ação do trabalho e se defronta com ele como um poder alheio; como alcança uma existência cada vez mais ampla e plena, de tal modo que, em relação aos valores produzidos, [...] a subjetividade da força viva de trabalho constitui um contraste cada vez mais rigoroso" (ibid., p. 359).

20. Ibid., p. 360-361.
21. Ver *Das Kapital*, I, p. 611-612.
22. Em *Das Kapital*: "[...] não pressupõe nada mais que a livre disposição por parte do trabalhador sobre suas próprias capacidades, e por parte do possuidor do dinheiro ou das mercadorias a livre disposição sobre os valores que lhe pertencem."
23. No original, "capacidade de trabalho".
24. Em *Das Kapital*, segue-se esta frase: "Pelo menos tivemos de admitir esta suposição, já que só se enfrentavam possuidores de mercadorias igualados diante do direito, e o meio para a apropriação da mercadoria alheia era tão-somente a alienação da própria mercadoria, uma mercadoria que só podia ser produzida pelo próprio trabalho."
25. *Grundrisse*, p. 361-362.
26. Por exemplo, Adam Smith (cf. *Theorien*, I, p. 58-59), Sismondi e Cherbuliez (cf. *Das Kapital*, I, nota 23, p. 612-613, e *Theorien*, III, p. 369-370. Cf também a crítica de Marx a Ricardo, ibid., II, p. 404-405.
27. Ibid., III, p. 473.
28. *Grundrisse*, p. 565-566.
29. Rosa Luxemburgo, *Die Akkumulation des Kapitals*, 1921, p. 235.
30. *Das Kapital*, I, p. 615.
31. Marx diz: "Admire-se, pois, a astúcia de Proudhon. Ele quer abolir a propriedade capitalista ao mesmo tempo em que reivindica as propriedades eternas correspondentes à produção de mercadorias!" (*Das Kapital*, I, p. 616).
32. Citado em *Theorien*, III, p. 369.
33. Ibid.
34. Em inglês no original: "*delusion*".
35. *Grundrisse*, p. 414.
36. *Grundrisse*, p. 566.
37. Ibid.
38. *Das Kapital*, I, p. 616. Segundo Lukács, "só como categoria universal do ser social a mercadoria se torna compreensível em sua essência, de forma não falseada". Precisamente por isso, "a forma da mercadoria como forma universal também apresenta, considerada em si mesma, um aspecto distinto do de um problema particular, isolado" (*Geschichte und Klassenbewusstsein*, p. 96-97).
39. *Grundrisse*, p. 904.
40. Cf. o capítulo 9 deste trabalho.
41. *Grundrisse*, p. 413 e 416.

42. "O material que elabora" a capacidade de trabalho "é material *alheio*; também o instrumento é alheio; seu trabalho aparece como um acessório deles como substância, e portanto se objetiva em algo que não lhe pertence. E o próprio trabalho vivo se apresenta como *alheio* diante da força viva de trabalho — cujo trabalho e cuja manifestação vital específica é ele —, pois foi cedido ao capital pelo trabalho objetivado, pelo produto do próprio trabalho. A força de trabalho se comporta diante do trabalho como diante de algo alheio, e se o capital quisesse pagá-la sem fazê-la trabalhar, ela aceitaria de bom grado a oferta. De modo que seu próprio trabalho lhe é tão alheio [...] quanto o material e o instrumento. Em conseqüência, também o produto se apresenta diante dela como uma combinação de material alheio, instrumento alheio e trabalho alheio: como *propriedade alheia*; finalizada a produção, a força de trabalho se empobreceu pela força vital gasta, mas deve recomeçar a *drudgery* [tarefa penosa] [...]" (ibid., p. 366).
43. Ibid., p. 365.
44. Ibid., p. 214: "Que é o capital, considerado não como resultado, mas como premissa dos processos de produção? Que o converte em capital antes de ingressar no processo, de modo que este [processo] só desenvolve seu caráter imanente? É a determinação social na qual existe. O fato de que ao trabalho vivo se enfrente o trabalho passado, à atividade o produto, ao homem o objeto, ao trabalho suas próprias condições objetivas, como sujeitos, personificações alheias, autônomas, aferradas a si mesmas, em suma, como propriedade alheia, e nessa condição sejam "empregadores" e "comandantes" do próprio trabalho, do qual se apropriam, em lugar de ser apropriados por ele [...]. No processo, o dinheiro [...] só se apropria de mais-valia, [...] porque já está pressuposto antes do processo de produção como capital. [...] Se não ingressasse nele como capital, tampouco sairia dele como capital" (*Theorien*, III, p. 466-467).

CAPÍTULO 20

1. *Grundrisse*, p. 364.
2. "Por exemplo: embora a fuga dos servos para as cidades seja um dos pressupostos históricos do sistema urbano, não é uma *condição*, um elemento da realidade do sistema urbano desenvolvido. Corresponde, ao contrário, a seus pressupostos passados, aos pressupostos de seu devir, abolidos em sua própria existência" (ibid., p. 363).
3. Ibid., p. 364. Marx prossegue: "Para analisar as leis da economia burguesa não é necessário, pois, escrever a *história real das relações de produção*. Mas a correta concepção e dedução delas, como relações historicamente originadas, conduz sempre a primeiras equações — como os números empíricos, por exemplo, nas ciências naturais — que apontam para um passado que jaz por trás desse sistema. Junto com a concepção certeira do presente, tais indícios

fornecem também a chave para compreender o passado: um trabalho em separado, que esperamos poder abordar em alguma ocasião" (ibid., p. 364-365).

4. Ibid., p. 945.
5. Ibid., p. 367-368.
6. Ibid., p. 397.
7. Ibid., p. 368. Cf. também ibid., p. 136: "A escravidão dos negros — uma escravidão puramente industrial —, que desaparece com certa facilidade e é incompatível com o desenvolvimento da sociedade burguesa, pressupõe a existência de tal sociedade: se, junto dessa escravidão, não existissem outros Estados livres, baseados no trabalho assalariado, todas as condições sociais nos Estados escravistas assumiriam formas pré-civilizadas."
8. "[...] o alfaiate e o sapateiro, que ainda no período de minha juventude entravam de casa em casa de nossos camponeses renanos, para converter em vestimentas e calçados os materiais elaborados por eles [...]" (Friedrich Engels, "Ergänzung und Nachtrag zum III Band des 'Kapital'", em *Das Kapital*, III, p. 32).
9. *Grundrisse*, p. 369. "Neste intercâmbio de dinheiro por trabalho ou por serviço dirigido ao consumo direto, de qualquer forma tem lugar um intercâmbio real; que ambas as partes troquem *quantidades de trabalho* tem só um interesse formal; serve para medir mutuamente as formas *particulares* de utilidade do trabalho. Isso só diz respeito à *forma* do intercâmbio; não constitui seu *conteúdo*. No intercâmbio de capital por trabalho, o valor não mede o intercâmbio de dois valores de uso; ele é o próprio *conteúdo do intercâmbio*" (ibid., p. 373).
10. "Algum dos sábios de Paul de Kock poderá dizer-me que sem essa compra de serviços não posso viver, e portanto tampouco posso me enriquecer. Assim, ela é um meio indireto, ou pelo menos uma condição, para o meu enriquecimento. Da mesma maneira, minha circulação e meu processo respiratório seriam condições para meu enriquecimento. Nem por isso minha circulação sangüínea ou meu processo respiratório me enriquecem, já que ambos, ao contrário, pressupõem um oneroso metabolismo sem o qual não existiria nenhum pobre-diabo" (*Theorien*, I, p. 378).
11. *Grundrisse*, p. 369-371. Cf. ibid., p. 183: "O trabalho como mera prestação de serviços para satisfazer necessidades diretas nada tem a ver com o capital, pois não interessa a este. Quando um capitalista pede que cortem lenha para assar seu *mutton* [carne de ovelha], ele e aquele que a corta se situam dentro de uma relação de intercâmbio simples. O que corta a lenha presta um serviço ao capitalista, um valor de uso que não acrescenta capital, antes o consome. O capitalista lhe proporciona, em troca, outra mercadoria, sob a forma de dinheiro. Assim ocorre com todas as prestações de serviço que os trabalhadores trocam pelo dinheiro de outras pessoas e que são consumidas por essas pessoas. Este [intercâmbio] é um consumo da renda, e como tal corresponde sempre à circulação simples, não à do capital."

12. Ibid., p. 372. Como se vê, trata-se aqui de um ponto de vista que Marx desenvolveu em detalhes no primeiro tomo das *Teorias* ("Adam Smith e o conceito de trabalho produtivo").
13. Em francês no original: "*au fond*".
14. Desse ponto de vista se devem considerar as tentativas dos historiadores da economia européia que pretendiam deduzir o caráter "capitalista" das fazendas do século XVIII a partir da existência, nesses estabelecimentos, de diaristas livres.
15. Ibid., p. 373.
16. Ibid., p. 368.
17. Ibid., p. 395.
18. "A unidade original entre trabalhador e meios de produção [...] tem duas formas principais: a comunidade asiática (comunismo primitivo) e a pequena agricultura familiar [...]. Ambas são formas embrionárias e pouco apropriadas de desenvolver o trabalho como trabalho social e a produtividade desse trabalho social. Daí a necessidade da separação, do afastamento, da antítese entre trabalho e propriedade, pela qual deve entender-se a propriedade das condições de produção. A forma extrema desse afastamento, na qual ao mesmo tempo se desenvolvem com a maior intensidade as forças produtivas do trabalho social, é a do capital. Só sobre a base material que a cria e mediante as revoluções que a classe trabalhadora e toda a sociedade experimentam no processo dessa criação pode restabelecer-se a unidade originária" (*Theorien*, III, p. 414). De todos os textos de que dispomos sobre o "modo de produção asiático", surge claramente que Marx via nele apenas uma variante particular do comunismo primitivo, situado no começo da história da civilização (coisa também confirmada pela citação anterior das *Teorias*). Esta circunstância explica por que Marx não inicia sua enumeração das sucessivas épocas da história da economia (no "Prólogo" da *Zur Kritik* [*Contribuição à crítica*]) com o comunismo primitivo, mas sim com os "modos de produção asiáticos". Podemos ler ali: "Em grandes traços, podem-se qualificar os modos de produção asiáticos, antigos, feudais e burgueses modernos como épocas progressivas da formação social econômica" (*Zur Kritik*, p. 14). Apesar disso, na mesma obra (e nos *Grundrisse*, que são anteriores) ele sustenta que toda a história da civilização provém do comunismo primitivo (a "propriedade natural comum"), destacando que a existência dessa "forma primitiva" pode ser demonstrada não só na Ásia, mas também entre os romanos, germanos, celtas e eslavos (*Zur Kritik*, p. 27). Aqueles que defendem ultimamente a teoria de um "modo de produção asiático" particular jamais repararam nessa aparente "contradição".
19. *Grundrisse*, p. 389.
20. Em outro lugar, Marx diz: "A primeira condição para o desenvolvimento do capital é a separação da propriedade do solo em relação ao trabalho, como um poder independente, sob controle de uma classe particular, diante do

trabalhador livre." Daí que, na descrição dos fisiocratas, "o proprietário da terra aparece como o verdadeiro capitalista, ou melhor, como o proprietário do mais-trabalho [...]. Também nesse aspecto o sistema fisiocrata acerta [...]" (*Theorien*, I, p. 20 e 22).

21. Em contraste com o contexto social baseado no intercâmbio de mercadorias e no dinheiro. Ver p. 118-119 deste trabalho.
22. *Grundrisse*, p. 396-398.
23. "Ao ocorrer a dissolução das corporações, alguns mestres se transformam em capitalistas industriais; não obstante, esse caso é raro, o que está de acordo com a natureza da coisa. Ali onde surgem o capitalista e o operário, em geral a corporação se arruína, o mestre e o oficial se arruínam" (ibid., p. 405).
24. Ibid., p. 404.
25. O termo aparece nos *Grundrisse*, p. 741-742. Ver nota 17 do capítulo 8.
26. *Das Kapital*, III, p. 358-359.
27. No original, "*in fact*".
28. *Grundrisse*, p. 405. Cf. *Das Kapital*, III, p. 364: "No mundo antigo, os resultados do comércio e do desenvolvimento do capital comercial foram sempre a economia escravista; segundo o ponto de partida, eles resultaram na transformação de um sistema escravista patriarcal, voltado para a produção de meios de subsistência direta, em um sistema orientado para a produção de mais-valia. Em troca, na era moderna, desembocam no modo capitalista de produção. Disso se deduz que esses mesmos resultados ainda estavam condicionados por outras circunstâncias totalmente diferentes do desenvolvimento do capital comercial."
29. *Grundrisse*, p. 408.
30. Cf. *Das Kapital*, II, p. 134-135.
31. Em francês no original: "*d'une manière ou d'autre*".
32. *Grundrisse*, p. 402-403.
33. Em uma nota de pé de página, Marx observa: "Fica logo claro que circuito absurdo surgiria se, de um lado, os trabalhadores que o capital deve colocar em ação para agir como capital devessem primeiro ser criados, devessem ser chamados à vida, através da acumulação do capital, devessem esperar deste um "façam-se os trabalhadores!", enquanto o próprio capital não fosse capaz de acumular-se sem trabalho alheio; o máximo que poderia fazer seria acumular *seu próprio trabalho*, ou seja, existir então como *não-capital* e *não-dinheiro*, pois o trabalho antes da existência do capital só pode valorizar a si próprio em formas como a do trabalho artesanal, a agricultura em pequena escala etc., em suma, só em formas que não permitem *acumular*, ou só o permitem em escassa quantidade, e formas que só deixam um pequeno produto excedente, que é *consumido* em sua maior parte" (ibid., p. 406).
34. Isso vale também para os instrumentos de trabalho; pois "a riqueza em dinheiro não descobriu nem fabricou o torno de fiar nem o tear. Mas, separados da terra, os fiandeiros e os tecelões, com seus tornos e teares, caíram sob o domínio da riqueza em dinheiro etc." (ibid., p. 407).

35. O texto prossegue: "A maneira como o dinheiro se transforma em capital com freqüência se torna visível, de uma forma simples e clara, quando o mercador, por exemplo, faz trabalhar para si mais tecelões e fiandeiros, que até então trabalhavam no tecido e na fiação como atividade acessória da agricultura, de tal modo que ele converte essa atividade acessória em ocupação central; daí em diante, está mais seguro deles, pois os converteu em trabalhadores assalariados sob seu comando. Mudá-los de seus lugares de origem e reuni-los em um local de trabalho é um passo posterior. Nesse simples processo se vê claramente que o capitalista não criou matérias-primas, nem instrumentos, nem meios de subsistência para tecelões e fiandeiros. Tudo o que fez foi limitá-los cada vez mais a um tipo de trabalho, no qual se tornam dependentes da venda, do *comprador*, do *comerciante* e finalmente só produzem *para* e *por intermédio* dele. Originariamente, este só comprava trabalho através da compra do produto; nem bem os trabalhadores se limitaram à produção deste valor de troca — e, por conseguinte, devem produzir valor de troca imediato, intercambiar todo o seu trabalho por dinheiro para poder seguir existindo —, caem sob o comando do comerciante e finalmente desaparece também a aparência de que eles lhe *vendem* seus produtos. Ele compra seu trabalho e lhes retira primeiro a propriedade do produto, em seguida a do instrumento, ou as deixa como *propriedade aparente*, para diminuir seus próprios custos de produção" (ibid., p. 409-410).
36. Ibid., p. 406 e 408.
37. Ibid., p. 407.
38. *Theorien*, III, p. 267.
39. Ibid., p. 266-267.
40. Curiosamente, essa concepção errada também se encontra em Rosa Luxemburgo, que escreveu em sua principal obra: "Marx trata em profundidade tanto do processo da apropriação de meios de produção não capitalistas como do processo da transformação do campesinato em proletariado capitalista. Todo o capítulo XXIV do primeiro tomo de *O capital* é dedicado a descrever o nascimento do proletariado inglês, da classe dos arrendatários capitalistas, assim como do capital industrial. Na descrição de Marx, o saque dos países coloniais por parte do capital europeu desempenha importante papel nesse último processo. Mas tudo isso, note-se bem, só do ponto de vista da assim chamada 'acumulação primitiva'. Os processos indicados só ilustram em Marx a gênese, a hora de nascimento do capital, descrevem as dores de parto produzidas no nascimento do modo de produção capitalista a partir de dentro da sociedade feudal. Tão logo oferece a análise teórica do processo capitalista — tanto da produção como da circulação —, ele retorna constantemente à sua premissa: o domínio universal e exclusivo da produção capitalista" (*Die Akkumulation des Kapitals*, 1923, p. 285-286).
41. *Theorien*, III, p. 413-414.

42. "Mas o capital, para vir a ser, pressupõe alguma acumulação, que já está implícita na antítese entre o trabalho objetivado e o trabalho vivo, na vigência dessa antítese. Esta acumulação necessária para o devir do capital e incorporada como um pressuposto, como um momento, no conceito de capital deve ser radicalmente distinguida da acumulação do capital que já chegou a ser capital, para a qual têm de existir capitais previamente" (*Grundrisse*, p. 226; cf. ibid., p. 484).
43. Isto é, até que seja instaurada a ordem social comunista.
44. Isso não significa, naturalmente, que o emprego de partes do mais-produto para a reprodução ampliada seria característica exclusiva do capital. "[...] É absurdo considerar que essa acumulação é específica do capital, já que as condições objetivas do trabalho vivo devem estar presentes em geral, outorgadas pela natureza ou produzidas historicamente." Daí que a acumulação específica do capital "significa simplesmente que o mais-trabalho objetivado (mais-produto) é valorizado por um novo trabalho vivo, em lugar de colocá-lo (gastá-lo) em pirâmides etc., como faziam por exemplo os reis egípcios ou os aristocráticos sacerdotes etruscos" (*Grundrisse*, p. 337). No capitalismo, portanto, a função de ampliar a produção corresponde aos capitalistas e se apresenta como sendo a transformação do mais-produto em capital. (Exatamente por isso, esta ampliação da produção se diferencia da de épocas anteriores.) Marx ironiza: "Daí o economista imbecil conclui que tal operação, se não tivesse lugar dessa maneira discordante e específica, não existiria; a reprodução em escala ampliada se torna, em sua mente, inseparável da forma capitalista desta reprodução: a acumulação" (*Theorien*, III, p. 268; cf. também ibid., p. 412-413).
45. Ibid., p. 268.
46. *Grundrisse*, p. 411.
47. *Das Kapital*, III, p. 274. Cf. uma passagem idêntica nas *Theorien*, III, p. 268.

APÊNDICE

1. *Das Kapital*, I, p. 185.
2. Ibid., p. 185.
3. Otto Bauer, *Rationalisierung und Fehlrationalisierung*, p. 170-171.
4. *Das Kapital*, I, p. 185.
5. Ibid.
6. Marx, *Lohn, Preis und Profit*, cf. *MEW*, t. 16, p. 147.
7. Ibid. Citamos um trecho dessa conferência conforme a antiga tradução em *Ausgewählte Schriften*, I, 1934. Cf. *MEW*, t. 16, p. 147.
8. Ibid., p. 149.
9. Rosa Luxemburgo, *Ausgewählte Reden und Schriften*, II, p. 99. Cf. Karl Kautsky, *Karl Marx' ökonomische Lehren*, 1906, p. 236: "Mas o salário não pode subir a ponto de colocar em perigo a mais-valia. No modo de produção

capitalista, a demanda de força de trabalho depende da necessidade de autovalorização do capital, ou seja, de produção de mais-valia. Por isso, o capital jamais comprará a força de trabalho a um preço que impeça a produção de mais-valia."

10. Citado segundo K. Diehl, *Sozialökonomische Erläuterungen zu David Ricardos Grundgesetzen der Volkswirtschaft und Besteuerung*, II, p. 76.
11. Fritz Sternberg, *Marx und die Gegenwart*, p. 13-14.
12. "A concentração industrial e a acumulação do capital incrementam a produtividade do trabalho, mas não conduzem a um aumento dos salários reais. Ao contrário [...]" (ibid.).
13. Marx tinha boas razões para limitar-se aqui ao preço da força de trabalho. Tais razões estão expressas no trecho das *Teorias* citado na p. 72 deste trabalho. Para não complicar inutilmente a investigação das leis de formação da mais-valia, Marx devia, em primeira instância, conceber o valor da força de trabalho "como algo fixo, como uma magnitude dada". *O capital* parte dessa premissa metodológica. Trata os meios de subsistência de que o trabalhador médio necessita habitualmente (e, portanto, também o valor da força de trabalho) como uma "magnitude constante" (*Das Kapital*, I, p. 542). Isso não significa que, na realidade capitalista, "os meios de subsistência necessários" não possam modificar-se (por exemplo, crescer). Porém, Marx só poderia investigar esse caso na "teoria especial do trabalho assalariado", que planejou escrever.
14. *Das Kapital*, I, p. 542.
15. Ibid., p. 549.
16. *Theorien*, II, p. 410. Todavia, a elevação do valor da força de trabalho freqüentemente só aparece nesse caso: "Estima-se o valor de um dia da força de trabalho conforme sua duração média normal, que corresponde ao período normal de vida do trabalhador [...]. Até certo ponto, esse maior desgaste de força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada, pode ser compensado por uma remuneração maior. Mas, acima desse ponto, o desgaste aumenta em progressão geométrica e, ao mesmo tempo, desaparecem todas as condições normais de reprodução e funcionamento da força de trabalho" (*Das Kapital*, I, p. 549).
17. Ibid., p. 547.
18. Em *Grünbergs Archiv*, 1928.
19. *Das Kapital*, I, p. 545-546. Aqui está a fórmula teórica na qual se basearam, na maioria das vezes, os aumentos dos salários reais que existiram nos países capitalistas avançados durante a segunda metade do século XIX e o século XX.
20. *Theorien*, III, p. 306.
21. *Lohn, Preis und Profit*, p. 142.
22. *Das Kapital*, I, p. 587.
23. Ibid., p. 631: "Todavia, não se deve imaginar que, porque em determinado país o valor relativo do trabalho possa crescer e diminuir em relação inversa

com a produtividade do trabalho, então o salário nos diversos países estabelece uma relação inversa com a produtividade do trabalho. O mais correto é justamente o contrário. Quanto mais produtivo for um país, comparado a outro no mercado mundial, tanto mais altos serão os salários nele, comparados com os dos demais países. Na Inglaterra, não só o salário nominal, mas também o real, é mais alto que no continente. O trabalhador come mais carne, satisfaz mais necessidades [...]. Mas o salário na Inglaterra não é mais alto em relação à produtividade do trabalhador inglês" (*Theorien*, II, p. 8).

24. Cf. o ensaio de Natalie Moszkowska, dirigido contra A. Braunthal, "Zur Verelendungstheorie", em *Die Gesellschaft*, 1930: "Braunthal nega [...] a piora relativa do nível de vida dos despossuídos diante dos possuidores, ou a crescente desproporção entre o nível de vida dos trabalhadores e o que seria tecnicamente possível no curso do desenvolvimento capitalista [...]. O sentido das palavras citadas é, evidentemente, o seguinte: a taxa de mais-valia ou de exploração não aumenta durante o desenvolvimento capitalista [...]; ao contrário, permanece mais ou menos no mesmo nível [...]" (op. cit., p. 235).
25. Metáfora tomada do socialista utópico Bray (ver "Salário", p. 540).
26. *Das Kapital*, I, p. 641, 645-648 e 649.
27. Também no terceiro tomo de sua obra, no qual, como se sabe, Marx abandona a premissa de que a composição orgânica deve permanecer constante, destaca-se repetidamente a necessidade de aumentos de salário na fase de prosperidade do ciclo industrial. Ver, por exemplo, *Das Kapital*, III, p. 262.
28. *Lohnarbeit und Kapital*, p. 411-414.
29. Cf. a passagem de Ricardo, citada em *Theorien*, II, p. 426: "Não é segundo a quantidade absoluta de produtos que cada classe recebe que podemos calcular corretamente a taxa de lucro, a renda e o salário, mas sim segundo a quantidade de trabalho necessária para confeccionar esses produtos. Mediante melhoras na maquinaria e na agricultura, é possível duplicar o produto total; mas se o salário, a renda e o lucro duplicam, os três conservam a mesma relação de antes; não se poderá dizer que nenhum deles se modificou relativamente. Mas se o salário não participasse do aumento geral, se em lugar de duplicar-se só houvesse aumentado pela metade [...], seria correto dizer-se [...] que o salário diminuiu, enquanto o lucro aumentou; pois se tivéssemos uma unidade inalterável de medida para medir o valor do produto, encontraríamos o resultado de que à classe trabalhadora caberia um valor menor e à classe capitalista um valor maior do que os que recebiam anteriormente." Sobre este trecho, Marx diz: "Um dos maiores méritos de Ricardo é o de haver considerado e fixado o salário relativo como uma categoria. Até aqui o salário havia sido considerado apenas em sua forma simples, como se o trabalhador fosse um animal. Mas, neste caso, ele é considerado dentro de uma relação social" (ibid., p. 420-421).
30. Cf. *Theorien*, III, 387-388.
31. Cf. Rosa Luxemburgo, *Ausgewählte Reden und Schriften*, II, p. 100.

32. Cf. *Grundrisse*, p. 491: "Além disso, na luta entre ambas as classes — que necessariamente se produz junto com o desenvolvimento da classe trabalhadora — a medição da distância recíproca, expressa pelo salário como proporção, se torna decisivamente importante." Pois: "A posição recíproca entre as classes está mais condicionada pelos salários relativos do que pelo nível absoluto dos salários" (*Theorien*, II, p. 420-421).
33. Rosa Luxemburgo, ibid., I, p. 717 e 719-720.
34. *Kritik des Gothaer Programms*, *MEW*, t. 19, p. 26.
35. Ibid., p. 25-26.
36. "Quando se conhecem apenas os movimentos do salário absoluto só se compreende de forma parcial a lei do salário. Com a lei da queda automática do salário relativo, em virtude do aumento sistemático da produtividade do trabalho, se completa a lei capitalista do salário até ela adquirir sua real transcendência" (Rosa Luxemburgo, ibid., I, p. 725). Henryk Grossmann critica Rosa Luxemburgo por uma "incrível e bárbara mutilação dos elementos mais fundamentais da teoria marxista do salário" (*Das Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*, p. 585), mas isso só pode ser visto como uma curiosidade.
37. *Das Kapital*, I, p. 661.
38. *Theorien*, III, p. 329.
39. Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, p. 255.
40. *Das Kapital*, I, p. 658.
41. Mesmo na atual fase de prosperidade, seguem existindo milhões de desempregados nos Estados Unidos.
42. *Das Kapital*, I, p. 664.
43. Ibid., p. 668. Muito diferente era a situação, no século passado, nas colônias propriamente ditas, ou seja, nos países como Estados Unidos, Austrália etc., que foram povoados por imigrantes brancos. Podemos ler em *Salário, preço e lucro*: "Em países coloniais, a lei da oferta e demanda é favorável ao trabalhador. Daí o nível relativamente alto dos salários nos Estados Unidos. Ali o capital pode tentar tudo. Não pode impedir que o mercado de trabalho esvazie constantemente, pela permanente transformação dos trabalhadores assalariados em camponeses independentes, que se mantêm por seu próprio trabalho. Para grande parte dos norte-americanos, a posição de trabalhadores assalariados é uma etapa de transição, que abandonam depois de um período mais ou menos prolongado" (*Lohn, Preis und Profit*, p. 149-150). Essa situação excepcional dos trabalhadores norte-americanos deixou de existir há muito tempo; todavia, os altos salários atuais dos trabalhadores desse país devem ser atribuídos também, entre outras causas, a essas circunstâncias históricas.
44. *Das Kapital*, I, p. 666.
45. Ibid., p. 658.
46. "O inverso ocorre na época da prosperidade. [...] Não só aumenta o consumo de meios de subsistência necessários; a classe trabalhadora (à qual se

incorpora, de maneira ativa, seu exército de reserva) também participa momentaneamente no consumo de artigos supérfluos, que em outras circunstâncias lhe são inacessíveis, além dos artigos de consumo que normalmente só são meios de consumo 'necessários' para a classe dos capitalistas [...]" (ibid., II, p. 409).

47. Ibid., I, p. 658.
48. Ibid., p. 669.
49. Salvo se assinalamos a frase na qual se diz, em referência ao exército industrial de reserva: "*Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* Assim como todas as demais leis, sua aplicação é modificada por múltiplas circunstâncias, cuja análise não deve ser feita aqui" (ibid., p. 674).
50. Mais adiante veremos que eles julgam de forma muito diversa (e às vezes muito pessimista) as tendências desse movimento salarial que correspondia às circunstâncias concretas da época.
51. Não falamos de um "empobrecimento" porque esse termo é contraditório e equívoco, especialmente quando combinado com a palavra "relativa".
52. *Das kommunistische Manifest, MEW,* t. 4, p. 473.
53. Ibid., p. 476: "O preço médio do trabalho assalariado é o mínimo do salário, ou seja, a soma dos meios de subsistência necessários para conservar o trabalhador vivo como tal. Portanto, em virtude de sua atividade, o trabalhador assalariado se apropria estritamente do que necessita para reproduzir sua vida."
54. Cf. *Das Kapital,* I, p. 672: "A terceira categoria da superpopulação relativa, a *estagnada,* constitui uma parte do exército de trabalhadores ativos, mas sua ocupação é irregular [...]. Ela se caracteriza pelo máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário. Já conhecemos sua figura principal na indústria domiciliar [...]." Por outro lado, é falso que o exército industrial de reserva deva ser identificado com a "desocupação", como diz Sternberg (op. cit., p. 55). Ambos os conceitos não coincidem de modo algum.
55. *Das Kapital,* I, p. 675. A última frase reaparece em versão um pouco modificada nas p. 790-791. Ali se diz: "Com a constante diminuição no número de magnatas capitalistas [...] cresce a massa de miséria, opressão, sujeição, degeneração, exploração, mas cresce também a rebeldia da classe trabalhadora, uma classe cujo número aumenta constantemente e que é disciplinada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo capitalista de produção."
56. Fritz Sternberg encontrou outra passagem, que cita na p. 261 de seu livro. Ele diz: "Marx escreve, por exemplo, em *Salário, preço e lucro*: 'Estas poucas indicações [sobre a crescente composição orgânica do capital] bastam para demonstrar que o desenvolvimento da indústria moderna deve inclinar a balança em benefício dos capitalistas e que, conseqüentemente, a tendência geral da produção capitalista não aponta no sentido de elevar o salário normal médio, mas sim de diminuí-lo, reduzindo o valor do trabalho, mais ou

menos, a seus limites mínimos'." Porém, Sternberg omite prudentemente a frase seguinte, que diz: "Porém, se nesse sistema a tendência das coisas é esta, isso quer dizer que a classe trabalhadora deve renunciar à sua resistência contra os excessos do capital e abandonar seus esforços para obter em cada ocasião uma melhora parcial de sua situação? Se agisse assim, ela seria espremida até constituir uma massa indistinta de esfomeados e derrotados, aos quais já não seria possível prestar nenhuma ajuda" (*Lohn, Preis und Profit*, p. 151). Esta última frase confere outro sentido à idéia. Para Marx, a tendência de a produção capitalista diminuir o valor da força de trabalho até seu limite inferior só poderia se impor se não existisse a tendência contrária, ou seja, a ação da classe trabalhadora.

57. Cf. a seguinte passagem em *O capital*: "Quanto maior forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e vigor de seu crescimento [...] tanto maior será a população relativa excedente, ou exército industrial de reserva [...]. Mas, quanto maior for esse exército de reserva em proporção ao exército de trabalhadores ativos, tanto maior será a massa da população excedente consolidada [...]. Quanto maiores forem, finalmente, as camadas da classe trabalhadora formadas por gente empobrecida e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial" (ibid., p. 673).
58. Marx fala aqui da "miséria das massas trabalhadoras". Mas o que importa é saber se, para ele, essa "miséria" deve agravar-se com o desenvolvimento do capitalismo, pois só nesse caso teria sentido atribuir a ele uma "teoria do empobrecimento".
59. *Inaugularaddresse*, *MEW*, t. 16, p. 9.
60. A crítica de Strachey nos parece especialmente incompreensível. Em *Contemporary Capitalism*, p. 119, ele afirma que, segundo Marx, "não haveria melhora nas condições dos assalariados quando aumentasse a produção total. O capitalismo superaria, por assim dizer, suas leis normais e forçaria um descenso do nível de vida dos trabalhadores para abaixo de seu verdadeiro valor, que era o do nível de subsistência". Que dizer dessa afirmação? Strachey leu isso em qual obra de Marx? Vejamos sua explicação para a conhecida disputa em torno da "lei de bronze do salário". Para Strachey, Marx só se opôs a Lassalle porque queria utilizar a organização social dos trabalhadores para a "derrubada revolucionária do capitalismo", embora, como teórico, acreditasse tanto quanto Lassalle na teoria do "mínimo fisiológico do salário" etc. etc.
61. Cf. *MEW*, t. 35, p. 19-20.
62. Friedrich Engels, *MEW*, t. 19, p. 252-253.
63. Friedrich Engels, *MEW*, t. 22, p. 231.
64. Milhões de negros americanos, por exemplo, levam uma existência que, para os padrões atuais, pode ser qualificada de "miserável".
65. Rosa Luxemburgo, op. cit., p. 724-725.
66. *Das Kapital*, I, p. 54.
67. Ibid., p. 584.

68. *Theorien*, III, p. 101.
69. *Das Kapital*, III, p. 248.
70. Henryk Grossmann, *Das Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*, p. 431-432. Cf. Marx, *Grundrisse*, p. 755: "Do fato de que o lucro possa estar abaixo da mais-valia [...] se depreende que não só os capitalistas individuais, mas também as nações podem intercambiar continuamente entre si em uma escala sempre crescente, sem que por isso tenham de obter lucros semelhantes. Uma pode apropriar-se constantemente de uma parte do mais-trabalho da outra, sem dar nada em troca [...]."
71. Otto Bauer, op. cit., p. 165.
72. Cf. p. 254 deste trabalho.
73. Otto Bauer, op. cit., p. 164. A opinião de Otto Bauer, aqui citada, parece contradizer a concepção sustentada por ele mesmo no Congresso de Bruxelas da Segunda Internacional, em 1928. Lemos a esse respeito em um artigo de L. Birkenfeld, em *Grünbergs Archiv*, 1930, p. 154: "A teoria leninista da aristocracia operária não viu que, como Helene e Otto Bauer explicaram [em *Kampf*, 1928, p. 393ss], os juros que os Estados Unidos extraem da Europa são quantidades muito pequenas em comparação com as massas de mais-valia dos capitalistas norte-americanos, massas que estes podem produzir a partir do trabalho dos operários norte-americanos, graças à elevada produtividade do trabalho local. Poucos dias depois de Otto Bauer afirmar isso em Bruxelas, o líder bolchevique Bukharin pretendeu refutar essa objeção no Congresso da Internacional Comunista. Otto Bauer pergunta, disse Bukharin, onde estão as colônias suecas, lembrando que uma parte dos trabalhadores suecos tem os salários mais elevados da Europa. É que o fundamento da aristocracia operária, contra-argumenta Bukharin, remete também, além dos ganhos coloniais, aos lucros diferenciais dos capitalistas cujas empresas trabalham com uma produtividade média mais elevada."
74. Mas a tentação de fazê-lo é muito poderosa, como nos ensina a história do movimento operário. Cf. a carta de Engels a Marx de 7 de outubro de 1858, na qual ele expressa o temor de que "o proletariado inglês se aburguese cada vez mais, de modo que esta, a mais burguesa de todas as nações, finalmente parece querer ter uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês, além da própria burguesia. Todavia, em uma nação que explora todo o mundo, isso de certo modo se justifica" (*MEW*, t. 29, p. 358). Vinte e três anos mais tarde, ele voltava a lamentar-se: O *British working man* [trabalhador britânico] já não quer seguir adiante e tem de ser sacudido pelos acontecimentos, pela perda do monopólio industrial. *En attendant, habeat sibi*" (*MEW*, t. 35, p. 20).
75. Otto Bauer, op. cit., p. 166.
76. Marx escrevia: "Naturalmente, confio que os leitores serão pessoas desejosas de aprender algo novo e, portanto, também de pensar por conta própria" (*Das Kapital*, I, p. 12).

PARTE IV

NOTA PRELIMINAR

1. *Grundrisse*, p. 416.
2. *Das Kapital*, III, p. 54.
3. *Das Kapital*, III, p. 836.

CAPÍTULO 21

1. Cf. nota 70 do capítulo 5 deste trabalho.
2. *Grundrisse*, p. 305-306. Cf. p. 129ss deste trabalho.
3. Em inglês no original: "*its demonetisation*".
4. Essa desvalorização (só nos *Grundrisse* Marx usa o termo neste sentido), que constitui um elemento do próprio processo de valorização, deve ser distinguida da desvalorização do capital que resulta do incremento da produtividade do trabalho. Em uma carta de Marx a Engels, datada de 14 de agosto de 1851, podemos ler: "O valor [está] originalmente determinado pelos custos de produção originais [...]. Porém, uma vez produzido, o preço do produto fica determinado pelos custos necessários para reproduzi-lo. Os custos de reprodução caem constantemente, e de forma tanto mais rápida quanto mais industrial seja o contexto. Portanto, [trata-se da] lei da contínua desvalorização do próprio valor do capital [...]" (*MEW*, t. 27, p. 313).
5. *Grundrisse*, p. 306.
6. Ibid., p. 307.
7. Ibid., p. 927.
8. *Zur Kritik*, p. 30.
9. No sentido de que a mercadoria deve percorrer uma troca de forma (M-D e D-M).
10. *Grundrisse*, p. 310.
11. Aqui, Marx encara um tema que reencontraremos mais tarde no terceiro tomo de *Das Kapital* (p. 194, 203 e 648-649).
12. *Grundrisse*, p. 308-309.
13. Ibid., p. 301.
14. Ibid., p. 307-310.
15. Cf. capítulo 15.
16. *Grundrisse*, p. 313.
17. Ibid., p. 309 e 310-311.
18. Ibid., p. 266ss.
19. Em inglês no original: "*a suspicion*".
20. Em inglês no original: "*downbreak*".
21. Ibid., p. 314. Cf. a conhecida caracterização de Sismondi em *Theorien*, III, p. 50-51. Também ali, Marx opõe Sismondi a Ricardo.
22. *Das Kapital*, III, p. 501.
23. *Theorien*, III, p. 51.

24. *Grundrisse*, p. 316.
25. *Theorien*, III, p. 84 e 96. Cf. ibid., II, p. 501: "Se, por exemplo, compra e venda — ou a metamorfose das mercadorias — representa a unidade de dois processos, ou o movimento de um processo através de duas fases opostas, sendo dessa forma, essencialmente, a unidade de duas fases, esse movimento é ao mesmo tempo, em essência, a separação dessas duas fases e sua autonomização recíproca. Mas como, não obstante, elas devem permanecer unidas, a independência dos dois aspectos correlatos só pode aparecer de forma violenta, como um processo de destruição. É justamente na crise que eles afirmam sua unidade, a unidade de diferentes aspectos. A independência dessas duas fases relacionadas e complementares é violentamente aniquilada. Assim, a crise manifesta a unidade de duas fases que se tornaram independentes. Não haveria crise se não existisse a unidade interna de fatores aparentemente indiferentes entre si. Não, diz o economista apologético. Porque há essa unidade, não pode haver crise. Isso significa que [para eles] a unidade de fatores opostos exclui a contradição."
26. *Zur Kritik*, p. 77.
27. *Grundrisse*, p. 316.
28. *Theorien*, III, p. 115. Cf. p. 381 deste trabalho.
29. *Grundrisse*, p. 317. Cf. nota 86 do capítulo 29 deste trabalho.
30. *Das Kapital*, III, p. 267.
31. *Grundrisse*, p. 317-318.
32. Ibid., p. 318.
33. *Theorien*, III, p. 80.
34. Em inglês no original: "*is*" [é].
35. *Grundrisse*, p. 324. Cf. nota 14 do capítulo 18 deste trabalho.
36. *Grundrisse*, p. 324-325.
37. Cf. capítulo 16 deste trabalho.
38. *Grundrisse*, p. 325.
39. Eco da terminologia hegeliana. Cf. György Lukács, *Der junge Hegel*, p. 655.
40. Em inglês no original: "*collapse*".
41. *Grundrisse*, p. 325 e 319.
42. Ibid., p. 324-325.
43. Ver capítulo 30 deste trabalho.
44. No original, "*Salär*".
45. "O que distingue o capital e a relação de servidão é que o trabalhador se defronta com ele como consumidor e como indivíduo que possui um valor de troca; sob a forma do possuidor de dinheiro, o trabalhador se converte em um dos inumeráveis centros da circulação, o que dissolve seu caráter específico de trabalhador" (ibid., p. 323).
46. Em inglês no original: "*not quite so great as is generally imagined*".
47. Diante disso talvez se pudesse lembrar o exemplo da indústria automotiva norte-americana, dominada, como se sabe, por três grandes empresas que

também querem ver seus trabalhadores na condição de compradores de seus automóveis. Mas, enquanto haja vários empresários em um setor da indústria, cada um deles poderá confiar — e confiará — em oferecer sua mercadoria aos trabalhadores de seus competidores, tratando de "restringir na medida do possível" o salário (e, portanto, também a capacidade de compra) de seus próprios trabalhadores.

48. Na realidade, não são palavras do próprio Malthus, mas sim de uma nota de pé de página escrita por Otter, o editor de seus *Principles*, que diz assim: "A demanda criada pelo próprio trabalhador produtivo nunca pode ser uma demanda adequada, pois abarca a magnitude total do que produz. Se o fizesse, não haveria lucro nenhum, e conseqüentemente nenhum motivo para empregar [o trabalhador]. A própria existência de um lucro líquido sobre uma mercadoria qualquer pressupõe uma demanda externa à do trabalhador que a produziu. O editor" (Thomas Robert Malthus, *Principles of Political Economy*, 1836, p. 405. Cf. *Grundrisse*, p. 1.008).
49. Citado em inglês no original.
50. Em inglês no original: "*adequate demand*".
51. Em inglês no original: "*exterior to the demand of labourer*".
52. Em inglês no original: "*collapse*".
53. No original, "*Salärs*".
54. *Grundrisse*, p. 322-323.
55. Cf. ibid., p. 533 e 67.
56. Cf. nota 119 do capítulo 2 deste trabalho.
57. *Grundrisse*, p. 323-324.
58. Ibid., p. 345.
59. No original, "*Maschinist*" (maquinista).
60. O esquema abstrai o capital fixo.
61. No original, "*Arbeiternecessaries*".
62. No original, "*Surplusproduce*".
63. Supõe-se que se trata de matérias-primas que podem voltar a servir para a fabricação de matérias-primas. O mesmo vale para as máquinas do capitalista C.
64. Ibid., p. 345-346.
65. *Das Kapital*, II, p. 396-397; III, p. 843-847.
66. *Theorien*, III, p. 243-246. Cf. também *MEW*, t. 30, p. 326-367, assim como o *Tableau Économique* de Marx, de 1863, reproduzido em apêndice à edição de *Das Kapital* de 1848, p. 533-536.
67. *Grundrisse*, p. 346.
68. Ibid., p. 346-347.
69. No original, "em uma parte".
70. No original, "o mais-trabalho".
71. Ibid., p. 347.
72. Ibid., p. 347-348. Também o conceito de "indiferença", que encontramos com freqüência nos *Grundrisse*, foi tomado da *Lógica* de Hegel.

73. Ibid., p. 348.
74. Ibid., p. 350. Marx acrescenta: "O processo em cujo transcurso isso ocorre só poderá ser analisado quando tivermos analisado o capital real, ou seja, a concorrência etc., as condições reais."

CAPÍTULO 22

1. Recordemos que o plano original de Marx relegava o tratamento das crises ao sexto e último livro da obra.
2. O próprio Marx via nesse tema (*Das Kapital*, III, p. 836) a maior função e o conteúdo mais importante do terceiro tomo de *O capital*. Cf. *Grundrisse*, p. 423: "A circulação, tal como a consideramos [aqui], é um processo de transformação qualitativa do valor [...], na medida em que nesse processo de transformação como tal — nesse trânsito de uma determinação a outra — surgem novas determinações."
3. *Das Kapital*, I, p. 589 e 590.
4. Cf. *Das Kapital*, II, capítulo XIII. Nos *Grundrisse* essa diferença só é tratada de forma fugaz, na medida exata em que era necessário fazê-lo para mostrar sua influência sobre a valorização do capital. Nas páginas do manuscrito vê-se também como Marx havia elaborado pouco antes seu pensamento sobre essa diferença. (Por exemplo, na p. 417 o tempo de produção ainda se identifica com o tempo de trabalho; posteriormente foi inserida uma observação nessa passagem: "falso".)
5. Em inglês no original: "*is finished*".
6. *Grundrisse*, p. 496.
7. Ver capítulo seguinte.
8. *Grundrisse*, p. 561.
9. "A não-coincidência entre tempo de produção e tempo de trabalho decorre geralmente das condições naturais que aqui interferem na valorização do trabalho, ou seja, na apropriação de mais-trabalho pelo capital. Naturalmente, tais obstáculos no caminho deste não constituem vantagens, mas sim, de *son point de vue*, perdas" (*Grundrisse*, p. 562).
10. Ibid., p. 561.
11. Ibid., p. 432-433.
12. Ibid., p. 422. "Se imaginamos um mesmo capital que produza e transporte, ambos os atos ficarão incluídos na produção imediata, e a circulação [...] só começará depois de [o produto] chegar ao seu lugar de destino" (ibid.).
13. Marx sustenta o mesmo ponto de vista em *Das Kapital* (capítulo VI, seção III do segundo tomo).
14. *Grundrisse*, p. 528-529. Todavia, "quando a mercadoria [transportada] chega ao seu local de destino, a modificação de seu valor de uso desaparece e só se expressa no aumento de seu valor de troca, no aumento do preço da mercadoria. Neste caso, o trabalho real não deixou nenhum rastro no valor de

uso, mas aparece no valor de troca desse produto material [...]" (*Theorien*, I, p. 388).

15. *Das Kapital*, II, p. 153.
16. *Grundrisse*, p. 423 e 520.
17. Ibid., p. 518.
18. Ibid., p. 418.
19. Ibid., p. 436.
20. Ibid., p. 417-418.
21. Ibid., p. 418.
22. Ibid., p. 436.
23. Ibid., p. 443.
24. Cf. o começo do capítulo anterior. "Assim como o grão, lançado na terra como semente, perde seu valor de uso direto, se desvaloriza como valor de uso direto, o *capital* se *desvaloriza* desde o fim do processo produtivo até sua reconversão em dinheiro e, a partir deste, novamente, em capital" (*Grundrisse*, p. 418).
25. Ibid., p. 437.
26. Ibid., p. 523-524.
27. Cf. *Das Kapital*, II, p. 128.
28. *Grundrisse*, p. 519.
29. *Das Kapital*, II, p. 150.
30. "Se os possuidores de mercadorias não são capitalistas, mas sim produtores diretos autônomos, então o tempo empregado em comprar e vender se deduz de seu tempo de trabalho. Por isso, na Antiguidade e na Idade Média, eles sempre buscavam fazer essas operações coincidirem com dias de festa" (ibid., p. 132).
31. Mais tarde, Marx torna sua idéia mais precisa: "Por isso, J. St. Mill erra quando considera os custos de circulação como *preço necessário da divisão do trabalho*. São custos da divisão natural do trabalho, baseada não na propriedade coletiva, mas sim na propriedade privada" (*Grundrisse*, p. 526).
32. Ibid., p. 518-519 e 526.
33. Ibid., p. 518 e 527.
34. Em inglês no original: "*still more*".
35. Ibid., p. 527.
36. Marx anota mais adiante, na p. 528: "De outra maneira, seria possível imaginar que o capitalista poderia compensar a si mesmo pelo tempo durante o qual não ganha dinheiro como assalariado de outro capitalista [...]."
37. No original, "na frase mais estrita".
38. Ibid., p. 527-528.
39. Em diversas passagens dos *Grundrisse*, Marx leva em conta o problema da taxa geral de lucro (ou taxa média de lucro). Mas este tema, como sabemos pelo plano original da obra, deveria ser considerado não dentro do "capital em geral", mas sim dentro da "pluralidade de capitais". Logo, não é casual

que na obra definitiva de Marx a taxa média de lucro só seja tratada no terceiro tomo, onde a exposição se aproxima cada vez mais das formações concretas do capital, ou seja, da esfera da concorrência (cf. o capítulo 25 deste trabalho).

40. No original, "*chargieren*".
41. Em inglês no original: "*in fact*".
42. Ibid., p. 444-446.
43. Cf. p. 52-55 deste trabalho.
44. Em inglês no original: "*is quite another thing*" (*Grundrisse*, p. 554-555). Cf. *Das Kapital*, II, p. 128: "Todavia, a economia política vê o que *aparece*, a saber: a influência que o tempo de circulação exerce sobre o processo de valorização do capital em geral. Concebe esta influência negativa como positiva, pois suas conseqüências são positivas."
45. Ver o capítulo 25 deste trabalho.
46. *Grundrisse*, p. 519.
47. *Grundrisse*, p. 563. O texto prossegue: "A supressão do dinheiro em sua forma imediata se apresenta como exigência da circulação monetária convertida em momento da circulação do capital: pois, em sua forma imediatamente pressuposta, o dinheiro é um obstáculo à circulação do capital. *Circulação sem tempo de circulação* é a tendência do capital [...]" (ibid., p. 563-564).
48. Ver o capítulo 27 deste trabalho.

CAPÍTULO 23

1. *Grundrisse*, p. 513-514.
2. *Das Kapital*, II, p. 353. Seria bom mencionar aqui a circunstância de que o tema tratado na seção I do segundo tomo ("As metamorfoses do capital e seu ciclo") — cuja leitura oferece tantas dificuldades, mas é um ponto culminante na aplicação do método dialético — está totalmente ausente nos *Grundrisse* (com exceção de observações ocasionais). Em muitos casos, isso prejudica a exposição do processo de circulação nos *Grundrisse*.
3. Ibid.
4. Ibid., p. 156-157.
5. Ver o capítulo seguinte.
6. Ver o capítulo 25 deste trabalho.
7. "Quando falamos de jornada de trabalho, nos referimos à extensão do tempo de trabalho durante o qual o trabalhador deve gastar diariamente sua força de trabalho, ou seja, deve trabalhar diariamente. Quando falamos de período de trabalho, isso significa o número de jornadas conexas requerido por um setor produtivo determinado para fornecer determinado produto. O produto de cada jornada de trabalho é aqui apenas um produto parcial que se segue executando dia a dia, e que só fica pronto, só é um valor de uso completo, no final de um período mais ou menos prolongado de tempo de trabalho" (*Das Kapital*, II, p. 223).

8. Ver o capítulo XII do segundo tomo de *O capital*.
9. Ibid., p. 241.
10. Ibid., p. 242.
11. *Grundrisse*, p. 520-521.
12. Ibid., p. 521.
13. Ibid., p. 307.
14. Ibid., p. 433.
15. Em inglês no original: "*in no time*".
16. Ibid., p. 446-447.
17. Em inglês no original: "*rather*".
18. Ibid., p. 533.
19. Ver o capítulo XV do segundo tomo de *O capital* ("Efeito do tempo de rotação sobre a magnitude do capital adiantado").
20. *Grundrisse*, p. 557-558.
21. Referência às etapas D → M ou, mais exatamente, D → FT/MP (compra de força de trabalho e de meios de produção) e M' - ▸ D' (reconversão do valor do capital aumentado na produção à sua forma monetária original).
22. *Das Kapital*, II, p. 105-106.
23. "[...] A influência da rotação sobre a produção de mais-valia, e em conseqüência também sobre o lucro [...]. Pode-se resumir em poucas palavras essa influência dizendo que, por causa do tempo necessário para a rotação, não é possível utilizar todo o capital na produção ao mesmo tempo; uma parte do capital está permanentemente em repouso, seja em forma de capital-dinheiro, de reservas de matérias-primas, de capital-mercadoria concluído mas ainda não vendido ou de dívidas ativas ainda não vencidas. O capital que intervém na produção ativa, ou seja, na geração e apropriação de mais-valia, se reduz continuamente, e a mais-valia produzida e apropriada se reduz na mesma proporção" (*Das Kapital*, III, p. 80; o capítulo citado foi redigido por Engels).
24. *Das Kapital*, II, p. 128. Cf. *Grundrisse*, p. 534.

CAPÍTULO 24

1. *Das Kapital*, III, p. 20. Cf. o capítulo XI do segundo tomo, que analisa as "Teorias sobre capital fixo e circulante: Ricardo", p. 228: "Não se trata aqui de definições às quais as coisas devam adaptar-se. Trata-se de funções determinadas que se expressam em categorias determinadas."
2. "Acima, havíamos dividido o capital em valor constante e variável, o que é sempre correto quando se considera o capital dentro da fase de produção, *id est* em seu processo imediato de valorização" (*Grundrisse*, p. 542).
3. Ibid., p. 514.
4. Marx utiliza aqui e na seqüência a expressão "*capital circulant*".

5. *Grundrisse*, p. 435. Cf. *Das Kapital*, II, p. 159: "Vimos que, em geral, todo o valor do capital está em circulação permanente e, por isso, nesse sentido, todo capital é capital circulante."
6. *Grundrisse*, p. 514.
7. Por "circulação" deve-se entender aqui o movimento do capital através de todas as suas fases. Cf. *Grundrisse*, p. 416: "Se consideramos agora a circulação, ou a circulação do capital como um todo [...]."
8. Ibid., p. 514 e 515. Encontramos um eco dessas manifestações em *Das Kapital*, II, p. 56.
9. *Grundrisse*, p. 555.
10. Ibid., p. 515.
11. Em inglês no original: "*contrivances*".
12. Ibid., p. 516-517.
13. Ibid., p. 517.
14. Todavia, "se um meio de produção que não é um meio de trabalho em sentido estrito — por exemplo, material auxiliar, matéria-prima, produto semielaborado etc. — se comporta como os meios de trabalho em relação à transferência de valor e portanto ao modo de circulação de seu valor, então é também um portador material, uma forma de existência, de capital fixo" (*Das Kapital*, II, p. 161).
15. *Grundrisse*, p. 590. Além disso, observa Marx nos *Grundrisse*, "no caso do corpo humano, como no do capital, suas diversas partes não se trocam em períodos iguais durante sua reprodução; o sangue se renova mais rapidamente que os músculos, os músculos que os ossos, os quais, desse ponto de vista, podem ser considerados como o capital fixo do corpo humano" (ibid., p. 562).
16. Ibid., p. 539. Cf. o plano estrutural de Marx nos *Grundrisse*, p. 186, ponto I-2: "*Particularização do capital*: (a) *Capital circulant, capital fixe* [...]."
17. Ibid., p. 583. E também p. 590: "A divisão puramente material do capital é retomada em sua forma e passa a diferenciá-lo."
18. Ibid., p. 539-540.
19. "[...] o que Cherbuliez chamava *approvisionnement* [são] os produtos necessários para que o trabalhador viva como trabalhador e esteja em condições de viver durante a produção, antes que se crie um novo produto; [...] é o dinheiro sob a forma de objetos de consumo, o dinheiro expresso como valor de uso, que os trabalhadores recebem do capitalista no ato do intercâmbio entre uns e outros" (ibid., p. 207).
20. "Na circulação, considerada como processo total, podemos distinguir entre a grande circulação e a pequena. A primeira compreende todo o período, desde o momento em que o capital emerge do processo de produção até que retorna a ele. A segunda é contínua e ocorre constantemente de modo simultâneo com o processo de produção. É a parte do capital que se paga como salário, que se intercambia pela capacidade de trabalho" (ibid., p. 565).

21. A passagem citada conclui: "Temos aqui o único momento na circulação do capital no qual o consumo intervém diretamente [...]. Através da relação do capital com a capacidade viva de trabalho e as condições naturais que requer a conservação desta última, podemos relacionar o capital circulante com o seu valor de uso, como o que entra diretamente no consumo individual" (ibid., p. 567).
22. *Das Kapital*, II, p. 166.
23. Ibid., p. 214-216. Cf. ibid., p. 223-224: "A verdadeira matéria do capital desembolsado em salário é o próprio capital, a força de trabalho em atividade e que cria valor, o trabalho vivo que o capitalista troca por trabalho inanimado, objetivado, e que se incorporou ao seu capital, em virtude do qual o valor que se encontra em suas mãos se transforma pela primeira vez em um valor que se valoriza a si próprio [...]. Mas, se, ao contrário, a definição secundária do capital circulante, que ele compartilha com uma parte do capital constante (matérias-primas e auxiliares), transforma-se na definição essencial da parcela do capital aplicado em força de trabalho, [...] então a parte do capital aplicada em salários também deve consistir materialmente, não em força de trabalho ativa, mas sim nos elementos materiais que o trabalhador compra com seu salário, ou seja, na parte do capital-mercadoria social que entra no consumo do trabalhador, ou seja, em meios de subsistência."
24. Ibid., p. 191.
25. Por "capital de circulação" entende-se, no segundo e no terceiro tomos de *O capital*, "o valor do capital em suas formas pertencentes ao processo de circulação (capital-mercadoria e capital-dinheiro)". "Por mais que o capital-dinheiro e o capital-mercadoria atuem como capital e por mais tranqüila que seja sua circulação, só se podem converter em capital circulante, em oposição ao fixo, se se transformarem em partes constitutivas circulantes do capital produtivo. Mas como estas duas formas do capital estão na esfera da circulação, desde Adam Smith a economia deixou-se induzir pelo erro [...] de juntá-las à parte circulante do capital produtivo sob a categoria de capital circulante. São, na realidade, capital de circulação em oposição ao produtivo, mas não são capital circulante em oposição ao fixo" (*Das Kapital*, II, p. 168). Só na análise da "pluralidade de capitais, ou seja, na esfera da concorrência, os conceitos de capital fixo e circulante adquirem um sentido ampliado, de modo que também podem referir-se ao "capital fixo e circulante de um comerciante" (*Das Kapital*, III, p. 298-300).
26. *Das Kapital*, II, p. 214.
27. Por isso dizem os *Grundrisse*, referindo-se aos "produtos circulantes de um fabricante de máquinas": "Para ele, [as máquinas] são *capital circulant*; para os fabricantes que precisam delas para o processo de produção, são *capital fixe*, porque para aquele são produto e para estes são instrumentos de produção" (*Grundrisse*, p. 611; ver também p. 613-614). Muito diferente é o que se

diz em *O capital*: "Assim, uma máquina, como produto do fabricante de máquinas, é forma-mercadoria de seu capital, capital-mercadoria para ele; enquanto permaneça nessa forma, não é nem capital circulante nem capital fixo. Vendida a um fabricante que a usa, converte-se em parte constitutiva fixa de um capital produtivo" (*Das Kapital*, II, p. 207).

28. As passagens aqui consideradas já foram levadas em conta, parcialmente, no capítulo 17.
29. Em francês no original: "*capital fixe*".
30. *Grundrisse*, p. 583-584.
31. Em francês no original: "*capital fixe*".
32. Ibid., p. 585-586. Evidentemente, a situação é outra quando levamos em conta a reduzida capacidade de circulação do capital fixo. Pois "é precisamente nesta determinação como capital *fixo* — ou seja, na determinação na qual o capital perde fluidez e se identifica com um *determinado* valor de uso que o priva de sua capacidade de transformação — que se apresenta da maneira mais evidente o *capital desenvolvido* [...]" Mas, desse ponto de vista, o capital fixo "não corresponde ao conceito de capital, que como valor é indiferente a toda forma determinada do valor de uso e pode assumir ou abandonar qualquer uma delas como encarnação indiferente", de modo que, neste sentido, "o *capital circulant* aparece como a forma adequada do capital em relação ao *capital fixe*". Marx acrescenta: "Uma bonita contradição. A desenvolver" (ibid., p. 571 e 586).
33. Ibid., p. 603.
34. "Dentro do processo de produção, o tempo de trabalho empregado na produção de *capital fixe* está para o empregado na produção de *capital circulant* como o *tempo de mais-trabalho está para o tempo de trabalho necessário*" (ibid., p. 597).
35. Isto é, não no sentido do "exército industrial de reserva".
36. *Grundrisse*, p. 594-595.
37. Ibid., p. 597-598.
38. Por condições de produção "gerais" ou "comunitárias" compreendem-se, nos *Grundrisse*, estradas, canais, ferrovias etc. (ibid., p. 431-432).
39. Ibid., p. 573.
40. Ibid., p. 574.
41. Ibid., p. 605-606.
42. Isso se revela inclusive no capital circulante: "Se um capital de 100 roda quatro vezes no ano e rende por isso 20%, igual a um capital de 400 que circule apenas uma vez, no fim do ano um capital será de 100, agora como antes, e o outro de 400, embora o primeiro tenha operado na produção de valores de uso e na criação de mais-valia como um capital quatro vezes maior. Já que aqui a velocidade da rotação substitui a magnitude do capital, isso mostra como só a quantidade de mais-trabalho colocado em movimento, só o traba-

lho, determina tanto a criação de valor como a de mais-valia, e não a magnitude do capital em si" (ibid., p. 606).
43. Em inglês no original: "*revulsions*".
44. Cf. *Das Kapital*, II, p. 183-185.
45. Em inglês no original: "*hence*".
46. Em inglês no original: "*so far*".
47. Em francês no original: "*relativement*".
48. *Grundrisse*, p. 606-607.
49. Em inglês no original: "*return*".
50. "Considerando que o processo de produção do capital é ao mesmo tempo um processo tecnológico, processo de produção *tout court*, isto é, produção de determinados valores de uso graças a um trabalho determinado e, em suma, em um modo determinado por essa mesma finalidade; considerando que, de todos esses processos de produção, aparece como o mais fundamental aquele através do qual o corpo reproduz seu metabolismo necessário, ou seja, cria meios de subsistência no sentido fisiológico; considerando que esse processo de produção coincide com a agricultura, a qual, também simultaneamente de maneira direta (como no caso do algodão, do linho etc.) ou indireta, por meio dos animais aos quais sustenta (seda, lã etc.), fornece grande parte das matérias-primas para a indústria (em realidade, todas as que não têm origem na indústria extrativa); considerando que a reprodução na agricultura praticada na zona temperada (a ponta do capital) está ligada à circulação telúrica geral, ou seja, que a maioria das colheitas é de natureza *anual*; por todos esses motivos, se adota o ano (mesmo que calculado de maneira diferente para as diversas produções) como o período geral com o qual se computa e se mede a soma das rotações do capital [...]" (ibid., p. 533). Cf. *Das Kapital*, II, p. 156-157.
51. No original, "sua quantidade".
52. *Grundrisse*, p. 607-608.
53. Cf. a discussão de Marx com Engels sobre este ponto: *MEW*, t. 29, p. 291-293.
54. *Grundrisse*, p. 608.
55. "Encontraremos outros motivos de determinação. Mas este é um. Antes, houve tempos bons e maus para a indústria, como para as colheitas (agricultura). Mas o ciclo industrial de vários anos, dividido em períodos ou épocas características, é privativo da grande indústria" (ibid., p. 608).
56. *Das Kapital*, II, p. 185.

PARTE V

CAPÍTULO 25

1. Cerca de 40 das mais de 130 páginas da seção estão dedicadas ao lucro e ao juro. As páginas restantes tratam da história da teoria do dinheiro, "recapitulam" a teoria da mais-valia etc. Além disso, devemos levar em con-

ta também as seções anteriores dos *Grundrisse*, já que contêm numerosas digressões relacionadas à seção III. Na p. 632, por exemplo, Marx diz: "Expusemos acima uma grande parte desse ponto. Mas é preciso inserir aqui o que antecipamos."

2. Cf. p. 29-30 deste trabalho.
3. De forma muito semelhante, podemos ler em *O capital*: o capital-dinheiro adiantado "está colocado como capital por sua relação com outra parte de D' [o capital valorizado], com a qual se relaciona como algo colocado por ele, efeito dele como causa, como uma conseqüência da que ele é a razão". *Das Kapital*, II, p. 50. Cf. nota 110 do capítulo 2 deste trabalho.
4. Hegel, *Logik*, II, p. 101: "A essência tem de aparecer." Cf. *Das Kapital*, I, p. 564: "*A forma fenomênica* [...], diferentemente da *relação essencial*, se *manifesta* [...]."
5. *Grundrisse*, p. 631-632.
6. Inicialmente, e ainda nos próprios *Grundrisse* (mais exatamente, na seção dedicada ao processo de produção, p. 248-250), ainda não se distinguem nem se separam claramente as expressões "taxa de lucro" e "taxa de mais-valia". Algumas vezes, ambas aparecem como se fossem a mesma coisa.
7. *Grundrisse*, p. 489 e 648. Não se deve ignorar o fato de que a transformação posterior da mais-valia em lucro "não é mais que o desenvolvimento posterior da inversão de sujeito e objeto que já ocorre no processo de produção". Marx diz: "Vimos ali como todas as forças produtivas subjetivas do trabalho se apresentavam como forças produtivas do capital. De um lado, o valor, o trabalho pretérito, que domina o trabalho vivo, se personifica no capitalista; de outro lado, e inversamente, o trabalhador aparece como uma força de trabalho meramente objetiva, como uma mercadoria." "Em um pólo aparece o preço da força de trabalho na forma transformada do salário, enquanto no pólo oposto aparece a mais-valia na forma transformada do lucro" (*Das Kapital*, III, p. 55 e 46). Cf. carta de Marx a Engels, datada de 30 de abril de 1868: "Posto que, em virtude da forma do salário, todo o trabalho aparece como se tivesse sido pago, a parte não paga parece surgir não do trabalho, mas sim do capital, e não da parte variável dele, mas sim do capital total. Assim, a mais-valia assume a forma de lucro" (*MEW*, t. 32, p. 71).
8. *Das Kapital*, I, p. 564.
9. *Grundrisse*, p. 653. Por causa da formação da taxa geral de lucro, só no curso da investigação se revelará "como o lucro se apresenta como uma magnitude diferente da mais-valia" (*Das Kapital*, III, p. 58). Cf. *Theorien*, III, p. 474: "Graças à transformação do lucro em lucro médio, à formação da taxa média de lucro — e, determinada por ela, graças à transformação dos valores em preços de produção —, o lucro do capital específico difere — não só em sua expressão, como diferença entre a taxa de lucro e a taxa de mais-valia, mas em sua substância, ou seja, em sua quantidade — do valor engendrado por

este capital em sua esfera específica de produção. Se considerarmos o capital individual — mas também o capital total — em uma esfera particular, o lucro não só parece ser diferente da mais-valia, mas também passa a sê-lo de fato."

10. "O lucro, tal como aqui ainda o consideramos, ou seja, como lucro *do capital*, e não de um capitalista individual às custas de outro, mas sim como *lucro da classe capitalista* [...]" (*Grundrisse*, p. 653).
11. Em inglês no original: "*wages*".
12. Ibid., p. 639.
13. Ibid., p. 648.
14. *Theorien*, II, p. 428.
15. *Grundrisse*, p. 633.
16. Em inglês no original: "*accumulated*". Ibid., p. 702.
17. *Das Kapital*, III, p. 77.
18. Além disso: "Se capitais cujas partes componentes estão em diferentes proporções, com diferentes produtividades, representam percentagens iguais sobre o capital total, a mais-valia real terá que ser muito diferente nos diversos setores" (*Grundrisse*, p. 299).
19. Ibid., p. 647.
20. "Perante o lucro, o valor do capital investido na produção se apresenta como *adiantamentos*, ou *custos de produção* que o produto deve ressarcir. Depois de subtrair aquela parte do preço que representa esse ressarcimento, o excedente constitui o lucro. Como o mais-trabalho [...], ele nada custa ao capital, ou seja, não se inclui entre os valores adiantados por ele. Este mais-trabalho — que está incluído nos custos de produção do produto e que constitui a fonte da mais-valia, e portanto do lucro — não aparecerá entre os custos de produção do capital. Estes equivalem apenas aos valores realmente adiantados pelo capital, não à mais-valia da qual este se apropria na produção e que realiza na circulação. Portanto, do ponto de vista do capital, os custos de produção não são os reais custos de produção, pois, *ao capital*, o mais-trabalho não custa nada. O excedente no preço do produto sobre o preço dos custos de produção forma o lucro" (*Grundrisse*, p. 646).
21. Ibid., p. 645-646.
22. Nesse sentido, já nos *Grundrisse* Marx fala do "preço como preço de mercado ou o preço geral" (ibid., p. 550). A expressão "preço de produção" só surge nas *Teorias*. Cf. a observação de Kautsky nas p. 15-16 do segundo tomo das *Teorias*, assim como a carta de Marx a Engels datada de 2 de agosto de 1862 (*MEW*, t. 30, p. 265-266).
23. *Grundrisse*, p. 339.
24. Ibid., p. 339 e 646.
25. Ibid., p. 673.
26. Ibid., p. 525 e 561.

27. Ibid., p. 576. Aqui, devemos assinalar a ilusão que surge "da divisão da mais-valia em proporções médias", segundo a qual "*todas as partes do capital rendem uniformemente um lucro*". Desde logo, "se tomo o valor total do produto acabado, poderei comparar cada parte do produto produzido com a parte de gastos que lhe corresponde, e a percentagem que o lucro atinge em relação ao produto total é também a percentagem relativa à parte alíquota do produto [...]. Isso significa tão-somente que se ganho 10% sobre 100, o lucro sobre cada parte de 100 é um montante tal que, na soma total, chega a 10%. Mas "não se compreende que utilidade tem esse cálculo" (ibid., p. 611 e p. 461-462). Levada ao absurdo, esta ilusão aparece nas "fabulosas ocorrências do dr. Price" (1772), segundo as quais "um penico, colocado a um juro composto de 5% quando nasceu o nosso Redentor, já teria atingido no presente um valor maior que o contido em 150 milhões de Terras, todas de ouro maciço". Neste exemplo, Price inspirou-se no fato de que "considerava o capital — sem levar em conta as condições da reprodução e do trabalho — como um autômato, como um número que se multiplica por si só". Todavia, "em virtude da identidade entre a mais-valia e o mais-trabalho, fica estabelecido um limite qualitativo para a acumulação do capital: a jornada total de trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas e da população existente em cada caso, desenvolvimento que limita o número das jornadas de trabalho simultaneamente exploráveis. Se, em troca, se concebe a mais-valia sob a forma não conceptual do juro, o limite é só quantitativo e deixa curta toda fantasia." "Os economistas verificaram na prática a impossibilidade do aumento dos juros segundo a receita do dr. Price, mas nunca descobriram o erro nela contido" (*Das Kapital*, III, p. 408, 409 e 412). A passagem citada foi retirada dos *Grundrisse* (p. 278 e 726-727) e, com exceção da última frase, foi incorporada com ligeiras modificações estilísticas em *O capital*.
28. *Grundrisse*, p. 452.
29. *Das Kapital*, I, p. 325.
30. *Zur Kritik*, I, p. 48.
31. Em inglês no original: "*by mere accident*".
32. *MEW*, t. 29, p. 260. No transcurso deste trabalho comprovamos com freqüência que "folhear" a *Lógica* de Hegel contribuiu não só para solucionar o problema do lucro, mas também muitos outros problemas.
33. *Theorien*, II, p. 162. "Em nenhum lugar investiga a forma da mediação" (*Grundrisse*, p. 233).
34. *Theorien*, III, p. 332.
35. Ibid., I, p. 61 e II, p. 440.
36. Com razão diz um perspicaz crítico de Marx: "Sua posição filosófica fundamental fica evidente nos detalhes de seu sistema. Ele aborda seu objeto de estudo, a sociedade burguesa, com métodos hegelianos, modos hegelianos de pensar e conceitos hegelianos" (E. Preiser, *Das Wesen der Marxschen Krisentheorie*, p. 272).

CAPÍTULO 26

1. David Ricardo, op. cit., p. 66-67.
2. Cf., p. 109 deste trabalho.
3. *Grundrisse*, p. 637-638.
4. Também por isso, "em nenhuma parte de sua obra ele se refere às diferenças de composição orgânica no processo de produção propriamente dito" (*Theorien*, II, p. 375).
5. David Ricardo, op. cit., p. 174. (Cf. *Theorien*, II, p. 468-469.)
6. Ibid., p. 66: "[...] A teoria de que os lucros dependem do nível dos salários, de que os salários dependem do preço dos meios de subsistência e de que o preço destes depende principalmente do preço dos alimentos, porque todos os demais elementos podem ser aumentados de forma quase ilimitada." Cf. ibid., p. 178: "[...] pode agregar-se que a única causa adequada e permanente da alta dos salários é a crescente dificuldade para prover alimentos e meios de subsistência ao crescente número de trabalhadores."
7. *Theorien*, II, p. 441. "Para Ricardo, por conseguinte, à taxa decrescente de lucro corresponde um crescimento nominal do salário e um crescimento real da renda do solo" (*Grundrisse*, p. 638. Cf. também ibid., p. 642).
8. Marx fala aqui da "mais-valia relativa" porque Ricardo "pressupõe que a jornada de trabalho permanece constante". Por isso, só leva em conta modificações do valor relativo (*Theorien*, II, p. 441).
9. Ibid., p. 442.
10. Além dos *Grundrisse* (p. 239, 288, 452-453, 490, 637-640 e 642), o leitor poderá encontrá-las também nas *Theorien* (II, p. 440-442, 464, 467-468, 542-547; III, p. 101-102 e 346) e em *O capital* (III, p. 269-270).
11. *Grundrisse*, p. 453.
12. Ibid., p. 639.
13. Ibid., p. 283 e 284.
14. Cf. p. 299 deste trabalho.
15. Sobre as vacilações iniciais dos *Grundrisse* quanto ao uso dos termos "capital constante" e "capital variável", ver p. 301 deste trabalho.
16. *Grundrisse*, p. 453.
17. *MEW*, t. 32, p. 73-74. Cf. *Das Kapital*, I, p. 651.
18. *Grundrisse*, p. 649.
19. Ibid., p. 633.
20. *Das Kapital*, III, p. 184. Cf. ibid.: "Na teoria se pressupõe que as leis do modo capitalista de produção se desenvolvem de maneira pura. Na realidade, porém, sempre existe apenas uma aproximação; tal aproximação é tanto maior quanto mais desenvolvido esteja o modo capitalista de produção e quanto mais se tenha eliminado sua contaminação e amálgama com restos de situações econômicas anteriores."

21. Em francês no original: "*capital fixe*".
22. *Grundrisse*, p. 636-637.
23. *Theorien*, p. 305.
24. *Das Kapital*, III, p. 377 e 839.
25. *Theorien*, II, p. 469 e 485.
26. *Das Kapital*, III, p. 251-252.
27. *Theorien*, III, p. 237.
28. Em francês no original: "*gros profit*" (ao longo de toda a citação).
29. No fundo, Marx repete aqui o argumento de Ricardo (*Works*, p. 68-69), que também aparece nos *Grundrisse* (p. 641-642) e em *O capital* (III, p. 234).
30. *Grundrisse*, p. 634.
31. Cf. *Das Kapital*, III, p. 253: "O mistério cuja solução é o centro de toda a economia política desde Adam Smith"; e *MEW*, t. 32, p. 74: "[...] *pons asini* de toda a economia até este momento."
32. Em francês no original: "*capital fixe*".
33. Em inglês no original: "*scientific power*".
34. Pode-se ler na mesma passagem dos *Grundrisse*: "Como a queda da taxa de lucro corresponde à queda proporcional do trabalho imediato em relação à magnitude do trabalho objetivado que aquele reproduz, e do novo que cria, o capital fará todos os esforços para refrear a diminuição da proporção entre o trabalho vivo e a magnitude do capital em geral, e portanto também entre a mais-valia, quando esteja expressa como lucro, e o capital pressuposto, reduzindo a parte que toca ao trabalho necessário e expandindo ainda mais a quantidade de mais-trabalho em relação a todo trabalho empregado. Daí que o máximo desenvolvimento da força produtiva, junto com a expansão máxima da riqueza existente, coincida com a depreciação do capital, a degradação do trabalhador e a prostração mais absoluta de suas faculdades vitais" (*Grundrisse*, p. 636).
35. Em inglês no original: "*advice*".
36. Em inglês no original: "*to be gone, and to give room to a higher state of social production*" (*Grundrisse*, p. 635-636). Uma redação paralela a esta última oração (em inglês) diz: "Estas contradições se desdobram em cataclismos, quebras, crises nas quais, mediante a suspensão momentânea do trabalho e a aniquilação de grande parte do capital, reduz-se violentamente este último até o ponto em que possa retomar sua marcha. [...] Contudo, essas catástrofes recorrentes se repetem em escala maior" (ibid.).
37. A afirmação de que Marx não havia proposto uma "teoria da derrocada" deve remontar-se, antes de tudo, à interpretação revisionista de sua obra econômica, posterior à Primeira Guerra Mundial. Levando isso em conta, nunca poderemos apreciar suficientemente os méritos teóricos de Rosa Luxemburgo e de Henryk Grossmann.

CAPÍTULO 27

1. Cf. carta de Marx a Engels datada de 29 de março de 1858: "Há duas semanas estou novamente *very sickly* e estive tomando remédios para o fígado. O trabalho noturno contínuo e muitos desgostos diurnos mesquinhos, *resulting from the economic conditions of my domesticity*, me provocaram nos últimos tempos freqüentes recaídas" (*MEW*, t. 29, p. 309).
2. Ver as afirmações de Marx nas p. 175 e 186 dos *Grundrisse*.
3. *Theorien*, III, p. 447.
4. Ou seja, que trata sobre o "capital em geral".
5. Ibid., p. 454. De fato, na parte citada das *Teorias* falta toda a investigação sobre como se dá a divisão do lucro total em lucro industrial e juro, e como se forma a relação entre a taxa de juro e a taxa geral de lucro. Uma investigação desse tipo só aparece no capítulo XXII do terceiro tomo de *O capital* (p. 370-378).
6. *Theorien*, II, p. 493.
7. Ibid., p. 513. Cf. ibid., p. 534.
8. Ibid., p. 208.
9. Cf. p. 35 deste trabalho.
10. Ver *Theorien*, III, p. 489ss.
11. "Até aqui temos considerado o desenvolvimento do sistema de crédito — e a abolição da propriedade do capital, latente nele — principalmente tendo como referência o capital industrial. Nos capítulos seguintes consideraremos o crédito em relação ao capital que recebe juros, observando seus efeitos sobre este e a forma que ele adota nesse caso [...]" (*Das Kapital*, III, p. 457).
12. Sobre isso, Engels informa no prefácio ao terceiro tomo: "A dificuldade principal apareceu na seção V, que trata do assunto mais complicado de todo o tomo [...]. Neste caso, não temos um esboço terminado, e nem sequer um esquema cujos contornos pudessem ser preenchidos. Temos apenas um começo de desenvolvimento que em mais de uma oportunidade desemboca em uma aglomeração desordenada de notas, observações e materiais em forma de extratos" (ibid., p. 12). Mais adiante ficamos sabendo que somente os capítulos XXI-XXIX e XXXVI estavam "em sua maior parte elaborados", enquanto os capítulos XXX-XXXV precisaram ser submetidos a uma reformulação profunda (ibid., p. 13-14).
13. Ibid., III, p. 413. Cf. o começo do capítulo XXII, que trata da "Repartição do lucro. Taxa de juros. Taxa 'natural' de juros": "Não podemos examinar aqui em detalhes o objeto deste capítulo, assim como, em geral, todas as manifestações do crédito, que serão tratadas mais adiante; (a) a concorrência entre emprestadores e tomadores e as flutuações breves do mercado monetário, que dela resultam, ficam excluídas do âmbito de nossas considerações; (b) a descrição do trajeto que a taxa de juros percorre durante o ciclo industrial supõe a descrição desse mesmo ciclo, o que tampouco podemos realizar

aqui; (c) o mesmo vale para a maior ou menor equalização aproximada da taxa de juros no mercado mundial. Aqui, enfocamos apenas a forma autônoma do capital que recebe juros e a autonomização do juro em relação ao lucro" (ibid., p. 370).

14. *Das Kapital*, III, p. 120.
15. Ibid., p. 380. Cf. ibid., p. 389: "Mas o capital que recebe juros existe historicamente em uma forma acabada e tradicional. Por conseguinte, existe o juro como subdivisão acabada da mais-valia gerada pelo capital, muito antes de que existissem o modo capitalista de produção e as concepções de capital e lucro que lhe correspondem."
16. Ibid., p. 611-612. O comércio monetário deveria ser qualificado de segunda fonte do sistema de crédito. Na base desse comércio se desenvolve "a administração do capital que recebe juro [...] como função particular dos comerciantes de dinheiro" (ibid., p. 416).
17. No sentido de "espontaneamente desenvolvida".
18. *Das Kapital*, I, p. 149; e *Zur Kritik*, p. 119.
19. *Grundrisse*, p. 434.
20. Ibid., p. 565.
21. *Das Kapital*, III, p. 608, 614 e 623.
22. Em inglês no original: "*common agriculturists*".
23. É claro que Marx só fala aqui de formas embrionárias do lucro e do salário, já que se trata de condições pré-capitalistas.
24. Em inglês no original: "*money market*".
25. Em inglês no original: "*handloomweavers*".
26. De acordo com o original.
27. Cf. *Das Kapital*, III, p. 611: "*Verbi gratia*, se pretendemos comparar o tipo de juro com o da Índia, não devemos levar em consideração a taxa de juros do Banco da Inglaterra, mas sim, por exemplo, a dos emprestadores de pequenas máquinas a pequenos produtores da indústria doméstica."
28. *Grundrisse*, p. 735-737. As passagens citadas estão redigidas novamente e ampliadas no capítulo XXXVI do terceiro tomo de *Das Kapital* (p. 609-611).
29. Em inglês no original: "*monied capitalists*" e "*industrial capitalists*".
30. Nesse sentido, lemos em *Das Kapital*, III, p. 383: "De fato, é só a divisão dos capitalistas em capitalistas monetários e capitalistas industriais que transforma uma parte do lucro em juro e cria realmente a categoria juro [...]."
31. *Grundrisse*, p. 734-735.
32. Ibid., p. 351.
33. Ibid., p. 272-273.
34. Ibid., p. 734.
35. Cf. p. 167 deste trabalho.
36. Cf. a seção III do capítulo 3 deste trabalho.
37. Cf. a respeito a nota na p. 155 dos *Grundrisse*.

38. Ibid., p. 225. "Que valor de uso o capitalista monetário aliena durante o período que dura o empréstimo? Que valor de uso ele cede ao capitalista produtivo, ao tomador [do dinheiro]? É o valor de uso de o dinheiro poder transformar-se em capital, poder funcionar como capital, e que por conseguinte gera em seu movimento uma mais-valia determinada, o lucro médio (o que está acima ou abaixo dele aparece aqui como casual), além de conservar sua magnitude original de valor. No caso das mercadorias restantes, o valor de uso se consome ao chegar às mãos do último possuidor; desaparece a substância da mercadoria e, com essa substância, o valor. A mercadoria capital, ao contrário, tem uma peculiaridade: seu valor e seu valor de uso não só se conservam, mas também se incrementam quando seu valor de uso é consumido" (*Das Kapital*, III, p. 363-364).
39. *Theorien*, III, p. 447-448.
40. Em francês no original: "*objet*".
41. Em francês no original: "*au fond*".
42. Em francês no original: "*objet*".
43. *Grundrisse*, p. 727-728. A mesma passagem — em nova redação — aparece no terceiro tomo de *Das Kapital*, p. 357-360. Cf. também *Theorien*, III, p. 512-515.
44. *Grundrisse*, p. 225.
45. "O capital-dinheiro assim liberado pelo simples mecanismo do movimento de rotação desempenhará um importante papel [...] logo que se desenvolva o sistema de crédito, do qual deve constituir, ao mesmo tempo, um dos fundamentos" (*Das Kapital*, II, p. 284).
46. Em inglês no original: "*credit man*".
47. *Grundrisse*, p. 433 e 447.
48. Ibid., p. 434.
49. Ibid., p. 441.
50. Ibid., p. 551.
51. *Das Kapital*, III, p. 451. Cf. ibid., II, p. 347: "A soma total da força de trabalho e dos meios de produção social que se gastam na produção anual de ouro e prata como instrumentos de circulação constitui uma gravosa parte dos *faux frais* [falsos custos] do modo capitalista de produção, e em geral do modo de produção baseado na produção de mercadorias. Subtrai ao usufruto social uma soma correspondente de meios potencialmente suplementares da produção e do consumo, isto é, da riqueza real. Na medida em que se reduzem os custos dessa onerosa maquinaria de circulação, nessa mesma medida se acrescenta a força produtiva do trabalho social. Portanto, na mesma medida em que os expedientes desenvolvidos com o sistema de crédito surtem esse efeito, eles acrescentam diretamente a riqueza capitalista, seja porque graças a eles grande parte do processo social de produção e de trabalho é levada até o fim sem intervenção do dinheiro real, seja porque, por seu intermédio, se eleva a capacidade funcional da quantidade de dinheiro efetivamente operante."

52. "Mas é preciso não esquecer que [...] o dinheiro — sob a forma de metais preciosos — segue sendo o substrato do qual o sistema de crédito *jamais* poderá libertar-se, conforme sua própria natureza" (*Das Kapital*, III, p. 620).
53. *Grundrisse*, p. 552.
54. Essa necessidade não existiria se "todos os capitais produzissem uns para os outros e o produto fosse sempre diretamente dinheiro"; mas isto é "uma concepção que contradiz a natureza do capital e portanto também a prática da grande indústria" (ibid., p. 447).
55. Em inglês no original: "*customers*".
56. Em francês no original: "*au fond*".
57. Ibid., p. 319. Cf. *Theorien*, III, p. 119: o autor de *An Inquirity into those Principles...* "também indica o sistema de crédito como motivo da crise. (Como se o próprio sistema de crédito não houvesse surgido da dificuldade para empregar o capital de forma 'produtiva'.) Por exemplo, os ingleses devem emprestar capital a outros países para abrir mercados. Na superprodução, no sistema de crédito etc., a produção capitalista tenta quebrar suas próprias barreiras e produzir além de sua medida. De um lado, tem esse impulso. De outro, só tolera uma produção correspondente ao emprego vantajoso do capital existente. Daí as crises [...]."
58. *Das Kapital*, III, p. 451. Cf. *Theorien*, II, p. 205-207 e 483-484.
59. Em inglês no original: "*overtrading, overspeculation* etc.".
60. *Grundrisse*, p. 319.
61. *Das Kapital*, III, p. 654 e 534.
62. *Grundrisse*, p. 517.
63. *Das Kapital*, III, p. 452. Cf. ibid., p. 457: "Se o sistema de crédito aparece como principal alavanca da superprodução e da superespeculação comercial, isso só ocorre porque, neste caso, se força até o limite extremo o processo da reprodução, elástico por sua própria natureza. Ele é forçado porque grande parte do capital social está empregado pelos não-proprietários, que, em conseqüência, tocam as coisas de maneira totalmente diferente de como atua o proprietário que, quando age pessoalmente, avalia com cuidado os limites de seu capital privado. Depreende-se daí que a valorização do capital, baseada no caráter antagônico da produção capitalista, só permite até certo ponto o livre e real desenvolvimento. Na verdade, ela é um obstáculo imanente à produção, constantemente ultrapassado pelo sistema de crédito. Por isso, tal sistema acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e o estabelecimento do mercado mundial, cuja instauração até certo nível — como fundamentos materiais da nova forma de produção — constitui a missão histórica do modo capitalista de produção. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as violentas fraturas desta contradição, as crises, e com isso os elementos de dissolução do antigo modo de produção."
64. *Grundrisse*, p. 443-444.
65. *Das Kapital*, III, p. 621.

66. Ibid., p. 620.
67. *Grundrisse*, p. 551-552. Cf. o esboço do plano de Marx em sua carta a Engels datada de 2 de abril de 1858: "(c) Crédito, onde o capital se apresenta como elemento geral perante os capitais individuais" (*MEW*, t. 29, p. 312). Também em *Das Kapital*, III, p. 381: "[...] capital coletivo, em si, da classe". Além disso, as passagens citadas explicam por que, em seu plano estrutural, Marx faz a categoria crédito seguir a concorrência ou a "pluralidade de capitais".
68. Em inglês no original: "*line*".
69. Em inglês no original: "*fictitious capital*".
70. *Grundrisse*, p. 552. Cf. ibid., p. 550: A supressão "da autonomia aparente e da existência autônoma dos capitais individuais [...] tem lugar, ainda mais nitidamente, no crédito. E a forma mais extrema em que ocorre a supressão — que é, por sua vez, a assunção pelo capital da sua forma mais adequada — é o capital por ações." No capítulo 2 assinalamos que Marx conseguiu prever já nos *Grundrisse* a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista.
71. Por isso não se trata, nos *Grundrisse*, do importante papel do crédito no nivelamento da taxa geral de lucro.

APÊNDICE

1. Joan Robinson, *An Essay in Marxian Economics*, 1949, cap. V.
2. Paul M. Sweezy, *The Theory of Capitalist Development*, 1942, cap. VI.
3. Ladislaus von Bortkiewicz, "Wertrechnung und Preisrechnung im Marxschen System", em *Archiv für Sozialwissenschaft und Politik*, setembro de 1907, p. 466-467. Bortkiewicz tentou orientar sua crítica não só contra Marx, mas também contra John Stuart Mill, pois Mill tratara do problema da queda tendencial da taxa de lucro através de um procedimento em duas etapas: considerou primeiro a própria lei e depois os fatores que agem contra ela. O primeiro a assinalar essa semelhança metodológica entre Marx e Mill no tratamento da lei foi Henryk Grossmann em seu livro *Das Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*, p. 116.
4. Marx dá o seguinte exemplo em *Das Kapital*, III, p. 221:

	Capital constante	Capital variável	Mais-valia	Taxa de mais-valia	Taxa de lucro
I	50	100	100	100%	66⅔%
II	100	100	100	100%	50%
III	200	100	100	100%	33⅓%
IV	300	100	100	100%	25%
V	400	100	100	100%	20%

Todavia, à primeira vista, é claro que Marx também podia montar seu exemplo de um modo tal que a taxa de mais-valia pudesse aumentar de setor a setor. Por exemplo:

	Capital constante	Capital variável	Mais-valia	Taxa de mais-valia	Taxa de lucro
I	50	100	100	100%	66⅔%
II	100	100	130	130%	65%
III	200	100	192	192%	64%
IV	300	100	252	252%	63%
V	400	100	310	310%	62%

Também neste caso, a taxa de lucro cairia gradualmente, apesar da forte elevação da taxa de mais-valia. Mas tal exemplo é arbitrário: se tivéssemos imaginado um crescimento um pouco mais rápido da taxa de mais-valia, a taxa de lucro não teria diminuído, mas sim aumentado. Mas seria errôneo crer que a queda da taxa de lucro poderia ser compensada, em qualquer caso, pelo incremento da taxa de mais-valia. Mais adiante se verá por que Marx rechaçou *in limine* uma hipótese semelhante.

5. *Das Kapital*, III, p. 222.
6. Ibid., p. 222-223.
7. Ibid., p. 225-226.
8. Ibid., p. 250. Cf. *Theorien*, II, p. 441: "A taxa de lucro cai — mesmo que a taxa de mais-valia permaneça idêntica ou cresça — porque, com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, o capital variável diminui em relação ao capital constante. Não cai porque o trabalho se tenha tornado mais improdutivo, mas sim porque se tornou mais produtivo. Em conseqüência, o mais-trabalho absoluto aumenta, não porque o trabalhador seja menos explorado, mas sim porque é mais explorado; quando o Estado inibe isso, a produção capitalista é inseparável do valor relativo descendente do trabalho e, portanto, aumenta o mais-trabalho relativo."
9. Aqui caberia citar, além da passagem citada na nota 8, especialmente as p. 237, 296, 305 e 359 do terceiro tomo das *Teorias*. Na p. 296, Marx diz: "Expliquei a queda na taxa de lucro, apesar de a taxa de mais-valia permanecer constante e até mesmo aumentar, pelo fato de que o capital variável decresce em relação ao capital constante, ou seja, diminui o trabalho vivo presente em relação ao trabalho passado que é empregado e reproduzido." Na p. 305: "Portanto, aqui se resolve o ponto de vista de Hodgskin na lei geral que desenvolvi. A mais-valia, a exploração do trabalhador, aumenta. Ao mesmo tempo, cai a taxa de lucro, pois o capital variável diminui em relação ao capital constante; a massa de trabalho vivo diminui relativamente, em relação ao capital que o põe em movimento. O capitalista se apropria de uma parte maior do produto anual do trabalho sob a rubrica de capital, e de uma parte menor sob a rubrica de lucro" (cf. *Das Kapital*, III, p. 256).
10. De forma semelhante, Sweezy argumenta: "Vimos que Marx deduz a tendência à queda na taxa de lucro baseando-se na suposição de que a composição orgânica do capital aumenta, sendo constante a taxa de mais-valia. Porém,

será justificável supor uma taxa de mais-valia constante? É necessário compreender as implicações desta última suposição. Um aumento da composição orgânica do capital se produz simultaneamente a um crescimento da produtividade do trabalho. Se a taxa de mais-valia permanece constante, isso significa que os salários reais aumentam de forma proporcional ao aumento da produtividade do trabalho. Suponhamos que a produtividade do trabalho duplique, ou seja, que no mesmo tempo o trabalho produza o dobro de antes. Então, já que uma taxa de mais-valia inalterada significa que o trabalhador trabalha a mesma quantidade de tempo para si e a mesma quantidade para o capitalista, como antes, se depreende que tanto o rendimento físico representado pelo salário como o rendimento físico representado pela mais-valia duplicaram. Em outras palavras, o trabalhador se beneficia da mesma forma que o capitalista com o aumento da produtividade de seu trabalho. Embora não possa haver objeções lógicas a uma hipótese que conduza a este resultado, há motivos para duvidar de sua adequação [...]" (op. cit., p. 100-101).

11. Joan Robinson, op. cit., p. 36.
12. Ibid., p. 42.
13. Paul M. Sweezy, op. cit., p. 101.
14. *Das Kapital*, III, p. 244. "Existem muitos fatores de intensificação do trabalho que implicam um crescimento do capital constante em relação ao variável, ou seja, uma queda da taxa de lucro, como quando um trabalhador deve supervisionar maior volume de maquinaria [...]. Mas existem outros fatores de intensificação, como por exemplo uma aceleração na velocidade da maquinaria: esta utiliza agora maior quantidade de matéria-prima no mesmo tempo, mas, no que diz respeito ao capital fixo, embora consuma mais rapidamente a maquinaria, não será afetada a relação entre seu valor e o preço do trabalho que a coloca em movimento. Mas é especialmente o prolongamento da jornada de trabalho — esta invenção da indústria moderna — o que aumenta a massa de mais-trabalho apropriado sem modificar no essencial a relação entre a força de trabalho empregada e o capital constante que coloca em movimento, já que, de fato, diminui em relação a este último" (ibid., p. 242-243). O primeiro parágrafo do capítulo XIV trata desses fatores.
15. Por isso, Sweezy erra quando formula a seguinte reprovação ao que foi exposto nessa seção: "Um efeito mais importante do exército de reserva [...] se produz por concorrência no mercado de trabalho com a força de trabalho ativa, para deprimir a taxa dos salários e elevar a taxa de mais-valia" (op. cit., p. 99). Se Marx tivesse esperado o capítulo XIV para discutir este tema, cairia naquilo que Bortkiewicz reprovava.
16. Sweezy discorda de Marx, quando este considera a desvalorização do capital constante como uma das causas que atuam contra a queda da taxa de lucro: "Teria sido preferível contemplar primeiro o que poderia ser chamado de 'aumento original' da composição orgânica, observar seu efeitos sobre a taxa de juro, e só então levar em conta o barateamento dos elementos do capital

constante, que por sua vez decorre do aumento da produtividade associado com o elemento 'original'. Poderia sustentar-se que, se assim se procedesse, a taxa de aumento da composição orgânica pareceria muito maior, e que o que impede que este fato se revele nas estatísticas são as 'causas contrastantes'. Todavia, resulta duvidoso que possa servir a alguma finalidade útil essa tentativa de conservar a distinção implícita de Marx entre o aumento primário na composição orgânica e a queda, mesmo menor, decorrente do barateamento dos elementos do capital constante. Tudo quanto se pode observar é a alteração líquida na composição orgânica que resulta de ambas as forças. Todavia, parece melhor usar a expressão 'alteração na composição orgânica do capital' só no sentido líquido, que leva em conta o barateamento dos elementos do capital constante. Se assim se faz, talvez seja menor a tentação de pensar a composição orgânica em termos físicos, em vez de fazê-lo em termos de valor" (op. cit., p. 103-104). Se acreditarmos em Sweezy, Marx baseou sua lei, em primeiro lugar, na composição técnica do capital, para depois introduzir de contrabando, no capítulo XIV, a composição em termos de valor como uma "causa contrastante"...

17. *Das Kapital*, III, p. 245. Marx trata de forma muito detalhada de todos esses métodos na seção I do terceiro tomo.
18. Sweezy, op. cit., p. 102-104.
19. Natalie Moszkowska, *Zur Kritik moderner Krisentheorien* [Contribuição à crítica das modernas teorias da crise], 1935, p. 46. Em seu livro anterior, *Das Marxschen System* [O sistema de Marx, 1929], diz a mesma autora na p. 118: "A 'lei da baixa tendencial da taxa de lucro' não é uma lei histórica, mas sim uma lei dinâmica. Não afirma um fato histórico, a saber, que a taxa de lucro cai, mas apenas formula a dependência recíproca de duas magnitudes, a saber: (a) quando permanece constante a taxa de mais-valia, cai a taxa de lucro; (b) quando permanece constante a taxa de lucro, aumenta a taxa de mais-valia. Em conseqüência, a lei só expressa uma relação funcional. Por isso, pode ser denominada tanto como lei 'da baixa tendencial da taxa de lucro' como também lei 'do aumento tendencial da taxa de mais-valia'." É evidente que esta interpretação não é fiel à lei de Marx.
20. *Theorien*, III, p. 358.
21. A frase entre colchetes é do editor das *Teorias*, Karl Kautsky.
22. *Theorien*, III, p. 359-360.
23. Não podemos discutir aqui o problema de até que ponto as diferenças entre a indústria e a agricultura podem diminuir por causa do desenvolvimento técnico desta última.
24. Novamente, aqui faz falta uma limitação. Assim, por exemplo, o trabalhador norte-americano gasta em alimentos uma parte relativamente muito menor de seu salário que o europeu; o trabalhador europeu, por sua vez, gasta uma parte menor que o asiático etc.

25. *Theorien*, III, p. 295. Como se vê, neste ponto Marx se expressa com o detalhe e a clareza possíveis. Mesmo assim, podemos ler em Joan Robinson: "Poder-se-ia sustentar que Marx supunha inconscientemente que o aumento da produtividade não afeta as indústrias de bens que a classe trabalhadora consome, de modo que os salários reais constantes são compatíveis com um grau constante de exploração" (op. cit., p. 40). Tantas palavras, tantos erros...
26. *Theorien*, III, p. 306.
27. Já citamos estas manifestações de Marx — muito mais detalhadamente — no capítulo 16 de nosso trabalho. *Grundrisse*, p. 246.
28. Cf. *Das Kapital*, III, p. 257-258: "Enquanto o desenvolvimento da força produtiva faz diminuir a parte paga do trabalho empregado, acrescenta a mais-valia porque aumenta sua taxa; mas, na medida em que faz diminuir a massa global do trabalho empregado por um dado capital, faz diminuir o fator numérico pelo qual se multiplica a taxa de mais-valia para obter sua massa. Dois trabalhadores que trabalham 12 horas diárias não podem produzir a mesma massa de mais-valia que 24 trabalhadores que só trabalham duas horas cada um, inclusive se pudessem viver de ar, não tendo de trabalhar nada para si mesmos. Por isso, a compensação da diminuição no número de trabalhadores pelo incremento do grau de exploração do trabalho encontra limites insuperáveis; pode criar obstáculos à queda da taxa de lucro, mas não anulá-la." A esta passagem, que cita textualmente, Joan Robinson acrescenta o seguinte comentário: "A produtividade pode aumentar sem limites e, se os salários reais são constantes, a taxa de exploração aumenta com ela. Marx parece haver estado um tanto confuso a esse respeito, pois quando começa a tratar o efeito de um aumento da produtividade sobre a taxa de exploração muda de tema na metade da discussão para tratar do efeito da alteração da duração da jornada de trabalho" (op. cit., p. 39).
29. *Theorien*, III, p. 306.
30. Joan Robinson parece conceber assim o problema, quando escreve: "O maior problema surge provavelmente, como a maior parte das obscuridades na argumentação de Marx, de seu método de computar em termos de valor. Com um tempo dado de trabalho, de uma intensidade dada, o ritmo com que se cria o *valor* é constante. Logo, $v + p$ é constante. Poderia parecer à primeira vista que p/v só pode crescer se os salários caíssem. Mais isso é uma ilusão. Um aumento da produtividade reduz o *valor* dos bens e o *valor* da força de trabalho, com salários reais constantes. Deste modo, v cai a zero, e p/v cresce ao infinito, e durante todo o tempo os salários reais são constantes" (op. cit., p. 39-40). Como a jornada de trabalho contém apenas duas partes — trabalho necessário e mais-trabalho —, se o trabalho necessário diminui constantemente, o mais-trabalho deve aumentar de forma constante. (Não tem nenhum fundamento a idéia de que, para compreender esse fato simples, seria necessário abandonar o "método do cálculo com categorias de valores".) Todavia, tampouco esta tautologia pode fazer milagres; ela não modifica o fato

de que o aumento do grau de exploração do trabalho só pode compensar de forma muito limitada a perda em mais-trabalho efetivamente realizado, originado pela constante diminuição do número de trabalhadores ocupados por unidade de capital.

31. *Das Kapital*, I, p. 323. Cf. ibid., III, p. 412: "A identidade entre mais-valia e mais-trabalho estabelece um limite qualitativo para a acumulação do capital: a jornada global de trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas e da população existentes em cada caso, desenvolvimento que delimita o número das jornadas de trabalho simultaneamente exploráveis."
32. Paul M. Sweezy, op. cit., p. 88-89.

PARTE VI

CAPÍTULO 28

1. *Grundrisse*, p. 139 e 175.
2. Cf. nota 3 do capítulo 20.
3. Em inglês no original: "*foreshadowing*".
4. *Grundrisse*, p. 364-365.
5. Ibid., p. 76-77.
6. Ibid., p. 75-76.
7. Marx acrescenta uma frase entre parêntesis: "Independência que, em si mesma, é apenas uma ilusão e que poderia ser chamada de indiferença."
8. *Grundrisse*, p. 80-81. Prosseguimos lendo no texto: "Essas relações de dependência *materiais*, em oposição às *pessoais* (as relações de dependência material são apenas relações sociais que se tornaram aparentemente independentes dos indivíduos), se apresentam de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por *abstrações*, enquanto antes dependiam uns dos outros. Mas a abstração ou a idéia são apenas a expressão teórica das relações materiais que os dominam. Relações podem ser expressas sob a forma de idéias. Por isso, os filósofos conceberam como característica da era moderna o domínio das idéias, identificando a livre individualidade com a ruptura desse domínio. Do ponto de vista ideológico, era fácil cometer esse erro, pois o domínio das relações (esta dependência material que, por outro lado, se transforma de novo em relações de dependência pessoais determinadas, mas despojadas de toda ilusão) aparece na consciência dos indivíduos como o domínio das idéias, e porque a crença na permanência dessas idéias, ou seja, essa relação objetiva de dependência, é consolidada, nutrida, inculcada de todas as formas possíveis pelas classes dominantes" (ibid., p. 81-82). Cf. *Die deutsche Ideologie*, p. 47ss.
9. Ou seja, que não podem passar à ordem social socialista.
10. Nesse mesmo sentido, Marx escrevia em *O capital* sobre o trabalhador moderno, que manipula máquinas: "Até o fato de o trabalho ser mais fácil converte-se em meio de tortura, pois a máquina não libera do trabalho o tra-

balhador, mas sim [libera] de conteúdo o seu trabalho [...]. A habilidade detalhista do trabalhador mecânico individual, privado de conteúdo, desaparece como coisa acessória e insignificante diante da ciência, diante das descomunais forças naturais e do trabalho social que estão corporificados no sistema baseado nas máquinas e que formam, com este, o poder 'do patrão'" (*Das Kapital*, I, p. 445-446).

11. Cf. *Zur Kritik*, p. 76: "A relação de comprador e vendedor representa tão pouco uma relação puramente individual que ambos entram nela apenas na medida em que seu trabalho individual é negado, ou seja, converte-se em dinheiro, expressando-se como trabalho não individual. Por isso é tão insensato imaginar esses caracteres econômicos burgueses de comprador e vendedor como formas sociais eternas da individualidade humana, como errôneo é lamentá-los como se fossem supressão da individualidade." É interessante o fato de que encontramos um texto similar no jovem Hegel. Assim escrevia este em seu trabalho sobre *Die Verfassung Deutschlands* [A Constituição alemã] (1798-1799), da qual só se conservaram fragmentos e cuja publicação é de data recente, sobre o estado da "liberdade alemã" pré-estatal originária: "É covardia e debilidade qualificar de repudiáveis, infelizes e estúpidos aos filhos daquela situação e nos considerar infinitamente mais humanos, felizes e inteligentes. Seria pueril e desprovido de sentido desejar uma situação semelhante — como se só ela fosse natural — e não saber apreciar como necessária a situação na qual imperam as leis (e como uma situação de liberdade)" (citado conforme György Lukács, *Der junge Hegel*, p. 192).
12. *Grundrisse*, p. 79-80.
13. *Theorien*, II, p. 529.
14. Cf. o "Sankt Max" ["São Max"] (Stirner) de Marx: "Já assinalamos que na concorrência a própria personalidade é uma casualidade, e que a casualidade é uma personalidade" (*Die deutsche Ideologie*, p. 360).
15. Em francês no original: "*d'abord*".
16. Também neste caso (a relação recíproca de "limite" e "obstáculo") trata-se, como destacamos anteriormente, da aplicação de conceitos hegelianos.
17. Cf. p. 51 deste trabalho.
18. Em inglês no original: "*rather*".
19. Na terminologia marxiana (isso vale especialmente para o jovem Marx), o conceito de *Allgemeine* (comum, geral, universal) não é idêntico ao de *Gemeinschaftlichen* (comunitário, social). Ao contrário, designa aquele que, em uma sociedade de proprietários privados atomizados, surge da colisão entre o interesse "comunitário" e o "particular". Cf. *Die deutsche Ideologie*, p. 34: "Precisamente porque os indivíduos só buscam seu interesse particular, que para eles não coincide com seu interesse comunitário, e em geral porque o mais comum é uma forma ilusória de comunidade, ele é considerado como um interesse 'comum' que lhe é 'alheio' e 'independente' deles, que é novamente particular e próprio [...]."

20. Marx acrescenta: "Nem bem se desvanece a ilusão sobre a concorrência como suposta forma absoluta da livre individualidade, comprova-se que as condições da concorrência, isto é, da produção baseada no capital, já são sentidas e concebidas como *obstáculos*, e portanto já *são* e se tornam isso, cada vez mais."
21. Em inglês no original: "*middle-class*".
22. Ou seja, os seguidores de Proudhon, entre outros.
23. *Grundrisse*, p. 542-545.
24. *Die deutsche Ideologie*, p. 76 e 74.
25. Em inglês no original: "*in fact*".
26. "Em que consiste a alienação do trabalho? Em primeiro lugar, no fato de que o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua essência. Portanto, o trabalhador não se realiza, mas se nega, em seu trabalho; não se sente bem nele, mas infeliz; não desenvolve livremente suas energias físicas e intelectuais, mas desgasta seu físico e arruina seu intelecto. Portanto, o trabalhador está fora do trabalho em si mesmo e fora de si no trabalho. Desta situação, dominante na sociedade capitalista, se origina a reversão de todos os valores humanos. O animal se converte no humano e o humano se converte no animal. É certo que comer, beber, reproduzir-se etc. também são funções humanas. Mas na abstração que as separa do círculo restante da atividade humana, e que as converte em metas finais últimas e gerais, são animais" (*Ökonomisch-philosophische Manuskripte*, p. 54-55).
27. *Grundrisse*, p. 387-388.
28. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*, p. 46.
29. *Das kommunistische Manifest*, p. 483.
30. *Das Kapital*, I, p. 328.
31. *Grundrisse*, p. 484.
32. *Das Kapital*, II, p. 42.
33. Podemos ler em outra passagem dos *Grundrisse*, p. 318: "O próprio capital, compreendido de forma correta, se apresenta como condição para o desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que estas requerem um estímulo exterior, o qual ao mesmo tempo aparece como seu freio. Para elas é uma disciplina que, em determinada etapa de seu desenvolvimento, se torna supérflua e insuportável, assim como as corporações etc."
34. Marx diz em *Die deutsche Ideologie*, p. 186: "O trabalho é livre em todos os países civilizados; não se trata de liberar o trabalho, mas sim de aboli-lo." Cf. sobre isso Herbert Marcuse, *Reason and Revolution*, p. 293: "Marx [...] considerava que o modo futuro do trabalho seria tão diferente do vigente, que vacilava em empregar o mesmo termo 'trabalho' para designar tanto o processo material da sociedade capitalista como o da sociedade comunista [...]."
35. *Grundrisse*, p. 231.
36. "Todas as formas de sociedade, até o presente, pereceram pelo desenvolvimento da riqueza ou, o que é o mesmo, das forças produtivas sociais [...].

Sozinho, o desenvolvimento da ciência — *id est*, da forma mais sólida da riqueza, produto e produtora desta — era suficiente para dissolver essa comunidade [...]" (ibid., p. 438-439).

37. Ibid., p. 438.
38. Ibid., p. 440.
39. Ibid., p. 77.
40. Em inglês no original: "*powerful effectiveness*".
41. Cf. capítulo 17 deste trabalho.
42. *Grundrisse*, p. 592-593.
43. Em inglês no original: "*disposable time*".
44. Em inglês no original: "*instrumental in creating the means of social disposable time*".
45. Em inglês no original: "*to convert it into surplus labour*".
46. Em inglês no original: "*surplus labour*".
47. Cf. *Das Kapital*, III, p. 266: "Uma superprodução de capital significa uma superprodução de meios de produção — meios de trabalho e meios de subsistência — que possam atuar como capital, ou seja, possam ser usados para explorar o trabalho com um determinado grau de exploração; pois a diminuição desse grau de exploração até um nível abaixo de certo ponto provoca perturbações e paralisações no processo de produção capitalista, crise e destruição de capital."
48. *Grundrisse*, p. 595-596.
49. Blanqui já ressaltava com malícia que a objeção dos críticos burgueses — "quem limpará as escarradeiras no socialismo?" — poderia ser reduzida, no fundo, a uma simples pergunta: "quem limpará a *minha* escarradeira?".
50. Cf. *The Revolution Betrayed*, p. 46.
51. *Das Kapital*, I, p. 198.
52. Marx se refere aqui à seguinte passagem da obra de Smith: "Pode-se dizer que iguais quantidades de trabalho têm o mesmo valor para o trabalhador em todos os tempos e lugares. Em seu estado normal de saúde, força e ânimo, em seu grau habitual de perícia e destreza, sempre deve repor a mesma porção de seu descanso, de sua liberdade e de sua felicidade" (Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Nova York, 1937, p. 33).
53. Cf. *Theorien*, III, p. 253: "Mas tempo livre, tempo disponível, é a própria riqueza — em parte para fruir dos produtos, em parte para realizar atividades livres, que, ao contrário do trabalho, não estão determinadas pela coerção de uma finalidade externa que deve cumprir-se —, cujo preenchimento obedece a uma necessidade natural ou a um dever social, como se queira."
54. Ou seja, condicionado por uma antítese de classes.
55. Em francês no original: "*travail attractif*".
56. *Grundrisse*, p. 504-505.
57. Ibid., p. 599-600.

58. Podemos ler nos *Grundrisse*: "Não se enfatiza o ser-objetivado, mas sim o ser-alienado, despossuído, vendido; a condição na qual o poder objetivo que o próprio trabalho social edifica se opõe ao trabalhador, tornando-se condições de produção objetivas, ou seja, capital. Do ponto de vista do capital e do trabalho assalariado, a criação deste corpo objetivo de atividades se opõe à capacidade de trabalho imediata. Este processo de objetivação se apresenta como processo de alienação, do ponto de vista do trabalho, ou de apropriação do trabalho alheio, do ponto de vista do capital. Esta distorção e inversão são reais, isto é, não meramente mentais. Não existem só na imaginação dos trabalhadores e dos capitalistas." Mas, "os economistas burgueses estão tão enclausurados nas representações de determinada etapa histórica de desenvolvimento da sociedade, que a necessidade de que se *objetivem* os poderes sociais do trabalho aparece a eles como inseparável da necessidade de que os mesmos *se alienem* em relação ao trabalho vivo" (*Grundrisse*, p. 716).
59. Marx diz nas *Teorias*: "É evidente que se o tempo de trabalho, ao limitar-se a uma duração normal, já não existe para outro, mas sim para mim mesmo, e ao mesmo tempo as contradições sociais entre senhores e servos etc. são abolidas, ele adquire um caráter totalmente distinto; torna-se trabalho realmente social, base do tempo livre; o trabalho de um homem que tem tempo livre deve possuir uma qualidade muito superior ao da besta de carga" (*Theorien*, III, p. 253).
60. Podemos ler no primeiro tomo de *O capital*: "A supressão da forma capitalista de produção permite restringir a *jornada de trabalho* ao *trabalho necessário*. Todavia, este último, mantendo-se constantes as demais condições, poderia ampliar-se. Por um lado, porque as condições de vida do trabalhador seriam mais folgadas, e maiores suas exigências vitais. Por outro lado, porque uma parte do mais-trabalho atual seria contada como trabalho necessário, isto é, trabalho requerido para constituir um fundo social de reserva e de acumulação" (*Das Kapital*, I, p. 552). Cf. ibid., III, p. 883.
61. "Não é preciso dizer que o tempo de trabalho direto não pode permanecer abstratamente contraposto ao tempo livre, tal como se apresenta do ponto de vista da economia burguesa" (*Grundrisse*, p. 599).
62. "Só quando a produção está sob um controle predeterminado real da sociedade, esta cria a relação entre o volume do tempo de trabalho social aplicado à produção de determinados artigos e o volume da necessidade social que este artigo deve satisfazer" (*Das Kapital*, III, p. 197).
63. Marx também considera esta "economia de tempo" sob outro ponto de vista: "A economia efetiva [...] consiste em poupar tempo de trabalho; [...] mas esta poupança se identifica com o desenvolvimento da força produtiva. Portanto, de modo algum abstinência da fruição, mas sim desenvolvimento de *power* [poder], de capacidades para a produção e, portanto, tanto das capacidades como dos meios de fruição. A capacidade de fruição é uma condição para esta, [...] e esta capacidade equivale a desenvolver uma atitude indivi-

dual, força produtiva. A poupança de tempo de trabalho corre em paralelo com o aumento do tempo livre, ou seja, tempo para o desenvolvimento pleno do indivíduo, desenvolvimento que, por sua vez, atua de volta como máxima força produtiva sobre a força produtiva do trabalho. Do ponto de vista do processo imediato de produção, pode-se considerar essa poupança como produção de capital fixo, este capital fixo *being man himself* [sendo o próprio homem]" (*Grundrisse*, p. 599).

64. Ibid., p. 89. No mesmo sentido deve-se entender também o trecho do terceiro tomo de *Das Kapital* (p. 859), tão freqüentemente citado e dirigido contra Storch: "Segundo: depois da abolição do modo de produção capitalista, mas não da produção social, segue predominando a determinação do valor no sentido de que a regulação do tempo de trabalho e a distribuição do trabalho social entre os diferentes grupos de produção, e a contabilidade relativa a isso, se tornam mais essenciais do que nunca." Diga-se de passagem que este é o único trecho de Marx ao qual podem fazer referência, com alguma justificativa, economistas como Leontiev, Lange ou Joan Robinson, os quais pretendem imputar a Marx a idéia de uma "lei do valor no socialismo". Basta-lhes constatar que no trecho citado aparece o termo "determinação do valor". Mas, com o mesmo direito, eles poderiam concluir, a partir de trechos isolados, que Marx — "para dizê-lo na linguagem dos economistas vulgares" — fala do "capital" na Antiguidade (inclusive no socialismo), que para ele o capital não é uma categoria histórica, mas sim eterna... (Cf. a esse respeito a seguinte passagem das *Theorien*, III, p. 253: "O tempo do trabalho sempre segue sendo — mesmo quando esteja abolido o valor de troca — a substância criadora e a medida dos custos que requer sua produção.")
65. *Theorien*, p. III, p. 127.
66. Em inglês no original: "*the offspring of association*".
67. *Grundrisse*, p. 76.
68. Ibid., p. 88-89.
69. Em seu conhecido artigo *Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie* ["Esboço de crítica da economia política", *MEW*, t. 1, p. 517], Engels observa: "Já em 1844 manifestei que a ponderação do efeito útil e o gasto de trabalho na decisão sobre a produção é tudo quanto resta, em uma sociedade comunista, do conceito do valor da economia política". E no *Anti-Dühring*, p. 288-289: "Só *O capital*, de Marx, possibilitou [...] a fundamentação científica desse princípio."
70. Cf. a carta de Engels a C. Schmidt datada de 5 de agosto de 1890: "Houve um debate na *Volkstribüne* sobre a distribuição dos produtos na sociedade futura, se essa distribuição terá lugar conforme a quantidade de trabalho ou de outra maneira. Também se encarou o assunto de uma maneira muito 'materialista', contrariando certas expressões idealistas de justiça. Mas, curiosamente, a ninguém ocorreu que o modo de distribuição depende funda-

mentalmente de quanto se precisa distribuir, e se isso se modifica com os progressos da produção e da organização social, e se, em conseqüência, também poderia modificar-se o modo de distribuição. Mas, para todos os participantes, a 'sociedade socialista' aparece não como algo em constante transformação e progresso, mas sim como uma coisa estável e fixa de uma vez para sempre. Ela também deve ter um modo de distribuição fixado de uma vez por todas. Mas, razoavelmente, só se pode (a) tentar descobrir o modo de distribuição pelo qual se começa, e (b) tratar de visualizar a tendência geral dentro da qual se move a evolução posterior. De tudo isso, porém, não se encontra nem uma só palavra em todo o debate" (*MEW*, t. 37, p. 436).

71. *Das Kapital*, I, p. 93.
72. Cf. a respeito os importantes comentários em *O Estado e a revolução*, de Lenin, e em *A revolução traída*, de Trotsky.
73. Entre essas "deduções", Marx enumera: "(a) cobertura para a substituição dos meios de produção utilizados; (b) parte adicional para expandir a produção; (c) fundos de reserva ou de seguro contra imprevistos, perturbações devidas a acidentes naturais etc." Por isso, só o resto do produto total está "destinado a servir de meio de consumo". Por sua vez, desse resto "se deduz, antes de se chegar à distribuição individual [...]: (a) os custos gerais de administração, não integrantes da produção; (b) o que está destinado a satisfazer interesses comunitários, como escolas, dispositivos de saúde etc.; (c) fundos para incapacitados para o trabalho etc. [...]. Só então chegamos à 'distribuição', [...] ou seja, à parte dos meios de consumo que se distribuem entre os produtores individuais da associação" (*Kritik des Gothaer Programms*, *MEW*, t. 19, p. 19). Cf. também *Das Kapital*, III, p. 855-856, 882-883 e 884-885.
74. *Kritik des Gothaer Programms*, p. 20.
75. Ver *A nova economia*, 1926.
76. Pensamos antes de tudo nos *Grundrisse* de Marx; por isso, só consideramos de forma ocasional numerosíssimas manifestações dedicadas à sociedade comunista em *O capital*, nas *Teorias*, no *Anti-Dühring* e em outras obras de Marx e Engels.
77. Podemos ler nos *Grundrisse*: "No âmbito da sociedade burguesa, baseada no *valor de troca*, produzem-se tanto relações de produção como comerciais, que são outras tantas minas para fazê-la explodir [...]." Daí a imensa importância da luta proletária de classes e do processo ideológico no qual se baseia: "O reconhecimento de que os produtos são sua propriedade e a compreensão de que essa separação em relação às condições de sua realização é imprópria — e imposta — são um grande avanço na consciência [...]. Ao tornarem-se conscientes os escravos de que não podem ser propriedade de um terceiro, ao tornarem-se conscientes de sua condição de pessoas, a escravidão já só segue vegetando em uma existência artificial e já não pode subsistir como base da produção" (*Grundrisse*, p. 77 e 366-367).

CAPÍTULO 29

1. *Grundrisse*, p. 600.
2. *Das Kapital*, III, p. 55.
3. *Theorien*, III, p. 181.
4. Ibid., p. 421.
5. Cf. p. 41 deste trabalho.
6. Cf. a avaliação que Marx faz dos escritos do "oponente proletário de Ricardo", Thomas Hodgskin: "Todo o mundo objetivo, o 'mundo dos bens', desaparece aqui como mero elemento, como atividade evanescente (vez por outra engendrada de novo) dos homens socialmente produtivos. Compare-se agora esse 'idealismo' com o fetichismo grosseiramente materialista em que desemboca a teoria de Ricardo em [...] MacCulloch, no qual não só desaparece a diferença entre o homem e o animal, mas também entre o ser animado e o objeto. Depois se diz que a oposição proletária defende, diante do digno espiritualismo da economia burguesa, um materialismo cru, orientado para as necessidades brutas!" (*Theorien*, III, p. 263).
7. *Das Kapital*, III, p. 838.
8. *Das Kapital*, III, p. 834-838. Cf. a passagem paralela a esta em *Theorien*, III, p. 472-478.
9. Cf. *Das Kapital*, III, p. 839: "Em formas anteriores da sociedade, esta mistificação econômica só ocorre principalmente em relação ao dinheiro e ao capital que rende juros. Está excluída, pela natureza das coisas, primeiro, ali onde prevalece a produção para o valor de uso, voltada para satisfazer diretamente as próprias necessidades; segundo, ali onde, como na Antiguidade e na Idade Média, a escravidão ou a servidão formam a ampla base da produção social: aqui, o domínio das condições de produção sobre os produtores fica oculto pelas relações de dominação e servidão que aparecem e são visíveis como motivos diretos do processo de produção."
10. Ibid., p. 835.
11. *Theorien*, III, p. 473.
12. Ibid.
13. *Das Kapital*, III, p. 835-836.
14. Com isso chegamos aos temas mais específicos do terceiro tomo de *O capital*.
15. *Das Kapital*, III, p. 836-837. *Theorien*, III, p. 474.
16. *Theorien*, p. 475 e 476.
17. "O trabalho do explorador se identifica aqui com o trabalho do explorado" (ibid., p. 486). Além disso, este "trabalho do explorador" na maioria dos casos não é feito pelos próprios capitalistas, mas sim por seus gerentes e outros tipos de funcionários.
18. *Das Kapital*, III, p. 837.
19. Ibid., p. 483.
20. *Grundrisse*, p. 599.

21. Veja-se ibid., p. 731, e *Theorien*, III, p. 263.
22. *Grundrisse*, p. 600.

PARTE VII

CAPÍTULO 30

1. Essa fórmula aparece no livro de Bukharin, *Der Imperialismus und die Akkumulation des Kapitals*, p. 11.
2. *Das Kapital*, II, p. 520.
3. Rosa Luxemburgo, *Die Akkumulation des Kapitals* (1923), p. 80-81.
4. Ibid., p. 84.
5. Joan Robinson, introdução à edição inglesa de *A acumulação do capital*, de Rosa Luxemburgo.
6. Devo agradecer a demonstração matemática dessa relação ao meu amigo, o estatístico H. Chester, de Detroit.
7. Nicolai Bukharin, op. cit., p. 11-12.
8. Só Paul Sweezy observou isso em sua *Theory of Capitalist Development*, que veio à luz em 1942, p. 164.
9. Nicolai Bukharin, op. cit. O leitor de hoje estranhará o tom violento do ensaio de Bukharin contra Rosa Luxemburgo, que poucos anos antes havia sido assassinada pelos fascistas. Esse tom deve ser atribuído, antes de mais nada, à circunstância de que o texto de Bukharin não foi inspirado principalmente em interesses científicos, mas sim políticos. Tratava-se de quebrar a influência do "luxemburguismo" — então muito forte — nos círculos dirigentes do Partido Comunista Alemão. Qualquer meio parecia apropriado a este fim.
10. Karl Kautsky, *Materialistische Geschichtsauffassung*, II, p. 546-547.
11. Cf. a seção IV deste capítulo.
12. Citado por Henryk Grossmann em sua *Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*, p. 57-58.
13. Cf. Otto Bauer, "Die Akkumulation des Kapitals", *Die Neue Zeit*, 1913, p. 836 e 866.
14. Como vemos, Eckstein confundia o problema da reprodução do capital com o problema das crises.
15. Ver a reprodução da resenha de Eckstein no apêndice ao livro de Rosa Luxemburgo, 1923, p. 487, 488 e 489.
16. Henryk Grossmann, op. cit., p. 95.
17. "O procedimento da experiência de senso comum retoma de modo extrínseco aquela parte do concreto que foi omitida para gerar-se o geral por abstração. O método absoluto [dialético], ao contrário, não se comporta como uma reflexão exterior; ele toma o elemento determinado, diretamente, de seu próprio objeto, já que ele é o princípio e a alma imanentes do próprio objeto" (Georg Wilhelm Friedrich Hegel, *Wissenschaft der Logik*, II, p. 491).
18. *Theorien*, III, p. 83-84.

naturais comuns a toda produção, qualquer que seja sua forma histórica. Por isso, chega à curiosa idéia de uma produção que só existe para a própria produção, enquanto o consumo aparece como um acidente. Se isso já é 'loucura', pelo menos tem 'método', e mais exatamente marxista, já que esta análise da determinação histórica formal da produção capitalista é especificamente marxista. É um marxismo enlouquecido, mas não deixa de ser marxismo, o que faz com que a teoria de Tugan seja ao mesmo tempo curiosa e excitante" (*Das Finanzkapital*, p. 355, nota 1).

75. Tugan-Baranovski, op. cit., p. 27. Tugan já tinha defendido a mesma concepção em seu primeiro livro, como se depreende da polêmica levantada contra ele no livro de Bulgakov.
76. Nos escritos de Lenin, prestamos atenção ao problema da realização não só por sua indiscutível importância teórica, mas também porque a maioria das edições do segundo tomo de *O capital* agregou diversas passagens desses textos, evidentemente para servir como uma espécie de exegese oficial da obra de Marx. (Esta é uma prática que se iniciou na década de 1930 e que o próprio Lenin, se estivesse vivo, certamente não toleraria.)
77. Citado conforme T. Kowalik, "A teoria econômica de Rosa Luxemburgo" (em polonês), em *Ekonomista*, 1963, n. 1.
78. V. I. Lenin, *Obras completas*, t. 1, p. 110-111. Ver também V. I. Lenin, *Escritos econômicos 1893-1899/3*, p. 30-31.
79. Mais tarde, Lenin mudou esses pontos de vista, como se depreende de suas anotações referentes ao livro *A acumulação do capital*, de Rosa Luxemburgo. Cf. *Leninskii Sbornik*, XXII, p. 357.
80. V. I. Lenin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, em *Obras completas*, t. 3, p. 44 e 63.
81. Ibid., p. 46.
82. V. I. Lenin, *Resposta ao Sr. P. Nezhdanov*, em *Obras completas*, t. 4.
83. V. I. Lenin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, op. cit., p. 46-47 e 50-51.
84. Assim Rosa Luxemburgo caracterizava o conceito de Tugan-Baranovski sobre a acumulação do capital.
85. Grifos meus.
86. *Das Kapital*, III, p. 272.
87. V. I. Lenin, *Observação sobre o problema da teoria dos mercados*, em *Obras completas*, t. IV, p. 57-58. Ver também V. I. Lenin, *Escritos econômicos 1893-1899/3*, p. 210-211.
88. V. I. Lenin, ibid.
89. Cf. *Theorien*, II, p. 521: "Não se deve negar que em algumas esferas pode haver superprodução, e por isso em outras pode-se produzir menos do que o necessário. As crises parciais podem nascer de uma desproporção na produção [...], e uma forma geral dessa produção desproporcional pode ser a superprodução de capital fixo ou circulante. [...] Todavia, não falamos aqui da

crise que se baseia em uma produção desproporcional, ou seja, em uma desproporção na distribuição do trabalho social entre as diversas esferas da produção [...]. Mas Ricardo admite esse tipo de crise etc."

90. V. I. Lenin, *Algo mais sobre a teoria da realização*, em *Obras completas*, t. 4, p. 89. Ver também V. I. Lenin, *Escritos econômicos 1893-1899/3*, p. 235-236.
91. V. I. Lenin, *Para uma caracterização do romantismo econômico*, em *Obras completas*, t. 2; *Escritos econômicos 1893-1899/3*, op. cit.; *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, op. cit.; *Algo mais sobre a teoria da realização*, op. cit.
92. V. I. Lenin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, op. cit., p. 39.
93. V. I. Lenin, *Resposta ao Sr. P. Nezhdanov*, em *Obras completas*, t. IV, p. 164, e em *Escritos econômicos 1893-1899/3*, p. 446.
94. Citado conforme o instrutivo artigo de T. Kowalik, mencionado acima, na revista polonesa *Ekonomista*, p. 49.
95. Ibid., p. 51-52.
96. Lenin escreveu a Shliapnikov em 27 de outubro de 1915: "Rosa Luxemburgo tinha razão. Compreendeu há muito tempo que, como teórico, Kautsky era culpado de servilismo diante da maioria do partido, diante do oportunismo" (citado conforme Gankin e Fisher, *The Bolsheviks and the World War*, p. 195).
97. Nesse contexto, deve-se registrar que Lenin jamais atacou a essência dos pontos de vista de Bulgakov e de Tugan. Ao contrário, defendeu esses pontos de vista contra seus críticos e chegou a recomendar a seus leitores: "Quem não conseguir familiarizar-se com o segundo tomo de *O capital* deve estudar a exposição da teoria de Marx da realização no livro de Bulgakov" (apêndice ao segundo tomo de *O capital*, p. 580, nota). Além disso, Lenin criticava Tugan-Baranovski de tempos em tempos, mas só por seus "desvios em relação a Marx" e por sua afirmação de que havia uma "contradição" entre o segundo e o terceiro tomos de *O capital*. Mesmo depois dessa polêmica, que já citamos, ele defendeu Tugan, Bulgakov e a si próprio contra a crítica de Struve, para quem todos eles haviam extraído dos esquemas de Marx uma posição que conduzia à "harmonia entre a produção e o consumo". Lenin escreveu: "A meu ver, a polêmica de Struve, em seus escritos, foi suscitada mais por uma concepção errônea de Struve do que pelo conteúdo da teoria que eles defendem [...]. Mas Marx e os autores que expuseram suas idéias, com os quais Struve polemiza, longe de deduzir dessa análise a harmonia entre a produção e o consumo, destacam energicamente, ao contrário, as contradições inerentes ao capitalismo, que não podem deixar de manifestar-se na realização capitalista" (V. I. Lenin, *Algo mais sobre a teoria da realização*, em *Obras completas*, p. 76; *Escritos econômicos...*, p. 221).
98. Como prova adicional, podemos apresentar uma passagem da polêmica de Lenin com Danielson. Para corroborar seus pontos de vista, este último havia citado uma passagem de Marx que já conhecemos (ver nota 37 deste capítulo), e que Engels incluiu — como "Nota para desenvolvimento futuro" — no capítulo XVI do segundo tomo de *O capital*. Sobre isso, Lenin escreveu:

"Ao citar essa passagem [...], nosso autor *omite seu final*: [...] *'Todavia, o estudo desse tema corresponde à seção seguinte'*, ou seja, à terceira seção. Que seção é essa? Precisamente a que contém a crítica à teoria de Adam Smith sobre as duas partes do produto global da sociedade [...] e a análise 'da reprodução e circulação do capital social global da sociedade', ou seja, da realização do produto. Assim, em apoio a suas concepções, que apenas repetem as de Sismondi, nosso autor cita a nota que se refere 'apenas à seção' na qual Sismondi é refutado: 'somente a seção' na qual se mostra que os capitalistas *podem* realizar a mais-valia, e que incluir o comércio exterior na análise da realização é um absurdo..." (V. I. Lenin, *Para uma caracterização do romantismo econômico*, em *Obras completas*, p. 161; *Escritos econômicos...*, p. 100). Toda essa observação poderia ser eliminada se Lenin soubesse que a remissão de Marx à "seção seguinte" não se referia à seção III do segundo tomo, mas sim à "seção da concorrência", prevista no plano estrutural original, à qual correspondeu depois o terceiro tomo de *O capital*.

99. Só depois de escrever este capítulo conheci um interessante ensaio do socialista norte-americano Paul Mattick, *Rebels and Renegades* (Melbourne, 1946), no qual ele antecipava parcialmente a crítica à teoria da realização de Lenin que se formula aqui.
100. Rudolf Hilferding, *Das Finanzkapital*, 1927, p. 318.
101. Ibid.
102. O caráter ilógico dos conceitos de "superprodução" e "subconsumo" não impediu que Engels caracterizasse o capitalismo como um estado econômico "que produz uma quantidade muito maior de meios de existência e desenvolvimento que os que a sociedade capitalista pode consumir, pois a grande massa dos verdadeiros produtores é artificialmente afastada dos meios de existência e desenvolvimento [...]" (*Ausgewählte Briefe*, p. 358).
103. Rudolf Hilferding, op. cit., p. 300.
104. *Theorien*, II, p. 528.
105. *Das Kapital*, III, p. 528.
106. *Theorien*, II, p. 528.
107. Ibid., I, p. 253-254.
108. Na crítica à teoria das crises de Ricardo, Marx diz: "A palavra 'superprodução' induz a erro. Enquanto não estejam satisfeitas as necessidades de uma grande parte da sociedade, ou só estejam satisfeitas as necessidades mais imediatas, não se pode falar de uma superprodução absoluta de produtos, no sentido de que a maior parte deles seja supérflua em relação às necessidades existentes. Ao contrário, deve-se dizer que, na base da produção capitalista, ocorre uma contínua subprodução [...]. Porém, superprodução de produtos e superprodução de mercadorias são duas coisas totalmente diferentes. Quando Ricardo sustenta que a forma da mercadoria é indiferente para o produto [...] isso desemboca em seu pressuposto de que a produção burguesa é o modo de produção absoluto, e portanto um modo de produção sem

maiores determinações específicas [...]" (*Theorien*, II, p. 528). Mais adiante: "Todas as dificuldades que Ricardo e outros colocam contra a superprodução etc. se baseiam no fato de que consideram a produção burguesa como um modo de produção no qual ou não existe nenhuma diferença entre a compra e a venda [...] ou a consideram como produção social, de modo que a sociedade, como que obedecendo a um plano, distribui seus meios de produção e suas forças produtivas no grau e na medida em que sejam necessários para satisfazer suas diversas necessidades [...]. De modo que essa explicação da superprodução mediante a subprodução significa apenas o seguinte: se ocorresse uma produção proporcional, não ocorreria superprodução. O mesmo ocorreria se oferta e procura correspondessem uma à outra. O mesmo se todas as esferas contivessem idênticas possibilidades de produção capitalista e sua ampliação [...], se todos os países que comerciam entre si possuíssem a mesma capacidade de produção (e, mais exatamente, de uma produção diferente e complementar). Portanto, ocorre superprodução porque não se cumprem esses bons augúrios" (ibid., p. 529 e 532-533). Vê-se até que ponto a teoria das crises de Hilferding corresponde, no fundamental, aos pontos de vista da escola de Ricardo, aqui criticados.

109. Fazemos referência aqui ao último capítulo da obra de Hilferding, o qual trata da derrocada iminente da política imperialista do capital financeiro. "Mas se trata de uma derrocada política e social, não econômica; esta última não é de modo algum uma idéia racional" (op. cit., p. 471).
110. *Theorien*, II, p. 469.
111. Ibid., p. 520.
112. Ibid., p. 492-493.
113. Ibid., p. 535.
114. *Das Kapital*, II, p. 316.
115. Ibid., III, p. 272-273.
116. Ibid., p. 285.
117. Ibid., p. 528.
118. Cf., por exemplo, *Theorien*, III, p. 117: "Ricardo equipara [...] 'produtivo' e 'lucrativo'. Ora, na produção capitalista só o 'lucrativo é 'produtivo' [...]. Para produzir 'produtivamente' é preciso produzir de modo que a maioria dos produtores fique excluída de uma parte da demanda do produto: deve produzir-se em oposição a uma classe cujo consumo não tem nenhuma relação com sua produção, pois precisamente no excedente de sua produção sobre seu consumo aparece o lucro do capital." Em outra passagem: "O fato de que [o modo de produção capitalista] esteja obrigado por suas próprias leis inerentes a desenvolver as forças produtivas, de um lado, como se a produção não se realizasse em um contexto social limitado, enquanto, por outro, só pode desenvolvê-las dentro dos obstáculos dessa limitação, é o motivo mais recôndito e mais secreto das crises, das contradições que irrompem nelas, nas quais se desenvolve a produção burguesa e que, à primeira vista,

revelam que ela é apenas uma forma histórica de transição. Sismondi, por exemplo, entende isso de uma forma grosseira — e aproximadamente correta — como uma contradição da produção para a própria produção e uma distribuição que exclui *eo ipso* um desenvolvimento absoluto da produtividade" (*Theorien*, III, p. 80).

119. *Das Kapital*, III, p. 286.
120. Em sua análise abstrata do processo de acumulação, Marx precisou abrir mão, naturalmente, do papel das "terceiras pessoas", assim como, em geral, de todos os fatores alheios ao próprio capitalismo. Precisamente aí está o erro da crítica de Rosa Luxemburgo. Mas isso não significa de nenhum modo que nas etapas posteriores da análise deva-se seguir ignorando as "terceiras pessoas", como supunha incorretamente a maior parte dos adversários de Rosa. Pelo contrário, o processo da acumulação do capital dificilmente pode ser compreendido se não se leva em conta esse fator.
121. Henryk Grossmann, op. cit., p. 20 e 280-282.
122. G. Lukács, *Geschichte und Klassenbewusstsein*, p. 200. Cf. também o interessante ensaio de Lelio Basso, "Rosa Luxemburg: The Dialectical Method", em *International Socialist Journal*, novembro de 1966.
123. Movida por um estado de espírito transitório e pelo sentimento de enfado diante da falsa ortodoxia marxista de seus críticos, Rosa Luxemburgo escreveu da prisão ao seu amigo Hans Diefenbach em 8 de março de 1917: "Esta [a simplicidade de expressão] é agora minha orientação estética, que só aprecia o simples, calmo e generoso, tanto no trabalho científico como na arte, razão pela qual agora me horroriza o tantas vezes elogiado primeiro tomo de *O capital* de Marx, com sua ornamentação rococó no estilo de Hegel (pelo uso desse estilo se deveria merecer, do ponto de vista do partido, cinco anos de cárcere e dez de suspensão dos direitos civis [...])." Rosa Luxemburgo, *Briefe an Freunde*, p. 85. Como se vê, às vezes Rosa ignorava que por trás do "estilo hegeliano" da obra de Marx estava o conteúdo dialético.
124. Ver p. 165 deste trabalho.
125. Podemos ler nas *Teorias*, de Marx: "Portanto, ao considerar as condições essenciais da produção capitalista, pode-se supor (já que isso ocorre aproximadamente cada vez mais, que é o objetivo principal e que só nesse caso as forças produtivas do trabalho se desenvolvem até seu ápice) que todo o mundo das mercadorias, todas as esferas da produção material [...] estão submetidas (formal ou realmente) ao modo de produção capitalista. Com essa suposição, que expressa o limite, que portanto se aproxima cada vez mais da exatidão, todos os trabalhadores ocupados na solução são assalariados, e então os meios de produção os enfrentam em todas essas esferas como capital" (*Theorien*, I, p. 385).
126. Rosa Luxemburgo, op. cit., p. 335.
127. Ibid., p. 403-404.
128. Ibid., p. 265.

129. *Das Kapital*, II, p. 500-501.
130. Cf. a passagem de *O capital* citada nas p. 406-407.
131. Otto Bauer, "Die Akkumulation des Kapitals", em *Die Neue Zeit*, ano 31, 1913.
132. O leitor deve lembrar a objeção formulada por Rosa Luxemburgo contra os esquemas da reprodução de Marx, segundo a qual nesses esquemas "a acumulação no departamento II é totalmente dependente e dominada pela acumulação no departamento I" (cf. p. 373 deste trabalho). Esta objeção era errônea em relação aos esquemas de Marx, mas é correta em relação a Otto Bauer, já que o departamento II de seu esquema só aparece, de fato, como um mero apêndice do departamento I e só serve para a constante ampliação deste.
133. T. Kowalik, *A teoria econômica de Rosa Luxemburgo*, tese de doutoramento, mimeo, Varsóvia, 1963 (em polonês), p. 208.
134. *Das Kapital*, II, p. 527.
135. Bauer nega que seu esquema da reprodução tenha essa finalidade. Referindo-se à sua teoria da acumulação, disse: "Esta exposição não pode ser considerada como uma apologia do capitalismo. Os apologistas do capital quiseram demonstrar a falta de limites da acumulação — pois, com a produção, aumentaria também, automaticamente, o poder de consumo —, enquanto nós descobrimos os limites da acumulação" (*Die Neue Zeit*, 1913, p. 887). Porém, se buscamos no ensaio de Bauer esses "limites à acumulação", verificamos que esses termos só se referem à "tendência a adequar a acumulação ao crescimento da população": "O aumento do capital produtivo dentro do próprio país é sempre limitado pelo crescimento da população trabalhadora disponível: o capital variável não pode crescer permanentemente com maior rapidez que a população, e o capital constante só pode crescer com maior rapidez que o variável dentro da relação determinada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas" (ibid., p. 871-872). Se é assim, se a acumulação do capital só esbarra no limite da "população trabalhadora disponível" que se mostra temporariamente na fase de prosperidade do ciclo industrial, então esta acumulação pode prosseguir até a eternidade, e a circunstância de que Bauer proteste contra a apologia do capitalismo deve ser considerada, tão-somente, como uma expressão de boas intenções.
136. *Das Kapital*, III, p. 336.
137. Segundo soubemos pela tese de T. Kowalik, citada, o ensaio de Otto Bauer que contém este esquema foi impresso várias vezes nas edições soviéticas da obra de Rosa Luxemburgo, evidentemente para servir como uma espécie de antídoto. É o que ocorre na edição de 1934, p. 339-358. Cf. Kowalik, op. cit., p. 204, nota 1.
138. Cf. p. 340 deste trabalho.
139. Ver a obra citada de H. Grossmann, *Das Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*, 1929.

140. *Das Kapital*, I, p. 662.
141. Ibid., p. 473 e 663. De forma semelhante, podemos ler nas *Teorias*: "Na reprodução se pressupõe, antes de tudo, que o modo de produção permanece constante, e isso ocorre durante um período na ampliação da produção. Neste caso se aumenta a quantidade das mercadorias produzidas porque se emprega mais capital, não porque ele seja empregado de forma mais produtiva" (*Theorien*, II, p. 522).

CAPÍTULO 31

1. *Das Kapital*, I, p. 49.
2. Ou seja, até a passagem que trata do trabalho qualificado.
3. Eugen Böhm-Bawerk, "Zum Abschluss des Marxschen Systems", p. 81-86.
4. Um autor que reiterou essa crítica foi Rudolf Schlesinger, em seu livro *Marx, His Time and Ours*, de 1950 (op. cit., p. 129). Lê-se ali o seguinte: "Este problema é, certamente, a maior dificuldade encontrada pela crítica da economia marxista [...]." Se ninguém conseguisse resolver o problema, defendeu Schlesinger, seria preciso arquivar definitivamente a teoria marxiana do valor.
5. Cf. *Das Kapital*, III, p. 808 e 683. Cf. também *Theorien*, I, p. 240 e 386.
6. *Theorien*, III, p. 132-133.
7. *Das Kapital*, I, p. 43.
8. *Zur Kritik*, p. 21 e 22.
9. *Das Kapital*, I, p. 42, 52, 62, 78 e 88. Cf. também *Theorien*, III, p. 291: "O valor de uso expressa a relação natural entre objetos e homens, a existência dos objetos para os homens. O valor de troca é um significado posteriormente acrescentado — com o desenvolvimento social que o criou — à palavra valor, que era sinônimo de valor de uso. É a existência social do objeto."
10. *Das Kapital*, I, p. 42.
11. Ibid., p. 79.
12. *Zur Kritik*, p. 23.
13. *Grundrisse*, p. 25. Cf. também a nota 308, p. 513 do primeiro tomo de *Das Kapital*, que se refere à facilidade com que as pessoas trocavam de ocupação nos Estados Unidos.
14. *Zur Kritik*, p. 25-26.
15. Cf. o trabalho de Marx contra Proudhon, *Das Elend der Philosophie* (p. 73), escrito em 1847: "O fato de que só a quantidade de trabalho sirva de medida do valor, independentemente de sua qualidade, implica que o trabalho simples é o eixo da atividade produtiva. Este fato supõe que os diferentes trabalhos são igualados pela subordinação do homem à máquina ou pela divisão extrema do trabalho, que o trabalho desloca a personalidade humana para um segundo plano, que o pêndulo passou a ser a medida exata da atividade relativa de dois trabalhadores, assim como o é da velocidade de duas loco-

motivas. Por isso, não se deve dizer que uma hora de trabalho de um homem vale tanto quanto uma hora de outro homem, mas sim que um homem em uma hora vale tanto quanto outro homem em uma hora. O tempo é tudo, o homem não é nada; é, em suma, a cristalização do tempo. [...] A quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada; mas este nivelamento do trabalho não é obra da justiça eterna do senhor Proudhon, mas sim um fato da indústria moderna."

16. *Lohn, Preis und Profit*, em *Ausgewählte Schriften*, I, p. 391.
17. *Das Kapital*, I, p. 77.
18. "No mercado, os produtos elaborados em quantidades desiguais de tempo são igualados como valores" (Isaak I. Rubin, *Ensaio sobre a teoria marxista do valor*, p. 213).
19. Böhm não compreendeu o espírito da teoria marxiana do valor, como se vê na forma como ele confronta os conceitos de "trabalho humano em geral" e "trabalho médio simples", qualificando este último, de forma grosseiramente naturalista, como um "tipo particular de trabalho". Admirável "tipo particular de trabalho", "para o qual qualquer indivíduo médio pode ser treinado" e que "deve realizar de uma forma ou de outra"! Tudo isso se baseia em uma confusão: Böhm ignora que o "trabalho médio simples" pode ser contraposto ao trabalho qualificado como um "tipo particular de trabalho", mas não ao "trabalho humano em geral", a cuja definição pertence.
20. *Zur Kritik*, p. 24.
21. Isso se refere aos críticos mais recentes da teoria do valor de Marx: Joseph Alois Schumpeter, Joan Robinson e outros.
22. *Das Kapital*, I, p. 5.
23. *Zur Kritik*, p. 24.
24. Além disso, também na passagem citada por Böhm, Marx fala do "trabalho da redução" que deseja (provisoriamente) economizar.
25. *Grundrisse*, p. 787.
26. Cf. ibid., p. 729-730: "O trabalho é qualitativamente distinto, também, não só conforme os diversos setores produtivos, mas conforme sua maior ou menor intensidade etc. Naturalmente, não é possível investigar aqui a maneira como se compensam essas diferenças e se reduz todo o trabalho a simples *unskilled labour* [trabalho não qualificado]. Basta assinalar que essa redução *ocorre* de fato, quando os produtos de todos os tipos de trabalho tornam-se valores. Como valores, são equivalentes segundo certas proporções; os tipos superiores de trabalho são avaliados com base no trabalho simples. Isso fica logo claro se refletimos sobre o fato de que o ouro californiano, por exemplo, é produto do trabalho simples e, com ele, se paga todo tipo de trabalho. A diferença qualitativa fica abolida, e de fato se reduz o produto de um tipo superior de trabalho a certa quantidade de trabalho simples. Estas avaliações das diversas qualidades de trabalho são aqui completamente indiferentes, pois em nada afetam o princípio."

27. No original, "a própria".
28. Aqui, Bailey antecipa a argumentação de Böhm-Bawerk. Em sua crítica a Marx, Böhm tampouco menciona a polêmica de Bailey com Ricardo sobre este tema.
29. *Theorien*, III, p. 164-165.
30. Não esqueçamos que, na época, ninguém conhecia o plano estrutural de *O capital* nem suas transformações.
31. Colocamos entre aspas a palavra "valores" porque aqui, evidentemente, ela é empregada por analogia, podendo conduzir a mal-entendidos. O próprio Engels, no mesmo livro, destaca que, no socialismo, os homens "se entenderiam muito bem sem a intromissão do tão famoso 'valor'". Cf. a seção III do capítulo 28 deste trabalho.
32. Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, p. 246-247.
33. *Das Kapital*, I, p. 206. Citamos aqui a terceira edição do primeiro tomo porque a última frase soa um pouco diferente na quarta edição, e porque a estilização divergente da terceira edição deu origem a uma animada polêmica entre Hilferding e Bernstein, sobre a qual nos chamam a atenção os editores da tradução inglesa da obra de Hilferding (ver, sobre isso, *Böhm-Bawerk's Criticism of Marx* [A crítica de Böhm-Bawerk a Marx] de Rudolf Hilferding, Glasgow, 1920). Usamos a terceira edição. Nela, Bernstein afirmava que Marx deduzia o valor do produto a partir do "valor do trabalho" (*Die Neue Zeit*, 23 de dezembro de 1899). Hilferding respondeu que a citação usada queria dizer "o contrário do que Bernstein pretende mostrar a partir dela", e que "se Bernstein tivesse razão, Marx teria usado um 'portanto' no lugar de 'todavia', o que não tinha acontecido. Quis o azar que nem Bernstein nem Hilferding levassem em conta a quarta edição do primeiro tomo, na qual exatamente a frase em questão, de Engels, foi modificada da seguinte forma: "Portanto, se o valor desta força é maior, isso também se manifesta em um trabalho superior e, conseqüentemente, em idênticos períodos, se materializem valores relativamente superiores" (*Das Kapital*, I, p. 206). Como se vê, já uma década antes (1890), Engels havia inserido no texto o "portanto" desaprovado por Hilferding, vindo em ajuda de Bernstein. Isso mostra como às vezes os marxistas "ortodoxos" são descuidados em suas citações.
34. Até porque a diferença salarial entre trabalhadores qualificados e não qualificados freqüentemente é apenas convencional. Cf. *Das Kapital*, I, p. 206-207.
35. *Theorien*, I, p. 141.

CAPÍTULO 32

1. Otto Bauer, *Kapitalismus und Sozialismus nach dem Weltkrieg*, t. I: *Rationalisierung-Fehlrationalisierung*, 1931, p. 170-177.
2. Aqui, como é habitual na linguagem capitalista, os trabalhadores aparecem colocados no mesmo nível das ferramentas e das matérias-primas.

3. Ibid., p. 169-175.
4. "Nada mais falso que a maneira como economistas e socialistas [Marx pensa aqui em Proudhon] consideram a sociedade em relação às condições econômicas. [...] A pretensa consideração do ponto de vista da sociedade significa apenas perder de vista as *diferenças* que expressam a *relação social* (relação da sociedade burguesa). [...] Como se alguém quisesse dizer: do ponto de vista da sociedade, não existem escravos e *citizens*: estes e aqueles são homens. São sim, fora da sociedade. Ser escravo e ser *citizen* são determinações sociais, relações entre os homens A e B. O homem A, como tal, não é escravo. Torna-se escravo por causa da sociedade" (*Grundrisse*, p. 175-176). Cf. *Das Kapital*, II, p. 437: "Quando se fala do modo social de considerar as coisas [...] não se deve incorrer no procedimento de Proudhon, inspirado na economia burguesa, e enfocar a questão como se uma sociedade capitalista, ao ser considerada *en bloc*, como totalidade, tivesse de perder seu caráter histórico-econômico específico. Pelo contrário. Temos de encarar então o capitalista coletivo." Daí nasce também esta expressão habitual em Marx (ver *Theorien*, II, p. 416; *Das Kapital*, II, p. 331): "Do ponto de vista da sociedade ou da classe capitalista..." Porém, em que se diferencia o "cálculo social dos custos de produção", tomado de empréstimo por Bauer aos economistas norte-americanos (J. M. Clark), e a "maneira" de Proudhon, que aqui se critica?
5. Otto Bauer, op. cit., p. 179-180.
6. Por "capitalismo de Estado" entende-se aqui apenas uma tendência evolutiva, e não uma forma realmente existente do capitalismo. Mesmo se ela se concretizasse em países isolados, isso ainda não significaria de modo algum o fim do capitalismo, pois seguiriam enfrentando-se vários capitais organizados de forma estatal. Cf. também as manifestações fundamentais de Trotsky: "Teoricamente, é possível conceber uma situação na qual a burguesia em seu conjunto constitui uma sociedade anônima que, através de seu Estado, administra toda a economia nacional. As leis econômicas de semelhante regime não seriam misteriosas. Como se sabe, um capitalista individual recebe, sob a forma de lucro, não a parte da mais-valia diretamente criada pelos trabalhadores de sua própria empresa; ele participa na mais-valia combinada, criada em todo o país, em proporção ao volume de seu próprio capital. Sob um 'capitalismo de Estado' integral, esta lei da taxa de lucro realizar-se-ia da mesma forma, mas não por caminhos tortuosos — ou seja, através da concorrência entre diferentes capitais — e sim de forma imediata e direta, mediante a contabilidade estatal. Todavia, semelhante regime jamais existiu e jamais existirá, por causa das profundas contradições entre os próprios proprietários, até porque, na condição de depositário universal da propriedade capitalista, o Estado se converteria em um objeto extremamente tentador para a revolução social" (*The Revolution Betrayed*, p. 245-246).
7. *Das Kapital*, I, p. 411-412.
8. Cf. também *Grundrisse*, p. 662-663 e 704-705.

9. Sob a premissa de que "nesse setor da produção, o capital tem a composição média do capital social" (ibid.).
10. *Das Kapital*, III, p. 289-292.
11. Otto Bauer, *Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie*, p. 97-99.

CAPÍTULO 33

1. Joan Robinson, *An Essay on Marxian Economics*, 1949, p. 2.
2. "Hegelian stuff and nonsense." Joan Robinson, *On Re-reading Marx*, p. 20.
3. Aqui, Joan Robinson confunde Marx com Ricardo. Marx nunca falou de um "valor absoluto". Ao contrário, desprezava essa expressão porque ela induz a uma independência do valor em relação às relações sociais. Cf. *Theorien*, III, p. 127-128 e 130.
4. Joan Robinson, "The Labour Theory of Value: a discussion", na revista *Science and Society*, 1954.
5. Ibid.
6. Joan Robinson, *Collected Economic Papers*, p. 147.
7. Uma das duas palavras está evidentemente sobrando, já que toda "mercadoria" é intercambiável e todo "bem intercambiável" é uma "mercadoria".
8. *Science and Society*, ibid.
9. *Das Kapital*, I, p. 41.
10. Ibid., p. 52.
11. Ibid., p. 42.
12. Ibid., p. 78.
13. Ibid., p. 62.
14. Ibid., p. 77.
15. Ibid., p. 42.
16. Cf. p. 431 deste trabalho.
17. *Das Kapital*, I, p. 77.
18. *The Economic Writings of Sir William Petty*, 1899, t. I, p. 44-45.
19. Adam Smith, *An Inquirity into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, 1937, p. 32-33.
20. Ibid., p. 33.
21. *Theorien*, I, p. 121.
22. Adam Smith considerava "a criação do valor diretamente como uma propriedade fisiológica do trabalho e como manifestação do organismo animal do homem [...]. Assim como a aranha produz a teia a partir de seu corpo, o homem que trabalha cria valor — qualquer homem que trabalha cria valor —, pois o homem que trabalha é, desde o berço, produtor de mercadorias, tal como a sociedade humana é, por natureza, uma economia mercantil baseada no intercâmbio, a forma econômica humana normal." Ficou a cargo de Marx descobrir que o "valor" representa "uma relação social particular, que tem origem em determinadas condições históricas" (Rosa Luxemburgo, *Die Akkumulation des Kapitals*, 1923, p. 33).

23. Cf. o comentário mais recente à teoria do valor de Ricardo em R. L. Meek, *Studies in the Labour Theory of Value*, 1956, p. 87, 99 e 106-112.
24. Marx refere-se aqui à *Contribuição à crítica da economia política*, publicada em 1859.
25. *Theorien*, III, p. 131. Cf. também *Grundrisse*, p. 678ss. e 899ss.
26. *Zur Kritik*, p. 65.
27. *Das Kapital*, I, p. 103.
28. Joan Robinson poderia responder dizendo que, na verdade, não se referia aos custos do trabalho, mas sim ao tempo de trabalho como medida do valor. Mas isso só tornaria tudo pior. Pois tal interpretação significaria que o valor pode expressar-se diretamente em unidades de tempo de trabalho sem necessidade de comparar as mercadorias com uma única mercadoria que sirva de medida geral do valor. Assim cairíamos na antiga utopia do "dinheiro-trabalho" que Marx criticou de forma tão severa nos *Grundrisse*.
29. No original, "*What was all the fuss about?*".
30. Joan Robinson, *Collected Economic Papers*, p. 147-148.
31. Esta afirmação não é correta, já que na p. 228 do primeiro tomo Marx declara expressamente: "Supõe-se, com efeito, que os preços são iguais aos valores. No livro terceiro veremos que essa equiparação não se aplica de forma tão simples nem sequer nos casos dos *preços médios*."
32. Cf. *Das Kapital*, III, p. 808.
33. *Essay*, p. 10 e 15ss.
34. Joan Robinson cita com aprovação a opinião do professor suíço Julius Wolf (sobre o prefácio de Engels ao terceiro tomo de *O capital*) no sentido de que, segundo Marx, "a produção da mais-valia relativa baseia-se no aumento do capital constante em relação ao capital variável", pois "um aumento de capital constante tem como condição um aumento da produtividade". Como esta interpretação coincide com a de Joan Robinson, será útil citar as palavras de Engels: "O professor Julius Wolf, de Zurique, nunca perde oportunidade para cair no ridículo ao considerar algum problema difícil." Depois de citar as palavras de Wolf, Engels prossegue: "É certo que Marx disse exatamente o contrário em cem passagens do primeiro tomo; é certo que a afirmação de que, segundo Marx, a mais-valia relativa aumentaria ao diminuir o capital variável na mesma proporção em que aumenta o capital constante é tão assombrosa que resulta impossível descrevê-la em termos acadêmicos; é certo que o senhor Julius Wolf demonstra, em cada linha, que não entende nada de mais-valia, absoluta ou relativa [...]" (*Das Kapital*, III, p. 16). Como vemos, Joan Robinson teve advertências suficientes para não repetir o erro de Julius Wolf. Mesmo assim, não só assumiu para si a interpretação deste, mas censurou Engels de haver atacado Wolf "sem debater com ele", embora "seja impossível descobrir em que se diferenciam a comprovação de Wolf e as verificações de Marx anteriormente citadas" — ou seja, as "próprias palavras" de Marx, citadas na p. 597ss. Como se Engels fosse obrigado a considerar em detalhes qualquer mal-entendido sobre a teoria de Marx...

35. *Essay*, p. 23.
36. Ibid., p. 24.
37. Eis um exemplo de como Joan Robinson emprega de forma despreocupada os textos de Marx. Do terceiro tomo de *O capital*, ela cita o seguinte trecho: "Só quando a produção está sob controle prévio e real da sociedade, estabelece-se uma relação direta entre o volume de tempo de trabalho social aplicado à produção de determinados artigos e o volume da necessidade social que esse artigo deve satisfazer. [...] O intercâmbio ou venda das mercadorias por seu valor é o racional, a lei natural de seu equilíbrio" (*Essay*, p. 23). O leitor é levado a supor que ambas as frases se referem à sociedade socialista. É um erro. Na verdade, Marx diz exatamente o contrário. Toda a passagem se refere à sociedade capitalista, com exceção de uma frase entre parêntesis, na qual Marx expressa a opinião de que a futura sociedade socialista não dilapidará o tempo de trabalho de seus integrantes, ao contrário da sociedade capitalista. Isso não impede que Joan Robinson atribua a Marx a opinião de que a venda das mercadorias por seu valor também será a "lei natural" no socialismo!
38. *Essay*, p. 24.
39. Ver a seção III do capítulo 28 deste trabalho.
40. *Ausgewählte Schriften*, II, p. 15.
41. *Das Kapital*, I, p. 67.
42. Ibid., p. 80.
43. Ibid., p. 86-87.
44. Ver o último ensaio econômico de Marx, *Glosas marginais...*, reproduzido em *Das Kapital*, I, p. 845.
45. *Essay*, p. 17.
46. *Das Kapital*, I, p. 243.
47. Ibid., III, p. 841-842.
48. *Anti-Dühring*, p. 255.
49. Joan Robinson ressalta com certo orgulho que "a moderna teoria da concorrência imperfeita, embora em uma forma muito diferente da teoria da exploração de Marx, mantém grande afinidade com esta última" (*Essay*, p. 4). A meu ver, essa "afinidade" não é maior que aquela que existe entre o *Manifesto do Partido Comunista* e a encíclica *Rerum Novarum*, ou seja, se reduz principalmente à palavra "exploração", utilizada tanto pelos "economistas modernos" como por Marx. O caráter específico da exploração capitalista permanece sendo um mistério para a "teoria moderna".
50. Friedrich Engels, op. cit., p. 255.
51. Em Joan Robinson, o conceito de "excedente econômico" (*surplus*) tem um sentido diferente daquele usado pelos teóricos marxistas norte-americanos do subconsumo — Baran, Sweezy e Gillman. Não discutiremos se, como diz Sweezy em *Monopoly Capital*, p. 10, nota 6, trata-se apenas de uma "mudança de terminologia".

52. Aqui, "capital" se transforma subitamente em "maquinaria eficiente", como se "maquinaria" e "capital" fossem sinônimos!
53. Que Marx tenha considerado o capitalista de seu tempo como "sagaz e rapinante" também é uma lenda. Ver a seção IV-3 do capítulo 2 deste trabalho.
54. Grifos de Joan Robinson.
55. *Essay*, p. 17-19.
56. Cf. p. 191 deste trabalho.
57. *Grundrisse*, p. 231. Cf. *Theorien*, I, p. 65 e 368.
58. *Grundrisse*, p. 213.
59. Rosa Luxemburgo, *Ausgewählte Schriften und Reden*, II, p. 202ss. Além disso, para fundamentar sua teoria do "*excess social surplus*" no capitalismo moderno, o teórico norte-americano do subconsumo Joseph Gillman considera necessário atribuir a Marx — remetendo-se a uma passagem do primeiro tomo de *Theorien*, p. 373, que compreendeu erroneamente — a opinião de que "só é produtivo o trabalho cujo produto é capaz de reingressar no ciclo da produção [...]. Portanto, os trabalhadores que trabalham na produção de armamentos são improdutivos nesse sentido, embora seu trabalho produza produtos e mais-valia" (*Prosperity in Crisis*, p. 23). É evidente que isso nada tem a ver com os verdadeiros pontos de vista de Marx.
60. Citado em K. J. Kenafick, *M. Bakunin und Karl Marx*, 1949, p. 92.
61. *Grundrisse*, p. 211. Cf. capítulo 13 deste trabalho.
62. *Theorien*, III, p. 260.
63. No Apêndice à Parte V deste trabalho avaliamos a crítica de Joan Robinson à lei da queda na taxa de lucro, de Marx, por causa da influência que essa crítica exerceu sobre a escola anglo-saxã do marxismo (Sweezy, Gillman).
64. Alguns exemplos bastam: (a) Na p. 20 de seu *Essay*, Joan Robinson nos ensina que, segundo Marx, o trabalho que se gasta para "empacotar mercadorias e prepará-las para o mercado" não produz valor. O contrário é que é verdadeiro, como podemos ler na p. 528 dos *Grundrisse*: "Quando o comércio leva um produto ao mercado, dá a ele um novo valor de uso (e isso vale até para o comerciante varejista, que pesa, mede, empacota e assim dá forma ao produto para o consumo) e este novo valor de uso consome tempo de trabalho; é, portanto, ao mesmo tempo, valor de troca." Marx diz exatamente o mesmo nos capítulos XVII do terceiro tomo e VI (seção III) do segundo tomo de *O capital*, aos quais Joan Robinson se refere nesse contexto. (b) Na p. 17 do mesmo *Essay*, podemos ler: "Conforme a argumentação de Marx, a teoria do valor-trabalho não pode sustentar uma teoria de preços." Marx nunca disse isso. Pelo contrário, remeteu seus leitores à 'investigação sobre a concorrência" que pretendia escrever, na qual levaria em conta "o movimento real dos preços" (*Das Kapital*, III, p. 885). (c) Na p. 24 do *Essay*, Joan Robinson atribui a Marx a opinião de que "a depreciação do capital" não "entra no valor das mercadorias produzidas". Ao fazê-lo, Joan Robinson se refere às p. 289-292 do terceiro tomo de *Das Kapital*. Todavia, é impossível encontrar nas pá-

ciais de Lange também se encontra no filósofo soviético M. Rosenthal, em cujo livro *Die Dialektik in Marx' "Kapital"* podemos ler: "Com o conceito de 'processo natural', Marx ressalta a circunstância de que, na sociedade, assim como na natureza, os processos são necessários, estão condicionados por leis objetivas" (p. 43-44). Também aqui se manifesta claramente a tendência a absolutizar os conceitos dialéticos marxianos.

13. A economia clássica, ressalta Lukács, "com suas leis, está mais próxima das ciências naturais que de todas as demais ciências. O sistema econômico cuja essência e leis investiga se aproxima em suas peculiaridades, na construção de sua objetividade, à natureza da qual se ocupa a física, as ciências naturais. Nelas se trata de relações totalmente independentes [...] da condição humana do homem; de relações nas quais o homem só aparece como um número abstrato, como algo redutível a números, a relações numéricas; nelas, para usar uma frase de Engels, as leis só podem ser descobertas, mas não dominadas" (op. cit., p. 238).
14. *Das Kapital*, I, p. 85.
15. Ibid., p. 82-83.
16. Ibid., p. 84.
17. Ibid., p. 85.
18. Já o próprio subtítulo da obra de Marx — *Crítica da economia política* — mostra que ele considerava que sua tarefa era refutar não essas ou aquelas opiniões doutrinárias ou escolas de economia política, mas sim toda a economia política, considerada como reflexo teórico do modo de produção capitalista.
19. *Anti-Dühring*, p. 178-179.
20. "Friedrich Engels definia a economia política como a ciência 'das leis que governam a produção e o intercâmbio da sustentação material da vida na sociedade humana'. Isso corresponde à nossa definição. Apenas substituímos a expressão 'intercâmbio' por 'distribuição'" (Oskar Lange, op. cit., p. 15, nota 6).
21. Oskar Lange, op. cit., p. 88, nota 2.
22. O jovem economista polonês G. Temkin expressa isso ingenuamente quando defende que a teoria econômica "polêmica" de Marx deve transformar-se em uma teoria "positiva" e "construtiva" da economia socialista: "Na década de 1930 revelou-se que até mesmo na sociedade socialista construída não era possível abolir as relações de mercadoria e dinheiro. Por isso se aceitou o fato de que o planejamento central e o mercado, embora representem duas formas econômicas opostas, devem complementar-se e corrigir-se mutuamente." Portanto, o que importa atualmente é averiguar "como, conservando-se o planejamento central como uma força que determina os objetivos socioeconômicos e políticos gerais, as forças do mercado podem desempenhar o papel de incentivo econômico e de determinante dos pormenores do desenvolvimento econômico." G. Temkin, *Karl Marx' Bild der kommunistischen Wirtschaft*, Varsóvia, 1962, p. 24-25.
23. Engels escreveu: "Os resultados nada são sem o desenvolvimento que conduziu a eles. Sabemos disso desde Hegel [...]."

24. *Theorien*, II, p. 100 e 440.
25. *Das Kapital*, I, p. 45-46 e 213, nota 21. Aqui não se trata de modo nenhum de uma "sofisticação" teórica, como o demonstra a circunstância, que já destacamos, de que só se baseando na restrição da "natureza dupla do trabalho" foi possível que ele descobrisse as categorias decisivas do capital constante e do capital variável, da composição orgânica etc.
26. "O erro de Ricardo consiste em ocupar-se apenas com a magnitude do valor. Por isso, só dirige sua atenção para as quantidades relativas de trabalho que constituem as diversas mercadorias, que contêm incorporadas em si como valores. Mas o trabalho contido nelas deve ser representado como trabalho social, como trabalho individual alienado [...]. A transformação dos trabalhos dos indivíduos privados, incorporados nas mercadorias, em trabalho social igual, e portanto em trabalho que pode estar representado em todos os valores de uso, intercambiáveis com todos, é um aspecto qualitativo da questão [...] que Ricardo não desenvolveu." *Theorien*, III, p. 128. Cf. p. 112ss deste trabalho.
27. Cf. p. 115-116 deste trabalho.
28. Cf. *Das Kapital*, I, p. 85-87.
29. *Theorien*, I, p. 64.
30. Ibid., III, p. 491.
31. Ibid., p. 49.
32. Um dos elementos fundamentais da dialética, disse Lenin, é "a luta do conteúdo e da forma e vice-versa. O despojar-se da forma e a transformação do conteúdo" (*Aus den philosophischen Nachlass*, p. 146).
33. Sobre a importância do problema forma-conteúdo para a metodologia marxista, ver o capítulo 3 deste trabalho.
34. György Lukács, *Geschichte und Klassenbewusstsein*, p. 172.
35. *Theorien*, I, p. 61.
36. *Das Kapital*, III, p. 870. A frase citada também poderia estar na *Lógica* de Hegel, que em seu segundo livro opõe constantemente o mundo "aparente" ao "mundo que é em si" e que vê precisamente na "essência" a "verdade da aparência" (*Wissenschaft der Logik*, II, p. 136).
37. *Das Kapital*, III, p. 235. Cf. György Lukács, op. cit., p. 20: "Também a diferenciação entre representação e conceito provém de Hegel."
38. György Lukács, op. cit., p. 20-21.
39. *Theorien*, II, p. 165.
40. Ibid., p. 182.
41. Ibid., p. 370.
42. Ibid., p. 156.
43. Ibid., p. 182.
44. *Grundrisse*, p. 233.
45. *Theorien*, II, p. 155-156.
46. Ibid., III, p. 497.

47. Foi certamente nesse sentido que Hegel qualificou a "lógica objetiva" (a teoria do ser e a essência) como a "exposição genética do conceito" (da lógica subjetiva). *Wissenschaft der Logik*, II, p. 213. Cf. György Lukács, op. cit., p. 171: "Ir mais além do imediato só pode ser a gênese, 'produção do objeto'."
48. Cf. seção B-2 do capítulo 2 deste trabalho.
49. Cf. capítulo 2 deste trabalho, onde tratamos detalhadamente do problema do plano estrutural de *O capital*.
50. Duas citações tomadas dos trabalhos de Henryk Grossmann e do economista polonês W. Brus.
51. Pensamos aqui nos esboços sobre a história dos dogmas publicados por Hilferding em *Die Neue Zeit*.
52. A seguinte passagem da discussão de Otto Bauer sobre *O capital financeiro* de Hilferding (*Der Kampf*, 1909-1910, p. 392) é muito significativa: "E com o método de Marx também se apoderou do modo de exposição de Marx; seu modo de exposição e, mais ainda, sua linguagem, até mesmo seus anglicismos". (O fato de Hilferding "imitar a inimitável linguagem de Marx" mereceu ironias de Preobrazhenski em seu trabalho *Das Papiergeld in der Epoche der proletarischen Diktatur*.) Bauer prossegue: "Esta apropriação da exposição de Marx não está isenta de perigos. Como sempre ocorre quando se funda uma ciência nova, Marx desenvolveu todo um sistema de imagens e comparações, de metáforas, exemplos, símbolos com os quais reveste seus conceitos e leis. Nós, seus discípulos, freqüentemente esquecemos que falamos em imagens quando dizemos, por exemplo, que o valor dos meios de produção se 'transfere' à mercadoria produzida, que o valor se 'expressa' no preço, que a lei do valor 'se manifesta' no movimento dos preços [...]. Toda a ciência de nossa época tem a tendência de prosseguir o modo de exposição da ciência desde a imagem pictórica até o conceito abstrato. O marxismo não escapa dessa tendência. A satisfação dessa necessidade é necessária não tanto pelo fato de que a linguagem metafórica de Marx, nascida sob a influência da linguagem metafórica de Hegel, tenha induzido alguns autores [...] a reinterpretar o marxismo no sentido de uma metafísica idealista, mas sim, sobretudo, porque esse modo de exposição não é o modo de exposição da ciência de nossos dias, porque isso coloca obstáculos ao vitorioso avanço do sistema marxista." Como vemos, para Bauer a dialética (por exemplo, a teoria da "essência" e da "aparência") não é outra coisa senão uma "linguagem metafórica" tomada de Hegel. Não surpreende então que, em pleno acordo com a "ciência de nossos dias", ele tenha considerado essa dialética como algo supérfluo...
53. V. I. Lenin, *Aus dem philosophischen Nachlass*, p. 99.
54. Neste aspecto, só cabe citar, das publicações ocidentais, o importante livro de Herbert Marcuse, *Razão e revolução*, que veio à luz mais tarde, em 1941.
55. Sobre a escola de Rubin, podemos ler no livro de Rosenthal, já citado: "Os partidários de Rubin e os idealistas de tendências mencheviques que atuaram

nas décadas de 1920 e 1930 no terreno da economia política e da filosofia escreveram muito sobre a 'dialética em *O capital*', mas trataram o método revolucionário de Marx sob o espírito do hegelianismo, convertendo-o em um jogo conceptual escolástico, em um complexo sistema de agudezas e sutilezas, muito distante da ciência. [...] O Partido Comunista aniquilou essas correntes alheias ao marxismo, ajudando filósofos e economistas soviéticos a desmascarar sua índole" (edição alemã oriental de 1957, p. 19). A escola de Rubin foi "aniquilada" porque Isaak Ilich Rubin e seus camaradas morreram em prisões e campos de concentração stalinistas. Seria melhor que os filósofos soviéticos, pelo menos, silenciassem sobre essa dolorosa questão...

56. Neste aspecto, é significativo o modo como Lange trata das pretensas conquistas teóricas de Stalin no terreno da sociologia e da economia política. Também ele se sente obrigado (em 1959!) a pagar tributo ao ditador morto e a destacar seus "méritos" científicos, ao conceder um lugar desproporcional a seus pontos de vista, especialmente à sua chamada "lei da coincidência necessária das relações de produção com as forças produtivas". Isso ocorre apenas no texto. Mas, nas notas de pé de página (ver p. 29 e 68) não deixa de assinalar que, na realidade, a Stalin pertence apenas o nome da lei, pois a própria lei, "naturalmente, já havia sido descoberta e formulada por Marx e Engels". Que se poderia dizer de um teólogo que realçasse no texto a onipotência de Deus, mas que negasse sua existência nas notas de pé de página?
57. Oskar Lange, op. cit., p. 76.
58. O conceito da burocracia como estrato social tem um desagradável gosto "oposicionista"; por isso, pode-se falar de um *habitus* burocrático, dos excessos burocráticos de determinados funcionários individuais, mas não da burocracia como um estrato social separado. Da mesma forma, por exemplo, no mais recente manual soviético de filosofia se define a burocracia como um "vício de métodos administrativos pré-socialistas" (*Fundamentos da filosofia marxista*, em russo, 1960, p. 535).
59. *Das Kapital*, I, p. 18.

I. OBRAS CITADAS DE MARX E ENGELS

MARX. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*, in *Texte zur Methode und Praxis*, II, Reinbek, Günther Hillmann, 1964. [*Manuscritos econômico-filosóficos* – edição parcial apenas do terceiro manuscrito no volume *Karl Marx* da coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.]

———. *Aus den Exzerptheften*. Paris, 1844-1845. In: *Historisch-Kritische Gesamtausgabe* (*MEGA*), I, 3.

ENGELS. *Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie*. In: *Marx-Engels Werke* (*MEW*), I.

———. *Die Lage der arbeitenden Klassen in England*. In: *MEW*, II. [*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975.]

MARX-ENGELS. *Die deutsche Ideologie*. In: *MEW*, III. [*A ideologia alemã*. Edição parcial (Feuerbach) – São Paulo: Grijalbo, 1977. Edição integral – Porto: Presença, 1980.]

ENGELS. Vorwort zu Marx' "Elend der Philosophie". In: *MEW*, IV.

MARX. *Elend der Philosophie*. In: *MEW*, IV. [*Miséria da filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1976; Porto: Escorpião, 1976.]

MARX-ENGELS. *Manifest der kommunistischen Partei*. In: *MEW*, IV. [*Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da Fundação Perseu Abramo, 1997.]

MARX. *Arbeitslohn*. In: *MEW*, VI.

———. *Lohnarbeit und Kapital*. In: *MEW*, VI. [*Trabalho assalariado e capital*. In: *Textos* de Marx e Engels. São Paulo: Edições Sociais, v. 3, s.d.]

———. *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*. Franz Duncker, 1859. In: *MEW*, XIII. [*Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.]

———. *Einleitung*. In: *MEW*, XIII.

———. *Inauguraladresse der Internationalen Arbeiter-Assoziation*. In: *MEW*, XVI. [*Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.]

———. *Lohn, Preis, Profit*, in *MEW*, XVI. [*Salário, preço e lucro*. São Paulo: Global, 1981.]

———. *Randglossen zu Adolf Wagners "Lehrbuch der Politischen Ökonomie"*.

———. *Kritik des Gothaer Programms.* In: *MEW,* XIX. [*Crítica ao Programa de Gotha.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.]

ENGELS. *Das Lohnsystem.* In: *MEW,* XIX.

———. *Herrn Eugen Dühring Umwälzung der Wissenschaft (Anti-Dühring).* In: *MEW,* XX. [*Anti-Dühring.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.]

———. *Zur Kritik des sozialdemokratischen Programmentwurfs 1891.* In: *MEW,* XXII.

MARX. *Das Kapital,* I-III. In: *MEW,* XXIII-XXV. [*O capital: crítica da economia política.* São Paulo: Abril Cultural, 1982. Os Economistas.]

———. *Tableau Économique.* Reproduzido em *Einzelausgabe des "Kapital",* II. Berlim, 1948.

———. *Theorien über den Mehrwert.* In: *MEW,* XVI/1-3. [*Teorias da mais-valia.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 3 v.]

———. *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie (Rohenturf) 1857-1858.* Berlim, 1953.

———. *Konspekt knigi L. H. Morgana "Drevneie abschestvo"* (em russo). Moscou, 1941.

MARX-ENGELS. *Briefwechsel.* In: *MEW,* XXVII-XXXIV.

MARX. *Briefe an Kugelmann.* [*Cartas a Kugelmann,* publicado junto com *O 18 Brumário de Luís Bonaparte.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.]

Karl Marx Album.

Karl Marx Chronik.

OUTRAS OBRAS CITADAS NO TEXTO

ALEXANDER, W. *Kampf um Marx. Entwicklung und Ktitik der Akkumulationstheorie.* Potsdam, 1932.

BASSO, Lelio. "Rosa Luxemburg: The dialectical method". *Int. Socialist Journal,* nov. 1966.

BAUER, Helene. "Internationale Kapitalkonzentration und leninistische Katastrophentheorie". *Der Kampf,* 1928, ano XXI, n. 8-9.

BAUER, Otto. "Rezension über Marxliteratur". *Der Kampf,* 1913, ano VI, p. 190.

———. "Die Akkumulation des Kapitals". *Die Neue Zeit,* 1913, ano XXXI, n. 23.

———. *Kapitalismus und Sozialismus nach die Sozialdemokratie,* II. Viena, 1924.

———. *Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie,* II. Viena, 1924.

BEHRENS, Fr. *Zur Methode der politischen Ökonomie. Ein Beintrag zur Geschichte der politischen Ökonomie.* Berlim, 1952.

BERNSTEIN, Eduard. "Resenha de *Böhm-Bawerks Marx-Kritik*", de Rudolf Hilferding. *Dokumente des Sozialismus,* 1904, n. 4.

BIGELOW, J. *Jamaica in 1850: or the Effects of Sixteen Years Slavery.* Nova York, 1851.

BIRKENFELD, L. "Die Konsolidierung der sozialistischen Arbeiter-Internationale". *Grünbergs Archiv,* 1930, n. 15.

BLOCK, H., *Die Marxschen Geldtheorie.* Iena, 1926.

BÖHM-BAWERK, Eugen von. "Zum Abschluss des Marxschen Systems". In: *Staatswissenschaftliche Arbeiten, Festgaben für Karl Knies.* Berlim: V. Boenigk, 1896.

BORTKIEWICZ, Ladislaus von. "Wertrechnung und Preisrechnung im Marxschen System". *Archiv für Sozialwissenschaft und Politik,* v. XXIII e XXV. Tubingen, 1906 e 1907.

BUKHARIN, Nicolau. "Des Imperialismus und die Akkumulation des Kapitals". *Unter dem Banner des Marxismus,* ano I, n. 1.

BULGAKOV, Serguei Nikolaievich. *O ryskach pri kapitalistischeskom proizwodstwe* [Sobre o problema dos mercados no modo de produção capitalista]. Moscou, 1897.

BURNS, sir Alan. *History of the British West Indies.* Londres, 1954.

DIEHL, Karl. *Sozialökonomische Erläuterungen zu David Ricardos Grundgesetzen der Volkswirtschaft und Besteuerung.* Leipzig, 1905.

ECKSTEIN, Gustav. Resenha incluída como apêndice em Rosa Luxemburgo, *Die Akkumulation des Kapitals.* Leipzig, 1905.

GILLMAN, Joseph M. *Prosperity in crisis.* Nova York, 1963.

GRIGOROVICI, T. *Die Wertlehre bei Marx und Lassalle. Beitrag zur Geschichte eines wissenschaftlichen Missverständnisses.* Viena, 1910.

GROSSMANN, Henryk. "Die Aenderung des ursprüngglichen Aufbaupalns des Marxchen 'Kapital' und ihre Ursachen". *Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung,* 1919, v. XIV.

———. "Rezension über 'Der Imperialismus'" de Fritz Sternberg. *Grünbergs Archiv,* 1928.

———. *Das Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems.* Frankfurt, 1967.

———. *Marx, die klassische Nationalökonomie und das Problem der Dynamik.* Nova York (mimeo).

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Encyclopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse.*

———. *Wissenschaft der Logik.* Leipzig: Georg Lasson, 1934.

———. *Die Verfassung Deutschland.* In: Hegel, *Politische Schriften.* Frankfurt: Jürgen Habermas, 1966.

HILFERDING, Rudolf. "Zur Problemstellung der Theoretischen Ökonomie bei Marx". *Die Neue Zeit,* 1904, n. IV.

———. *Das Finanzkapital.* Viena, 1927. [*O capital financeiro.* São Pa

———. "Böhm-Bawerks Marx-Kritik". In: *Marx-Studien.* Viena, 1904.

HOBSBAWM, Eric J. Introdução a *Precapitalist Economic Formations,* de Karl Marx. Londres, 1964. [*Introdução a Formações econômicas pré-capitalistas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.]

KAUTSTY, Karl. *Karl Marx' ökonomische Lehren.* Stutgart, 1887.

———. *Die materialistische Geschichtsauffassung.* Berlim, 1927.
KENAFICK, K. J. *M. Bakunin und Karl Marx.* 1949.
KOWALIK, Tadeus. "A teoria econômica de Rosa Luxemburgo" (em polonês). *Ekonomista,* n. 1, Varsóvia, 1963.
LANGE, Oskar. *Ekonomia polityczna,* t. I: *Zagadnienia ogólne.* Varsóvia, 1959.
LASSALLE, Ferdinand. *Die Philosophie Herakleitos des Dunkeln von Ephesos.* Berlim, 1858.
LENIN, Vladimir Ilich. *Sobre o problema dos mercados.* In: *Obras completas.*
———. *Para uma caracterização do romantismo econômico.* In: *Obras completas.*
———. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.* In: *Obras completas.*
———. *Resposta ao Sr. P. Nezhdanov.* In: *Obras completas.*
———. *Algo mais sobre o problema da teoria da realização.* In: *Obras completas.*
———. *Glosas marginais a "A acumulação de capital" de Rosa Luxemburgo.* In: *Obras completas.*
———. *Cadernos filosóficos.* In: *Obras completas.*
———. *Correspondência.* In: *Obras completas.*
LEONTIEV, L. *O pervonacalnom nabroske "Kapitala" Marksa.*
LIEBKNECHT, Wilhelm. "Erinnerungen an Marx". In: *Ausgewählte Schriften,* v. I, 1934.
LUKÁCS, György. *Geschichte und Klassenbewusstsein.* Berlim, 1931.
———. *Der junge Hegel.* Zurique, 1948.
LUXEMBURGO, Rosa. *Die Akkumulation des Kapitals.* Berlim, 1913. [*A acumulação do capital.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.]
———. *Antikritik.*
———. *Ausgewählte Reden und Schriften.* Berlim, 1951.
———. *Einführung in die Nationalökonomie.* Berlim, 1925.
MALTHUS, Thomas Robert. *Principles of Political Economy,* Londres, 1836. [*Princípios de economia política.* São Paulo: Abril Cultural, 1983. Os Economistas.]
MARCUSE, Herbert. *Reason and Revolution.* Londres, 1941. [*Razão e revolução.* São Paulo: Saga, 1969.]
MATTICK, Paul. *Rebels and Renegades.* Melburne, 1946.
MAYER, Gustav. *Friedrich Engels.* Berlim, 1920-1923.
MEEK, Roland L. *Studies in the Labour Theory of Value.* Londres, 1956.
MORF, O. *Das Verhältniss von Wirtschaftstheorie und Wirtschaftsgeschichte bei Karl Marx.* Berna, 1951.
MOSKOWSKA, Natalie. *Zur Kritik moderner Krisentheorien.* Praga, 1935.
———. *Das Marxsche System, Ein Beitrag zu dessen Ausbau.* Berlim, 1929.
———. "Zur Verelendungstheorie". In: *Die Gesellschaft,* 1930.
OPPENHEIMER, Franz. *Wert und Kapitalprofit.* Iena, 1916.
Perepiska K. Marksa i. Fr. Engel'as s russkimini politiceskimi dezatelami [Epistolário de Karl Marx e Friedrich Engels com personalidades políticas russas]. Moscou, 1947.
PETTY, William. *The Economic Writing of Sir William Petty,* v. 1. Londres, 1899.

PREISER, E. "Das Wesen der Marxschen Krisentheorie". In: *Wirstchaft u. Gesellschaft. Festschift für Franz Oppenheimer zu seinem 60.* Geburtstag, Frankfurt, 1924.

PREOBRAZHENSKI, Evgeni. *Novaja Ekonomika.* Moscou, 1926.

RICARDO, David. *Works.* Londres: MacCulloch, 1888.

RIAZANOV, David. "Siebzig Jahre 'Zur Kritik der politischen Ökonomie'". *Grünbergs Archiv,* v. XV, 1930.

ROBINSON, Joan. *Introdução à edição inglesa de "A acumulação do capital",* de Rosa Luxemburgo.

———. *An Essay on Marxian Economics.* Londres, 1949.

———. "The Labour Theory of Value: a Discussion". *Science and Society,* 1954.

———. *Collected Economic Papers.* Oxford, 1960.

———. *Economics of Imperfect Competition.* Londres, 1933.

RODBERTUS, Johann Karl. *Schriften.* Berlim, 1957.

ROSENTHAL, M. *Die Dialektik in Marx' "Kapital".* Berlim, 1957.

RUBIN, Isaac Ilich. *A doutrina marxiana da produção e do consumo* (em russo). 1930.

———. *Ensaio sobre a teoria marxista do valor* (em russo). Moscou, 1929. [*A teoria marxista do valor.* São Paulo: Polis, 1987.]

SCHLESINGER, Rudolf. *Marx, His Time and Ours.* Londres, 1950.

SCHMIDT, Alfred. *Der Begriff der Natur in der Lehre von Marx.* Frankfurt, 1962.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Kapitalismus, Sozialismus und Demokratie.* Berna, 1946. [*Capitalismo, socialismo e democracia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1983.]

———. *History of Economic Analysis.* Nova York, 1954.

SISMONDI, Jean-Charles-Leonard Simonde de. *Nouveaux principes de l'economie politique.* Paris, 1819.

SMITH, Adam. *An Inquirity into the Nature and Causes of the Wealth of Nations.* Nova York, 1937. [*A riqueza das nações.* São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2 v. Os Economistas.]

STERNBERG, Fritz. *Marx und die Gegenwart.* Colônia, 1955.

———. *Der Imperialismus.* Berlim: Malik-Verlag, 1926.

STRACHEY, John. *Contemporary Capitalism.* Nova York, 1956.

SWARS, K. *The Legend of H. Ford.* Nova York, 1948.

SWEEZY, Paul. *The Theory of Capitalist Development. Principles of Marxian Political Economy.* Nova York, 1942. [*Teoria do desenvolvimento capitalista.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.]

TEMKIN, G. *Karl Marx' Bild der kommunistischen Wirtschaft.* Varsóvia, 1962.

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente.*

———. *A revolução traída.*

TUGAN-BARANOVSKI, Mikhail Ivanovich von. *Studien zur Theorie und Geschichte der Hanedlskrisen in England.* Iena, 1901.

———. *Theoreitische Grundlagen des Marxismus.* Leipzig, 1905.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Alexander, W. 593

Bailey, Samuel 112, 430, 450, 602
Bakunin, Mikhail 253, 458
Baran, Paul 606
Basso, Lelio 598
Bastiat, Fréderic 326, 532, 537
Bauer, Helene 557
Bauer, Otto 237, 259-260, 375-376, 380, 390, 399-400, 408, 412-419, 430, 435-438, 440-442, 477, 501, 551, 557, 591, 599, 602-604, 612
Behrens, Fr. 38, 58, 483-484
Bernstein, Eduard 430, 498, 602
Bigelow, J. 535
Birkenfeld, L. 557
Blanqui, Louis Auguste 586
Block, H. 123, 513
Bogdanov, A. A. 430
Böhm-Bawerk, Eugen von 75, 311, 421-430, 432-433, 600-601
Boisguillebert, Pierre 152
Bortkiewicz, Ladislaus von 333, 342, 509, 578
Boudin, Louis 430, 462
Braunthal, A. 553
Bray, John Francis 458, 504, 530, 557
Brockhaus 24
Brus, W. 612
Bukharin, Nicolai 372, 374-375, 415, 461-463, 467, 497, 557, 591, 608
Bulgakov, Serguei N. 386-393, 396, 399, 593-595
Burnham, James 486
Burns, Sir Alan 533

Carey, Henry Charles 31, 243, 324, 537
Carlyle, Thomas 534-535
Cellini, Benvenuto 424
Cherbuliez, Antoine 177, 223, 246, 338, 545, 565
Chester, H. 591
Clark, J. M. 603

Danielson, Nicolai 383-386, 592-593, 595
Darimon, Alfred 26, 97, 504-505
Darwin, Charles 543
Destutt de Tracy 449
Deutsch, H. 430
Diefenbach, Hans 598
Diehl, Karl 502, 552
Dühring, Eugen 456

Ebner, H. 22, 479
Eckstein, Gustav 375-376, 399-400, 591
Engels, Friedrich 21-27, 35-36, 59, 64, 87, 92, 109, 191, 238, 251, 254-256, 260, 295, 313, 317, 322, 345-346, 350, 359, 367, 383, 385-386, 431, 439, 450, 455, 465-467, 473, 477-484, 487-489, 492, 494-495, 503, 507, 510-511, 514, 516-517, 523, 534, 542-543, 547, 554, 556-558, 564, 568-570, 574, 578, 588-589, 592-593, 595-596, 602, 605-606, 608, 610, 613

Fisher 595
Ford, Henry 517
Fourier, Charles 357-358

Freiligrath 22
Freud, Sigmund 15-16

Galiani, Ferdinando 367
Gankin 595
Gillman, Joseph M. 606-607
Goethe, Johann W. 516
Gray, John 458, 530
Grigorovici, T. 89-91, 502-503
Grossmann, Henryk 37-38, 58, 75, 85, 242, 259, 377, 408, 416-418, 483-484, 489, 502, 554, 557, 573, 578, 595, 601, 603, 613

Hegel, Georg W. F. 15-17, 50, 57, 78, 108, 122, 184, 309, 313-314, 408, 443, 453, 470, 473-474, 477, 484, 488-491, 499-500, 504, 507, 509, 511, 514, 523, 525-526, 530, 536, 541, 544, 559-560, 569, 571, 584, 591, 598, 610-613
Heráclito 507
Hilferding, Rudolf 75-77, 112, 311, 375-376, 383, 390, 401-404, 407-408, 430, 450, 462, 473, 498, 510, 536, 593, 596-597, 602, 612
Hitler, Adolf 17
Hobsbawm, Eric J. 542
Hodgskin, Thomas 341, 579, 590

Jones, Richard 79, 363, 500, 536

Kant, Immanuel 477, 500
Kaufmann, J. J. 499, 508
Kautsky, Karl 15, 28, 30-34, 64, 122, 375, 383, 400, 430, 462, 464, 480-482, 494, 510, 551, 570, 581, 591, 595, 608-609
Kenafick, K. J. 607
Keynes, John M. 443-444, 454, 459
Kock, Paul de 547
Kowalik, Tadeus 413-414, 594-595, 599
Kugelmann, Ludwig 27-28, 50, 59, 480, 492, 499, 503

Lange, Friedrich Albert 543
Lange, Oskar 413, 461-464, 466-468, 473-474, 588, 608-610, 613
Lassalle, Ferdinand 21, 59, 107-108, 240, 247, 251, 477-479, 481, 484, 507-508, 556
Lenin, Vladimir I. 16, 73, 111, 122, 393-401, 407, 473, 497, 507, 509, 513, 557, 589, 594-596, 611-612
Leontiev, L. 522, 588
Liebknecht, Wilhelm 478
Löwenthal 22-23
Lukács, György 16, 40, 408, 470, 473, 477, 484, 492, 507, 536, 545, 559, 584, 598, 609-612
Luxemburgo, Rosa 37, 67-74, 222, 239, 246, 256, 373-377, 386, 389-390, 399-400, 407, 409-412, 414, 419, 457, 461-467, 473, 483, 496-497, 536, 545, 550-551, 553-554, 556, 573, 591-595, 598-599, 604, 607-609

MacCulloch, John R. 269, 388, 395, 590
Malthus, Thomas R. 31, 209, 213-216, 247, 273, 316, 449, 457, 542-543, 560
Marcuse, Herbert 498, 585, 612
Marshall, Alfred 456
Mattick, Paul 596
Mayer, Gustav 25
Meek, Roland R. 342, 605
Mill, John Stuart 269, 381, 562, 578
Morf, Otto 483-484
Morgan, Lewis H. 508
Moszkowska, Natalie 337, 553, 581

Oppenheimer, F. 521
Otter 560
Owen, Robert 358, 505

Pannekoek, Anton 399-400
Petty, William 161
Pieper, Wilhelm 24
Plekhanov, Georgui 394-395

Posniakov 430
Preiser, E. 571
Preobrazhenski, Eugeni 360-361, 473, 612
Price, Richard 571
Proudhon, Pierre-Joseph 21-22, 24, 26, 82, 97, 99, 101-102, 162, 223, 326-327, 453-454, 458-459, 480, 504-505, 530, 545, 585, 600-601, 603

Quesnay, François 67, 381

Riazanov, David 22, 25, 479
Ricardo, David 21, 23-24, 31, 34, 36, 42, 44, 53, 75, 77, 80-81, 83, 85, 92, 108, 112, 114-115, 152, 215-216, 246, 268-269, 312-316, 318, 341, 363-364, 382, 388, 395, 403-404, 424, 426, 429-430, 444, 446, 448-449, 452, 467-472, 477-478, 484-485, 487-488, 491, 493, 499, 501, 510, 531, 537, 545, 553, 558, 564, 572-573, 590, 595-597, 602, 604-605, 611
Robinson, Joan 333, 335, 373, 443-447, 449-459, 578, 580, 582, 588, 591, 601, 604-608
Rodbertus, Johann K. 87, 486, 505
Rosenthal, M. 610, 612
Rossi, Pellegrino L. E. 78, 500
Rubin, Isaak I. 75, 430, 473, 500, 521, 601, 612

Say, Jean-Baptiste 81, 269, 388, 391-392, 394-395, 397, 532
Schäffle 454
Schlesinger, Rudolf 151, 521, 600
Schmidt, Alfred 478
Schmidt, Conrad 430, 462, 588
Schumpeter, Joseph A. 16, 459, 477, 601, 608
Schweitzer, Johann Baptist 505, 543
Shliapnikov 595
Sismondi, Jean-Charles-Leonard 31, 79, 177, 223, 268-269, 271-272, 382, 389, 395, 401, 497, 500, 542, 545, 558, 592, 596, 598
Smith, Adam 31, 34, 51, 67, 109, 151-153, 161, 248, 300, 315, 357-358, 433, 448-449, 469, 478, 484, 499, 508, 545, 548, 566, 573, 586, 596, 604
Sombart, Werner 239-240, 394
Sraffa, Piero 444
Stalin, J. V. D. 17, 122, 474, 613
Sternberg, Fritz 240, 242-243, 251, 253-254, 260, 552, 555-556
Steuart, Sir James 47
Stirner, Max 584
Storch, Heinrich F. 323, 588
Strachey, John 254, 260, 556
Struve, Piotr von 398, 593, 595
Sward, K. 517
Sweezy, Paul M. 76-77, 333, 336-337, 342, 450, 498-499, 578-581, 583, 591, 606-608

Takagi, Kojiro 478
Temkin, G. 610
Torrens, Robert 152-153
Trotsky, Leon 486, 496, 512, 589, 592, 603
Tugan-Baranovski, Mikhail I. 342, 380, 383, 386-387, 390-394, 396-399, 401, 407-408, 410, 412, 416-417, 419, 501, 521, 594-595

Vorländer 16

Wagner, Adolf 76
Wakefield, Edward Gibbon 31, 47
Weitling, Wilhelm 98
Weydemeyer 24, 480
Wolf, Julius 239-240, 605

Impressão: Imprinta, RJ
Papel da capa: Cartão supremo 250g/m²
Papel do miolo: Pólen bold 70g/m²

Tipografias: Minion e Myriad